



Cristiane De Souza Reis

OS BASTIDORES DA MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MST

Dissertação de Doutoramento na área científica Estado, Direito e Administração, orientada pelo Senhor Professor Doutor Boaventura Sousa Santos e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Mendes, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOUTORAMENTO

DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI

OS BASTIDORES DA MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MST

Dissertação de Doutoramento na área científica Estado, Direito e Administração, orientada pelo Senhor Professor Doutor Boaventura Sousa Santos e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Mendes, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra
2010



• U

• C

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOUTORAMENTO

DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI

OS BASTIDORES DA MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MST

Cristiane de Souza Reis

Dissertação de Doutoramento na área científica Estado, Direito e Administração, orientada pelo Senhor Professor Doutor Boaventura Sousa Santos e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Mendes, submetida à aprovação do Júri, composto pelos seguintes membros:

Coimbra
2010

Aos meus pais, Mário e Maria Amélia, pelo apoio, carinho e dedicação. Sempre ao meu lado, como anjos encarnados.

Ao meu filho, Victor Hugo, tão amado e por quem me faz desejar um mundo melhor. A meu grande companheiro, Filipe, a quem agradeço por entrar em minha vida. Vocês são verdadeiros presentes de Deus.

Ao meu irmão, Mário Júnior, minha cunhada Thais, e meus sobrinhos, Arthur e Vinícius.

AGRADECIMENTOS

“MARCAS QUE DEIXAMOS NOS OUTROS...

Nós estamos condicionados a pensar que nossas vidas giram em torno apenas de grandes momentos. Todavia, os grandes momentos frequentemente nos pegam desprevenidos, e ficam maravilhosamente guardados em recantos que os outros podem considerar sem importância. E da mesma forma ocorrem outros momentos...

AS PESSOAS PODEM NÃO LEMBRAR EXATAMENTE O QUE VOCÊ FEZ, OU ATÉ MESMO TODAS AS PALAVRAS QUE VOCÊ DISSE... MAS ELAS SEMPRE LEMBRARÃO DE COMO VOCÊ AS FEZ SENTIR...” Mário Lago.

Início os agradecimentos com um poema de Mário Lago, para justamente demonstrar como que o menor gesto pode tomar uma grande proporção em nossas vidas. Esse é mesmo o resumo da amizade. O estar ao lado, mesmo que não se perceba e não se note a grande ajuda que se está prestando. Tantos são os que partilharam ao meu lado este caminho, sem ao menos perceberem, razão pela qual devo aqui registrar minha imensa gratidão e alegria.

Assim, agradeço primeiramente a Deus e aos Bons Espíritos por estarem sempre ao meu lado, conduzindo-me em uma vida digna e no bem.

Agradeço aos meus orientadores, Professor Doutor Boaventura Sousa Santos e Professor Doutor José Manuel Mendes, pelos ensinamentos, carinho e competência que me conduziram até a etapa final de elaboração desta Dissertação de Doutorado, sem me esquecer da amiga Lassaete, que com sua competência e carinho, sempre esteve pronta a auxiliar.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, pelo financiamento do meus estudos, sem o qual seria impossível a realização deste tão almejado patamar profissional, que abarca não só a satisfação pessoal, profissional, em termos individuais, quanto à certeza de se estar contribuindo para o desenvolvimento acadêmico de dois países-irmãos, Brasil e Portugal.

Agradeço a Igor Fellippe (MST – Revista e Jornal Sem Terra), Evandro Éboli (O Globo), Diego Escosteguy (Revista Veja) e Eduardo Scolese (Folha de São Paulo), pelas entrevistas esclarecedoras concedidas e pela grande atenção a mim dispensada, certos de que a investigação

e o estudo, associados a outros saberes e dimensões, são de extrema importância à uma vida mais digna. Agradeço a todos os integrantes do MST, nomeadamente, em sua sede, no setor de comunicação social e reprodução tipográfica, que me auxiliaram na coleta de material para análise.

Aos meus pais, Maria Amélia e Mário, não só pelo dom da vida, mas por todos os ensinamentos e valores de vida, que são tão importantes e que espero saber transmitir ao meu filho. A eles também agradeço as inúmeras vezes que me permitiram, ao tomar conta de Victor Hugo, sair para estudar, para seminários entre outras atividades acadêmicas, imprescindíveis à realização deste trabalho.

Agradeço ao meu filho, Victor Hugo, que com seu sorriso e alegria, faz com que cada vez mais eu lute por um mundo melhor, que o abrigará, desejando que ele igualmente mantenha em si a chama da não resignação com as injustiças e desigualdades. Sonhe, meu filho, sonhe, lute e dê sempre o seu melhor!

Ao meu companheiro, Filipe, por ser mais do que sempre sonhei em minha vida, por ser a pessoa maravilhosa que é e mais do que meu amigo. É para mim, meu companheiro, meu amor! Obrigada por ter entrado em minha vida, obrigada por todo apoio e incentivo que sempre me deu a cada momento e reais demonstrações de que está ao meu lado, torcendo por mim e me ajudando em tudo que pode. Sua presença em minha vida é mesmo um grande presente! Agradeço, ainda, à minha nova família, Palmira, Mariette, Beatriz e Artur, pelo grande carinho que me receberam e pela imensa torcida!

Agradeço ao meu irmão, Thais, Arthur (enorme ajuda na digitação de grande parte das reportagens... muito obrigada, meu sobrinho!), ao mais novo integrante (até o momento, porque outros já estão a caminho), Vinícius (sim, é de Moraes, como o grande poeta!), por sua torcida, parte perto, parte longe.

E por falar em distância, agradeço a todas aos meus amigos, de longe e de perto em termos físicos, mas sempre perto do coração, que, mesmo que não tenham percebido ou com expressões de estímulos reais e concretas, auxiliaram-me a chegar onde estou neste momento: à Jack (e meu sobrinho Sandrinho), Adriana, meus padrinhos, Suely (“mãe dois”), Ana Gabriela, Elisa, Daniela, Úrsula, Karine, Andrea, Criziany (pelo enorme companherismo e amizade), Rosana (constante apoio), Dayse (sua ajuda e paciência com o NVivo foi algo inenarrável de tão fantástico. Muito obrigada mesmo!), Betinha (como me ajudou na transcrição! Obrigada!), Amanda, Leila e Janaína. A todos, meu muito obrigada!



• U

C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

A presente Dissertação de Doutoramento visa relacionar a mídia, convencional e alternativa, com os movimentos sociais, nomeadamente a atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST), buscando verificar a forma como os meios de comunicação hegemónicos representam o Movimento, bem como os discursos de criminalização do mesmo. Como contra-ponto, buscou-se verificar na mídia do próprio Movimento, como o mesmo se auto-representa, para além de observar as estratégias de comunicação para rebater as notícias e a forma de divulgação, ambas predominantemente desqualificadoras, veiculadas nos meios de comunicação convencionais. Buscou-se verificar as matérias dos jornais e das revistas tendo por base a Análise Crítica do Discurso (ACD), para além das teses de Boaventura Sousa Santos, que ajudaram a compreender e a vislumbrar caminhos alternativos, sendo assim possível confirmar ambas hipóteses de trabalho, na medida em que os resultados, fulcrados em quatro objetivos, foram surgindo: 1. O MST possui, na mídia hegemónica, um perfil extremamente negativo, com orientações de discurso desqualificadoras, fomentando gravemente o processo de criminalização dos movimentos sociais; 2. O MST, em seus próprios meios de comunicação, tende a reforçar a identidade coletiva dos trabalhadores rurais, ressaltando a união não só entre eles, mas igualmente entre os diversos setores excluídos da sociedade, brasileira e estrangeira, fortalecendo cada vez mais a importância da transnacionalização da luta; 3. percebeu-se que o MST não consegue, por diversos fatores, rebater as informações e notícias publicadas na mídia hegemónica, passando esta a ser um dos meios para retirar o véu da invisibilidade lançado pelas próprias redes dominantes de controle social, tendo em si, portanto, potencial emancipatório inserido nos meios de comunicação, seja dominantes seja alternativos.

Palavras-Chave: meios de comunicação – Movimentos sociais – hegemonia e contra-hegemonia – controle social - Análise Crítica do Discurso



ABSTRACT

This PhD dissertation aims to link the media, conventional and alternative, with social movements, particularly the acts of the Movement of Landless Peasants (MST), trying to see how the media represent the hegemonic movement, as well as speeches criminalization of it. As counter-point, we sought to determine media's own motion, as the same self-representing in addition to observing the communication strategies to counter news and form of disclosure, both predominantly disqualified, voiced in the media conventional. We attempted to verify the materials from newspapers and magazines based on the Critical Discourse Analysis (CDA), in addition to theses of Boaventura Sousa Santos, who helped to understand and envision alternative paths, and we can confirm both hypotheses, in that the results in four key objectives were emerging: 1. The MST has in a hegemonic media, a profile very negative, with guidelines for speech criticizing, encouraging seriously the process of criminalization of social movements; 2. The MST, in their own media, tends to reinforce the collective identity of rural workers, highlighting the union not only among themselves but also between different sectors of society excluded, Brazilian and foreign, increasingly reinforcing the importance of transnationalization fight; 3. realized that the MST can not, by several factors, rebut the information and reports in the hegemonic media, the latter becoming a means of removing the veil of invisibility released by the networks themselves dominant social control, in itself emancipatory potential inserted in the media, be the dominant or alternative one.

Keyword: Media– Social Movements – hegemonic and counter-hegemonic – social control - Critical Discourse Analysis.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	1
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O PERÍODO DE ANÁLISE	10
3. OBJETIVOS.....	12
3.1. OBJETIVO GERAL	12
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4. HIPÓTESE DE TRABALHO	12
5. RESUMO DOS CAPÍTULOS.....	13
PARTE 01 - TEORIZANDO QUESTÕES.....	16
CAPÍTULO 01 – PARA ONDE CAMINHA O ESTADO NO MUNDO GLOBALIZADO? NA TRILHA DA RESISTÊNCIA.....	16
1. A CRISE DO ESTADO LIBERAL E OS NÃO-CIDADÃOS: O QUE LHE RESTA?.....	16
2. SUPERANDO A CRISE: REINVENÇÃO DO ESTADO É NECESSÁRIA.....	22
3. GLOBALIZAÇÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO	29
4. A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA E AS ALIANÇAS TRANSNACIONAIS.....	38
Capítulo 2 – IDENTIDADE COLETIVA, ESPAÇO PÚBLICO E MÍDIA.....	44
1. O DUELO DAS IDENTIDADES.....	44
2. IDENTIDADE COLETIVA COMO FORMA DE EXPRESSÃO POLÍTICA.....	46
3. A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	55
4. OS BASTIDORES DA MÍDIA HEGEMÔNICA.....	59
5. O POTENCIAL EMANCIPADOR DA MÍDIA CONVENCIONAL	68
6. A MÍDIA RADICAL E ALTERNATIVA E OS TRANSGRESSORES COMPULSIVOS DA LINHA ABISSAL	73
PARTE 02 - CONTEXTUALIZANDO QUESTÕES.....	80
CAPÍTULO 03. A QUESTÃO DA TERRA – REPARTINDO O CHÃO.....	80
1. A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESVAZIADORAS DA LUTA.....	80
2. O PANORAMA GERAL DA CRISE AGRÁRIA.....	88
3. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	94
CAPÍTULO 4. EM CENA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.....	101
1. O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.....	101
2. A MISSÃO DIVINA NA FORMAÇÃO DA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO MST.....	109
2.1. A FÉ EMANCIPATÓRIA: BREVE RELATO DE CANUDOS E CONTESTADO.....	110
2.2. A INSPIRAÇÃO DIVINA: AS CEBs E A CPT.....	114
3. A EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: A GLOBALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA.....	119
4. AS OCUPAÇÕES COLETIVAS COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL.....	125
5. O MST ENQUANTO NOVO MOVIMENTO SOCIAL.....	138
6. OS ABALOS DOS TRANSGRESSORES E SUAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS.....	139
6.1. AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DO MST.....	140

CAPÍTULO 05. CONTEXTUALIZANDO OS PERÍODOS EM ANÁLISE	144
1. O MST NA NOVA REPÚBLICA	144
2. APERTO DO CERCO NEOLIBERAL CONTRA O MST	150
3. O ELDORADO DE SANGUE	152
4. OCUPANDO A FAZENDA EM BURITIS E APERTO DO CERCO LEGISLATIVO.....	156
5. AS MULHERES CONTRA O DESERTO VERDE	160
6. QUANDO O JUDICIÁRIO EXIGIRÁ O FIM DO LATIFÚNDIO?	163

PARTE 03 – A ANÁLISE: O MST NA MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA. 168

CAPÍTULO 06 - METODOLOGIA	168
1. A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA QUALITATIVA E A POSIÇÃO DO INVESTIGADOR..	168
2. AS MODALIDADES DE ENTREVISTAS E A ENTREVISTA PRESENCIAL	169
2.1. AS ENTREVISTAS VIRTUAIS	171
3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	174
4. A BASE MATERIAL DE PESQUISA	181

CAPÍTULO 7 – A IMAGEM DO MST NA MÍDIA HEGEMÔNICA
 187 |

1. APRESENTANDO AS SUB-CATEGORIAS	187
2. DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO	200
3. DO APARELHAMENTO PARTIDÁRIO/ SINDICAL DO MOVIMENTO.	203
3.1. “APARELHAMENTO “ X “DISCURSO DESLEGITIMADOR” E “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”.....	205
3.2. “APARELHAMENTO “ X “POLÍTICAS PÚBLICAS”.....	208
4. DA VIOLÊNCIA.....	213
4.1. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “DISCURSO DESLEGITIMADOR”	216
4.2. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”	218
4.3. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “IMAGEM DO PODER ESTATAL”	221
4.4. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”	223
5. DO DISCURSO DESLEGITIMADOR	228
5.1. “DISCURSO DESLEGITIMADOR” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”.....	230
5.2. “DISCURSO DESLEGITIMADOR” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”	232
6. DO DISCURSO LEGITIMADOR.....	238
6.1. “DISCURSO LEGITIMADOR” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”.....	239
6.2. “DISCURSO LEGITIMADOR” X “DISCURSO DESLEGITIMADOR”	241
6.3 “DISCURSO LEGITIMADOR” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”	243
7. COMO OS JORNALISTAS VÊEM O MST: ANALISANDO AS ENTREVISTAS	250
7.1. JORNALISTA EVANDRO ÉBOLI - JORNAL O GLOBO	250
7.2. JORNALISTA EDUARDO SCOLESSE – FOLHA DE SÃO PAULO.....	253
7.3. JORNALISTA DIEGO ESCOSTEGUY – REVISTA VEJA.....	255
7.4. CONFRONTANDO AS ENTREVISTAS	256
8. O PERFIL DO MST PARA A MÍDIA HEGEMÔNICA.....	257

CAPÍTULO 08 – O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DO MST PELA MÍDIA.
 266 |

1. DOS DISCURSOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO.....	266
2. DO “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “DISCURSO DA VIOLÊNCIA”	278
3. DO “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “DISCURSO RESPONSABILIZADOR”.....	282

4. DO “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “DISCURSO LEGITIMADOR”	285
5. DO “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”	288
6. “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”	290
7. ROMPER AS LINHAS ABISSAIS DÁ CADEIA.....	297
CAPÍTULO 9 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEM-TERRA	304
1. APRESENTANDO AS SUB-CATEGORIAS	304
2. DOS DISCURSOS LEGITIMADORES	315
3. DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO	317
4. DO APARELHAMENTO SINDICAL/PARTIDÁRIO DO MOVIMENTO.....	320
5. DO DISCURSO DA VIOLÊNCIA.....	322
6. DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA LUTA.....	324
7. DO CRUZAMENTO DOS DADOS	326
7.1. “DISCURSOS LEGITIMADORES” X “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”	326
7.2. “DISCURSOS LEGITIMADORES X DISCURSOS DA VIOLÊNCIA”	331
7.3. “DISCURSOS LEGITIMADORES X “TRANSNACIONALIZAÇÃO”	333
7.4. “DISCURSOS LEGITIMADORES X “DO APARELHAMENTO”	337
7.5. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “DO DISCURSO LINGUÍSTICO”	338
7.6. “DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO” X “TRANSNACIONALIZAÇÃO”	340
8. A VISÃO DO JORNALISTA DO MST.....	341
9. SOU SEM-TERRA.....	347
CAPÍTULO 10 – O USO CONTRA-HEGEMÔNICO DA MÍDIA ALTERNATIVA PELO MST .	353
1. METODOLOGIA DO CONFRONTO DOS CAPÍTULOS	353
2. NOTÍCIAS NÃO VEICULADAS NA MÍDIA HEGEMÔNICA	366
3. AS ENTREVISTAS: SOBRE A MÍDIA DO MST	374
3.1. JORNALISTA EVANDRO ÉBOLI - JORNAL O GLOBO.....	374
3.2. JORNALISTA EDUARDO SCOLESE – FOLHA DE SÃO PAULO.....	375
3.3. JORNALISTA DIEGO ESCOSTEGUY – REVISTA VEJA.....	377
3.4. JORNALISTA IGOR FELIPPE – JORNAL SEM-TERRA	378
4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SEUS INTERESSES	391
CONCLUSÃO	399
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	425
ANEXOS.....	444

OS BASTIDORES DA MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MST

CRISTIANE DE SOUZA REIS

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A tese aqui desenvolvida tem por tema a relação da mídia, convencional e alternativa, e os movimentos sociais. Pretende-se analisar como a mídia hegemônica identifica o Movimento Sem-Terra (MST), movimento social que se terá como unidade de análise, e como o mesmo também se auto-identifica na mídia alternativa, importando igualmente investigar se esta se contrapõe ao que é veiculado na mídia convencional. Desta forma, importante iniciar a presente contextualizando algumas questões que são cruciais.

Necessário registrar logo a princípio que apesar da trajetória política da autora deste trabalho científico, este intenta ser o mais objetivo possível, fugindo do discurso panfletário. Intenta ser um trabalho de uma estudiosa, não de uma militante; um trabalho de uma acadêmica que rechaça a realidade e que se incomoda e se indigna com injustiças que ainda assombram o povo. Dito isso, passemos às considerações iniciais da investigação.

A partir da segunda metade dos anos 80, a América Latina passou a vivenciar um período de redemocratização, após longo período ditatorial, que em muito acirrou as desigualdades sociais naqueles países. Paralelamente à abertura política, verificou-se uma maior criminalização dos movimentos sociais. Nesta época, no Brasil, a luta da terra foi judicializada, durante o governo Collor de Mello, momento no qual mais ações contra o MST foram instauradas, formando-se uma nova cerca na estrutura agrária e novas formas de repressão.

No Brasil, para além do MST, há vários outros movimentos que lutam pelo acesso e permanência na terra. O mesmo encontramos em diversos outros países, como Argentina, Equador, Bolívia, Colômbia, México, África, sejam trabalhadores rurais, sejam indígenas ou quilombolas. No mundo globalizado, a luta implementada por estes grupos sociais é a forma encontrada para sua inclusão como cidadãos do mundo.

Parto do conceito de movimento social apreendido em Flacks (2005, p. 48), para quem são pessoas que se unem em esforços coletivos de forma estável e durável no tempo, lançando mão de instrumentos não institucionalizados para engendrar mudanças sociais. Este conceito pode ser aproveitado para a discussão da temática sobre os novos movimentos sociais, que se travará a frente. “São formações sociais que procuram maximizar, ao longo do tempo, o poder eventualmente disponível para aqueles que representam” (Flacks, 2005, p. 63).

Dentro de nosso debate, interessam os movimentos sociais agrários, principalmente em razão de as comunidades camponesas encontrarem-se fora dos centros de decisão, que se situam, normalmente, nas cidades. Nesta medida, além de pobres, carecem de poder, sentindo mais forte e violentamente a exclusão social. O antropólogo Robert Redfield, visitado por Chonchol (1994, p. 394) denomina camponeses aqueles que tem controle sobre a terra, que lhes permite realizar com outros um modo de vida tradicional, juntamente com a agricultura, mas não lhes possibilita obter maiores ganhos ou lucros com a mesma. Denomina, assim, como fazendeiros, aqueles que exercem a agricultura como um comércio e consideram a terra como capital e mercadoria.

Entretanto, tendo em vista tal definição distintiva acima apontada, importante observar que os camponeses, trabalhadores rurais, com ou sem terra, pretendem a terra não para uma agricultura de subsistência no sentido de alimentar somente a sua própria família e a si, mas também em um esquema desenvolvimentista para o país, possuindo um conceito de agroecologia, em contraposição ao modelo do agronegócio.

Atualmente, a força de trabalho camponesa se encontra cada vez mais integrada ao mercado. Apesar disso, estudos sobre a pobreza realizados nos últimos anos, segundo Chonchol (1994, p. 415), demonstram que na América Latina a maior parte da população rural encontra-se abaixo da linha da pobreza. Afirma ainda o autor que a

combinação de um forte crescimento demográfico e a incapacidade do sistema industrial urbano em absorver toda a demanda do excedente de mão-de-obra gerado pela modernização capitalista no campo, está em vias de recriar uma economia camponesa como refúgio para os camponeses evitando que, no contexto estrutural da modernização, se proletarizem completamente. (Chonchol, 1994, p. 419)

Importante será, para o melhor entendimento da questão, situar o conceito de criminalização dos movimentos sociais. Para tanto, algumas questões precisam ser

explicitadas, como o conceito de *labelling approach* (Baratta, 1999) e o de criminalização da pobreza (Wacquant, 2005).

Compete ao Poder Legislativo a atribuição de criar, de editar as normas, e ao Judiciário o poder de julgar os casos que lhe são apresentados. Neste sentido, pensando na esfera penal, é o Poder Legislativo que tem o condão de editar leis penais e, portanto, determinar quais bens jurídicos necessitam de proteção penal e, assim, sua violação constitui, a princípio, infração penal. Quem irá analisar o caso e julgá-lo, para determinar se a conduta se subsume à norma ou não¹ é o Poder Judiciário. Assim, tem-se o conceito jurídico de criminalização.

Entretanto, necessário se faz ir além do conceito jurídico de criminalização, posto que outras instâncias sociais rotulam os movimentos como criminosos, baderneiros, terroristas e violadores da paz social. A Mídia, que aqui interessa, apropria-se deste discurso e das funções de ditar e apontar quem são os criminosos, reproduzindo os interesses dos grandes grupos hegemônicos, fazendo com que toda a sociedade assim também pense e, especificamente em nosso objeto de análise, desacredite as razões do próprio movimento. Deste modo, o conceito de criminalização dos movimentos sociais é alargado e pensado para além da estrutura do Legislativo e do Judiciário. É o conceito social de crime que nos interessa.

Baratta (1999, p. 85), na esteira do pensamento de Irving Goffman (1982), quanto à teoria do etiquetamento, parte dos conceitos de conduta desviada e de reação social, chegando à conclusão de que o desvio e a criminalidade não são qualidade intrínseca da conduta nem entidade ontológica preconstituída à reação social, mas sim uma qualidade (que ele chama de etiqueta, rótulo) atribuída a certos sujeitos por meio de complexos processos de interação social (processos formais e informais de definição e seleção). Desta forma, a criminalidade é um status atribuído a certos indivíduos mediante um duplo processo: a) a definição legal de crime, que atribui à conduta o condão criminal; b) a seleção, que etiqueta e estigmatiza um sujeito como criminoso.

¹ Entretanto, neste cerco montado dentro do processo de criminalização no Poder Judiciário, a questão da *tipicidade material*, trazida a cabo pelos operadores do direito, é crucial, pois para a verificação da ocorrência de conduta típica não basta a mera adequação formal dos fatos ao tipo legal (tipicidade formal). Deve-se observar se a mesma é também materialmente típica, isto é, se a conduta é ao mesmo tempo materialmente lesiva a bens jurídicos e se é ética ou se é socialmente reprovável, que seria a *tipicidade material*.

É nesta medida que melhor do que se falar em criminalidade é recorrer ao termo criminalização, sendo uma das maneiras de se construir a realidade social. Neste sentido, afirma Andrade² (1995, p. 28) que

“O sistema penal não se reduz ao complexo estático das normas penais, mas é concebido como um processo articulado e dinâmico de criminalização ao qual concorrem todas as agências do controle social formal, desde o Legislador (criminalização primária), passando pela Polícia e a Justiça (criminalização secundária) até o sistema penitenciário e os mecanismos do controle social informal. Em decorrência, pois, de sua rejeição ao determinismo e aos modelos estáticos de comportamento, o *labelling* conduziu ao reconhecimento de que, do ponto de vista do processo de criminalização seletiva, a investigação das agências formais de controle não pode considerá-las como agências isoladas umas das outras, auto-suficientes e auto-reguladas mas requer, no mais alto grau, um *approach* integrado que permita apreender o funcionamento o sistema como um todo”.

Claramente está aqui o conceito de criminalização dos movimentos sociais do qual tratamos, na medida em que não só a criminalização secundária alarga o espectro da criminalização primária, mas sim todo o processo de controle social global.

Dentro desta idéia de etiquetamento e seletividade do direito penal, na medida em que há clientes preferenciais, normalmente oriundos de classes desprivilegiadas economicamente, emerge a noção de classes perigosas (Chalhoub, 2002; Hobsbawm, 2002) e junto dela a determinação de que há, no sentido afirmado por Loïc Wacquant, uma criminalização da pobreza (Wacquant, 2005).

Neste sentido, temos também o entendimento de Martins (2007, p. 17), quando em sua investigação no qual analisou especificamente o MST, verificou que o processo de criminalização deste Movimento se pode observar de forma mais acentuada quanto mais próximo do conflito está o meio de comunicação e o Poder Judiciário locais.

A criminalização dos movimentos sociais não atinge somente o MST e nem somente movimentos brasileiros. Constitui atualmente fenômeno mundial, sobretudo na América Latina, incluindo movimentos urbanos e rurais, de várias temáticas diferentes e em vários pontos congruentes, como os trabalhadores sem-terra, os quilombolas, os indígenas (os brasileiros, os Zapatistas no México, os Conaie no Equador), as questões de gênero, de trabalho, ambientais entre outros, sobretudo a partir dos anos 90. A solução encontrada pelos movimentos sociais para enfrentar a massificação do período

² Esta idéia de Andrade, é apropriada do entendimento de Alessandro Baratta (1999, p. 95).

neoliberal e o processo de globalização vivenciado foi a aliança, nos termos da união faz a força, e o Fórum Social Mundial (FSM)³ muito contribuiu no avanço das discussões e trocas de experiências, devendo sempre se ter em mente as diferenças locais e nacionais, mas que não impedem a associação dos movimentos.

Para os marxistas, a expansão do capitalismo levaria a luta dos camponeses, dos indígenas a quase nada, a expressões sem força e sem poder de resistência, visto que seriam proletarizados e seus traços culturais aniquilados. Entretanto, na América Latina, é justamente destes setores sociais marginalizados que mais fortemente pode-se verificar a oposição e poder contra-hegemônico. Fortes exemplos são os zapatistas no México e o MST no Brasil.

A temática dos movimentos sociais atualmente é multifacetada, pois um grupo de sem-terra, por exemplo, vê-se atingindo em questões sociais variadas, como o trabalho, o ambiente, a questão de gênero, educacional entre outras. Confrontos variados foram e são objetos de lutas sociais, como acesso à terra, aos mananciais energéticos, à questão indígena e a sacralização de seus territórios e autonomia, as questões da biodiversidade entre vários outros. Não é somente o problema da terra que se verifica e preocupa, mas várias dimensões que compõem a dignidade da vida de um ser humano. Importante situar a questão na ordem dos Novos Movimentos Sociais (NMSs), na qual se tratará mais a frente.

Algumas permanências podem ser observadas no campo e que se arrastam por séculos. Uma delas é a concentração de terras nas mãos de latifundiários, hoje, em grande medida, mas não unicamente, substituídas por mãos coletivas, posto que se encontram sob a titularidade de grandes empresas, grandes grupos econômicos. Obviamente, a concentração de largas extensões de terra leva a grande maioria do campesinato à

³ O Fórum Social Mundial foi idealizado e organizado por um comitê de entidades brasileiras, tendo sido realizado, o primeiro encontro mundial em Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, sendo sua carta de princípios o seu principal documento. Surgiu a idéia deste espaço transnacional contra-hegemônico em oposição ao Fórum Econômico Mundial, que reúne os donos do capital, anualmente, em Davos. Trata-se de um espaço de debate e de convergência de reflexões, experiências e articulações entre movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que lutam contra o neoliberalismo e a imposição ao mundo do capital e imperialismo. O FSM tem como um de seus inspiradores o Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos (2005) cuja obra acerca da matéria é de grande valia aos estudos referentes à matéria.

situação de sem-terra ou, no máximo, de pequenos proprietários rurais, com poucos recursos financeiros que os garanta substancialmente.

A história nos mostra que, contrariamente ao que se pensa, a situação agrária sempre foi campo de luta para os camponeses. A América Latina foi palco de muitas manifestações e reivindicações, desde a época colonial, todas em busca da defesa da terra, seja para o acesso seja para a permanência, por meio de melhores condições de trabalho e vida. Dificilmente consegue-se classificar as rebeliões camponesas em categorias, posto que cada uma teve um contexto diverso em cada um dos países latino-americanos.

Afirma Chonchol que não raras vezes, as revoltas no campo foram espontâneas e que acabaram gerando ações violentas, individuais ou coletivas, em resposta a uma situação criada pelos grupos dominantes, onde tal ação era a única alternativa. Neste sentido, afirma o autor que “quando as lutas camponesas se transformam em ações violentas, é resultado de uma escalada de repressão por parte das oligarquias dominantes ou como consequência de súbitas imposições de leis para suprimir direitos” (Chonchol, 1994, p. 425).

No Brasil, historicamente, houve, com frequência, violência contra as populações, seja contra os nativos, contra os escravos, contra as “pessoas livres” em suas relações de trabalho, contra os movimentos organizados, revoltas populares, camponesas ou urbanas. Basta que passemos um olhar sobre a história dos “vencidos” para lá encontrarmos sinais do que aqui se evoca: a perseguição aos quilombolas, à luta de Canudos, entre tantos outros. Em nossa contemporaneidade, assistimos verdadeiras chacinas contra os sem-terra promovidas por latifundiários e face às mesmas pouca ou nenhuma repressão penal se verifica.

Em vários momentos observamos a investida do poder hegemônico em criminalizar e rotular os movimentos sociais e expô-los negativamente, mas como nenhuma situação de opressão fica sem seu contraponto de resistência, cada vez mais identifica-se ações de reação, do próprio Movimento ou de entidades sociais aliadas, como abaixo se verifica, na exemplificação que se traz de casos recentemente ocorridos no Brasil.

A ONG Justiça Global, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Terra de Direitos e o Movimento dos Sem Terra (MST), encaminharam dois informes aos Relatores Especiais da ONU, Margaret Sekaggya (sobre Defensores de Direitos Humanos), e Philip Alston (sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias ou Extrajudiciais), denunciando a formação de milícias organizadas por produtores rurais do Estado do Paraná e o assassinato de Eli Dallemore⁴, liderança do MST.

A União Democrática Ruralista (UDR), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Sociedade Rural do Oeste (SRO) são conhecidas por patrocinar esses grupos sob a fachada de "empresas de segurança". Em 2007, Alessandro Meneghel⁵, presidente da SRO, criou, em conjunto com ruralistas paranaenses, o Movimento dos Produtores Rurais (MPR) com a intenção de financiar milícias e promover desocupações ilegais de famílias do Movimento dos Sem Terra. O Paraná é um dos Estados brasileiros com maiores índices de violência no campo.

Conforme afirmam Almeida & Sinhoretto (2006, p. 20),

As denúncias de abusos e perseguições policiais, vinculação das instituições de justiça ao poder econômico e comprometimento político do Executivo e da mídia revelam um panorama de conflito aberto em que as instituições de justiça se mostram incapazes mesmo de camuflá-lo sob fachadas técnicos-legais; ao contrário, elas estão diretamente envolvidas na perpetuação de uma situação de violência, em que o uso do aparato legal agrava o conflito (no campo)⁶.

Outro caso emblemático é o protagonizado pelo atual presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, que tomou posse em 24 de Abril de 2008, durante o chamado Abril

⁴ Em março deste ano, dois homens encapuzados invadiram a casa de Eli, no Assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira, Paraná, e o executaram na frente de sua esposa e seus três filhos. O agricultor já havia sobrevivido a um atentado e vinha sendo seguidamente ameaçado, especialmente depois do dia 8 de março, quando 15 pistoleiros atacaram o acampamento Terra Livre, na Fazenda Copramil, e queimaram os pertences das 35 famílias acampadas. Estes não são fatos isolados, mas apenas alguns exemplos da forte violência no campo. O informe enviado à ONU pela ONG Justiça Global e Movimentos sociais mencionados acima alerta sobre a omissão das autoridades e pede investigação séria, efetiva e imparcial para apurar a formação de milícias privadas na região e para a responsabilização dos envolvidos no assassinato de Eli Dallemore.

⁵ Em Abril de 2007, durante audiência no Juizado Especial Criminal no Fórum de Cascavel, realizada com a finalidade de apurar as agressões cometidas contra os trabalhadores do MST, Meneghel cometeu crime de racismo contra Célia Aparecida Lourenço, além de ameaçar e agredir verbalmente o advogado do Movimento, Vinicius Gessolo de Oliveira, e a liderança do MST, Valmir Mota de Oliveira, o Keno. Seis meses depois, em Outubro daquele mesmo ano, Keno foi executado em um ataque de uma milícia armada ao acampamento Via Campesina, localizado no campo de experimentos transgênicos da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste. Inquérito policial foi instaurado, mas nenhuma providência foi tomada pelas autoridades brasileiras.

⁶ Inclusão da expressão no campo feita pela autora da presente Tese.

Vermelho⁷, que em seu discurso⁸, atacou frontalmente os movimentos sociais. Não citou diretamente o MST, mas fez alusão às suas práticas como são representadas hegemonicamente, condenando-as ao afirmar que: “Isso vale para qualquer movimento. Se for invasão de propriedade, destruição de bens, impedimento de afazeres de órgãos públicos, já ultrapassou os limites que a Constituição estabelece” (Mendes, 2008). A visão que o novo presidente do STF, revelada em sua preleção, trazida no trecho acima, possui dos movimentos sociais é a mais conservadora possível, o que demonstra a tendência à manutenção do viés da criminalização desse setor social, para além de indicar que o princípio da imparcialidade dos juizes não se faz tão presente em todos os casos.

Afirma ainda o atual Ministro do STF, reforçando sua visão:

Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. O direito de reunião e de liberdade de opinião devem ser respeitados e assegurados. A agressão aos direitos de terceiros e da comunidade em geral deve ser repelida imediatamente com os instrumentos fornecidos pelo Estado de Direito, sem embaraços, sem tergiversações, sem leniências. O Judiciário tem grande responsabilidade no contexto destas violações e deve atuar com o rigor que o regime democrático impõe (Mendes, 2008, p. 29).

Um exemplo de ação hegemônica e reação contra-hegemônica é o fato ocorrido e atualmente muito debatido que se relaciona à tentativa de criminalização do Movimento implementada pelo Ministério Público gaúcho e o governo daquele Estado, sob a linha de frente da Brigada Militar, que será tratado na parte de contextualização desta tese.

Outra situação que merece destaque e que envolve os meios de comunicação de massa é o caso ocorrido em 24 de Julho de 2008, ocasião em que o Jornal Nacional, programa jornalístico pertencente à grade de programação da Rede Globo de Telecomunicações, veicula reportagem afirmando que o traficante de drogas Ney da Rocinha vem obrigando o “Movimento⁹” a apoiar a candidatura à vereança de Claudinho da Academia e afirma que esta é uma estratégia do tráfico para conseguir apoio político dentro das estruturas de Governo para suas ações criminosas. Em seguida, e na mesma

⁷ O chamado Abril Vermelho constitui na intensificação das ocupações realizadas em todo o país, promovidas pelo MST, durante o mês de Abril. Este mês tem um significado forte, pois foi em 17 de Abril que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, que marcou para sempre a história da luta do povo.

⁸ (Mendes, 2008, p. 25).

⁹ No âmbito do tráfico de drogas, quando se fala em Movimento, está se referindo ao movimento, à dinâmica da boca-de-fumo, local onde a droga é comercializada.

reportagem, apresenta José Rainha, ex-líder do MST¹⁰, na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, como ligado e cabo eleitoral do mesmo candidato, fazendo clara alusão e comparação de intencionalidades de ambos “movimentos”. A partir deste momento, a reportagem passa a mesclar os dois: o traficante Ney e o líder do MST, José Rainha, firmando na consciência do público a imagem dos dois como criminosos, bem como a suposta relação do Movimento com traficantes.

Em nota veiculada pela Direção Nacional do MST, o Movimento afirma que não participa do processo eleitoral nem apóia candidaturas a prefeito ou vereador. O papel do Movimento é fazer a luta social pela Reforma Agrária e prima pela autonomia em relação a partidos, governos e do Estado em mais de 24 anos na organização dos trabalhadores rurais. Reafirma que José Rainha não mais participa do MST em nenhuma instância. Esta nota foi encaminhada à direção do Jornal Nacional, como resposta, mas a mesma não foi divulgada, infringindo assim uma das diretrizes fundamentais da ética jornalista¹¹. Lembrando que em qualquer notícia, é obrigação do meio de comunicação, apresentar ambos os lados, não sendo o MST sequer procurado e quando espontaneamente o fez, não viu sua nota divulgada.

Intenta-se, na presente investigação, desvendar como os meios de comunicação convencionais identificam as ações implementadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), bem como as alternativas comunicacionais do próprio Movimento, para além de se verificar se há potencial contra-hegemônico na Mídia convencional.

Neste sentido, algumas perguntas ecoam necessitando de solução. São questionamentos que transformo em problematizações norteadoras do caminho a percorrer no desenvolvimento desta tese de doutoramento, tendo em vista os períodos selecionados para análise e que abaixo se verificará: De que modo os sem-terra são retratados nos meios de comunicação hegemônicos? Como a Mídia reflete a imagem do Outro (que lhe é diferente) para o excluir e/ou desqualificar? Quando a Mídia abarca o processo de

¹⁰ José Rainha foi descredenciado do MST em 2007 após seu envolvimento em um projeto de produção de biodiesel e pelo não cumprimento de uma determinação do Movimento em não se aliar a qualquer partido político, para além de sua condenação por porte ilegal de arma. Apesar disto, Rainha continua a dar declarações afirmando que é filiado ao movimento e ainda utiliza os símbolos deste, mesmo sem permissão.

¹¹ Vide artigo 12 do Código de Ética dos jornalistas Brasileiros, inserido no capítulo III, referente à responsabilidade profissional do jornalista.

criminalização, quais são os discursos por ela evocados? Em que medida as estratégias de comunicação do MST são utilizadas? O MST utiliza a sua mídia de modo a combater ou rechaçar as estratégias difundidas na comunicação social dominante? Há potencial contra-hegemônico nos meios de comunicação? Em outras palavras, poderá a Mídia ser emancipatória? Ao responder a estas perguntas, é bom não olvidar o que afirma o Movimento Zapatista, quando diz: “perguntando, caminhamos; caminhamos a passos mais lentos, porque vamos mais longe, e mandamos, obedecendo”.

Vários autores mencionam que os meios de comunicação brasileiros prejudicam a imagem dos movimentos sociais agrários e assim o é posto que são de propriedade de fortes poderes políticos, sociais e econômicos (Losano, 2006, p. 207) e isso corresponde sim à realidade. Mas toda moeda tem dois lados e deste modo, podemos, por meio deste trabalho, verificar se podemos explorar o lado contra-hegemônico da mídia, tanto convencional quanto alternativa. É usar a força do opositor contra ele próprio.

Conforme Flacks (2005, p. 47) “estudar os movimentos sociais é perguntar em que condições é que o ser humano se torna capaz de querer a liberdade e de agir livremente”, e, nesta medida, muito se tem a acrescentar com o trabalho investigativo, visto que a mídia representa os movimentos sociais, aqui especificamente o MST, de uma maneira que difere da autorepresentação que o mesmo possui de si, buscando identificar, o potencial emancipador não só na mídia alternativa que produzem, mas também nos meios de comunicação convencionais.

Pela breve exposição, o tema proposto justifica-se como sendo de grande relevância social, visto que a questão agrária é de extrema importância e que sua não solução aflige a vários brasileiros, direta ou indiretamente relacionados ao campo. O MST, com sua estratégia de atuação, por meio das ocupações, conseguiu incluir a reforma agrária na agenda nacional, a custo de ter como contra-reação o aperto do cerco, tanto na Mídia quanto no Poder Judiciário.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O PERÍODO DE ANÁLISE

Nesta seção, estabeleceremos as bases metodológicas, objetivos e hipóteses de investigação, que orientou a recolha e análise dos dados coletados.

Procura-se, com a análise documental, com base em notícias de jornais e revistas, observar e analisar o modo como o Movimento dos Sem-Terra é retratado e, igualmente, se auto-identifica, optando, para tanto, por uma análise qualitativa dos dados, observando os pressupostos da análise crítica do discurso.

Para melhor análise do tema proposto, entrelaçou-se atividades de revisão bibliográfica, utilizando teorias consistentes dos autores, como Boaventura Sousa Santos, Giddens, José Manuel Mendes, Norman Fairclough, entre outros, às análises dos discursos inseridos em algumas notícias veiculadas na Mídia impressa, bem como suas imagens, perscrutando entre as enunciações e discursos que criam os mecanismos de controle e disciplinação social que desembocam na criminalização dos movimentos sociais. Foram, ainda, elaboradas entrevistas e aplicadas aos jornalistas dos meios de comunicação convencional (O Globo, Folha de São Paulo e Revista Veja) e alternativo (Jornal Sem-Terra).

Por meio dos dados levantados, alguns períodos se apresentam como sendo importantes e que merecem ser analisados na Tese, aqui descritos brevemente, terão lugar na segunda parte desta investigação:

1. Surgimento do MST, início das ações coletivas na Nova República: 1984 a 1986;
2. Governo Collor: 1990 a 1992 – Entrada mais feroz do neoliberalismo e maior criminalização dos movimentos sociais;
3. Governo FHC: 1996 – 1º mandato – Massacre de Eldorado de Carajás;
4. Governo FHC: 2001 – 2º mandato – Ocupação da Fazenda em Buritis e aperto do cerco contra o MST por meio de medidas legislativas;
5. Governo Lula: 2006 – 1º mandato - Ocupação da Aracruz Celulose S.A.
6. Governo Lula: 2008 – 2º mandato - Ministério Público do Rio Grande do Sul intenta extinguir o MST naquele Estado.

3. OBJETIVOS.

3.1. Objetivo Geral

Analisar as estratégias comunicacionais da Mídia hegemônica quanto ao MST, bem como as do próprio Movimento, buscando demonstrar que os meios de comunicação convencionais, ao mesmo tempo que são hegemônicos, exercendo forte controle social e criminalizador dos movimentos sociais, também são espaço de luta contra-hegemônicos, na medida em que o silêncio nas reportagens, levaria a uma maior invisibilização.

3.2. Objetivos específicos

1. Verificar as estratégias comunicacionais dos meios de comunicação hegemônicos que representam o MST;
2. Verificar as estratégias comunicacionais dos meios de comunicação hegemônicos que criminalizam o MST;
3. Analisar as estratégias comunicacionais de auto-representação do MST na mídia contra-hegemônica;
4. Analisar em que medida as estratégias de comunicação do MST são utilizadas para rebater a forma de veiculação das notícias por parte dos meios de comunicação dominante;

4. HIPÓTESE DE TRABALHO

Neste sentido, dois imperativos heurísticos se trazem à baila:

1. A mídia hegemônica, em seu editorial e suas reportagens, com a forma apresentada, constitui um dos elos no processo de criminalização sofrido pelo MST, sob análise;
2. A mídia dominante, mesmo desqualificando o Movimento, cria espaço de visibilidade para o MST, que pode vir a utilizar de forma contra-hegemônica tanto a mídia convencional e quanto a alternativa. O MST utiliza-se de dois canais para visibilidade e difusão do discurso contra-hegemônico: os canais alternativos próprios (aqui especificamente Jornal e Revista Sem-Terra) e a própria mídia hegemônica, que os retira da invisibilidade, constituindo, ambos, espaços de luta.

5. RESUMO DOS CAPÍTULOS

No capítulo primeiro, tratamos das noções do Estado, cidadania e democracia, para além da questão da globalização, onde mencionamos que o paradigma político atual encontra-se em crise, causando “situação similar no Estado providência, que nos países periféricos e semi-periféricos, assumiu a forma de Estado desenvolvimentista” (Boaventura De Sousa (Org.) Santos, 2003, p. 05), trazendo as diversas consequências negativas advindas da globalização, como demissões, ajuste estrutural, inflação etc. Este quadro, como era de se esperar, gerou um reforço no conservadorismo e a não aceitação de ampliação do contrato social.

O grande problema nos países periféricos, que nunca experimentaram um Estado de bem-estar, não é que o Estado seja grande e interventor do mercado, mas justamente o fato de ser um Estado fraco, que não atende às necessidades sociais. Assim, o importante é que o Estado seja reinventado, tornando-o mais eficiente e mais redistributivo e com um sistema democrático eficaz e para além da mera representação liberal.

Fernandes (2006, p. 162) afirma que “somente os Estados transnacionais regionais parecem reunir condições para se tornarem Estados fortes e para apresentarem como resposta de cooperação face à globalização” e, lembrando que o mesmo fala em sociedade mundial, passa, nesta concepção de Estados transnacionais, a mencionar a hipótese de *províncias da sociedade mundial*. Entretanto, para transformar a sociedade é necessário reconstruir comportamentos, valores e estilos de vida (Handler, 1993, p. 722). Um dos caminhos para que a sociedade civil contra-hegemônica¹² possa alterar o espaço e democratizar a democracia, é através dos meios de comunicação, sendo um dos passos para a transformação da democracia liberal.

No segundo capítulo, importou-nos as noções acerca da identidade coletiva, tão cara ao MST, enquanto fortalecimento dos elos individuais e da luta em si, onde o identificar-se como sem-terra é uma questão política que perpassa pela própria noção de cidadania. As

¹² Segundo Giddens (2002, p. 53), os meios de comunicação atuais geraram cidadanias mais ativas e mais reflexivas do que as anteriores, sendo necessário, segundo o mesmo, “democratizar a democracia”.

formas de representação do Movimento na mídia hegemônica e de auto-representação dos mesmos em sua mídia alternativa demonstram que os meios de comunicação constituem fértil terreno de luta pela ocupação do espaço público.

Os três capítulos seguintes cingem-se na contextualização do tema, versando o terceiro capítulo sobre a reforma agrária e o panorama da crise no campo. O quarto capítulo refere-se à formação do MST e como o Movimento desenvolveu-se ao longo dos seus vinte e seis anos de existência, tratando, ainda, o quinto capítulo de contextualizar em torno dos períodos que foram selecionados para análise.

O sexto capítulo refere-se à metodologia aplicada neste trabalho investigativo, traçando algumas questões acerca da metodologia qualitativa e comparando os dois métodos de entrevista utilizados, quais sejam o presencial e o por correio eletrônico. Passamos, ainda, pelas noções que nos foram muito caras referentes à análise crítica do discurso de Norman Fairclough.

Do sétimo ao décimo capítulo, utilizamos para responder aos nossos objetivos específicos aqui descritos, tratando o sétimo capítulo da imagem que o MST e seus militantes possuem juntos à mídia hegemônica, destinando a questão da criminalização do Movimento para o oitavo capítulo, por tratar-se de temática especial e alvo de inúmeras mobilizações por parte dos movimentos sociais para denunciarem este processo.

No nono capítulo, verificamos como o próprio MST, em seu meio de comunicação impresso, nomeadamente o Jornal Sem-Terra, se auto-representou, reservando ao décimo e último capítulo a verificação se a mídia alternativa do Movimento contrapunha as informações transmitidas e divulgadas nos meios de comunicação hegemônicos.

PARTE 1

TEORIZANDO QUESTÕES



PARTE 01 - TEORIZANDO QUESTÕES

Na primeira parte deste trabalho investigativo, iremos tratar teoricamente de algumas questões, como Estado, globalização, identidade coletiva, mídia e espaço público. Todas estas questões que aqui serão teorizadas, são de suma importância para o cumprimento dos objetivos desta Tese, como se demonstrará na terceira parte, que se aterá ao trabalho empírico, analisados à luz de toda a teoria aqui trazida à colação.

CAPÍTULO 01 – PARA ONDE CAMINHA O ESTADO NO MUNDO GLOBALIZADO? NA TRILHA DA RESISTÊNCIA.

1. A CRISE DO ESTADO LIBERAL E OS NÃO-CIDADÃOS: O QUE LHES RESTA?

“A pobreza é mais do que a simples falta; é o estado de necessidade constante e de miséria aguda cuja particular ignomínia reside no seu poder desumanizante” - Hannah Arendt (1985, p. 83).

A epígrafe de autoria de Hannah Arendt nos faz ter em mente que a pobreza, a miséria, que levam à exclusão, não é fenômeno natural, mas político e social. O processo de globalização atinge vários setores e a política dele não escapa. O projeto político neoliberal assiste à convergência de Estados e atores globais, incluindo empresas transnacionais e organizações governamentais internacionais, bem como um conjunto de outros atores estatais, inter-estatais e não estatais, a que Katz (2006, p. 335) afirma constituir um bloco histórico hegemônico¹, que se unem por meio de acordos políticos internacionais.

Entretanto, conforme nos afirma Boron (2001, p. 38), importante registrar que, apesar da interligação entre os países do sistema mundo, cada qual possui um peso e uma importância em todo este sistema. Assim, impossível pensar que países africanos ou latino-americanos possuem o mesmo grau de mando que países do norte-americano ou alguns europeus. A falácia de que, devido a representação supostamente igualitária na ONU significa igualdade entre os Estados-nação, deve ser desde já derrubada.

¹ O conceito de bloco histórico é original do pensamento de Gramsci e significa que uma classe econômica, raramente, determina diretamente, mas este poder político é sempre constituído como um bloco de classes e outras forças sociais (Antonio Gramsci, 1989, pp. 8-12; Hunt, 1990, p. 328).

Com a globalização, as nações passam a atuar com enorme competitividade internacional, agindo mesmo como empresas, fazendo com que alguns afirmem que a globalização levaria ao fim do Estado-Nação, como organização territorial eficaz em matéria de governabilidade das atividades nacionais, e à decomposição dos Estados nacionais. Especialmente tendo em vista a crise financeira mundial eclodida a partir de 2008, esta afirmação, que já era extremamente controversa², não mais se aplica, pois nesta situação o Estado passa a ter mais força do que nunca, devendo regressar sua predominância, onde até então era o mercado quem ditava as regras.

Conforme afirma Boron (2001, p. 42), “é sumamente importante não se deixar seduzir pelo canto da sereia do neoliberalismo e sua falsa pregação acerca das ‘empresas globais’, desvinculadas de qualquer base nacional”. Crer diferentemente disso seria se deixar ludibriar pelo discurso neoliberal, que rechaça o Estado, mas dele precisa. Neste sentido temos o entendimento de Chomsky (1989). Os Estados são cada vez mais necessários. A crise mundial nos demonstra, constantemente, como os Estados nacionais nunca se esvaziaram, sendo em si a prova de sua necessidade, na medida em que muitas empresas salvam-se da bancarrota com auxílio e subsídio dos Estados.

Enquanto na sociedade industrial, podia-se perceber uma relação entre indivíduo, sociedade e Estado, no mundo globalizado e sem centro político, há uma ausência de centralidade do Estado e há complexidade das relações entre os atores e os espaços sociais. Parecem ter perdido a centralidade no que diz respeito aos aspectos econômico, social e político³ e, assim, cada vez mais vão regulando sua própria desregulação (Santos, 2001c, p. 45). Boron (2001, p. 52) afirma que a desregulação nada mais é do

² A discussão acerca do fim ou não dos Estados e, conseqüentemente, da soberania, não cabe neste trabalho de pesquisa, por exceder seu tema, mas não se furta a pequenos comentários acerca do assunto, mas desde já se afirma que não se partilha da idéia de fim de Estado, mas sim sua redefinição, necessidade esta cada vez mais premente.

³ Conforme Santos (2006, p. 47), três elementos do Consenso de Washington são evidenciados na globalização política: o consenso do Estado fraco; da democracia liberal; e do primado do direito e do sistema judicial. O autor afirma que as duas primeiras idéias se traduzem por resgate da teoria política liberal. A primeira resgatando o conceito de que para uma sociedade civil forte seria necessário um Estado fraco. Entretanto, como bem lembra, só um Estado forte para conseguir sua própria desregulação. Já o segundo consenso tem enfrentado dificuldades, visto apresentar-se de forma única a diferentes contextos sociais. O terceiro consenso é aquele que melhor une a globalização política à econômica, pois para seu desenvolvimento pleno, necessita de suporte legal adequado. “A proeminência da propriedade individual e dos contratos reforça ainda mais o primado do direito” (Santos, 2001c, p. 49). Para o próprio estímulo ao crédito a que Santos menciona, necessário se faz ter um sistema judicial eficaz. (Santos, 2000).

que a “imposição de uma nova modalidade de regulação”. Neste sentido, Amin (2001b, p. 26) afirma que todos os mercados estão regulados, sendo apenas necessário descobrir por quem e de que maneira.

Passa a haver, na esfera hegemônica, uma crença na dissociação, um afastamento entre a sociedade e a atividade política, sendo este um dos aspectos que nos aponta Santos (2000, p. 106) para a predominância do pilar regulatório sobre o emancipatório: “uma redução da política a uma prática social sectorial e especializada e na rígida regulação da participação dos cidadãos nessa prática” (Santos, 2000, p. 106).

O capitalismo tenta gerar a separação entre a economia (mercado) e o político (Estado), que, segundo Polanyi (1980), esta separação liberal, visa proteger a primeira contra as possíveis interferências da segunda. Na realidade, as empresas não podem prescindir do apoio e respaldo dos Estados, pois, conforme Amin, “não há capitalistas sem Estados capitalistas” (Amin, 2001a, p. 19) e também porque o mercado global necessita do Estado, seja para “manter as condições de acumulação e competitividade”, seja para “preservar a disciplina trabalhista e a ordem social”, seja para “acrescentar a mobilidade de capital ao mesmo tempo que bloqueia a mobilidade dos trabalhadores” (Wood, 2001, p. 115).

Em uma linha contra-hegemônica, setores sociais excluídos se aproximam mais da política, na mesma medida em que os Estados se despolitizam, diminuindo, nos países centrais, o fomento ao bem-estar dos cidadãos. É a discrepância entre as expectativas e as experiências, conforme nos fala Santos (2000, pp. 32-33). Quanto mais o Estado deixa espaço e não cumpre seu papel, mais os setores excluídos, que se ressentem desta omissão, buscam cobrir estes espaços e o ocupam, engendrando formas de inclusão e visibilidade.

Assim, Pierre Bourdieu afirma que os Estados assumem uma dupla face, um duplo comportamento, dependendo do grupo social a que se refere, asseverando que

“o Estado beneficente, fundado no conceito moralizante de pobreza, tende a bifurcar-se num Estado Social que provê garantias mínimas de segurança para as classes médias e num Estado cada vez mais repressivo, que contra-ataca os efeitos violentos da condição cada vez mais precária da grande massa da população” (2001, p. 84).

A modernidade, segundo Santos (1991, p. 136 e ss.), fundou-se sob dois pilares: o da regulação⁴ e o da emancipação⁵, podendo se compreender esta como também um espaço de luta pela regulação, mas uma regulação mais digna, mais inclusiva. O equilíbrio entre ambos, segundo o autor, depende de um “desenvolvimento harmonioso e das relações dinâmicas entre eles”. Entretanto, este equilíbrio jamais fora conseguido, em especial a partir do momento em que a modernidade se identificou com o capitalismo, momento em que o pilar da regulação sobrepujou e a forma como se deu também foi desproporcional (idem p. 137), pois verificou-se globalmente um aumento exagerado do princípio do mercado sobre o do Estado e de ambos sobre o da comunidade, afirmando Santos que estes princípios se movimentaram em três fases distintas.

Ambos pilares encontram-se em crise e a esta Santos (2003, p. 06) chama neoliberalismo⁶. Para todos aqueles excluídos do contrato social⁷, só resta o “estado da natureza”, devendo-se clarificar que para o contrato social só tem importância a natureza humana, que deve ser domesticada com as leis do Estado e as normas de convivência da sociedade civil (Boaventura De Sousa Santos, 1999, p. 02). A luta pela emancipação social passou a ser uma questão de inclusão no contrato social e rechaçamento à exclusão do mesmo.

O que a teoria liberal faz é jogar para bem longe a concepção de comunidade rousseauiana (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 139), pois esta admite e incentiva a participação política do cidadão. Assim, tem-se estabelecida uma outra forma de contrato social: O contrato social liberal, tendo por base a relação vertical de subordinação do cidadão em relação ao Estado.

⁴ Extraíndo de Santos, o mesmo afirma que o pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau).

⁵ Este pilar é formado pela articulação entre três dimensões da racionalização e secularização da vida colectiva: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e da técnica modernas; e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura.

⁶ A estratégia de assunção de questões emancipatórias pelo Estado capitalista, nos países centrais, segundo Santos, explicou, por muito tempo, a conciliação entre o capitalismo e a democracia, esta restrita à ideia de redistribuição demoliberais e demo-socialistas. A ruína desta estratégia levou à crise da tensão entre a emancipação e a regulação, crise esta, ensina-nos o professor, em que vemos surgir o *neoliberalismo*, que de neo nada há, visto ser o velho conservadorismo de sempre e que, na verdade, reforçou e alargou, para além dos países centrais, a relação entre o capitalismo e a democracia. Ver Santos (2003, p. 05).

⁷ Devemos lembrar o que nos esclarece Santos (1999) quando afirma que a tensão entre a regulação e a emancipação estão assentes no contrato social e este tensão se perfaz pela polarização entre a vontade individual e a geral, entre interesse particular e bem-comum, onde o Estado-nação, o direito e a educação cívica são os garantes de passividade desta tensão no interior da sociedade civil (p. 01). Para saber mais sobre estes dois pilares, ver Santos (2000, p. 47 e ss.).

Com toda atenção voltada aos mercados e livres comércio, encontramos-nos em um momento de crise mundial, crise esta que afeta a todos os países, em menor ou maior escala. Assim, o século XXI globalizado apresenta-se com a crise do Estado-Nação⁸, na sua forma liberal, ao mesmo tempo pela volta de um Estado que não é mais este, mas sim orientado sob novas formas de organização, produção de poder e legitimação. Conforme Santos (2007a, p. 110), os Estados-nação passaram a ser um espaço importante de luta pela realização e efetivação dos direitos humanos, tendo no ativismo transnacional poderoso coadjuvante, pois devemos lembrar que não raras vezes é o próprio Estado o violador dos direitos humanos.

Santos (2003, pp. 17-18) afirma que atualmente, em razão da crise paradigmática que se vivencia, o “bloco histórico”, que já teve extrema importância para manutenção do *status quo*, vê-se hoje cedendo lugar à novas formas de contratualização⁹ (privadas), igualmente em crise, posto que há predomínio dos processos de exclusão social, que assumem duas formas: pré-contratualismo e pós-contratualismo¹⁰.

O Estado, ao não prover direitos básicos a todos os cidadãos, situação esta acirrada pelos idéias neoliberais, fomentado por interesses transnacionais, reservou aos setores marginalizados, transformados em uma subclasse de excluídos¹¹ em razão do pré e pós-contratualismo, o seu braço forte: o Estado penal e repressor.

⁸ Castells (2003, p. 373) afirma que os Estados-nação enfrentam três grandes desafios: “a globalização e a posse dos *media*; flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; autonomia e diversidade dos *media*”.

⁹ Estas formas de contratualização neoliberal não reconhecem o conflito e nem a luta como elementos estruturantes do pacto social (Boaventura De Sousa (Org.) Santos, 2003, p. 17).

¹⁰ O pré-contratualismo consiste em manter aqueles excluídos do contrato no mesmo lugar; reforça a exclusão daqueles que tinham bilhete de cidadão. No pós-contratualismo, as pessoas que inicialmente estavam incluídas no contrato social, passaram a não mais estar. Esta nova massa de excluídos ou reafirmados na exclusão passam a um novo estatuto social de humilhação e que só lhes resta mesmo o caminho da luta para (re)inserção.

¹¹ Para esta subclasse, o trabalho já não é opção de inclusão no status de cidadania, mas apenas de exploração. Santos (2003, pp. 19-20) cita Wilson que define seis características principais que correspondem a esta subclasse e inclui como um dos pontos a tendência criminosa. Concordamos com todos os cinco itens anteriores, mas discordamos deste, posto que não há tendência ao cometimento de crime quando às vezes esta é a única solução que lhes resta, não olvidando que não é apenas a subclasse, para utilizar a nomenclatura aqui trabalhada que ingressa na carreira criminosa. Há outra que tem opção, que são totalmente ou parcialmente incluídos e que cometem crimes muito mais severos e danosos à sociedade. Vale aqui registrar que Lash (1999) utiliza também a expressão subclasse, mas para designar aqueles que são excluídos do acesso às estruturas de informação e comunicação.

A crise do Estado-Providência é uma crise no campo da solidariedade. Isso é certo, mas países periféricos e semi-periféricos¹², em regra, não experimentaram este tipo de Estado, mas sim um Estado desenvolvimentista/Estado Penal. Nesta medida, o Estado atende às necessidades daqueles que são incluídos no contrato social, mas reservam o braço repressivo àqueles que não são. Estas duas linhas se enfrentam. Uma para manter seu *status* e a outra para sair da mesma, para ingressar na outra.

Para estes últimos, há, associado, e em paralelo, um maior controle social, tanto formal quanto informal, daqueles que se encontram sob a égide do fascismo social¹³ (Boaventura De Sousa Santos, 2006, 2009; 2003; 2000, p. 20 e ss.). Os grupos marginalizados, nesta medida, surgem como perigosos e não raras vezes impõem-se de modo contrário à ordem estabelecida, visto que a ordem imposta não lhes atende e nem lhes interessa, são contraditados com maior controle e repressão.

Cria-se um sentimento de insegurança¹⁴ na população em geral, transformando aquela massa desvalida e expoliada na expressão máxima do perigo; aqueles que todos devem temer e neste rol, incluem-se as mulheres, os indígenas, os homossexuais, os sem-teto, os sem-terra, os trabalhadores urbanos etc. Nesta medida, todas as formas de exclusão, violência e controle social sobre os grupos perigosos são válidas e ratificadas pela

¹² Segundo I. Wallerstein (2004a, 2004b), “o mundo contemporâneo é constituído por um único sistema econômico”, sendo este sistema constituído por três tipos de Estados: centrais, semi-periféricos e periféricos.

¹³ Nesta perspectiva, Santos (2003, p. 20 e ss.) nos informa haver atualmente quatro formas de fascismo social, que o autor denomina de *fascismo do apartheid social*; *fascismo para-estatal* (possui duas vertentes: *fascismo contratual* e *fascismo territorial*); *fascismo da insegurança*; *fascismo financeiro*. Com base nesta identificação de fascismo social. (Em Santos (1999, pp. 22-28), o autor admitia a existência de outras duas formas de fascismo social, já não mais tratadas nas edições posteriores, quais sejam o fascismo do estado paralelo e o fascismo populista). Tendo em conta a relação entre Estado e sociedade civil, Santos (2003) traz-nos ainda importante distinção entre três tipos de sociedade civil, característica das sociedades modernas ao longo dos tempos, sendo elas: *sociedade civil íntima*, *sociedade civil estranha* e *sociedade civil incivil*. É nesta última forma que se encontram os trabalhadores rurais sem-terra, indígenas e, na área urbana, os moradores de comunidades, isto é, os favelados. Para saber mais ver Santos (2003, p. 21 e ss.).

¹⁴ Importante situar que a tese não discorrerá sobre a indústria do medo e imposição de insegurança, pois isto requereria uma análise que transcende os limites do presente trabalho e mesmo futuro, pois visa-se, na Tese, como já se deixou claro desde o início, reconhecer a representação social que o MST possui na mídia hegemônica e como o Movimento utiliza esta mesma mídia de forma contra-hegemônica, para além da sua própria forma comunicativa. Entretanto, para saber mais sobre a difusão do medo e da insegurança, ver Batista (2003).

sociedade. Assim como as idéias e interesses hegemônicos viram consenso¹⁵, também se tornam as soluções contra aqueles que não interessam.

Para a legalidade demoliberal, a não cidadania é a marca de sua incapacidade enquanto prática política, no dizer de Santos (2003, p. 62), posto que o Estado liberal foi criado para atender às necessidades de uns e subjugar outros e para que as necessidades dos primeiros sejam atendidas. Quanto ao cosmopolitismo, a não-cidadania é o mote que leva à luta pela inclusão e emancipação, pois a opressão e a exploração geram exclusões que não se aceitam ou toleram, gerando os movimentos de baixo para cima.

Interessante notar que o contrato social não reconhece os excluídos como tal, fazendo crer que não há exclusão e para cobrir esta situação, os invisibiliza, declarando, como afirma Santos (1999, p. 03), mortos civis. Se podemos falar em sociedades, mesmo distintas e pertencentes a uma sociedade macro que se triparte¹⁶, podemos então dizer que aqueles que pertencem à sociedade civil estranha e incivil, na verdade, não são excluídos, mas incluídos desta maneira. São excluídos do contrato social e da esfera da sociedade civil íntima, mas são incluídos em formas de fascismo social, que se traduz na forma máxima de exclusão social.

2. SUPERANDO A CRISE: REINVENÇÃO DO ESTADO É NECESSÁRIA.

“A globalização não significa, assim, a prevalência da ordem global sobre as ordens locais, nacionais ou regionais, nem significa a construção de uma sociedade global harmoniosa”. (Cabo, 2008, p. 09).

Esta epígrafe traz em si a síntese de como devemos compreender o momento em que vivemos. Um momento de homogeneização, mas ao mesmo tempo de reafirmação das diferenças. Um momento em que devemos repensar o Estado, a soberania, a democracia, as identidades, a cidadania e o próprio contrato social estabelecido e, neste sentido conclui a autora sua sentença afirmando que “isto significa que a democracia tem que ser repensada num contexto além-fronteiras, as identidades culturais terão que

¹⁵ Segundo Hunt (1990, p. 321), hegemonia é o processo ativo que envolve produção, reprodução e mobilização do consenso popular.

¹⁶ Santos (2009, p. 563 e ss.; 2003, p. 25 e ss.) menciona os três tipos de sociedades tratadas acima que aqui se segue.

ser reforçadas, a sociedade terá cada vez mais que se questionar a si própria num processo de reflexividade” (Cabo, 2008, p. 12).

Berman (1986, p. 16 e ss.) vem nos trazer uma breve periodização da modernidade, levando em conta nomeadamente o aspecto cultural¹⁷. A sociedade industrial, segundo Gellner (2001, p. 39) traz em si a ideia de progresso e de melhora material constante. A esta visão podemos associar a trazida por Berman (1986), para quem modernidade é o conjunto das experiências compartilhadas por todos, sendo tudo aquilo que é novo, que está em movimento, e que, nesta medida, traz em si também seu revés, qual seja a destruição do que se conhece. A modernidade, neste sentido, está em constante dialética, pois como nos traz o autor último acima mencionado, ao mesmo tempo que rompe fronteiras e une a espécie humana, também traz “lutas e contradições, ambiguidades e angústias” (Berman, 1986, p. 15), que se traduz em múltiplos e complexos acontecimentos, num fenómeno denominado modernização.

Foucault (1979, 1999) é um dos filósofos que nos mostra as facetas opressoras da modernidade, incrustadas e atadas por força das “instituições totais”, termo utilizado e apreendido em Erving Goffman. Boa é a descrição feita por Foucault, até certo ponto, na medida em que o mesmo fala de dentro de um sistema panóptico para o qual não há saída, não considerando, entretanto, a força dialética e poderosa da reação.

Segundo Peter Wagner (1994, p. 04), para se analisar a modernidade, que aqui se faz somente de passagem, faz-se necessária uma distinção entre o discurso do projeto da modernidade e as práticas e instituições da sociedade moderna.

Santos¹⁸ vem nos trazer dois tipos de democracia diferentes, mas ambas dentro da concepção da teoria liberal: a democracia de baixa intensidade e a democracia de alta intensidade. Na democracia de baixa intensidade, o predomínio das diretrizes

¹⁷ O autor divide a periodização da modernidade em três fases: 1. Do início do século XVI ao fim do século XVIII – período em que as pessoas mal sabiam que já experimentavam a modernidade; 2. Século XIX ao início do século XX – nesta fase, com as inspirações da revolução francesa, as pessoas experimentam grandes mudanças em todos os níveis, sociais, políticos, pessoais, mas segundo o filósofo estadunidense, ainda não viviam completamente na era da modernidade; 3. Século XX – o processo de modernização toma vulto mundial “e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos” (Berman, 1986).

¹⁸ Para saber mais sobre os tipos de democracia, conforme estabelecidas por Santos, ver (2001d, pp. 160 - 161).

capitalistas sobre suas próprias estruturas e regras, engendram enormes desigualdades sociais e, neste sentido, devemos ter em mente que é justamente esta forma que se vê cada vez mais difundida a nível global. É inserta no projeto neoliberal e hegemônico.

Em contrapartida, podemos entender a democracia de alta intensidade como uma democracia contra-hegemônica, afirmando Santos que (2001d, p. 165) “pode qualificar-se de democrática qualquer luta pacífica, embora não necessariamente legal, que procure reduzir os danos sistemáticos (gerados pelo capitalismo global) através da concessão de maiores poderes às populações por eles afectadas”.

Santos afirma que no momento em que as lutas subalternas conseguirem incluir os objetivos da democracia de alta intensidade na agenda política e ainda conseguirem utilizar os tribunais como suporte, poderão então ser integrados em uma concepção contra-hegemônica¹⁹.

Com a crise mundial atual, o mercado passou a ser um problema e o Estado a solução. Esta é a opinião de Boaventura Sousa Santos (Março de 2009), da qual se compartilha, afirmando a volta à nacionalização do que até pouco tempo era global. Entretanto, a globalização não parou e não se verifica como esse fenómeno possa voltar atrás (não dito aqui no sentido de M. Thatcher - “*There is no alternative*”), em qualquer de suas formas, hegemônica ou contra-hegemônica. Mas certo é que com a crise atual, os Estados são importantes para se equacionar a situação engendrada. Entretanto, resta-nos a pergunta. Qual Estado podemos ter como salvador? Esta pergunta nos leva à questão que a seguir se entra, posto que este que conhecemos até então (o liberal) foi coadjuvante da crise experimentada.

Dentro desta concepção, devemos pensar em um Estado transformado, na e pela luta contra as diversas formas de fascismo social, no sentido do que Santos (1999, pp. 38-47;

¹⁹ O autor ressalta que os grupos contra-hegemônicos ainda não perceberam este potencial do ativismo judicial e para que assim se consiga, para que a democracia de baixa se converta em alta intensidade, é necessária a forte atuação dos movimentos sociais e de uma cidadania ativa e participativa, que leve a uma politização da justiça, que a torne mais democrática (no sentido redistributivo e participativo) e inclusiva. Fez-se esta nota por julgar informação extremamente relevante, apesar de o ativismo judicial não fazer parte dos objetivos deste trabalho.

2003, p. 65) afirma que “o Estado é o mais recente de todos os movimentos sociais²⁰” e, nesta medida, a democracia não se pode restringir à idéia de representação, visto que não satisfaz à necessidade de redistribuição. Assim, cabe ao Estado tanto o cumprimento de interesses estatais quanto não-estatais.

Não faz sentido colocar de lado um forte aliado como pode vir a ser o Estado (aqui referindo-se ao novo, nos moldes e elementos descritos), por ter-se, como é ainda comum nos países do sul americanos, ressentimentos com o Estado (o liberal), tendo em vista as experiências de ditaduras militares, onde tudo o que é estatal é repressão e somente a sociedade civil²¹ liberta. Deve-se romper com esta permanência e se caminhar na direção desta associação, ou como nos coloca Santos, nem mesmo associação se trata, posto ser o Estado remodelado, ele próprio, um movimento social.

A crise mundial que hoje se apresenta, na esfera financeira, é comparada por Ramonet (2008), “no âmbito geopolítico, a queda do Muro de Berlim. Uma mudança de mundo e uma viragem coperciana”, sendo necessário que se retorne com o Estado. Entretanto, Ramonet ainda acusa a esquerda, especialmente a européia, de encontrar-se em um imenso vazio e num estado de choque paralisante causado pela crise, apesar, de modo otimista, apregoar o fim da globalização neoliberal.

²⁰ O Estado como movimento social, segundo Santos, é aquele que, dentro de uma democracia redistributiva e participativa, propugna pelo orçamento participativo, pela tributação participativa e pelo rendimento mínimo universal, todos estes elementos sob coordenação do Estado. As principais características apontadas por Santos (2003, p. 65 e ss.) para a democracia redistributiva são: 1. Cabe ao Estado o papel de coordenador dos diversos interesses que resultaram da desestatização da regulação social; 2. Não mais possuindo o monopólio da regulação social, possui atualmente o da meta-regulação, ao qual Santos esclarece ser o “monopólio da articulação e da coordenação entre reguladores privados subcontratados”. O Estado atualmente está mais voltado, segundo Santos, à ideia de redistribuição social e a mesma só é possível se se pensar também em uma democracia participativa ou redistributiva; 3. Deve haver uma transformação radical da ordem tributária, devendo haver uma solidariedade fiscal, sendo caso *tributação participativa*, posto que mais voltado à coordenação do que com a produção de riqueza. Na medida em que o orçamento e tributação estejam definidos nacionalmente, deve ser, segundo Santos, garantido opção aos contribuintes de, por meio da democracia participativa e representativa, decidirem a forma de gastar os recursos auferidos. Santos (2003, p. 67) denomina assim a necessidade de se garantir a qualquer cidadão um rendimento mínimo que cubra suas despesas básicas. Pode-se afirmar que o instituto do salário mínimo tenha sido criado para este fim, apesar de no Brasil, na prática, não chegar ao seu intento, visto o ínfimo valor atribuído. Deve, assim, ser entendido, para forma de inclusão social e garantia do exercício de cidadania, que o Estado cubra este valor, por meio da Segurança Social, mesmo àquele que não possui emprego, e sob certas condições, como exemplo a comprovação de que procura emprego, mas não encontra, ou que comprove que não possa trabalhar, sob pena de haver aqueles que não irão, esperando que o Estado os mantenha. Deve-se também regular os empregos privados para que seja garantido rendimento não inferior ao mínimo estipulado como obrigatório. É pois a forma de Estado Providência que não se pode deixar morrer.

²¹ Sader (2001, p. 136) chama atenção ao fato de o termo civil aqui se contrapor também ao (ditadura) militar.

Um Estado que opere maior redistribuição social só é possível dentro da idéia de democracia redistributiva e participativa²². Neste sentido, para se alcançar bens sociais, deve haver ações tanto por parte do Estado quanto por parte de entes privados, como é o caso de movimentos sociais, associações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas entre outros. Para além desta, um Estado com roupagem de movimento social deve abarcar ainda a experimentação (Boaventura De Sousa (Org.) Santos, 2003) e assim o será na medida em que garanta igualdade de oportunidade às diferentes instituições democráticas que surgem em seu seio. Em um mundo que não se sabe qual o futuro, um Estado experimental deve se fazer presente, no sentido de que, à medida que questões vão surgindo, vão sendo testadas no campo, vão sendo experimentadas.

A perda do controle e a minimização do Estado, que leva à carência de atuação em diversos setores da vida, relegados à esfera privada, quando o é, conduz a uma precarização de atendimento das necessidades da população que não ocupa a posição de elite. Nesta medida, e nos espaços deixados pelo Estado hegemônico, vem a sociedade civil cosmopolita lutar pela sua cidadania global²³.

Castells (2003, p. 391) entende que a “privatização” do humanitarismo global, proveniente dos setores da sociedade civil na luta contra-hegemônica, tem minado lentamente um dos últimos princípios lógicos que justificam a existência do Estado-nação”. Entende assim o autor que preencher estes espaços acaba por fomentar o fim do Estado-nação e sua razão de existir²⁴. Mas nesta medida se pergunta: e quando estes setores sociais tentam forçar os Estados a cumprir seu papel? Entende-se equivocado o autor, na medida em que não se poderia pensar, neste sentido, em fim do Estado, pois ele ainda tem seu papel e é por isso que deve ser reinventado.

Preencher os espaços é dever dos movimentos sociais. De acordo com a linha e estratégica hegemônica imposta, as lutas cosmopolitas não se podem restringir ao

²² Exemplos de democracia participativa no Brasil são fornecidos por Santos (2003, p. 66), como o orçamento participativo (para saber mais ver (Boaventura De Sousa Santos, 1998), mencionando ainda que a democracia redistributiva possui dois elementos principais: orçamento participativo e tributação participativa.

²³ Ao conflito entre o que o Estado e o que a sociedade necessita, Habermas (2002) chama de *crise de legitimação*.

²⁴ Traz-se este entendimento sem querer voltar à discussão sobre Estado-nação, que excede aos limites deste trabalho investigativo.

âmbito nacional, devendo haver uma coordenação entre Estados e movimentos sociais, evidenciando-se também uma nova forma de direito internacional, mais cosmopolita, mais pluralista e pressuposto também da democracia redistributiva, devendo-se ter atenção às práticas cosmopolitas experimentadas nos países do Sul²⁵, palco de muitas lutas, posto que grande é a exclusão social experimentada por parcela não desprezível estatisticamente. As lutas em nível transnacional, fazem com que as estruturas do *status quo* estabelecido sejam alteradas e entrem em movimento.

O Brasil é um país com forte cunho pós-colonialista²⁶, onde há imensa permanência colonial e a questão da terra, tanto o acesso e quanto o estabelecimento deste, é um exemplo emblemático desta questão, posto que se arrasta desde o momento de seu “descobrimento”.

Para romper com a estrutura pós-colonial, necessário a este novo Estado cosmopolita não se reconhecer como culturalmente neutro, sob pena de validar a cultura dominante, e, como segundo aspecto, valorizar a memória, como forma de não se esquecer e não se repetir estruturas de permanências coloniais. Neste sentido, devemos incluir outra situação que se traduz em medida compensatória, que são as ações afirmativas.

O ex-presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson (apud Reis, novembro de 2004).²⁷ descreveu muito bem o espírito da ação afirmativa ao sustentar:

²⁵ Santos (2007b, p. 69) nos informa algumas características acerca destas práticas provenientes do Sul contra-hegemônico e que devem ser observadas e apreendidas com vista a esta transformação do Estado e da democracia neoliberal. Aponta como sendo: a) inserção de novas formas de linguagem e narrativas; b) ingresso de novos atores sociais e novas prática transformadoras; c) novas formas de cultura associativa; d) neoterritorialidade (que também pode se chamar de reterritorialização, tendo em vista novas formas de territorialização e enfrentamento do entendimento de que com a globalização tudo passaria a ser desterritorializado e global); e) desmercantilização; f) luta pela igualdade traduzida na luta pelo reconhecimento da diferença; g) educação popular. Essas são na verdade não novas formas, mas evidenciamento destas formas como alternativas; é o repensar as alternativas.

²⁶ O pós-colonialismo é o reconhecimento de que o colonialismo não acabou com a declaração de independência (Boaventura De Sousa Santos, 2007b, p. 32), permanecendo sob outras formas.

²⁷ Discurso proferido na colação de grau de uma turma de Howard University, em 04 de junho de 1965 cujo texto em inglês é: “*But freedom is not enough. You do not wipe away the scars of centuries by saying: Now, you are free to go where you want, do as you desire, and choose the leaders you please. You do not take a man who for years has been hobbled by chains, liberate him, bring him to the starting line of a race, saying, "you are free to compete with all the others," and still justly believe you have been completely fair. Thus it is not enough to open the gates of opportunity. All our citizens must have the ability to walk through those gates. This is the next and more profound stage of the battle for civil rights. We seek not just freedom but opportunity - not just legal equity but human ability - not just equality as a right and a theory, but equality as a fact and as a result*”.

“ Mas liberdade não é o bastante. Você não limpa as cicatrizes de séculos dizendo: ‘Agora você está livre para ir a onde quiser, fazer o que deseja e escolher os líderes que achar melhor’. Você não transforma um homem que por anos ficou acorrentado, libertando-o, e levando-o ao início da linha de corrida, dizendo: ‘Você está livre para competir com todos os outros’, e ainda assim realmente acreditar que você está sendo completamente justo. Assim, isto não é o suficiente para abrir os portões da oportunidade. Todos os nossos cidadãos devem ter a capacidade de atravessar estes portões. Este é o próximo e mais profundo estágio da batalha dos direitos civis. Nós procuramos não somente por liberdade, mas por oportunidade – não somente por igualdade legal, mas também por capacidade humana – não somente por igualdade como direito e teoria, mas por igualdade como fato e realidade” (tradução nossa).

O processo democrático ou revolução democrática, como afirma Laclau (2001, p. 249), pode ser aprofundado, ao se demonstrar que a universalização de direitos e garantias são apenas concedidas e atribuídas a uma pequena parcela da população, o que sugere que não seja afinal tão universal assim. “Se a democracia é possível é porque o universal não tem nem um corpo nem um conteúdo necessário”

Resgatar a cidadania é condição essencial de um Estado Democrático²⁸, como é o caso do Brasil, conforme disposição mesmo na Carta Magna. Mas se vivemos sob a égide de um Estado verdadeiramente democrático, as formas de fascismo social não poderiam existir, mas elas existem e assim são para sustentar um modelo de democracia que não atende a todos, pois a cidadania, que devia andar de par a par, não caminha ao lado, não está presente e não é para todos.

A nova cidadania que se pleiteia caracteriza-se tanto pela obrigação vertical (relação de subordinação) entre cidadão e Estado como na horizontal (relação de cooperação) entre cidadãos, fazendo-se assim com que se revalorize o princípio da comunidade (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 188).

A democracia representativa não é de todo má, pois em certa medida representou avanços para as classes trabalhadoras (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 178). Entretanto, ela não é suficiente, devendo se conjugar às formas de democracia participativa, sendo necessário, para tanto, uma redefinição total do campo político (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 179).

²⁸ Segundo Habermas (1997, pp. 13, 359 e ss.), não se pode pensar em Estado de Direito sem pensar em uma democracia radical.

É neste sentido que se afirma que as lutas contra-hegemônicas não devem ficar apenas no âmbito nacional, devendo mesmo, e realmente é o que acontece cada vez mais, se transnacionalizar. Dentro da concepção de globalização hegemônica, vemos as classes subalternas insurgindo-se e lutando em prol de sua inclusão social, rechaçadas e alijadas das principais agendas locais, nacionais e globais. Ações transformadoras são implementadas pelas comunidades e grupos contra-hegemônicos. Para se superar as desigualdades sociais e exclusão experimentada, são necessárias profundas transformações, incluindo as políticas que garantam ao Estado ser igualmente contra-hegemônico e portanto parceiro na transformação social. E só podemos pensar em um Estado parceiro dos excluídos como sendo um outro Estado, redesenhado, e que leve à cabo as ações afirmativas.

3. GLOBALIZAÇÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Se de um lado a modernidade criou novas oportunidades, por outro encarregou-se de engendrar um lado sombrio e opressor. Marx & Engels (2000, p. 38) já demonstravam que a globalização não é fenômeno novo, ao menos em um dos seus aspectos, quando ao escreverem o Manifesto Comunista, em 1848, apontavam:

“Mediante a exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...) As antigas indústrias nacionais (...) são superadas... por indústrias que não empregam mais matérias-primas indígenas, mas matérias-primas vindas das mais longínquas regiões do mundo e cujos produtos não só se consomem no próprio país, mas em todas as partes do globo. (...) No lugar do antigo isolamento das regiões e das nações que se bastavam a si mesmas, se estabelece um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações”.

Trata-se de previsão dos autores quanto ao momento atual? Naturalmente não, mas mera constatação daquele momento histórico, que em muito se assemelha ao atual, o que atesta que o processo não é recente. O que o processo de globalização hegemônica trouxe, acentuado pelas novas tecnologias, foram diversas formas de manifestação de dominação.

Este processo traz em si duas visões comumente uniformes, conforme afirma Ruivo (1999, p. 173): a de que o Estado enquanto unidade geomorfológica não mais subsiste, afirmação esta já posta de lado nas enunciações trazidas no capítulo anterior, e a de que os aspectos político e social vem cedendo espaço ao económico. Esta afirmação, em

especial nos limites sociais, principalmente na sua capacidade de mobilização e resistência, é que se coloca neste segundo capítulo.

É conhecida a afirmação de Marx e Engels (2000) sobre o fim do capitalismo e sempre foi dito que a previsão estava errada e que o mesmo não se sucederia. Entretanto, como muitos afirmam, o processo de globalização é extremamente contraditório, inserindo em si sua própria instabilidade, surgindo, neste prisma novas oportunidades de luta (Wood, 2001, p. 105). Com a crise mundial hoje experimentada, ainda não sabemos o destino, mas com certeza podemos observar que a situação não está como dantes, totalmente controlada. Os abalos contra-hegemônicos também são muitos e pode-se verificar que a força vem de todo o lado, das cidades e dos campos.

A globalização hegemônica tem na sociedade civil global²⁹, segundo Taylor et. alli. (2002, p. 05), o seu contraponto e viés equilibrador e suavizador, engendrando formas de ação coletiva nos diversos níveis (local, nacional e global). Como afirma Amin (2001a, pp. 32-33), este modelo hegemônico dominante é, na realidade, frágil, posto que sustentado na aceitação permanente de que o povo aceitará as más e vis condições ininterruptamente ou, se caso manifestarem o farão de forma isolada e sem impor risco ao sistema dominante.

Para responder a estas questões, além dos pensamentos de hegemonia e contra-hegemonia, de Gramsci, e de regulação/emancipação, das linhas abissais e sociologias da emergência e ausência, de Boaventura Sousa Santos, que são valiosos neste trabalho, temos os entendimentos de Fairclough (2001, p. 122), que trata de algumas concepções acerca da hegemonia, que aqui valem ser trazidas:

1. é tanto liderança quanto exercício de poder, em vários domínios de uma sociedade, quais sejam o econômico, político, cultural e ideológico;
2. é a manifestação do poder de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, porém nunca alcançando, senão parcial e temporariamente, um equilíbrio instável;
3. é a construção de alianças e integração através de concessões (mais do que a dominação de classes subalternas);

²⁹ Katz afirma que a sociedade civil global encontra-se em transição, afirmando haver dois modelos. O primeiro pressupõe que a sociedade civil global é cooptada pela hegemonia capitalista e elites políticas, e promove interesses hegemônicos ao espalhar os valores neoliberais; enquanto um segundo modelo garante à sociedade civil global uma infra-estrutura por meio da qual a resistência contra-hegemônica desafiará a hegemonia neoliberal.

4. é, finalmente, um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes e blocos, a fim de construir, manter ou mesmo a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas.

Cumprir trazer a este capítulo algumas definições acerca da globalização, necessárias para uma melhor compreensão da questão. Assim, comecemos pelo entendimento de Santos (2007c, p. 06) que define o processo de globalização³⁰ como um “fenômeno múltiplo, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, que se entrelaçam de modo bastante complexo”. Afirma mais. Determina globalização como sendo “um processo através do qual uma determinada condição ou entidade local amplia seu âmbito a todo o globo e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar como locais as condições ou entidades rivais” (Boaventura De Sousa Santos, 2007a, p. 16; 2007c, p. 16). Compartilho deste pensamento de Santos, para quem sempre haverá, em qualquer circunstância global, um forte componente local e de cunho cultural, lembrando que a globalização é muito mais do que uma ideologia, posto que, na verdade, as várias formas de globalização hegemônica é que são promovidas como ideologia, segundo Sklair (2005, p. 55).

Já Nagaraj (2001, p. 277 e ss.) entende e limita o conceito de globalização ao aspecto econômico, com reflexo na cultura e recursos locais dos países mais fortemente atingidos pelos seus efeitos negativos.

No campo social, verifica-se a emergência da classe capitalista transnacional³¹, a qual Boron (2001, p. 44) chama de *elite global*, afirmando que a mesma é

“uma classe mundial constituída por gigantescos monopólios que controlam crescentemente os mais diversos setores da produção, das finanças, do comércio, dos meios de comunicação de massa e toda uma amplíssima gama de serviços e cuja lógica de acumulação condena crescentes segmentos da população do mundo à miséria e ao despotismo dos mercados”.

³⁰ Vários são os conceitos de globalização trazidos pelos diversos autores. Por não ser aqui o foco principal deste trabalho, limito-me a mencionar alguns deles neste espaço. Assim, não deixo de discorrer sobre os mesmos. Um conceito importante é o trazido por Gómez (2000, p. 09) que define globalização como sendo a “transformação da organização espacial das relações sociais e privilegiamento das relações e exercício de poder à distância, entre, dentro e para além dos estados nacionais, numa complexa e contraditória desterritorialização e reterritorialização do poder econômico, político e social”. Já Laïdi conceitua o mesmo processo como sendo “o momento de compressão do espaço, no qual os homens vivem, se movem e trocam, com todas as conseqüências que esse processo tem sobre suas consciências de pertencimento ao mundo” (Laïdi, 1997, p. 294).

³¹ Afirma Santos que neste processo de compressão espaço-tempo, temos de um lado a classe capitalista transnacional, onde as empresas transnacionais são as maiores representantes dentro da globalização econômica, e de outro temos a classe ou grupo subordinado, que lutam por meio de associações, ONGs, movimentos sociais e outros.

Esta classe é composta, segundo Sklair (2005, p. 59) por quatro frações: a fração corporativa, que inclui as empresas multinacionais; a fração estatal, que liga-se aos Estados globalizados e seus políticos e burocratas; a fração técnica, referente aos profissionais globalizados; e, como última fração, a consumerista, composta pelos meios de comunicação.

Aparentemente, a globalização pode gerar a falta de competição no mercado, mas Wood (2001, p. 107) afirma ser efetivamente o oposto³², onde o próprio monopólio e concentração de capital é uma de suas expressões, havendo destruição das pequenas empresas e novas formas do que o autor denomina *macrocompetição*, que envolve os Estados nacionais.

Segundo Boron (2000, p. 118), as empresas transnacionais são planetárias quanto à extensão de suas atividades e interesses, mas são e sempre foram dependentes dos Estados. Há ainda quem coloque em questão a internacionalização da produção, afirmando que só há, na realidade, corporações de base nacional com alcance transnacional, conforme nos esclarece Wood (2001, pp. 101-102). Assim, demonstra-se que, na verdade, não há efetiva separação entre o Estado e o político como hegemonicamente se faz crer.

Enquanto a globalização hegemônica impõe aos diversos países ajustes estruturais na área econômica, no campo social produzem desajustes estruturais, traduzido em um aumento das desigualdades sociais, com uma intensificação da concentração de riquezas. A produção globalizada produz uma incrível concentração de poder econômico no plano mundial, razão pela qual as firmas multinacionais vêm se transnacionalizando³³. Entretanto, tal fato ocasiona profundas mudanças na estrutura social do mundo. A globalização é produtora de riquezas, mas também contribui para a criação e acirramento de enormes desigualdades sociais e formas de exclusão social, levando várias comunidades à miséria, à fome.

³² Mendes (2001, p. 58) igualmente afirma que a globalização acirra a competição, mas entende que o poder político pouco atua e deixa frouxo o mercado.

³³ Neste período em que vivemos, as empresas transnacionais marcam uma nova era, impondo e liderando uma nova economia mundial, que se pode chamar de *globalização da produção*, com uma nova divisão internacional do trabalho.

As conseqüências sociais advindas do processo desigual de globalização, conhecidas como *ajuste estrutural*, são inúmeras, citando, a título de exemplificação, aumento da desigualdade social, achatamento do salário, aumento do desemprego, aumento da exclusão social e espacial, concentração maior de renda, flexibilização dos direitos sociais, degradação ambiental, e outras demais implicações. Todo este quadro se tornou palco extremamente propício à criminalização da pobreza³⁴, com o conseqüente encarceramento dos miseráveis. Restam aos pobres, excluídos do sistema, a criminalização de suas condutas ou, em grau leve, ações de assistencialismo, por parte do Estado ou entidades privadas de toda a sorte, camufladas pelo véu da responsabilidade social.

Desta maneira, Polanyi (1980, p. 34) identifica um duplo movimento no processo histórico do livre mercado. De um lado, há uma liberação das forças do mercado de todo controle social, o que ocasiona uma ruptura na coesão social, e de outro, e em contrapartida, a sociedade, aos poucos e por intermédio da política, vai tentando atenuar os efeitos nocivos do mercado e introduzir, na economia, um certo controle social. É o duplo movimento de hegemonia e de contra-hegemonia que se pode perceber neste contexto.

O processo de globalização muda nossa relação com o espaço e com o tempo³⁵. A *ação à distância*, que se relaciona com o advento de meios de comunicação globais e instantâneos, favorecidos pelas inovações tecnológicas, é um efeito do processo de globalização, que trata da efetiva transformação do espaço e do tempo. Santos (2007c, p. 17) afirma que a compressão espaço-tempo consiste “no processo social mediante o qual os acontecimentos se aceleram e se estendem ao redor do mundo”. Há simultaneamente fatos acontecendo em espaços distantes no globo e que para além de comprimido, esta relação encontra-se também segmentada e fracionada em zonas civilizadas e selvagens (Boaventura De Sousa Santos, 1999, p. 31), e a mídia se encarrega de facilitar e promover a conexão entre as localidades.

³⁴ Para saber mais, ver Wacquant (2005).

³⁵ Giddens nos lembra que na vida pré-moderna, havia uma simbiose entre tempo e espaço, na medida em que só se podia situar no tempo ao se relacionar com o espaço, tendo sido o relógio mecânico o responsável pela separação entre as duas escalas (Giddens, 2005, p. 12).

Neste sentido, Giddens (2002) define globalização como sendo “a intensificação das relações sociais que vincula localidades distantes, de tal modo que os acontecimentos locais são marcados por eventos que tem lugar a milhas de distância e vice-versa”³⁶. Sim, a globalização aproxima pessoas e eventos que talvez nunca viessem a ter contato se não fosse o aprimoramento e o desenvolvimento da tecnologia e a internet, que deu forte propulsão aos processos globalizatórios, tanto hegemônicos quanto contra-hegemônicos. Sim, a globalização não é de todo má, até porque os mesmos instrumentos e meios que utiliza para dominar, também são úteis para os movimentos subalternos rebelarem-se contra a opressão e lutar pela sua inclusão ou diminuição das desigualdades advindas do mesmo processo.

Acompanhando Bauman (1999, p. 08), não podemos deixar de pensar que o processo globalização abre uma enorme clareira entre aqueles que tem e os que não tem e não se pode pensar que somos todos globais, pois uns são mais globais que outros. Há acentuação da localidade para uns e mobilidade³⁷ para outros. Os efeitos da globalização são diferentes sobre cada grupo, na medida em que uns indivíduos são plena e verdadeiramente *globais* enquanto outros são *locais* e a localização³⁸, enquanto ausência de possibilidade de movimentação nos espaços, é sinal de privação e degradação social. Na relação espaço-tempo, quando se trata de globalização, ao mesmo tempo se fala em global e também em local.

A anulação das distâncias temporais e espaciais, em razão dos avanços tecnológicos, tende a polarizar a condição humana. Para uns, garante uma liberdade, uma mobilidade sem precedentes; enquanto para outros, gera uma impossibilidade de desterritorializar-se e, ao mesmo tempo de apropriar-se da localidade da qual tem pouca chance de sair. Face à fluidez das informações, a elite pode exercer seu poder à distância, tornando-se extraterritorial. A globalização igualmente implica, em termos de espaço, no que se pode chamar de desterritorialização ou reterritorialização. A globalização traz em si as

³⁶ No mesmo sentido, ver Santos (2007a, p. 305)

³⁷ Em um mundo globalizado, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso, formando novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais. A mobilidade adquirida pelos investidores garante uma nova desconexão do poder face às obrigações (com os trabalhadores, com os jovens, gerações futuras etc.), ficando livres do dever de contribuir para a vida cotidiana e perpetuação da comunidade.

³⁸ Santos (2001b, p. 77) conceitua localização como sendo “o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas”.

várias formas de localização, na mesma medida em que a desterritorialização proveniente deste processo global também carrega a reterritorialização.

Se por um lado, num mundo onde o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão além do controle dos governos nacionais, a compressão de tempo/espaço trazida pelo processo de globalização, possibilita que alguns objetos, como a economia, movam-se mais rápido do que outros sendo possível inferir, como Bauman (1999, p. 10), que o significado mais profundo transmitido pela idéia de globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais, isto é, há uma ausência de centro (controle). A globalização é, pois, segundo Jouitt, uma “*nova desordem mundial*”. Desta forma, mantém-se os habitantes locais como locais e permite aos globais viajarem, se locomoverem de consciência limpa.

Segundo Gramsci (1971), há na sociedade civil uma enorme variedade de instituições não-coercitivas, que se constituem em estruturas e atividades exteriores ao Estado e ao mercado, como sindicatos, escolas, associações profissionais, educativas e culturais, que são palco tanto de manutenção da ordem hegemônica quanto da emergência de contra-hegemonia. Assim, podemos ver os movimentos sociais, tanto quanto assinalado por Giddens (2005, p. 112), no sentido de que os mesmos podem direcionar significativamente as possíveis transformações vindouras.

Há um certo estilo de vida e pensamento hegemônico que se difunde e que se impõe como sendo universal, silenciando outros modos de vida, idéias e saberes. Nesta medida, setores da sociedade civil são cooptados pelas forças hegemônicas para dar aparência de identificação com a ordem mundial hegemônica. Santos (2001a, p. 74) igualmente menciona o risco de movimentos sociais, inicialmente contra-hegemônicos, serem cooptados e nesta medida tornarem-se hegemônicos, por atenderem a estes interesses.

É o risco da cooptação na medida em que o poder hegemônico utiliza-se de movimentos, que a partida seriam contra-hegemônicos, permitindo certa forma de expressão, não por liberdade e democracia do espaço hegemônico, mas sim para dar esta aparência e informar à sociedade o tom de consenso de seus ideais. Neste sentido,

igualmente nos informa Houtart (2001, p. 96) ao afirmar que nem todas as resistências são necessariamente anti-sistêmicas, isto é, contrárias ao sistema capitalista.

Deve-se ter em mente, que os ideais hegemônicos, para serem efetivamente dominantes, não impõem somente interesses que lhes são próprios. Para dominar, acabam incorporando alguns aspectos, aspirações, ideologias e interesses dos grupos subalternos para assim se fazerem aceitos e, nesta medida, se tornaram consenso. Segundo Bauman (2007, p. 49), a dominação política e econômica dominantes, para assim se manterem, apoiam-se, também, em uma hegemonia espiritual. Neste sentido, ainda, esclarece Hunt (1990, p. 321) que uma “hegemonia exitosa necessita congregar valores e normas que contribuam para os padrões mínimos de vida social (...) um bloco hegemônico incorpora, de certa forma, um compromisso auto-consciente para reunir alguns elementos do grupo subordinado” (tradução nossa).³⁹

Neste processo, a sociedade civil assimila idéias que vê como potencialmente perigosas, e deste modo cria consenso cultural e político, segundo Cox (2002). É permitido uma certa margem de atuação pelos grupos dominados, mantendo a aparência de aceitação continuada das relações de forças presentes, a que Katz (2006, p. 335) chama de *revolução passiva* e avança afirmando que

“a sociedade civil *à la* Gramsci é também de onde emerge a liderança e os movimentos da base, quando a privação se mobiliza através da conscientização, e a revolução pode ser preparada. A hegemonia necessita da contra-hegemonia – a hegemonia e a contra-hegemonia devem ser vistas como “movimentos duplos simultâneos” formados em reciprocidade – a hegemonia dá forma à contra-hegemonia, e os esforços contra-hegemônicos levam as forças hegemônicas a realinharem-se e a reorganizarem-se”.

Para alterarem a forma de dominação e cooptação, necessário aos grupos contra-hegemônicos se portarem de forma complexa e associativa de modo global, formando também, na mesma medida e utilizando a terminologia já neste trabalho mencionada de Katz, um bloco histórico contra-hegemônico, sendo para o autor, esta a primeira condição de mudança do quadro hegemônico.

Segundo Rupert (1993, p. 20), é a formação de um bloco histórico contra-hegemônico que conduzirá a uma luta integrada intelectual e política, numa variedade de escalas, do

³⁹ O texto é inglês é: “a successful hegemony needs to incorporate values and norms which contribute to securing the minimum standards of social life (...) a dominant bloc engages in a more or less self-conscious ‘compromise’ to incorporate some element of the interests of a subordinate group”

local ao global e que lentamente vai construindo um novo regime, sendo importante registrar, conforme Santos (2000, pp. 103, 258-269), que só haverá emancipação verdadeiramente no momento em que se conseguir inverter os *topoi* da regulação capitalista e seus espaços estruturais, garantindo-lhe seu oposto, visto ser justamente os espaços silenciados em cada um desses processos, e que estes mesmos tópicos encontrem tradução em cada uma das comunidades dos sistema-mundo, bem como torne-se geral, pois esta é a chave mestra da dominação, com a qual os processos emancipatórios devem atuar.

Santos (2000, p. 33 e ss.) chega a afirmar que as classes dominantes já superaram a fase do consenso, posto que alcançaram o objetivo da adesão aos seus ideais e projetos, passando a assentar na idéia de resignação. Convém, atualmente, com o quadro de crise mundial que se apresenta, bem como as formas contra-hegemônicas de atuação, pensar que pode sim haver um retorno à esta necessidade de consenso imposta pela classe hegemônica, visto que neste período de instabilidade os projetos e objetivos hegemônicos podem acabar ruindo.

A globalização hegemônica, quando não encontra forte resistência, acaba ampliando grave desigualdade na distribuição da riqueza, o que veio a gerar a crise mundial que vivemos atualmente, que segundo Amin (2001a, p. 27) é a expressão do “acúmulo cada vez maior de capitais que não encontram escoamento na expansão do sistema produtivo”.

Boron (2001, p. 41) aduz que o sistema capitalista se consolidou no mundo, sobrepujando-se e fazendo a sociedade como refém, de modo que “a ditadura dos mercados na fase da globalização neoliberal não reconhece nenhum limite”, engendrando uma verdadeira derrota no campo popular, expressas no “desmantelamento prático dos direitos dos cidadãos nos países da periferia e no enfraquecimento do impulso democrático e redistribucionista que havia caracterizado aos capitalismo keynesianos no centro sem chegar, claro, aos extremos conhecidos na América Latina” (idem, ibdem). Entretanto, o autor compreende a transitoriedade do sistema capitalista e afirma que cada vez mais a camada popular se mobiliza, colocando o neoliberalismo em posição defensiva. A resposta à crise é, também, a força de frentes populares.

Devemos perceber que os momentos de crise refletem também um momento de mudança, um momento de oportunidade de virada histórica. Na mesma medida em que o projeto neoliberal entrou em crise e não consegue desenvolver novas linhas de desenvolvimento e nem absorver a camada de excluídos, entra em pauta os projetos populares, que podem vir a alterar as estruturas de poder.

Quanto maior a crise que se vive, maior será a reorganização mundial, que pode ser positiva ou não. Isso não se sabe. Sabe-se apenas que é um momento de oportunidade de virada.

Do mesmo modo que o pronunciado por M. Thatcher (“*There is no alternative*”), referindo-se a impossibilidade de haver retorno à globalização e o modo capitalista, podemos nos apropriar desta mesma frase e afirmar que não há outra alternativa que não a associação entre a teoria e prática emancipatória, fazendo com que as estruturas dominantes sofram o necessário abalo da mudança. Verifica-se na América Latina uma forte atuação, tanto dos movimentos sociais quanto dos intelectuais ativistas, se assim podemos denominá-los.

4. A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA E AS ALIANÇAS TRANSNACIONAIS.

Vivemos em um período em que o poder encontra-se difuso e difundido em diversas esferas e setores, como os fluxos financeiros, nas escolas, nos hospitais, nos presídios, na família, no trabalho, nas tecnologias, nos meios de comunicação. Nesta medida, a tomada de poder já não é solução para o equilíbrio entre o mercado livre e o mundo fragmentado das culturas, mas sim recriar a sociedade, reinventar a democracia e tentar superar o grave distanciamento entre os incluídos e os excluídos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), ao mesmo tempo que fomentam a economia mundial hegemônica e podem interessar aos grandes grupos e aos meios de comunicação, são também os promotores da pobreza do mundo globalizado. Boron (2001, pp. 45-46) denomina estes organismos como *cães de guarda* do neoliberalismo e ainda inclui neste rol a Organização Mundial do Comércio (OMC), para além das fundações empresariais como sendo determinantes também na reprodução de ideologias e programas de governo neoliberais, estando mesmo a serviço dos Estados

Unidos e de seus aliados. Neste mesmo sentido, temos Chomsky (2000) que perfila um conjunto, criado após a Segunda Grande Guerra, de instituições intergovernamentais direcionadas à preservação dos interesses hegemônicos dos americanos do norte.

Segundo Seoane & Taddei (2001, p. 178), dois consensos contra-hegemônicos foram estabelecidos no primeiro Fórum Social Mundial (FSM): o primeiro, no sentido de que a lógica neoliberal acirra “inevitável e sistematicamente as desigualdades de todos os tipos e a destruição do meio ambiente”; o segundo relaciona-se aos organismos internacionais, como FMI, BM e OMC, como “partes de uma estrutura de poder mundial que representa exclusivamente os interesses dos poderes financeiros e transnacionais e serve para levar adiante políticas que os beneficiam”.

O centro de política econômica hegemônica saiu dos Estados para órgãos como FMI e BM. Não é por acaso que esta política financeira tem sido conhecida como “Consenso de Washington” e que gera, nos diversos pontos do sistema-mundo, reações e manifestações contra-hegemônicas. Entretanto, como já afirmado em momento anterior, com a crise mundial atualmente vivenciada, os Estados acabam retornando com mais força e sendo mais necessários, mas imperativo que seja um novo Estado.

O que é preciso, segundo Bello (2001, p. 234), é não se pensar em reforma de instituições multilaterais, como o FMI, BM e OMC, mas sim ser necessário “desempoderá-las, se não para aboli-las e criar instituições totalmente novas que não tenham a marca da ilegitimidade, fracasso institucional e mentalidade jurássica”, sendo este um fim estratégico. É neste sentido que nos socorremos da fala do Padre Jardim Moreira (2006, p. 89), ao afirmar que

“É urgente que os cidadãos actuem com determinação de modo a reafirmarem a necessidade da construção de uma nova sociedade mundial fundada na reinvenção da cidadania social, na promoção de bens comuns mundiais (como a água, a terra, a saúde, a educação etc.) e o esforço de criar instituições mundiais alternativas ao FMI ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio”.

Arruda & Boff trouxeram o termo *globalização cooperativa* como proposta alternativa à globalização econômica hegemônica e centra-se no desenvolvimento dos potenciais dos membros da comunidade, sendo os únicos agentes deste desenvolvimento, tendo como valores principais a cooperação, a partilha, a reciprocidade, a complementaridade e a

solidariedade, valorizando a diversidade como elemento importante no desenvolvimento, entre outras⁴⁰.

Seguindo Gramsci (1971, pp. 144, 332-337), para que o “elemento subalterno não seja uma coisa (objeto ou reificação), mas uma pessoa histórica”, ele tem que ser um sujeito ativo e as alianças desenvolvidas devem ir além das classes, na direção mesma em que caminham os novos movimentos sociais, temática que será adiante tratada, mas no sentido de uma resistência unificadora, mas não homogeneizadora.

Na linha da contra-hegemonia, Santos (2007c, p. 18) nos ensina que esta luta se desenvolve a partir de uma consciência de novas oportunidades de criatividade e solidariedade transnacional, intencionando substituir trocas desiguais por trocas de autoridade partilhada (Boaventura De Sousa Santos, 2006; 2007c, p. 73). É, ainda, “o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in loco* através das ligações translocais/locais” (Boaventura De Sousa Santos, 2006, p. 74). Pensando que há uma classe capitalista transnacional, como na seção anterior fora afirmado, que fomenta a globalização hegemônica, podemos conceber a existência de uma *classe ativista transnacional*, que vai na contra-mão desta linha. Como afirma o autor (Boaventura Sousa De Santos, 2002b, p. 457) em outro lugar, a globalização hegemônica vem sendo enfrentada por

“resistências, iniciativas de base, inovação comunitária, e movimentos populares que procuram reagir à exclusão social, abrindo espaço para a participação democrática, para a edificação da comunidade, para alternativas às formas dominantes de desenvolvimento e de conhecimento, em suma, para a inclusão social”.

O processo de globalização gera um fenômeno de desterritorialização, não obstante as lutas de resistências serem cada vez mais localizadas, ainda que pensadas em termos globais, pois é nesta escala que se encontram as forças hegemônicas atuais. É neste sentido que Estanque (1999, p. 93) afirma que

Apesar dos fenômenos da globalização estarem a levar à erosão a ideia tradicional de “local”, e ainda que as lutas e protestos locais se dirijam a forças que se inscrevem numa lógica global (...), hoje as lógicas de rebeldia que parecem emergir um pouco por todo o lado apelam cada vez mais aos vínculos regionalistas e bairristas, reafirmando novamente a ideia de comunidade.

As comunidades são muito heterogêneas, mesmo dentro de uma certa classe social, mas há em, segundo Santos (1995), algo em comum: a capacidade de resistência. Para

⁴⁰ As outras características que podem ser apreendidas em Arruda, M. & Boff (2000, p. 164).

efetivar suas contraposições à ordem hegemônica, necessário se faz aos grupos sociais invisibilizados, aqueles pertencentes à sociedade civil incivil, criar estratégias que retirem o pano da invisibilidade e chamem atenção às suas questões e necessidades. Para isso os meios de comunicação devem ser mais um espaço de luta e não só de dominação.

As formas contra-hegemônicas⁴¹ se opõem e resistem à globalização dominante, mas também demonstram que o interesse geral apresentado por este processo hegemônico, é, na verdade, o grande fazedor de desigualdade e de humilhação social. “É a morte do respeito e da dignidade da pessoa”. Assevera Santos (2003, pp. 28-29) que a luta contra-hegemônica assenta no combate à exclusão social e ao fascismo social, com a criação de alternativas. As lutas cosmopolitas anseiam a emancipação das classes dominadas (Santos, 2001: 74), afinal, onde há opressão, há pelo menos resistência.

Neste sentido, para Gómez (2000), é por meio da sociedade civil global, já mencionada no capítulo anterior referente às questões de Estado, que surgem iniciativas de responsabilização dos Estados e do sistema internacional, bem como a mobilização de solidariedades políticas, que desafiam a estrutura do poder nacional, internacional e global, além de configurar o que se denomina *globalização por baixo*, que redefine e amplia os limites do espaço político democrático e, com isso, as ações de baixo para cima tomam consistência e se tornam cada vez mais visíveis. Gómez (2000) salienta que a cidadania global, combinada com uma política de multiculturalismo, torna menos possível a exclusão, a hierarquização da vida e a violência institucionalizada, que permeia as relações internacionais⁴².

Conforme nos transmite Houtart (2001, p. 97), as alternativas ainda estão sendo percorridas, de forma coletiva e permanente, por meio da utopia, considerando ela própria uma das alternativas, que tem uma dimensão ética e base plural, devendo situar-se em um contexto pós-capitalista e, a longo prazo, abandonar a condição utópica e galgar a realidade. Para isso se realizar, segundo o autor, o agir coletivo é imperioso.

⁴¹ Santos nos fala do cosmopolitismo e da herança comum da humanidade. Para saber mais ver Santos (2001c).

⁴² Segundo Evans (*apud* Santos, 2001, p.39) alguns fatores podem ter contribuído para que o modelo de desenvolvimento no Leste Asiático tenha produzido menos desigualdades do que na América Latina, entre eles, a maior autonomia do Estado, a eficiência da burocracia estatal, a reforma agrária e a existência de um período inicial de protecção em relação ao capitalismo dos países centrais.

Todas as alianças transnacionais e lutas nas diversas escalas planetárias fazem com que a linha abissal que divide os dois mundos mexa-se, entre em movimento, no dizer de Santos (2007c, p. 15), sofra um abalo tectônico. Aqueles que não podiam atravessar a linha e que eram invisibilizados, agora são transgressores compulsivos (termo utilizado por Boaventura De Sousa Santos, 1988, p. 164) deste abismo, desta linha tão imaginária quanto real⁴³ e para tal transgressão nada mais resta do que a resposta na lógica da apropriação/violência, pois este binário ainda não se conseguiu vencer. Para se ultrapassar a linha, deve haver uma forte aliança, em escala global, entre as experiências subalternas, por meio de ligações locais-globais (Boaventura De Sousa Santos, 2007c, p. 33) e os meios de comunicação são poderosos instrumentos.

A \ é a abordagem dada por Santos (2002a, 2007c; 2003, p. 35) para interpretar de forma extensiva as iniciativas, movimentos ou organizações contra-hegemônicas, que oferecem alternativas à exclusão social. Por meio da sociologia das emergências, os movimentos sociais conseguem alcançar visibilidade e garantem credibilidade às ações que estariam escondidas.

Os movimentos contra-hegemônicos não são homogêneos e nem lutam todos pela mesma causa. Há uma enorme variedade e diversidade cultural, de objetivos e anseios entre eles, mas tem todos o neoliberalismo e a globalização hegemônica como inimigo comum e “sua natureza contraditória é uma fonte de força, mais do que uma fraqueza” (Castells, 2003, p. 184).

Segundo Houtart (2001, p. 92), as lutas contra-hegemônicas se ampliaram tendo em vista que progressivamente tem-se mais pessoas atingidas pela fúria neoliberal. Não é de se estranhar que os movimentos contra-hegemônicos provenham originalmente do Sul, posto serem os países periféricos e os semi-periféricos os que mais sofrem os efeitos negativos da globalização hegemônica. Por isso, não se pode pensar em uma teoria única, que diga e dite sobre os movimentos sociais. Deve-se sim, tendo em vista a diversidade de interesses ao redor do globo, se propugnar por uma teoria da tradução

⁴³ Santos (2007c, pp. 12-14) nos fala do regresso do colonial, que anteriormente somente avançava à metrópole quando por iniciativa do colonizador (como escravo, por exemplo) e que, agora, assume três figuras: o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado.

(Boaventura De Sousa (Org.) Santos, 2003, p. 33) que habilite a uma compreensão das diversas formas de ver o mundo sem que haja homogeneização. Não basta que tenhamos uma teoria crítica, sendo necessária uma prática emancipatória, no sentido ditado por Paulo Freire da necessidade de uma praxis libertária, onde a força da ideologia, primando pelos valores essenciais, positivos e de luta transformativa, com sua efetivação no plano político, devem prevalecer para a vitória sobre o neoliberalismo, levando-se em conta que uma luta social somente pode ser efetiva e eficaz se associada entre si e entre o Estado. Se assim não for, luta social e força política, não se consegue implementar a transformação necessária (Sader, 2001, p. 134 a 137). É o fim da ruptura Estado/sociedade, onde seu vazio político dá azo para a cooptação.

A associação dos movimentos contra-hegemônicos é muito facilitada por meio da mídia, em especial a eletrônica, servindo à organização, mobilização e divulgação, para além de forte espaço de tomada de decisões, tornando-se assim, a exemplo dos zapatistas, que mais a frente se mencionará, menos expostos a repressões. Assim, conseguem os movimentos pensar localmente e agir globalmente.

É chegado o momento de entrarmos no campo da mídia, teorizando sobre a mesma e percorrendo um caminho que nos levará ao entendimento de que os meios de comunicação podem ser utilizados igualmente de forma contra-hegemônica para consecução dos objetivos perseguidos pelos movimentos sociais.

Capítulo 2 – IDENTIDADE COLETIVA, ESPAÇO PÚBLICO E MÍDIA.

1. O DUELO DAS IDENTIDADES.

A globalização hegemônica vem marcada, como já tratado na segunda seção do primeiro capítulo desta tese, por uma escala planetária, com forte apoio de organismos internacionais e Estados-nação, por universalismos, bem como, conforme DaMatta (2001, p. 178), por uma “ideologia elitista, acadêmica e jornalística, divisão entre centro e periferia, prevalência da linguagem burocrática, legalista e abstrata, temporalidade irreversível, cumulativa e histórica, para além de uma coerção de ordem natural e histórica”.

Dentro do processo globalizatório, podemos verificar a existência de uma sociedade na qual o fluxo comunicacional é marcante e as culturas se vêem mescladas, algumas ressaltadas, outras invisibilizadas, com suas identidades lutando para sobreviver, reforçado este processo pelos meios de comunicação.

Seguindo a ideia de que as representações sociais mistificam e ocultam o real, e a “simbolização é a parte visível das representações da realidade¹” é, nesta medida, que os meios de comunicação de massa² são magestrais. Dentro deste esquema, podemos observar identidades coletivas que desafiam a globalização. Neste processo e por meio do mesmo instrumento, os meios de comunicação tornaram-se a principal arena política, tendo seu papel transformado substancialmente pelas inovações tecnológicas.

As elites dominantes, ao mesmo tempo que impõem e pregam o fim das fronteiras, repelem tudo o que vem de fora, o que imigra, tudo em nome do universalismo de crenças, ideias, culturas e sistemas econômicos, políticos e sociais, colocando os valores locais e não dominantes na escala do desprezível e inexistente. Entretanto, é neste sentido que é paradoxal a constatação de que justamente esta globalização hegemônica,

¹ Ver Santos. (1988, p. 160).

² Neste sentido, importante verificar o pensamento de Santos (1988, p. 165), sobre a relação entre a representação e a simbolização, no qual aborda a importância da análise da cultura de massa e o direito, onde os meios de comunicação de massa são importantes canais.

que nos faz crer em nossa singularidade por um lado, reforça nossa identidade, na luta para resistir, de modo contra-hegemônico, por outro lado.

Nesta medida, vivemos um momento que Hall (2006, p. 07) chama de “crise de identidade”, na medida em que as velhas identidades, segundo o autor, “estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”. A mudança estrutural altera as sociedades modernas no final do século XX, “transformando fenômenos culturais, de classe, de gênero, de sexualidade, etnia, raça e nacionalidade”.

O que antes era baseado em forte localização dos sujeitos, atualmente vem alterando até a visão de si próprio (identidades pessoais), ao que o autor chama de “deslocamento” ou “descentração”. Esta, também chamada de descentralização é a fragmentação das identidades modernas. É este deslocamento do indivíduo de seu próprio lugar no mundo social e cultural e quanto à percepção de si, que Hall (1999, p. 09) denomina de crise de identidade.

Tem-se em conta cinco principais descentramentos, cujos enfoques são: a) origem marxista (século XIX); b) enfoque freudiano, com sua concepção de inconsciente, onde a identidade afinal, vai se formando pelo tempo. Ela não nos é inata. Nesta medida, é que Hall (2006, p. 39) afirma que deveríamos antes usar o termo identificação, que vai se dando de fora para dentro e ao revés; c) viés linguístico, entende que a língua antecede ao indivíduo e que o mesmo não é o autor de suas afirmações e nem significados. “Tudo o que dizemos tem um ‘antes’ e um ‘depois’ – ma ‘margem’ na qual outras pessoas podem escrever” (Hall, 2006, p. 41); d) viés foucaultiano, com sua concepção de genealogia do sujeito moderno e o poder disciplinar panópticamente exercido sobre o mesmo, produzindo um sujeito docilizado; e) enfoque feminista, enquanto movimento social, bem como os outros que se enquadram no rol de Novos Movimentos Sociais, que vem a desenvolver a chamada política de identidade, na medida em que cada sujeito invoca sua identidade conforme suas convicções políticas associadas aos movimentos.

Como já dissemos anteriormente, a globalização traz um novo fundamento para o binómio espaço-tempo, que se encontra comprimido, atingindo, também, por efeito, as

identidades, e, na mesma medida os sistemas de representação. Como afirma Hall (2006, p. 71), “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. Todas as formas identitárias possuem seu espaço e tempo simbólicos, ocupam um lugar que a representação e a autorepresentação fornecem.

Quanto mais expostas às tendências globais, mais as identidades nacionais e locais vão se descentrando e pairando sobre um espectro de homogeneização cultural, agora em nível global. Como a globalização afeta diretamente a identidade, importante trazer alguns conceitos que revelem também a expressão de superação destes conteúdos homogeneizadores, que “tende a subestimar ou a esquecer que o global termina e se realiza no local” (Damatta, 2001, p. 168).

Como afirma Mendes (2003, p. 21), “as identidades predominantes são o produto visível de lutas sociais e simbólicas, sendo essencial ter em atenção as lógicas de poder subjacentes”. É assim que o processo globalizatório, ao tentar invisibilizar culturas e identidades, fez, por outro lado, com que outras identidades lutassem para sobreviver, resistindo.

2. IDENTIDADE COLETIVA COMO FORMA DE EXPRESSÃO POLÍTICA.

Para falar de identidade, necessário se faz recorrer ao entendimento de Touraine (1995, p. 247) acerca do sujeito, para quem o mesmo é social e político; é experiência, conforme se conclui de sua reflexão abaixo:

“O sujeito não é reflexão sobre si-mesmo e sobre a experiência vivida; ao contrário, ele se opõe ao que tentamos chamar primeiramente de papéis sociais, e que na realidade é a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder que a criam consumidores, eleitores, um público, pelo menos enquanto oferecem respostas às demandas sociais e culturais”.

Hall (1999, pp. 10-14) traz-nos três concepções acerca da identidade³. A linha iluminista, a sociológica e a pós-moderna. Na primeira, o sujeito iluminista basea-se

³ Traz-se aqui um brevíssimo resumo, posto que para saber mais, deve-se consultar Stuart Hall (2006, pp. 23-46).

apenas na pessoa humana, única e centrada, dotada de razão, consciência e ação. Esta visão é extremamente individualista.

A segunda, referente ao sujeito sociológico, assenta-se em um indivíduo que se relaciona com seu meio, entrando em campo, neste enfoque, o interacionismo simbólico, preconizado por George H. Mead e Charles H. Cooley. Nesta concepção, o indivíduo permanece com seu “eu interior”, mas este é formado e alterado pelas formas que lhes são exteriores. Assim, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não só de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (Hall, 2006, p. 12).

Já o sujeito pós-moderno é mais volátil, onde “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13). Nossa identidade, nesta concepção, é mutante, relacionando-se e identificando-se com várias outras no decorrer de nossas vidas e rumos. Varia de acordo com a história, onde o indivíduo único e coerente simplesmente não existe.

Vários fatores denotam e ressaltam certos aspectos de nossa identidade, que é múltipla. Assim, podemos ter, dependendo da situação que nos é apresentada ou como um sujeito é interpelado ou representado, fazer ressaltar a nossa identidade progressista ou conservadora, nossa identidade de classe social, de gênero, étnica, entre outras. Essas várias identidades vão se relacionar à temática tratada e defendida pelos Novos Movimentos Sociais.

Segundo Santos (1991, p. 135), vivemos num período em que a subjetividade se sobrepõe à cidadania e, ambas, de forma desigual, se reafirmam sobre o aspecto da emancipação. A questão hoje é que a teoria política liberal é a expressão máxima do desequilíbrio no pilar regulatório, emergindo a noção da subjetividade. Apesar desta questão não ser o foco deste trabalho, importante salientar que o princípio da subjetividade tornou-se muito mais amplo do que o da cidadania, acabando esta por ser limitada ao aspecto eleitoral, fazendo com que outras formas de manifestação de cidadania ficassem obscurecidas.

Para identificação e individualização de um objeto ou pessoa, precisamos primeiramente diferenciá-lo, comparando com outros e com nós próprios, para assim atribuímos identidade (Vala, 1994). Devemos ter em mente que a identidade tem relação com a auto-representação, com a imagem que se tem de si e do grupo no qual se está inserido, com o que se está a fazer e no por que (no *ser*, no *estar* e no *como*). A intersubjetividade refere-se à construção social do sujeito por meio de suas relações sociais. É o olhar para si na medida em que se tem outro como perspectiva.

Corroborando com este entendimento, afirma-nos Ferreira (2009, p. 35) que é “através das interações sociais e da comunicação simbólica que o *self* se contitui”. Refere-se a nós próprios, à relação com os demais e com o meio que vivemos, levando-se em conta nossa bagagem de pós-colonizadores e pós-colonizados, na nossa forma de ver o Outro como, por exemplo, o negro como preguiçoso e ladrão, o imigrante como cule, o trabalhador rural como terrorista e arruaceiro.

Podemos vislumbrar que é dentro da esfera dos esteriótipos que identificamos os outros, rechaçando o nosso próprio rótulo social que porventura tenhamos. É dentro deste raciocínio, de estereótipos e papéis, que Erving Goffman constrói os conceitos de identidade pessoal e identidade social (Goffman, 1973, pp. 181-182), onde o indivíduo é o que é não apenas pelos seus atributos pessoais, mas também pela construção que o grupo ao qual pertence o impõe e o forma (Goffman, 1995, p. 93).

O Brasil, assim como os demais países latino-americanos, ainda perpetua reminiscências pós-coloniais e isso é de extrema relevância, posto que reflete na construção da cultura e identidades dos grupos. Há também marcas de resistência pós-coloniais, como podemos depreender da representação cultural denominada *Congo*, que acontece em alguns estados brasileiros. Nesta dança, preserva-se a identidade étnica, territorial, social e cultural, negra e indígena. Neste momento, o branco é quem observa o negro em sua representação. Neste momento, o mesmo é o sujeito superior e de destaque. Igual situação se sucede com a capoeira, forma de luta praticada pelos escravos, chamada de dança por aqueles que querem minimizar o impacto da estratégia de resistência que a prática impõe, e que se perpetua até os dias atuais, com cada vez

mais adesões de todas as camadas sociais. Tanto a capoeira como o congo, são exemplos apenas de outras formas identitárias de grupos sociais excluídos.

Mouffe (2001, pp. 421-422) entende que ao se reconhecer que as identidades são formadas por uma vasta diversidade de elementos, poderia-se assim “acomodar o outro” e aceitá-lo, rompendo de vez com o antagonismo inerente às relações, eliminando, deste modo, com a “violência que existe dentro de cada identidade coletiva”, derivando do entendimento de que uma identidade não existe sem a outra e por meio do qual, segundo Mendes (2003, p. 20), a “existência do ‘mim⁴’ força o indivíduo a lutar, no interesse do ‘eu’, por novas formas de reconhecimento social”.

Para Giddens (1991), o sujeito é um ser ativo, entidade de ação, de suma importância às instituições modernas. O indivíduo torna-se sujeito na medida em que toma ciência e consciência dos problemas sociais e políticos que o cercam, que lhe dizem respeito, e à comunidade e, a partir deste momento, desta consciência, passa a agir no sentido da mudança, e, neste instante, segundo Oliveira (2007), o indivíduo contrói a identidade social, que é coletiva, posto que engendrada pela comunidade na qual o indivíduo está inserido, que pode ser em nível macro (como relacionada a um país, a uma sociedade mais ampla) ou em nível micro (quando referenciada aos movimentos sociais, ONGs, associações e outros organismos coletivos). É neste sentido que Mendes (2003, p. 12) nos afirma que

“as identidades são socialmente distribuídas, construídas e reconstruídas nas interações sociais. Essas identidades são activadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na acção. São, assim, relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros actores sociais e na diferenciação, assumindo a interacção um papel crucial neste processo”.

Segundo Laclau (2001, p. 239), uma identidade diferencial pode ser totalmente conquistada. Entretanto somente podemos assim entender caso se verifique a sua total integração desta sociedade. Caso contrário, há o pressuposto e a confirmação de que esta identidade não foi totalmente conquistada e estabelecida, mas ainda luta para se afirmar, demonstrando ainda haver fragilidade nos sistemas educacional, de acesso à bens, de emprego etc. Entretanto, estes elementos giram mais em torno de valores universais do que às diferenças. Assim, o autor retoma a ideia do universal dentro do

⁴ O mim refere-se à imagem que o outro possui do indivíduo.

particular⁵, afirmando que “ o universal emerge do particular não como um princípio sublinhado e explicando o particular, mas como um horizonte incompleto suturando uma identidade particular deslocada” (Laclau, 2001, p. 240).

Nagaraj (2001, pp. 279-280) entende haver três narrativas de identidade como elementos da globalização, quais sejam o desejo, a fome e o significado, todas elaboradas com base na resposta de Gandhi à modernidade. Esclarece que a primeira tem a resistência como um de seus meios para se obter reconhecimento, onde a “base de negociação é que a globalização em si é uma construção maciça de desejo que cria certas formas de produção e consumo”, criando “formas apropriadas de vida cultural e política”, buscando se “construir em um certo tipo de espaço cultural-simbólico que os parâmetros dominantes da globalização não validam facilmente”. Afirma o autor que a fome é uma das respostas surgidas em razão da violência imposta pela globalização hegemônica; e a terceira consequência (significado) ressalta-se pelo anseio de se alcançar “formas autênticas budistas ou islâmicas de ser um exemplo desta identidade”.

O autor indiano, dentro do conceito gandhiano de *Sangh-Swadeshi*, afirma que este processo contra-hegemônico luta pelo respeito aos seus direitos fundamentais, tendo como fundamento bases nacionalistas de exclusão e sensibilização da população para rejeitar o que vem de fora, menos por ser do exterior, mas mais por representar monopólios e valores ditados e impostos como comuns, como por exemplo, o consumo de produtos nacionais, industriais ou mesmo artesanais. Afirma o autor que “o modo *Sangh-Swadeshi* de responder à globalização está de acordo com a proposição de que emergiu uma comunidade global de consumidores e está tentando assegurar o direito do local de se tornar parte do global” (Nagaraj, 2001, pp. 284-285).

Há na sociedade uma nova forma de poder, mais diluída e difusa, que se encontra “nos códigos de informação e nas imagens de representação⁶ em torno das quais as

⁵ Para entender mais entre o universalismo e o particularismo, ver Laclau (2001).

⁶ O termo representação social advém da ideia de representação coletiva de Émile Durkheim, do qual Serge Moscovici retomou, desenvolvendo-o no campo da psicologia social. Moscovici passa a usar o termo social em substituição ao utilizado por Durkheim, tendo por argumento a existência de fraturas existentes nas forças coletivas e a percepção do modo como estas fraturas impactam a vida dos grupos e indivíduos. As representações coletivas são abrangentes demais para darem conta da produção do pensamento na sociedade. O autor (Moscovici, 2003) pretendeu perceber as diversas maneiras como a psicanálise era percebida (representada), difundida e propagandeada ao público parisiense e possuía três

sociedades organizam as suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem seu comportamento. Esse poder encontra-se na mente das pessoas” (Castells, 2003, p. 506) e é por isso que a identidade, nesta estrutura, é tão importante, pois engendra interesses, valores e projetos e, neste sentido, organizam resistência à ordem reinante. Importante verificar, dentro deste contexto, como certas culturas de grupos invisibilizados pelo sistema dominante podem resistir e manter-se como são, apesar de toda pressão e repressão globalizante.

A representação social consiste no posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos (Alexandre, 2001, p. 112). É o sistema de recepção de novas informações sociais, que perpassa por várias temáticas, na medida em que envolve teorias científicas (psicologia, psicanálise, comunicação, sociologia) e experiências de vida. Nesta medida, deve-se ter em conta que as representações sociais, por ocorrerem no interior das sociedades, são motivadas também pelo pluralismo existente nelas, o que gera diferentes percepções e representações.

Segundo Guareschi (1998, p. 56), a perspectiva psicológica e sociológica da comunicação redimensiona a questão do poder e, neste sentido, a ideologia, enquanto instrumento de poder político, é praticamente abandonada e recambiada pelas ideias de representação social, entendida como a reprodução de percepções ou pensamentos comuns à coletividade.

Deste modo, podemos nos encaminhar para o entendimento de uma cultura política, que difere um pouco da cultura comum, tradicionalmente atribuída à sociedade, mas sim àquela que fornece elementos para que se alcance a essência da organização societal entre si e entre diversos grupos sociais, ou como nos descreve Hall (1999, p. 136), concebendo cultura política como um “modo de vida global”. O contraponto à cultura política tradicional brasileira é a emergência da nova cultura de participação social e

pontos principais: a) que existe uma representação social entre o que se acreditava cientificamente ser a psicanálise e o que a sociedade francesa percebia como tal; b) essas representações não eram as mesmas para todos, pois dependia não só do conhecimento de cada um acerca do senso comum como também do contexto sociocultural de cada membro da sociedade; c) diante de um conceito ou objeto novo, a representação possuía um duplo mecanismo: o da amarração, isto é, trazer o desconhecido a algo referenciado antigo e conhecido e a objetivação, no qual os sujeitos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis aos novos esquemas que se apresentam (Márcio S.B.S. Oliveira, 2004, p. 181).

cidadã que fortalece a sociedade civil e democratiza o Estado (Francisco Mesquita Oliveira, 2007).

Este entendimento nos leva a crer em um direcionamento da cultura para a política, para a reivindicação, para a resistência, onde as práticas sociais, as ações coletivas implementadas pelos agentes em organização de resistência são caminhos a percorrer nesta direção.

Melucci (2001) afirma que a ação coletiva está assente em três princípios: fins, meios e ambiente, que devem ser levados em conta como um conjunto de diretrizes independentes e em tensão entre si. Tendo em vista as ações coletivas implementadas, dividem-se os movimentos sociais em três categorias, a saber: *movimento reivindicativo* (o conflito se circunscreve aos limites de um sistema organizativo ou político, onde os membros do movimento reivindicam uma nova forma de distribuição dos recursos no interior da organização, lutando por formas mais eficientes); *movimento político* (luta por mais espaço nas redes de discussão e debates, sendo contrário ao favorecimento de interesses sobre outros); e *movimento antagonista* (luta contra o modo como os recursos são produzidos numa sociedade, colocando em questão inclusive o próprio fim da produção, bem como o encaminhamento do seu desenvolvimento).

Menciona ainda que um movimento reivindicativo torna-se antagonista (Melucci, 2001, pp. 36-37) na medida em que o nível de importância da luta e seu significado aumentar de tal maneira que há uma mudança de paradigma. Para o autor, um movimento antagonista luta por objetivos que preservam sempre a identidade de seus membros e o cerne da questão é a cultura, possuindo objetivos e atuações não negociáveis com a ordem dominante.

Os movimentos sociais contribuem para o processo democrático, não só na utilização do espaço público e colocação de questões na ordem do dia, como também na construção de uma cidadania ativa e participativa. Participar da vida política (aqui não restrita à partidária/representativa) é um exercício de cidadania que os movimentos sociais sabem bem utilizar, e devem utilizar os canais necessários para serem ouvidos. É neste sentido que nos demonstra Andrade (1999), ao asseverar que a cultura política deve centrar-se

em representações sociais, vertendo seu olhar sobre como a cultura política relaciona-se com o papel que o sujeito desenvolve.

É neste sentido que os movimentos sociais desempenham importante papel, que, segundo Cabo (2008, p. 09), na sua relação entre si mesmo e na imbricação com a sociedade, encontra-se

“num processo de confrontação ao nível do significado da sociedade, mas também ao nível das suas próprias identidades, enquanto componentes fundamentais e integrantes de toda a acção colectiva. É esta acção que irá permitir definir a identidade do movimento, mas será a identidade, por sua vez, que irá possibilitar a continuidade da acção colectiva ao longo do tempo. Indispensável, em todo este processo, é a capacidade do actor colectivo de se diferenciar do resto do mundo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por ele, através da definição do “nós” do movimento e dos “outros, aqueles contra quem a acção é dirigida. Trata-se, no entanto, de um processo complicado e muito frágil, porque o “outro” é cada vez mais plural e globalizado e o “nós” é confrontado com a desterritorialização”

A identidade implica sempre a noção de reconhecimento, seja de si próprio, seja do outro, para além de uma continuidade no tempo e no espaço (Ferreira, 2009, p. 11; Silva, 1994, p. p.33), o que implica em tradições⁷. É tudo isso, desde a formação e permanência identitária, que o processo de globalização tende a encobrir e a esvanecer, somente sobrando aqueles que são similares e interessantes às redes dominantes. Aos demais invisibilizados, resta a luta pela existência, tanto real, no sentido de sobreviver em um mundo que os exclui, quanto no sentido metonímico, de se fazer existir (o que é invisível, o que não vejo, não existe – como afirma o ditado popular: “o que os olhos não vêem, o coração não sente!”) e para isso a mídia, tanto hegemónica quanto contra-hegemônica, exerce poderoso papel.

Os movimentos sociais, tanto no Brasil como em toda a América Latina, vem cada vez mais construído uma cultura política de participação, num diálogo cada vez mais amplo entre si e entre eles e os Estados, sendo os movimentos sociais para Warren (1999, pp. 15-16), “um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas e culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis”.

⁷ Dentro de um conceito de modernidade reflexiva, tratada por Beck e Giddens (respectivamente 1994; 2005), há a ideia de destradicionalização, que segundo Robertson (2001, p. 87) encontra ressonância no pensamento marxista de que nada é permanente e de que tudo que se conhece pode se desfazer (“tudo que é sólido se desmancha no ar”). Robertson (ibidem) discorda desta posição, entendendo que a “reflexividade é em grande parte produzida pela relativização das tradições”, no sentido da consciência pessoal de que nossos valores e crenças, que integram as tradições, são apenas partes de um conjunto maior de outras visões, onde os meios de comunicação possuem um campo de movimento denominado *comunicação intercultural*, trazido por Dahlén.

De acordo com Carvalho (2001, pp. 433-434), os Novos Movimentos Sociais, que serão tratados na segunda parte desta Tese, vêm contribuir, por um lado, para a democratização do espaço, ampliando direitos e acesso à cidadania, mas, por outro, pode vir a ditar parâmetros hegemônicos para os outros movimentos, mesclando identidades, sendo por esta razão, em sua visão, necessário dar-se importância às tradições.

Desde o final do século XIX, tem-se projetado na construção da identidade coletiva⁸, onde Robertson (2001, p. 80) fala também em auto-identidade, como uma esperança na formação de uma comunidade global.

Devemos ter atenção nesta relação antagonista ditada pelo reconhecimento de sua identidade pela diferença com o outro. Quando falamos em identidade coletiva, que é o que nos interessa, passamos ao pronome *nós* em oposição a *eles* e nesta relação dialética podemos vislumbrar outra, conforme Mouffe, que é a de amigo/inimigo, onde amigo somos o *nós* e inimigo *eles*. “Isso acontece quando o Outro, que até agora foi considerado simplesmente como diferente, começa a ser percebido como alguém que duvida de nossa identidade e ameaça a nossa existência” (Mouffe, 2001, p. 418). E essa relação tem dois viéses, é de mão dupla.

Este tipo de relação, sem sombra de dúvida resvala ao campo da política⁹ e, que por possuir um aspecto democrático, deixa de ver o Outro como inimigo, passando a enxergá-lo como opositor, que possui ideias diferentes e direitos em defendê-las. Na visão otimista do autor (idem, ibidem), o confronto antagonista deve ser substituído pelo agonista, dentro de uma política democrática.

⁸ Soares discorda da existência de uma identidade coletiva, afirmando que a mesma pode existir apenas no nível da imaginação, afirmando que “não há propriamente identidades coletivas, mas acordos, combinados ao atendimento inconsciente à interpelação simbólico-política comum. (...) O que há são pactos e conflitos, comunicações e mal-entendidos, mal ou bem administrados, descritos em comum por diferentes vozes que assim simulam para si, ante os outros, a fantasia da identidade coletiva” (Soares, 2001, p. 401).

⁹ Mouffe (2001, p. 418) conceitua política como sendo a capacidade de “domesticar hostilidades e tentar desarmar o antagonismo em potencial que existe nas relações humanas”.

O que nos importa aqui, nesta análise sobre a identidade, refere-se à identificação coletiva, que não é apenas de grupo, pois passa pelo reconhecimento de si, em primeiro lugar, como membro efetivo deste grupo. São aspectos simbólicos que criam a auto-imagem e a coletiva.

Reconhecer-se é uma questão de cidadania e de identidade. A cidadania situa-se no âmbito dos direitos do homem e da participação; enquanto a identidade relaciona-se ao nível de pertença e de afetividade, englobando a noção de reconhecimento. O sentimento de pertença a uma comunidade é resultado de uma história em comum. É nesta medida que se é difícil esperar uma comunidade única de cidadãos (cidadania global), pois como nos afirma Santos (1995, p. 213), os processos histórico da cidadania e da subjetividade são autónomos. Assim, deve-se antes lutar pelo reconhecimento plural das identidades.

3. A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Outro conceito importante que aqui se deve ter em conta é o de espaço público. Segundo Habermas (2003), na Europa, entre os séculos XIV e XV, a esfera pública burguesa, desenvolveu-se em separado do Estado Absoluto, e os cidadãos que possuíam melhor condição financeira e académica reuniam suas ideias em periódicos para propagá-las. O ponto alto é a tese de que os princípios da esfera de debates foram modificados, a partir do momento em que deixou de ser clara a divisão entre Estado e sociedade civil (separação entre o público e o privado) e a imprensa passou a servir a interesses comerciais particulares. Neste momento, segundo Habermas, já não se podia mais falar em opinião pública.

Essa discussão da década de 60 não pode ser olvidada, posto que é atual e cada vez mais forte, visto a atual hibridação entre o público e o privado e a intensa mercantilização da imprensa. Entretanto, o próprio Habermas (1999, p. 10) revisita este termo e afirma que existem várias esferas públicas, como a burguesa, cultura popular, mas que todas, conformadas no interior das instituições, formulam proposições que levam a uma opinião pública geral, que correspondem à estruturas comunicacionais generalizadas, definindo espaço público como sendo o “espaço social gerado pela actividade comunicacional”, afirmando, inclusive, a importância dos meios de comunicação,

fixando-os para além do “lugar de troca de informações, mas também o lugar da constituição e da modificação de atitudes que permitem orientarmo-nos na acção” (Habermas, 1984, p. 242).

A esfera pública, em razão da dita hibridação que se verifica atualmente, é mais um espaço de conflito do que de consenso e, nesta medida, os meios de comunicação de massa tornam-se espaço de luta, posto que pertencente ao espaço público, duelam formas hegemônicas e contra-hegemônicas, onde a linha abissal sofre forte abalo.

Do lado de lá da linha abissal, nas sociedades em que o binário apropriação/violência impera, onde o tudo é nada, na medida em que é silenciado e invisibilizado, os grupos sociais pertencentes àquele lado da linha, formam categorias de não cidadãos, “uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (Santos, 2007b, p. 12) .

Segundo o autor acima, três são os tipos de espaço público: o comunitário, o estatal e o não-estatal (que são as organizações sociais que ocupam os lugares deixados pelo Estado, como as ONGs e OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e o que faz com que o espaço público seja ocupado é o grau de participação. Nesta medida, a noção de esfera pública se coaduna com a ideia de participação cidadã, com sujeito politicamente ativo.

Pode-se reconhecer a esfera pública como um espaço de representação social. É assim que John Thompson entende a concepção habermasiana de esfera pública como sendo “uma comunidade de indivíduos que estão unidos por sua participação num debate racional-crítico” (Thompson, 1995, p. 150).

Segundo Balibar, visitado por Mendes (2004, p. 148), a esfera pública nada mais é do que “uma representação objectivada e universalizada, um controlo colectivo, um campo de comunicação das ‘paixões e dos interesses’ da sociedade”. Importante registrar que Mendes entende que o termo *públicos* será mais adequado do que o de esfera pública, e seguindo Cefair e Pasquier, afirma que

Os públicos são entidades essenciais, pré-existentes, mas produzem-se pelas performances de publicitação de um problema social, de uma medida ou política pública, de uma obra, programa, espetáculo etc. Estes autores distinguem entre *públicos mediáticos* e *públicos políticos*. O público dos *media* é sobretudo destinatário de um dispositivo de representação. O público político, a partir da concepção de John Dewey, é ‘um público associativo, inquiridor ou deliberador, que visa controlar as consequências de um acontecimento ou de uma acção e que procura definir as modalidades do bem público. (Mendes, 2004, p. 149)

Santos (1991, pp. 180-186) dispõe sobre quatro espaços políticos estruturais: espaço da cidadania; o espaço doméstico¹⁰; o espaço da produção¹¹ e o espaço mundial¹². Afirma que todos eles constituem relações de poder, apesar de somente as que “são próprias do espaço da cidadania liberal sejam consideradas políticas e, portanto, susceptíveis de democratização”. Cada tipo específico de espaço suscita uma determinada luta democrática que vem a abalar as relações de poder de dado espaço.

A noção de espaço possui uma importância teórica e política crucial para a análise dos conflitos sociais¹³ e como um fator estratégico para os próprios movimentos sociais. Saber pensar o espaço, ocupá-lo, organizá-lo e distribuir as atividades é uma tarefa crucial para a eficácia das ações.

Tejerina conceitua espaço público como sendo o espaço considerado como socialmente instituído, espaço de encontro e desencontro entre autoridades e demandados, cujas condições constituintes não se problematizam” (2005, p. 67). Mendes nos informa que “são nos espaços sociais que as pessoas encontram as redes sociais que podem potenciar o sucesso dos protestos e das acções reivindicativas, bem como a sua sustentabilidade no tempo”.

¹⁰ Segundo o autor, a forma de poder que aqui se verifica é o patriarcado, cuja faceta politizada consubstancia-se no movimento feminista.

¹¹ A forma de poder do espaço de produção é a exploração, afirmando Santos (1991, pp. 181-183) que este espaço, para se politizar precisa que sua velha forma politizada, que são os movimentos operários, se redefinam, pois, atualmente transformaram-se “no maior obstáculo à sua sobrevivência nas novas condições de acumulação de capital”. A atual forma de politização é o anti-productivismo.

¹² No espaço mundial, a forma de poder encontrada é a troca desigual e que vai variar de acordo com o lugar que ocupa o país no sistema-mundo. As formas politizadas são as práticas transnacionais que inclui as relações entre os Estados. (Boaventura De Sousa Santos, 1991, pp. 184-185).

¹³ Não se tratará aqui do conflito social enquanto disfunção social, no entender de Durkheim, mas sim no sentido trazido por Tramontani Ramos (2003, p. 02) que afirma que “o conflito social como algo aberto, contraditório e historicamente indeterminado é se aproximar de uma perspectiva teórica preocupada com as transformações e mudanças sociais e não com uma ciência social da ordem”.

Conforme Calhoun (2001, p. 223), é de extrema importância a criação de um espaço público no qual as pessoas possam não só decidir, mas trocar ideias, “produzir cultura e criar e recriar suas próprias identidades”.

O espaço público não se limita às instituições públicas, mas também referem-se à vida cotidiana e as relações entre os indivíduos. Assim, Sandra Jovchelovitch (2000, p. 32) entende esfera pública como sendo o espaço mestre da intersubjetividade.

A esfera pública liga-se à ideia de democracia participativa na medida em que se deve compreender o sujeito politicamente ativo no espaço público. É neste sentido e para que assim seja, o Estado também deve ser reformulado conforme o descrito no capítulo primeiro desta Tese.

De acordo com Avritzer & Costa (2004, p. 706), o conceito de esfera pública permitiu aos movimentos sociais a interação entre grupos, associações e entre os diversos movimentos, ampliando a teoria democrática, abrindo-se um “espaço para uma nova forma de relação entre racionalidade e participação”.

Na mídia convencional, enquanto esfera pública, podemos perceber que há uma seleção entre aqueles que são e os que não são ouvidos, incorrendo na exclusão de certos grupos sociais.

A relação entre a mídia alternativa e os movimentos sociais leva a um processo de comunicação também alternativo, pois defende uma mudança social e busca envolver as pessoas em seus processos. Neste sentido, Atton, visitado por Góes (2000, p. 06) criou o conceito de esfera pública alternativa, que indica umnexo de instituições que trabalham juntas fora da influência parlamentar e que possibilita o público dirigir e debater questões sociais e políticas independentemente do Estado.

Fraser (2007) entende que é necessária a construção de uma esfera pública mundial, que engendrará as bases de uma nova ordem democrática mundial. Deste modo, as associações transnacionais de movimentos sociais fazem com que haja cada vez mais a ocupação do espaço público neste sentido, sem se esquecer das esferas locais, que antecedem e são, também, em simultâneo.

4. OS BASTIDORES DA MÍDIA HEGEMÔNICA.

A globalização, tanto hegemônica quanto contra-hegemônica, suas ações e reações, discutidas no primeiro capítulo deste trabalho investigativo, foram alavancadas pelas novas formas tecnológicas a serviço dos meios de comunicação, levando alguns a crerem que o fenômeno globalizatório é novo, quando na realidade não o é; tornou-se sim, mais visível, quase palpável. Importante deixar registrado que não se entende a mídia como a única promotora da globalização hegemônica, mas concebida por vários fatores onde os meios de comunicação tiveram forte e crucial contributo, para além de políticas estatais e econômicas.

Boron (2001, p. 46) afirma que os meios de comunicação vêm contribuindo sistematicamente com o sistema neoliberal de hegemonia e dominação, chegando a denominar estes veículos por “a grande ‘imprensa econômica’ internacional”, posto que são “aparelhos especializados a serviço de diversos grupos e setores da classe dominante e cuja ‘função informativa’ está subordinada à estratégia de acumulação de capital do conglomerado empresarial ao qual estão ligados”.

Há quem afirme que os meios de comunicação de massa produziram uma nova sociedade, na qual se nota a inter-relação entre o desenvolvimento político, social e econômico e as formas de comunicação. Em razão disso, e pelo volume de informações disponíveis e pela velocidade com que são difundidas, tornou-se comum chamar este momento como a *Era da informação*, atribuindo o mesmo nome à sociedade em que vivemos¹⁴. Entretanto, devemos lembrar que a informação não se restringe às tecnologias comunicacionais, sendo sim o maior veículo, que nos faz chegar informações de todos os níveis, sejam políticas, econômicas, culturais, sociais entre outras, onde os *media* que veiculam imagens não se furtam às lutas ideológicas de suas

¹⁴ Cardoso (2006, p. 181) afirma que a globalização comunicacional teve como fundamento a dinâmica da economia capitalista. Entretanto, discordamos desta afirmação, posto que uma não aconteceu em razão da outra, mas sim em paralelo e de forma interligada. Entendemos ser difícil hoje compreender, pela rede formada, um processo sem que se compreenda o outro, pois todos estão interdependentes, ligados entre si, seja o econômico, o social, o político, o jurídico, o comunicacional. Assim, a globalização comunicacional não deriva da econômica, posto que é ao mesmo tempo autônoma e interdependente, fazendo parte da grande constelação globalizatória.

épocas e atualmente essa relação se dá de modo mais intenso e mais amplo, alcançando as várias escalas.

Desta maneira, não nos parece correto afirmar que haja uma Sociedade da Informação, pois o que se evidencia hoje é o fluxo e a velocidade da propagação da mesma. E mais. Não se pode limitar a comunicação apenas à informação, posto que ela é muito mais do que isso. Se queremos nominar, criar nomes, melhor seria afirmar que uma das frações da sociedade *é a do Fluxo Comunicacional*, promovido por um dos tipos de globalização, uma das esferas da globalização, qual seja a *comunicacional*.

Neste quadro mundial, a mídia não possui muito espaço para a reprodução da realidade como ela é, mas sim como deve ser representada, segundo interesses dominantes e que financiam as empresas de comunicação. A pobreza gera representações diferentes. Para os membros da esfera dominante da sociedade, que assiste às mazelas humanas de longe, por meio dos noticiários televisivos ou impressos, o espetáculo da miséria gera o distanciamento, omissão e sentimento de indiferença e de irresponsabilidade à situação experimentada pelos excluídos. Em outros causa sentimentos de compaixão e piedade, tendo, pois uma outra concepção e forma de se auto-representar.

Vivemos num momento no qual os meios de comunicação levaram a cabo os processos de globalização e o difundiram, tomando uma proporção que antes não se imaginava. Tendo em vista a força dos meios de comunicação, incrementado pelas altas tecnologias, Sklair (2005, p. 57) caracteriza este momento como sendo a *globalização genérica* caracterizada pela ocorrência de dois fenômenos: a) a revolução eletrônica, que modificou a estrutura de comunicação de massa; b) subsequente criação de espaços sociais transnacionais, nos quais floresceram as várias formas de cosmopolitismo.

Atualmente, a sociedade está marcada por este *fluxo comunicacional*¹⁵, sendo um aspecto importante na economia que se pode denominar economia do conhecimento. Nesta medida, ao mesmo tempo que a informação transmitida pode ser manipulada e dominar, podemos utilizar este potencial num sentido de uma participação informada e

¹⁵ Segundo Santos (2007a, p. 132), “a informação se converteu num problema crucial de direitos humanos”, pois podem causar violações ao mesmo, como direito de privacidade, mas também não podemos olvidar seus aspectos positivos e que podem gerar a emancipação.

de uma cidadania ativa vindo de baixo para cima. Neste sentido, da mesma forma que a informação pode colocar o capital no centro do sistema, podemos alocar o sujeito e dá-lhe instrumentos para transformação. Assim, segue o raciocínio de Zorrinho (2001, p. 35), que afirma que:

“sendo o conhecimento principal fonte de valor, é óbvio que a importância do capital fundiário e do capital financeiro é agora bastante mais subsidiária dum outro capital transformador detido pelo indivíduo, ou seja, do saber e da capacidade de criar valor a partir do processamento criativo da informação”.

Mattelard (1994) afirma que em cada época e em cada sociedade, a comunicação possui uma certa configuração, que, em seus diversos níveis (econômico, social) e em suas diversas escalas (local, regional, nacional e internacional), produz um conceito de comunicação hegemônica, engendrando, na passagem de uma configuração à outra, continuidades e rupturas. E assim, como todo movimento se dá em ação e reação, encontramos também na Mídia, dois paradigmas, o da *ordem* (representada pela chamada pesquisa administrativa, desenvolvida nos EUA) e o do *conflito* (que tem uma linha crítica e com matiz marxista). Os Media, segundo Schudson, visitado por Mendes (2004, p. 151) “são a ponta visível de um iceberg de influências sociais no comportamento humano”.

Segundo Chomsky (2003, p. 07) há duas super grandes potências no mundo: o poder estatal americano com sua posição e influência imperialista e a opinião pública mundial. A globalização também atinge os meios de comunicação, que vem a produzir uma opinião pública em nível mundial e com cada vez mais visibilidade. Por conseguinte, podemos compreender os meios de comunicação como forte elemento na formação da opinião pública, no imaginário coletivo e na formação da identidade.

De acordo com Borges (2005, p. 03), o jornal impresso surgiu para servir ao mercado, publicitando mercadorias de modo a alcançar número alargado de consumidores¹⁶, sendo fácil compreender como as editoras dos jornais impressos “conseguem suportar a venda do jornal a um preço inferior ao real custo de produção” (Borges, 2005, p. 03), posto que são um negócio a serviço dos negócios” (Ayala, 1985, p. 46).

¹⁶ Consta que esta vocação do jornalismo impresso surgiu pelo ano de 1657 no *Public Adviser*, na cidade de Londres, onde o objetivo principal “não era outro que o da inserção de avisos mercantis” (Ayala, 1985, p. 46).

Colocar o público no lugar onde deve estar, de modo a pensar consensualmente e de forma homogênea é uma inspiração liberal ainda praticada, e é levada a cabo por uma classe especializada que gerencia os interesses comuns e que enebria os olhos da opinião pública, segundo nos afirma Chomsky (2003, p. 09). O que mais importa, para além do que se é noticiado, é o modo como a notícia é transmitida.

Segundo Alexandre (2001, p. 113), as funções básicas dos meios de comunicação de massa são informar, divertir, persuadir e ensinar. Assim, devemos ter em conta que as empresas de comunicação operam de duas formas principais: 1. por um maior nível de audiência e, dependendo do canal informativo, como é o caso da mídia impressa, por uma maior venda; e 2. em um segundo aspecto, primam pelo entretenimento, qualquer que seja a notícia, isto é, tendem à espetacularizar as notícias, onde todos viram atores do palco midiático.

Os inúmeros fatos da vida não são noticiados e quem escolhe o que será ou não e como será noticiado é o editorial¹⁷ de cada meio de comunicação, que segue uma linha ideológica. E a própria mídia intenciona demonstrar à sociedade que ela conhece os fatos, que ela possui a verdade dos acontecimentos. É o olho do mundo e se faz ver neste sentido e a muitos consegue dominar. Dependendo do impresso que se tenha nas mãos, realidades distintas podem ser representadas sob o mesmo objeto, devido à forte seletividade dos meios de comunicação ao selecionar e transmitir um evento. Conforme Hobsbawm (1998, p. 19), é muito difícil hoje em dia diferenciarmos os editoriais dos periódicos com a opinião pública.

Mendes (2004, p. 153) nos transmite que a função dos meios de comunicação social possuem forte caráter ideológico, numa relação complexa e contraditória. Assim, afirma, *in verbis*:

Os *media* constituem um poderoso aparelho ideológico, não no sentido de que são manipulados ou que os seus profissionais possuem uma falsa consciência, mas sim de que os seus discursos assentam em pressupostos e assunções com um forte caráter ideológico. Esta função ideológica é complexa e contraditória. Por exemplo, os textos (num sentido amplo) dos *media* tanto contribuem para o controlo e a reprodução social como operam como mercadorias culturais,

¹⁷ O editorial de cada meio de comunicação dita a linha política de cada jornal. Mendes identificou, em pesquisa realizada tendo por objeto o jornal Público, que alguns jornalistas escreviam neste impresso seguindo a linha ideológica da empresa, mas também escreviam em outros editoriais com linhas diametralmente opostas, o que demonstrou “divisões ideológicas e políticas na redacção e dando uma imagem aparente de pluralismo e de neutralidade” (Mendes, 2004, p. 154).

entretêm as pessoas, mantêm as pessoas política e socialmente informadas, são artefactos culturais e reflectem as mudanças nos valores e nas identidades.

Seguindo o pensamento de Rodrigues (2006, p. 68) acerca da carga ideológica dos meios de comunicação, pode-se dizer que

É notório que os meios de comunicação social possuem uma roupagem ideológica, mesmo negando-a sob o signo da neutralidade de informação. A comunicação social aponta para objetivos e interesses específicos a partir de seus interlocutores ou grupos, considerando que a forma de interação entre os meios de comunicação e seus interlocutores varia conforme a categoria ou grupo social para, assim, atender a (constituir) certas demandas que representam os interesses mútuos, mas não no mesmo nível. O conjunto de ideias, de práticas, de estratégias, de modalidades enunciativas é, no entanto, posto sob o signo da neutralidade da **informação social** nos espaços específicos. Assim, a televisão, o jornal, a revista, mais recentemente a *internet* (rede mundial de computadores), o cinema, em certa medida, o panfleto, o boletim e o informativo são instrumentos lingüísticos que atendem a objetivos explícitos e/ou implícitos para satisfazer a necessidades e interesses sociais.

Borges (2005) alude a três funções do jornalismo impresso hegemônico: “vender mercadorias; difundir a racionalidade positivista dominante, que consolidou o poder da burguesia; cumprir a função democrática de informar, formando a opinião pública para o exercício da cidadania”. Entretanto, deve-se compreender, que não mais se deve falar em opinião pública, mas sim opinião publicizada. Desta forma, atuar no sentido e desenvolvimento da cidadania, compreende-se que se trate da mídia contra-hegemônica, pois ela sim subverte as funções dominantes dos meios de comunicação.

A mídia, conforme Gialdino (2003, p. 103), constitui a maior fonte de compreensões de versões do mundo e da vida social na cultura ocidental e representa seletivamente atores sociais, ações, fatos e situações de certa sociedade. Os modos como as ações vêm a ser representadas induzem a diversas interpretações. Neste sentido, afirma a autora que

O estudo sobre a maneira que os meios de comunicação categorizam os sujeitos e suas ações sociais determinam os sujeitos ativos e passivos da mesma, explicam processos e atribuem-lhes causas e significados, é de fundamental importância na razão de que esses meios elaboram estruturas de conhecimento, que como outras, incluem sequências de ação estereotipadas, definições de responsabilidades, de culpas, de direitos e de obrigações (tradução nossa).

Na medida em que os meios de comunicação influenciam diversamente, na direta relação com o capital cultural que cada indivíduo possui, impõem-se à mídia hegemônica uma importante noção de responsabilidade social, que infelizmente não se percebe, tendo em vista os diversos interesses em jogo.

Cumprido esclarecer que se compreende aqui a mídia como uma das instâncias de controle social e no âmbito do processo de criminalização dos movimentos sociais.

Nesta medida, os discursos da Mídia se constituem em forte reforço ao discurso oficial dominante, criando mitos e estereótipos, mas, ao dar visibilidade, carrega em si seu potencial emancipador.

De acordo com Ramonet (2003), a concentração ditada pelo processo de globalização garante dois movimentos: a fusão e a fissão. A fusão liga-se ao fato de as empresas e os Estados virem a associar-se para sua própria sobrevivência. Por outro lado, Vicente (2006, p. 20) aduz que “em decorrência desse movimento de integração, diversas comunidades e empresas aparecem e entram em cena (fissão) perdendo, com o passar do tempo, seus valores e identidades em função do contato com ‘aliados’ mais poderosos”. É neste sentido que autor acredita haver um forte fator destrutivo dentro da concentração midiática e que os grandes grupos econômicos querem incutir nas pessoas a prevalência da economia sobre a política e que a única salvação é o mercado.

Neste mercado midiático concentrado, dificilmente consegue-se pensar que haja livre manifestação de pensamento no interior dos meios de comunicação, onde os jornalistas devem seguir a linha editorial do veículo de comunicação ao qual se ligam. Deste raciocínio, cumpre pensar brevemente sobre a própria liberdade de expressão.

A liberdade de expressão é uma garantia inerente às democracias liberais e que está prevista no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também no artigo 10º da Convenção Europeia de Direitos Humanos. No Brasil, ainda sob a proteção do artigo 5º, da Constituição Federal brasileira, em seu inciso IX, é previsto que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. A Lei n.º 5.250, de 1967, disciplina a liberdade de manifestação de pensamento e de informação.

A liberdade de expressão é a garantia de se manifestar livremente, com apresentação de fatos, versões, narrativas, pensamentos, ideias etc., abrangendo a todos os interesses, sem exclusão de qualquer que seja. Essa é a verdadeira liberdade de expressão. Questiona-se, entretanto, haver liberdade de expressão realmente nos meios de comunicação de massa, quando somente um lado da história é narrado, quando somente

um interesse é ouvido e defendido. Não é à toa que as rádios comunitárias, uma das expressões de mídia alternativa, são tão combatidas no país.

Em Junho de 2007, lideranças de alguns movimentos sociais foram impedidas de entrar em um local onde se realizava um “ato de defesa da liberdade de imprensa”, no qual Marcel Granier, dono da RCTV venezuelana, cuja concessão não foi renovada, a mando do presidente Hugo Chávez, por estar envolvida com crimes de sonegação de impostos, evasão de divisas, propaganda de prostituição, apropriação indébita das contribuições previdenciárias de seus funcionários. Que liberdade de expressão é esta? Por que somente a alta cúpula da comunicação pode se manifestar? Tamanha contradição!

Transmite-se a ideia de que o discurso da Mídia é seguro, confiável e retrata fielmente a realidade. Passa a ser Lei. Segundo Romão & Tfouni (2002, p. 05),

“Lançando mão de tabelas, gráficos, mapas, estatísticas, quadros explicativos, pesquisas inéditas, fotografia e fotonagens, a tônica do discurso jornalístico é generalizar e fixar um dizer como irrefutável. Esta manobra torna-se ainda mais poderosa quando textos, reportagens e matérias aparecem sem autor explícito. Tal ausência de um nome, de um responsável pelo dito, tem impacto na relação imaginária com o leitor, que passa a acreditar (daí advindo a credibilidade) que não se trata ali de uma mera opinião pessoal, partícula de um mundinho reduzido e digno de apenas uma voz, mas sim de um julgamento universal, compartilhado por todos. Assim, o efeito de sentido do discurso jornalístico aproxima-o de uma Lei. E Lei não comporta opinião, interpretação nem crítica; deve ser aceita e maximizada na sua impessoalidade.”.

Enfim, por qual razão esta desigualdade, este distanciamento não é relatado nos meios de comunicação? Por qual motivo, ao noticiar uma ocupação de terra a faz de forma pejorativa e negativa e raras são as vezes em que são entrevistadas as lideranças do Movimento e, quando são, utilizam-se para desqualificar ou ainda para apontar as ações como invasões, cujo próprio termo já traz em si um cunho negativo, alargando para o crime, para a baderna, para o desrespeito ao Estado Democrático de Direito? Por qual razão não se noticia nos meios de comunicação hegemônicos que, conforme informação obtida no site do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um pequeno número de propriedades rurais, constituem latifúndios e ocupam mais da metade (cerca de 57%) das terras agricultáveis do Brasil? Significa dizer que uma área equivalente aos Estados de São Paulo e Paraná, no Brasil, concentram os trezentos maiores proprietários rurais, enquanto quase cinco milhões de trabalhadores e

trabalhadoras rurais estão sem um naco de terra para viver, salvo aquele mencionado na música de Chico Buarque, que “é a parte que te cabe neste latifúndio¹⁸”.

Haverá mesmo liberdade de expressão ou esta é censurada, na medida em que é parcial e tendenciosa; na medida em que, para se buscar o outro lado da história, a outra versão, pois a história é constituída de versões e não de verdades, tem que se recorrer às notícias veiculadas nos veículos de comunicação ligados a estes grupos que são silenciados na mídia convencional? Entendemos assim que, na verdade, não há de fato liberdade de expressão, pois a notícia tem que ser veiculada somente com uma versão e portanto tendenciosa, a fim de manter o *status quo* hegemônico. A liberdade de expressão, segundo aqui se entende, é confundida com a liberdade do próprio capital ao qual serve, Assim, os espaços alternativos de comunicação podem trazer fortes contribuições para reversão ou contrapeso dessa situação.

Segundo Bourdieu (2001, pp. 26-34), a liberdade de expressão dos jornalistas e produtores culturais podem estar marcadas pelos grandes interesses econômicos. A chamada imprensa livre serve aos interesses daqueles que estão no poder. A maioria dos canais de comunicação são empresas que vendem audiência privilegiada para outros negócios, pertencendo à mesma categoria de elite, esperando dividir percepções, aspirações e atitudes destas associações, refletindo seus próprios interesses de classe. Os jornalistas acabam por incorporar estes discursos e valores, nem que seja para manterem seus empregos.

São pelas mãos de organismos privados que muitas decisões que interferem na vida social são tomadas. Uma solução para esta tensão nos é dada por Chomsky (1989, p. 06) ao afirmar que o sistema democrático deveria assumir o controle dos vários setores, como o campo do investimento, da organização do trabalho entre outros, concluindo que tal feita constituiria a maior revolução social:

Um modo de resolver a tensão poderia ser a extensão do sistema democrático para o investimento, organização do trabalho e outros. Poderia constituir a maior revolução social, a qual, segundo meu ponto de vista, poderia consumir as revoluções políticas da era anterior e realizar alguns princípios libertários nos quais eles se basearam. Ou a tensão poderia ser resolvida, e às vezes é, pela forçada eliminação da interferência pública com o Estado e o poder privado (tradução nossa).

¹⁸ Refere-se o compositor, na música intitulada “Funeral de um lavrador”, que a parte que te cabe neste latifúndio é apenas a cova rasa, depois do homicídio resultante dos conflitos agrários.

Segundo Chomsky (1989, p. 10), um estudo realizado em 1975, pela Comissão Trilateral¹⁹ já havia concluído que a mídia se tornara numa notável fonte de poder nacional, constituindo uma demonstração de excesso de democracia, que levaria à redução da autoridade governamental.

Ter uma imprensa livre constitui sim uma demonstração de que a democracia funciona. Entretanto, como poderemos assim entender quando os meios de comunicação, apesar de serem vistos como livres, não o são, posto que devem atender aos interesses maiores, e, neste sentido, como poderemos compreender que estamos mesmo diante, vivenciando e experimentando uma democracia? Isso faz-nos pensar se o Brasil é mesmo um país democrático ou se não experimenta outra forma de Estado com roupagem de ditadura (privada).

Na vinculação entre a mídia e a política, há quem entenda²⁰ a primeira como constituidora de um regime político em si: a mediocracia, onde o Estado cada vez mais perde o controle sobre os *media*, sobre a informação, imagens, opiniões e até lazer. De certa forma, ser independente do Estado garante aos meios de comunicação virem a ser, teoricamente, mais imparciais e, em certa medida, apontar os defeitos daquele. Diz-se em tese, posto que se há independência política, há outros interesses a responder. Interesses sempre estão presentes, sejam sociais, econômicos-empresariais, políticos ou de qualquer outra natureza.

De acordo com Kellner (2001), a cultura midiática é entendida como um espaço de lutas, onde, de um lado, estão fortes grupos sociais e ideologias contraditórias, enquanto outros experimentam esta disputa através dos discursos veiculados.

Theranian, visitado por Cardoso (2006, p. 192) aponta três classificações para a mídia na sua relação com a capacidade de o indivíduo de apresentar contestação e resistência. São elas os macromedia da comunicação, os mesomedia da comunicação e os micromedia da comunicação. Dentro desta classificação, apenas o último,

¹⁹ Deve-se ter em mente que esta Comissão representa as percepções e valores das elites liberais dos EUA; Europa e Japão.

²⁰ Ver Meyer e Hinchman (2002).

consubstanciado nos telefones, aparelhos de imagens e áudio e Internet, funciona como “instrumento de poder para as forças na periferia do poder”. Entretanto, os outros espaços da macromídia (identificado como forte disseminação dos ideais globalizatório hegemônicos pelo uso de satélite e internet) e mesomídia (pela utilização de cinema, rádio, TV, jornais e revistas) também podem e são usados como instrumentos de resistência.

Novos atores podem passar a utilizar os canais comunicativos dos *media*, até mesmo os grupos socialmente excluídos, seja por canais próprios, fazendo uso dos recursos na Internet, como sites, blogues, fóruns de discussão, seja por meios de rádios comunitárias, jornais e revistas da mídia alternativa, para não falar dos espaços ocupados também nos meios de comunicação convencionais, pois passam a ser, de uma forma ou de outra, conhecidos, enquanto antes eram invisibilizados. Os meios de comunicação eletrônicos são recorrentemente utilizados pelos movimentos sociais ao redor do mundo e isso muito contribui para o desenvolvimento e aliança entre os mesmos, apesar da enorme heterogeneidade desses movimentos. Nesta medida, podemos entender sim a capacidade dos meios de comunicação tornarem-se espaço de luta e de cada vez mais transformar os limites da democracia e da cidadania.

5. O POTENCIAL EMANCIPADOR DA MÍDIA CONVENCIONAL

Podemos perceber que os países com fraco desenvolvimento social por parte do Estado deslocam o centro das lutas pela inclusão para as classes subalternas, que normalmente são invisibilizadas. Essas lutas, entretanto, vão para os meios de comunicação de uma maneira que beneficie os grandes interesses na manutenção da ordem pública vigente. Não se pode esperar dos meios de comunicação, aliados e também detentores de grandes interesses, que aplaudam a luta social por parte daqueles excluídos do contrato social. Seu papel é jogar à criminalidade, mas não ao ostracismo.

Controlar os meios de comunicação é de extrema importância aos grandes interesses hegemônicos, posto que se consegue alcançar uma grande variedade de público ao mesmo tempo, expandindo poder aos mais variados níveis: político, econômico, cultural, social e até religioso.

Guehenno, visitado por Castells (2003, p. 436) fala na não existência de uma sociedade, na medida em que é, na realidade, uma sociedade sem cidadãos, pois é “incessantemente fragmentada, sem memória nem solidariedade, que apenas restabelece a sua unidade na sucessão de imagens que os *media* lhe devolvem todas as semanas”. Assim, os Estados perderam, com o processo globalizatório, muito de seu poder de decisão e controle, mas os meios de comunicação vieram ocupar este lugar, tornando-se um espaço privilegiado da política e do poder.

Até início dos anos 80, nos diversos países do mundo, os meios de comunicação, uma das fontes de manutenção de poder por parte do Estado, estavam sob a tutela governamental, e, atualmente, estão cada vez mais concentrados em mãos particulares que primam por seus interesses, podendo atribuir-se, esta mudança de controle, às tecnologias cada vez mais avançadas e a mobilidade comunicacional também a nível global, dificultando cada vez mais o controle por parte dos Estados.

Ao redor do mundo, foram poucos os países que não tiveram, a partir da década de 80, os meios de comunicação privatizados. A própria Rede Globo²¹, a maior rede de comunicação brasileira, com fortíssimo monopólio, com televisão, jornais impressos, revistas, sites, emissoras de rádio, recebeu concessão justamente em plena ditadura militar. Não se admira que até os dias atuais a mesma deva atender aos interesses daqueles que a ajudaram a se transformar na mais importante e de maior difusão e alcance em todo o território nacional. Seu poderio econômico, político, cultural e social dita as regras para a opinião pública, ou, podemos mesmo falar em opinião publicada, na medida e que a mesma é somente acatada pela maioria do público e assimilada como consenso²².

²¹ Apesar de Castells (2003, p. 375) afirmar que se um determinado meio de comunicação tender politicamente mais para um lado, abarcará apenas uma parcela do público e dificilmente obterá lucro, tal fenômeno não acontece com a maior rede de comunicação no Brasil, indo em caminho oposto ao afirmado pelo autor, posto que é a mais difundida, assistida, lida e ouvida em todo o país. Não há nenhuma tão forte e a aparente imparcialidade que transmite garante-lhe todo o sucesso e para seus parceiros econômicos e políticos.

²² Castells (2003, pp. 434-435) discorda deste entendimento e afirma haver dois erros advindos do senso comum, mas já refutados empiricamente. O primeiro é a noção de que os meios de comunicação impõem suas opções políticas à opinião pública. Entende o autor que isso não corresponde, em regra, à realidade, na medida em que os *media* são muito diferentes e suas relações com a política e a ideologia são altamente complexas. Afirma que há casos registrados em que os meios de comunicação chegaram a “defender” a opinião pública, citando o caso em que apoiaram a iniciativa do Poder Judiciário contra a

Entretanto, os Estados, apesar da perda de controle cada vez maior sobre as redes comunicacionais, ainda assim, mantém certa participação, inclusive com ações de capital e certo controle, por meio de regulamentações legais.

Interessante pensar que os Estados acabam “cedendo” espaço neste controle também como prova de democracia, afinal um país democrático possui meios de comunicações livres e sem censura. Entretanto, questiona-se muito haver realmente liberdade de imprensa, discussão que se remete à seção anterior.

O campo político é na verdade captado pelos meios de comunicação, que não o cria, pois trata-se de um processo social e político aberto²³. Entretanto, os meios de comunicação acabam gerando reflexo na organização política, para além das eleições, e até na relação entre Estado e a sociedade.

Certo é que os meios de comunicação podem ter um viés educativo, para além do informacional, e tem mesmo, mas recorrendo-se à Hélia Santos (2006) que, ao tratar dos meios de comunicação dentro da perspectiva liberal, afirma que “eles fornecem a informação necessária para que os/as cidadãos/ãs façam suas escolhas informadas nas eleições, constituindo-se, assim, uma plataforma neutra de debate”.

É esta a imagem que a mídia hegemônica pretende passar, de auxílio, de cidadania e de neutralidade. Entretanto, devemos lembrar o fato ocorrido nas eleições para Presidente da República, no Brasil, nos anos 90, quando concorriam, no segundo turno, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. O Jornal Nacional, programa jornalístico transmitido pela Rede Globo de Televisão, recortou trechos do debate que havia ocorrido no dia anterior, passando a imagem de um Lula inseguro e apático, sem condições de liderar o país, enquanto mostrava o outro candidato, seguro, instruído e apto. Essa transmissão tendenciosa fez história, pois dias depois ocorriam as eleições,

corrupção, em Itália, existente nos partidos políticos e o caso de Silvio Berlusconi, apesar de este ser proprietário de três canais de televisão naquele país. Entretanto, questiono se a abertura destes casos não era de interesse para outros grupos e por isso noticiado e da maneira como foi, dando aparência de imparcialidade. Outro aspecto mencionado por Castells é a relação entre os *media* e a manipulação das mensagens recebidas pela audiência e afirma que na maioria das vezes ela é independente.

²³ Segundo Castells (2003, p. 438), “a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço dos *media*. Fora da esfera dos *media* existe apenas marginalidade política.

sendo vitorioso o candidato Fernando Collor, que posteriormente sofreria *impeachment* igualmente sobre a liderança e comando da mesma empresa de comunicação²⁴ que lhe ajudou a eleger. Dificilmente se pode dizer que não há interesses por trás das empresas titulares dos meios de comunicação, tanto que são capazes de eleger e de retirar um governante.

Ao mesmo tempo que os meios de comunicação devem manter a aparência de isenção política, precisam manter laços com a política e com o governo, para terem acesso às informações e beneficiar-se com regulamentações para a imprensa e com subsídios financeiros de alto vulto.

Fernandes (2006, pp. 154-155) enxerga a globalização e os meios de comunicação como uma forma de sociabilizar identidades, conhecimentos e valores que anteriormente não seriam dados a conhecer. Esta socialização de informação realmente acontece e isto obviamente é proveitoso e valioso, mas este uso contra-hegemônico não pode olvidar aquele que faz com que a massa de excluídos ou não perfaça a agenda de comunicação e informação ou, se o fazem, são lhes dedicadas parte do noticiário da seção policial e assim, desta maneira, passam a ser conhecidos como criminosos. Importante reconhecer que a globalização hegemônica e a comunicação social que lhe é correspondente tende sim a homogeneizar comportamentos, na medida em que transmite sempre os valores e cultura que lhes interessam como sendo a válida, a produtiva, a de progresso e de sucesso.

A força tecnológica é dual, pois, ao mesmo tempo que pode fornecer às sociedades repressoras novas e mais poderosas formas de controle social, também podem, nas sociedades democráticas participativas, gerar um aumento do poder político em termos de maior participação e controle também do próprio Estado e outros agentes sociais. A isso também se aplica o papel da mídia, na sua relação de vigilância e controle, seja sobre o Estado, seja sobre a sociedade.

²⁴ Interessante lembrar como nesta época foi transmitido pela Rede Globo de Televisão uma minisérie intitulada “Anos Rebeldes”, que aludia aos tempos da ditadura e a necessidade de o povo se manifestar e ir para a rua para destituir um Governo. Em pouco tempo, tínhamos os estudantes (e ainda outros setores) na rua, que ficaram conhecidos como “os cara-pintadas”.

O processo globalizatório hegemônico não pode ser visto como natural, posto que promove imensa exclusão e acende tanta constestação e abalos. Chomsky (1989, p. 09) nos informa acerca de discussões sobre o entendimento de uma “Ordem de Informação do Novo Mundo” quanto à diversificação do acesso à mídia e encoraja alternativas ao sistema global dos meios de comunicação dominado pelo poderio industrial do Ocidente.

Os media são preciosas máquinas de “propaganda silenciosa”, como afirma Ramonet (2000), capazes de “manipular as massas” e de “fabricar espíritos”. Isso já todos concordam. É ainda comum ouvirmos dizer que, justamente por esta característica que os meios de comunicação constituem-se em si um “quarto poder”. Aproveitado esta expressão, poderíamos muito bem afirmar que o povo, organizado e participativo, pode alterar a situação reinante e utilizando-se dos meios de comunicação, e vir a constituir-se um *quinto poder*, como afirmam alguns autores (Ramonet, 2000), devendo para tanto, segundo Macedo (2005, p. 334), possuir uma cidadania repaginada, que vai além do sentimento de pertença a uma certa sociedade ou ainda menos ao direito de votar e ser votado. A cidadania é algo muito mais amplo, que envolve participação e a capacidade de assumir responsabilidades.

O interessante, aqui, é que se possa utilizar este poder que os media possuem igualmente de forma contra-hegemônica. Apesar de os discursos dos meios de comunicação terem aparência de neutros e imparciais, assim como os textos judiciais, constroem a realidade, ao invés de somente informá-la e, nesta medida, condicionam a forma com os indivíduos realizam a sua visão de mundo. Entretanto, mesmo dentro deste canal, há um potencial emancipador do qual os movimentos sociais podem se aproveitar. Neste sentido, segundo as teses de Vattimo, na qual Gialdino (1997, p. 267) se apoia, afirmam que

Na sociedade dos meios de comunicação, ao invés de um ideal emancipador modelado sobre a autoconsciência, sobre o perfeito conhecimento de que sabe como são estas coisas, abre-se um caminho de um ideal emancipador em cuja base de si mesma estão a oscilação, a pluralidade e, finalmente, a erosão do próprio princípio da realidade. Segundo os meios de comunicação fechem ou abram o horizonte de interpretações, essa oscilação, essa pluralidade, pode-se ler como controle ou como liberdade (tradução nossa).

Essa característica própria dos meios de comunicação, a princípio, é neutra. É quem a usa aplica-lhe o cariz hegemônico ou contra-hegemônico, e é nesta medida que os movimentos sociais devem se aproveitar.

A utilização dos meios de comunicação, hegemônicos ou alternativos, é essencial ao desenvolvimento dos Novos Movimentos Sociais que lutam contra o processo globalizatório dominante. Sem esse meio, em todos os níveis, as lutas acabariam por restringir-se às esferas locais, dificultando em muito sua atuação e sucesso. Antes, e devido à globalização hegemônica, estes grupos eram apenas sem-rosto, invisibilizados, e luta que não é vista, não é conhecida, na realidade não existe, passaram, pois, de uma forma ou de outra, a serem vistos e ouvidos, passaram a incluir suas reivindicações como importantes e necessárias à paz social, tão cara ao contrato social.

6. A MÍDIA RADICAL E ALTERNATIVA E OS TRANSGRESSORES COMPULSIVOS DA LINHA ABISSAL

Quando os dados da violência no campo²⁵ referentes ao ano de 2003 foram divulgados pela CPT em coletiva à imprensa, foi fornecida a informação de que pessoas no campo estavam sofrendo ameaças de morte. Entre elas estava Dorothy Stang. Um ano depois, a missionária era assassinada e aí sim, neste momento, passou a ocupar os noticiários, locais, nacional e internacional.

No mundo globalizado, os meios de comunicação²⁶ são dos elementos que influenciam a estrutura social e o pensamento gramsciano²⁷ de hegemonia é o indicado à análise do sistema político, econômico, social e midiático atual.

²⁵ O estudo realizado por Gonçalves (2006) comprovou que a violência agrária tem ligação, atualmente, com o agronegócio, mais do que com as arcaicas estruturas agrárias históricas e isso representa indícios da colonialidade, que ainda vivemos.

²⁶ Góes (2000, p. 01) entende a mídia como a produção e representação comprometidos com as forças do mercado e estatização da vida, sem qualquer intenção de transformação social.

²⁷ Um autor importante é Gramsci com seu conceito de guerra de posição. O pensador italiano acreditava que era necessária a disputa pela hegemonia dentro dos grupos e classes sociais através dos *aparelhos privados de hegemonia* (categoria na qual se inscrevem os meios de comunicação). Esta disputa, segundo Gramsci, deve ser constante, para que em um momento de tomada de poder (a teoria gramsciana visa à superação da divisão de classes e à auto-regulação da sociedade), a classe *dirigente*, ou seja, detentora do consenso, torne-se também *dominante*, detentora portanto da força, da coação. Nessa “guerra”, é fundamental a capacidade de os movimentos ou partidos envolver grandes massas na solução de seus problemas, auxiliar a tomada de consciência do maior número possível de pessoas.

A hegemonia não domina sem que haja uma constante resistência e embate, que são ações de contra-hegemonia. Diante da globalização hegemônica, formada por ideias neoliberais e democracia representativa, que acentua desigualdades sociais e monopoliza decisões políticas, econômicas e silencia culturas, surgem forças variadas de disputa e luta, que são formas de política e cultura alternativas. Para haver transformação social novos valores culturais devem ser construídos, para além de uma nova visão de mundo e coesão social (Góes, 2000, p. 03).

Os movimentos sociais atuam, de modo contra-hegemônico, em várias esferas, o que inclui a mídia. Segundo Góes (2000, p. 05), “a mídia pode ser analisada como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social”.

Importante aqui o conceito de mídia radical de Downing (2002), que tem em seu cerne a ideia de cultura popular²⁸. Entretanto, não se pode esquecer que a cultura de massa à qual a popular se opõe, apoia-se mesmo nesta para seu êxito e difusão de cima para baixo. A mídia radical alternativa é relativamente livre e autônoma em relação aos poderes constituídos.

Segundo Downing (2002), a mídia radical normalmente é de pequena escala, com poucos recursos financeiros e com pouca divulgação, mas sempre, dentro de sua organização interna, no caminho de ser mais democrático do que a mídia convencional.

Este tipo de mídia encontra-se do lado de lá da linha e serve a dois propósitos:

- a) expressar verticalmente, a partir de setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento;
- b) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder. (2002, pp. 29-30)

²⁸ A cultura popular tem sua definição em Adorno e Horkheimer, constituindo a expressão de como o público pensa e o que deseja, com um forte viés oposicionista à cultura de massa, resultado dos processos industriais de publicidade, rádio e teledifusão, cinema e mídia impressa (Downing, 2002, p. 32). Entretanto, Downing defende que esta dualista é por demais reducionista, pois também pode haver mídia radical impregnada pela de massa. O hibridismo é a marca das duas formas de cultura, assim como a chamada cultura de oposição.

Fala também o autor em culturas, no plural, pois afirma que raras são as sociedades monoculturais, sem falar nas culturas típicas de gênero e faixa etária e nas várias culturas há também uma hierarquia, estando no patamar mais elevado as da burguesia, dos bancos, dos letrados. Assim, a mídia politicamente minoritária constitui uma importante dimensão da mídia radical alternativa.

A esfera de poder e seu conceito é muito amplo, pois pode ter uma conotação negativa, de opressão e dominação, como também pode encerrar em si, seu aspecto de resistência, consubstanciado no poder popular. Assim, errado se pensar o poder dentro de um único contexto e acepção.

Downing (2002, p. 44) se apoia nas contribuições do anarquismo socialista para compreender o poder e sua estrutura, baseando-se principalmente nas várias formas de opressão para além da econômica. Apoiar-se também em Gramsci para refletir sobre o poder, o capitalismo e a cultura, mas propõe um conceito mais amplo de hegemonia do que o gramsciano.

No sentido gramsciano, a resistência ao poder capitalista consiste em desmontá-lo no seu aspecto cultural e de liderança²⁹, de modo a trazer uma visão alternativa de como a sociedade poderia se organizar, sob o comando da figura do “intelectual orgânico³⁰”. Nesta dualidade do poder, surge a ideia de hegemonia e contra-hegemonia, não intitulada por ele, mas abraçada por muitos dos seguidores de seu pensamento.

É justamente na linha contra-hegemônica que se concebe alguns dos modelos de mídia radical alternativa. Segundo Downing (2002, p. 49), “*o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Esse é o modelo da contra-informação*”. Entretanto, questiona-se a noção de verdade, por entender que a mesma seja relativa e nem sempre precisa. Prefere-se a noção de versão e interesse, pois cada fato possui em si uma verdade, que depende de quem a sente e de quem a vivencia, principalmente e sobretudo, quando o fato gera conflito, pois cada interesse provocará uma versão sobre o mesmo evento.

Importante mesmo esta ideia de que a mídia radical vem quebrar o silêncio. Na mídia convencional, controlada pelo capital e Estado, as vozes da cultura popular quase nunca são ouvidas e se são, ainda assim são deturpadas, para acomodá-las de forma mais adequada aos seus interesses. Neste sentido, quebrar o silêncio e se fazer ouvir

²⁹ A liderança dominante se faz por meio de órgãos de informação e cultura, como os meios de comunicação, igrejas, por meio da educação entre outros. Este sistema foi fortalecido economicamente e mantido por meio de instituições repressivas, entrando em cena o Poder Judiciário e seus mecanismos de controle, em especial o direito penal.

³⁰ Para Gramsci, intelectual não é aquele pensador de círculo restrito. Ultrapassa essa linha na associação com ativistas e que juntos com a classe trabalhadora pudessem gerar um outro mundo.

redistribui o poder e garante um espaço mais democrático, na medida também em que outras versões sobre o mesmo fato vêm à tona, para além de se garantir ao público perspectivas de questionamento sobre o *status quo*.

Nesta ótica, os meios de comunicação alternativos não podem (pois não são mesmo, nem mesmo a hegemônica, nada mais sendo do que mera aparência) ser neutros, posto que devem denunciar irregularidades e injustiças, expondo ao debate público a situação e o enfrentamento. O grande problema aqui reside na difusão destas informações, pois possuem espectro mais restrito do que a convencional.

O processo de opressão imposto pela classe dominante faz gerar naqueles que são subordinados um sentimento que vai além da questão e distância econômica. Gera também um sentimento de humilhação pelas várias formas de violência sofrida e isso leva a uma reação por parte de alguns³¹.

Há ainda alguns fatores que, segundo o autor de *Mídia Radical*, pode-se levar à conclusão de que esta forma de comunicação alternativa contribui para o desenvolvimento e é essencial à democracia (Downing, 2002, p. 81):

1. A mídia radical expande o espectro das informações, reflexão e da troca;
2. Não raras vezes é mais sensível às vozes e anseios dos excluídos, principalmente por ter, não essencialmente, mas frequentemente, relação com movimentos sociais, e, até por esta proximidade, algumas vezes, antecipa a agenda de questões que só mais tarde virão à mídia convencional;
3. É mais livre, na medida em que não precisa de subordinar a interesses do capital ou estatal;
4. Sua organização interna tende a ser mais democrática do que hierárquica;

A mídia alternativa manifesta-se em um cenário de representação política contra-hegemônico e reivindica novo espaço de difusão de ideias e, por mídia radical, podemos entender, de forma bastante modesta, aquela que é diferente da convencional e tem por principal objetivo privilegiar o potencial transformador da mídia como instrumentos reflexivos de práticas e comunicações em redes sociais. Várias são as formas de mídia radical: jornais, rádios comunitárias, sites e blogs, panfletos, encenações teatrais, poesias entre outras.

³¹ É neste sentido que se apreende o pensamento de James Scott quando o mesmo trata da questão da infrapolítica (Scott, 1990, pp. 15-19)

O uso dos meios eletrônicos diminui custos e facilita a divulgação. Os movimentos sociais buscam esta forma comunicativa para se mobilizarem, organizarem e discutirem alternativas que consideram fundamentais, fazendo com que suas ações sejam reconhecidas globalmente. Segundo Urquidi, visitado por Góes (2000, p. 196), é “no ciberespaço que suas histórias de luta estão registradas e onde suas experiências podem ser somadas às de outros movimentos”.

Na mesma medida em que os meios de comunicação tradicionais e hegemônicos fomentam e perpetuam os problemas sociais causados pela globalização, por meio da divulgação e ampliação dos interesses neoliberais, várias formas de mídia alternativa podem vir a ser utilizadas, inclusive por via virtual.

Neste uso, a IPS (*Inter Press Service*), a Adital (Agência de Informação Frei Tito para a América Latina) e a Agência Carta Maior são exemplos de meios contra-hegemônicos no ciberespaço. Quanto aos movimentos sociais, o MST (Brasil) utiliza esta via comunicativa, com o uso da *homepage*, apesar de não ser um site com ampla interatividade, bem como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (México), que também mobiliza virtualmente seus membros e simpatizantes.

Um outro exemplo radical de mídia digital é a chamada *Independet Media Center* (ICM – Indymedia), que, segundo Góes (2000, p. 08), “consiste na estrutura e no uso da comunicação interativa e no processo de informação na Internet, onde qualquer leitor também pode ser o escritor, o conteúdo produzido é público e pode ser modificado antes, durante e depois da publicação”. É um canal interativo, onde os movimentos contra-hegemônicos podem expressar suas ideias, interesses e discutir temas locais e globais.

A mídia alternativa normalmente divulga fatos que são silenciados nos meios de comunicação tradicionais, como o aquecimento global, o perigo dos alimentos transgênicos, a violação dos direitos humanos, violação dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos entre outros, que não são normalmente assuntos de pauta. Enquanto a mídia hegemônica tende a difundir o poder e reforçar interesses dominantes, a mídia alternativa tende a dar voz aos “mudos” sociais.

Obviamente que a mídia hegemônica também pode incluir estes temas em pauta, mas a razão, a motivação não é a transformação social, e nesta medida não se confunde com a mídia alternativa, pois esta visa a modificação do *status quo*, a conscientização política, a luta por direitos e, em alguns casos, indicar medidas a serem tomadas.

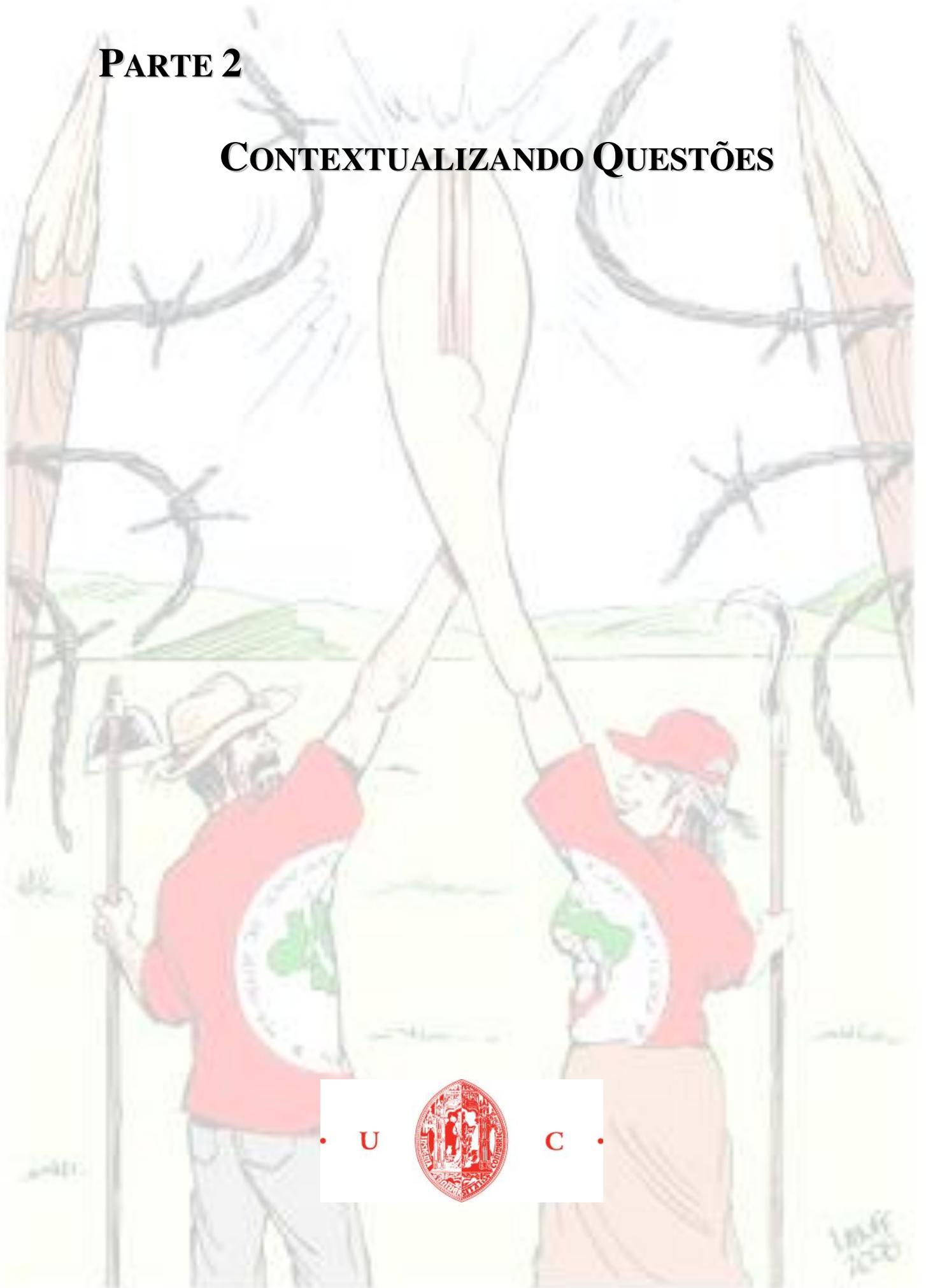
Por tudo que até o momento se colocou, deve-se levar em conta que em um mundo onde muitas experiências se desperdiçam, pois encontram-se do outro lado da linha, impera deixar de lado a arrogância do saber ocidental e eurocêntrico para se enxergar além e se verificar que outras formas de mídia são implementadas e produzem reações e abalos na linha abissal, por mais que a alguns não interesse ver com olhos de ver. Para não se desperdiçar esta experiência e poder alargar o presente, Santos (2002, p. 252) sugere que se faça uma sociologia das ausências que

Visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade pode ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política.

Ao encerrar as breves e importantes discussões teóricas, passaremos, a seguir, à contextualização da nossa unidade de análise.

PARTE 2

CONTEXTUALIZANDO QUESTÕES



• U



C •

PARTE 02 - CONTEXTUALIZANDO QUESTÕES

Nesta segunda parte do presente trabalho investigativo, iremos tratar teoricamente de algumas questões, como a reforma agrária dentro de um contexto neoliberal, tendente ao agronegócio, fornecendo ainda um breve panorama da situação agrária no Brasil, bem como colocar em pauta a nossa unidade de análise, qual seja o MST, abrindo às estratégias comunicacionais do próprio Movimento.

CAPÍTULO 03. A QUESTÃO DA TERRA – REPARTINDO O CHÃO.

1. A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESVAZIADORAS DA LUTA.

Impossível falar de movimento social agrário no Brasil sem falar no MST, assim como é impossível mencionar este Movimento sem passar pela questão da reforma agrária e como ela foi e vem se desenvolvendo, posto que esta é o objeto de luta do Movimento, que para este trabalho serve de unidade de análise.

Inicialmente, seguindo a esteira do pensamento de Bernardo Mançano Fernandes, é salutar a distinção entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária. A primeira sempre existiu, desde o período do descobrimento do país e independe de projetos de reforma agrária; já a segunda, a luta pela reforma agrária, implica em políticas públicas que venham a implementá-la. Segundo Fernandes (2000, p. 07), “a luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária”.

A história da luta pela terra se inicia, no Brasil, já com o alijamento do território indígena, com a chegada dos colonizadores. Para Baldez (1997, p. 105), sempre muito preocupado e atento a esta questão, esta luta tem origem remota nos quilombos¹, pois, a luta dos negros significou não só o fim de um cruel sistema, mas também “a procura de um espaço de organização, produção e preservação da identidade sócio-cultural do negro”.

¹ Entretanto, impossível olvidar que antes mesmo dos quilombolas, sempre houve também a luta dos indígenas, espoliados de sua terra desde o ano de 1500, perdurando até os dias de hoje, com a expansão feroz do agronegócio.

Com o advento da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos, o poder político continuou nas mãos dos latifundiários. Desde as capitânicas hereditárias até os latifúndios modernos, com a operacionalização do agronegócio, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo e se prolonga pelo tempo.

Esse modelo insustentável sempre se impôs pelo poder e pela violência. É assim que podemos verificar por meio do quadro abaixo, com dados extraídos das estatísticas cadastrais do INCRA, no qual reflete a evolução do índice de GINI, que varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo do um, mais concentrada é a terra, os valores estabelecidos giraram entre 0,831 e 0,854, numa comparação entre os anos de 1992 e 1998, observando-se que todos os índices aumentaram, o que marca uma piora na desigualdade distributiva da terra.

Unidade Geográfica	1992	1998
<i>Brasil</i>	0,831	0,843
<i>Norte</i>	0,849	0,851
<i>Nordeste</i>	0,792	0,811
<i>Sudeste</i>	0,749	0,757
<i>Sul</i>	0,705	0,712
<i>Centro-oeste</i>	0,811	0,810

Associado ao grave problema da concentração de terra, relevante demarcar a questão da produtividade, que seria melhor até se falar em questão da improdutividade, posto que os dados do INCRA revelam que cerca de 51,4% dos imóveis cadastrados como grandes propriedades são considerados improdutivos, devendo ser desapropriados para fins de reforma agrária, conforme determina a Constituição Federal brasileira, fato este que não se verifica por desinteresse político e que, quando acontece, é mesmo por reflexo das pressões populares.

Importante, antes de adentrar no desenvolvimento da reforma agrária no Brasil², traçar algumas linhas acerca dos conceitos e tipos de reforma agrária. Assim, começamos com Ferreira (1994, p. 129) que nos traz três posições ideológicas acerca da reforma agrária. Uma posição seria a que o autor domina de “assistencialismo agrário”, posto que consubstancia-se numa política pública meramente assistencialista. Uma segunda concepção, é denominada de “radicalismo rural”, onde sua prática consiste na quebra da estrutura fundiária concentrada. Um terceiro viés, chamado de “reforma agrária gradualista”, pretende que a mesma seja feita sem muitas consternações e alterações de humores (daqueles que querem ver a reforma agrária pelas costas).

Há dois conceitos contra-pontos e que devem ser aqui estabelecidos. O latifúndio é visto não apenas como grande propriedade de terra e improdutiva, mas também como sinônimo de retrocesso, “de relações de poder, de opressão e de ausência de direitos” (Laureano, 2008, p. 144). Já a reforma agrária é vista como “condição necessária para o desenvolvimento”, sendo ainda “o caminho para a eliminação dos resquícios feudais”.

Outro autor que nos informa sobre os tipos de reforma agrária é Stédile (1999). O primeiro é a “reforma agrária capitalista”, tendo sido realizado pela burguesia industrial no final do século XX, com objetivo de promover o mercado interno produtor e aumentar o número de consumidores, na medida em que os camponeses passassem também a poder comprar os produtos industriais.

O segundo tipo é a “reforma agrária voltada ao assentamento”, afirmando Stédile que este tipo não é suficiente na medida em que não altera a estrutura fundiária. Na verdade, é o que acontece no Brasil, apesar da pressão dos movimentos sociais agrários. O que se consegue é a colocação dos trabalhadores sem alterar de fato a estrutura.

Outra situação que se verifica no país é a confusão (proposital) que se faz entre reforma agrária e colonização. Esta, então, é amplamente combatida pelos movimentos sociais, pois desloca os trabalhadores para áreas longínquas, com baixo acesso, o que prejudica

² Consta que a primeira reforma agrária maciça ocorreu na Pérsia, no Século V d.c., implementada pelos próprios camponeses, sob a liderança revolucionária de Mazdak, que junto com os trabalhadores rurais e escravos, ocuparam as terras dos senhores, libertaram mulheres e crianças enclausuradas e saquearam castelos e cidades. Esta situação foi breve, na medida em que o filho do imperador deposto conseguiu retomar o poder e acabou com a revolução (Morissama, p. 18; Scolese, 2005, p. 15).

depois a comercialização, para além de não raras vezes serem áreas de proteção ambiental, áreas de reserva indígena. A questão nodal é que as políticas de colonização não resolvem e não alteram a estrutura fundiária existente no país.

O terceiro tipo de reforma agrária levantado pelo autor e defendido pelo MST é a “reforma agrária por meio das desapropriações”, sendo considerada aquela em que se obterá efetiva alteração no quadro agrário desigual.

A reforma agrária sempre se mostrou gênero de primeira grandeza, mas somente tomou corpo como proposta a partir da década de 50 do século passado, com as Ligas Camponesas no Nordeste, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964, com o Golpe de Estado.

Em Março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estiveram à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de Março de 1964, o Presidente da República, João Goulart, assinou decreto³ prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "*indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população*": a primeira delas, a reforma agrária. Não deu tempo. No dia 31 de Março de 1964, caiu o Presidente da República e teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos.

Segundo nos informa Laureano (2008, p. 143), os países latino-americanos estavam sob forte influência da Revolução Cubana⁴, o que representava um grande perigo para as elites conservadoras. Desta forma, sob pressão dos Estados Unidos, foram os governos da América Latina incentivados a “realizar programas preventivos de reforma agrária para preservar o regime capitalista”. A intenção era neutralizar as forças contra-hegemônicas, mais uma vez pelos moldes da cooptação.

³ Este decreto foi anunciado, neste mesmo dia, em um discurso proferido pelo Presidente Jango, para pelo menos 150 (cento e cinquenta) mil pessoas, que lotaram a Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁴ Cuba foi um dos primeiros países latino-americanos a realizar a reforma agrária nos moldes socialistas.

Logo após os militares assumirem o poder, um grupo de trabalho foi imediatamente designado, sob a coordenação do então Ministro do Planejamento, para a elaboração de um projeto de lei de reforma agrária, resultando na Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra. A Ditadura Militar acabou incorporando no referido Estatuto todos os anseios dos trabalhadores acerca da reforma agrária. Entretanto, conforme ressalta Baldez (2003:54), isto não se deu com vistas à sua concretização, mas, ao contrário, para “imobilizar e desorganizar a luta, transformando-se, ainda, num mero instrumento de remoção de eventuais conflitos no campo”. Apesar deste artifício, os conflitos não deixaram de existir e a repressão contra os trabalhadores aumentou, mas, em razão dos fortes conflitos, no final da década de setenta, o Governo teve que passar a utilizar o recurso das desapropriações.

Enfim, o Estatuto representou, na verdade, uma tentativa de esvaziamento da luta pela reforma agrária, pois não se tocou no latifúndio e colocar as mãos neste tipo de propriedade significava (e ainda significa) enfraquecer as bases políticas do clientelismo rural e das oligarquias políticas. Significava, fundamentalmente, modificar a estrutura do Estado brasileiro. Isso constituiria, de fato, uma revolução política e esta era algo intolerável para as oligarquias e para o *establishment* político, os militares, parte da burguesia urbana, setores da classe média e assim por diante.

O regime militar criou uma gama de incentivos e benefícios tributários, financiando o ingresso de capital no campo, fomentando, desta forma, a criação de grandes empresas rurais. Tal atitude governamental visava o mercado externo, propiciando uma produção agrícola para atender às exportações. Promoveu-se uma mudança na base produtiva, com intensa mecanização e uso de fertilizantes químicos e sementes selecionadas, mas sem tocar na má distribuição de terras.

A penetração capitalista no campo, a partir da década de 60, ocorreu através do "modelo prussiano", que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. Desenvolveu-se uma técnica conservadora de agricultura. Diz-se conservadora, pois manteve-se a estrutura fundiária concentrada, exigindo-se qualidade e produtividade, tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, as quais passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira. Neste processo de

desenvolvimento, não foi previsto um espaço para a pequena e média propriedade, sendo ainda excluídas de crédito e de comercialização, engendrando o grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 70 e 80, após a consolidação deste modelo. Tendo em vista esta situação, é que o deputado federal Melo (2006, p. 40) afirmou que

“o efeito colateral desse modelo agropecuário foi o aprofundamento da concentração da propriedade da terra, da pobreza e do êxodo rural, em decorrência da expulsão de milhões de famílias do campo, que migraram para as cidades ou passaram a engrossar os movimentos sociais de luta por terra”.

O golpe militar significou um retrocesso para o País, visto que os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares geraram o aumento da desigualdade social e da concentração de renda, levando, conseqüentemente, a maioria da população à miséria, além de intensificação da concentração fundiária. Tudo isso fez com que a população camponesa começasse a se movimentar, se organizar e resistir, sem se esquecer de outras manifestações camponesas que precederam às atuais e que lutavam pela terra⁵.

Neste período repressivo-militar de nossa história, as Comunidades Eclesiais tiveram forte e importante papel, servindo mesmo como espaço político de recriação e suporte na mobilização da luta dos trabalhadores rurais. A própria Pastoral da Terra foi uma grande propulsora do surgimento da organização dos sem-terra. Neste período histórico, o problema agrário se acentuou e com isso aumentou também a reação dos movimentos sociais agrários, que já se uniam, com a ajuda do Deus dos subalternos, utilizando uma expressão de Santos (2008), pressionando o Governo para uma melhoria no campo.

A década de 80 foi marcada pelo aumento da organização da luta pela terra e também pela forte repressão a estes movimentos sociais, aumentando os conflitos fundiários. O MST passou a organizar uma série de ocupações, em resposta ao aperto do cerco por parte dos latifundiários e do passo lento do Governo.

O Banco Mundial não se esqueceu da área rural. Não se esqueceu, mas não foi para atender aos anseios das populações camponesas, mas sim por que é neste setor que se concentram os recursos naturais. Assim, promoveu a criação de programas de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra em alguns países, como África do Sul, Colômbia, Brasil e Guatemala. Com sua política regulatória

⁵ Para citar alguns movimentos antecedentes, podemos citar Canudos, Master, Ligas Camponesas etc.

e opressora, forçou os camponeses a buscar um padrão semelhante ao do agronegócio. Esta política ficou conhecida como *Reforma agrária de mercado*⁶. Com a introdução do conceito de agronegócio, o MST percebeu que sua luta agora já não era mais contra o latifundiário, mas sim contra empresas transnacionais. Mudou a personificação daquele contra quem se luta, que ganhou *status* de sociedade anônima.

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1º de Janeiro de 1995⁷ e muito contribuiu com esta política do Banco Mundial, que foi bem aceita e traduzida em três programas⁸ que favoreceram o latifúndio improdutivo, com aquisição de terras devolutas e que, na verdade, poderiam ter sido objeto de desapropriação para reforma agrária: Cédula da Terra⁹, Banco da Terra¹⁰ e o Projeto São José (ou “Reforma Agrária Solidária”).

Apesar destes programas, o número de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária decrescia fortemente, quando comparado aos anos de 1995 a 1998. A adesão dos trabalhadores rurais a estes programas acirrou a dramática situação dos mesmos, pois as condições impostas, na realidade, inviabilizava o pagamento dos empréstimos contraídos, prejudicando até mesmo a produção agrícola das famílias, chegando a atingir a própria subsistência.

Nos dois primeiros anos do mandato FHC, tal política foi amplamente combatida por todas as organizações sindicais e movimentos sociais do campo, confluindo no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Entretanto, no ano 2000, a

⁶ Implementado pelo governo do Ceará, que aportou pouco mais de R\$ 4 milhões, complementados por mais R\$ 6 milhões de um empréstimo do BM. Financiou-se a compra de 44 imóveis por 694 famílias, totalizando 23.622 hectares.

⁷ O primeiro mandato correspondeu ao período de 1º de Janeiro de 1995 a 1º de Janeiro de 1999. O segundo foi até 1º de Janeiro de 2003.

⁸ Neste governo, foram implementados o Projeto Novo Mundo Rural, responsável pela reforma agrária e pela reestruturação fundiária, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, executados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O balanço desses instrumentos para o meio rural brasileiro tem caráter compensatório e pontual para seus beneficiários, confirmando-se como iniciativas impotentes para romper uma trajetória de empobrecimento e precariedade social no campo, sem ter realizado mudanças na concentrada estrutura agrária brasileira.

⁹ Alcançou os Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão e norte de Minas Gerais. Com um gasto total de US\$ 121,3 milhões, financiou a compra de 398.732 ha por 15.267 famílias. Foi concluído em Dezembro de 2002.

¹⁰ Foi criado para nacionalizar e radicalizar o modelo de mercado e financiou, entre 1999 e 2002, a compra de terras por 29.715 famílias, com um gasto total de R\$636.567.464,00, em 17 estados da federação. Não foi um programa de reforma agrária, mas um fundo de terras criado pelo Congresso Nacional, de caráter permanente.

principal entidade sindical rural do país, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, em conjunto com o Banco Mundial e o Governo FHC, firmou um programa denominado Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP). Assim, a luta se esvaziou.

O Governo chefiado por Lula, que se pretendia como superação das dificuldades do povo, posto estar a cargo de um partido de cariz de esquerda (Partido dos Trabalhadores – PT), trouxe inicialmente esperança de dias melhores, mas findou com grandes frustrações neste sentido. Um Governo que luta pela sua sobrevivência (no que tange aos escândalos surgidos no primeiro mandato) não resta espaço político nem tempo para realizar a reforma agrária entre outras necessidades prementes.

O agronegócio é a atividade rural que virou a grande menina dos olhos da política neoliberal. Segundo dados do IBGE, referentes ao ano de 2004, verificou-se que o *agrobusiness* respondeu por 34% do PIB nacional. Dentro do saldo total do comércio exterior brasileiro (de R\$ 36,6 bilhões), o saldo do agronegócio corresponde a 93% (ou seja R\$ 34 bilhões). O restante da economia nacional responde por apenas 7% (R\$ 2,6 bilhões).

Para todo este “sucesso”, é necessária a manutenção da estrutura fundiária concentrada e desigual. O agronegócio tende à monocultura, devastadora para a biodiversidade, ao aumento do chamado “deserto verde¹¹”, à substituição das culturas agrícolas locais e à expulsão de boa parte dos pequenos produtores do campo, pois, apesar de os adeptos deste modelo alardearem a promoção de empregos, o que causa é justamente o oposto, principalmente em razão da tecnificação da produção rural.

A globalização contra-hegemônica é um projeto que inclui várias formas de luta, local, nacional e global e a esta forma de luta assim entendida, Santos (2003, p. 28 e ss.)

¹¹ O deserto verde vem crescendo, principalmente com a produção de eucalipto e soja, expandindo-se para diversas regiões brasileiras. Mesmo cuidando de reflorestamento, no caso do eucalipto, os riscos ambientais são vastíssimos, principalmente pelo impacto que o próprio eucalipto causa no ambiente, pois até suas raízes penetram nos lençóis freáticos, prejudicando o abastecimento de água das regiões, pois a espécie consome muita água, cerca de 30 litros por dia por cada pé. Isso provoca outro problema, que é o assoreamento dos rios. Há ainda o problema do empobrecimento do solo, seja em água, seja em minerais, causando um verdadeiro deserto verde. As sociedades anônimas, hoje as grandes “Senhoras” de terra, e no Brasil uma forte empresa neste ramo é a Aracruz Celulose, também, já na atividade fim, que é a produção de celulose, prejudica em vários aspectos o meio-ambiente

denomina de cosmopolitismo subalterno, que pretende reunir vários tipos de organizações, entidades e movimentos sociais que visem à emancipação social. Neste sentido, as redes de comunicação e de informação também possuem importante papel.

Foi essencial a determinação deste quadro agrário referente à reforma agrária, mote da luta do MST. Como se verificou, brevemente, posto que os dados empíricos serão tratados na terceira parte da presente Tese, os meios de comunicação possuem forte apelo na atuação e reação do Movimento frente às políticas públicas implementadas e são importantes também à divulgação e articulação não só dos membros do Movimento por todo o território, como também com este e outros movimentos nacionais e internacionais.

2. O PANORAMA GERAL DA CRISE AGRÁRIA

O processo de criminalização dos movimentos sociais, rurais e urbanos, é fenômeno mundial, mas na América Latina esse viés é forte e violento, criminalizando as ações reivindicatórias, desmobilizando os líderes com prisões, ameaças e mortes. A América Latina se forma por meio da exploração de seus recursos naturais, destruição das populações indígenas locais, escravização das populações negras e exploração do trabalho do camponês. Assim, sua inserção no mundo capitalista não é recente, tendo, desde sempre, criado situações de grande injustiça e profunda destruição cultural, trazendo em si uma conflitividade conformada e orquestrada pelo processo colonial experimentado, engendrando, nesta medida, a resistência, mesmo que silenciada, dos grupos oprimidos. Devemos ter em mente que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade do poder, conforme dita Quijano (2000, p. 56), mesmo nos dias atuais, apesar de vivermos sob a égide do neoliberalismo global. No mesmo sentido, importantes são as noções trazidas por Santos (2001b) .

A década de 80, na América Latina, período de redemocratização em vários países, foi marcada por momentos de forte participação da população, por meio de movimentos, organizações, associações e outras formas associativas.

Os movimentos sociais são parte da estrutura do Estado Democrático de Direito, mas são vistos e apontados como violadores do mesmo e suas ações são criminalizadas.

Entretanto, conforme afirma Silva Filho (2007), o Estado Democrático de Direito não pode virar a nova doutrina da segurança nacional.

O Poder Público é omissivo no atendimento às necessidades das famílias por terra, educação, trabalho, saúde e habitação. Isso sim é que constitui crime e falta administrativa. Entretanto, punem as pessoas que lutam por tais necessidades, que exercem seu direito a serem cidadãos, que lutam pelo cumprimento do dever estatal de lhes garantir vida digna. Isso sim atenta contra a democracia e o Estado De Direito.

Criminalizar e banalizar os problemas sociais vividos por diversos setores sociais excluídos é muito mais simples e fácil do que se pôr de frente à realidade. É mais fácil criminalizar aqueles que lutam por terra do que reconhecer que o processo histórico de aquisição da terra foi desigual e excludente; é mais fácil criminalizar os indígenas do que reconhecer que nações inteiras foram aniquiladas; é mais fácil criminalizar os quilombolas do que reconhecer que seus antepassados ajudaram a construir o país a custo de muito sangue e sofrimento; é mais fácil aniquilar os de ideologia progressista do que reconhecer que eles querem uma nova estrutura social.

Para se tentar vislumbrar e montar um mapa da situação agrária em relação ao MST, entrou-se em contato com o advogado do Movimento, Dr. Ney Strozake, que informou que os dados não se encontram sistematizados e nem organizados. Os dados obtidos junto ao Movimento, conforme indicação, pelo site, com relação aos acampamentos realizados, vão do período de 1990 a 2005, iniciando a delimitação por unidade federativa em 1998. Os referentes às prisões, abarcam um período de 1989 a 2005.

Como afirmado, os dados são esparsos e incongruentes, o que em muito dificulta a identificação desses períodos, sendo, pois, apresentado de forma parcial. Entretanto, em razão de não haver tais dados organizados, não se justificava, aqui, para o que se pretende, tentar organizá-los, pois isto em si já constituiria um trabalho que demandaria enorme tempo, pessoal e recurso, e que não se circunscreve aos limites da presente Tese.

A ausência de informações precisas são também apontadas por Melo (2006, p. 44) como geradores de um “quadro de ilegalidade e instabilidade jurídica em relação às propriedades rurais (...) e estimula a grilagem de terras públicas”.

O MST teve sua primeira ocupação (anexo 1) em Julho de 1985, no Rio Grande do Sul, na Fazenda Anoni¹², que reuniu mais de 10 mil agricultores sem terra durante três dias, pleiteando, entre outras coisas, a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Logo após, no mesmo ano, e em resposta, foi criada a UDR (União Democrática Ruralista), com a participação de grandes fazendeiros rurais e que se constituem, até hoje, como forte opositores aos movimentos sociais e às estratégias de ocupação coletiva de terras, sendo massiva sua presença nos bancos parlamentares.

Neste momento, a violência no campo se acentuou contra os trabalhadores rurais. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, os ruralistas, que compunham a UDR, passaram a atuar sobre três flancos: o braço armado (incentivando a violência no campo), a atuação e força dentro do Parlamento e a utilização dos meios de comunicação como aliados.

O número de acampamentos vem aumentando no decorrer dos anos, tendo sido observada diminuições nos anos de 1991 e depois em 1994 e 1995 (anexo 2). Pelos dados obtidos, não se pode assegurar que esta diminuição tenha ocorrido de fato ou se representa a falta de dados estatísticos fidedignos não compilados pelas várias organizações, como o MST, CPT, ABRAPA, MDA entre outras. Em 1998, ano que se passou a ter informação acerca dos acampamentos em cada Estado brasileiro, o Paraná liderou. Entretanto, em todos os anos seguintes foi Pernambuco quem contabilizou maior número de acampamentos.

A violência no campo é outro dado importante a se registrar e “traduzem as contradições da frágil democracia brasileira” (Melo, 2006, p. 57) e que decorrem da concentração de terras, falta de políticas públicas efetivas e de uma reinante impunidade.

¹² Há dois documentários sobre esta ocupação intitulados *Terra para Rose* e *O sonho de Rose, 10 anos depois*, dirigido por Tetê Moraes, no qual acompanha a luta de Roseli Seleste Nunes da Silva e sua família. Aos 26 anos, ela foi morta por um caminhão durante repressão à ocupação da Fazenda Anoni, em Sarandi, no Rio Grande do Sul, em 1985.

Segundo dados fornecidos no estudo realizado por Gonçalves (2006, p. 148), foi no ano de 2003 que se identificou o maior grau de conflitividade¹³ e de famílias despejadas¹⁴ no campo desde o ano de 1985, momento em que a CPT passou a acompanhar os índices de violência agrária. Por outro lado, foi o ano em que mais famílias assentadas houve, o que reflete que o Poder Público administrativo estava mais atento ao atendimento dos reclamos dos trabalhadores sem-terra. Segundo o autor,

Esses dados indicam uma perigosa tendência que atenta contra a democracia e a justiça brasileira, ao sinalizar para uma conjuntura de violência e arbítrio sempre que se configura um aumento de mobilização em busca da ampliação dos direitos sociais, conforme no imaginário popular indicam tanto o governo Lula como o período que se seguiu ao fim do regime ditatorial sob a tutela militar e que culminou na Constituinte de 1988. (Gonçalves, 2006, p. 151)

Com o Governo Lula, o número de ocupações aumentou, ações estas tidas como legítimas pelo governo, desde que não implique em danos patrimoniais, ofensas à integridade física entre outros.

Conforme os dados da Ouvidoria Agrária Nacional¹⁵, criada em 1999 durante o Governo Fernando Henrique, as principais causas geradoras de crises, conflitos agrários e violência no campo são (Scolese, 2005): Extração de madeira; milícias armadas; crime organizado; despejos violentos; impunidade; bandidos nos projetos de assentamento; grilagem de terras públicas; justiça com as próprias mãos; deficiências da polícia civil; ausência do Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal; falta de regularização fundiária; áreas indígenas não demarcadas; liminares em ações possessórias; violência policial.

¹³ O grau de conflitividade pode ser percebido entre o número de conflitos e o número de pessoas envolvidas no conflito. Gonçalves (Out 2006, p. 142) afirma que a estrutura brasileira reafirma a antiga estrutura de concentração de poder econômico, social e político, traduzido no latifúndio, por um lado, e do lado de lá da linha, no sentido de Santos (2007), aqueles que lutam pela reforma agrária, como expressão de uma sociedade melhor e mais justa.

Foi neste estudo também verificado uma relação direta entre a intensificação da conflitividade e o número de pessoas assassinadas, o que reflete a opção pela resolução de conflito direta, por meios próprios e sem auxílio do Poder Público (grupos privados, milícias, jagunços etc.)

¹⁴ Neste sentido, pode-se identificar a atuação do Poder Judiciário, na medida em que é este Órgão que prolata as sentenças de despejo.

¹⁵ O que é interessante notar é a indicação para Ouvidor feita por FHC. O então presidente escolheu o desembargador Gercino José da Silva Filho, que tinha como experiência os casos de crime organizado no estado do Acre. Por qual razão, senão a clara e óbvia vinculação da imagem dos trabalhadores rurais ao crime organizado? É essa a imagem dos trabalhadores para o governo de FHC. Não a de um grupo que busca seus direitos, mas sim um bando, um grupo de criminosos, que já que nem cidadãos são, só lhes resta mesma a cadeia.

Ainda segundo dados da Ouvidoria, com relação a forma como cada região resolve, em média, as ocupações de terra, são as seguintes: regiões Sul e Sudeste, normalmente recorrem ao Poder Judiciário para solução dos conflitos, enquanto as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, em geral, recorrem a pistoleiros que tendem a eliminar a liderança dos movimentos, inclusive os religiosos que porventura fomentem a luta pelos direitos dos trabalhadores.

Quanto às prisões (anexo 3), os dados igualmente não são precisos, na medida em que se encontrou também informação (Gonçalves, 2006, p. 149) de que no ano de 2003, foram efetuadas 380 (trezentas e oitenta) prisões, assim como também, neste ano, houve um maior número de famílias despejadas, o que reflete um recrudescimento da atuação do Poder Judiciário.

O Estado brasileiro que contabiliza o maior número de prisões contra os trabalhadores rurais é o Estado do Pará, com 176 (cento e setenta e seis prisões). Neste período, acima mencionado e que consta dos arquivos do Movimento, o Estado que mais puniu foi o Paraná, com um total de 613 prisões, seguido de Pernambuco com 301.

Entretanto, segundo informação obtida junto a Ordem dos Advogados e a Rede de Advogados e Advogadas Populares - Renap, em 2005, foram cerca de 200 prisões e no ano seguinte 900. Portanto, nota-se que os dados fornecidos pelo MST são inconsistentes e não retratam a veracidade do quadro agrário na sua relação acampamento e prisões. Tanto é assim, que outra informação obtida por meio dos dados constantes nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que abaixo se relaciona, demonstra a falta de precisão dos dados, pois, no período de 1987 a 2001, o número de ocupações referentes ao MST consta como dados não disponíveis, o que comprova a falha de reunião dos mesmos.

A CPI da Terra, em 2005, definiu as ocupações de terra como crime hediondo, e as determinações de cunho político do Tribunal de Contas da União (TCU), que inviabilizam projetos de assistência técnica e educação com movimentos sociais, entre outros. Estes atos são exemplos de que o processo de criminalização ultrapassa as portas do Judiciário, alcançando várias instâncias de controle social, como as leis e a Mídia.

Em 15 de Abril de 2010, a Comissão Pastoral da Terra entregou ao Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, um relatório sobre os 25 anos¹⁶ de conflitos no campo no Brasil, que versa sobre os homicídios, conflitos trabalhistas, atividades dos movimentos, crimes contra a integridade física entre outros.

A CPT conceitua conflitos como sendo as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios trabalhistas ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (Cpt, 2010). Aqui, interessa-nos os conflitos por terra, que são consideradas pela CPT como sendo ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso *a seringais, babaçuais ou castanhais*, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc. (Cpt, 2010).

Foram registrados pela CPT 1.184 casos de violência praticada contra sem-terra no ano de 2009, encontrando-se a tabela no anexo 4, compreendendo violência como sendo o constrangimento e/ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo (Cpt, 2010).

Como relata a CPT, em sua página da internet, o ano de 2009, em relação ao anterior, sofreu um aumento tanto no número de conflitos agrários quanto na violência praticada contra os sem-terra. Enquanto se verificou a redução do número de assassinatos para 25 em 2009 (28 casos em 2008), outros crimes contra os trabalhadores rurais foram praticados em maior escala, como as tentativas de homicídio (em 2008, 44 casos; em 2009, 62), as ameaças de morte (em 2008, 90 casos; 143, em 2009) e tortura (os casos registrados passaram de 9 em 2008 para 71 em 2009), para além do número de famílias ameaçadas por funcionários dos latifúndios (em 2008, foram 6.963 famílias, subindo para 9.031, em 2009), sem se falar no aumento da repressão pelo cerco judicial, posto que aumentaram também o número de trabalhadores presos (168 em 2008 passou para

¹⁶ A CPT elabora relatórios anuais desde 1985. Assim, o relatório entregue ao Ministro da Justiça abrange o período de 1985 a 2009.

204 prisões em 2009).

Com os dados acima demonstrados, provenientes da CPT, somente podemos concluir que a máxima: “o que está fora da mídia não existe” é a mais pura realidade, na medida em que o silêncio leva à crença de que a situação melhorou, situação esta credível até mesmo por um profissional dos meios de comunicação (entrevistado), que conhece o Movimento e trabalha com esta temática. Imaginemos, então, a opinião pública (nesta tese não observada, por exceder os limites), que muitas das vezes conhece o Movimento apenas por uma leitura superficial das reportagens, quando não se limitam às manchetes, lembrando o que afirma Borges (2005, p. 8) posto que até mesmo uma mensagem ou manchete de uma notícia, que aparentemente seja neutra, pode vir a vulgarizar um fato ou mesmo a desqualificar um grupo social.

3. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Alain Touraine, visitado por Castells (2003, pp. 88-89) define movimento social de acordo com três princípios: princípio da identidade, princípio da oposição e princípio da totalidade¹⁷. O primeiro diz respeito ao próprio movimento em termos de autodefinição e autoreconhecimento; o segundo refere-se contra quem ou o que o movimento social se opõe, enquanto o terceiro conflito trata daquilo que o movimento social visa alcançar, o que objetiva.

Apesar de muitas serem as acepções acerca do conceito de movimentos sociais, Arato & Cohen (1992) trazem três fases do desenvolvimento dos mesmos: a) movimento social identificado como multidão em turba, agindo de forma descoordenada e motivada pelo pavor, tendo como fundamento a Revolução Francesa e os movimentos operários; b) neste momento, o Movimento já está organizado e não reflexo de pessoas em tumulto, já preparando ações coletivas como greves, ocupações, passeatas, bloqueios de estrada etc.; c) chega a fase dos novos movimentos sociais, que, segundo Downing (2002, p. 56), representam um “novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea, com

¹⁷ Castells apropria-se destes três princípios, atribuindo nomes diferentes, quais sejam, respectivamente: identidade, adversário e objetivos.

características profundamente diferentes daquelas dos primeiros movimentos sociais, principalmente do movimento operário”¹⁸.

Os movimentos operários e os democráticos, segundo nos informa Giddens (2005, p. 113) são antigos, no sentido em que já se encontram estabelecidos desde o século passado, enquanto outros movimentos, como os pacifistas e os ecológicos, são mais novos, com atuação mais recente. Ruivo (1999, p. 176) afirma que “conjuga-se nos movimentos sociais velhos e novos movimentos, formas articuladas com características novas e velhas”. Entretanto, o que define ser Novos Movimentos Sociais (NMSs) não é tanto a data de sua luta, mas as preocupações e o tipo de luta implementada.

Em seu texto, McCann (2006, p. 12) identifica a atividade dos movimentos sociais com as lutas sociais de tipos particulares, entretanto, afirma que apontam para um espaço mais largo da transformação social e política e realizam suas ações em curto prazo e com visões mais radicais de uma nova e melhor sociedade. Assim, aplicam suas táticas em larga escala e utilizam as formas comunicativas para divulgação de suas ações coletivas. Esta discussão, segundo o autor, tanto serve para os velhos quanto os novos movimentos sociais, que trabalham com ideais de justiça comunitária e especialmente de direitos humanos.

Devemos chamar atenção ao que afirma Downing que insiste que os NMSs têm um viés ocidental muito marcante e que isto constitui um grande entrave, pois entende estarem de fora deste conceito, por exemplo, o movimento contra o *apartheid* na África do Sul e sua rede de apoio global, os movimentos políticos afro-brasileiros, o movimento nacionalista de Quebec, entre outros. Entretanto, compreendemos que a discussão e a própria prática já se alargam, na medida em que percebemos como os movimentos sociais, nomeadamente os latino-americanos, vem construindo sua identidade e fundando-se no rol dos NMSs.

Oportuno trazer o conceito que Pinto (2003, p. 41) estabelece acerca do que se convencionou chamar de NMSs. Entende o autor que o termo designa

¹⁸ Downing afirma que o movimento operário visava ganhos materiais a obter da classe capitalista e forçar o governo na implementação de políticas públicas. Já os NMSs visam ganhos que podem independender de atuação estatal, preocupando-se mais com o reforço da identidade coletiva.

espaços de organização social onde se estabelecem relações que possibilitam uma revalorização cultural e pessoal, se constitui uma nova cultura e práxis política, orientadas por um projeto de sociedade libertário, que os torna sujeitos coletivos que criam bases de autonomia numa sociedade em construção.

Santos (1991, p. 162; 2001a, p. 177) traz-nos a definição genérica desenvolvida por Dalton e Kuechler do que sejam esses NMSs, conceituando-os como sendo “um sector significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem política e social existente e que os prossegue por vias institucionalizadas, invocando potencialmente o uso da força física ou da coerção”.

Esclarece Pinto (2003, p. 39) que o surgimento dos novos movimentos sociais liga-se à reação social, ao crescente processo de alienação e reificação presente na atual fase do sistema capitalista. Nesta reação, o homem intenta resgatar-se como sujeito de sua história, e não como objeto. Neste sentido, Garcia (2000, p. 69) afirma que

a conscientização experimentada pelos participantes de tais movimentos seria, portanto, não apenas uma forma de romper com esta alienação, mas também com a heteronomia (a determinação da norma pelo outro) e conquistar a autonomia (a determinação das normas por si mesmo).

Pinto (2003, p. 33) aponta quais são os elementos caracterizadores dos novos movimentos sociais, afirmando serem os mesmos: a) revalorização cultural e pessoal, que deve ser entendida como possibilidades de criação de novas identidades sociais, tanto coletivas quanto individuais; b) constituição de uma nova cultura política de base. Para o autor (2003, p. 36), este elemento relaciona-se com reações às fontes autoritárias e de repressão política, às formas centralizadoras de poder e ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária; c) ação política libertária, por meio da qual o sujeito faz-se titular de sua própria autonomia; d) projeto de sociedade socialista e democrática. Este projeto está inserido no contexto geral de uma nova cultura política de base.

Podemos ter ainda como característica dos NMSs a luta por uma globalização alternativa, contra-hegemônica, que inclui a luta contra a homogeneização cultural, a dominação política e social, luta pelo reconhecimento de identidade, individual e coletiva, para além da subjetividade dos seus ativistas, entendimento de um outro modelo de desenvolvimento e, ainda, luta por novas formas de democracia e cidadania.

Outrossim, não podemos olvidar as formas de associação transnacional pelos NMSs e seu grande aliado, qual seja a mídia, nomeadamente, mas não exclusivamente, a alternativa. Todas as formas de comunicação, inclusive internet, jornais, revistas, fazem com que os membros liguem-se entre si, entre outros movimentos e entre este(s) e a população em geral.

Esses novos movimentos sociais lutam por uma nova forma de cidadania baseada na ação direta, participação decisória, estruturas descentralizadas e menos burocráticas. Criticam os modelos institucionalizados de racionalidade da modernidade e rejeitam tanto os ideais liberais quanto as tradições marxistas (mas tem nela sua base e inspirações), compreendendo ainda que o inimigo em comum não é a classe, mas um tipo de racionalidade dominante, afirmando ainda que são denominados de pós-ideológicos, sendo por esta razão chamados de “novos” (Handler, 1993, pp. 719-720).

Um fator há que ser levado em conta, quanto mais experiências de opressão e violência tiverem sofridos os grupos no passado, mais intensa será a resposta social e de reação. Seguindo o pensamento de Santos (2001a, p. 177), as novas formas hegemônicas de opressão e isolamento político dos movimentos de trabalhadores, geraram o surgimento de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização social, mas ao mesmo tempo não se pode olvidar das velhas formas de opressão. Passou-se a notar a atenção a outras áreas, como a cultural, ambiental, de identidade e reconhecimento, para além das velhas preocupações econômica e política.

Santos (1991, pp. 167-168) traz duas concepções acerca da relação entre a subjetividade e a cidadania. Afirma que há uma corrente para os quais os NMSs não são mais classes sociais em luta, mas sim grupos sociais que reivindicam interesses, dependendo do movimento, para questões locais (trabalho, terra, mulheres etc.) ou globais (movimentos ambientalistas e pacifistas). Para eles, não se trata meramente de uma questão de se atribuir direitos e extinguir o escopo do movimento, como ocorre com a luta pela cidadania. Passa por essa questão e vai além, buscando mais a afirmação da subjetividade¹⁹ e

¹⁹ Há críticas, segundo Santos (2001a, p. 180) a esta concepção, afirmando que essa visão nada mais é do que a busca pela cidadania, anseada pelos velhos movimentos sociais. Entretanto, segundo Santos (2001a,

Exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta), exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais.

Para esta primeira corrente, segundo ainda o autor, os NMSs ocorrem no interior da sociedade civil e não na linha do Estado, do qual mantêm distância, assim como o fazem com os partidos políticos e sindicatos tradicionais.

Já uma segunda corrente, chega a recusar a novidade dos NMSs, afirmando que os mesmos não passam de os velhos movimentos sociais repaginados, devendo-se dar mais importância à forma organizativa do que ao aspecto ideológico dos movimentos. Para eles, a lógica impetrada pelos NMSs é a mesma da cidadania e não há tanta distância do Estado como fazem crer, pois tanto que dependem do mesmo para efetivar suas reivindicações.

O que Santos (1991, pp. 169-170) chama atenção é para a diversidade no interior dos novos movimentos sociais, em especial os latino-americanos, sendo imperiosa o “alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e a sociedade civil”, buscando ir no caminho da cidadania rousseauiana.

A cidadania, entendida como sistema de inclusão, coesão, reconhecimento e autoreconhecimento em uma comunidade política, que garante direitos em contrapartida a obrigações, apesar de ter, segundo Tejerina, “ampliado o conjunto de bens públicos e liberdades positivas” (2005, p. 74), não conseguiu ampliar o acesso desses direitos e bens a todos os membros da sociedade, estando de fora os que pertencem ao campo da cidadania imperfeita.

Conforme Oliveira (2007, p. 10), estes novos movimentos sociais integram

“um conjunto de características que lhes dão uma dimensão política e social abrangente: escala de atuação social (local, estadual, regional e nacional); grau de relação com o Estado (participação em conselhos de políticas públicas, comissão paritária e em algum órgão público); heterogeneidade das pessoas que o compõem (homens, mulheres, negros, brancos); capacidade de articulação com outros sujeitos em âmbito estadual, regional, nacional e internacional (como fóruns, redes, participação em conferências internacionais da ONU)”.

p. 177), por trata-se de difícil tarefa, tendo em vista a grande variedade de movimentos sociais existentes, claramente trataremos das questões relativas ao Movimento em análise.

Santos (2001a, p. 178) afirma que os NMS não trabalham com a noção de classe, propondo mesmo um conceito de grupo transclassista. Em razão das novas formas ou repaginação dos modos de opressão, esses novos movimentos sociais constituem-se como críticos aos socialistas e aos movimentos operários tradicionais, visto estes negligenciarem este novo aspecto. Segundo ainda o sociólogo, a maior novidade trazida pelos novos movimentos sociais é que os mesmos “constituem-se tanto em uma crítica à regulação social capitalista quanto à emancipação social socialista, tal como definida pelo marxismo” (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 163; 2001a, p. 178), denunciando todos os excessos da regulação da modernidade, excessos estes que atingem “grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo” (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 164).

A cidadania transita entre as esferas públicas e privadas. Segundo Offe, os NMS pertencem a uma terceira categoria, na medida em que reivindicam para si conteúdos que não são nem da esfera pública e nem da privada,

“sino que son los resultados y los efectos colaterales colectivamente ‘relevantes’ de actuaciones privadas o politico-institucionales de las que, sin embargo, no pueden hacerse responsables ni pedir cuentas por medios institucionales o legales disponibles a sus actores. El campo de acción de los nuevos movimientos sociales es un espacio de política no institucional²⁰” (citado por Tejerina, 2005, p. 75).

Eliane Botelho Junqueira (2001) diferencia os novos movimentos sociais do Brasil e os existentes nos países centrais, afirmando que, no Brasil, estes movimentos se formaram

depois de mais de vinte anos de um regime militar que desarticulou a organização popular do início da década de sessenta, principalmente o forte movimento camponês do Nordeste. (...) Ainda que cronologicamente recentes – e, portanto, novos – estes movimentos não compartilham as perspectivas dos movimentos dos países centrais e estão voltados não para as questões feministas ou ecológicas, mas sim para uma melhor distribuição das propriedades rurais e urbanas, problemas cujo encaminhamento foi interrompido durante o período autoritário.

Santos (1991, pp. 162-163) vai no mesmo sentido, afirmando que a heterogeneidade existente entre os NMSs dos países centrais é em menor proporção do que as dos países latino-americanos e que os NMSs tendem a ser mais fortes onde fortes eram os velhos movimentos sociais, razão pela qual os oriundos da América Latina se destacam (idem, 1991, p. 166).

²⁰ Tejerina (op. cit.) define espaço de política não institucional como sendo a) um espaço de interesse privado que pretende atender à questão da redistribuição; b) espaço construído em torno de objetivos que sejam assumidos por toda coletividade, o que implica um certo grau de institucionalização e de participação; e c) espaço construído por ações que sendo privadas, irão se institucionalizar, mas que não são suscetíveis de apropriação coletiva.

Zibechi (2003, p. 34) afirma que os NMS da América Latina contrapõem-se aos movimentos sindicalistas europeus, sendo uma mistura entre os movimentos eclesiais de base, o indígena, com sua visão diversa da ocidental e o guevarismo, que inspirou a militância revolucionária. Aponta, nesta medida, as principais tendências destes novos movimentos, como a marcação da territorialidade, a autonomia e independência frente a governos e partidos, a revalorização da cultura e afirmação da identidade de seus povos e grupos sociais, fortalecimento da participação das mulheres e a formação de seus próprios intelectuais, que ultrapassam a linha acadêmica e pensante para serem também ativistas. Como vimos, o que os NMSs lutam é por um mundo melhor, mas pra já e não para um futuro (Boaventura De Sousa Santos, 1991, p. 164).

Os NMS tem por objetivo principal a quebra do sistema, que conduza a uma reforma na sociedade e que pode ter como meio, segundo Cabo (2008, p. 43), “táticas radicais de mobilização e resistência”. Assim, no próximo capítulo, trataremos de demonstrar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra pertencem a esta nova categoria de movimentos sociais.

CAPÍTULO 4. EM CENA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.

1. O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.

Durante a ditadura militar, os conflitos fundiários sofreram forte aumento, fazendo com que a questão fosse militarizada. Essa situação foi fortemente marcada pela violência (privada, por meio dos jagunços contratados pelos latifundiários, bem como pública, por meio da polícia, aliada às ações judiciais contra os trabalhadores rurais). Segundo Fernandes (1999, p. 35), “no ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias”.

O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência do Brasil, eleito de forma indireta, em 30 de Outubro de 1969 e governou até 15 de Março de 1974. Este período ficou conhecido como os *anos negros da ditadura militar*, restando ao movimento estudantil e sindical nada mais do que o silêncio, sob pena de forte repressão policial. Foi neste momento histórico que ocorreu a maior parte dos desaparecimentos políticos, tornando-se a tortura prática comum dos DOI-CODIs, órgãos governamentais de repressão vinculado ao Exército. O total fechamento dos canais de participação política da sociedade civil levou a esquerda brasileira à luta armada, respondendo o governo com mais repressão contra os movimentos, além de uma forte propaganda negativa.

O mencionado endurecimento político foi mascarado pelo chamado *milagre econômico*, que se fazia representar pelo estrondoso crescimento do PIB (cerca de 10% ao ano), diversificação das atividades produtivas e o surgimento de uma nova classe média com alto poder aquisitivo, não obstante gerasse uma maior e injusta concentração de renda. O “crescimento” do país teve origem no Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo mentor era o então ministro Delfim Neto. Cabe ressaltar, entretanto, que de milagroso nada teve este crescimento, pois se derivou de um processo galopante de endividamento (dívida em 1964=1,5 bi; 1970=14 bi; 1985=90 bi)¹, sem, ainda, mencionar a especulação no *Open Market* com títulos do governo, fato que acarretou sérios prejuízos à produção, agravando sobremaneira a concentração de renda no setor agrário.

¹ Informação numérica extraída do site <http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hmedici.html>, em 30 de Setembro de 2003.

Médici foi sucedido pelo General Ernesto Geisel, assumindo a presidência em 15 de Março de 1974. A situação do país não estava nada favorável, em razão da falácia que era o dito *milagre econômico* (ou seria melhor dizer *desastre econômico??*), chegando a inflação ao pico de 34,5%, o que dificultava a correção dos salários. O então Presidente, ao invés de tentar conter esta situação, apostou no dito *milagre*, permanecendo o Brasil imerso em um enorme endividamento externo.

A crise internacional do petróleo desencadeada em 1973 afetou o desenvolvimento industrial e aumentou o desemprego, propondo, assim, Geisel um projeto de abertura política "lenta, gradual e segura", sendo atribuída a autoria deste plano ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva. Apesar deste plano de abertura, permaneciam cassando mandatos e direitos políticos.

Em 15 de Outubro de 1978, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB - apresentou seu candidato ao Colégio Eleitoral, o general Euler Bentes, que recebeu 266 votos contra 355 votos do candidato do governo, o General Figueiredo. Com essas medidas, Geisel conseguiu eleger Figueiredo, mas não impediu o avanço incontestado da oposição.

No final dos anos 70, a inflação chegava a 94,7% ao ano. Em 1980 bateu 110% e, em 1983, 200%. O Brasil entrou em um período de recessão, cuja principal consequência foi o desemprego. Em Agosto de 1981, havia 900 mil desempregados somente nas regiões metropolitanas. No início dos anos 80, segundo dados do IBGE, 80 milhões de pessoas (67% dos brasileiros) viviam nas cidades, enquanto a população rural atingia a marca de 39 milhões de pessoas. Entre 1970 e 1980, o crescimento foi de 27,8% enquanto no período anterior, de 60 a 70, foi de 32,9% e, entre 1980 e 1991, conforme o penúltimo censo, chegou a 23,5%. Para completar o quadro de falências sociais, em 1980, o analfabetismo ainda atingia 25% dos habitantes². A busca por soluções a estes problemas constituía algumas das reivindicações dos movimentos sociais urbanos da época.

A ditadura militar implementou uma política de modernização – denominada por Fernandes (1999, p. 39) como *modernização conservadora* - da agricultura com base na

² Todos os dados numéricos foram retirados do site <http://www.mst.org.br/mstonline.html>. Acesso em 04 de Outubro de 2003.

grande propriedade. Adotou o instituto da Colonização em substituição à reforma agrária, que posteriormente foi transformado, em sua maior parte, em objeto de escândalo por conta dos favorecimentos e corrupções que o processo envolvia. Toda esta situação veio a prejudicar as pequenas propriedades, posto que os recursos e subsídios estavam mais destinadas aos latifúndios.

É neste cenário que nasce o embrião do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, contando com grande apoio de militantes da Igreja Católica, principalmente da Comissão Pastoral da Terra³, pretendendo-se unificar várias mobilizações esparsas no campo. A intensa mecanização da agricultura introduzida durante a ditadura militar expulsou assalariados, arrendatários e parceiros do campo, mas alguns trabalhadores rurais acreditavam que podiam se organizar e resistir obrando na terra.

Mesmo antes de sua formação oficial, já há registro dos trabalhadores rurais reunindo-se, articulando-se e até mesmo ocupando. Os trabalhadores rurais, num total de 110 famílias, que estavam acampados na Fazenda Sarandi, no Rio Grande do Sul, na ocupação promovida pelo MASTER, foram em 1963, despejados e deslocados para terras de reserva indígena destinada aos Kaingang. Em 1978, os indígenas conseguiram recuperar ser território e os colonos foram expulsos mais uma vez. Quiseram lutar por outra terra, mas a falta de organização de luta não permitiu o que lhes era devido. Muitos se dispersaram, ficaram sem eira nem beira ao pé das estradas. Outros voltaram para Sarandi, ocupando terras que eram públicas, mas que estavam arrendadas para empresas. De 30 passaram a 300 famílias.

Outra situação na região foi o chamado Povo de Deus. Cerca de cinco mil famílias, em Ronda Alta, pediram abrigo ao Padre da região, que lhes acolheu. O padre fez uma reflexão acerca de um trecho do livro do Êxodo, encontrando os trabalhadores, semelhança com a situação que viviam. A busca pela terra prometida. Chegaram à conclusão que a saída era a organização daqueles que buscavam o que lhes era prometido. Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai à Maomé.

³ Em 1975, tem-se a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Foi lá mesmo, dentro da paróquia, que as assembléias começaram a acontecer. Era a associação com a Igreja Católica já se fazendo presente. Como dito, as ocupações de terra vinham sendo articuladas desde 1978, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de João Pedro Stédile, que à época trabalhava na Secretaria de Agricultura. O próprio Movimento credita o mérito de sua organização à CPT, chegando a afirmar que poderiam nem mesmo existir, e da forma que são, se não fosse a Pastoral.

Assim, em 07 de Outubro de 1979, agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul ocuparam a gleba Macali, em Ronda Alta. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Simultaneamente, surgiram ocupações de trabalhadores rurais nos demais estados do Sul, Mato Grosso e em São Paulo⁴. Dois dias depois, a Brigada Militar já estava a postos no local para a desocupação, mas os trabalhadores rurais estavam mesmo dispostos a resistir. As mulheres pegaram suas crianças e colocaram-se na frente, não como escudo, mas como forma de demonstrar que são pessoas comuns com direitos. Foi esta atitude das mulheres que fez com que se abrisse espaço para uma audiência junto ao Governador daquele Estado⁵.

Ainda uma outra ocupação emblemática para o MST foi a da Encruzilhada Natalino, ocorrida em Dezembro de 1980, entre os municípios de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. As cerca de 600 famílias que ocuparam os quase dois quilômetros da rodovia, assistiram a missa celebrada por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT). Esse evento chamou atenção governamental, que enviou o major Sebastião de Moura, alcunha Coronel Curió, para resolver o impasse e conseguiu convencer os manifestantes a aceitarem o programa de colonização para o Estado do Mato Grosso.

Entre 1979 e 1984, o MST foi gestado, ainda sem a capa de movimento organizado, mas já com lutas, articulações e ocupações. Em Junho de 1982, trabalhadores rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul,

⁴ Em 1980, no Estado de Santa Catarina, 300 famílias conquistam a Fazenda Burro - Branco e em São Paulo, na região de Andradina, 400 famílias ocupam a Fazenda Primavera; em 1981 no Rio Grande do Sul 700 famílias acampam em Encruzilhada Natalina, município de Ronda Alta.

⁵ O mesmo aconteceu na ocupação da Fazenda Brilhante, também no Rio Grande do Sul, em 25 de Setembro.

reuniram-se no Paraná, na cidade de Medianeira, por iniciativa da CPT. Três meses depois, a CPT organizou um seminário, em Goiânia, reunindo 22 agentes pastorais e 28 líderes rurais de 16 estados brasileiros⁶, levantando-se a ideia da criação de um movimento autônomo em relação à Igreja. Desde 1983, os sem-terra, com o apoio da CPT, passaram a se reunir, no Rio Grande do Sul (especificamente, em Três Passos). Formaram núcleos de base.

Houve, em 1º de Outubro de 1984, a primeira assembléia dos sem-terra, tendo reunido cerca de dois mil trabalhadores. Em Dezembro, nos dias 17 e 18, foi realizado o I Encontro Estadual dos Sem Terra, que aconteceu entre os dias 23 a 26 de Setembro daquele ano, em Goiânia. Neste Encontro, foi elaborado um documento (anexo 5) assinado por todos os participantes, no qual apontava o ponto de situação e convocava os demais trabalhadores a unirem-se à luta, que a seguir se transcreve:

Para além da Carta, ficou constituída a Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que tinha a função de organizar os próximos encontros de Setembro de 1983 e de Janeiro de 1984, quando decidiram efetivamente criar o Movimento.

O Movimento surge em um momento em que o desemprego aumentava no campo, por conta dos mecanismos de modernização, e, tendo em vista a situação em que a área urbana se encontrava, os homens oriundos do campo não queriam ir e muitos voltavam para suas origens (Scolese, 2005, p. 59).

O MST surge oficialmente em Janeiro de 1984 durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), reunindo pouco mais de 90 pessoas, entre elas, trabalhadores rurais, sindicalistas, membros da pastoral e assessores, para além de representantes da Comissão Indigenista Missionária – CIMI. Essas presenças, de operários, indígenas e trabalhadores rurais já demonstrava que a luta é una e abrange a todos, sendo, no ano seguinte, organizado nacionalmente, momento em que se realizou o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra, realizado de 29 a 31 de Janeiro de 1985, em

⁶ Números encontrados em Scolese (2005, p. 59).

Curitiba, Paraná, com 1500 delegados representando 23 estados brasileiros, com o lema: “*Ocupar é a única solução*”.

Em Julho de 1985, o MST organizou um acampamento, no Rio Grande do Sul, que reuniu mais de 10 mil agricultores sem terra durante três dias, pleiteando, entre outras coisas, a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Depois, em Outubro daquele ano, ainda no mesmo Estado, cerca de 6500 pessoas ocuparam a Fazenda Annoni, com 10 mil hectares, estância já desapropriada desde 1974 para assentamento de agricultores que tinham sido desalojados por força da construção da barragem de Passo Real, mas ainda estava sendo ocupada pelo antigo proprietário (Garcia, 2000).

A estrutura de comunicação desempenhou um papel importante na articulação do Movimento, pois o “Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, foi criado no acampamento Encruzilhada do Natalino, no Rio Grande de Sul, em 1981, anos antes da fundação oficial do MST, sendo distribuído a início como Boletim Informativo. Em 1985, quando aconteceu o primeiro Congresso Nacional do MST, o jornal já estava em seu terceiro ano e na quadragésima-segunda edição.

A ideia inicial era que a organização se chamasse “Movimento pela Reforma Agrária”, mas os meios de comunicação de massa já haviam popularizado o termo *Sem-Terra*, usado para se referir aos camponeses que não possuíam terras. O Movimento se apropriou do nome, acrescentando o termo “Trabalhadores Rurais”, para fazer uma alusão ao conceito de classe e, nesse encontro, em 1985, foi escolhido para o nome Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Atualmente, há quem utilize o nome Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, mantendo a sigla MST.

O MST é uma associação de fato, posto que não se encontra registrada em nenhum órgão oficial. Não possui personalidade jurídica. Dessa forma, por um lado, impede que o Movimento em si seja processado por qualquer ato. Assim, quem responde processualmente é sempre o militante⁷. Por outro lado, o impede de realizar atos

⁷ As questões sociais levadas a tribunal, no Brasil, ultrapassa a dicotomia autor e réu, visto várias forças que compõem os interesses envolvidos, sendo, pois, conflitos policêntricos. Assim, por exemplo, em um

jurídicos de qualquer natureza, como contratar pessoal para a administração, possuir imóveis, entre outros. Sua situação financeira é caracterizada pela não autonomia, posto que não possui rendimento próprio, e, segundo alguns críticos, por estar razão, também não tem a quem prestar contas. Tudo o que possui, deriva de subsídios de outras entidades⁸, que são os braços legais do Movimento, que os meios de comunicação costumam denominar como “entes próximos do MST” ou “organizações do MST”. Toda esta situação é uma reminiscência de seu surgimento em plena ditadura militar⁹.

O MST afirma que 80% dos recursos recebidos são destinados à educação e formação. Opositores dizem que não passa de adestramento e que o dinheiro público não pode ser utilizado para tal fim. Deve-se ter em mente que educar os filhos da terra, tanto crianças quanto adultos, tanto na formação básica quanto na direcionada ao cultivo, são imprescindíveis e essenciais não só ao ser humano, posto direito fundamental, mas à própria terra, que será melhor aproveitada econômica e ecologicamente.

Inicialmente, era a Igreja que financiava o MST. Posteriormente, ao se consolidar, o Movimento passou ele próprio a manter contatos e receber financiamentos estrangeiros e nacionais. Em 02 de Novembro de 2003, a Folha de São Paulo publicou uma lista parcial de agências internacionais que financiam o MST e que chega a cifra de cerca de R\$ 752.000 (setecentos e cinquenta e dois mil reais) por ano. Das oito mencionadas, as quatro primeiras ainda são eclesiais, três católicas e uma protestante, sendo elas: Caritas (Alemanha); Développement et Paix (Canadá); Christian Aid (Reino Unido) e Grassroots International (Comunidade Europeia). Outras organizações ainda são “Amigos do MST” (CE); Frövännerna (Suíça); Conselho Mundial das Igrejas (Suíça); Movimento Mani Tese (Itália). Outros fundos provêm de órgãos públicos brasileiros e também de suas cooperativas.

conflito agrário há muitos envolvidos: os militantes, não raras vezes identificados; o próprio Movimento, que apesar de não possuir legitimidade para figurar em quaisquer dos pólos na lide, possui força social e política simbólica; outras entidades sociais e religiosas agrárias; o latifundiário; organizações ruralistas, milícias e capangas, para além da polícia.

⁸ O MST recebe apoio de duas entidades cooperativadas principais: A ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e CONCRAB (Confederação de Cooperativas de Reformas Agrárias no Brasil). Ambas possuem personalidade jurídica e regem-se pela Lei das Cooperativas. A ANCA é proprietária de alguns imóveis e o MST possui sede em um deles (apud Losano, 2006, p. 132).

⁹ A falta de personalidade jurídica é alvo de muitas críticas por parte de seus contendores. Nesta medida, Losano (2006, p. 131) entende que deveriam proceder a oficialização notarial do Movimento, a fim de derrubar críticas desnecessárias, acreditando que o MST nada tem a temer com a atribuição da personalidade jurídica.

Segundo Caldart (2001, p. 211) e Laureano (2008, pp. 84-93), as principais características do MST são: a) É um movimento aberto, onde todos podem participar; b) Tem base sindical; c) É um movimento político, posto que percebeu que sua luta se insere num conflito de classes; d) “Radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve” (Caldart, 2001, p. 213); e) Atuam em múltiplas dimensões; f) “Disciplina como fator de desenvolvimento pessoal e do coletivo” (Laureano, 2008, pp. 94-95).

O MST é um movimento social, no qual existe hierarquia de poder, com existência de líderes nacionais e locais, com o que podemos notar a descentralização do poder. Assim entende o Movimento para dar melhor formação aos militantes e delegar funções, além de ser mais democrática, mantendo, também mais de perto o contato com sua base (Laureano, 2008, p. 109).

Na organização do Movimento, podemos verificar, segundo nos demonstra Laureano (2008, pp. 105-107), dois aspetos principais: 1 – a unidade do movimento, que conseguiu se articular em todo o território nacional; 2 – a metodologia da organização de massa, que apesar do grande número de participantes em cada evento, todos sabem como devem agir, podendo-se levantar como exemplo a 3ª Marcha Nacional pela reforma agrária, ocorrida em Maio de 2005¹⁰. Segundo a autora (Laureano, 2008, p. 107), “construir a organicidade no MST significa ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias e a formação de quadros”.

O Movimento organiza-se da seguinte maneira: a) Dirigentes, que representam um certo número de famílias. A eleição para a direção nacional ocorre nos Estados e os nomes indicados são ratificados em Encontro Nacional ou em reunião anual de coordenação nacional.; b) Brigadas, que são núcleos formados pelas famílias, podendo variar entre 50 a 500 famílias; c) Núcleos de base são compostos por cerca de 10 famílias,

¹⁰ Laureano cita esta Marcha em que a própria autora presenciou o nível de organização do Movimento. Ficou positivamente surpresa em verificar como ainda de madrugada, os membros do MST organizaram-se em duas filas (totalizando seis quilômetros) ao longo da rodovia para a marcha. A cada parada, estavam barracas à espera com suprimento de alimentos e água e o povo não deixava vestígios de que lá estiveram, pois um grupo via imediatamente atrás, encarregado de eliminar o lixo que porventura sobrasse. Cada marchante recebeu um fone de ouvido para acompanhar o carro de som que transmitia a Rádio Brasil, que dava orientações e estímulo para a marcha.

prioritariamente formados pelos adultos. Os jovens e as crianças são convidados a participar, mas estimula-se formação de espaço próprio de organização; d) Setores, são temáticos, como, por exemplo, Frente de Massas, Produção, Comunicação, Educação, Formação, Saúde, Género e outros dependendo da necessidade da região para a formação do setor.

Ao amadurecer, o Movimento percebeu que a luta, única e exclusivamente, pelo acesso e permanência na terra era insuficiente. Percebeu-se que era necessário também lutar por crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem-terra que, assim como para todos os brasileiros, precisam ser supridas.

Para o MST, o latifúndio representa todas as formas de exclusão, em todos os níveis, político, social e econômico (Laureano, 2008, p. 83). Entretanto, descobriu-se que a luta não é apenas contra o latifúndio e sua nova roupagem, o agronegócio, mas também contra o modelo econômico neoliberal vigente nos dias atuais. A luta do MST é pela Reforma Agrária e pela transformação social, representando uma nova forma de articulação social compreendendo aquilo que se convencionou chamar de *novos movimentos sociais*. Lutar pela terra é lutar contra o capital, contra o modelo expropriatório, contra o modelo de globalização hegemônica.

2. A MISSÃO DIVINA NA FORMAÇÃO DA RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO MST.

Podemos observar uma relação entre alguns setores da Igreja Católica e os movimentos sociais. Tais dinâmicas não são tão recentes quanto possam parecer, como é o caso, no Brasil, de algumas revoltas populares¹¹, nomeadamente no campo. Podemos destacar a

¹¹ Quando se afirma que as revoltas eram populares, há quem discorde e afirme que várias mobilizações e movimentos políticos no Brasil vieram de cima para baixo, da elite, como foi o caso da Independência do Brasil, que foi proclamada pelo próprio D. Pedro I, e a proclamação da República, tomada a frente pelo Exército brasileiro. Se o povo já estava alheio às grandes reviravoltas políticas, mais ainda estava o camponês, longe dos centros de decisão. Mas este também não se calou, apesar de ter sua história invisibilizada, tanto quanto ele próprio (Sérgio Buarque de Holanda apud Comparato, 2003, p. 33). Entretanto, muitos são os casos, na história brasileira, de luta, revolta e massacre da população camponesa, de um povo que sempre lutou e por isso sempre foi muito combatido pelas forças dominantes. Importante registrar, ainda, que até a década de 50, na literatura, pouco se ouvia falar no termo camponês, que era sempre visto de forma pejorativa, como matuto, caipira, colono, entre outros. Somente após uso

Guerra de Canudos, do Contestado entre outras, que tiveram como pano de fundo a questão religiosa, envolvendo membros do clero na organização, mas que tiveram causas que transcendiam à questão mobilizatória aparente, sendo mesmo social. Na América Latina, durante a ditadura militar, alguns setores da Igreja Católica, passaram a apoiar e mesmo a fomentar a criação de movimentos sociais.

2.1. A FÉ EMANCIPATÓRIA: BREVE RELATO DE CANUDOS E CONTESTADO.

Traz-se aqui estes breves fatos da história brasileira, pois refletem tanto a luta pela terra movida pela fé. Ambos são antecedentes (e não são os únicos) não só dos movimentos sociais agrários atuais, mas também exemplos de como a religião, de uma forma ou de outra, esteve presente na luta e assim permanece até os dias atuais, como se verifica pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da CPT, que a frente se discorrerá. Por esta razão, fala-se aqui de Canudos e de Contestado.

Após, esta breve justificativa, passemos ao importante exemplo de luta social-messiânica que foi a Guerra de Canudos, travada em 1896, que acabou se tornando um dos maiores genocídios de nossa história. Canudos não constituiu apenas um precedente histórico na questão da luta pela terra, mas também no misticismo que envolvia aquele povo. Antônio Conselheiro¹² foi grande protagonista, que arregimentou a gente sofrida do sertão, chegando a formar a segunda maior cidade da Bahia. Como resposta à grande benfeitoria e anseio por qualidade de vida, o Messias, como era conhecido, e todo seu povo, foi dizimado¹³ pelas forças do Governo local. Neste episódio, foi a fé que moveu o povo na luta por uma vida melhor.

pelo próprio sujeito, o termo camponês/trabalhador rural passou a ser utilizado, como foi o caso das Ligas Camponesas (Palacios, 1993, p. 32)

¹² Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro

¹³ Para não deixarem as caatingas como aliada dos sertanejos, as forças encerraram o povo em Belo Monte, local onde se situava Canudos. Mesmo após a morte de Antônio Conselheiro, continuava o intento de se extinguir aquela população desvalida. Um de seus membros, de nome Antônio Beatinho, pediu trégua ao comandante Arthur Oscar, que lhe garantiu a vida daqueles que se entregassem. Beatinho voltou do Arraial com 300 (trezentas) pessoas, contando somente com mulheres, crianças, velhos e enfermos. Todos os demais quiseram permanecer. O comandante não se fez de rogado: degolou a todos. Canudos foi exterminada, mas não se rendeu. O inimigo invencível e perigoso não passava de gente sofrida do sertão. *“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão literal do termo, caiu no dia 5¹³, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”*. (Cunha, 2002, p. 359)

*Os Sertões*¹⁴ nasceu de uma reportagem sobre a Guerra de Canudos que seu escritor, Euclides da Cunha, fez para o jornal que trabalhava, *O Estado de São Paulo*, tendo sido enviado para cobrir o evento em 1897. Em sua obra, Euclides da Cunha mostra-nos que todas as vicissitudes no sertão ligam-se à terra, desde a opressão feudal-latifundiária até a ignorância e o isolamento, sem mencionar, ainda, a terrível seca que sempre foi assombro na região. Faz-nos ver também quão bravo é o sertanejo, que não abandona a localidade na qual vive, sem antes muito lutar, e para lhe dar forças para esta árdua batalha, apega-se à fé e ao amparo religioso.

Com promessa de vida melhor, várias pessoas, desvalidas de toda sorte, encaminhavam-se para Canudos. Lá chegando, entregavam tudo (melhor dizer, o nada) que tinham ao Conselheiro, que deixava ao uso comum. A ideia não era dividir, mas somar. Assim, Canudos logo se tornou praticamente a segunda cidade da Bahia. Viviam com dificuldades, mas ninguém passava fome. Canudos representava a liberdade de uso da terra, de trabalho, de impostos, de costumes e de práticas sociais.

“Canudos surgia com a feição média entre um acampamento de guerreiros e a de um vasto kraal africano¹⁵. (...) Na falta da irmandade do sangue, a consangüinidade moral dera-lhe a forma de um clã, em que as leis eram o arbitrio do chefe a justiça as suas decisões irrevogáveis” (Cunha, 2002, p. 116).

Antônio Conselheiro, junto com o povo que o seguia, construía e restaurava igrejas, fundava cidades e dava conselhos. A mesma Igreja que hoje tem setores preocupados com as questões sociais e ajudam na luta dos desvalidos, à época de Conselheiro, sentiu-se desprestigiada em razão de o mesmo conseguir arrebanhar tantos fiéis, que afinal não estavam na Igreja. No mesmo sentido reclamavam os fazendeiros, pois perdiam mão-de-obra.

Começava uma série infundável de perseguições e boatos acerca deste homem. Já naquela época, e com o auxílio do setor conservador da Igreja e poderosos locais, o processo de criminalização, com todas histórias e estigmas, foi criado. Como resultado, Antônio Conselheiro foi preso, sendo acusado de ter assassinado sua mãe e sua esposa. Como a acusação era falsa¹⁶, três dias após, foi posto em liberdade. Aqui se verifica a utilização da prisão como forma de se retirar o estranho, o diferente, o indesejável, do

¹⁴ A primeira edição foi publicada em 1902 pela Editora Laemmert.

¹⁵ (Cunha, 2002, p. 116).

¹⁶ Sua mãe morreu quando ainda era muito menino e sua esposa fugira com um policial local.

convívio social, pois o diferente gera suspeitas e especulações. O povo começava a criar histórias acerca da vida de Conselheiro... todas trágicas, para assim justificar seu rótulo de criminoso. Começaram não só a atribuir-lhe fatos criminosos, como também a indicá-lo como autor de milagres.

Canudos apresentava como razões aparentes de luta o fanatismo religioso e o messianismo, mas tinha como causa remota e profunda a questão da terra, contra o latifúndio, o coronelismo, o isolamento cultural. Canudos não foi uma guerra local, mas sim um grito de revolta de todo o sertão brasileiro; não era apenas um problema político, mas uma questão social.

Interessa lembrar Canudos pois neste episódio a fé foi o mote de emancipação. Não foi aqui a Igreja (conservadora) quem suscitou a mobilização. Antes pelo contrário, pois a mesma sentiu-se ameaçada pelo missionarismo de Conselheiro, mas foi a Fé em Deus e na vida, em uma vida melhor, que se faz e se constrói neste mundo, ainda terreno e material¹⁷.

Passemos agora ao outro acontecimento de nossa história, que se constitui em semelhante exemplo de luta camponesa envolvendo a Igreja: a Guerra do Contestado. No período de 1912 a 1916, metade do Exército brasileiro foi deslocada para o combate e repressão de cerca de vinte mil camponeses, situados entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, que disputavam a rica região de erva-mate e madeira.

¹⁷ Rui Barbosa preparou um discurso, cujo rascunho encontra-se nos arquivos da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em defesa póstuma do povo de Canudos, para que fosse pronunciado no Senado ao fim da Guerra. Entretanto, apesar de o mesmo jamais ter sido proferido, aproveito-me nesta ocasião para trazer alguns trechos:

“Aqueles, por quem não pude, vivos, requerer o habeas corpus, isto é, a justiça, obrigam-me mortos, a impetrá-lo de Deus para a minha consciência, do país para seu governo, do mundo civilizado para a nossa terra, porque a nossa terra, o nosso governo, a nossa consciência estão comprometidos: a nossa terra seria indigna da civilização contemporânea, o nosso governo indigno do país e a minha consciência indigna da presença de Deus se esses meus clientes não tivessem um advogado. Nunca este recinto conteve auditório igual. Os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas galerias, apinham-se em torno deste anfiteatro, encostam-se às nossas cadeiras, não se vêem, mas se ouvem, se sentem, como se apalpm. (...)

Canudos arrasou-se, mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o nosso maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis, mas não tocastes na miséria que a produziu”.

Este foi um conflito armado¹⁸ que teve origem social especialmente pela falta de regularização da terra e teve como propulsor, tendo em vista sua morte ter sido anterior à guerra, o monge João Maria, sendo exemplo de mais um movimento agrário messiânico, onde parte dos camponeses achavam que estava participando de uma *guerra santa*.

Questão interessante que se pode notar é que aquela população lutava e sempre lutou, mas as reivindicações eram locais e seus membros não as identificavam como algo político, mas sim com questões religiosas e até fanáticas. É por esta razão que Comparato (2003, pp. 33-52) afirma que as populações oprimidas sempre foram passivas e cita um testemunho de Joaquim Nabuco, abolicionista brasileiro, que em campanha pela abolição dos escravos, no Recife, desabafou:

“Infelizmente, senhores, nós lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deveriam ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência. É triste dizê-lo, mas é a verdade, por acaso os homens de cor, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a história do martírio de sua raça têm aderido ao nosso movimento com a dedicação e a lealdade que era de se esperar dos herdeiros de tantos sofrimentos? Não, eles não se atrevem a fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário. Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior, em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão eles sinal algum de compreender que estamos lutando para dar-lhes independência honesta, algumas braças de terra, que eles possam cultivar como próprias? Não, senhor, eles não compreendem que o abolicionismo é o começo da propriedade do lavrador”

E Joaquim Nabuco tinha razão, pois foi justamente nesta época que se pode verificar o início da família sem-terra. As famílias pobres que necessitavam de terra, apesar de não utilizada para plantar e morar não tinham dinheiro para comprá-la e nem podiam se instalar nas terras daqueles que as possuíam, devendo ressaltar que estes não as compravam, pois recebiam por concessão. Algumas famílias, mais corajosas, acabavam se deslocando para se apossarem de terras em regiões distantes, nas quais os grandes proprietários não tinham interesse em requerer as sesmarias.

Atualmente não cabe mais esta afirmação, posto que os trabalhadores rurais se mobilizam e sabem bem que a luta é política e necessária, para modificação das estruturas arcaicas e obsoletas, que impedem o desenvolvimento democrático e

¹⁸ Segundo Martins (apud Comparato, 2003, p. 49), quanto à luta armada dos movimentos agrários, afirma que “só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados e atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída”.

redistributivo da sociedade. Neste sentido, o MST possui importante papel e sua mobilização é eficaz.

2.2. A INSPIRAÇÃO DIVINA: AS CEBS E A CPT.

É para chegar a este momento que foi importante a colocação neste trabalho da influência religiosa nas revoltas populares que fizeram história no Brasil. Assim, conseguiu-se demonstrar que este fenômeno não é novo e que sempre se fez presente, tendo forte efeito não só na criação como no desenvolvimento do MST, por meio das CEB's e da CPT, como em outros momentos históricos do país.

Antes de mais, necessário registrar que se distingue, na esteira de Losano (2006, p. 118), três segmentos na organização da Igreja católica no Brasil: a) a Igreja tradicional, ligada ao poder temporal e que se beneficiou e apoiou o regime militar; b) a Igreja modernista, sendo o segmento que temia perder espaço de poder e influência caso não prestasse atenção às exigências populares; e c) a Igreja comprometida, que é aquela parcela militante, que se pôs ao lado daqueles que lutam por melhores condições de vida. A “opção pelos pobres” foi determinada pela Igreja Católica desde o Concílio do Vaticano II.

Santos (2008, pp. 07-08) afirma que alguns processos de globalização da religião fazem parte de um projeto hegemônico, mesmo quando assumem posições não-hegemônicas¹⁹, entretanto, podemos considerar que as teologias progressistas carregam em si um forte potencial contra-hegemônico (Santos, 2008, p. 15).

Segundo Stédile & Fernandes (1999, pp. 19-21), a gênese do MST tem três aspectos principais: o sócio-econômico, referente às transformações que a agricultura sofreu na década de 70; o pastoral-ideológico, relacionado ao trabalho e cooperação pastoral; e o processo de democratização do país. Quanto ao segundo aspecto, ao mencionar a importância da CPT na formação do MST, afirma que “a igreja parou de fazer um

¹⁹ Santos entende ser não hegemônico “toda experiência ou princípio no qual, de uma maneira ou de outra, desvia-se do regime geral de dominação capitalista, sem contudo colocar em questão a inevitabilidade da dominação (relações desiguais de conhecimento e poder) como estrutura básica da organização social” e entende como contra-hegemônico “toda experiência ou princípio que resista contra o capitalismo em nome de valores como igualdade, liberdade e fraternidade”.

trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra’.

A contribuição da Igreja não se limita às denúncias de dados acerca dos conflitos agrários, mas também fornece apoio logístico, como foi o caso da Marcha a Brasília, em 1997, quando a Igreja Católica permitiu que os militantes se hospedassem em igrejas e casas paroquiais durante o trajeto, além de fornecer alimentação, para além da ajuda financeira já mencionada neste trabalho.

Losano (2006, p. 117) identifica duas razões relativas ao interesse da Igreja nos movimentos sociais e na sua mobilização: a) a comunidade de base vivia cotidianamente a violência no campo quando não era a própria Igreja a vítima desta violência; b) as sociedades caminhavam para uma laicização cada vez maior o que tinha como consequência uma perda da tradicional influência da Igreja.

Foi publicada na Revista Veja, em 28 de Outubro de 1998, uma matéria que mencionava a relação de proximidade entre os padres e os trabalhadores rurais, afirmando que aqueles, não raras vezes, nasceram e foram criados em regiões rurais, advindos de famílias de classe baixa ou média-baixa. Segundo a reportagem,

“não se sabe exatamente quantos padres militam ao lado do MST. A única contabilidade sobre o assunto é da Pastoral da Terra, à qual estão filiados 700 religiosos. É um grupo, por si só, mais numeroso no país do que ordens católicas tradicionais, como a dos dominicanos. (...) O berço do movimento sem-terra e de boa parte dos padres é o mesmo – as cidades mais pobres do interior dos Estados do Sul. Segundo uma pesquisa feita neste ano pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, CERIS, quase a metade do clero brasileiro veio da região sul do país. Dois terços pertencem a famílias de classe baixa ou média-baixa. Enquanto 78% da população brasileira vive nos centros urbanos, 64% do clero tem origem na zona rural. Três em cada quatro padres nasceram em cidades com menos de 20.000 habitantes”

Foi, na década de 70, que surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo por objetivo unir as questões religiosas às necessidades sociais e materiais. As CEBs funcionam em conjunto, em paralelo, ou cobrindo as faltas por ventura deixadas pelas paróquias²⁰, assumindo-se como grandes porta-vozes das classes subalternas no Brasil. Foi, segundo Fernandes (1999, p. 39), o “espaço de socialização política que permitiu a

²⁰ Jean-François afirma haver uma tensão entre as realidades eclesiais (apud Losano, 2006, p. 118)

recriação da organização camponesa”, que tinham sido expulsas do campo, sobretudo na década de 70, por conta da modernização implementada pelos governos militares.

São comunidades ligadas, originalmente, à Igreja Católica²¹, com participação de pessoas não religiosas, mas ligadas a estas, pois são fomentadas por leigos, padres ou bispos da região, e tiveram forte atuação durante a ditadura militar no Brasil, visando a redemocratização do país. Atuam especialmente na periferia das cidades ou nas zonas rurais. Atualmente, as CEBs possuem carácter ecumênico e devido a sua importância social contam também com a participação de representantes de outras crenças como a Metodista, Luterana e Presbiteriana.

Pode-se notar, assim, como um movimento que inicialmente visava a discussão e profissão da fé, tornou-se também palco de discussão dos problemas sociais que a comunidade vivencia, tendo influência teórica da Teologia da Libertação, unindo o compromisso cristão à luta pela justiça social, participando ativamente da vida política do país. Com base nos ensinamentos da Teologia da Libertação, as Comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular.

Os sindicalistas, que estavam desgostosos por terem, durante a ditadura militar, em muitos casos, visto os sindicatos levados à condição de *pelegos*²², acabaram atuando nas CEBs e levando para elas suas experiências de militância e organização. A Igreja também influenciou a modificação das estruturas dos sindicatos rurais, que se remodelaram, inclusive com novas filiações e nova liderança, por conta de eleições de diretoria. A atuação deste segmento militante da Igreja Católica fez com que, em 1975, a Comissão Episcopal brasileira criasse uma equipe para coordenar as atividades no campo. Surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a função de auxiliar os camponeses, assisti-los materialmente, preparar os leigos que atuam nas CEBs, para além de informar a opinião pública sobre os conflitos agrários.

²¹ As CEBs foram incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

²² Pelego é o forro que se coloca abaixo da silha do cavalo. Esta imagem foi associada aos sindicatos que, durante a ditadura militar, passaram a ter suas ações comedidas e com intenção de não macular as vontades do governo. Não reivindicam com veemência. Os apelos que faz para sua categoria, não são de luta, mas de resignação. Se for concedido, ótimo; se não for, também não lutavam. Sua função era mais que um mal Maior acontecesse, mas não rompiam com a estrutura governamental. Nesta alegoria, o cavalo é o trabalhador, o sindicato o pelego, e é sobre ele que a ditadura colocava sua silha.

A CPT surgiu em 1975 durante o Encontro da Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e teve como público-alvo os trabalhadores e trabalhadoras da terra, que naquele contexto de ditadura militar sofriam forte pressão. A CPT ajudou a este setor social marginalizado a buscar a transposição e enfrentamento dos obstáculos apresentados. Assim como as CEBs, a CPT atualmente possui, atualmente, caráter ecumênico e se preocupa com todo o contexto social agrário, seja com a questão do acesso e permanência na terra quanto pelo desenvolvimento sustentável.

A preocupação da CPT em denunciar o trabalho escravo, as condições precárias de trabalho infantil, o assassinato de lideranças, grilagem das terras, entre outras questões, contribuiu para com que as mesmas tornassem visíveis e de dimensão internacional. Rompeu-se a cerca que limitava a luta e ocupou-se o espaço público.

A Teologia da Libertação é o aporte teórico destes setores eclesiais, preocupados com a imoral desigualdade social dos nossos tempos . Pauta-se esta teoria no marxismo²³ para que se possa compreender o fenômeno da opressão, mais do que como projeto alternativo de sociedade. Segundo Santos, esta teoria é um misto entre teologia e uma crítica radical do capitalismo (Santos, p. 14; 57).

A Teologia da Libertação²⁴ foi em grande medida instrumento desta atuação católica. Há uma integração de uma nova evangelização associada às lutas por melhores condições de vida. É a associação dos dois mundos. O espiritual e o material. O pobre passa a ser sujeito tanto de sua libertação material como agente propulsor desta nova evangelização. Esta teoria é uma doutrina Cristã-social e em certa medida Cristã-socialista e que promove uma cidadania ativa.

Foi nesta medida que tanto as CEBs quanto a CPT passaram a assumir uma militância ativa. Afirma Gonçalves (2007) que “a leitura da realidade à luz da Palavra de Deus e a busca de soluções concretas para os problemas reais definem sua prática religiosa frente

²³ Esta é uma razão de crítica por muitos opositores do setor progressista da Igreja, entretanto é o marxismo, no Brasil, que influencia tanto a interpretação dos textos sacros por parte da teoria da libertação como os textos jurídicos por partes dos juízes adeptos ao uso alternativo do direito brasileiro.

²⁴ Para saber mais sobre a Teologia da Libertação, ver Tamayo (1994, p. 121).

à dominação política e à pobreza econômica”. Assim, o apoio eclesiástico passa a ser uma das portas para a libertação, para a emancipação.

Já o sociólogo brasileiro José de Souza Martins (2000, 2003) critica tanto o MST quanto a Comissão Pastoral da Terra ao afirmar que ambas organizações constituem-se, em sua maioria, por militantes oriundos da classe média, sendo mais mediadores entre os Estado e os trabalhadores rurais, com intenção de resgatar culpas passadas pela indigência a que o homem do campo foi jogado. Esta situação, segundo o autor, reflete na dificuldade de o verdadeiro trabalhador rural, uma vez assentado, conseguir se livrar da estrutura capitalista de produção.

O lema das CEBs é “ver, julgar e atuar”. Ver significa discutir em comunidade os fatos da vida, observando a luz do Evangelho e desvendando o véu da injustiça; Julgar significa discutir as angústias da comunidade e pensar alternativas; e atuar, na medida em que já se verificou a existência de injustiça, já se valorou as alternativas, restando apenas modificar as situações negativas experimentadas.

Importante observar que a origem eclesial dos movimentos agrários, aqui interessando o MST, leva a uma visão: a de não se ver a terra como fruto de um direito que tenha sido concedido pelo direito positivo, mas sim como derivado de um direito natural. Nesta medida, tendo em vista a gênese do MST e considerando o apoio concedido pela CPT, pode-se afirmar que lutar pelo acesso e permanência na terra é lutar pela terra prometida (ao povo de Israel²⁵).

Os camponeses também se vêem obrigados ao êxodo de suas terras, até mesmo pelas condições climáticas (secas, no caso do Nordeste brasileiro) e falta de apoio financeiro para o tratamento do solo nestas épocas. O êxodo do povo hebreu e a busca da terra prometida são figuras bem marcantes para estes camponeses. Esta passagem bíblica foi também utilizada na epígrafe de uma sentença proferida por um Juiz de Minas Gerais na qual foi negada a retirada dos campesinos da estrada, em Belo Horizonte (Strozake, 2002, p. 01).

²⁵ Capítulo XIII, versículos 1-7, do Antigo Testamento.

Nesta medida, a luta e ações do MST encontra-se justificada e embasada pelo Deus revolucionário e ativista. Como afirma Santos (2008, p. 72), no confronto entre o Deus dos oprimidos e o Deus dos opressores, pelas diferenças que existem entre ambos, aquele não se pode dobrar, e, nesta medida, não tem mesmo se curvado... o Deus dos subalternos tem lutado e nunca foi tão humano.

O MST também herdou de sua influência religiosa a mística que implementa, que ultrapassa a esfera de ritualística, pois vem a dar noção de unidade e coesão ao grupo social que se inscrevem. Ajudam a dar rosto aos sem-rosto, reforçando a sua identidade. Em vários acampamentos, como no Povo de Deus, na Encruzilhada Natalino, como símbolo de resistência e assim que se ingressou na terra ocupada, os trabalhadores rurais fincam uma cruz por eles fabricada. Depois, passaram a ser escoradas com madeiras, que simbolizavam o apoio necessário à consecução dos objetivos, vindo de outros movimentos sociais agrários, sindicatos e igrejas de diversos estados. A cruz é uma reminiscência religiosa e também a representação do sofrimento sentido antes e na conquista.

Assim, vemos a importância de segmentos religiosos na formação de nossa resistência e também naquilo que faz com que permaneçam unidos, como a mística mencionada e promovida pelo MST, que mais a frente se tratará.

3. A EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: A GLOBALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA.

Desde o início da colonização brasileira, há a luta pela terra. Os indígenas foram os primeiros e podemos verificar na história a força da resistência indígena, como por exemplo, a Confederação dos Tamoios²⁶ e a Guerra dos Potiguara²⁷. Os negros escravizados fugiram e formaram fortes quilombos, exemplos ainda de resistência. Outros marcos históricos são exemplos de resistência e de luta do Movimento, como a

²⁶ Tratou-se de uma revolta liderada pela nação indígena Tupinambá, associada a outras nações, no século XVI, contra os colonizadores portugueses e seus franceses, na região que hoje é São Paulo e Rio de Janeiro.

²⁷ Os Potiguaras resistiram durante treze anos (1586 a 1599) às investidas dos colonizadores, sendo, ao final, basicamente exterminados por uma epidemia de varíola. Um ano antes do fim bacteriológico, os Potiguaras pediram acordo de paz, mas foram traídos pelos colonizadores. Os remanescentes vivem hoje em uma região de Pernambuco denominada Baía da Traição.

Guerra dos Canudos, de Contestado, as Ligas Camponesas, o Master, entre outros. É todo o conjunto que constitui o Movimento Sem- Terra como é hoje.

Marques (2006, pp. 184-186) afirma haver três fases na história do MST, reconhecendo haver duas posturas na relação entre o MST e o Estado, sendo ora de aproximação e ora de afastamento. Uma primeira vai de meados de 1980 a início de 1990, onde a reforma agrária é percebida como um passo importante à democratização da sociedade brasileira. Nesta fase, o MST não é alvo de repressão política direta e atua pela via institucional, por meio de ocupações de terra sistemáticas como instrumento de pressão. A segunda fase é percebida no interior e no desenvolvimento do Governo Fernando Henrique, no período de 1995 a 1998, quando o MST consegue ampla visibilidade internacional por meio de suas ações, entrando em choque explícito com as políticas neoliberais do Governo FHC, já iniciadas no governo anterior, chefiado por Collor de Mello. Durante o Governo FHC, o Estado muda de perfil frente aos cidadãos. Afirma Marques (2006, p. 186), assim, momento em que a mídia passa a identificar o MST como *movimento* político, que

O Estado, antes responsável por garantir direitos do cidadão, começa a ser visto como um provedor de serviços para seus clientes. A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais.

O MST passa a ser o grande interlocutor entre os trabalhadores rurais e o Estado. Assim, a terceira fase é identificada pela autora no nascer do Governo Lula, onde as políticas neoliberais continuam a ser implementadas e com ênfase, no campo, ao agronegócio, mas por outro lado pessoas ligadas aos movimentos sociais agrários são nomeadas para posições estratégicas no Governo. Assim, afirma Marques (2006, pp. 189-190) que “o MST tem hoje uma relação ambígua com o Governo Lula, critica a lentidão e ineficiência de sua política de reforma agrária, mas se mostra mais tolerante com ele”.

Entre 1985 a 1988, o MST trazia por lema “terra para quem nela trabalha” e coincidia a luta pela terra com a luta pela reforma agrária. A reforma agrária sempre se mostrou gênero de primeira grandeza, mas somente tomou corpo como proposta a partir da década de 50 do século passado, com as Ligas Camponesas no Nordeste, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em

1964, com o Golpe de Estado. Foi neste período que o MST conquistou sua autonomia e reconhecimento político.

De 1988 a 1995, a reforma agrária passou a ser vista de forma mais ampla, para além da conquista da terra, referindo-se a um processo de política pública capaz de alterar e modificar a estrutura fundiária existente. Identifica-se com a luta pelo socialismo e definiu-se, a partir deste momento, a disposição de resistir às ordens de desocupação da terra.

Segundo Santos (1991, p. 187), “o socialismo não será nunca mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente”, não passando assim, de mote para as práticas emancipatórias, mas na prática não indo além da utopia.

Em 1988, na iminência da elaboração da Nova Carta, o MST organiza um abaixo-assinado que reivindica que a reforma agrária obtenha força de lei. Organizações progressistas, incluindo o MST e a CPT, coletaram mais de 1 milhão de assinaturas de apoio a um programa radical de reforma agrária. Entretanto, poucos parlamentares da Assembléia Constituinte apoiaram a proposta e o abaixo-assinado foi ignorado.

Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, no qual continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. Trazia o lema “*ocupar, resistir, produzir*”, sendo justificadas as ocupações pelo Movimento da seguinte forma: “Ocupar era a reafirmação da forma de luta, resistir era devido à repressão, e produzir era a contestação à UDR²⁸; que chamava os sem-terras de ‘preguiçosos e vagabundos’ (MST, 1996:12). Neste momento, surgem as cooperativas²⁹ e as ocupações são mais intensas. O MST ganha visibilidade nacional

²⁸ UDR: União Democrática Ruralista.

²⁹ No Caderno n.º 05 do MST (1998, pp. 10-11), podemos observar algumas considerações acerca das características do cooperativismo. Assim, o MST entende o cooperativismo como: “a) **Um cooperativismo alternativo**: precisamos construir um cooperativismo que seja alternativo ao modelo capitalista, visando demonstrar para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores. Isto implica: na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e da necessidade de ir construindo um mercado popular articulado entre o campo e a cidade; b) **Um cooperativismo diferente**: o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as cooperativas em primeiro lugar. (...) E deve organizar os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base ou núcleo de produção, devendo estes núcleos estar vinculados organicamente ao MST, tendo os mesmos por

e a luta pelo socialismo ganhou novo significado: a luta pela justiça social. Tal mudança teve como objetivo agregar mais pessoas na luta, como participantes e como simpatizantes ao Movimento. Na década de 90, o MST alcança outra dimensão, passando a ser conhecido nacional e internacionalmente.

Em 1995, o MST adotou o lema “*reforma agrária, uma luta de todos*”, elaborado no III Congresso Nacional do MST, que tinha por eixo central a união dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como a redefinição do perfil da política de reforma agrária de distribuição de terra e financiamentos, baseada na implantação da agroindústria, por meio de cooperativas³⁰. Introduzimos, neste estágio, a luta contra o modelo neoliberal de mcdonaldização da área rural, com a introdução do agronegócio.

Verifica-se, também, uma mudança de paradigma, pois o Movimento não só ocupa latifúndios, como forma de pressão política, mas também contribui com a luta de outras categorias, como operários, petroleiros, professores etc. Esta mudança deveu-se ao desenvolvimento tecnológico ocorrido na contemporaneidade não alcançar os trabalhadores rurais, trazendo por consequência o êxodo no campo³¹, gerando também um agravamento nos problemas sociais das cidades.

“Haverá, porém, que se acrescentar como parte da reforma agrária, todas as condições de desenvolvimento social, cultural e humano, para que os assentados e trabalhadores agrícolas possam ser beneficiados pelas descobertas científicas em todas as áreas. Com isso, deverá haver melhorias na educação, na cultura, na arte, no lazer etc.

Estes elementos complementares à distribuição de terra e de créditos é que motivarão os trabalhadores em grande parte a retornarem e permanecerem na agricultura.

finalidade: conscientizar e politizar os assentados; desenvolver atividades do Movimento; desenvolver a democracia de base no assentamento e na cooperativa a que estão vinculados e ter atividades econômicas próprias. Somos diferentes, também, porque optamos pela: direção coletiva ou coletivos de direção, deixando o aspecto legal em segundo plano. Busca-se a distribuição das sobras, de forma direta ou indireta, proporcional à participação de cada sócio nas atividades da cooperativa (que devem ser também políticas). (...); c) **Um cooperativismo de oposição:** 1) Frente à política neoliberal: a reforma agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual, sob o domínio do neoliberalismo. (...) O cooperativismo que nos propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade.2) Frente ao cooperativismo tradicional: o cooperativismo tradicional está vinculado, nos estados, às OCEs (Organização das Cooperativas nos Estados) e, no país, à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), (...) Somos oposição a este modelo... defendemos a autonomia de organização e representação. O desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo. Reconhecemos a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB) como a representante de todos os segmentos de cooperativas e demais unidades de produção em áreas de Reforma Agrária.

³⁰ Para saber mais sobre as cooperativas, ver RECK (2005, pp. 23-31).

³¹ Garcia (2000, p. 54) afirma ter ocorrido o fenômeno de lumpenização, socorrendo-se de Bottomore, esclarecendo que, “em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa ‘desgovernada’, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários”.

O caminho mais seguro para se resolver os problemas sociais do país é realizando a reforma agrária, implantando indústrias no campo, para que se possa integrar a mão-de-obra excedente na transformação da matéria-prima em produtos industrializados”. (Mst, 1996, p. 22).

O êxodo rural sempre foi apontado como um dos grandes responsáveis pelo crescimento desorganizado dos grandes centros, pelo incremento das favelas, pelos índices crescentes de desemprego e pelo aumento da violência urbana. É neste contexto que a reforma agrária passa a ser, como diz o próprio Movimento, um problema de todos! Passa o Movimento a lutar não só pelos aspectos que diretamente ligam à questão do acesso e permanência na terra (reforma agrária, máquinas, financiamentos etc.), mas também para pontos gerais da cidadania, como educação, cultura, lazer, acesso aos avanços tecnológicos e científicos etc.

O Movimento é consciente da necessidade de associação com outros movimentos sociais, inclusive da cidade, bem como a identificação de que a reforma agrária não se limita à distribuição de terra. No Caderno de Formação, n.º12, de Maio de 1987, editado pelo MST, pode-se verificar prioridades, como o fortalecimento da organização de base, educação e formação educacional e política de seus membros, bem como a articulação com os demais trabalhadores e modo de organização dos assentamentos.

Essa associação com outros movimentos sociais não é limitada ao nível nacional, encontrando eco, também, na ordem internacional, transnacionalizando-se as ações, contatos, interesses e lutas. Essa transnacionalização é de extrema importância para a globalização de baixo para cima, principalmente porque transnacional também é a globalização hegemônica.

Desde o 4º Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 2000, sob o lema *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*, o Movimento reafirmou a necessidade de transnacionalizar a luta e ratificou a ligação com a Via Campesina e a Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas (CLOC) e nos últimos anos, a Via Campesina começou a atuar mais fortemente junto às organizações camponesas dos cinco continentes. Conforme se pode verificar no próprio site eletrônico, por força da Via Campesina

“os camponeses acumularam forças para desenvolver o conceito de soberania alimentar e das sementes como patrimônio da humanidade; de promover a luta contra os produtos transgênicos e

contra os monoculturas e da preservação ambiental e da luta contra os produtos transgênicos e em defesa da preservação ambiental”.

Para além destas importantes associações transnacionais, o MST possui ampla participação no Fórum Social Mundial, o que aumenta o poder cosmopolita subalterno de suas ações, e, assim, sua capacidade de resistência e de modificação do *status quo*, pois resistência sem modificação significa estagnação, posto que não se avança. Não se recua, mas também não se avança.

A luta agora é transnacional, porque transnacional também é o novo dono da terra e latifundiário. A luta agora, com a introdução do agronegócio, é também contra empresas transnacionais, que são proprietárias dos latifúndios. Assim, o MST define seus objetivos atuais como sendo:

“a apresentação de um novo programa para agricultura brasileira, que atenda às necessidades dos camponeses e da população brasileira e combata o modelo das elites, representado na atual política econômica, na atuação das transnacionais e do agronegócio, no latifúndio atrasado que persiste em todo o território nacional e na expansão da monocultura”. (MST, 2007)

Em razão desta nova situação e enfrentamento é que o 5º Congresso Nacional do MST, que se realizou entre os dias 11 e 15 de Junho de 2007, em Brasília, Brasil, teve como tema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. É, atualmente, o maior Congresso já realizado pelo Movimento, onde se obteve a presença de mais de 17 mil delegados de assentamentos e acampamentos de 24 estados da federação, onde estiveram também presentes membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Associação Brasileira de Ongs (Abong), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e das centrais sindicais Conlutas e Intersindical, além de representantes de alguns partidos de esquerda, como o PDT, PSOL, PT, PC do B e PCB, além de 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades.

Alguns pontos foram pensados quanto aos problemas vivenciados e foram apontadas alternativas para a luta por direitos e justiça social. Para isso, compromissos (anexo 6) foram assumidos, ao final do V Congresso.

Importante registrar que desde o 1º Encontro Nacional, em 1985, já se vislumbrava a necessidade de apoios em redes de solidariedade. Busca-se apoio e dá-se apoio a vários segmentos da sociedade, fazendo-se presente em seus conselhos e mobilizações. Importante será refletir se não estamos diante de uma nova forma de ação coletiva, dentro de um campo de movimento de solidariedade, na medida em que “nuevas formas emergentes de movimientos sociales actuán en el âmbito de solidariedad com los sectores menos favorecidos o marginados de las sociedades occidentales” (Tejerina, 2005, p. 92). Nesta medida, a ação coletiva tendente à transformação social e que se enquadre em uma esfera de globalização contra-hegemônica, faz emergir uma cidadania em escala global.

Comparato nos leva à conclusão que o MST é um ator político, na medida em que consegue “influenciar a opinião pública e obrigar o Governo a adotar medidas que são de seu interesse” (Comparato, 2003, p. 24). Tanto é assim, que o Governo, ao ditar as políticas públicas referentes à reforma agrária, antes deve considerar a reação do Movimento. O sucesso do Movimento está no uso de táticas (ocupações coletivas) e associações com os vários segmentos da sociedade civil, local, nacional e global.

Como já afirmado, a luta do MST se transnacionalizou, formando associações, trocando informações no combate ao “inimigo” comum: a globalização dominante e opressora. Assim, impossível pensar em movimentos sociais atualmente sem imaginar uma ampla rede social que se materializa a cada instante e se fortalece também pelas estruturas de comunicação, em especial a informática.

4. AS OCUPAÇÕES COLETIVAS COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL.

“Descobrimos lá na base, que a tal da reforma agrária do papel não vai sair. Pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão, vamos ter que nos unir. Companheiro e companheira, vitória vai ser ligeira se a gente se organizar. A gente faz acampamento, tira pão para o sustento e reforma agrária é pra já. E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.” Zé Pinto.

É assim um trecho da letra da música de um compositor militante e assentado em Rondônia, Zé Pinto. Nela podemos verificar a importância e a imagem que a ocupação

de terra possui no imaginário dos militantes. Fala do projeto de reforma agrária que não avança a não ser com pressão e uma das formas de pressionar é por meio da ocupação de terra.

A luta pelo acesso e permanência na terra, implementada pelo MST, possui duas fases. A primeira é a *ocupação* da terra, sendo nela formado um *acampamento*, na qual os militantes são colocados sob lonas de plástico pretas à espera de que aquela terra seja objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. As ocupações ocorrem normalmente à noite e de manhã as barracas com suas lonas pretas já estão estendidas e, não raras vezes, com plantações já iniciadas.

As reações dos fazendeiros normalmente são violentas e os trabalhadores munem-se de pás, enxadas, foices e facões. “Para eles, simples instrumentos de trabalho. Aos olhos dos fazendeiros, ‘armas de guerra’” (Scolese, 2005, p. 67).

Esta fase das ocupações é precária em todos os sentidos e os trabalhadores ficam em um ir e vir de ocupações e despejos, até que a terra seja definitivamente concedida.

A segunda fase é o *assentamento*. Neste momento a terra já foi expropriada e o INCRA já procedeu a distribuição da terra aos trabalhadores rurais. Constitui o assentamento o termômetro de sucesso da luta agrária, pois refletem o poder de pressão exercida por meio das ocupações de terra e pelos acampamentos implementados. O grande problema está na larga distância temporal que ocorre entre os acampamentos e os assentamentos.

O MST criou o fenômeno das ocupações coletivas, por meio das quais o Movimento consegue maior visibilidade, além de materializar, corporificar a sua luta, conseguindo, assim, pressionar o poder público no caminho pretendido. Para Fernandes (1999, p. 70), as ocupações constituem uma espacialização da luta pela terra. Trata-se, no dizer de Baldez (1997), de “instrumento de correção da propriedade injusta”. É através das ocupações que o MST consegue maior reflexo, ser visto, conforme o lema “incomodar para mudar” e por meio do qual os espaços de luta e resistência são materializados.

Nesta medida, acaba havendo uma aliança entre a legalidade cosmopolita e a demoliberal, utilizando distinção tratada por Santos (2002, p. 45 e ss.), na medida em

que se pretende que a mesma terra seja objeto de desapropriação e na mesma haja um assentamento. A “regularização” é um instrumento regulatório, mas no entanto, “abre à organização política e à mobilização dos trabalhadores pobres, bem como na pressão que pode exercer sobre o Estado para afectar mais recursos a esta área da política social e melhorar gradualmente a habitação informal até um nível adequado” (Santos, 2002, p. 61). É o que Larson (apud Santos, 2002, p. 61) chama de *regularização progressiva*.

Importante neste momento voltar brevemente à questão do objetivo do Movimento que serve aqui de unidade de análise. O MST objetiva o acesso e permanência na terra, por meio da transformação social. Neste sentido, necessário afirmar que esta transformação social não inclui a tomada de poder, mas sim a inclusão em um novo contrato social, conforme já afirmado no primeiro capítulo, constante na primeira parte deste trabalho investigativo. Neste sentido, Martins afirma que os trabalhadores rurais

“querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos de seu trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade” (Martins, 1994, p. 156).

Importa ainda registrar que as ações implementadas pelo MST, bem como outros movimentos sociais, agrários ou urbanos, neste sentido, são de resistência, mas não uma resistência comum e simples. Tal é afirmado, tendo em vista que não se concebe a resistência em si como capaz de engendrar emancipação, libertação. Certo que há de resistir às opressões, mas mera resistência não nos leva à ideia de se alterar o *status quo*, de emancipar. Resistência é como opor a uma barreira e isso deve ocorrer, mas acredita-se que para emancipar seja necessário mais. Ou se alcança pela revolução, que não se concebe como objetivo do MST, na medida em que quer ver a constituição federal cumprida e não anseia outra, ou com o da rebeldia, ou ainda com uma resistência ativa, atuante, que se associa à luta, que percorre e se direciona para a mudança paradigmática, que aí sim, podemos verificar como sendo este o caminho implementado pelo MST; é a resistência às estratégias de dominação aliada a uma pressão para mudança.

O documento final do Congresso de 1985, que institui o MST, clamava por uma reforma agrária radical, financiamento para os pequenos agricultores e abandono do Estatuto da Terra, de 1964. Tendo em vista que o Movimento não se pauta na distribuição da terra por meio do direito positivo (visto ser imanente ao ser humano,

conforme regras do direito natural), “suas ações se baseiam em critérios não legais e extraparlamentares” (Losano, 2006, p. 124) e os militantes são convidados a “ocupar imediatamente todas as terras não produtivas ou de propriedade pública e, se possível, mas não obrigatoriamente, utilizar concomitantemente o terreno, favorecendo quaisquer forma de atividade coletiva” (Movimento Dos Sem-Terra - Mst, 1985).

Estanque (1999, p. 87) nos fornece as principais características presentes nos protestos públicos, em especial a partir da década de 80, quais sejam a “heterogeneidade de suas bases de apoio; o carácter localizado disperso e efêmero, e o enquadramento comunitário; o radicalismo e a espectacularidade das acções; o esbatimento das ideologias programáticas; a orientação para a exposição mediática, em especial através da televisão”. Ainda segundo o autor (1999, p. 90) a ação coletiva é vista como expressão da identidade, sendo assim mais importantes os objetivos culturais, políticos e identitários do grupo do que as interesses comuns que lhes movem.

Segundo Laureano (2008, p. 119), a CPT entende as ocupações como sendo necessárias e legítimas, “na medida em que ao longo dos anos reafirma sua perspectiva teológica de ser a terra um dom de Deus e não apenas mercadoria ou lugar de produção”.

O MST nasce mesmo de uma ocupação na Fazenda Annoni. Esta primeira ação, traduzida em ocupação e acampamento, convertia-se em instrumento de aprendizado e propaganda para os demais trabalhadores rurais do país. Conforme Fernandes (1999, p. 03), a “ocupação é uma realidade determinadora, é o espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro”.

As ocupações de terra, externamente, exercem pressão sobre os governos, para além de serem noticiadas nos meios de comunicação, o que leva também a um conhecimento da luta por parte do povo e a uma máxima visibilidade para os objetivos desta luta; internamente, une aqueles que dela participaram, envoltos em um sentimento de euforia e elevada auto-estima pelo êxito da ação.

Baldez (2003) nos traz três características básicas acerca das ocupações coletivas. Afirmo que tem como primeira característica tratar-se de ato necessariamente coletivo, no sentido de que os trabalhadores compreendem não fazerem diferença sozinhos, mas

somente de forma coletiva; a segunda característica é a ruptura que provoca no contratualismo, essência do regime burguês da compra e venda; e a última característica “é a quebra do conceito de propriedade privada, aqui em perfeita consonância com a conquista institucional da função social da propriedade, que pressupõe a função social da posse”.

Na esteira do pensamento trazido por Paoli (1991, p. 123), ao afirmar que “a cada revolta, os trabalhadores tomaram posse do seu lugar positivo diante de uma ordem social que não os colhia e foi no confronto que fizeram sua experiência de identidade e dignidade coletivas”, podemos verificar que a cada ocupação, a cada ação coletiva implementada, o MST consegue ocupar positivamente seu espaço no cenário político social e colocar seus membros como cidadãos de luta e de voz.

O direito a ter direitos cinge-se a uma estrutura permitida e condicionada. Qualquer forma que extrapole esta concepção, é plausível de ser considerada ilegal e, portanto, admissível o recurso da repressão por meio violência policial e estatal. É neste sentido que nos informa Paoli (1991, p. 124).

Voltando aos argumentos de Stédile, insere-se aqui seu posicionamento, que bem reflete as ações do MST na busca da efetividade das leis. Afirma o autor (1999, p. 115) que “se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriação quando houve ocupação (...). A lei só é aplicada quando existe iniciativa social. Essa é a norma do direito”.

Neste sentido, verificamos o posicionamento do jurista Evandro Lins e Silva, no prefácio da obra de Bruno Konder Comparato (2003, p. 18), ao afirmar que

Os conflitos no campo, a economia no orçamento do INCRA para assentamento de camponeses, a indigável situação de penúria e, mesmo de fome pelo interior afora, tem provocado as conhecidas ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, ocupando latifúndios, terras devolutas, prédios públicos e outras mais arrojadas, como a invasão da fazenda dos filhos do presidente da República. São formas de pressão, algumas intencionalmente espetaculares, estrepitosas, com o efeito de atrair a atenção e a simpatia de mais extensas camadas da população. Esses conflitos têm ido frequentemente ao judiciário. Cabe aí, na aplicação do direito e da lei, em se tratando de ocupação sem violência, de terra improdutiva ou sub-utilizada, do debate sobre o direito de propriedade e de outros também consagrados na Constituição, que definem princípios fundamentais, como o de não passar fome e o de assegurar a almejada conquista da igualdade social”.

O MST não intenciona o fim da propriedade privada, porque eles próprios pretendem adquirir terra. Assim, para aqueles que não se contentam com a resposta de que as ações coletivas são atos que integram um Estado Democrático de Direito, socorremo-nos do instituto da desobediência civil.

A desobediência civil é prática antiga, encontrando-se notícias já no direito romano, aparecendo também no direito de resistência previsto por John Locke³². Contemporaneamente, podemos citar três grandes nomes, sendo eles os responsáveis pelo conceito moderno de desobediência civil: Henry David Thoreau³³, Mohandas Karamchad Gandhi³⁴ e Martin Luther King³⁵.

São concebidas, em geral, três características principais acerca da desobediência civil (Garcia, 2000; Losano, 2006), quais sejam:

- a) Aparência de Ilegalidade³⁶: A princípio, todo ato de desobediência é ilegal, posto que visa denunciar o “caráter injusto de uma norma legal ou política governamental” (Garcia, 2000, p. 35). Cohen e Arato (1992) reforçam que

³² Em sua obra *Segundo tratado sobre o governo*, Locke afirmava que “quem quer que use força sem direito, como faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim emprega, e neste estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor” (apud Garcia, 2000, p. 33).

³³ Thoreau protestava, em meados do século XIX, simultaneamente contra a política escravista do estado de Massachussets e contra a guerra dos EUA com o México (1846-1848), que resultou na anexação por aquele país dos estados da Califórnia, Texas e Novo México. Em 1846, Thoreau não pagou mais seus impostos como forma de protesto e acabou sendo preso. Foi ele quem cunhou a expressão desobediência civil.

³⁴ Gandhi teve ampla atuação na luta contra o racismo na África do Sul, no final dos anos 90 do século XIX. Suas atividades de desobediência acarretaram em alterações na legislação discriminatória dos indianos lá residentes. Ao retornar à Índia, teve importante participação na luta pela independência nacional, adotando uma estratégia revolucionária: a da não-violência.

³⁵ Martin Luther King destacou-se na campanha pelos direitos civis da população negra norte-americana em meados do século XX. Vários foram os atos de desobediência civil em amplas campanhas nacionais e locais que acarretaram a alteração de vários dispositivos legais, práticas políticas e entendimentos jurisprudenciais que referendavam a segregação racial nos Estados Unidos.

³⁶ A afirmação supra de que a desobediência civil somente tem aparência de ilegal deflui em três linhas básicas de argumentação: a) Estado de necessidade: a conduta não seria ilegal visto conter no ordenamento jurídico dispositivos que retirariam seu caráter ilícito. No caso das excludentes de ilicitude, como o próprio nome indica, inexistente conduta-tipo, não há crime, respondendo o agente apenas pelo excesso, doloso ou culposos; b) Teste de constitucionalidade: Esta tese é defendida, por Dworkin (1995) ao colocar que apesar de o ato de desobediência parecer ilegal, ele, na verdade, representa um teste de constitucionalidade da norma, objeto de questionamento ou mesmo sobre a legalidade do modo de aplicação da mesma; c) Exercício de direitos fundamentais: os que defendem este argumento entendem que todos os atos de desobediência civil encontram-se acobertados por direitos fundamentais, tais como liberdade de expressão, de reunião ou de manifestação, respeito à dignidade, cidadania, igualdade etc., e ainda estes estariam coadunados com o princípio da proporcionalidade, que requer para sua verificação um processo de ponderação entre o bem jurídico protegido pela norma violada e o direito fundamental exercido através de sua prática.

qualquer base legal para a desobediência civil seria contraditória em si mesma, acarretando na impossibilidade de sua institucionalização³⁷. Entretanto, este caráter ilegal é bastante relativo, visto haver autores que sustentam que a desobediência civil é juridicamente justificável em um Estado Democrático de Direito, razão pela qual acima se mencionou que o ato é ilegal *a princípio*, pois, na verdade, não o é, visto que o “objetivo da desobediência é a demonstração da legalidade da conduta ou da ilegalidade da comandada” (Garcia, 2000, p. 35), posto que aponta uma contradição entre as normas em questão desobedecidas e os princípios constitucionais aos quais deveriam aquelas estar subjacentes a estas, tendo em vista a pirâmide de Kelsen (Losano, 2006, p. 139).

b) Publicidade: de acordo com esta característica, nenhum ato de desobediência pode ser sigiloso. Muito pelo contrário. Os desobedientes querem sempre dar maior visibilidade às suas atividades, via de regra noticiando o acontecimento à imprensa e às autoridades. Para que se alcance o objetivo, ou ir em sua direção, é necessário que os atos sejam de conhecimento da população, que sejam noticiados pelos meios de comunicação. Segundo Garcia (2000, p. 36), “os desobedientes, pretendendo a alteração da lei ou da política oficial, servem-se da desobediência como último recurso e mantêm permanentemente abertos os canais de negociação com as autoridades”.

Não se pode confundir a desobediência civil com a desobediência comum, em sentido estrito. Segundo Bobbio³⁸, aquela é uma forma particular desta, na medida em que é executada com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a mudá-la. Assim, o desobediente civil entende suas ações não apenas como lícitas, mas também obrigatórias, devendo ser tolerada pelas autoridades públicas diferentemente de quaisquer outras transgressões. Enquanto a desobediência comum é um ato que desintegra o ordenamento e deve ser impedida ou eliminada, a desobediência civil é um ato que visa mudar o ordenamento, sendo, no final das contas, mais um ato inovador do que destruidor.

³⁷ Não obstante o posicionamento dos referidos autores, há algumas legislações que prevêm em seu ordenamento, institutos que se assemelham à desobediência civil, como por exemplo, o artigo 21 da Constituição da República Portuguesa. Entretanto, tal entendimento não é unânime.

³⁸ BOBBIO, Norberto. *Desobediência civil*. http://www.sitinn.hpg.ig.com.br/desobediencia_civil-bobbio.htm. Acesso em 20/07/2004.

Precisamente pelo seu caráter demonstrativo e por seu fim inovador, o ato de desobediência civil tende a ganhar o máximo de publicidade, servindo este caráter publicitário para distingui-la nitidamente da desobediência comum: enquanto o desobediente civil se expõe ao público e só expondo-se ao público pode esperar alcançar seus objetivos, o transgressor comum deve realizar sua ação no máximo segredo, se desejar alcançar suas metas.

Losano afirma que os desobedientes civis atuam de modo diverso dos criminosos, posto que estes tendem a encobrir seus atos para que não sejam presos. “Para el desobediente, la identificación y la eventual condena son un instrumento de lucha” (2006, p. 139).

O MST quer tornar evidentes e visíveis suas ações para consecução de seus intentos, tanto que sempre são amplamente divulgadas pela Mídia antes de sua ocorrência³⁹, podendo-se facilmente identificar suas lideranças, até mesmo, porque são conhecidas, não existindo qualquer tentativa de ocultamento nem evasão.

c) Não-violência: “A estratégia da não-violência visaria expor o vigor moral daqueles que sofrem a agressão e o preconceito, demonstrando que são tão merecedores de respeito e dignidade quanto seriam os agressores”. Assim preceitua Garcia (2000, p. 36) e vai na linha de Gandhi. Neste viés de pensamento, somente restaria aos agressores reconhecer aqueles como iguais. Outro aspecto importante desta característica, principalmente em países que possuem imprensa relativamente livre, é que ao se divulgar imagens em que os manifestantes são agredidos covardemente sem qualquer resistência, há uma exposição da brutalidade e assim mobiliza-se a opinião pública a favor dos desobedientes.

Bobbio entende também que um ato de desobediência civil, que é coletivo, se distingue de uma outra espécie de direito de resistência, qual seja a individual. Afirma ele que a resistência individual em regra é não violenta, enquanto a desobediência civil deu lugar a manifestações de violência.

³⁹ Garcia (2000:79) afirma que foi publicado na Folha de São Paulo, de 23 de maio de 1988, na sua página 6, o calendário de manifestações do Movimento até outubro daquele ano, sem falar, ainda, de outras manchetes, como *MST vai acampar em supermercados* (JB, 02 de maio de 1988, p. 3), *MST decide ‘pulverizar’ invasões do Pontal*, (Folha de São Paulo, de 16 de agosto de 1997).

Não se pode exigir, também, daquele que sofre já as grandes mazelas sociais, que já “apanha” da fome e da miséria, venha a sofrer também violências físicas, morais e psicológicas, para além de violações de seus direitos, se abaixe para não reagir. A reação faz parte do ser humano; é atitude reflexiva e instintiva. Não se pode exigir heróis e mártires. Discordamos que a desobediência deva ter esta característica da não-violência, posto que retiraria a capacidade de muitos assim agirem. Se quisermos entender assim, devemos entender no sentido de uma violência ativa, que realmente não se coaduna com os objetivos do MST. Não deve ser violenta, mas pode vir a ser e isso deve ser socialmente aceitável e compreendido, posto que se trata de uma não-violência ativa, mas o que não impede que se fala em resistência e nesta está inserida algum tipo de violência, mas defensiva.

Assim, as ações do MST nem sempre são não-violentas, seja de modo ofensivo, seja de modo defensivo. Entretanto, discordamos quando Losano (2006, p. 142) afirma que “o MST, por ser movimento agrário, não possui legitimidade para transformar toda a sociedade” e, por isso, não pode radicalizar em suas manifestações, sob pena de perder apoios e simpatias. Sim, ao radicalizar, corre o risco de perder apoio, mas que seja incapaz de transformar a sociedade por ser movimento agrário, assim, não se pode compreender, até porque o movimento possui associação com outros movimentos, inclusive urbanos e todos juntos, podem sim transformar a realidade, modificar a sociedade.

Em seminário intitulado *Juntos contra a Tortura*, promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, no dia 26 de junho de 2002, Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, afirma, em relação à radicalidade atribuída ao Movimento pelo senso comum, que eles são *é uma tropa de frouxos*, mais não radicais. Afirma que:

“se se analisar que somos radicais por entendermos que alterar a situação do país, muito bem, concordo. Agora, que as nossas ações são radicais... acho que elas são é leves demais, pacatos nós somos, quando, neste país, seres humanos estão morrendo por não terem o que comer e ver a terra que não está produzindo... Não é um direito, é um dever que nós temos de garantir pelo menos a sobrevivência de nosso povo”.

Deve-se ter em vista os ditames de Norberto Bobbio (1992, pp. 15-31) que, ao tratar das ocupações referentes aos conflitos agrários italianos existentes na década de 60, afirmou que as mesmas consistem em ato de resistência e que se coadunam mesmo com a

violência. Assim, as ocupações implementadas pelo MST podem assumir formas não violentas, mas também podem haver momentos violentos, que Losano (2006, p. 143) afirma ser momentânea, autodefensiva e não produzir efeitos irreversíveis, diferindo da violência revolucionária, que é contínua e ofensiva.

Com base nestas características, Garcia conceitua desobediência civil como “o ato a princípio ilegal, público e não-violento⁴⁰ praticado por uma pessoa ou grupo de pessoas, com o objetivo de provocar a alteração de lei, política governamental ou prática social e/ou de obter o apoio ativo da opinião pública para a sua causa” (2000, p. 38) e entende que as ações coletivas enquadram-se nesta categoria.

Já Losano afirma que as ações do MST são ilegais⁴¹, públicas e, em certa medida, violentas. Entretanto, deve-se ter em mente que as ocupações podem ser vistas como ilegais (por parte dos latifundiários e maior parte dos atores judiciais), em se pensando no direito positivo; mas ao mesmo tempo, por parte dos militantes, as ocupações são vistas como lícitas, se pensadas em um ordenamento suprapositivo, como é o caso do direito natural. A publicidade das ocupações não se discute, visto que intencionam mesmo chamar atenção aos problemas, tanto dos atores governamentais quanto da população em geral⁴².

Santos (2001) ressalta que aos movimentos sociais autorizam-se a ações ilegais “sempre que os meios legais não estejam disponíveis ou não bastem (...) Todos os grandes movimentos democráticos começaram com ações ilegais (manifestações e greves não autorizadas, ação directa, desobediência civil)”.

⁴⁰ Em defesa do MST, Garcia reafirma que os membros do MST não devem pretender ser mártires, mas suas condutas devem atentar para duas exigências: que eles não tomem a iniciativa do confronto violento; e de que, quando agredidos, limitem sua eventual reação de forma proporcional e moderada, levando os atos violentos para uma alegação de legítima defesa. Esposa, assim, que os atos do MST são tendencialmente não violentos ou, se utilizada a violência, esta é sempre em caráter reativo e moderado se comparados aos empregados pelos agressores.

⁴¹ Os líderes do MST afirmam que as ocupações de terra são legais, baseando este entendimento na Constituição Federal e em regras de direito natural. Já os latifundiários, afirmam que as ações são ilegais e violentas. Losano (2006, p. 140) afirma que, pensando nas ocupações em abstrato, as ocupações são mesmo legais, posto que vão embasar-se na Constituição Federal. Entretanto, pensando nas mesmas em concreto, caberá ao juiz decidir e que o fará, certamente, tomando seus valores e tenderá ao positivismo (como em muitos casos se encontra) ou se encontrará “formas de equilíbrio entre el formalismo jurídico y las situaciones sociales concretas (como demusan algunas sentencias o el derecho alternativo)”.

⁴² Em cada acampamento deve ser hasteada a bandeira do movimento ao qual se congrega.

O MST, por vezes, pratica ações tidas como violentas. Losano (2006, p. 62), justifica esta situação na medida em que seus militantes são marginalizados sociais e vivem a anos em condições muito tensas. É difícil determinar em que medida pode um movimento social praticar ilegalidade, na esfera da desobediência civil, e qual é a violência não justificada por sua finalidade social. Ainda sem mencionar a dificuldade de um movimento social evitar a infiltração de um delinquente ou de um enviado dos latifundiários para causar problemas nas ações e até mesmo o cometimento de crimes, manchando a imagem e os objetivos sociais pleiteados⁴³.

Há nos atos praticados pelo MST medidas de desobediência civil e de resistência ao poder instituído colocados no âmbito da cidadania, espaço público por excelência. Desta maneira, legitima-se igualmente a prática de ocupações coletivas inseridas no contexto de Estado Democrático de Direito (Reis, 2005).

Os atos praticados pelo MST provocam forte tensão sobre as estruturas do poder, na medida em que as ocupações de terras e de prédios públicos ou particulares abertos ao público são sempre manchete de jornal, sendo comumente apontadas como antidemocráticas e ilegais. Entretanto, deve-se ter em mente que o que o MST critica é o latifúndio improdutivo e a propriedade rural especulativa⁴⁴, ressaltando-se que tais discursos trazem por fundamento menos a organização dos assentamentos por parte do MST e mais, muito mais, os não ditos que aí se escondem, o que se silencia, isto é a priorização que conferem à posse e à utilização coletiva da terra, bem como a insistência pelo financiamento aos insumos, questão que se inscreve no campo da utilização democrática dos espaços públicos.

A Constituição Federal brasileira, em seu art. 5º, XXIII, determina que a propriedade atenderá a sua função social, bem como os artigos 184 a 191, da Carta Magna. Enfim, conclui-se que o que o Movimento pleiteia nada mais é do que o cumprimento efetivo da Lei Maior, em atenção ainda, aos princípios da dignidade da pessoa humana e da cidadania, que são os fundamentos da República, conforme o art. 1º, II e III, da CF/88,

⁴³ No final de 2003, em um acampamento de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, foi solicitado, para conversão em assentamento, por parte do INCRA, a certidão de antecedentes criminais, nem qualquer tipo de pendência judicial. Nesta ocasião, quatro homens foram expulsos do acampamento por deverem pensão alimentícia a seus filhos. Esta informação consta em Losano (2006, p. 62).

⁴⁴ O alvo do MST não é a propriedade privada em geral. Consta das Normas Gerais do Movimento “que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha”.

sem falar ainda dos seus objetivos fundamentais, previstos no art. 3º, I, III e IV, da Constituição Federal.

As ocupações realizadas pelo MST possuem somente aparência de ilegalidade, tanto que “há inúmeras decisões de primeira e de segunda instâncias, e mesmo de tribunais superiores, reconhecendo a inexistência de crime” (Garcia, 2000, p. 78). Afirma Losano (2006, p. 149) que os juízes que sentenciam favoravelmente ao sem-terra são aqueles, normalmente, que seguem a linha do direito alternativo, do uso alternativo do direito vigente. É neste sentido que se pode verificar o trecho da ementa do acórdão proferido pelo Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, da 6ª Turma do STJ (HC n.º 5574/SP – 97.0010236-0), que se encontra em anexo a este trabalho (anexo 7).

A ocupação de prédios públicos ou privados constituem uma tradição na história da desobediência civil, como se pode lembrar das condutas observadas, por exemplo, em Martin Luther King, bem como em nossa atualidade por militantes ecológicos e manifestantes civis ao protestarem ativamente contra a política nuclear, ou a poluição do meio ambiente, *provocando incidentes* considerados fora das leis vigentes. Deste modo, tomando os discursos em relação ao MST, não há como comparar, como já foi feito pelo ex-presidente Fernando Henrique, os militantes e a militância popular a assaltantes comuns, pois estas ações são realizadas em protesto contra ausências de políticas para financiamento à pequena propriedade rural e aos assentamentos.

A resistência imbutida nas ocupações é um fenômeno coletivo que se deve valorar menos no aspecto jurídico e mais no político. Afirma Losano que

“parece más fructífero dejar a los abogados y las ocupaciones de tierras, de la cual recavar indicaciones suficientemente practicable sobre lo que es politicamente aceptable y juridicamente tolerable por parte de los movimientos sociales y lo que, en cambio, no lo es” (Losano, 2006, p. 144)

A Mídia e a opinião pública se incomodam muito mais com as ocupações dos sem-terra do que com os grileiros, que acabam por atingir extensão de terra muito maior e estar na causa de inúmeros conflitos agrários.

Tanto nas decisões judiciais quanto na mídia, é comum a afirmação de que as ocupações de terra são ilegais, posto que contrárias às normas vigentes. Entretanto, os sem-terra

baseiam-se, também, em normas supra-legais de direito natural. Não obstante, devemos chamar atenção para o fato de que assim o é para as ocupações, mas após alinham-se na base das normas vigentes para completar seus intentos e ver a terra distribuída entre as famílias sem-terra, com base em uma reforma republicana.

Deve-se ter em mente que a resistência dos membros do MST liga-se à violência praticada por parte dos fazendeiros, proprietários das terras ocupadas, tanto que nos confrontos, grande saldo de mortos e feridos encontra-se entre os trabalhadores sem-terra, sendo irrisório o número de vitimados do lado dos jagunços e policiais, até mesmo pelo tipo de armamento que estes últimos utilizam para massacrar os manifestantes. Pode-se constatar com este dado, mais um resquício de nossa história de violência contra os movimentos sociais, à semelhança do ocorrido em Canudos, em Eldorado dos Carajás e outros episódios.

O MST exerce, na verdade, segundo Pinto (1992), um controle informal de constitucionalidade, pois atua com base nos princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito brasileiro com o fim de lhes dar efetividade. O que o MST exige é o cumprimento da lei, afirmando Andrade (2003) que o Estado não tem legitimidade para acusar o descumprimento da lei e muito menos para, em nome dela, erguer o braço armado do controle penal (punir). A atividade de ocupação realizada pelo MST aparentemente denota ilegalidade, mas na verdade é realizada com o fim de levantar o debate, de publicizar e politizar o problema que o campo enfrenta, pressionando a União para que concretize a reforma agrária.

As ocupações coletivas realizadas pelo MST são, como já afirmado, mais um dos elementos e estratégias de pressão utilizada para se obter o acesso e permanência na terra, traduzindo-se mesmo na ideia de cosmopolitismo subalterno, sendo forte elemento caracterizador da luta globalizatória de baixo para cima. Assim, devemos compreender a postura política do MST, tanto na prática das ocupações coletivas realizadas em imóveis particulares e públicos, como também na direção cada vez mais marcada na transnacionalização da luta, incidindo na concepção de cosmopolitismo subalterno, fazendo-se inserir no rol dos novos movimentos sociais.

5. O MST ENQUANTO NOVO MOVIMENTO SOCIAL

O que funda um movimento social está assente no rol dos NMSs é, como já afirmado, a característica de implementação da luta, bem como as preocupações que os movem. Retomando a discussão travada no capítulo anterior, verificamos que uma das características próprias dos movimentos sociais latino-americanos é a hibridação de interesses. Vejamos o MST, que se constitui por trabalhadores rurais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Entretanto, há outras questões prementes de luta e que não são olvidadas, como a luta feminista (que inclui as mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc.⁴⁵), a luta ambiental (protestos contra alimentos transgênicos), a luta pela educação pública de qualidade, a luta pela moradia, a luta pelo fim do trabalho escravo, entre tantos outros que se interligam e perpassam por várias temáticas e que advêm de um mesmo grupo. Esta é a grande novidade dos NMSs e todas estas questões passam pelo tema da identidade coletiva.

Neste sentido, recorrendo ainda a Santos (1991, p. 173), o autor afirma que os NMSs tendem a combinar os movimentos típicos dos países centrais (como o movimento ecológico, feminista) com movimentos próprios tendentes à soluções de necessidades básicas e essenciais (cita as CEBs, o MST e outros movimentos sociais).

Não devemos pensar que os Novos Movimentos Sociais (NMSs), e aqui o MST se insere, como isolados do poder político⁴⁶, pois, na mesma medida em que se pretende autonomia de atuação, até para apontar suas falhas e assim exigir a mudança de *status quo*, também devemos pensar que os NMSs reconhecem a impossibilidade de atuar sem o Estado, que, na linha do que estamos desenvolvendo, um Estado ativista e que prima pela redistribuição.

Enfim, é o Movimento classificado como pertencente ao rol dos novos movimentos sociais, na medida em que transcende à ideia de classe e com isso a dialética marxista. Vai além, não sendo apenas trabalhadores rurais, mas também homens, mulheres,

⁴⁵ Esta questão deu origem a outro movimento social, o Movimento das Mulheres camponesas – MMC.

⁴⁶ Importante chamar atenção ao fato de que o poder público a que aqui se refere tange a partilha com o Estado, não se referindo às questões partidárias, que não interessam aos movimentos, apesar de se saber que muitos são aparelhados pelos partidos políticos, assunto este que não se tratará na presente investigação por exceder aos seus limites.

crianças, que anseiam não só pelo acesso e permanência na terra, apesar desta ser a sua bandeira, mas que se interessam também por questões outras que os envolve indiretamente enquanto cidadãos, abrangendo todas as tendências descritas como sendo características nos novos movimentos sociais.

6. OS ABALOS DOS TRANSGRESSORES E SUAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS.

Para reinventar a democracia, deve-se reinventar o Estado local, onde há maior participação dos cidadãos⁴⁷, nos diversos setores: social, político, econômico (um exemplo é o orçamento participativo) e cultural, impondo aos diversos grupos sociais utilizarem-se, quando possível⁴⁸, da rede de comunicação virtual para comunicação à distância (atuar localmente, pensando globalmente).

Os novos movimentos sociais, para que possam implementar a mudança de paradigma, tanto na sociedade civil quanto no Estado, devem ter, segundo Castells (2003, pp. 507-509), duas formas de atuação: mobilizar símbolos, criando alternativas; e organização e intervenção descentralizada e integrada em rede.

Os primeiros que podemos identificar utilizando os meios de comunicação a favor da luta contra-hegemônica foram os manifestantes contra a globalização, sintetizada, naquela ocasião, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Estes manifestantes, em Seattle, no dia 30 de Novembro de 1999, através dos meios de comunicação, colocaram a questão dos impactos hegemônicos do processo na ordem do dia, demonstrando que ali se cumpriam os interesses das elites econômicas e políticas internacionais. Esse movimento ficou conhecido na mídia como Movimento Antiglobalização⁴⁹, mas seus manifestantes preferiram antes o termo Movimento para a

⁴⁷ Neste aspecto, Castells entende que deve haver, para além de uma maior participação popular, também uma maior descentralização pelo Estado e utilização dos *media* eletrônicos para este fim

⁴⁸ O quando possível utilizado no texto se refere ao fato de que nem todos possuem acesso a computadores e redes mundiais de comunicação (Internet). Há, ainda, o que se chama *analfabetismo digital* e que impede, não raras vezes, formas de associação e mobilização desses setores que permanecem excluídos e marginalizados. As associações e movimentos sociais que tenham à disposição este recurso, devem utilizar como forma de instrumento de luta e associativismo global.

⁴⁹ Castells (2003, pp. 177-178) entende ser mesmo um movimento (de Seattle), e não um conjunto de movimentos e agentes sociais, sendo um movimento em rede, global. Já o FSM afirma não ser um movimento social. Neste sentido, Castells afirma que há diferença entre os movimentos de protestos simbólicos que giram em torno encontros de instituições de governação global, e aqueles movimentos que implementam lutas sociais contra a globalização. Para tanto ver Castells (2003, pp. 181-182).

Justiça Global. Aqui está a origem do Fórum Social Mundial, que criou um efeito espelho entre as reuniões da globalização hegemônica e contra-hegemônica. O grupo de Seattle criou o que se denominou por *Indymedia*, grupo de multimídia independente que se formou espontaneamente após Seattle e que continua atuando, especialmente por meio da Internet.

6.1. AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DO MST

Para um movimento social poder competir no espaço público, não basta que a causa seja justa e a mensagem atrativa, é preciso criar marcos referenciais significativos e chamativos. Neste sentido, nos fala Gohn (2000, p. 43) que

As mensagens têm que ser comunicativas, os assuntos de interesse público e ideias, símbolos e palavras-chaves devem ser criadas. Há necessidade de um corpo de ativistas, datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos; fundos têm que ser levantados e arrecadados, cartas e boletins devem ser escritos, uma lista de nomes e de endereços de membros e adeptos potenciais deve ser agilizada, além de preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc.

Assim, podemos ver a importância da mística utilizada pelo MST, apreendida no seu seio de formação, que são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e transmitida pelos teólogos da libertação, com seus símbolos próprios, que são bem marcantes e que dão união ao grupo e lhes garante identidade. Fazem parte desta mística, o nome, a ocupação, a bandeira, o hino, a cultura camponesa. É um misto de lúdico com solenidade a serviço da pedagogia, sem correr o risco de folclorizar a luta, no sentido afirmado por Houtart (2001, p. 96) quando afirma que “a busca pela expressividade das formas não pode substituir o conteúdo das lutas”.

A mística promovida pelo MST, e não há encontro do Movimento sem que a mesma esteja presente, é libertadora e promotora do reforço identitário, sendo mais vivida, experimentada do que falada. É definida por Laureano (2008, pp. 115-116) como sendo

“oriunda de mistério e por ser mistério não pode ser revelada completamente sob pena de perder a essência do sentido. Mistério não é um segredo indecifrável diante do qual devemos sempre calar, mas trata-se do segredo profundo da vida que pela mística podemos tatear, farejar e deixar o coração ser envolvido por um entusiasmo que faz o militante carregar no coração a alegria da vitória que virá”.

O nome sem-terra foi uma expressão cunhada pela mídia e apropriada pelo MST, que remete à questão de classe, ao não lugar que possui e que deveria estar, remete à

exclusão. Pertencer ao MST é se reconhecer como excluído de um processo e ao mesmo tempo a reafirmação da luta contra esta exclusão.

As ocupações, para além de ação de luta, também carregam em si um simbolismo, pois romper a cerca do latifúndio é romper as amarras de séculos de concentração de terras. É um momento de êxtase, de conquista, de coragem para um povo oprimido e espoliado. Neste mesmo sentido, tem-se o levantar das barracas no acampamento, quando o coração pulsa mais forte com o orgulho que carregam pela bandeira fincada na terra. Para desqualificar a ação, a mídia utiliza-se do termo *invasão*, pois agrega a si a ideia de violência.

A cruz utilizada nas ocupações relembra o início de tudo e a origem e base eclesiais, que impulsionaram à organização dos trabalhadores rurais. Neste sentido, as ocupações representam a luta, mas também o luto, a dor por aqueles que tomaram na luta.

A bandeira do Movimento foi criada em 1987 e está presente sempre em qualquer evento realizado pelo MST. Suas cores também possuem significados⁵⁰.

O hino, com seu refrão, “vem, lutemos, punhos erguidos. Nossa força nos leva a edificar. Nossa pátria livre e forte, construída pelo poder popular”, também constitui e carrega em si forte simbolismo, contribuindo para sua auto-estima, apresentando os sem-terra como povo forte, valente e agente capaz de mudança. Segundo Fonseca (2006, p. 13), ao discorrer sobre o hino do Movimento, afirma que

a convicção no programa do MST é buscada com a ajuda de ideias-força como a de dignidade alcançada pelo trabalho, a de liberdade e a de esperança em um futuro que recompensará o presente de luta. Invoca-se ainda uma imagem de enfrentamento aos opressores e um espírito de sacrifício. O hino é tratado com pompa e solenidade. Os dirigentes do MST instruem para que ele não seja cantado em toda ocasião, mas apenas em momentos excepcionais. Ao cantar o refrão, os militantes erguem o punho esquerdo, signo de força ao campo político que se contrapõe a uma “direita” conservadora.

⁵⁰ Ninguém melhor do que o próprio Movimento para descrever as cores de sua bandeira, razão pela qual aqui se transcreve (<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3902>, acesso em 22 de Agosto de 2008): **cor vermelha**: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; **cor branca**: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; **cor verde**: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; **cor preta**: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; **mapa do Brasil**: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; **trabalhador e trabalhadora**: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras; **facão**: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

O Missionarismo, herdado ainda de suas bases de formação, traz em si outra mística, que é a entrega da vida, o devotamento, e isso faz com que os membros do MST abracem a causa com mais afinco e amor, largando mesmo projetos pessoais pela luta coletiva. Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do Movimento, afirma que “nós nos vemos como sacerdotes que estão cumprindo uma missão política” (Gohn, 2000, p. 116).

Outro elemento importante que compõe a mística são as palavras de ordem, que potencializam as ações e trazem um sentimento de co-responsabilidade ao grupo. Cada acampamento, cada encontro, com seus lemas, possui sua palavra de ordem.

Para além da mística que envolve o Movimento, é extremamente importante para qualquer organização, principalmente quando os veículos tradicionais de comunicação são hegemônicos e refletem a imagem do que lhes interessa, a criação de mecanismos próprios de veiculação de informação, ou contra-informação, dentro e fora do Movimento. O MST possui a sua:

- a) O Jornal Sem-Terra, criado há 25 anos e tem edição mensal, sendo produzido pelo próprio Movimento e com vistas aos seus membros;
- b) A Revista Sem-Terra tem circulação bimestral e visa atingir setores da sociedade civil, simpatizantes ao Movimento;
- c) O site www.mst.org.br, no qual são prestadas informações sobre o Movimento, história, objetivos, campanhas, nacionais e internacionais, próprias e de outros movimentos sociais, em associação ou não, além de artigos e entrevistas.
- d) MST Informa é um boletim eletrônico, com edição quinzenal, enviado aos cadastrados através do site.
- e) As rádios comunitárias são incentivadas dentro dos acampamentos do MST, servindo também para comunicação interna.

f) O Programa de rádio Vozes da Terra surgiu em 2000, numa parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos), sendo distribuídos por cerca de 500 rádios comunitárias.

Por meio de suas ações e comunicações, o MST vai cada vez mais construindo sua identidade e marcando diferença em relação aos outros movimentos sociais agrários. Assim, o Movimento vai se distinguindo e se individualizando, para além de cada vez mais se tornar visível, tanto internamente, para conhecimento dos militantes trabalhadores ao redor do país, quanto externamente, para a sociedade que possa vir a se interessar pela matéria, que a princípio não ultrapassa as manchetes dos meios de comunicação hegemônicos. Apesar desta ser a intenção, tanto a Revista quanto o Jornal são vendidos e assinados pelos militantes e para simpatizantes, que o MST chama de “amigos do MST”.

Uma forma de ação promovida nos acampamentos e que evita o isolamento, é, naqueles que são mais organizados, por exemplo, a distribuição de parte da colheita às pessoas de baixa renda residentes na proximidade, para além do envolvimento da comunidade em rádios comunitárias.

O reconhecimento público é um importante elemento que garante a legitimidade das ações implementadas e uma das formas mais eficazes de visibilidade é por meio da mídia. Quando o MST inaugura suas ações por meio das ocupações coletivas, sua intenção é garantir espaço na mídia, ganhando e chamando atenção à sua causa. Não se espera bons comentários dos meios de comunicação hegemônicos, afinal não estão aí para isso. A intenção do Movimento é se fazer notar, é gritar à sociedade e aos políticos, locais e nacionais. Não esperam flores.

A mística implementada pelo MST move os seus integrantes e os integra em um ideal que está se realizando naquele ato, dá-lhes esperança na vitória e a certeza no caminho certo a percorrer.

CAPÍTULO 05. CONTEXTUALIZANDO OS PERÍODOS EM ANÁLISE

1. O MST NA NOVA REPÚBLICA



Imagens obtidas do site da Revista Veja, respectivamente, edições 928, de 18 de Junho de 1986 e 876, de 19 de Junho de 1985.

Escolheu-se, aqui, analisar três anos, tendo como referência o início da organização nacional do MST, em 1985. Assim, preferiu-se pontuar um ano antes e um após o ano-marco, para que se pudesse verificar o discurso atribuído aos trabalhadores rurais logo no início do Movimento.

No ano de 1984 ainda vigia o regime militar, já em seu apagar das luzes, tendo à frente da nação o General João Baptista Figueiredo (1979-1985). Vivia-se um clima de abertura desde o governo anterior e o então presidente concedeu, em 1979, anistia ampla, geral e irrestrita, podendo voltar ao Brasil todos os exilados políticos, banidos de sua terra natal, apesar de não alcançar aqueles que foram considerados terroristas pela ditadura militar, especificamente nos crimes contra a vida. Outra reivindicação da oposição ao regime não foi contemplada: a punição às violações dos direitos humanos praticados pelos agentes de repressão dos governos militares, que praticaram violentas torturas e assassinatos.

Durante o regime militar vigia o bipartidarismo. A Aliança Nacional Renovadora (ARENA), partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição permitida. Neste momento de pseudo abertura (1979), o Governo Figueiredo forçou uma reforma partidária, na qual ambos partidos foram extintos e realinhados. Os políticos alinhados ao regime militar criaram o Partido Democrático Social (PDS), e o MDB transformou-se em PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Outros partidos surgiram neste momento, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo Leonel Brizola, dissidência do Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB), que era composto por um grupo de políticos menos influentes da extinta Arena; Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelo líder sindical e atual presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, Partido Popular (PP), este fundado pelo senador emedebista Tancredo Neves e dissidentes da Arena. Ainda no final daquele ano, aprovou-se o projeto do governo prevendo eleições diretas para governadores e a extinção da figura do senador biônico (eleito indiretamente).

Houve, neste momento, uma escandalosa dança das cadeiras, na qual os políticos trocaram de partidos. Muitos que eram alinhados com o regime militar passaram a fazer frente ao mesmo. Nesta situação encontrava-se José Sarney, que era do PDS e trocou para o PMDB, conseguindo, assim, candidatar-se a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves.

Os adeptos do regime militar continuavam dando sinal de que não estavam satisfeitos com a abertura política, mesmo sendo ela uma grande falácia. Em 1980, uma carta-bomba foi encaminhada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção RJ. Resultado da correspondência: mutilação de José Ribamar, funcionário da Câmara, e morte de Lida Monteiro da Silva, secretária do presidente da OAB. No ano seguinte, um dos mais emblemáticos. A explosão de duas bombas, próximas ao Riocentro, no Rio de Janeiro, durante um show comemorativo dos trabalhadores no dia 1º de Maio. As duas vítimas foram os dois militares do CODI, do I Exército. Este episódio sacudiu de vez as últimas amarras oficiais da ditadura militar.

Em termos de política econômica, o governo Figueiredo já não mais se aguentava, tendo sua situação piorada pela crise do petróleo em 1979 e aumento dos juros no mercado internacional. Em 1981, o Brasil registrava uma estrondosa dívida externa, que, para além do aumento do PIB negativo e das taxas de inflação, levaram os economistas a batizar de “estagflação” (estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços¹).

¹ http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes_figueiredo.htm acessado em 20 de Novembro de 2009.

Neste momento, havia forte pressão popular para realização de eleições diretas para Presidente da República, por meio do movimento civil denominado “Diretas Já”. A ideia inicial foi lançada pelo então senador Teotônio Vilela, em 1983, em um programa de televisão, chamado Canal Livre, transmitido pela TV Bandeirantes, sendo a primeira manifestação pública em 31 de Março de 1983, em Pernambuco, organizada pelo PMDB. Dois foram os comícios que marcaram a campanha: o do Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1984, e o de São Paulo, dois dias depois. Em ambos, milhões de pessoas puseram-se nas ruas exigindo eleições diretas. O então deputado Dante de Oliveira (PMDB) foi o idealizador da proposta de Emenda Constitucional. Em 25 de Abril de 1984, a emenda foi votada² e, não obstante todo o povo gritar nas ruas por eleições diretas, apesar de a emenda obter 298 votos a favor, 65 contra, a mesma foi rejeitada (por uma diferença de 22 votos), posto que houve três abstenções e 112 deputados não compareceram ao plenário no dia da votação, não alcançando, assim, o número mínimo de votos para sua aprovação, que era de dois terços.

Desta forma, houve eleições indiretas, a cargo dos militares, por meio do Colégio Eleitoral, que coordenaram a eleição de dois candidatos civis. Concorreram Paulo Maluf, pelo PDS (Arena), representando a direita, e Tancredo Neves, pelo PMDB, por meio da Frente Liberal, que era uma dissidência do PDS, a cargo de José Sarney e Marco Marciel. Apesar de a candidato Paulo Maluf ter se colocado como representante da direita, não se pode dizer que a outra candidatura representasse a esquerda do país. Longe disso. Ganhasse quem ganhasse, a política nacional permaneceria nas mãos dos mesmos de sempre, que apoiaram a ditadura militar, mas agora sem farda.

Em 15 de Janeiro de 1985, com 480 votos a favor, 180 contra e 17 abstenções no Colégio Eleitoral, vence a chapa encabeçada por Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, devendo seu mandato, com início em 15 de Março daquele ano, ser cumprido por 06 (seis) anos, isto é, até 1991. Entretanto, na véspera de tomar posse, o eleito presidente é internado no Hospital de Base de Brasília, para ser operado de diverticulite. Há sérios rumores no país de que esta doença jamais existiu. Mas uma coisa é certa.

² Na véspera da votação da emenda, decretou-se estado de emergência no Distrito Federal. No dia da votação, no final da tarde, houve um *black-out* de duas horas, nas regiões Sul e Sudeste. A Eletrobrás (empresa estatal que controlava a energia no país), afirmou tratar-se de um defeito técnico. Em Brasília, tropas do Exército ocuparam a Esplanada dos Ministérios e à porta do Congresso Nacional. Para os manifestantes e apoiadores das Diretas Já, ambas situações representaram estratégias de intimidação por parte do governo militar.

Tancredo Neves faleceu³. Com a morte de Tancredo, dava-se continuidade ao exercício do poder por aqueles que já o detinham. Mantinha-se a relação PDS/ARENA. Trata-se de uma permanência absurda e vergonhosa, de terrível manipulação política, no pior do seu sentido.

Durante o governo de Sarney, foi composta a Assembléia Nacional Constituinte, em 1º de Fevereiro de 1987. Outro fator importante, neste momento, foi o então presidente articular a manutenção do presidencialismo, tendo em vista que o Congresso Nacional se mobilizava para a implementação do parlamentarismo no Brasil, e a redução do mandato presidencial de seis para cinco anos. A grande jogada de Sarney para a consecução de seus objetivos foi a concessão de canais de rádio e de televisão, na maioria das vezes, concedidas a amigos (informação da Folha de São Paulo, em artigo publicado em 28 de Novembro de 1993).

Segundo informação da Folha de São Paulo, em artigo publicado em 03 de Setembro de 1995, consta que durante o governo Sarney foram distribuídas 1.091 concessões, sendo 257 apenas no mês que antecedeu a promulgação da Constituição, que aconteceu em 05 de Outubro de 1988. Destas 257, 165 tiveram como beneficiários 91 parlamentares⁴. Tudo isso para conseguir a manutenção do presidencialismo e a redução do mandato presidencial. Resultou. Em 23 de Março de 1988, foi aprovada na Assembléia Nacional Constituinte a concretização do desejo do presidente Sarney e, em 02 de Junho do mesmo ano, resolveram que o mandato de Sarney seria reduzido em um ano⁵, findando, assim, em 1990, e não mais em 1991. Marcou-se para 15 de Novembro de 1989 a data de eleição para seu sucessor, que será capítulo da próxima novela.

Uma das grandes polémicas no governo Sarney rodou em torno do tema da reforma agrária. Logo ao assumir o mandato, já agora não mais como vice-presidente, um grupo

³ Na edição de 14 de Março de 1990, nº 1121, na página 38, numa retrospectiva do governo de Sarney, consta que o último presidente militar, Figueiredo, recusou-se a entregar a faixa presidencial a Sarney e saiu pelos fundos do Palácio do Planalto!

⁴ <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/governo-jose-sarney/governo-jose-sarney-4.php>, acessado em 20 de Novembro de 2009.

⁵ Havia parlamentares do PMDB, pertencentes ao chamado Bloco Independente, que queriam que o mandato passasse para quatro anos. Como Sarney aceitava reduzir um ano de seu governo, mas dois já era demais, colocou “pé firme” e ameaçou renunciar, caso esta proposta passasse. Sendo assim, o PMDB rachou e o Bloco Independente fundou, em 24 de Junho, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

de pecuaristas de Uberaba, Minas Gerais, oferta a Sarney um touro produtor da raça Nelore, que, segundo a reportagem da Veja, foi negado pelo então presidente.

Em 1984, os trabalhadores rurais começam a se organizar mais fortemente, com a ajuda da CPT, com aquilo que seria, mais tarde, o MST. Passaram a fazer encontros e o primeiro foi o Encontro Estadual dos Sem Terra, em Goiânia.

O então presidente José Sarney promulgou o Decreto nº 97.766, de 10 de Outubro de 1985, no qual instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária⁶ (PNRA), o primeiro posto em prática deste sua idealização em 1964, com o Estatuto da Terra, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989, criando-se para este fim o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária⁷ (MIRAD). Entretanto, após quatro anos, os números alcançados eram muito mais modestos, até pela forte pressão imposta pelos interesses dos latifundiários⁸: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares⁹.

O Ministro Nelson Ribeiro queria implementar uma reforma agrária que levantou ferozmente a ira dos fazendeiros, com terras produtivas ou improdutivas. Nesta medida, todos se reuniram e se armaram, literalmente. Foram vários leilões de gado para compra de armamento contra as possíveis investidas dos trabalhadores rurais. Neste momento, o MST já estava organizado em nível nacional. E os fazendeiros também. Uma força que surgiu nesta ocasião foi a UDR – União Democrática Ruralista, que tinha à frente o fazendeiro, rico, jovem, bem instruído, Ronaldo Caiado, conseguindo mobilizar os latifundiários de todo o país, utilizando, segundo Santos (1992, p. 142), do recurso de

⁶ A CONTAG e o MST foram chamados para discutir o I PNRA.

⁷ O Decreto nº 91.214, de 30.04.1985, cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Por meio do Decreto de 30.04.1985, foi designado o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários para responder pelas funções de Ministro de Estado do MIRAD. A Lei nº 7.319, de 11.06.1985, cria o cargo de Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e extingue o cargo de Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários. O Decreto nº 95.074, de 21.10.1987, dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A Lei nº 7.739, de 16.03.1989, torna extinto o referido Ministério, e transfere os assuntos pertinentes a reforma e desenvolvimento agrário para a competência do Ministério da Agricultura. Informação obtida no site do Planalto federal: www.planalto.gov.br em 24 de Junho de 2004.

⁸ Neste período, para combater a mobilização dos trabalhadores rurais, os latifundiários criaram a UDR (União Democrática Ruralista), a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira), atuando politicamente, como sempre fizeram, mas a partir daí de forma organizada.

⁹ Informação obtida no site do INCRA: www.INCRA.gov.br em 20 de Maio de 2004.

afirmação de uma identidade social coincidente com a imagem de produtores rurais modernos. Os ruralistas vem com força, física e política, identificando a CPT e os movimentos agrários em luta, como os grandes adversários, vindo a incentivar as milícias privadas e considerando a violência como o único recurso. Não foram poucas as notícias acerca da violência ostensiva contra os trabalhadores rurais.

Após fortes mobilizações dos fazendeiros, que movimentaram não só o Governo, mas também setores ligados ao antigo regime militar, conseguiram a aprovação deste Plano com imensas alterações, que fizeram crer que a reforma agrária nem mais no papel estava. As imagens trazidas no início desta seção dá-nos uma amostra de como, por meio imagético, a mídia hegemônica apresentava o latifundiário, no caso na figura do Ronaldo Caiado, homem forte, poderoso e bem-sucedido, em contraposição aos trabalhadores rurais, entrincheirados, do outro lado da cerca e prontos para o combate (violento, na medida em que empunham armas, na visão dominante).

Os que inicialmente aplaudiram o PNRA, passaram a criticá-lo, mas o cabo de força é desigual e ganharam os latifundiários, causando até mesmo o pedido de demissão por parte do Ministro Nelson Ribeiro. Um dos que mais aplaudiram, apesar das mudanças, foi a Contag, demonstrando assim a cooptação da qual foi alvo. Apesar da vitória do setor conservador agrário, ainda assim recorreram ao Poder Judiciário, que os ajudou a manter toda a estrutura fundiária intacta.

Em 11 de Julho de 1986, dois trabalhadores rurais em greve são mortos a tiros no interior de São Paulo. O Poder Executivo, chefiado por José Sarney, e o Poder Judiciário, na figura do Ministro da Justiça Paulo Brossard, culpam o Partido dos Trabalhadores pelas mortes e já passam a falar em violência dos sem-terra e uso de luta armada. Esse discurso não havia antes, quando quem os praticava eram os fazendeiros, e de forma ostensiva. A impunidade sempre foi o grande levante criminoso. Os latifundiários sempre souberam que podiam falar o que fosse e fazer o que quisessem, que estavam salva-guardados. Podiam até nos meios de comunicação afirmar que estavam lá para matar quem fosse, inclusive mulheres e crianças e nada lhes acontecia e nem acontece.

Tendo em vista a situação da política agrária implementada durante o Governo Sarney, Marques (2006, p. 185) afirma que

O Estado administra esse impasse por meio de uma conduta que procura conciliar os seus compromissos com as elites envolvidas em negócios agrários com a necessidade de manter a pressão social sob controle, desenvolvendo ações emergenciais e pontuais no campo sem atingir o âmago da questão agrária. Não resta outra alternativa aos movimentos que não a continuação da luta.

Em 1987, o INCRA foi extinto, assim como o MIRAD, em 1989, passando a responsabilidade pela reforma agrária para o Ministério da Agricultura. Em 29 de Março de 1989, o Congresso Nacional recriou o INCRA, mas a falta de respaldo político e por questões orçamentárias alegadas mantiveram a reforma agrária sem andamento, até porque os interesses dos latifundiários falavam mais alto.

2. APERTO DO CERCO NEOLIBERAL CONTRA O MST

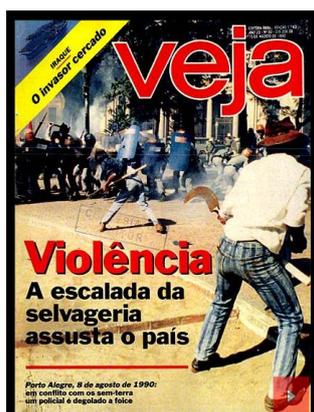


Imagem obtida no site da Revista Veja, publicada na Edição 1143, de 15 de Agosto de 1990.

Em 05 de Outubro de 1988, o Brasil promulgou sua nova Carta Magna, conhecida como a Constituição-cidadã, contendo reflexos das lutas sociais, mas também dos *lobbies* dos grandes empresários, rurais e urbanos. Quanto à questão da reforma agrária, nos artigos 184 e 185 da Constituição Federal do Brasil (CFB/88) passou-se a fazer referência à função social da propriedade e a imposição de desapropriação para fins de reforma agrária sobre a terra que violar este comando. Entretanto, este último artigo constitucional é considerado a grande vitória da bancada ruralista que, durante a Assembléia Constituinte, conseguiram a aprovação do texto que os protegia, na medida em que não permite a desapropriação de terras consideradas produtivas (Scolese, 2005, p. 42).

Os anos 90 para o Brasil representam uma década de forte ingresso das políticas neoliberais no Brasil, tendo a frente do país o ex-presidente Fernando Collor de Mello¹⁰ (1990-1992) e sua administração representou um retrocesso na luta pela terra. Apesar de ter uma meta de 500 mil assentamentos e afirmar que a reforma agrária seria implementada sem qualquer caráter ideológico. Não foi assim que se verificou. O programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, mas os trabalhadores rurais em luta eram representados como violentos e criminosos, conforme vemos na capa da Revista Veja, apresentada no início desta seção.

Apoiado fortemente pela bancada ruralista, colocou-se contrário à reforma agrária e passou a judicializar a luta, impondo forte repressão por meio do Judiciário. Foi também um período de acirramento da violência no campo com graves despejos, assassinatos e prisões arbitrárias. Começaram, neste período, as mais fortes repressões contra os sem-terra, que não se limitavam às ações da força policial. Deu-se início à criminalização (aqui sim no sentido jurídico-penal) das ações das famílias sem-terra. Criou-se, assim, a judicialização da luta pela terra e pela reforma agrária, resultando em prisões e massacres de camponeses sem-terra. De acordo com Stédile & Fernandes (1999, p. 54), esta época representou “nosso batismo de fogo, porque poderíamos ter acabado ali. Se o governo dele durasse os (...) anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruído. Não os assentamentos em si, porque estes já estão consolidados, mas como movimento social”.

Foram implantadas, nesta época, duas soluções para o campo, mas em nenhuma delas enfrentou-se a questão das desapropriações como deveria ser. A primeira ação foi o mercado de terras, com implantação das bolsas de arrendamento e parceria; a outra política pública implementada foi a utilização de terras públicas.

¹⁰ Fernando Collor de Mello foi conhecido como o *caçador de marajás*, acabando ele mesmo cassado, por iniciativa de seu irmão, tendo o *impeachment* posto fim ao seu mandato. Assim, que toma posse, Collor lança um pacote de governo, denominado Plano Brasil Novo (Collor I), por meio da Medida Provisória n.º 168/90, tendo por principais objetivos: a) substituição da moeda corrente, passando a circular o Cruzado Novo, no lugar do Cruzeiro; b) 80% dos recursos financeiros do setor privado, excedentes ao montante de NCz\$ 50.000, foi “congelado” por 18 meses; c) criação de imposto sobre todas as transações financeiras - IOF; d) fim da maioria dos incentivos fiscais; d) aumento dos preços dos serviços efetuados pelas empresas públicas; e) “Congelamento” provisório dos preços e dos salários; f) estímulo ao programa de privatização e desregulamentação da economia; entre outros.

Na mídia, podia-se verificar notícias mostrando as belezas do campo e da vida dos empresários rurais (Edição 1115, de 31 de Janeiro de 1990 – Revista Veja), numa clara preparação para o apoio populacional aos latifundiários.

3. O ELDORADO DE SANGUE



Massacre Eldorado de Carajás - Pará - 1996¹¹

O título desta seção refere-se à lenda indígena contada aos espanhóis na época da colonização das Américas e que mencionava uma cidade na qual as construções seriam todas em ouro maciço, contando com tesouros nunca antes vistos. Entretanto, o Eldorado de Carajás nada teve relação com ouro, mas sim com um derramamento de sangue violento e brutal.

A brutalidade policial gerou diretamente o massacre de Eldorado de Carajás, mas a origem do episódio se encontra na morosidade com que o INCRA conduziu o trabalho de desapropriação de terras improdutivas.

Segundo informações colhidas no próprio Movimento¹², em Maio de 1994, trabalhadores ligados ao MST ocuparam a fazenda Rio Branco, em Parauapebas, leste do Estado do Pará, postulando também a desapropriação da fazenda vizinha, a Macaxeira. Depois de um ano e meio, em Outubro de 1995, finalmente o INCRA comprou a fazenda Rio Branco, mas desconsiderou a Macaxeira, razão pela qual os sem terra a ocuparam em 5 de Março de 1996. Em seguida, no dia 8 de abril, o MST promoveu uma caminhada de Curionópolis até a sede do INCRA, em Marabá, de onde

¹¹ Foto extraída do sítio do MST, disponível em <http://www.mst.org.br/multimedia/gfotos/violencia/violencia4.htm>. Acesso em 30/07/2004.

¹² <http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/eldorado/eldorado6.html>. Acesso em 04 de março de 2004.

sairia uma comissão para Belém, visando um encontro com o governador do Estado para expor as questões relativa à desejada desapropriação.

Entre Curionópolis e Marabá, em 11 de Abril, a caminhada de protesto interdita a rodovia PA-275. Em 15 de abril, a marcha completa 40 quilômetros e chegou ao município de Eldorado de Carajás. No dia seguinte, os sem terra caminharam mais 9 quilômetros rumo a Marabá e bloquearam a principal rodovia de ligação entre o sul do Estado e Belém, a PA-150, no quilômetro 95, ponto conhecido por curva do “S”. Esperou-se a mediação de alguma autoridade civil do governo tucano de Almir Gabriel, entretanto, foi atribuído um caráter policial à questão e o governo enviou à curva do “S” o major PM José Maria Pereira Oliveira, comandante do 1º CIPM de Parauapebas e Eldorado de Carajás, que prometeu levar às autoridades as exigências do Movimento, com a condição de a rodovia ser imediatamente desobstruída. A liderança do MST aceita o acordo e a PA-150 é liberada.

No dia seguinte, o major Oliveira incumbe um de seus subordinados de retornar ao acampamento dos sem terra com uma resposta negativa quanto às exigências feitas. Os sem terra se reúnem em assembléia e decidem obstruir novamente a rodovia. Uma parte dos lavradores - quase todos homens - formaram uma barreira humana de frente para o sentido de Eldorado de Carajás. Outro grupo, também homens na maioria, formaram uma barreira de frente para o sentido de Marabá. Os sem terra montaram uma barreira com sacas de arroz e feijão. No centro do trecho interditado, havia mulheres, crianças e os homens que coordenavam a ação do carro de som da marcha.

A nova interdição da rodovia é seguida de uma imediata operação militar. O comandante geral da Polícia Militar do Pará, coronel Fabiano Lopes, designou como responsável pela desobstrução da rodovia o coronel Mário Colares Pantoja, comandante do 4º BPM do Pará. Ao receber por telefone a ordem de seu superior, Pantoja é informado de que se trata da ordem direta do governador. O coronel aciona então o comandante do 1º CIPM de Parauapebas, major Oliveira, orientando que se dirija à curva do “S” com seus comandados e aguarde sua chegada para começar a agir. Segundo depoimento do próprio major Oliveira, constante dos autos de denúncia do Ministério Público, ele teria sido orientado pelo coronel Pantoja para só iniciar o ataque quando ouvisse os primeiros tiros vindos do lado de Marabá. Começa o massacre.

A chacina de Eldorado de Carajás ocorreu em abril de 1996, deixando um saldo de dezenove mortos, e se deu da seguinte forma:

“No dia 17 de abril, por volta das 15h, na curva “S”, próxima à bifurcação da PA-150 com a PA-275, um grupo de homens da Polícia Militar de Marabá chegou ao local, no qual estavam acampadas cerca de mil e quinhentas pessoas. Os policiais teriam sido ameaçados pelos sem-terra e forçados a recuar até um caminhão, tendo jogado uma bomba de gás lacrimogêneo e atirado para o alto. Neste momento, chega pelo outro lado um grupo de policiais de Paraupabas, comandado pelo Major Oliveira, deixando os manifestantes encurralados. Este grupo recebe ordens para retirar suas tarjetas de identificação, conduta absolutamente irregular que no meio policial significa que os agentes têm ‘autorização para matar’”. (Garcia, 2000, p. 51).

Vale a pena transcrever a descrição de Marco Frenete sobre o dia do massacre, publicada na *Caros Amigos Especial*¹³:

“17 de abril de 1996. Rodovia PA-150, Eldorado de Carajás. Por volta das 15h30, o major Oliveira já está posicionado à altura do quilômetro 95, na curva do “S”, com um efetivo de 69 homens. Por volta das 16h30, chega a tropa do coronel Pantoja: 85 homens. Entre os dois grupos de soldados, no asfalto da estrada, centenas de homens, mulheres e crianças do MST.

O massacre, segundo várias testemunhas, começou com a execução de Amâncio Rodrigues dos Santos, o primeiro sem terra a tombar. Amâncio, que era surdo e mudo, ao ver a formação do coronel Pantoja à sua frente - e por ser incapaz de ouvir os tiros que os militares já disparavam para o alto -, investiu contra alguns policiais e foi derrubado a golpes de cassetetes e coronhadas. Caído, recebeu três tiros. O laudo necrópsico de Amâncio, realizado pelo Instituto Médico-Legal Renato Chaves, de Marabá, revela três cortes de aproximadamente 8 centímetros cada um na cabeça, resultantes dos golpes que recebeu, e um projétil alojado no cérebro, causa da morte. Ao ver o companheiro morto pela tropa do coronel Pantoja, os sem terra avançam sobre os militares com paus e pedras. Alguns policiais são atingidos e a tropa recua uma dezena de metros, para logo avançar novamente, dessa vez disparando rajadas de metralhadoras.

Do outro extremo da pista, ao comando do major Oliveira, os policiais também atiram à vontade. Em pânico, encurralados, os sem terra correm para os lados, procurando se refugiar nas margens da rodovia. Com a debandada dos sem terra, a desobstrução da estrada - objetivo oficial da operação - já foi cumprida. Mas os policiais seguem atirando.

Desde antes do início do tiroteio, o sem terra Oziel Alves Pereira, de 18 anos, estava no carro de som do MST gritando palavras de ordem para seus companheiros e incentivando-os à resistência. Quando a fuzilaria começou e ele percebeu a gravidade da situação, acabou se refugiando, junto com outras pessoas, numa casa de madeira à beira da estrada. Muitos viram (testemunharam em juízo) Oziel ser preso pelos policiais, algemado e retirado da casa. Consta também dos depoimentos que Oziel foi arrastado pelos cabelos e espancado antes de ser morto com quatro tiros à queima-roupa. A testemunha Luiz Vanderlei da Silva não só afirma que presenciou a cena, como nomeia um dos executores de Oziel: o major Oliveira, autor de dois tiros de revólver contra o sem terra.

Na mesma casa onde Oziel se refugiou antes de morrer estava a repórter Marisa Romão, encarregada de cobrir a manifestação dos sem terra pela TV Liberal, de Marabá. Corajosa, ela sai da casa, identifica-se como repórter e pede, aos gritos, que os policiais parem de atirar naquela direção, avisando que ali só há mulheres e crianças. A repórter é levada pelos soldados para um dos ônibus alugados pela PM, e pouco vê depois disso. Percebe, porém, uma irregularidade: os militares à sua volta estão sem a obrigatória tarja de identificação no peito (a observação consta de vários outros depoimentos).

No meio da tormenta, o lavrador Inácio Pereira, de 56 anos, usa de astúcia para sobreviver. Ele fazia parte do grupo de sem terra que procurava enfrentar a tropa comandada pelo major Oliveira. Com o avanço dos soldados, foi derrubado e pisoteado. No chão, apavorado com os tiros e vendo gente tombar ao seu lado, resolveu ficar inerte, fingir-se de morto. Permaneceu assim um longo tempo, não sabe dizer quanto.

¹³ Trecho transcrito do site do MST (<http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/eldorado/eldorado8.html>). Acesso em 04 de março de 2004

Contaram-se dezenove mortos no massacre, todos sem terra, todos homens, e 80 feridos - 69 sem terra e onze soldados da polícia Militar. Do lado da PM, o número é o certo, mas do lado dos sem terra não deu pra conferir. Testemunhas disseram, em seus depoimentos à promotoria, ter visto crianças e mulheres mortas.”

Com a consciência pesada, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, sanciona a Lei n.º 10.469, de 25 de Junho de 2002, que institui o dia 17 de Abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Já na data do massacre, os vários movimentos sociais agrários ligados à Via Campesina, que estavam reunidos no México, declararam a data como sendo o dia internacional da luta camponesa. Esta data tornou-se de forte simbologia, não só para o MST como para outros movimentos sociais agrários ao redor do mundo. Desta forma, aqueles que tombaram em Eldorado, permanecem vivos na consciência de luta de cada militante.

A partir de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o MST aumentou o número de ocupações coletivas praticadas, até em reação à retirada de pauta da questão da reforma agrária neste Governo e em resposta às excludentes ações de políticas públicas a partir do Governo Collor de Mello. Coletti (2003, p. 34) atribui este aumento ao fato de os movimentos sociais sentirem-se mais à vontade com a assunção do ex-presidente FHC, não só porque o Governo anterior foi extremamente frágil politicamente, resultando inclusive em *impeachment*, como também, por imaginarem que teriam maior espaço e abertura ao diálogo.

Entretanto, entendemos que esta sensação de abertura deu-se somente no início do governo, pois logo FHC mostrou-se na linha do neoliberalismo, continuando a pauta política iniciada no anterior. No segundo mandato de FHC, as ocupações sofreram uma diminuição, visto o MST estar consciente de que não resultaria insistir nos assentamentos, pois a política adotada por FHC foi na contra-mão desta pretensão, tanto que o ex-presidente restringiu a verba pública para os assentamentos, encareceu e limitou o financiamento para as famílias assentadas e enfraqueceu as agências governamentais¹⁴ ligadas à agricultura familiar. O Movimento optou pela mudança de tática e lutou pela permanência dos já existentes, que se evidencia pela luta contra plantações transgênicas, pelo crédito agrícola, renegociação de dívidas de pequenos

¹⁴ Exemplos das agências: INCRA; EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

agricultores e assentados entre outros. No Governo FHC, deu-se atenção e prioridade ao agronegócio e sua política de exportação.

Em apenas 07 (sete) meses de Governo Fernando Henrique, já em Agosto de 1995, presenciamos o massacre dos trabalhadores rurais de Corumbiara¹⁵, Rondônia, e no ano seguinte, em 17 de Abril, não só o Brasil, mas o mundo, pois foi amplamente televisionado, ficou estarelecido com a violência institucional praticada contra crianças, mulheres e homens que lutavam legitimamente pela terra em Eldorado de Carajás.

Os números do INCRA mostram que em 1996, no ano em que aconteceu o massacre de Eldorado, foram assentadas 62 mil famílias. Em 1997, 82 mil e, no ano seguinte, 101 mil - um crescimento de 23% de um ano para o outro e de 63% em dois anos, reflexo do massacre¹⁶. De acordo com Gilmar Mauro, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em publicação do próprio MST, “Carajás foi um fato marcante, que acabou colocando a reforma agrária em debate nacional. A partir daí o tema começa a ganhar uma nova dimensão política”. (Mst, 1996, p. 05).

4. OCUPANDO A FAZENDA EM BURITIS E APERTO DO CERCO LEGISLATIVO



Imagens publicadas na Revista Veja, edição 1745, de 03 de Abril de 2002.

¹⁵ Naquele ano, 500 famílias tinham ocupado uma fazenda no município de Corumbiara e, por ordem da Justiça, 300 policiais realizaram o despejo das famílias de forma violenta, resultando a morte de 10 sem-terra e dezenas de feridos e desaparecidos.

¹⁶ Uma outra questão importante é que durante o Governo FHC o número de terras desapropriadas diminuiu. De 1964 a 1994, foram desapropriadas 27,2 milhões de hectares, sendo atendidas 350 mil famílias, enquanto no Governo de Fernando Henrique, foram desapropriadas 8,7 milhões de hectares para 372 mil famílias. (República, 1997)

Após os dois mais marcantes episódios de violência contra os trabalhadores rurais sem-terra, quais sejam Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, a postura governamental, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, modificou-se, na tentativa de melhorar a imagem¹⁷, em razão da violência instaurada nestes dois casos. Em 1997, o Movimento aumentou a pressão sobre o governo de outra forma: passou a ocupar prédios públicos para pedir reforma agrária e liberação de créditos, entre outras reivindicações. Desde 1999 já se ouvia rumores que o MST iria ocupar a fazenda dos filhos do então Presidente da República, fato que veio ocorrer em 23 de Março de 2002.

Assim, a postura de FHC, que fazia a linha de condescendente e de penalizado com o sofrimento de toda a sorte dos trabalhadores sem-terra, mudou. A raiva tomou conta do governante do país, que não mais conseguiu agir com isenção, tendo em vista que agora o problema social batia literalmente à sua porta.

Com o rótulo de terrorista em pronunciamento pelo ex-Ministro Raul Jungmann e com imagens sugerindo o oposto do pregado pelo Movimento, ficou o Governo legitimado a instaurar uma guerra e numa guerra vão as Forças Armadas. Foi o que Fernando Henrique fez para “proteger” sua fazenda.

Acabou-se por fazer um acordo entre os militantes do MST e o Governo. Os ocupantes saíam pacificamente e seria concedida uma reunião com o Ministro Jungmann. Os membros do Movimento cumpriram sua parte. O Governo não. Não houve reunião qualquer e a liderança lá presente, dezesseis no total, foi presa de forma extremamente humilhante, sendo jogados no chão e algemados, conforme imagens apresentadas no início desta seção. Tamanha foi a traição que os ouvidores do Governo, que tinham feito a proposta de acordo, sob anuência dos superiores, chegaram a pedir exoneração dos cargos.

Antes mesmo do episódio, somente com os rumores da possível ocupação, em 2001, o governo passou a utilizar-se de medidas legislativas (edição da Medida Provisória n.º

¹⁷ Em 29 de Abril de 1997, o Governo Federal criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, que imediatamente se incorporou ao Incra, obviamente numa tentativa de melhorar sua imagem política. Os números do Incra mostram que em 1996, no ano em que aconteceu o massacre de Eldorado, foram assentadas 62 mil famílias. Em 1997, 82 mil e, no ano seguinte, 101 mil - um crescimento de 23% de um ano para o outro e de 63% em dois anos, reflexo do massacre.

2183-56/2001, já incorporada ao texto da Lei n.º 8.629, de 25/02/93, que proíbe a vistoria de fazendas ocupadas, impossibilitando, assim, sua desapropriação), para fechar o cerco contra o Movimento, momento em que as ocupações acabaram retraindo.

A medida provisória foi incorporada pela Lei n.º 8.629, de 25/02/93, estando esta determinação inserida no parágrafo 6º, do artigo 2º:

“Art.2º (...)

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular **objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência;** e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º **Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.**

§ 8º **A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos.**” (grifos meus)

O Governo do ex-presidente Fernando Henrique, continuando a postura da criminalização das ocupações, iniciada nos anos 90, foi para além da judicialização da luta e tendo sido, durante seu governo, o período da maior violência contra o Movimento, e ainda do uso da máquina legislativa, com a promulgação de leis engessadoras das estratégias utilizadas, como a já acima referida Lei n.º 8.629, de 25/02/93, com a redação acrescida pela Medida Provisória 2183-56/2001. Com a criminalização das ocupações, pela sua relação direta, diminuíram, por consequência, os assentamentos, o que apaziguou os ânimos dos latifundiários e gerou maior repressão aos Movimentos.

Em entrevista para a Folha de São Paulo, em 19 de Janeiro de 2004, Bernardo Mançano afirmou que a medida Provisória editada por FHC em resposta à ocupação da fazenda

de seus filhos, em Buriti, causou um obstáculo aos movimentos agrários. Afirma o geógrafo que “diminuíram as ocupações de terra, aumentou o número de prisões, o número de famílias acampadas foi represado. O governo queria e conseguiu encontrar um obstáculo político para o movimento”.

Na edição especial no. 01, de Jul/Ago/Set de 2000, o Jornal Sem Terra publicou uma relação de apoio recebida¹⁸ pelo Movimento de várias personalidades mundiais. Abaixo, pode-se verificar a emitida por Noam Chomsky, que enviou uma carta aberta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, naquele ano, ainda antes da ocupação da fazenda dos filhos do Presidente:

Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro Raul Jungmann, venho, através desta, expressar minha preocupação com as notícias de que o governo estaria oprimindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por receber contribuições voluntárias de seus membros, uma prática comum adotada internacionalmente por sindicatos e muitas organizações – ocorrendo normalmente de forma involuntária como condição para associação. Espero que sua intenção não seja criminalizar o MST, utilizando esse ou qualquer outro método. O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora, uma (*sic*) grave problema do Brasil, como é sabido, devido à grande concentração de riquezas que convive com uma imensa pobreza. Essa desigualdade destaca-se no Brasil, apesar de representar um problema crescente em todo mundo, e persiste no meio rural, apesar das tentativas do governo de realizar a reforma agrária. As realizações do MST representam uma fonte de inspiração em todo mundo e tornam-se ainda mais impressionante diante deste clima de forte repressão, incluindo muitos assassinatos. Gostaria de unir-me àqueles que apóiam estas realizações, as quais são raras ou mesmo únicas no mundo, e que não devem ser reprimidas. O MST deveria evocar orgulho entre brasileiros, da mesma forma que evoca grande admiração e esperança em outros países (JST, 2000: 11).

Interessante observar a própria prestação de solidariedade prestada pela FENARJ – Federação Nacional dos Jornalistas (JST, 2000: 11), que assim afirmou:

Vem a público protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização do MST (...) com o apoio de certos meios de comunicação social. O último lance dessa campanha é a denúncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo Jornal *Folha de São Paulo*, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da Sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer a matéria de denúncia contra o MST, utilizou carro e motorista do INCRA/PR, e percorreu vários assentamentos no interior do Paraná (...) Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra é preciso lutar pela democracia, a cidadania e por uma sociedade justa e solidária.

¹⁸ Colocam-se aqui outros nomes que prestaram apoio e solidariedade ao MST, publicados naquela edição: Jacques Derrida, filósofo Francês (JST, 2000); Rigoberta Menchú Tum, Prêmio Nobel da Paz, Guatemala (JST, 2000: 11); James Petras, professor em Nova York (EUA); José Saramago, escritor português e Prêmio Nobel de Literatura; Sebastião Salgado, fotógrafo premiado internacionalmente; Milton Santos, professor e geógrafo com prestígio internacional; Fábio Konder Comparato, professor; Ariano Suassuna, escritor; Augusto Boal, teatrólogo; Emir Sader, professor; Marieta Severo, atriz; Caco Barcelos, jornalista; Dom Pedro Casaldáliga (JST, 2000: 1): “bendito seja o MST”; José Aparecido, diplomata e embaixador cultural na Europa; José Wilker, ator; Leonardo Boff, teólogo e professor; Mario Lago, ator; Martinho da Vila, cantor, compositor e escritor; Reginaldo Oscar de Castro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Chico Buarque de Holanda, escritor, compositor reconhecido também por sua participação e apoio aos movimentos populares; Oscar Niemeyer, arquiteto; Patativa do Assaré, maior poeta camponês do Brasil, e FENARJ – Federação Nacional dos Jornalistas (JST, 2000: 11).

As ocupações de terra e prédios públicos são atos políticos que intencionam pressionar o Poder Público a agir, isto é, realizar, em sentido estrito, a reforma agrária, bem como garantir subsídios agrícolas. Assim, verifica-se que o objetivo da referida Lei, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória citada tem o objetivo único de desestruturar e inviabilizar a luta dos movimentos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra, como é o caso do MST.

A mídia não deixou por menos toda esta história, repetindo incessantes vezes a opinião de FHC que se tratava de terrorismo e de afronta à democracia, bem como a discrição de que os mesmos estavam armados (foices, enxadas, machados) e que usaram e depredaram a residência.

Segundo Arbex (1999, p. 18), “o governo FHC (...) está contra o MST (...) e conta para isso com o apoio irrestrito e total da mídia” e “há uma investida furiosa da imprensa grande contra o MST”.

5. AS MULHERES CONTRA O DESERTO VERDE



19

Em 08 de Março de 2006, cerca de duas mil mulheres, ligadas a Via Campesina, ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e ao MST, todos integrantes da Via Campesina Brasil, ocuparam a fazenda de propriedade da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Estado do Rio Grande do Sul. Este ato foi decidido durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO,

¹⁹ Foto extraída do site http://farm4.static.flickr.com/3322/3344664813_6211cbebd7.jpg, com acesso em 22 de Janeiro de 2010.

representando a indignação destas mulheres ativistas em relação a forma de uso dos recursos naturais que empresas do agronegócio, como a Aracruz fomentam.

Segundo dados do IBGE, referentes ao ano de 2004, verificou-se que o *agrobusiness* respondeu por 34% do PIB nacional. Dentro do saldo total do comércio exterior brasileiro (de R\$ 36,6 bilhões), o saldo do agronegócio corresponde a 93% (ou seja R\$ 34 bilhões). O restante da economia nacional responde por apenas 7% (R\$ 2,6 bilhões).

Para todo este “sucesso”, é necessária a manutenção da estrutura fundiária concentrada e desigual. O agronegócio tende à monocultura, devastadora para a biodiversidade, e ao aumento do chamado “deserto verde²⁰”; à substituição das culturas agrícolas locais e à expulsão de boa parte dos pequenos produtores do campo, pois, apesar de os adeptos deste modelo alardearem a promoção de empregos, o que causa é justamente o oposto, principalmente em razão da tecnificação da produção rural.

Logo na página principal do site da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC²¹, nota-se uma campanha contra o deserto verde e pela biodiversidade (cartaz apresentado no anexo 8). A campanha refere-se à empresa transnacional, Aracruz Celulose, e demonstra a diferença entre esta e a agricultura camponesa:

Aracruz Celulose	Agricultura Camponesa
01 emprego para cada 185 hectares	05 empregos para cada 1 hectare
01 empresa com 56,2 mil hectares	2810 propriedades para cada 20 hectares
97% da produção de 2004 foi destinada à exportação	100% da produção na mesa do trabalhador brasileiro.

A Aracruz Celulose iniciou sua atividade de extração de eucalipto no sul do Espírito Santo, Brasil, onde possui extensa área de terra, na qual 11 mil hectares são reivindicados pelos índios tupiniquins e guaranis. A mesma multinacional, com

²⁰ O deserto verde vem crescendo, principalmente com a produção de eucalipto e soja, expandindo-se para diversas regiões brasileiras. Mesmo cuidando de reflorestamento, no caso do eucalipto, os riscos ambientais são vastíssimos, principalmente pelo impacto que o próprio eucalipto causa no ambiente, pois até suas raízes penetram nos lençóis freáticos, prejudicando o abastecimento de água das regiões, pois a espécie consome muita água, cerca de 30 litros por dia por cada pé. Isso provoca outro problema, que é o assoreamento dos rios. Há ainda o problema do empobrecimento do solo, seja em água, seja em minerais, causando um verdadeiro deserto verde. As sociedades anônimas, hoje as grandes Senhoras de terra, e no Brasil uma forte empresa neste ramo é a Aracruz Celulose, que a frente se tratará, também, já na atividade fim, que é a produção de celulose, prejudica em vários aspectos o meio-ambiente

²¹ Acessada no dia 04 de junho de 2007.

impressionante registro pós-colonialista, já entrou em diversos estados brasileiros, como no Norte do Rio de Janeiro e também no Rio Grande do Sul. Sua presença pós-colonial pode ser sentida, inclusive, pelo *outdoor* (anexo 9) com forte nota de preconceito no qual afirma que a multinacional é a responsável pelo progresso da região, num referência clara de que só a lógica do mercado traz desenvolvimento, em contraposição com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, segundo a propaganda, trouxe os indígenas. É interessante esta colocação na medida em que verificamos claramente que fazem uma distinção entre o progresso e o atraso, respectivamente levado a cabo pela empresa e pelos índios, até por conta dos movimentos sociais e diversas entidades, entre trabalhadores urbanos, rurais e indígenas que estão se mobilizando para impedir a “implantação do deserto verde”.

É assim que se verifica que as questões não são divididas e setorizadas. O caso da Aracruz Celulose é contundente, pois atinge a vários grupos que lutam pela acesso e permanência na terra, como os trabalhadores rurais, os indígenas e os quilombolas.

Os principais meios de comunicação noticiaram o caso transformando a questão social em criminal, associando sempre ao crime, à depredação, ao terrorismo (pelo fato de as mulheres estarem com lenços roxos tapando do nariz para baixo, chegando a afirmar que as mesmas estavam encapuzadas). Sempre reforçaram o prejuízo obtido pela empresa por conta da ocupação, mas poucas notas referentes às razões pelas quais tal ato foi praticado e o que o mesmo representava.

Como já afirmamos, os movimentos sociais devem ocupar os espaços públicos, acentuando as lutas nacionais e internacionais, aliadas a um outro Estado mais inclusivo e inserto nas diretrizes de uma nova democracia, mais participativa, que se reflete em novos parâmetros de cidadania. Preencher os vazios deixados pelas democracias de baixa intensidade é mesmo papel das classes contra-hegemônicas (para aqui substituir a ideia de subclasse por uma mais positiva e promotora de mudanças) e o campo encontrado é o da rebelião (Santos, 2003, p. 32), posição que concordamos, visto os movimentos sociais, em regra geral, não intencionarem a tomada de poder e nem a mudança da Constituição Federal, antes pelo contrário, lutam pela sua efetividade.

Afirma Santos que “não fará sentido democratizar o Estado se a esfera não-estatal não for democratizada ao mesmo tempo. Só a convergência dos dois processos de democratização garantirá a reconstituição da esfera pública” (Santos, 2003, pp. 65-66), sendo também “o marco onde as forças democráticas deverão lutar pela democracia redistributiva e converter o Estado no componente do espaço público não estatal” (Santos, 1999, p. 40), sendo justamente esta transformação do Estado que se pode compreender o mesmo como movimento social.

Assim, podemos compreender como a ação desta mulheres de e em luta conseguiram mexer em uma estrutura fortemente pós-colonial, cruzando a “cerca” abissal, tendo gerado, inclusivamente, a maior investida contra o MST, que abaixo se descreve, brevemente, posto que servirá como base para o último ano analisado neste trabalho.

6. QUANDO O JUDICIÁRIO EXIGIRÁ O FIM DO LATIFÚNDIO?



O título desta seção refere-se à pergunta formulada por Frei Betto (2008), indignado com a ofensiva do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) contra o MST, visando sua dissolução, que acabou, por força do próprio Movimento e de suas mobilizações, tanto nacionais quanto internacionais, minimizando o quadro inconstitucional que se armava, apesar de as estratégias judiciais naquele Estado ainda subsistir.

No dia 24 de Junho de 2008 começou a ser veiculada a informação, a partir de uma entrevista (anexo 10) concedida pelo Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul,

²² Ambas as charges são de autoria do cartunista Latuff, criadas em 2008, por ocasião das ações do Ministério Público gaúcho, na tentativa de extinguir o MST no Estado do Rio Grande do Sul. Imagens obtidas nos sites, respectivamente: http://felipegodoy.files.wordpress.com/2009/03/criminalization_by_latuff2.jpg e http://virusplanetario.files.wordpress.com/2010/01/criminalization_of_the_mst_2_by_latuff2.jpg, ambos com acesso em 27 de Junho de 2010.

Gilberto Thums à Terra Magazine²³, que o Ministério Público daquele Estado pretendia instaurar ação judicial visando a extinção do MST naquela região. Tal intenção foi tomada em relatório aprovado por este Órgão, por meio de seu Conselho Superior, em 03 de Dezembro de 2007, no qual o promotor entrevistado faz parte.

O promotor Gilberto Thums associa o MST a uma organização criminosa, considerando mesmo como um braço de guerrilha da Via Campesina, rotulado de máscara para a prática de ações ilegais e que o Movimento afronta o Estado Democrático de Direito. Afirma ainda que no Rio Grande do Sul²⁴, a intenção do Movimento não é a reforma agrária e sim perturbar a ordem, tendo em vista que não há terras desapropriáveis na região.

Esta posição tem por base o relatório elaborado pelo promotor Gilberto Thums (processo nº 16315-09-00/07-9), referente ao procedimento administrativo instaurado pela Portaria 01/2007, aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em 03 de Dezembro de 2007, que determinou uma investigação secreta sobre o MST.

Com base no relatório final do grupo de investigadores, algumas decisões foram tomadas, como a instauração de ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade, bem como “intervenção nas escolas do MST a fim de tomar todas as medidas que serão necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST²⁵.”

Imediatamente surgiram artigos, manifestações e ações dos vários movimentos sociais²⁶ e do próprio MST em repúdio a esta intenção do MP/RS em fechar o cerco da

²³ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2969059-EI6578,00.html>

²⁴ Apesar de ser considerado um Estado progressista em suas posições, tanto políticas, quanto no âmbito do Poder Judiciário, a prática da criminalização dos movimentos sociais já se arrasta. Um exemplo é a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal contra oito lideranças de assentamentos do MST/RS, com base na Lei de Segurança Nacional. A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em plena Ditadura Militar no Brasil, sendo a primeira versão datada de 1967, tendo uma segunda em 1969 e a terceira e última versão, em 14 de dezembro de 1983. Os tipos penais previstos na lei criminalizam condutas contrárias ao Regime de Exceção que pretendiam a redemocratização do país, a exemplo da formação de associações ou grupos que lutavam pela derrubada do Regime Militar, propagandas para alteração da ordem política vigente etc.

²⁵ Informação extraída do site do MST <http://www.mst.org.br/especiais/20/destaque>, com acesso em 22 de Janeiro de 2010.

²⁶ De forma ilustrativa, pode-se mencionar o ato promovido por diversos movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o grupo Tortura Nunca Mais, a União Nacional dos

criminalização dos movimentos sociais. Outro exemplo de resistência à medida do MP/RS partiu da ONG Justiça Global, que em conjunto com outros movimentos sociais e organizações de direitos humanos, enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma denúncia informando toda a estratégia de criminalização contra o MST gaúcho pelo MP/RS e a violência empregada pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul nos despejos dos acampamentos e na forte repressão a qualquer tipo de manifestação do movimento naquele Estado.

Diversas entidades, intelectuais e políticos se reuniram, no dia 28 de Julho de 2008, com o Procurador Geral do MP do Rio de Janeiro (MP/RJ) e Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do MP, Marfân Vieira. A reunião teve como pauta o procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público gaúcho e o processo movido pelo Ministério Público Federal contra oito lideranças do MST. Para reunião seguinte do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos, realizada dia 05 de Agosto de 2008, em Brasília, foi solicitada a presença de um integrante do MST, sendo proposta também a realização de um seminário convocado pelo Conselho para tratar do tema "Ministério Público e Criminalização dos Movimentos Sociais".

A resposta contra-hegemônica começou a surtir efeito a ponto de membros do Ministério Público gaúcho afirmarem que havia um grande mal entendido e que tal posição nunca havia sido ventilada. Igualmente, como resultado da manifestação contra a criminalização do MST no RS, os integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)²⁷, órgão pertencente à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), reuniram-se no dia 09 de Setembro de 2008, para a realização de diversas audiências tendo por pauta a tentativa de

Estudantes, a Ong Justiça Global, a Associação dos Docentes da UFRJ, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Associação Americana de Juristas, a Rede Contra a Violência, o Movimento Humanos Direitos e o Conselho Nacional de Direitos Humanos da OAB, que protocolaram carta de repúdio ao Ministério Público gaúcho. Cerca de duzentas pessoas das diversas organizações da sociedade civil se reuniram nessa tarde para realizar manifestação em solidariedade aos ataques sofridos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul. A atividade aconteceu em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro e recebeu o nome de "Somos todos sem terra".

²⁷ Esta Comissão foi criada pela Secretaria Especial, da qual faz parte, no mês de Agosto de 2008, dois meses após a manifestação da intencionalidade do Ministério Público gaúcho em extinguir o MST naquele Estado. Tem como competência a apuração de tentativas de criminalização dos movimentos sociais, a partir da iniciativa do MP Estadual, decisões judiciais do RS e ações da Brigada Militar, tentando apontar soluções garantidoras dos direitos sociais e liberdades públicas. A intenção é que esta Comissão tenha âmbito nacional.

criminalização dos movimentos sociais. As reuniões envolveram a FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), Ministério Público do RS, Tribunal de Justiça do RS e a Governadora do Estado, Yeda Crisius.

Retomando o título, aproveita-se para perguntar por qual razão o Judiciário não exige o fim do latifúndio? Esse sim atenta contra a democracia, na medida em que há milhares de trabalhadores rurais impossibilitados de ter terra para plantar e viver, sendo obrigados ao êxodo e à miséria, quando há tanta terra ainda a ser distribuída naquele país-continente, onde impera a “*ordem* para o povo e o *progresso* para a burguesia”²⁸.

²⁸ Expressão extraída do rap Batidas e Levadas, de Marcelo D2.

PARTE 3

A ANÁLISE: O MST NA MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRA- HEGEMÔNICA



• U • C •



PARTE 03 – A ANÁLISE: O MST NA MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA

Na terceira parte deste trabalho investigativo, analisamos todos os dados coletados, que se encontram descritos na metodologia, e que nos auxiliaram nas respostas aos objetivos específicos propostos. Trabalho empírico, analisado à luz de toda a teoria.

CAPÍTULO 06 - METODOLOGIA

1. A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA QUALITATIVA E A POSIÇÃO DO INVESTIGADOR

Segundo Antonio (2003, p. 221), a pesquisa qualitativa, que possui âmbito transdisciplinar, envolve uma partilha densa com pessoas, fatos e locais, que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, que será interpretada pelo investigador.

A análise dos dados por meio de uma metodologia qualitativa, difere da quantitativa, na medida em que esta se valida com base em quantificações, havendo, por um lado, um grande controle por parte do investigador e, por outro, uma falta de flexibilidade na subjetividade do mesmo, enquanto na qualitativa há uma maior necessidade de apreensão dos conteúdos teóricos por conta do pesquisador, o que de todo não se exclui da primeira, mas é maior na qualitativa, na medida em que sua observação depende de uma interação entre a teoria e os dados de forma criadora.

Vários são os instrumentos e métodos de pesquisa adotados na metodologia qualitativa, como, por exemplo, entrevistas, observação participante, história de vida, análise crítica do discurso, estudo de caso entre outros. Segundo nos informa Chizzotti (2003, p. 223), que faz em sua obra uma evolução histórica da pesquisa qualitativa, esta metodologia “abriga uma modulação semântica e atrai uma combinação de tendências que se aglutinaram, genericamente, sob este termo”.

As questões tratadas no interior das Ciências Sociais, segundo Boni (2005, p. 70), não podem limitar-se a uma metodologia quantitativa, mas entrelaçá-la com a qualitativa,

como a eleita para este trabalho, que envolve significados, valores e crenças. Desta forma, a própria neutralidade do investigador é um mito, na medida em que na menor das hipóteses, trata-se de tema que o instiga e o preocupa. Assim, a própria distância, necessária, na medida em que irá analisar o conteúdo dos dados coletados, é também relativa.

Esta falta de neutralidade e relativa objetividade, conforme Martins (2004, p. 292), característica das pesquisas sociológicas, é alvo de muitas críticas, aproximando-se de uma concepção weberiana que entende que o conhecimento sociológico baseia-se num compromisso com valores e “a objetividade, portanto, provém de critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando”.

De qualquer maneira, tanto a proximidade do pesquisador com o tema, quanto à forma intuitiva de análise dos dados, cria uma questão ética, na medida em que o investigador não pode ultrapassar a barreira de cientista e vestir a roupa de militante de uma causa ou grupo social, apesar de ainda orientado para a busca da solidariedade e na produção de um conhecimento útil. Neste sentido, Martins (2004, pp. 295-296) aduz que

“o papel do cientista deve ser o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político. (...) Não cabe ao cientista reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para descendá-las e superá-las.”

Os movimentos sociais vieram a dar força à necessidade de o investigador social vir a se colocar mais de perto de seu objeto de análise, produzindo conhecimento útil, sem abandonar a vertente científica, contribuindo teoricamente para a prática social e ativista dos mesmos.

2. AS MODALIDADES DE ENTREVISTAS E A ENTREVISTA PRESENCIAL

Segundo Mendes (2003, p. 154), a entrevista é uma excelente forma de se verificar como os indivíduos se “mantém, transformam e desafiam uma ou várias identidades”. É um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações no mais diversos campos (Amado, 2009, p. 181) e que pode se dar pelas mais variadas formas, como a presencial, por telefone, ou utilizando as mais novas técnicas de comunicação, que são as virtuais, tais como por email, por *Messenger*, por Skype entre outros recursos.

As entrevistas podem ser classificadas por estruturada ou diretiva; semi-estruturada ou semi-diretiva; e ainda aberta, a que Amado (2009, p. 183) chama de não-estruturada ou não-diretiva. Na entrevista estruturada, ou questionário, conforme Boni (2005, pp. 73-74), deve-se ater às perguntas iguais a todos os entrevistados, havendo nenhuma margem de flexibilidade. É justamente este tipo que pode vir a ser utilizada por outros meios que não o presencial. Na semi-estruturada, há um guião prévio, que serve apenas de linhas orientadoras, que na verdade auxiliará o entrevistador a que a entrevista seja direcionada ao seu fim acadêmico, mas sem perder a flexibilidade e a possibilidade de novas perguntas, que eventualmente surjam em decorrência da conversa com o entrevistado. Nesta tipo de entrevista, a melhor pergunta não é aquela previamente selecionada, mas a que surge em razão do que expõe o entrevistado. Na aberta, não há qualquer tipo de guião que oriente a entrevista, seguindo livremente por conta do entrevistado, por meio da interação com o entrevistador, que não detém muito controle sobre a mesma, assemelhando-se a uma conversa informal.

Boni (2005, pp. 72-73) traz-nos ainda, além das acima mencionadas, mais três classificações que podem ser assim descritas: a) entrevistas com grupos focais, que objetiva lançar uma discussão acerca de assunto de interesse comum, fomentando-se um debate; b) as histórias de vida, que é aquela tida em profundidade, que visa retratar as experiências vivenciadas, chegando a tratar-se, dependendo do momento e da questão, por uma confidência; c) a entrevista projetiva, que se traduz em recurso de meios visuais, podendo-se admitir esta modalidade inserta em outras formas de entrevistas.

Amado (2009, pp. 183-184) leciona acerca de uma classificação das entrevistas quanto às funções e a denomina por: a) entrevistas de investigação-controle, cuja função é avaliar a adequação de processos com perspectivas ou caracterizações elaboradas pelo sujeito, indicando a estruturada como sendo a mais indicada ao caso; b) entrevistas de diagnóstico-caracterização, cujo objetivo é reunir pistas para a caracterização do processo em estudo; c) entrevistas terapêuticas, que tem por fim a ajuda e o conselho.

Considerando alguns fatores, como a clareza das questões tratadas, que para uns pode ser óbvia, enquanto para outros não ser; as questões referirem-se a uma parte do todo, posto que não são neutras; a motivação que leva o entrevistado a aceitar conceder a

entrevista; a construção da identidade do entrevistado face ao entrevistador, elemento este já mencionado acima por Mendes (2003), para além das respostas merecerem ser examinadas mais como justificações do que como informações verdadeiras, levou Amado (2009, p. 193) a afirmar que a entrevista, mais do que uma recolha de dados, compreende-se como um método de produção dos mesmos.

As entrevistas presenciais possuem algumas vantagens, como a flexibilidade quanto à sua duração, garantindo controle; possibilidade de adaptação e contato com diversos tipos de entrevistados; possibilidade de o entrevistado exprimir-se livremente, o que difere de um questionário; oportunidade de aprofundamento da temática tratada; entre outros. Entretanto, esta técnica também tem desvantagens, que se resumem na necessidade de um entrevistador qualificado e treinado; elevado custo e dispêndio de tempo; limitação do espectro de entrevistados.

As entrevistas face-a-face devem ser, apesar do guião, livres e expressão de uma reconstrução social, onde deve o entrevistador, nas transcrições, fazer transparecer tudo, inclusive e principalmente o sentimento do entrevistado. Não devem ser ocultadas as perguntas e nem selecionados apenas trechos. Na apresentação dos resultados, a transcrição deve aparecer em formato longo, posto que é em si uma forma de análise.

2.1. AS ENTREVISTAS VIRTUAIS

Com o largo campo tecnológico ao dispor do investigador, o mesmo não pode prescindir de mais esta ferramenta no caminho da Ciência. Tanto é que cada vez mais podemos encontrar artigos científicos e teses académicas que orbitam ao redor dessa temática, em todos os campos do saber, e o campo sociológico a ele não se furta.

Mann & Stewart (2001, p. 603 e 604) utilizam o termo *Computer-mediated Communication (CMC)* ou Comunicação Mediada Pelo Computador para discutirem as formas de comunicação originadas em *chat*, onde duas ou mais pessoas, em simultâneo, conseguem dialogar em áreas públicas ou privadas, que podem vir a relacionar-se por correio eletrónico, programas de conversação ou fóruns de discussão. Segundo os autores, este método de entrevista permite ao entrevistador e aos participantes algum tipo de controle sobre a natureza e conteúdo da interação, apesar de as áreas públicas de

conversação, onde todos podem verificar e observar a conversa, segundo os autores, não se compatibilizarem com as formas tradicionais de coleta de dados.

As inovações tecnológicas trouxeram ao investigador um novo leque de possibilidades ao seu dispor, especialmente ao nível de técnicas e instrumentos metodológicos, nomeadamente no que concerne às entrevistas e questionários, que podem vir a ser realizadas de várias maneiras, ainda que seguindo as técnicas tradicionais de entrevista. O que se ampliou foram os modos pelos quais pode se obter os dados, podendo ser quase presencial, caso não fosse o ecrã de distância, e em tempo real, como por meio de chats, MSN Messenger, Skype, Google Talk, ICQ e tantos outros, podendo-se utilizar a escrita ou a voz, ou ainda em tempo não presente, como é o caso do email e fóruns de discussão. Esses instrumentos são denominados por Nicolaci-Da-Costa et alli (2009, p. 06), respectivamente, por síncronicas ou assíncronicas.

Freitas et alli (2004, p. 02) afirmam que o uso do recurso de entrevista pela Internet ultrapassa o modo tradicional, posto poder lançar mão de recursos que em suporte de papel apenas não seria possível, podendo utilizar uma

“interface muito mais interativa e rica, seja na coleta ou na apresentação de resultados. Com a Internet, é possível conceber apresentações multimídia com sons, imagens e vídeos, o que não era possível nas tradicionais formas de aplicação dos questionários”.

Quando se utiliza o recurso da escrita, tem-se a vantagem de se já ter registrado toda a conversação, não sendo necessária posterior transcrição, sendo a mais fidedigna possível. Quando a entrevista online é realizada por meio de voz, torna-se mais dinâmica que a anterior, mas o entrevistador fica restrito ao uso de sua memória para registrar os momentos mais importantes da conversação, salvo se utilizar um gravador externo e conversar em viva-voz.

Assim como ocorre na entrevista presencial, na virtual, igualmente deve ser preparado um guião, que pode seguir o método aberta, estruturada ou semi-estruturada, caso seja realizada nos moldes síncronicos. Caso contrário, sendo efetuada assíncronicamente, como por exemplo, por email, a entrevista acaba sendo sempre estruturada, posto que não há um diálogo efetivo, mas apenas perguntas e respostas, quase diretas, sem maiores aprofundamentos, havendo menor *feedback*, o que já não se evidencia caso a ferramenta utilizada seja as em tempo real, como Skype ou MSN Messenger.

Mais do que isso. As entrevistas por correio eletrônico carregam em si uma impessoalidade muito forte, especialmente se as pessoas não se conhecem no mundo real, deixando os entrevistados pouco à vontade para se abrirem e se exporem mais. Isso ficou bastante nítido, especialmente nas respostas e nos emails trocados com o jornalista da Revista Veja. Esta já não é a posição de Cavalcanti (2005) que entende que, caso o entrevistado tenha tempo, poderá dar seu depoimento de forma mais ampla. Já Garcia et alli (2009, p. 68) entendem que na entrevista sincrônica via CMC, por haver um total anonimato, as pessoas tendem a se sentir mais livres para responder.

Em termos de estipulação de horário para as entrevistas, presencial e pela internet, ambas dependem de prévio acordo entre entrevistado e entrevistador, mas a virtual possui maior flexibilidade, tendo em vista que pode ser realizada a qualquer horário, mesmo que seja de madrugada.

A distância física e o anonimato que certas faces da Internet promovem podem ser um fator positivo para os entrevistados e entrevistador, segundo Mann & (2001, p. 606), mas não quando a entrevista é realizada por correio eletrônico, posto que o pesquisador deve proceder da mesma maneira que presencialmente faria, isto é, apresentando a si e seus objetivos, para além de o anonimato poder não existir, na medida em que encaminhamos o email para endereço certo e conhecido.

Mann & Stewart (2001, p. 606) chegam a mencionar a facilidade de se entrevistar pessoas sem que o pesquisador se coloque em risco indo ao campo, como por exemplo, em casos de guerra, locais com doenças epidêmicas ou outras situações extremas, chegando a citar os exemplos de se poder entrevistar tanto o criminoso quanto o policial, tanto o israelita quanto o palestino, sem que ambas as partes tomem conhecimento desta situação.

As entrevistas pela Internet também possuem a vantagem de serem mais econômicas, pois prescindem de deslocações, e também são mais ecológicas, posto que não precisam utilizar papel (Mann, 2001, p. 608), incluindo a questão de tempo, posto que se pode continuar outros trabalhos enquanto se aguarda a resposta. Nesse sentido, os autores igualmente afirmam que os questionários encaminhados por email também são

respondidos mais rapidamente do que os enviados por correio tradicional, que possuem, inclusive, baixa taxa de retorno.

A questão ética que deve ser observada quando o entrevistador não conhece o destinatário da entrevista, não está no face-a-face, mas na autenticação, a falsa identidade, isto é saber se aquele que diz ser certa pessoa realmente é, como por exemplo, a questão levantada por Cavalcanti (2005), de os assessores de imprensa normalmente responderem as questões pelos reais entrevistados, que são pessoas públicas. As entrevistas por email só tem validade se a entrevista for respondida por quem de direito, sendo difícil a averiguação.

3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Os textos produzidos pela comunicação social são produções complexas, que trazem em si discursos sociais e políticos, cuja análise requer a utilização de uma metodologia que ajude a responder às questões nesta investigação levantadas. Para tanto, elegeu-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) como método, que tem base interdisciplinar e dá conta do estudo de textos, considerando a “linguagem como uma prática social”, segundo Fairclough (2000, p. 20), buscando as linhas ideológicas subjacentes e ocultas, inseridas nos textos de forma tão simples que se passa a aceitar como natural. Desenvolveu-se, mais especificamente, a partir da década de 70, identificando o papel da linguagem nas estruturas de poder na sociedade (Fairclough, 2001, p. 14), tendo como marco desta nova corrente o artigo de Van Dijk, “Discourse and Society”, em 1990 (Pedrosa, 2006).

Tendo em vista que a ACD interessa-se pela relação entre poder e linguagem, ocupa-se de análises que giram em torno das relações de dominação, discriminação, poder e controle. Assim, a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente (Pedrosa, 2006, p. 03). É neste sentido que nos situa Fairclough acerca da ACD:

A ACD é uma forma de ciência crítica concebida como ciência social que objetiva identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares de vida social, destinada, igualmente, a desenvolver recursos pelos quais as pessoas possam se valer para abordar e superar estes problemas (Fairclough, 2003, p. 185).

A ACD trata de alguns conceitos que lhes são importantes, como discurso, contexto, sujeito, identidade, ideologia e poder. Para Fairclough (2001, p. 64), um discurso é “modo particular de construir um assunto”, sendo reflexo de uma realidade (Pedrosa, 2006, p. 06), observada como prática política, pela qual o discurso perpetua e transforma relações de poder e os organismos coletivos que se integram a estas relações, bem como prática ideológica, pela qual o discurso engendra, torna natural e consensual, as variadas relações de poder. Assim, “os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados” (Fairclough, 2001, p. 91).

O contexto é importante para a ACD, na medida em que os discursos são históricos e só podem ser devidamente compreendidos se em consonância com seu contexto (Fairclough, 2003, p. 185).

Os sujeitos são igualmente relevantes, na medida em que, da mesma forma que podem se moldar pelas práticas discursivas dominantes, podem também se contrapor a elas e reestruturar estas mesmas práticas. Não existe aqui a noção de “sujeito assujeitado”, típica da Análise do Discurso (AD), na medida em que há o viés da emancipação das correntes de dominação consensualizada.

A identidade, tão cara a este trabalho investigativo, igualmente é à ACD, na medida em que ela é marcada a partir de expressões linguísticas, que se pode notar nos discursos elaborados, podendo passar ou refigurar a identidade de um ator social.

Como já afirmado algumas vezes nesta pequena passagem metodológica, a linguagem diz respeito às relações de poder e dominação. Assim, o que pretende a ACD, nesta esfera, é desvelar essas estruturas ideológicas dominantes e opressoras. Neste sentido, explicita-nos Wodak (2003, p. 31):

É bom entendermos que o poder não se origina da linguagem. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos são com frequência arenas de combate que mostram as pistas dos discursos e das ideologias encontradas que contenderam e batalharam pelo seu predomínio.

Para Fairclough (2006, p. 03), o estudo do discurso se articula em três aspectos: 1. análise de textos, falados e escritos; 2. análise da prática discursiva, que se liga aos

processos de produção, distribuição e consumo dos textos; e 3. análise dos eventos discursivos, como instâncias de prática sociocultural. Este método tridimensional é todo utilizado no momento da análise dos dados.

Seguindo este modelo, a análise textual é o campo de análise linguística, discricional, que envolve quatro elementos: a) vocabulário, que cuida das palavras isoladamente; b) gramática, que trata das frases e orações; c) coesão, que faz a ligação entre ambos, frases e orações; e d) estrutura textual, que engloba todas as características gerais do texto.

Quanto ao vocabulário, afirma Fairclough (2001, p. 230) que “os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos”. Importante observar o potencial de uma palavra, no sentido de como funcionam hegemonicamente, bem como os neologismos e metáforas que criam efeitos sobre pensamentos e atos.

A gramática, relaciona-se com o significado e construção de identidades sociais, importando a transitividade, que se refere à verificação de que “tipos de processo (ação, eventos etc.) e participantes estão favorecidos no texto, quais escolhas de vozes são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos” (Fairclough, 2001, p. 287).

A forma pela qual se ligam (coesão) orações (conjunto de frases) e as frases podem também ser campo de luta ideológica, ligando-se à arquitetura do texto, bem como o último elemento, à estrutura textual.

Transcreve-se aqui o quadro elaborado por Pedrosa (2006, p. 08), que traduz e caracteriza cada um destes quatro elementos acerca da análise textual, conforme Norman Fairclough:

Quadro 01 – análise textual

ELEMENTOS DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Controle	Geral	Descrever as características organizacionais

interacional		gerais, o funcionamento e o controle das interações.
Estrutura textual	Polidez	Determinar quais as estratégias de polidez são mais utilizadas na amostra e o que isso sugere sobre as relações sociais entre os participantes.
	<i>Ethos</i>	Reunir as características que contribuem para a construção do <i>eu</i> ou de identidades sociais.
Coesão	Geral	Mostrar de que forma as orações e os períodos estão interligados no texto.
Gramática	Geral	Trabalhar com a transitividade (função ideacional da linguagem), tema (função textual da linguagem) e modalidade (função interpessoal da linguagem).
	Transitividade	“Verificar se tipos de processo [ação, evento...] e participantes estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos” (Fairclough, 2001: 287.)
	Tema	Observar se existe um padrão discernível na estrutura do tema do texto para as escolhas temáticas das orações.
	Modalidade	Determinar padrões por meio da modalidade, quanto ao grau de afinidade expressa com proposições.
Vocabulário	Significado de palavras	Enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural, as palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, enfim, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.
	Criação de palavras	Contrastar as formas de lexicalização dos sentidos com as formas de lexicalização desses mesmos sentidos em outros tipos de textos e verificar a perspectiva interpretativa por trás dessa lexicalização.
	Metáfora	Caracterizar as metáforas utilizadas em contraste com metáforas usadas para sentidos semelhantes em outro lugar, verificar que fatores (cultural, ideológico, histórico etc) determinam a escolha dessa metáfora. Verificar também o efeito das metáforas sobre o pensamento e a prática.

Passando ao segundo modelo, qual seja a análise discursiva, a mesma relaciona-se com a prática social e o modo como os indivíduos se relacionam coletivamente. É, assim, uma análise interpretativa, que envolve quatro elementos: a) produção do texto; b) distribuição do texto; c) consumo do texto, que se refere à interpretação; e d) condições da prática discursiva.

Quanto ao primeiro elemento, qual seja a produção textual, dois outros elementos se fazem presentes: a interdiscursividade e a intertextualidade¹, que se referem às influências de outros textos insertos naquele sob análise, que pode ser manifesta (intertextualidade manifesta) ou não (intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade). A historicidade é um deles, na medida em que textos anteriores são reavivados e retrabalhados, dando origem a textos futuros.

O consumo do texto se refere à possibilidade e ao modo de interpretação e assim, são diferentemente consumidos em razão dos diversos contextos sociais, e a esta situação, Fairclough (2001) associa as condições de práticas discursivas.

Para ilustrar este segundo método, utiliza-se mais uma vez o quadro-resumo trazido por Pedrosa (2006), que bem clarifica estes elementos:

Quadro 02 – Análise da prática discursiva

PRÁTICAS DISCURSIVAS	TÓPICOS	OBJETIVOS
Produção do texto	Interdiscursividade	<p>Especificar os tipos de discurso que estão na amostra discursiva sob análise, e de que forma isso é feito.</p> <p>“É a amostra discursiva relativamente convencional nas suas propriedades interdiscursivas ou relativamente inovadora?” (Fairclough, 2001: 283).</p>
	Intertextualidade manifesta	<p>Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto da amostra, e como isso acontece.</p> <p>Como ocorre a <i>representação discursiva</i>: direta ou indireta? O discurso representado está demarcado claramente? O que está representado: contexto, estilo ou significado ideacional? Como <i>as pressuposições</i></p>

¹ A intertextualidade traz em si alguns outros elementos, como as proposições, a negação, o metadiscurso e a ironia.

		estão sugeridas no texto?
Distribuição do texto	Cadeias intertextuais	<p>Especificar a distribuição de uma amostra discursiva através da descrição das séries de textos nas quais ou das quais é transformada.</p> <p>(Quais os tipos de transformações, quais as audiências antecipadas pelo produtor?).</p>
Consumo do texto	Coerência	<p>Considerar as implicações interpretativas das particularidades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Como os textos são interpretados e quanto de trabalho inferencial é requerido.</p>
Condições da prática discursiva	Geral	<p>Especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, ligadas ao tipo de discurso que a amostra representa.</p> <p>A produção é coletiva ou individual?</p> <p>Há diferentes estágios de produção?</p> <p>“As pessoas do animador, autor e principal são as mesmas ou diferentes?” (Fairclough, 2001: 285).</p>

O último método, análise da prática social, tem por objetivo esmiuçar a natureza da prática social, da qual a prática discursiva faz parte, constituindo a “base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (Fairclough, 2001, p. 289). Tem por fim maior trabalhar a ideologia e a hegemonia, pois, aquela, uma vez naturalizada, torna-se senso comum e, portanto, consensualmente aceitas.

Fairclough (2001, p. 121) confia na capacidade de os indivíduos reagirem e agirem criativamente, apesar da carga ideológica que lhes são impostas. Afirma o autor que as ideologias caracterizam as sociedades, que são estabelecidas por meio de relações de

poder e, no momento em que os sujeitos transcenderem a este tipo de sociedade, transcenderão também à própria ideologia.

Apresenta-se, assim, o quadro-resumo trazido por Pedrosa (2006), deste método:

Quadro 03 – Análise da prática social

ELEMENTOS DE ANÁLISE	OBJETIVOS
Matriz social do discurso	“Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua representação ou transformação?” (Fairclough, 2001: 289-290).
Ordens do discurso	Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.
Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).

Os discursos embutidos nas reportagens dos meios de comunicação, bem como nas falas dos jornalistas entrevistados, deve ser analisada de modo não linear, tendo em vista os discursos não ditos presentes em cada frase, escrita ou falada, havendo um hiato, um espaço entre o emissor e o receptor do discurso, aberto às interpretações zelosas e cuidadosas do investigador para não desnaturar aquilo que foi dito e o que não foi dito, o que poderia comprometer a fiabilidade da investigação.

Todo este método tridimensional será importante neste trabalho investigativo, em especial o da análise da prática social, posto que certas orientações de discurso são adotadas por força ideológica, sendo ideologia aqui compreendida no sentido de Fairclough como sendo “significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117), carregando, em si, as noções de hegemonia, aduzindo, ainda, o autor, que a ordem do discurso é uma “faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui a hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são,

consequentemente, um marco delimitador na luta hegemônica” (Fairclough, 2001, p. 123), e intertextualidade, que se relaciona com a heterogeneidade dos textos, no sentido da interrelação entre variados textos e discursos, que podem ser diretos ou indiretos.

4. A BASE MATERIAL DE PESQUISA

Nesta seção, estabeleceremos as bases metodológicas que orientaram a recolha e análise dos dados coletados. Utiliza-se, neste trabalho investigativo, uma metodologia qualitativa, elegendo-se dois instrumentos: as reportagens e as entrevistas. As notícias foram selecionadas a partir dos periódicos O Globo, Folha de São Paulo, Revista Veja, os três pertencem à mídia hegemônica e de âmbito nacional, bem como a Revista Sem-Terra e o Jornal Sem-Terra, ambos de publicação do MST, estando enquadrados na mídia contra-hegemônica, buscando encontrar os símbolos e signos presentes nos discursos e opções linguísticas utilizadas, intentando-se analisar e comparar os diversos momentos eleitos em cada um destes veículos, de modo a que as perguntas iniciais sejam satisfeitas, bem como, e com o mesmo propósito, a técnica da entrevista semi-estruturada, na qual se formulou questões para respostas livres dos entrevistados, por meio de um guião, e estruturada.

Procurou-se, por meio dos artigos jornalísticos insertos nos jornais e revistas, observar e analisar o modo como o Movimento dos Sem-Terra é retratado e, igualmente, se auto-identifica, optando, para tanto, por uma análise qualitativa dos dados, observando os pressupostos da análise crítica do discurso, tendo em vista, como afirma Martins (2004, p. 292), que a interpretação dos dados deve ser feita de forma criadora e intuitiva, “que não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador”.

Importou, na investigação, verificar quais os discursos identitários aplicados ao MST, bem como os sobre si próprio, identificando quem falou o que e por qual razão. Procurou-se verificar os discursos que coincidam com os do MST, no sentido daqueles que expõem e explicitam a luta ou a razão de certa ação coletiva tomada, bem como aqueles que rechaçam e criminalizam o Movimento.

Procurou-se verificar os discursos trazidos no espaço público, oficial ou não, e em quais momentos apoiaram ou não os objetivos do Movimento, passando assim pelos Poderes Públicos oficiais, bem como ONGs, associações, Igrejas, entidades, nacionais ou internacionais, que dão conta de cumprir e se incluir nesta categoria.

Intentou-se descrever e analisar as notícias veiculadas na Mídia, nos períodos de 1984 a 2008, nos momentos demarcados e já referenciados nas considerações preliminares e brevemente exposto, de modo contextualizado, no capítulo 05, para assim poder averiguar o discurso embutido nas reportagens dos Jornais e revistas de grande circulação no país.

O MST, em 2009, completou 25 anos de existência. Tendo em vista já o longo período de atividade, optou-se por alguns momentos mais emblemáticos para se fazer a recolha de material de pesquisa, que são aqueles já elencados e descritos nos procedimentos metodológicos.

As empresas de comunicação convencionais possuem uma base de dados, em suas sedes, por meio da qual qualquer pesquisador pode ter acesso, desde que previamente tenha feito o requerimento para tal, com exceção da Revista Veja, que possui seu banco de dados online, podendo ser consultado por qualquer pessoa com acesso à rede mundial de comunicação.

Santos (1995: 466) nos fornece três patamares necessários à recolha dos dados: 1. detecção, onde verificaremos o que é e o que não é relevante à análise; 2. discriminação, que nos orienta entre o que é ou não igual, justificando diferença no tratamento dos dados; 3. avaliação, que nos faz verificar o que entra ou não na análise elaborada. Desta maneira, as reportagens foram selecionadas com base em um recurso de busca avançada, na qual foram colocadas pela pesquisadora, algumas palavras-chave, bem como o ano de pesquisa. As palavras digitadas para a recolha das reportagens nos meios de comunicação convencionais foram: reforma agrária, terra, latifúndio, trabalhadores rurais, MST.

O jornal O Globo possui apenas uma parte de seu acervo já digitalizado (de 1996 em diante) enquanto a outra parte teve que se fazer a busca nas cópias dos jornais, utilizando-se, para tanto, o mesmo critério acima mencionado.

O MST não possui seu acervo digitalizado, apesar de haver a intenção neste sentido. Desta forma, a recolha dos dados teve que ser feita, no setor de comunicação do MST, em São Paulo, consultando cada exemplar do Jornal Sem-Terra e a Revista Sem-Terra, igualmente com base nos mesmos critérios de seleção.

Para além das reportagens, utilizou-se neste trabalho, entrevistas a um jornalista de cada meio de comunicação observado. A entrevista feita ao chefe do setor do MST, Sr. Igor Felipe Santos, foi feita na sede do Movimento, em São Paulo, optando-se por perguntas abertas e que suscitou longa conversa. Quanto aos outros meios de comunicação, mais fechados e de difícil acesso, percorreu-se longo caminho até se conseguir entrar na estrutura burocrática e hierarquizada, não sendo possível, portanto, realizar as entrevistas de modo presencial, sendo as mesmas concedidas, igualmente com perguntas abertas, via email, sendo entrevistados os jornalistas Sr. Evandro Éboli (jornal O Globo), Sr. Eduardo Scolese (jornal Folha de São Paulo) e Sr. Diego Escosteguy (Revista Veja).

Para análise dos dados com base nas reportagens, utilizou-se o programa NVivo, que aceita suporte de imagens, áudio, vídeo e textos, onde se pode importar dados inteiros, trabalhar e armazenar todo o material no aplicativo, otimizando a abordagem. O uso deste *software* possui algumas vantagens, como: a) poder fazer um levantamento de todo o processo de investigação; b) garantir a portabilidade do material; organizar a documentação; c) a diversidade de pesquisas sobre um mesmo material; d) uma vez que todo trabalho é mesmo do pesquisador e não do programa, garante credibilidade.

O uso do *software* tem também desvantagens, como: a) inserção dos dados ser demorada; b) a maior parte do trabalho depender do investigador e não do programa; c) não apresenta soluções. As duas últimas desvantagens podem também ser categorizadas como vantagem, na medida em que assegura que é o próprio investigador quem realiza o trabalho de inserção e análise dos dados coletados, garantindo mais fiabilidade.

Como já afirmado, dois foram os tipos de entrevistas. Uma presencial e outras três por email. Estes dois tipos, a tradicional e a virtual, são diferentes entre si e suscitam análises, interpretações e sentimentos diferenciados entre si.

Na entrevista presencial, utilizou-se um gravador, posto que decorreu em mais de uma hora de conversa, sendo após transcrita, *in verbis*. Apesar de possuir um guião, no decorrer do diálogo, as mesmas foram se ampliando e buscando novos caminhos antes não pensados e que foram depois abordados.

O jornalista do MST, Sr. Igor Felipe, permitiu prontamente a utilização do gravador, que de modo algum o incomodou ou causou embaraço. Entretanto, para a investigadora, por mais fiel que tenha sido ao transcrever a entrevista, jamais conseguiriam passar ali para o papel recortes e expressões tão importantes, como a euforia em certas respostas, tendo em vista certas questões tratadas, o bater na mesa, seja por incorformidade com a matéria tratada, natural da própria luta experimentada, seja pela satisfação e reconhecimento de estar o Movimento em desenvolvimento do que pretende alcançar.

São frases incompletas, silêncios, aumento no tom de voz, risos, descontração e seriedade que não se consegue transcrever, mas que passaram pelos olhos e ouvidos do entrevistador, ainda que captados pelo instrumento de apoio, que não se pode prescindir, sob pena de se perder momentos da entrevista, mas que ainda assim são levados em conta no momento da análise dos dados.

A internet representa mais um instrumento nas mãos do investigador. É mais um acessório, mais um elemento a favor da pesquisa. Como já explicitado, tendo em vista vários fatores, como falta de acesso aos jornalistas e tempo escasso, três das entrevistas foram realizadas virtualmente. Longo foi o caminho para se chegar aos jornalistas. Primeiro a investigadora procurou contato direto com as empresas, que sempre fechavam seus funcionários a sete chaves, recorrendo a inúmeros contatos para que o acesso fosse permitido, chegando-se assim ao jornalista Evandro Éboli, da sucursal de Brasília, que muito gentilmente aceitou conceder-me a entrevista e, posteriormente, ao jornalista Eduardo Scolese, da Folha de São Paulo, que igualmente e com a mesma simpatia, aceitou o encargo e forneceu-me suas considerações, tendo o mesmo, inclusive, dois livros escritos sobre o MST.

Já com a Revista Veja, a via crúis foi ainda mais árdua, pois a estrutura é muito fechada. O acesso ao banco de dados é extremamente fácil, pois faz-se pela web, mas ainda assim demonstra a falta de relacionamento e contato com o público, pois não se vai à sede da revista fazer pesquisa. Essa mesma falta de acesso reflete-se no acesso aos funcionários. Após longa e difícil jornada, conseguiu-se romper a estrutura cerrada, chegando-se ao jornalista Sr. Diego Escosteguy.

Realizando as entrevistas, algumas vantagens e desvantagens dos tipos de entrevista foram evidenciados, que aqui se aponta com mais detalhes: O guião serviu apenas de linha orientadora, deixando-se livre o entrevistado para responder, fluindo a conversa a partir das considerações feitas. Assim, as novas questões formuladas derivaram daquilo que foi sendo dito e que mereceu destaque ou aprofundamento, direcionado ao tema investigado, fato este que não ocorreu na entrevista virtual, por email, pois as perguntas abertas, tenderam a respostas mais diretas e menos aprofundadas.

Outra diferença diz respeito à escrita. Na entrevista presencial, o entrevistado está falando livremente, sem muito pensar antes de responder, assemelhando-se a uma conversa informal, o que não acontece na entrevista virtual, posto que o entrevistado, baseia-se em uma pergunta, por mais que se tenha dito para que respondesse livremente, e pensa antes de responder. Quando se fala abertamente, abre-se mais do que quando se escreve, que tende a ser limitado. Nossa mente “verbaliza” com maior velocidade do que nossa mão escreve ou digita. Pensamentos e sentimentos não foram escritos na entrevista virtual, assim como a pesquisadora não pode sentir todo o calor subjetivo e não dito que estava ou estaria estampado na expressão corporal não vivenciada.

As entrevistas realizadas via email, inicialmente, tinham um guião, que apesar de a investigadora sugerir e aconselhar que as respostas fossem livres, os entrevistados ateram-se especificamente às questões e pouco desenvolveram. Aquilo que seria uma entrevista semi-estruturada, por meio do correio eletrônico, transmudou-se para uma entrevista estruturada. Foi exatamente este segundo molde o adotado na presente investigação. Assim, o que seria uma entrevista semi-estruturada, assim como foi com o jornalista do MST, visto que presencial, com os demais jornalistas a mesma situação

não se deu, posto que limitaram-se a responder o essencialmente perguntado, apesar de a investigadora ter esclarecido que as perguntas seriam de livre resposta.

É importante também notar que os meios de comunicação hegemônicos, raramente noticiam os feitos² do MST para além das ocupações de terra, e mesmo assim, sendo retratadas sempre de forma negativa e pejorativa, associando as ações ao crime e à baderna. É por todo o exposto que tais elementos devem ser analisados e verificados por meio da análise crítica do discurso, para se desvendar o que está nos bastidores da mídia convencional e alternativa.

Da leitura e observação de cada uma das 501 reportagens selecionadas, tendo em vista as hipóteses levantadas e as perguntas iniciais que foram respondidas, algumas categorias e sub-categorias surgiram, levando-se em conta que as categorias são rubricas que sintetizam um grupo de unidade de registro. As categorias e derivadas serão apresentadas em organogramas nos capítulos 7 e 9, para uma visualização mais acurada.

As categorias elencadas foram incluídas no *software* NVivo, para que os dados coletados fossem analisados à luz da análise crítica do discurso. O recurso aos programas de computador em nada prejudicam a análise e interpretação dos dados, posto que imprescindíveis, mas facilitam, sim, a execução de tarefas mais mecânicas.

Nos capítulos subsequentes, analisaremos pormenorizadamente os dados que coletamos, para findarmos com os resultados obtidos, que responderam a cada um de nossos objetivos neste trabalho investigativo.

² Por exemplo, as práticas das cooperativas, educativas e os sucessos dos assentamentos.

CAPÍTULO 7 – A IMAGEM DO MST NA MÍDIA HEGEMÔNICA

1. APRESENTANDO AS SUB-CATEGORIAS

É necessário aos que estão no poder que suas concepções de mundo não sejam inteligíveis para que assim continuem dominando e arregimentando seguidores. Esta alienação, este encobrimento da realidade, deve ser objeto de atenção dos movimentos sociais que necessitam se mobilizar no sentido de desvendar este véu, para que seja possível a transformação pretendida (Chomsky, 2002, p. 04).

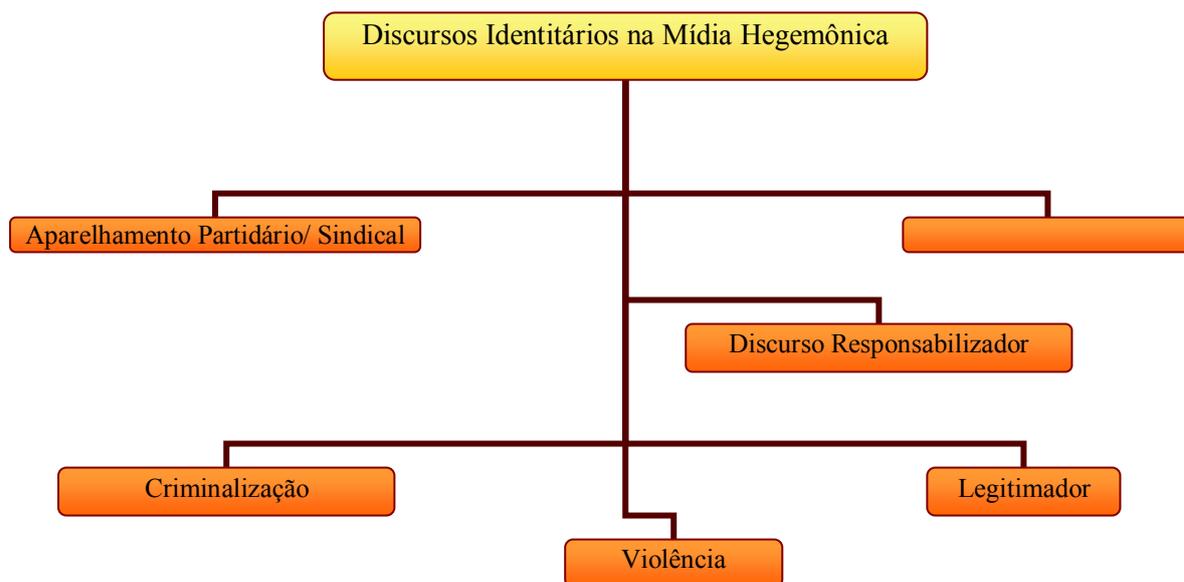
As pessoas recebem informações e formam suas opiniões a partir do que recebem dos meios de comunicação e, como o mundo está cada vez mais saturado de informações, as mais eficientes são as mais simples. Desta maneira, importante é que conheçamos o perfil traçado pela mídia hegemônica referente ao MST e seus membros.

Quando a mídia hegemônica menciona, em suas reportagens, o MST ou seus militantes, seja como objeto principal, seja de forma indireta, isto é, não sendo o mote da notícia em si, alguns discursos podem ser identificados para representar este grupo social. O mesmo se dará às entrevistas dos jornalistas dos meios de comunicação selecionados.

Estes discursos identitários foram transformados em categorias, para assim se poder observar melhor a forma e o modo como este grupo social é retratado nos meios de comunicação, analisando, desta maneira, como a mídia reflete a imagem do Outro (que lhe é diferente). Os discursos identificados relacionam-se à árvore de categorias abaixo identificada, que será analisada a seguir, com exceção da sub-categoria acerca do discurso da criminalização, que será objeto do capítulo 8.

Cabe informar que o fluxograma foi desenvolvido de forma não hierarquizada, mas foi assim apresentada por uma questão de melhor visualização e formatação do mesmo, apresentando-se, em seguida, a descrição das categorias criadas, ressaltando que a sub-categoria “criminalização” será tema do próximo capítulo, sendo apresentada, portanto, no mesmo.

Organograma 01



1. DISCURSOS IDENTITÁRIOS NA MÍDIA HEGEMÔNICA

Esta categoria pretendeu incluir todas as reportagens veiculadas na Revista Veja e nos Jornais O Globo e Folha de São Paulo que identifiquem a imagem do MST com uma das formas elencadas nas sub-categorias.

1.1. ORIENTAÇÃO DE DISCURSO

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes discursos que por meio da linguagem utilizada venha a dar um cunho positivo, negativo ou neutro ao Movimento.

1.1.1. Desqualificador

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes discursos que por meio da linguagem utilizada venha a dar um cunho negativo ao Movimento, associando a imagem à desordem e ao desrespeito às leis e ao Estado Democrático de Direito, vindo a desqualificar o próprio MST, bem como seus atos.

1.1.2. Neutro

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes discursos que por meio da linguagem utilizada venha a dar um cunho positivo ao

Movimento ou a seus militantes, ressaltando suas qualidades ou mesmo os objetivos das ações praticadas.

1.1.3. Positivo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes discursos que por meio da linguagem utilizada venha a dar um cunho positivo ao Movimento, criando uma imagem de capacidade de produção, bem como demonstrando os reais objetivos do Movimento.

1.2. APARELHAMENTO PARTIDÁRIO DO MOVIMENTO

Nesta sub-categoria pretende-se observar discursos que identifiquem o Movimento como sendo cooptado por partidos políticos ou sindicatos rurais, diminuindo, assim, a forma de atuação e autonomia do Movimento.

1.3. DISCURSOS DE CRIMINALIZAÇÃO

Esta sub-categoria será apresentada e analisada no capítulo 8.

1.4. DISCURSO DA VIOLÊNCIA

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência, seja contra os trabalhadores, polícia ou fazendeiros, seja aqueles em que se responsabilize os diversos agentes sociais.

1.4.1. Contra fazendeiros/polícia

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência física ou moral praticada pelos trabalhadores contra a polícia ou fazendeiros, ensejando a ideia de que os mesmos agem em legítima defesa, pessoal ou da propriedade. Não entram aqui as reportagens nas quais os latifundiários recorrem à Justiça, posto que já entraram em discurso da criminalização por defesa de fazendeiros.

1.4.2. Contra trabalhadores

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência física ou moral praticada pelos latifundiários, jagunços ou polícia contra os trabalhadores rurais.

1.4.3. Responsabilização do Governo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência que venham a ser causados por ação ou omissão estatal.

1.4.4. Responsabilização dos Jagunços

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência praticada contra os trabalhadores pelos ou por mando dos latifundiários.

1.4.5. Responsabilização da Polícia

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência praticada contra os trabalhadores pela polícia.

1.4.6. Responsabilização dos Trabalhadores

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos da violência praticada pelos trabalhadores, responsabilizando o MST ou os militantes quanto à crise no campo ou quanto à violência praticada contra os mesmos, ou ainda que suas ações são violentas.

1.5. DISCURSOS DESLEGITIMADORES DA LUTA

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que de alguma maneira venha a retirar o empoderamento da luta do MST.

1.5.1. Apoio governo – latifundiários

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que de alguma maneira venham a demonstrar o apoio que os latifundiários recebem por parte do Governo para suas atividades, bem como a boa imagem que é apresentada ao grande fazendeiro.

1.5.2. Desqualificadores da luta/ato

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que de alguma maneira venham a desqualificar a luta ou a ação praticada pelo

MST, criando um discurso que responsabilize o Movimento pelo que ele sofre, bem como diminuindo o valor da própria realização da reforma agrária.

1.5.3. MST - desordem

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que de algum modo venham a desqualificar a luta ou a ação praticada pelo MST, criando um discurso que diminua o valor da ação ou dos objetivos do Movimento por associação negativa à imagem do mesmo.

1.5.4. Voz polícia – Governo – Fazendeiros

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que de alguma maneira venha a desqualificar a luta ou a ação praticada pelo MST, dando voz à polícia, Governo ou latifundiários.

1.6. DISCURSOS LEGITIMADORES DA LUTA

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que legitimem a luta do MST.

1.6.1. Explícita objetivos luta/ato

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que venha a legitimar a luta do MST, por meio da explicitação de seus objetivos.

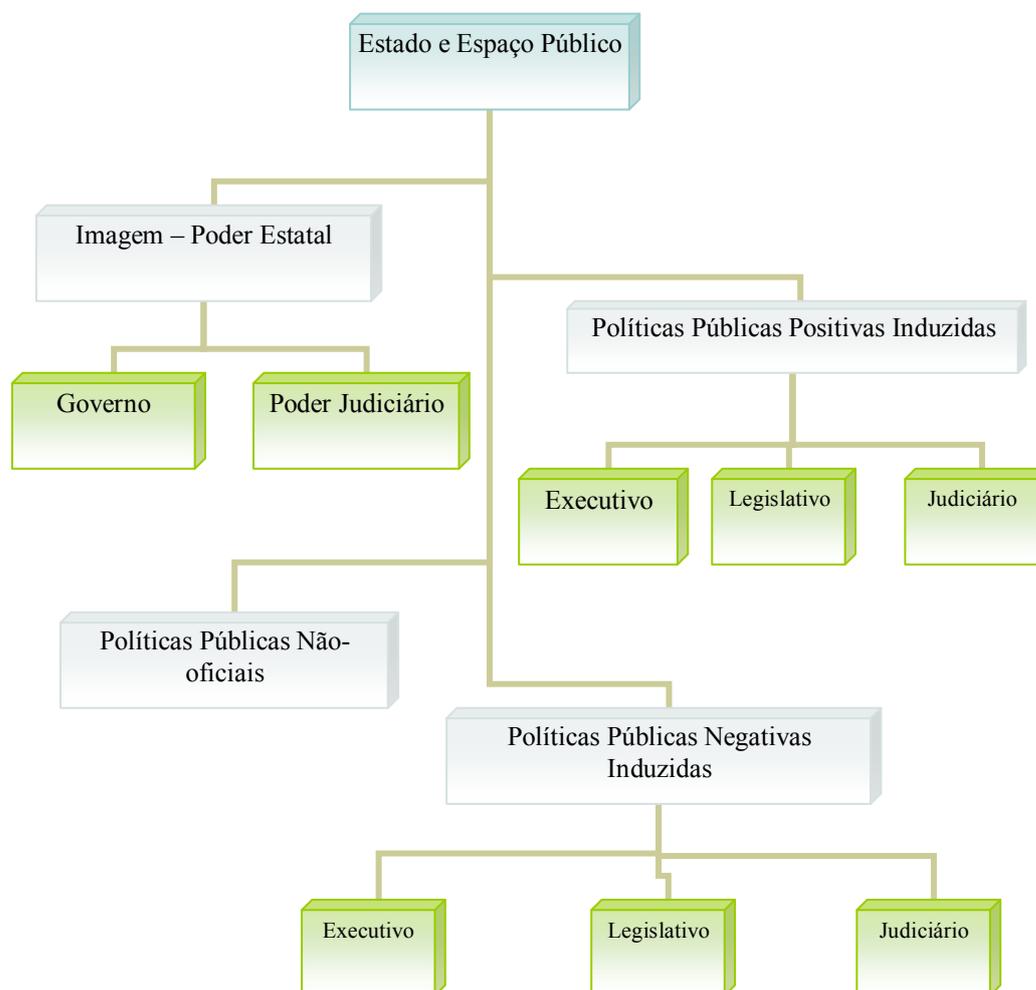
1.6.2. Transnacionalização – luta

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que venha a legitimar a luta do MST, demonstrando que há alianças de outros movimentos sociais, nacionais ou estrangeiros, bem como apoio à luta por parte de órgãos públicos, nacionais ou estrangeiros.

1.6.3. Voz – Movimento

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais estejam presentes os discursos que venha a legitimar a luta do MST, garantindo voz ao Movimento ou aos amigos do Movimento e de algum modo esclareça ou dê a sua versão ao fato tratado na notícia.

Organograma 02



Estas sub-categorias, apresentadas no organograma 2, acima, relacionam-se com o Estado e o espaço público e são descritas do seguinte modo:

2. ESTADO E ESPAÇO PÚBLICO

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas na Revista Veja e nos Jornais O Globo e Folha de São Paulo que identifiquem a imagem dos poderes públicos, bem como de entidades sociais, com uma das formas elencadas nas sub-categorias.

2.1. IMAGEM – PODER ESTATAL

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que identifiquem a imagem dos poderes públicos quanto à questão da reforma agrária ou dos movimentos, de forma positiva ou negativa, mas que não seja de modo provocado pelas ações do Movimento.

2.1.1. Governo – imagem negativa

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que identifiquem a imagem do governo Executivo de modo negativo, mas que não seja provocada pelas ações do Movimento.

2.1.2. Governo – imagem positiva

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que identifiquem a imagem do Poder Executivo, de forma positiva, mas que não seja provocada pelas ações do Movimento.

2.1.3. Judiciário – imagem negativa

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que identifiquem a imagem do Poder Judiciário, de forma negativa, mas que não seja provocada pelas ações do Movimento.

2.1.4. Judiciário – imagem positiva

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que identifiquem a imagem do Poder Judiciário, de forma positiva, mas que não seja provocada pelas ações do Movimento.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO OFICIAIS

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem ações, favoráveis ou desfavoráveis ao MST, e que promovam políticas públicas não provenientes do Estado, referindo-se a outros movimentos sociais, ONGs, Entidades, Comitês, Grupos ativistas, Igreja.

2.2.1. Desfavoráveis

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem ações desfavoráveis ao MST ou aos seus objetivos.

2.2.2. Favoráveis

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem ações favoráveis ao MST e que promovam políticas públicas não provenientes do Estado.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NEGATIVAS INDUZIDAS

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Estado, em razão da ação ou ato promovido pelo MST,

observando como a atuação do Movimento veio a gerar políticas públicas que prejudicaram os objetivos contra-hegemônico da luta do MST.

2.3.1. Poder Executivo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Executivo, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

2.3.2. Poder Judiciário

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Judiciário, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

2.3.3. Poder Legislativo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Legislativo, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS POSITIVAS INDUZIDAS

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas positivas implementadas pelo Estado, em razão da ação ou ato promovido pelo MST. Intenta-se observar como a atuação do Movimento veio a gerar políticas públicas que antes estavam paralisadas ou não existiam. É a atuação estatal por pressão popular.

2.4.1. Do Poder Executivo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Executivo, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

2.4.2. Do Poder Judiciário

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Judiciário, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

2.4.3. Do Poder Legislativo

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que mencionem políticas públicas negativas implementadas pelo Poder Legislativo, em razão da ação ou ato promovido pelo MST.

Assim estabelecidas as categorias que serão úteis a este capítulo e ao seguinte, relativamente à sub-categoria da criminalização, cumpre esclarecer que num primeiro momento, demonstraremos a forma geral como os meios de comunicação foram apresentados no decorrer dos anos selecionados à observação, apresentando alguns gráficos que facilmente nos auxiliam na verificação.

Assim, por meio do gráfico 01, das 501 reportagens apuradas, o ano de 1996 teve um número expressivo de reportagens relacionadas, de algum modo, ao MST, cabendo relembra que no ano em questão ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás.

Gráfico 1- Distribuição das reportagens pelos anos selecionados para análise

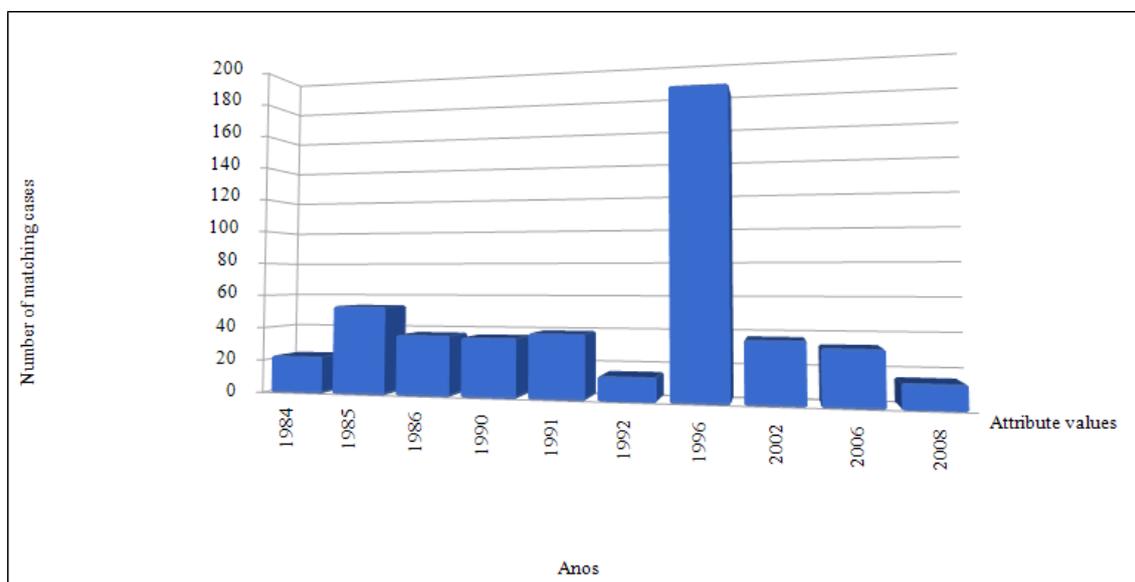


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

No gráfico 2, a forma de apresentação dicotomizou os veículos comunicacionais em dois tipos: hegemônicos (Revista Veja, Jornais Folha de São Paulo e O Globo) e contra-hegemônicos (Revista e Jornal Sem-Terra). Desta maneira, foi-nos possível observar que o número de reportagens veiculadas pelos meios de comunicação hegemônicos são

muito superiores às difundidas pelos veículos próprios do Movimento, inclusive no ano em que mais notícias relacionadas ao MST foram propagadas, como acima foi referido, por ocasião do massacre de Eldorado dos Carajás.

Gráfico 2 - Distribuição das reportagens pelos anos selecionados para análise separadas por natureza de mídia.

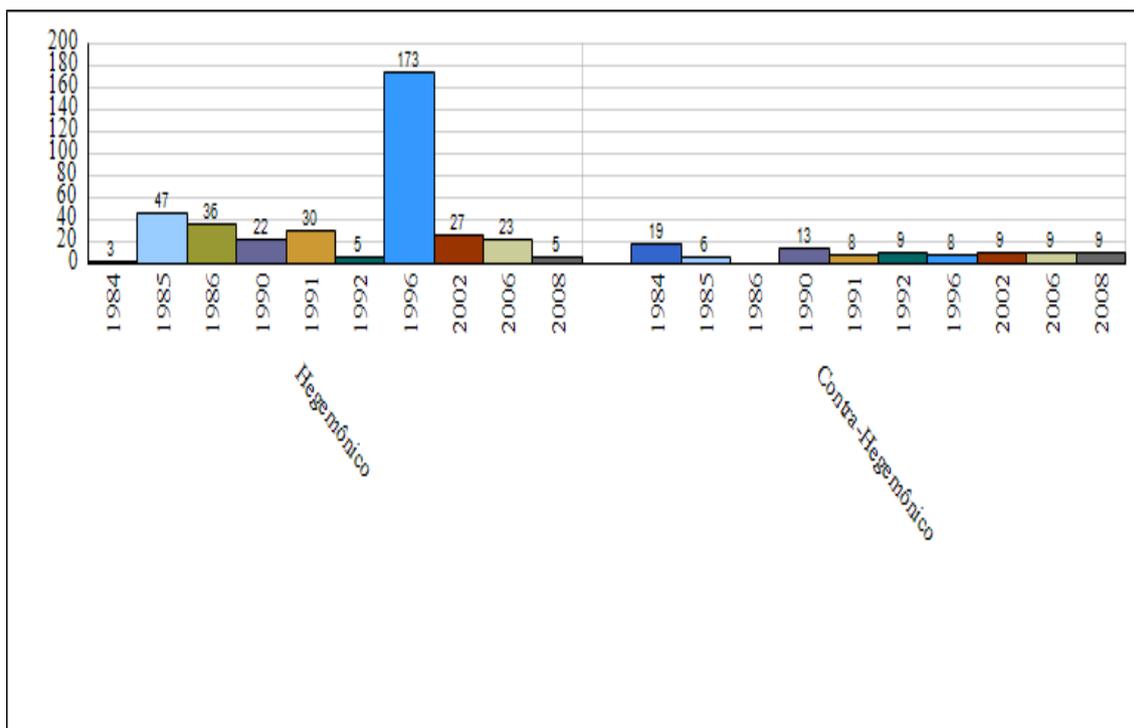


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

Nos gráficos 03 a 07, podemos verificar o número de reportagens em cada um dos veículos de comunicação selecionados e que trataram, de algum modo, o MST e/ou suas ações, ou a eles se referiram.

Gráfico 3- Matérias sobre o MST publicadas na Folha de São Paulo nos anos selecionados.

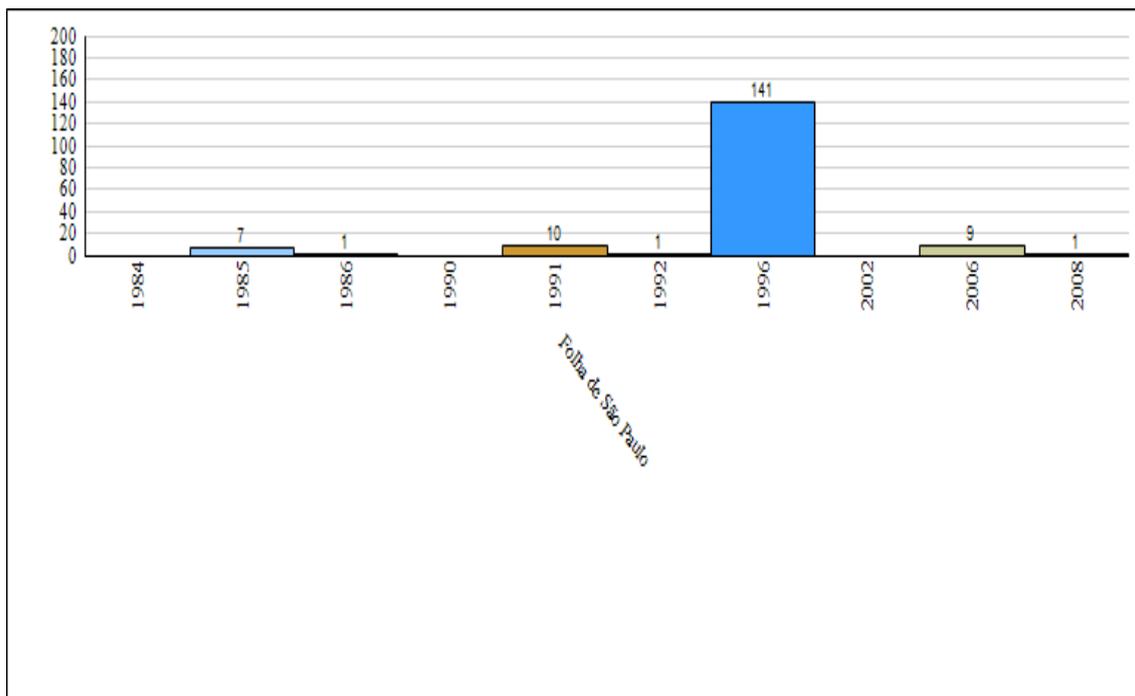


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

Gráfico 4- Matérias sobre o MST publicadas no O Globo nos anos selecionados.

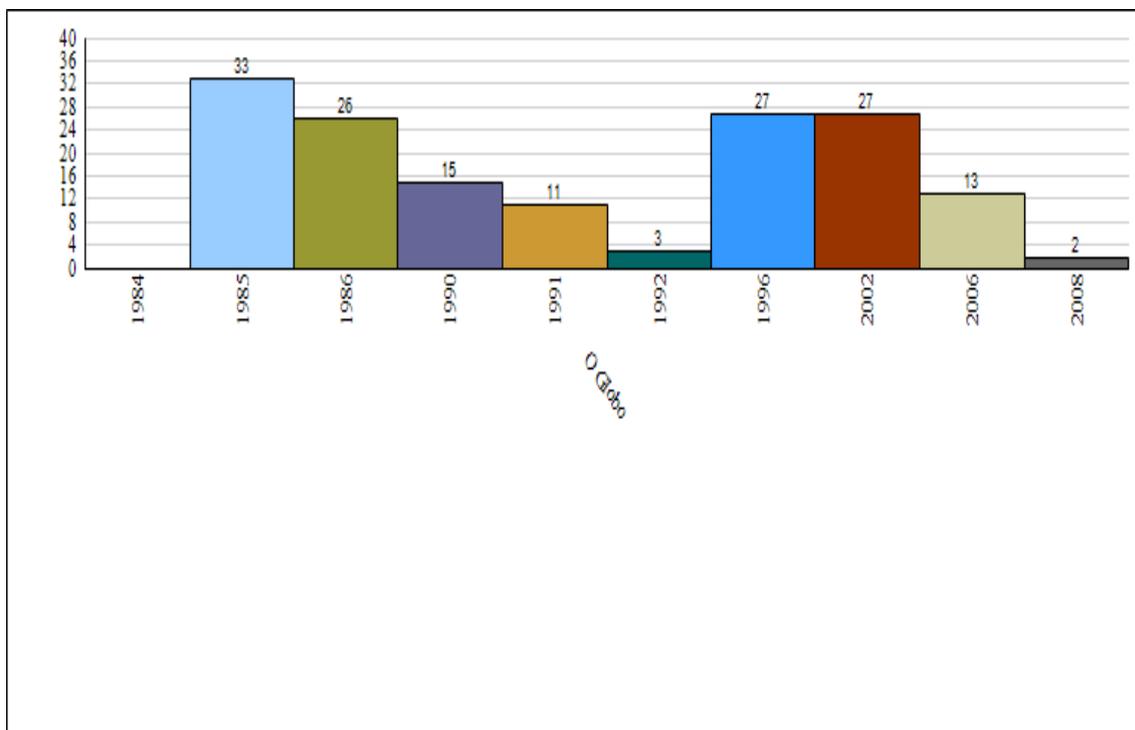


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

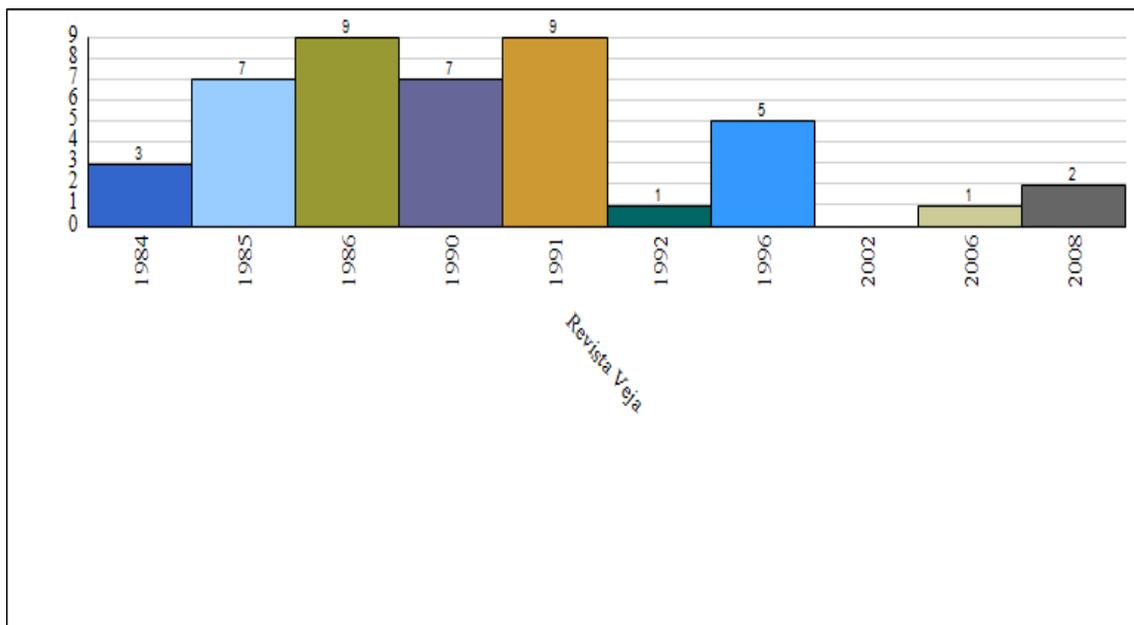
Gráfico 5- Matérias sobre o MST publicadas na Revista Veja nos anos selecionados.

Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

Em relação aos veículos hegemônicos, tanto a Revista Veja quanto o Jornal O Globo, mostraram-se, em termos de números de reportagens acerca do MST em relação aos anos selecionados, de modo mais constante. Isto é, mantiveram o Movimento em pauta, apesar de em decréscimo, salvo quanto ao Jornal O Globo, que teve picos de reportagens nos anos 1996 (massacre de Eldorado dos Carajás), 2002 (Ocupação fazenda do ex-presidente Fernando Henrique) e 2006 (ocupação da Aracruz Celulose).

Quanto aos veículos do Movimento, apresentamos, abaixo, os gráficos 6 e 7, que demonstram o volume de matérias publicadas nestes meios de comunicação, tendo sido observadas, em regra, matérias com paralelo na mídia convencional.

Gráfico 6- Matérias sobre o MST publicadas no Jornal Sem-Terra nos anos selecionados.

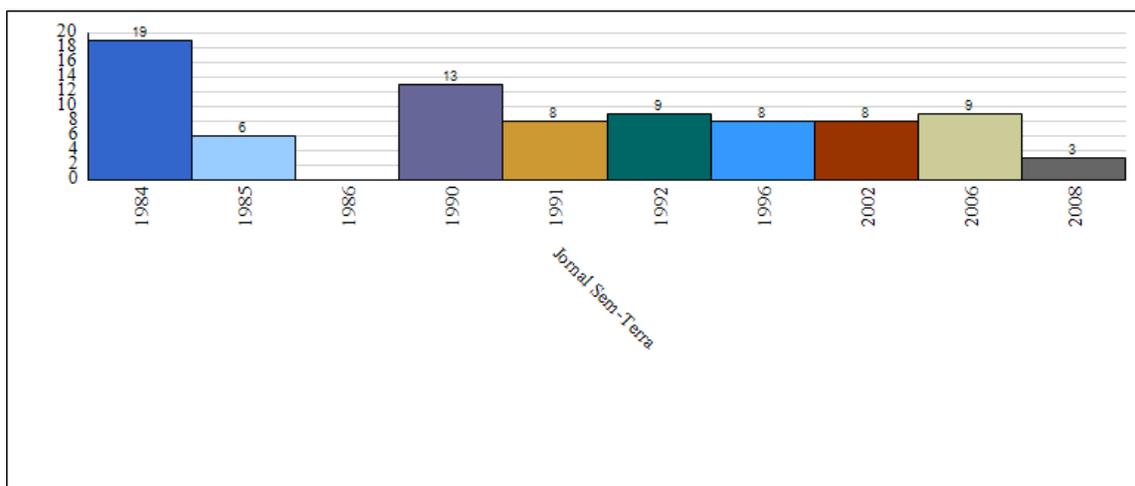


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

Gráfico 7- Matérias sobre o MST publicadas na Revista Sem-Terra nos anos selecionados.

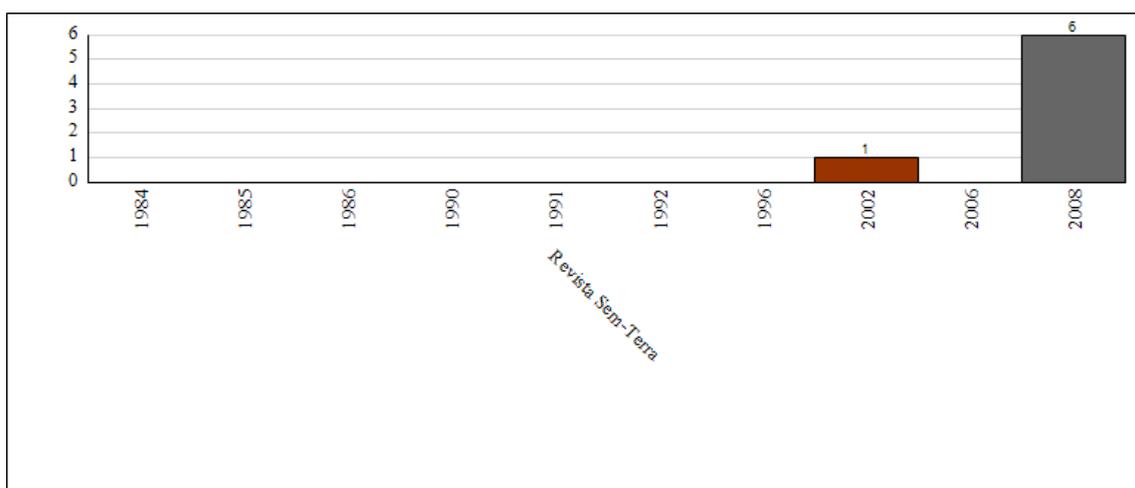


Gráfico elaborado a partir do programa NVivo.

Em relação aos veículos de comunicação do MST, o número de reportagens do Jornal Sem Terra mantêm-se constante, não demonstrando qualquer alteração por sistema ou evento especial, lembrando que os artigos analisados foram aqueles que buscavam paralelismo com as reportagens analisadas na mídia hegemônica, para que assim se mantivesse uma mesma linha de ideias. Já a Revista Sem-Terra, começou a circular tardiamente, no ano de 1997, e tem uma linha bem diferente do Jornal Sem Terra, posto que não é muito informativo quanto a eventos e atividades, versando mais sobre política nacional e internacional, cultura, humor, entrevistas e estudos. Por esta razão, optou-se por não fazer os dados da Revista Sem-Terra configurar nos dados que serão apresentados, mas, ainda assim, trar-se-á reportagens que foram publicadas na mesma,

para que sirva não só de ilustração, mas como contraponto, que apenas enriquece o presente trabalho.

Apresentados os gráficos de modo global e por anos, que nos ajudou a formar um quadro de ideias a priori, determinando, a partida, em quais veículos comunicacionais o MST é pauta recorrente, se as matérias se fizeram constantes ou se houve um decréscimo com o tempo, assim como foi nos possível demarcar um panorama acerca da mídia do próprio Movimento.

A partir deste momento, discorrer-se-á sobre as sub-categorias de forma abrangente, analisando-as em relação aos anos e meios de comunicação hegemônicos selecionados, com exceção daquele que associa a imagem ao crime, tendo em vista que será objeto de análise no capítulo oitavo. Após esta análise inicial, far-se-á cruzamentos de categorias, o que levará a um aprofundamento maior da observação, tentando responder ao primeiro objetivo desta Tese.

2. DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO

A primeira sub-categoria descrita foi relativa à “orientação do discurso”, por meio da qual foram agrupadas as reportagens que traziam um cariz positivo, neutro ou desqualificador ao Movimento ou a seus membros. A análise pormenorizada desta sub-categoria incluir-se-á quando do cruzamento com as demais sub-categorias.

Conforme se pode observar no gráfico 8, as reportagens que carregam em si um discurso negativo ao mencionar o trabalhador rural ou o Movimento em si ultrapassam qualquer dos limites dos outros dois enunciados, seja a linguagem neutra seja a positiva.

Das 202 reportagens codificadas como possuindo um conteúdo linguístico capaz de identificar o Movimento ou os trabalhadores rurais, bem como a luta que implementam, 156 possuem caráter desqualificador, presente no Jornal O Globo em 75 reportagens, na Folha de São Paulo em 56 e na Revista Veja em 25 notícias.

Gráfico 8- "Orientação do discurso" x anos e mídia hegemônica

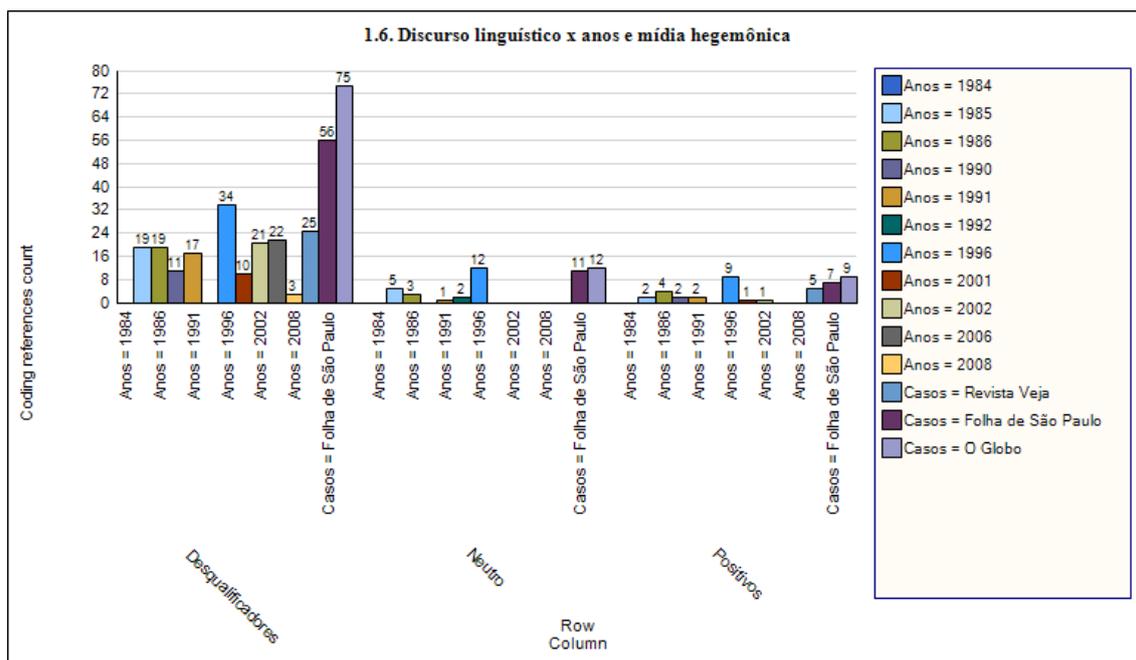


Gráfico originado por meio dos dados compilados no *software* NVivo.

Os meios de comunicação hegemônicos preferem utilizar-se de um discurso desqualificador, sendo desta maneira mesmo no ano de 1996, quando ocorreu o massacre. Ainda assim, a linguagem utilizada predominantemente pretendeu apresentar de forma negativa o Movimento, conforme se pode observar na matéria publicada em 19 de Abril de 1996, na Folha de São Paulo, com o título “Ministro Culpa Trabalhadores”:

O Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, **culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará**. Ele se disse "surpreso" com o incidente.

“Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do Governo do Estado agiu para liberar a estrada”, afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. "Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada." Vieira disse que determinou ao presidente do Inca, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes.

“A questão de natureza policial é afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura.” Andrade Vieira afirmou que **as pessoas que estavam na estrada eram um "aglomerado que surgiu recentemente"**. Segundo ele, "nem era um acampamento".

O ministro disse que o Inca já deu solução para uma situação antiga que existia na região. **Cada vez que o Inca resolve o problema de um acampamento, surge outro**, acrescentou. Segundo ele, existe um acordo do Inca com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido "na íntegra" pelo governo. (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 19 de Abril de 1996).

Conforme já descrito no primeiro capítulo, no sistema no qual vivemos, verifica-se a exclusão da cidadania e de seus direitos inerentes. O princípio máximo é o da exclusão. Os trabalhadores rurais sem-terra constituem um grupo pertencente ao que se convencionou chamar cidadania imperfeita, segundo o conceito de Balibar, ou de não-cidadãos, seguindo a ideia de fascismo social e as três formas de sociedade civil delimitadas por Santos (2007b; , 2003), para além do pensamento abissal (Santos, 2007b), sendo os sem-terra excluídos pelas diferentes formas de fascismo social.

Ao afirmar que os trabalhadores rurais em manifestação eram na verdade “um aglomerado de pessoas” desqualifica a ação, ao mesmo tempo em que os responsabiliza igualmente pelo massacre ocorrido. É como se eles, manifestantes, fossem os responsáveis pelo que de negativo lhes ocorre, a começar por não ter terra, posto que faz crer que vontade política há para a reforma agrária. O uso deste recurso linguístico, negativo e desqualificador, reforça a exclusão do contrato social de um modo mais contundente, na medida em que retira a responsabilização da própria classe hegemônica.

Outro fator importante aqui a se considerar acerca da orientação desqualificadora do discurso é que a mesma foi se agravando no decorrer dos anos, alcançando seu pico no ano de 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados. Assim, podemos perceber como, no início do Movimento, momento em que suas ações e estratégias ainda eram novidade e o grupo dominante não tinha percebido o “potencial de perigo” que os mesmos representavam, as matérias publicadas possuíam um cariz neutro e até mesmo positivo ao se mencionar especificamente os sem-terra, que não eram identificados como criminosos, mas como agricultores, lavradores, colonos, trabalhadores.

Essa forma de representação relaciona-se, segundo Rodrigues (2006, p. 52), a uma categoria “que tem seu sentido constituído no sistema capitalista e pode ser qualquer homem do campo, trabalhador, mas não proprietário de terras”, mas também se identifica com um “discurso até então hegemônico: pobre, analfabeto, simplório, ligado à terra, pessoa rude, mas honesta, inofensiva, sem voz, não reclama de nada, conformista com os desígnios que considera serem a vontade de Deus e do destino, entre outros”. Entretanto, quando o MST mostrou que o homem do campo não se

coaduna com este perfil pacato, passivo e submisso, passou a demonstrar seu “potencial de perigo”, representando ameaça aos próprios interesses hegemônicos, posto que a linha abissal passou a sentir fortes abalos.

3. DO APARELHAMENTO PARTIDÁRIO/ SINDICAL DO MOVIMENTO.

O próximo discurso que se irá analisar é o do “aparelhamento partidário/sindical”. Sob esta rubrica reuniu-se reportagens que vinculem a imagem do MST seja com partidos políticos, seja com sindicatos.

No gráfico 9, podemos observar o número de reportagens codificadas que se incluíram nesta categoria de análise. Este quadro está organizado por ano e por veículo hegemônico comunicacional. Foram onze reportagens veiculadas pelo Jornal O Globo, cinco pela Revista Veja e uma pela Folha de São Paulo. O ano de 2002 foi o que mais notícias teve associando de alguma maneira a imagem do MST ou de seus militantes, seja a partidos políticos seja a sindicatos rurais, lembrando que neste ano ocorreu a ocupação da fazenda dos filhos do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Todas publicadas pelo Jornal O Globo. Foi o período de maior associação pelo fato de ser ano de eleição e afirmavam que as ações do Movimento estavam prejudicando a imagem do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

Gráfico 9- "Aparelhamento sindical/partidário" x anos e mídia hegemônica.

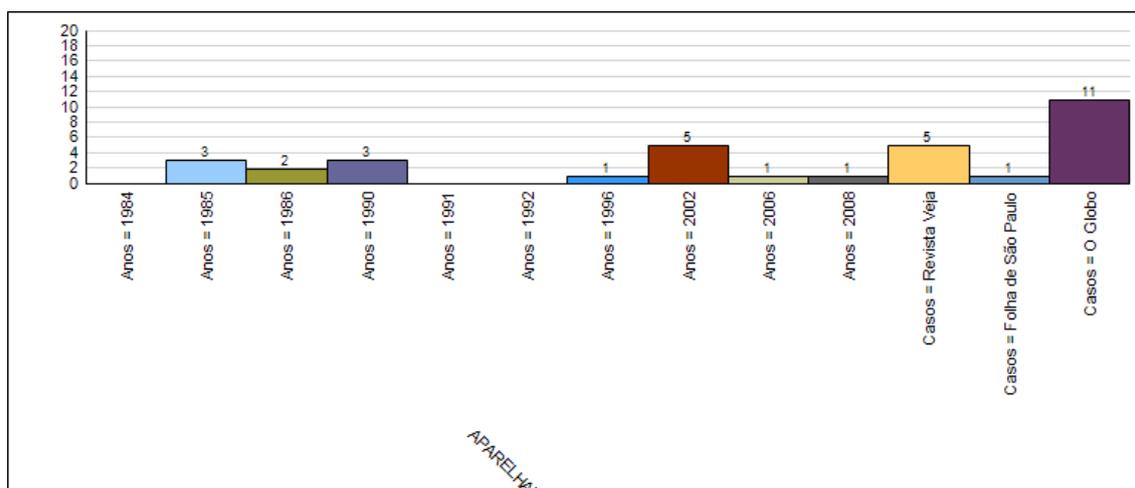


Gráfico originado por meio dos dados compilados no *software* NVivo.

No início das atividades oficiais do Movimento, o mesmo ainda possuía alguma relação com sindicatos rurais, até pela sua formação, que teve fonte na CPT e nos sindicatos, como visto no capítulo 4.

A imagem transmitida pelos meios de comunicação hegemônicos é a de que o MST é aparelhado pelos sindicatos ou por partidos políticos, especificamente o Partido dos Trabalhadores – PT, afirmando mesmo que o Movimento é cooptado por estes órgãos e age violentamente mais para atender a interesses destes grupos de que a seus próprios.

Elegemos, inicialmente, um artigo que data do início do Movimento, para verificarmos como essa imagem já era construída. Assim, podemos observar a fala do latifundiário Albrecht, presidente do sindicato dos ruralistas, constante da reportagem do dia 15 de Julho de 1985, veiculada pela Folha de São Paulo, na matéria intitulada *fazendeiros gaúchos estão se armando*, na qual aduzia que “Temos informações de gente infiltrada que se filiam ao sindicato dos trabalhadores rurais para participar destas invasões”.

É interessante esta afirmação, na medida em que o latifundiário é presidente de um sindicato, mas patronal, e aponta negativamente o fato de os trabalhadores estarem em associação sindical (que já não era, pois o MST já surgiu autonomamente, apesar de ter relações claras com sindicatos dos trabalhadores rurais). Fica claro aqui que mobilização sindical só para os latifundiários é permitida, posto que se os trabalhadores ousarem se unir, serão recebidos à bala de revólver.

Apesar de o MST afirmar ser um movimento supra-partidário, o Partido dos Trabalhadores – PT exerce forte influência, que possui muitos dos seus correligionários inseridos neste e em outros movimentos sociais. Liga-se igualmente a imagem do Movimento e militantes ao PT, mas classifica-os como massa de manobra, fazendo crer que as atividades do Movimento não são movidas por seus objetivos, tentando, assim, desqualificar a própria motivação.

Uma outra vertente é a de o partido político em questão ser condescendente com o Movimento, seja em nível parlamentar ou executivo, podendo-se trazer como exemplo desta última acepção a reportagem denominada *A Jornada Das Foices*, publicada na Edição 1143, da Revista Veja, no dia 15 de Agosto de 1990, na qual quer instigar a

cumplicidade com atos que são tidos como violentos e/ou desordeiros.

Sob a nuvem de gás lacrimogêneo a maior parte dos agricultores saiu em debandada e enfrentava a Brigada Militar com o que encontrava ao alcance da mão. **Em fuga, um grupo de cerca de 100 manifestantes enveredou pela Avenida Borges de Medeiros na esperança de conseguir abrigar-se nas dependências de uma repartição mais segura, a prefeitura de Olívio Dutra, do PT, sigla que mantém laços de consanguinidade com a organização dos sem-terra.** Em sua passagem, quebrava vidros de carros e vitrines de lojas. Por volta do meio-dia, parte do grupo de agricultores que se espalhou pela cidade conseguiu se entrincheirar na prefeitura (...). Uma comissão dos manifestantes foi recebida pelo prefeito da cidade, Olívio Dutra. Ao meio-dia e quinze a prefeitura foi cercada por 250 homens da Brigada Militar numa operação que teve lances típicos de uma situação de anarquia. O primeiro diz respeito ao comportamento do prefeito Olívio Dutra, que, apesar de saber que os manifestantes carregavam foices e enxadas, considerou que o “movimento tinha tudo para ser pacífico” (grifos nossos, Revista Veja, 15 de Agosto de 1990).

Um outro exemplo é a notícia do jornal O Globo, do dia 27 de Julho de 1990, intitulada Cabrera divulga a lista de 36 invasores ligados à CUT. Nesta reportagem fica clara a ideia de cooptação do Movimento e a tentativa de usar os trabalhadores como massa de manobra para fins eleitoreiros.

O ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, apresentou ontem documentos que, segundo ele, são provas que **as invasões de terra ocorridas ontem em cinco Estados estão sendo orquestradas por membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), “para servir como palanque eleitoral”.**

(...)

- O relatório do delegado sobre essa invasão dizia o seguinte: **“o movimento é muito organizado** e constituído de comissões de segurança, alimentação, higiene e relações públicas. **Também percebe-se que são pessoas bastante doutrinadas** e radicais. Foi observada a presença de indivíduos da gleba XV de Novembro, Rosana, São Paulo”. Quer dizer, eles já possuíam terras e praticavam invasões - explicou o Ministro ao ler o relatório. (grifos nossos, O Globo, de 27 de Julho de 1990).

Desta maneira, retira-se a importância do Movimento e a luta em si de seus membros, na medida em que não é, segundo se transmite a ideia, objetivo real dos trabalhadores, mas sim bandeira política. A fala de que são pessoas doutrinadas, transmite a ideia de que são mesmo cooptados, quase adestrados como seres não pensantes e que receberam orientações de cima para baixo e como marionetes estão atuando.

3.1. “APARELHAMENTO “ X “DISCURSO DESLEGITIMADOR” E “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”.

Relativamente à tabela 1, podemos observar que ao ser noticiado sobre o MST ser um movimento aparelhado, seja por sindicatos, seja pelo PT, o discurso priorizado é o deslegitimador e a orientação do discurso é negativa, desqualificando os objetivos do mesmo, tanto que quanto à orientação do discurso positiva, nenhuma codificação foi realizada acerca da temática do aparelhamento.

Tabela 1 - Aparelhamento x Discursos Deslegitimadores E Linguísticos.

CRUZAMENTO	Discursos Deslegitimadores			Orientação do Discurso	
	Desqualificador	MST desordem	Voz polícia - Governo - fazendeiros	Desqualificador	Neutro
Aparelhamento Partidário/Sindical do Movimento	9	1	3	12	3

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Em nenhuma das matérias observadas quanto à temática aqui tratada, fez-se qualquer relação aos latifundiários em termos de apoio aos mesmos, mas em três reportagens pode-se verificar que foi garantida voz a algum integrante do Governo ou aos fazendeiros, o que podemos aferir por meio da análise da matéria veiculada no dia 1º de Outubro de 1986, pelo jornal O Globo, sob a rubrica “Dante Atribui O Conflito Na Annoni Ao Desespero Eleitoral Dos Petistas”, que associa a imagem do Movimento ao Partido dos Trabalhadores, dando voz ao então Ministro da Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que desqualifica as ações, rotulando-as como “provocatórias e inconsequentes”, de um modo em que fica implícito que as atividades são na verdade atentatórias à democracia e que os trabalhadores não passam de joguetes com fins eleitorais.

A tentativa de ocupação de terras já desapropriadas no Rio Grande do Sul pelas famílias acampadas na fazenda Annoni revela o “desespero do PT” pela derrota que sofrerá nas eleições de 15 de Novembro, diagnosticou ontem o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, **acusando os líderes do Movimento dos Sem Terra de assumirem atitudes “provocatórias e inconsequentes”**.

- No fundo, a questão é política.

Eles torcem para que a reforma agrária não dê certo, para não perderem a bandeira – acrescentou Dante de Oliveira, para quem as pressões dos trabalhadores devem ser “**democráticas, legítimas e com o pé no chão, e não provocatórias**”. (grifos nossos, Jornal O Globo, 1º de Outubro de 1986).

A maior parte dos “Discursos Deslegitimadores” em relação às matérias que tratam do “aparelhamento partidário/sindical do Movimento” tendem a desqualificar a luta ou a atividade praticada, como podemos verificar na reportagem veiculada pela Revista Veja, no dia 03 de Abril de 2002, na Edição 1745, intitulada “Os sem-limite atacam de novo”, referindo-se à ocupação da fazenda dos filhos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

OS SEM-LIMITE ATACAM DE NOVO

NA AÇÃO MAIS ESPETACULAR E AGRESSIVA DE SUA HISTÓRIA, O MST INVADE A FAZENDA DE FHC

(...)

Movimento político que manipula massas empobrecidas, o MST ostenta em sua cúpula uma salada ideológica anacrônica que consegue compatibilizar maoístas, guevaristas, marxistas, fidelistas e até representantes de correntes políticas moderadas.

(...)

Contemplados com a terra, **os integrantes do MST costumam abandonar as assembléias políticas e iniciar a vida de microagricultores. Isso acontece com a maioria, mas não com os militantes vitalícios da bandeira vermelha. Entre os dezesseis militantes presos na semana passada na fazenda de Fernando Henrique, a maioria era assentada em lotes agrários. Simplesmente abandonaram suas roças na entressafra para ir à fazenda Córrego da Ponte promover sua manifestação política de ataque pessoal ao presidente da República.**

(...)

Logo depois da invasão da fazenda, o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, fez sua declaração mais infeliz no governo. Sem nenhuma evidência, acusou o PT de estar por trás da baderna dos sem terra. (...) O ministro se valeu de um dado real. Existe uma notória aproximação entre o MST e o PT. (...) Ainda assim, a declaração do ministro esbarrou na levandade. Com uma acusação sem fundamento, o ministro autoriza seus adversários, a partir de agora, a supor que toda ação da Polícia Federal está a serviço dos tucanos, já que o diretor da instituição é filiado do PSDB. A cúpula do PT e a do MST não torçam informações e nem dependem uma da outra. O partido e o movimento, aliás, andam às turras nos últimos anos.

(...)

O episódio atingiu o candidato petista no coração. De início, ele ficou na dúvida se condenava ou não a invasão. Demorou para condená-la e, quando finalmente abriu a boca, disse que era contra a ação do MST mesmo porque ela não ajudava em nada a reforma agrária. Deu a entender que se ajudasse a reforma agrária, então a ação seria positiva. (grifos nossos, Revista Veja, 03 de Abril de 2002).

A reportagem todo o tempo associa a ocupação ao desrespeito à democracia e à ordem constitucional, tendo em vista a propriedade ser dos filhos do então presidente da República. Nesta medida, não foi qualquer pedaço de terra que fora ocupado, objetivando que o governo implemente a reforma agrária. Aqui, até por conta da lei que foi instituída proibindo a vistoria para fins de reforma agrária em terras ocupadas, a fazenda foi ocupada não com pretensões de que a mesma fosse desapropriada, mas para pressionar a implementação da reforma agrária como política pública. Entretanto, esta ação fez com que várias vezes levantassem rotulando o ato de atentatório à democracia e ao Estado Democrático de Direito.

Quando menciona a relação com o PT, a Revista Veja adota uma postura de crítica à declaração do Ministro, que acusa o PT de estar por trás da ocupação, posto que a compreende como leviana, por não ter fundamento probatório, mas declara que “*O ministro se valeu de um dado real*”. Afinal, a alegação provém de dado real ou é em si uma afirmação leviana por falta de prova? Parece que a matéria aposta mais na primeira

opção e acaba por legitimar e anuir com as declarações do Ministro, não só por pré-concepções já estabelecidas na mídia hegemônica, mas também por afirmar que a ação “atingiu o candidato petista no coração”.

Não se verificou qualquer notícia que trate desta sub-categoria em análise tendo em si uma orientação de discurso positiva. A aposta está na “orientação de discurso” “desqualificador”, relacionando o alegado “aparelhamento” de forma negativa, como se depreende da matéria publicada em 27 de Março de 2002, pelo jornal O Globo, sob a rubrica “Invasões do MST: queremos mudar as leis, alargar a democracia, acabar com o autoritarismo e o elitismo”, ao afirmar que “O presidente nacional do PT, José Dirceu, disse que o partido não apoiará o MST caso o movimento tenha intenção de radicalizar suas ações e de usar violência”.

Nesta reportagem chega-se a afirmar que o próprio PT desaprova as ações do Movimento, o que confirmaria o aparelhamento e o protecionismo, sendo este pelo entendimento contrário, pois se se vai retirar o apoio, é porque ele existe anteriormente, para além de marcar a imagem com pecha de radicais e violentos.

3.2. “APARELHAMENTO “ X “POLÍTICAS PÚBLICAS”.

O cruzamento destas sub-categorias nos revela que a ligação da imagem do MST seja com partidos políticos seja com sindicatos, encontra eco equinânime em quase todas as ramificações, conforme se observa por meio da tabela 2. Em contra-partida, não se verificou nenhuma codificação no cruzamento “aparelhamento x políticas públicas negativas induzidas”, relacionadas ao Poder Legislativo e nem no “aparelhamento x políticas públicas positivas induzidas”, relacionadas ao Poder Legislativo e Judiciário.

Tabela 2 - Aparelhamento x Políticas Públicas

		CRUZAMENTO	APARELHAMENTO PARTIDÁRIO DO MOVIMENTO
POLÍTICAS PÚBLICAS NÃO OFICIAIS		Desfavoráveis	1
		Favoráveis	1
POLÍTICAS PÚBLICAS NEGATIVAS INDUZIDAS	Poderes	Executivo	1
		Judiciário	1
POLÍTICAS PÚBLICAS POSITIVAS INDUZIDAS	Poderes	Executivo	2

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Na notícia veiculada no jornal O Globo, no dia 16 de Fevereiro de 1986, intitulada “Pastoral orienta Movimento dos Sem-Terra no Sul”, aponta a relação de políticas públicas não-oficiais positivas, marcadas aqui pela postura de apoio e cooperação da CPT para com o Movimento, na qual se registra a formação política ministrada por estes atores sociais por ocasião da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte¹, para além de sensibilizar a classe trabalhadora do campo quanto ao voto consciente:

Com essa vanguarda, especialmente Marli Castro e Darci Maschio, Arnildo e Frei Sérgio discutem desde assuntos específicos do Movimento a temas gerais como política, sindicalismo e Constituinte.

E tem posições muito claras: **defendem o engajamento num “verdadeiro partido de trabalhadores”**, com a ressalva de que o PT ainda não é esse partido.

Para o resto dos agricultores, os militantes da CPT fazem um discurso bem mais moderado, sempre com a preocupação de destacar sua ação evangelizadora, de conscientizar os oprimidos e concretizar a opção da Igreja pelos pobres.

Quanto aos partidos, os colonos são profundamente divididos. Na romaria da terra, vários disseram que não vão mais trocar votos por comida, como sempre fizeram: agora votam em branco ou vendem o voto bem caro.

Limitam-se a recomendar aos lavradores que votem em pessoas sem tradição partidária-parlamentar, comprometidas com as causas populares.

Militantes do PDT e do PCB procuram se aproximar do Movimento dos Sem Terra, tentando ocupar um espaço até agora privativo do PT. (grifos nossos, O Globo, de 16 de Fevereiro de 1986).

A reportagem, quando se refere a fala dos missionários da CPT, não faz diretamente uma associação ao aparelhamento, no caso aqui, partidário, mas apenas retrata a opinião dos mesmos, indicando que acreditam ser necessário ao Movimento um engajamento partidário (*“defendem o engajamento num “verdadeiro partido de trabalhadores”*), cabendo esclarecer que o voto no Brasil é obrigatório e é absolutamente natural que as pessoas se identifiquem ideologicamente com um ou outro partido (*“Quanto aos partidos, os colonos são profundamente divididos”*). Entretanto, quando a notícia assume voz própria, a ideia do aparelhamento já é retomada (*“tentando ocupar um espaço até agora privativo do PT”*).

Tendo em vista o apoio da CPT, desde sua origem, é que se verificam igualmente discursos negativos conforme Losano (2006, p. 137), para quem o MST não é um

¹ Após o regime militar, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 1º de Fevereiro de 1987, sendo presidido pelo deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, para dar corpo à Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de Outubro de 1988.

movimento comunista, mas antes um braço agrário da Igreja Católica. Segundo o autor (Losano, 2006, p. 123), a mensagem da Teoria da Libertação para os Sem-Terra é a seguinte: “a ordem atual não é a desenhada por Deus, portanto a luta dos Sem-Terra se baseia em um ordenamento superior ao Estado, que não realiza a reforma agrária”. Apesar de o MST ter em sua gênese, e até os dias atuais, o apoio da Igreja católica, não há qualquer aspiração divina em sua causa, posto que lutam por um mundo melhor aqui mesmo, neste mundo.

Podemos verificar o cruzamento “aparelhamento x políticas públicas negativas induzidas”, relacionadas ao Poder Judiciário, tendo como exemplo a matéria divulgada na Revista Veja no dia 22 de Abril de 2008 na Edição 2109, sob a rubrica “Abatido pelo radicalismo”, na qual se noticia que promotor de Justiça, Gilberto Thums, mentor das ações judiciais pleiteando, entre outras coisas, a extinção do MST no Rio Grande do Sul, estaria deixando o caso por conta das retaliações sofridas.

ABATIDO PELO RADICALISMO

PROMOTOR QUE COMBATIA NA JUSTIÇA AS AÇÕES CRIMINOSAS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL ABANDONA O CASO DEPOIS DE SOFRER AMEAÇAS, CONTRANGIMENTOS, GRAMPOS E ATÉ UM ATENTADO CONTRA SUA VIDA.

(...)

Em Brasília, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, **órgão do governo aparelhado pelo MST**, enviou uma representação ao Conselho Nacional do Ministério Público acusando a instituição de afrontar direitos fundamentais das crianças ao tentar extinguir as escolas do MST. Há duas semanas, ao participar de uma audiência pública, o promotor foi recebido por 200 crianças cantando o hino do movimento e com cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente nas mãos. A claque o deixou constrangido. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), braço da Igreja Católica que dá sustentação ao MST, atacou em outra frente. Pela Internet, lançou uma campanha mundial que soterrou o correio eletrônico do promotor. (...) Nas últimas semanas, segundo o promotor, cinco mensagens de voz com gravações de suas conversas telefônicas lhe foram enviadas, num indício claro de que ele está sendo monitorado sabe-se lá por quem. Além disso, ele diz ter sido vítima de um atentado, quando um carro tentou atropelá-lo na rua (grifos nossos, Revista Veja, 22 de Abril de 2009).

Aqui, fica claro, que o fato de haver intensa relação, segundo a mídia, entre o MST e o PT, o mesmo chega a ocupar cargos no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ou melhor, não são meros cargos. Agora, o Movimento aparelhado, segundo expressamente afirma, é quem aparelha o Governo.

Já o cruzamento “aparelhamento x políticas públicas positivas induzidas”, as duas reportagens codificadas, relacionam-se ao Poder Executivo, selecionando-se apenas uma a título de exemplificação, qual seja a matéria publicada no jornal O Globo no dia

19 de Junho de 1985, sob a rubrica “Incrá pede trégua e confiança no Governo aos agricultores”.

INCRA PEDE TRÉGUA E CONFIANÇA NO GOVERNO AOS AGRICULTORES

A questão mais imediata a ser resolvida é a aprovação da proposta para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e, até que isso ocorra, os lavradores sem terra devem dar uma trégua e um crédito de confiança ao Governo, além de unir suas forças para que esta primeira etapa seja vencida.

O apelo foi feito ontem pelo Presidente do Incra, José Gomes da Silva, a uma comissão de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que tem uma **atuação totalmente desvinculada da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e mais afinada com as propostas do PT.**

O Diretor Adjunto de Recursos Fundiários, Durval Mota, **fez um apelo para que os trabalhadores busquem uma unidade em torno da reforma agrária. Segundo ele, é preciso reunir as forças favoráveis ao projecto do governo, porque as contrárias estão unificadas** (grifos nossos, O Globo, 19 de Junho de 1985).

A matéria sugere claramente a aliança petista do MST e demonstra como o Governo, aqui por meio do Incra, começa a se movimentar no sentido da realização positiva de uma política pública, qual seja a intenção de reforma agrária, requerendo uma mobilização maior por parte dos trabalhadores em prol do PNRA, posto que os fazendeiros, contrários à reforma agrária, já estão arregimentados e, como já vimos, até armados.

Durante o Governo Lula, as afirmações no sentido de complacência do Estado aumentaram. Em finais de 2003, o Governo Lula prometia assentar 400.000 famílias antes de 2006. A meta de 2003 era de assentar 60.000 famílias, mas chegou-se ao final daquele ano com apenas 36.000 famílias. O termo não foi cumprido e o MST iniciou, em 27 de Março daquele ano, novas manifestações e ocupações, culminando em 17 de Abril, data em memória daqueles dezenove camponeses, entre mulheres, idosos e crianças, que tomaram em Eldorado de Carajás, Pará, em 1996. Abril passou a ser o mês em que as ações do MST são intensificadas para pressionar o Governo a fim de realizar a reforma agrária, sendo este período denominado Abril Vermelho².

² Recebeu este nome em razão de uma declaração de Stédile, ao afirmar que a reforma agrária do Governo Lula era uma grande vergonha, demonstrando a insatisfação do Movimento com a reforma agrária implementada pelo 1º mandato de Governo Lula e a contradição entre o programa eleitoral e o de governo, afirmando, ainda, e que o MST iria “incendiar” o país com as suas ações, transformando as ocupações em um verdadeiro “inferno” para o Governo Lula. Com base nesta declaração, a UDR (União Democrática Ruralista) intentou ação contra Stédile com a pecha de subversão, com base na Lei de Segurança Nacional, aprovada no apagar das luzes do governo militar, em 1983 (art. 16 e 23). As reações foram variadas: O presidente do STF afirmou ser o governo leniente na reforma agrária, o presidente da OAB comparou Stédile ao líder palestino do Hamas, e o vice-presidente da República afirmou que não

A jornada de lutas que marca o denominado Abril Vermelho fez com que poucos dias após a declaração de Stédile, as ocupações aumentassem em 24, sendo 14 somente no Estado de Pernambuco. O Governo, apesar de afirmar que não cederia às pressões, redobrou os fundos à disposição do Ministério para o desenvolvimento agrário e acelerou o processo de expropriações (Folha de São Paulo, 09 de Abril de 2004, p. A7).

Em entrevista concedida pelo Diretor Geral da ABIN, no periódico Folha De São Paulo, 05 de Dezembro de 2004, P. A6, que teve como título “Movimentos querem Farra e Bagunça”, o mesmo afirmava que “os movimentos sociais sequer sabem porque reivindicam, pois na verdade nada reivindicam. Estão somente protestando e só querem causar distúrbios e confusão”. Esta própria declaração do Diretor da ABIN foi contestada pelo Ministro do desenvolvimento agrícola, Miguel Rossetto, que afirmava que o Governo não previa qualquer aumento de conflito no setor rural. Após, nada mais se ouviu das agências de segurança.

No início de 2005, o Governo Lula se reuniu com a liderança do MST, propondo um acordo: o Governo aceleraria os processos de reforma agrária no País, enquanto o MST se comprometia a não mais repetir o “Abril Vermelho”. Entretanto, finda em 2007, o II PNRA que pretendia, de 2003 a 2007, assentar 550 mil famílias, tendo cumprido apenas o total de 163 mil, o que representa apenas 30% da meta de governo para aquele período.

Em meados do primeiro ano de mandato de Lula, em 2003, o presidente recebeu a liderança do MST no Palácio do Planalto e no final da audiência, paramentou-se com o boné oferecido pelo Movimento. Foi o bastante para os seus opositores afirmarem que Lula estava fomentando as ocupações e violência no campo. No dia seguinte ao encontro, já se podia verificar na Folha de São Paulo, no dia 03 de Julho de 2003, artigo de Jorge Bornhausen, presidente nacional do Partido da Frente Liberal – PFL, intitulado “O Boné da Insensatez”, afirmando que Lula, no mínimo era complacente “com os saques e desordens realizados pelo MST”.

toleraria pressões, mas concordou ser tal declaração condizente com o movimento social. Esta informação consta no periódico Folha de São Paulo, 30 de Março de 2004, p. A7

4. DA VIOLÊNCIA

A violência é outro discurso que se observa nas reportagens sob análise. Verificou-se o discurso da violência física ou moral praticada pelos trabalhadores contra a polícia ou fazendeiros, totalizando um número de 59 reportagens, bem como a praticada pelos latifundiários, jagunços ou polícia contra os trabalhadores rurais, perfazendo um total de 16 notícias, conforme Tabela 3, cabendo informar que não foram encontradas correspondências nos anos de 1984, 1992, 2002, 2006 e 2008.

Tabela 3 – Discurso da violência por anos e meio de comunicação hegemônico³.

Anos	Contra		Responsabilização			
	Fazendeiros - polícia	Trabalhadores	Governo	Jagunços	Polícia	Trabalhadores (2)
1985	3	12	2	19	1	18
1986	-	6	2	6	2	10
1990	2	1	3	-	-	4
1991	1	4	1	1	-	9
1996	10	36	18	6	35	30
2002	-	-	-	-	-	2
2006	-	-	-	-	1	11
Revista Veja	3	11	8	8	2	9
Folha de São Paulo	9	32	14	11	29	42
O Globo	4	16	5	13	9	34

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Entretanto, podemos observar, por meio da mesma tabela, que a atribuição de responsabilidade pela violência no campo, apesar de demonstrada que são os trabalhadores quem mais a sofrem, recaem sobre eles próprios, majoritariamente, posto que encontramos 85 codificações neste sentido, enquanto a responsabilização surge em 27 codificações para o Governo, 32 para os fazendeiros/jagunços e 40 para a polícia, importando registrar que não foram encontradas codificações para os anos de 1984, 1992 e 2008. No ano de 2002, só encontramos duas codificações responsabilizando apenas os trabalhadores rurais, assim como em 2006, diferenciando de uma referência à atribuição de responsabilidade pela violência à polícia.

³ Cumpre esclarecer que em todas as tabelas, as sub-categorias aparecerão sombreadas de cinza e os marcadores obrigatoriamente estarão referenciados com o 0, uma vez que nenhuma reportagem, quando a sub-categoria possuir ramificações, foi codificada naquela, sendo apenas nestas.

O tipo de reportagem que se traz à baila pode corroborar com o entendimento de que é criada a imagem de que os trabalhadores rurais são os algozes dos fazendeiros e que devem se defender das suas ditas “invasões”. Assim, segue fragmento na matéria publicada no dia 15 de Julho de 1985 pela Folha de São Paulo, sob a rubrica “*Fazendeiros gaúchos estão se armando*”:

Na semana passada, mais de **50 fazendeiros deram o primeiro passo para a defesa de suas terras**, criando a Associação “Pacto Da Unidade E Resposta Rural” (PUR), **que servirá para combater prováveis invasores**. A ideia, segundo Albrecht, agradou a proprietários rurais de mais de vinte municípios da regional.

(...)

Os agricultores sem terra do Rio Grande Do Sul, segundo Albrecht, “estão se organizando e preparando para invadir nossas propriedades” (grifos nossos Folha de São Paulo, 15 de Julho de 1985).

João Alfredo Telles Melo, deputado federal do PSOL do Ceará, foi o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, publicada em 2006. Nela, o deputado apresentou trecho da ementa do requerimento para instauração da CPMI, onde já ficava claro o corte ideológico inicial e o tom que é recorrente. Assim, para clarificar o que foi dito, recorta-se trecho da ementa, na qual trata dos objetivos da Comissão:

(...) realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terra em áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações, por vezes com violência). (Mello, 2006, p. 22)

O que é interessante observar na ementa é que a violência praticada pelos trabalhadores é certa, enquanto a dos latifundiários, “quem sabe se não é só o que falam por aí”. Colocam uma dúvida a priori e se “esquecem” que são eles próprios quem organizaram, mesmo antes da existência do MST, logo no início da chamada Nova República, milícias armadas, onde afirmavam categoricamente que matariam quem estivesse na frente, inclusive mulheres e crianças.

No período em que a CPMI da Terra estava em andamento, outra acontecia, mas levada a frente pela bancada ruralista, tendo por objetivo aniquilar os movimentos sociais agrários, em especial o MST. Em importante narrativa, o relator afirma que

“Ao final dos trabalhos da CPMI, foi aprovado, por 13 votos a oito, um relatório paralelo ao nosso, em tensa sessão no dia 29 de Novembro de 2005. A Comissão era composta, em sua maioria, por defensores dos interesses dos ruralistas que, embora ausentes da maior parte dos trabalhos, compareceram em peso à votação final e aprovaram um texto reacionário, que premia o latifúndio improdutivo e inverte a lógica da história, transformando as vítimas em responsáveis pela violência no campo” (Melo, 2006, p. 23).

Como resultado desta Comissão, restaram duas medidas legais que intentam reprimir ainda mais e coibir a democracia participativa. Esse relatório paralelo, segundo Melo (2006, p. 23), é o documento oficial da CPMI, e engendrou dois projetos de lei, que prevêm a tipificação das ocupações de terra, que são modos legítimos de pressionar o governo para implementação da reforma agrária, como “atividade terrorista” e “crime hediondo”.

A concentração de terra e a violência no campo, por conta da impunidade, em especial dos proprietários rurais, encontram-se na origem dos problemas fundiários no Brasil. De acordo com dados obtidos na CPMI da Terra, 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo INCRA. Do outro lado da linha, estão cerca de três milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Segundo dados da CPT, nos últimos vinte anos, foram 1.349 mortos nos conflitos agrários, sendo apenas 75 das 1.003 ocorrências que foram a julgamento, onde se observou 64 executores condenados e 44 absolvidos, sem falar nos mandantes dos homicídios, que só foram condenados 15 dos mesmos (Melo, 2006, pp. 25-26).

Não obstante todos os números acima, a temática da violência é um recurso recorrente e, nas duas vertentes deste discurso, o veículo comunicacional que mais se utiliza do mesmo é a Folha de São Paulo. O número superior no qual os trabalhadores rurais constam como vítimas, dá-se, em especial, no ano de 1996, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, coincidindo com um maior número de reportagens, neste mesmo ano, em que a violência contra os trabalhadores é praticada pelos policiais e com forte responsabilização estatal. O que causa espécie é o fato de no próprio ano do massacre, os trabalhadores rurais também terem sido responsabilizados pela violência sofrida e de forma bastante expressiva (vide Tabela 3).

O ano em que os fazendeiros foram mais responsabilizados pela violência praticada no campo, foi em 1985, momento em que o MST ainda estava no início, e as reportagens recaiam mais sobre as formações de milícias de latifundiários, que se armavam contra os trabalhadores rurais, apesar de, não raras vezes, demarcar-se que esta situação dava-se por defesa contra as investidas dos trabalhadores organizados. Tanto que a diferença de codificação das matérias é pequena, perfazendo 19 para os latifundiários e 18 para os trabalhadores rurais, conforme se verifica da análise da Tabela 3.

É o que se depreende da observação da notícia veiculada na Folha de São Paulo, no dia 11 de Julho de 1985, com o título “Reforma agrária recebe apoio no Paraná”, que determina como uma das causas do êxodo rural a “ação criminosa de grileiros e seus jagunços”.

As entidades e os parlamentares autores da moção apresentam como argumento para suas posições, sete considerações, que afirmam refletir o ponto de vista geral da sociedade paranaense. Afirmam que a situação agrária no Brasil é séria e reclama soluções efetivas e urgentes, resultando que o processo de expulsão do homem do campo continua, seja pelo avanço irracional do capitalismo no campo, seja pela **ação criminosa de grileiros e seus jagunços ou pela política agrícola aplicada nos últimos anos**”. (grifos nossos, Folha de São Paulo, 11 de Julho de 1985).

A matéria publicada no jornal O Globo, no dia 17 de Junho de 1985, deixa ainda mais clara a atribuição de responsabilidade aos próprios trabalhadores pela violência que eles mesmo sofrem, visto que colocam os latifundiários numa posição de defesa contra a reforma agrária. O interessante aqui é que nem são as ditas “invasões”, na visão dominante, que se consubstanciam em ameaça aos latifundiários, mas a implantação da reforma agrária em si. É a política pública quem “invade”, neste contexto.

REFORMA AGRÁRIA DONOS DE TERRA COMPROMETEM ARMAS

Os **produtores rurais** de São Paulo, **com expressivos investimentos no Pará, Minas Gerais e Goiás**, principalmente, estão **comprando grande quantidade de armas para impedir a invasão de suas terras com a implantação da reforma agrária**.

- **O produtor está assustado e com medo de invasão de suas terras** – tenta justificar Cardoso de Almeida, que espera que o Presidente José Sarney suspenda, pelo menos por enquanto, a aplicação do Plano (...) (grifos nossos, O Globo, 17 de Junho de 1985).

O discurso da violência foi relacionado com outras várias sub-categorias para que assim se chegássemos a ponderamentos mais esmiuçados da questão.

4.1. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “DISCURSO DESLEGITIMADOR”

O cruzamento das sub-categorias “Discurso da Violência” x “Discurso Deslegitimador” pode ser observado na tabela 4, verificando-se que nenhuma matéria relacionou a violência ao apoio do governo aos latifundiários, em nenhuma de suas vertentes de análise.

Tabela 4 – Discurso da Violência x Discurso Deslegitimador

Cruzamento			Discurso Deslegitimador		
			Desqualificadores luta - ato	MST desordem	Voz policia - Governo - fazendeiros
Discurso da Violência	Contra	Fazendeiros – policia	9	-	5
		Trabalhadores	11	-	8
	Responsabilização	Governo	3	-	1
		Jagunços	6	1	2
		Policia	4	-	1
		Trabalhadores	60	3	25

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Em 11 das matérias codificadas, pode-se verificar que, apesar de os trabalhadores serem vítimas da violência, o discurso atribuído é o da desqualificação do ato ou dos objetivos da luta, sendo, ainda, em 08 codificações, dentro da violência sofrida pelos trabalhadores, ter-se dado voz à polícia, fazendeiros ou governo.

Podemos trazer como exemplo de reportagem a matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 15 de Julho de 1985, sob a rubrica “Fazendeiros Gaúchos estão se armando”, na qual se acentua que a violência sofrida pelo trabalhador perpassa por um discurso que também desqualifica o Movimento, responsabilizando-o pela violência que eles próprios suportam, na maioria dos casos:

Fazendeiros e latifundiários do Rio Grande do Sul, especialmente ao norte do Estado, estão se organizando e armando para **revidar uma invasão em massa de suas terras, que teria início a partir de 20 de Agosto**. Albrecht garantiu ter informações de que a partir daquela data, os sem terra vão invadir fazendas e grandes propriedades.

(...)

Na semana passada, mais de 50 fazendeiros deram o primeiro passo para a defesa de suas terras, criando a associação “Pacto Da Unidade E Resposta Rural” (PUR), que servirá para combater prováveis invasores. A ideia, segundo Albrecht, agradou a proprietários rurais de mais de vinte municípios da regional.

(...)

Os agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, segundo Albrecht, “estão se organizando e preparando para invadir nossas propriedades”.

(...)

Albrecht promete um **belo espetáculo por parte dos fazendeiros** a partir de 20 de Agosto, “com bala comendo solta no campo. **Não nos responsabilizamos por vidas que forem ceifadas**”, acrescenta (grifos nossos, Folha de São Paulo, 15 de Julho de 1985).

Fica claro aqui como os fazendeiros, diretamente ou por meio de seus capangas, agem com violência contra trabalhadores rurais. A suposta ocupação de terra já enseja a compra de armas e, sem medo nenhum, tendo em vista que o direito penal foi mesmo feito para se colocar os pobres atrás das grades, reinando a impunidade para os latifundiários, na maior parte dos casos, afirmando categoricamente que pessoas serão mortas.

Da mesma forma em que acenam para a violência que sofre os trabalhadores rurais, os meios hegemônicos apontam situações nas quais tendem a desqualificar a própria luta do Movimento, restando clara a intenção de desvirtuar o âmago da questão e demonstrar à população que, apesar de vítimas, os mesmos “merecem” a dor que sofrem.

4.2. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”

Neste cruzamento, pretende-se verificar, com base na análise da Tabela 5, a forma como o discurso da violência, sofrida ou não pelos trabalhadores, tem relação com a linguagem utilizada pela mídia para retratar os trabalhadores, seja ela negativa, positiva ou neutra.

Tabela 5 – Discurso da violência x orientação de discurso

Cruzamento			Orientação do discurso		
			Desqualificadores	Neutro	Positivos
Discurso da Violência	Contra	Fazendeiros – policia	10	-	1
		Trabalhadores	12	7	5
	Responsabilização	Governo	4	1	4
		Jagunços	7	4	1
		Polícia	5	4	4
		Trabalhadores	58	3	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Nas reportagens codificadas, verificamos que a maior parte que trata relativamente à violência sofrida pelos trabalhadores, utiliza recurso linguístico que desqualifica a imagem, quer do Movimento, quer dos trabalhadores, num total de 12 codificações, sendo apenas 05 as que os retratam positivamente naquelas situações. Somente em uma, a linguagem utilizada é positiva, apesar da violência praticada ter sido contra os sem-terra, conforme se depreende da Tabela 5.

Tomemos como exemplo a matéria publicada no dia 19 de Abril de 1996, pelo jornal O Globo, com o título “Matança no campo: conflito de sem terra e PMs deixa 20 mortos, pelo menos 45 feridos e 15 crianças desaparecidas”, que trata do massacre de Eldorado de Carajás, onde 19 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados, mas ainda assim os retrata como os causadores da violência, na medida em que se afirma que foram os primeiros a atacar os policiais:

MATANÇA NO CAMPO: CONFLITO DE SEM TERRA E PMs DEIXA 20 MORTOS, PELO MENOS 45 FERIDOS E 15 CRIANÇAS DESAPARECIDAS

(...)

A PM foi chamada pelo governador Almir Gabriel para desobstruir a rodovia PA-150. Foram enviados dois destacamentos da PM, um de Parauapebas e outro de Macapá, que chegaram de ônibus com munição pesada. **Os PMs foram recebidos com paus, pedras e foices.** Por ordem direta do Coronel Mario Pantoja, os policiais – sem identificação nos uniformes – começaram a atirar, primeiro para o alto. Mas **os sem terra continuaram avançando em direção a eles. A polícia, então, começou a atirar para matar** (grifos nossos, O Globo, 19 de Abril de 1996).

No mesmo sentido, temos a reportagem divulgada na Folha de São Paulo, no dia 18 de Abril de 1996, um dia após o massacre. Com o título “Confronto mata pelo menos 19 no Pará”, a reportagem menciona que a responsabilidade por terem morrido os sem-terra são deles próprios, na medida em que deveriam esperar mais pelas negociações em andamento, deixando implícita não só a falta de paciência dos trabalhadores como também a má-fé, já que, na visão dominante, vontade política há.

CONFRONTO MATA PELO MENOS 19 NO PARÁ.
CONFLITO ACONTECEU QUANDO POLICIAIS MILITARES TENTAVAM LIBERAR
RODOVIA OCUPADA POR TRABALHADORES

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 18 de Abril de 1996).

Pelo discurso aqui demonstrado, o MST não tinha nada que ter bloqueado a estrada, quando já tinham sido realizados acordos, mas obviamente a notícia não menciona o fato de que as referidas negociações já se arrastavam a mais de ano e meio com promessas não cumpridas pelo Governo, como expusemos no capítulo 5.

A situação piora quando a própria reportagem imputa a responsabilidade pela violência agrária aos sem-terra. No cruzamento com a orientação de discurso, as matérias codificadas elevam-se para 58, não havendo nenhuma, nesta sub-categoria, que utilize recurso positivo para representar os obreiros. Na reportagem da Folha de São Paulo do dia 21 de Abril de 1996, sob a rubrica “Região do conflito rejeita o movimento dos sem-terra”, fica clara a utilização destes recursos linguísticos desqualificadores associados ao discurso da violência praticada pelos trabalhadores.

REGIÃO DO CONFLITO REJEITA O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Enquanto a opinião pública e o próprio governo reconhecem no Movimento dos Sem-Terra um problema social a ser resolvido, **boa parte da população da região do Bico do Papagaio rejeita o movimento.**

Situada na confluência das fronteiras de quatro Estados _Pará, Maranhão e Tocantins, a região é palco histórico da luta por terras.

Os constantes conflitos tornam difícil a vida de grande parte dos moradores. **Cansados de invasões, saques, interdição de estradas e de violência, a maioria rejeita o movimento dos Sem-terra.**

Uma frase é ouvida com frequência na região de Eldorado de Carajás, onde pelo menos 19 Sem-terra foram mortos por policiais militares na quarta-feira passada: **"Eles têm de morrer, Todos".**

Radicais

Os sem-terra da região são considerados os mais radicais do país. A maioria dos que conversaram com a reportagem da Folha nos últimos dois dias disse estar disposta a morrer em troca de um título de propriedade rural.

Na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (650 km ao sul de Belém), **sem-terras caminhavam pelo local armados de espingardas.** A disputa pelo terreno foi a causa do massacre em Eldorado de Carajás.

A Comissão Pastoral da Terra registra mais de mil assassinatos por disputas de terras desde 1964.

Barril de pólvora

Agora não tem mais volta, e, com certeza, o Movimento vai se acirrar", analisa o médico Vinicius Tassis, que atendeu os feridos do massacre de Eldorado de Carajás.

O médico conta que nunca viu tanta pobreza como a da região. "Até cachorros vivem melhor que esse pessoal aqui", afirma. olhar de quem vem de fora nem sempre é igual ao da população local, que convive com o clima de insegurança há três décadas. **"Eles fedem", resume o comerciante João Francisco** (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 21 de Abril de 1996).

A matéria acima ressalta que na região onde o massacre ocorreu, a população rejeita o movimento e para justificar esta rejeição, salienta e associa a imagem do Movimento à crimes e desordens de toda a sorte, desqualificando até pelo cheiro, vindo mesmo a validar a morte dos mesmos.

Ao afirmar que são radicais, fundamentam seu argumento na afirmativa de que os trabalhadores inclusive morreriam por um pedaço de terra. O que o jornalista se esquece é que sem a terra, na verdade, já estão mortos, ao menos socialmente.

4.3. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “IMAGEM DO PODER ESTATAL”

O cruzamento dos dados das sub-categorias título desta seção está representado na Tabela 6 abaixo. Com base na mesma, podemos observar que os “discursos da violência” praticada contra os fazendeiros ou a polícia não encontram qualquer correspondência na “imagem do poder estatal”, seja o Governo ou o Poder Judiciário⁴, bem como aquelas que atribuem a responsabilidade pela violência aos trabalhadores rurais.

Tabela 6 – Discurso da Violência x Imagem Do Poder Estatal

Cruzamento			Imagem do Poder Estatal		
			Governo		Judiciário
			Negativa	Positiva	Negativa (2)
DISCURSO - VIOLÊNCIA	Contra	Trabalhadores	7	-	2
	Responsabilização	Governo	9	-	2
		Jagunços	3	-	1
		Polícia	2	1	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Quando a violência foi praticada contra os trabalhadores rurais, observou-se relação com a “Imagem do Poder Estatal”, referente ao Governo (sete codificações) e ao Poder Judiciário (duas codificações), ambas sob o cariz negativo, conforme podemos verificar por meio das reportagens que abaixo se arrola, para exemplificação:

A primeira retrata a má imagem atribuída ao Poder Executivo, e em consequência, ao país pelo massacre dos trabalhadores em si e pela má situação em geral dos lavradores

⁴ Foram as imagens de ambos poderes, Executivo, aqui entendido como Governo, e Judiciário, que foi encontrado dentre a base material de investigação, não havendo qualquer referência ao Poder Legislativo.

sem terra. A matéria foi publicada na Folha de São Paulo no dia 26 de Abril de 1996, intitulada "ONGs protestam em Paris", informando que o Brasil seria julgado internacionalmente.

ONGs PROTESTAM EM PARIS

Uma manifestação de protesto contra o massacre de sem-terra no Pará reuniu cerca de 100 manifestantes de oito ONGs francesas, em frente à Embaixada do Brasil em Paris, no início da noite de ontem.

Os manifestantes prometeram "interpelar" o presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele estiver em visita oficial à França, daqui a um mês.

"Será a ocasião para associações e sindicatos manifestarem indignação e cólera com essa situação", disse Jean-Baptiste Hayraud, da ONG *Droit au Logement* (Direito a um Teto).

As ONGs pretendem levar o problema dos sem-terra brasileiros para ser discutido em Istambul, na conferência da ONU Habitat2.

Elas também vão encaminhar um pedido ao governo francês para que o assunto seja debatido durante o encontro do presidente francês Jacques Chirac com FHC.

Ontem, as ONGs pediram uma reforma agrária urgente e punição para os culpados por assassinatos de camponeses e crianças de rua. "Queremos que esses assuntos sejam debatidos nas instâncias internacionais e que haja uma condenação do Brasil", disse Hayraud.

"É importante que a opinião pública na França e no exterior se manifeste mostrando que os camponeses não estão sós. Os governantes são sensíveis à pressão da opinião pública", afirmou o monsenhor Gaillot (Folha de São Paulo, 26 de Abril de 1996).

Imagem negativa também resvala no Poder Judiciário pela garantia da impunidade a quem não interessa punir. É o que se depreende da reportagem da Revista Veja, Edição 942, em circulação no dia 21 de Maio de 1986, que noticiava o assassinato de Padre Josimo Morais Tavares, integrante da CPT, em Imperatriz, interior do Maranhão, em 10 de Maio de 1986. Padre Josimo já estava com a morte anunciada por latifundiários da região, mas ainda assim permanecia na luta e no apoio aos pobres:

BRAÇO PARAMILITAR – Na semana passada, o governo demonstrou que, se possui leis e disposição para enquadrar, por exemplo, operários que fazem greve por aumento de salário, até agora foi incapaz de tomar uma atitude diante de fazendeiros que organizam quadrilhas para assassinar padres e líderes camponeses (Revista Veja, de 21 de Maio de 1986).

Importante registrar que os supostos mandantes do crime foram inocentados pelo Tribunal do Júri, com sentença de absolvição no dia 19 de Março de 2004. Geraldo Rodrigues da Costa, o executor do crime, pobre como aquele que o padre defendia, este sim foi condenado, em 1988, a 18 anos e 6 meses de prisão. Entretanto, evadiu da penitenciária por três vezes e hoje está foragido⁵.

⁵ Informação retirada do site <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=235>, com data de acesso no dia 23 de Abril de 2010.

Ao se tratar da violência, observamos, assim, como a imagem do poder estatal fica abalada, posto que surgem codificações predominantemente negativas em relação aos Poderes Executivo e Judiciário.

4.4. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”

Primeiramente, analisaremos como o poder público implanta políticas negativas, isto é, que venham a piorar ou a manter a situação agrária intacta, tendo em vista o discurso da violência.

Na tabela 7, abaixo, podemos analisar os cruzamentos que foram feitos com relação a estas duas sub-categorias, podendo-se verificar que não houve qualquer resultante na matriz relacionada à políticas públicas negativas, por parte dos Poderes Judiciário e Legislativo, quando na reportagem mencionava explicitamente a violência que recaia sobre policiais, fazendeiros ou trabalhadores, nem mesmo quando a responsabilidade era atribuída ao Governo Executivo.

Tabela 7 - “Discurso da Violência” x “Políticas Públicas Negativas Induzidas”

Cruzamento			Políticas Públicas Negativas Induzidas		
			Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo
Discurso da Violência	Contra	Fazendeiros - polícia	1	-	-
		Trabalhadores	4	-	-
	Responsabilização	Governo	3	-	-
		Jagunços	4	1	-
		Polícia	1	1	-
		Trabalhadores	3	6	1

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software NVivo*. Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Não foram encontradas quaisquer correspondências entre as políticas públicas negativas induzidas nas matérias que se relacionam com a violência praticada contra os fazendeiros, polícia ou os sem-terra, em relação aos Poderes Judiciário e Legislativo.

A reportagem que se traz à colação, publicada na Revista Veja no dia 15 de Agosto de 1990, sob o título “A Jornada das Foices”, trata de uma manifestação promovida pelo

MST no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que resultou na morte por degolamento de um policial militar.

NOVIDADES AFIADAS – Ocorre que, **se os lavradores desembarcaram em Porto Alegre com suas surpresas cortantes e pontiagudas, as autoridades também tinham novidades igualmente afiadas para lhes mostrar. O dinheiro para comprar os 1000 hectares anunciados pelo ministro Antônio Cabrera não aparecera. Quanto ao acampamento**, onde os lavradores pretendiam instalar-se por duas semanas, o secretário de segurança pública, José Eichenberg, tinha a informar que **precisava ser desmontado o quanto antes** – ninguém no palácio pretendia conviver com tão medonha atracção turística na reta final de uma campanha eleitoral (grifos nossos, Revista Veja, 15 de Agosto de 1990).

O trecho selecionado relaciona a violência atribuída a um trabalhador, que se encontrava na manifestação, exaltando, como o tempo todo fez na matéria, o uso das ferramentas de trabalho (facões, foices, enxadas) como armas impróprias⁶. A diferença entre armas e ferramentas, segundo Mendonça (2007, p. 200), relaciona-se com o “agenciamento trabalho” e o “agenciamento guerra”. O mesmo instrumento, que também é de trabalho, é o símbolo da resistência. Não para ser usado como arma imprópria, mas como forte simbologia que remete à sua origem, à sua classe.

Cabe aqui registrar que o MST não prega a luta armada, pelo menos até o momento de elaboração do presente trabalho investigativo, onde as “armas” que são acusados de portarem nada mais são do que os instrumentos de seu trabalho, como trabalhadores rurais que são, sendo forma de identificação do grupo com a atividade que praticam e a luta que desenvolvem.

Dentro da “guerra” pela reforma agrária, até mesmo o cultivo em um acampamento, pode ser visto simbolicamente como uma arma, na visão dos proprietários rurais, visto que representa uma ruptura na estrutura capitalista reinante (Mendonça, 2007, p. 204). A “arma” utilizada pelo Executivo é não liberar o dinheiro para desapropriação de terras e ainda determinar o desmonte do acampamento. Essa é a situação mais experimentada pelos trabalhadores rurais sem terra. Promessas não cumpridas... e ainda pedem calma e complacência daqueles que tem fome.

Quando a responsabilidade pela violência praticada recai sobre os trabalhadores, em relação às matérias analisadas, as três esferas do Poder se manifestam, mas é o Poder Judiciário quem mais impetra medidas ou se posiciona contra o Movimento. Assim é a

⁶ O termo arma imprópria é utilizada na acepção jurídica, que significa o instrumento que não foi criado para ser (propriamente) arma, mas pode vir a ser usado como tal.

reportagem publicada no O Globo, em 02 de Outubro de 1986, em matéria sobre a ocupação da Fazenda Annoni, cujos ocupantes esperaram 11 anos desde que a fazenda havia sido desapropriada, para agir de alguma maneira mais contundente, para além das negociações com o governo. Afirma a matéria:

BROSSARD: GENTE DA ANNONI ESTÁ CONTRA A DEMOCRACIA

“O grupo que atua na fazenda Annoni e junto ao Movimento dos Sem Terra é incompatibilizado com o regime democrático e só se desenvolve através da violência e do crime organizado” disse ontem o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, explicando a ação policial do Governo ao impedir que famílias de lavradores deixassem a Fazenda Annoni rumo ao Município de Cruz Alta, onde ocupariam terras já desapropriadas pelo Incra.

Para o ministro da Justiça, **os colonos são manipulados por esses grupos interessados na violência**, cujo objectivo é conseguir um mártir para prosseguir em seu trabalho de derrubada de democracia e, “se o Governo não reagisse às ameaças públicas de invasões de terra, simplesmente estaria sendo demitido por esse grupo de pessoas”.

O Ministro afirmou que os grupos radicais querem que o Governo se transforme em assassino e para isso lançam pessoas que “mereciam pelo menos respeito, até por sua pobreza, em aventuras criminosas, na expectativa de um conflito ou um acidente que produza uma vitima para esses empreiteiros da desarmonia e do delito organizado”. (...)

“São pessoas que querem tudo, menos a democracia. Querem é a violência, o sangue, a luta armada declarada, formal” (grifos nossos, O Globo, em 02 de Outubro de 1986).

A reportagem dá-nos a posição do Poder Judiciário sobre os sem-terra, já que a fala trazida é a de ninguém menos que o Ministro da Justiça, trazendo vinculações não só para a sociedade, mas como para o juiz-leitor.

A Revista Veja, em circulação no dia 28 de Maio de 1986, publicou matéria na qual menciona a violência no campo, praticada especialmente por funcionários de latifúndios, mencionando ainda que o Governo Federal toma medidas que ainda acirram mais os conflitos fundiários, com a extinção de áreas consideradas prioritárias para fins de reforma agrária, mudando a competência política para a questão de segurança nacional.

O RECUO NO CAMPO

NO FOGO CRUZADO DA GUERRA FUNDIÁRIA E DAS PRESSÕES DE SETORES MILITARES, O GOVERNO PISA NO FREIO DA REFORMA AGRÁRIA.

A reforma agrária tem defensores sinceros, dentro e fora do governo, mas representa um risco enorme para os que querem executá-la. Na área urbana ela é uma bandeira poderosa. Quando chega ao campo sem um forte apoio político, essa bandeira pode transformar-se numa mortalha. (...)

Num decreto assinado na última segunda-feira, o presidente Sarney extinguiu as zonas prioritárias onde a terra seria distribuída em breve. “Não há recuo por parte do governo”, afirma Sarney. “Apenas queremos fazer as coisas com calma”.

NOVO RUMO – Nos bastidores, porém, **a mudança é de porte, já que a reforma agrária mudou de dono.** Os primeiros planos de distribuição de terras, que pretendiam entregar 430.000 quilômetros quadrados para 1,4 milhão de famílias até 1989, foram elaborados pelo ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Agora, começam a ser aplicados outros projetos, formulados pelo Conselho de Segurança Nacional, de onde partiram as modificações de rumo.**

(...)

Em Lago do Junco, a 300 quilômetros de Imperatriz, no Maranhão, onde o padre Josimo Tavares foi assassinado há três semanas, o lavrador Antônio Fontenelles morreu crivado de balas sábado passado. Na quarta-feira, o pastor José Inácio da Silva Filho, que defendia posseiros de Timon, a 445 quilômetros de São Luís, foi baleado por três pistoleiros que lhe acertaram sete tiros de revólver, matando-o em frente de casa. No mesmo dia, a guerra pela terra fez outra vítima, desta vez no município de Barra, na Bahia. Ali, Josael de Lima, que chegou a auxiliar o governo a delimitar áreas de conflito, caiu fulminado com uma bala no peito (grifos nossos, Revista Veja, 28 de Maio de 1986).

Neste momento, por meio da análise da Tabela 8, e no sentido oposto ao exposto até o momento nesta seção, pretendemos demonstrar aqui como o discurso da violência vem a produzir políticas públicas positivas por parte dos poderes estatais. Assim, verificamos, à partida, que quando a violência foi praticada contra os fazendeiros ou à polícia, nenhuma medida positiva foi tomada pelos entes estatais, não havendo, igualmente, nenhuma medida pelo Poder Legislativo nas reportagens que atribuem responsabilidade pela violência.

Tabela 8 - “Discurso da Violência” x “Políticas Públicas Positivas Induzidas”

Cruzamento			Políticas Públicas Positivas Induzidas	
			Poder Executivo	Poder Judiciário
Discurso da Violência	Contra	Trabalhadores	4	-
	Responsabilização	Governo	3	1
		Jagunços	6	-
		Polícia	2	1
		Trabalhadores	5	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Entretanto, quando a vítima foi o trabalhador rural, em cada um dos poderes houve a produção de políticas públicas positivas ou a intenção em promovê-las. Tomemos por exemplo a reportagem publicada na Folha de São Paulo, em 21 de Abril de 1996, que, por ocasião do massacre de Eldorado, integrantes do Poder Legislativo manifestam-se positivamente quanto à punição dos culpados pelo episódio.

3.000 PARTICIPAM DO ENTERRO NO PARÁ. VICENTINHO AJUDA NA CERIMÔNIA

Os corpos de 14 dos 19 sem-terra mortos foram enterrados ontem às 10h no cemitério Recanto da Paz, em Curionópolis (P A). Cerca de 3.000 pessoas acompanharam o transporte dos caixões do centro da cidade até o cemitério.

Os caixões foram levados em caminhada por parentes dos sem-terra, integrantes do MST e políticos.

Um dos diretores do MST anunciou o nome de cada uma das vítimas e a cada nome anunciado as pessoas no local gritavam "presente".

Entre os que acompanharam o enterro estavam o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e o presidente nacional do PT, José Dirceu.

Manifestantes levaram faixas ao local, acusando o Estado e a Polícia Militar de "assassinos". Várias pessoas pediam justiça. Parentes das vítimas evitaram dar declarações.

Mínutos antes do enterro foi cantado o Hino Nacional. **Dirceu disse que o PT vai exigir que os responsáveis pelo massacre "sejam colocados imediatamente na cadeia". Ele disse que o partido vai formalizar um pedido de desarmamento da PM do Pará.**

"Eles misturaram política à pistologia. **Tem que desarmar essa PM daqui.** A polícia local tem uma política assassina. **Se não houver mudanças na legislação isso vai continuar acontecendo**", afirmou (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 21 de Abril de 1996).

A reportagem a seguir, de publicação do jornal O Globo, em circulação no dia 08 de Maio de 1985, demonstra como a violência sofrida pelos trabalhadores rurais vem a suscitar políticas públicas positivas por parte do poder Executivo, na figura, no caso em tela, do Secretário-Geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

MAIS POLÍCIA CONTRA CRIMES NO MUNDO

O Secretário-Geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Simão Jantene (...) solicitou que a Polícia tenha uma postura isenta diante dos conflitos, respeitando o direito dos cidadãos e não interferindo em atividades sindicais.

Pedindo a atenção especial dos Secretários para as reivindicações básicas da população do campo, o Secretário-Geral apontou a necessidade de desarmamento das polícias privadas e jagunços que atuam a serviço de fazendeiros. Além disso, pediu eficácia na apuração dos crimes cometidos contra trabalhadores rurais (O Globo, de 08 de Maio de 1985).

Na confrontação entre as tabelas 07 e 08, podemos verificar que, em relação ao discurso da violência, em todos os planos observados, tendo como ponto de análise as codificações obtidas, podemos concluir que os Poderes tendem mais a agir positivamente quando provocado. O que aqui se quer dizer, é que os Poderes Públicos quedam-se inertes até um limite máximo no qual precisam agir para abrandar o caos, sendo no Poder Executivo, este efeito mais visível. Nesta medida, chegou-se a conclusão que o Poder Executivo, com relação às políticas públicas para implantação da reforma agrária, demonstrou-se um órgão reativo, posto que mantém-se inerte por omissão e falta de vontade política, vindo a atuar apenas quando sua imagem resta no

ção, como se verificou igualmente na seção anterior, tendo em vista à má figura que se tem dos entes públicos.

Enquanto o Poder Executivo mostrou-se mais reativo positivamente, o Poder Judiciário caminhou no sentido reverso, sendo mais forte a sua posição negativa, chamando atenção para o fato de que reativo este órgão já o é por natureza. Quanto ao Poder Legislativo notou-se indiferente a estas questões.

5. DO DISCURSO DESLEGITIMADOR

Na sub-categoria “Deslegitimador – luta”, foram incluídos discursos que desqualificam a luta e os objetivos do MST, seja por demonstrar o apoio que os latifundiários recebem por parte do Governo para suas atividades, bem como a boa imagem que é associada ao latifundiário, seja por discursos que criem a ideia de que o trabalhador rural sofre por responsabilidade própria, seja associando a imagem do Movimento ou de seus militantes à desordem, à baderna, ou, ainda, reportagens que dêem voz apenas ao Governo, aos fazendeiros ou à polícia.

Gráfico 10- do Discurso Deslegitimador x anos e mídia

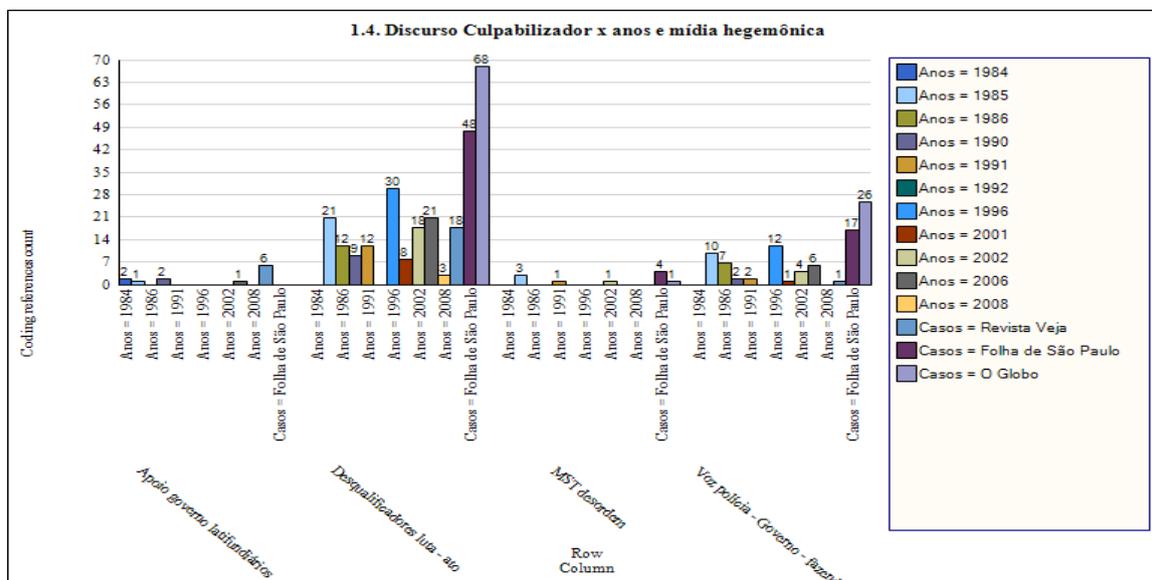


Gráfico originado por meio dos dados compilados no *software* NVivo.

A responsabilização do Movimento por meio de reportagens que venham a desqualificar o ato ou objetivos do Movimento são os mais visíveis, conforme se verifica no gráfico

10 acima, seguido das notícias em que se dão voz apenas aos latifundiários, governo ou polícia, seja qual for a questão em tela. Ao todo, podemos observar que foram veiculadas 97 reportagens no jornal O Globo, 69 na Folha de São Paulo e 25 na Revista Veja.

Apesar de em 1996 ter ocorrido um brutal massacre dos trabalhadores rurais sem-terra, ainda assim, neste ano, foram os maiores números de matérias em que se verificavam, de algum modo, a desqualificação do ato ou da própria luta do Movimento, conforme se afere da análise do que abaixo se transcreve pequeno recorte, com publicação no dia 19 de Abril de 1996, pelo Jornal O Globo, intitulada “Andrade Vieira, que já pensava em sair, pede demissão”:

ANDRADE VIEIRA, QUE JÁ PENSAVA EM SAIR, PEDE DEMISSÃO

Antes de se exonerar, o ministro surpreende ao responsabilizar os sem-terra pelo massacre de Eldorado. (...)

À tarde, em meio a uma confusão em que todo mundo culpava todo mundo, Vieira tinha feito a acusação mais inusitada: responsabilizou o MST pela chacina. (...)

Andrade Vieira disse que não havia necessidade de invadir a área porque os acordos com o Incria vinham sendo cumpridos. Para ele, o confronto só serve para atrasar os assentamentos. -A política dos líderes dos sem-terra é que promove esse tipo de ação. Mas claro que eu lamento as mortes -disse ele. (...)

-Meu ministério cuida de assentamentos. Isso não é conflito de terras. Cada vez que o Incria resolve um problema de assentamento, os sem-terra criam outro. O incidente é de natureza policial -disse Andrade Vieira (O Globo, de 19 de Abril de 1996).

Nota-se que acaba por se responsabilizar os próprios trabalhadores pela violência que foram vitimados, não só pela impaciência e intransigência em não respeitar acordos, como visto em outras reportagens, mas também pela própria violência inerente ao grupo, segundo entendimento dominante, remetendo à questão à esfera policial e não a política, como deveria ser entendida e resolvida.

Esta sub-categoria, conforme já mencionado, é aquela que traz reportagens que venham a responsabilizar o Movimento ou suas ações, seja dando voz aos fazendeiros, seja desqualificando as atividades, relacionando o MST com a desordem social ou ainda quando se menciona o apoio estatal aos latifundiários.

Far-se-á uma divisão dos cruzamentos com outras sub-categorias, para aprofundar mais a temática e poder, assim, se verificar melhor como se dá o processo de responsabilização do Movimento nas suas diversas facetas.

5.1. “DISCURSO DESLEGITIMADOR” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”

Esta seção analisa a correspondência entre os discursos deslegitimadores e linguísticos, conforme a tabela 9, na qual podemos observar, a priori, que não se verifica qualquer tipo de relação entre um discurso positivo nas reportagens que deslegitimam o Movimento, sendo pouco expressivo, também o recurso linguístico neutro, que é aquele em que não se emite maiores qualificações ao MST ou aos trabalhadores, abarcando, apenas, aquelas matérias que garantem voz ao governo, polícia ou latifundiários.

Tabela 9 – “Discurso Deslegitimador” x “Orientação de discurso”

Cruzamento		Orientação do Discurso	
		Desqualificadores	Neutro
Discursos Deslegitimadores	Apoio governo aos latifundiários	1	-
	Desqualificadores luta - ato	120	-
	MST desordem	3	-
	Voz polícia - Governo - fazendeiros	37	2

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Entretanto, gritante é a discrepância quando observamos os valores codificados quando a matéria deslegitima o MST, desqualificando o mesmo ou seus integrantes. Nesta esfera de análise, encontramos cento e vinte codificações que registraram o orientação de discurso utilizado negativamente, cabendo ressaltar que o número é expressivo, tendo em vista a utilização massiva da orientação que o discurso assume ao utilizar o termo “invasão”, que muito difere do ato político evidenciado pelo termo “ocupação”. Não é por acaso esta opção linguística, que serve para desqualificar o Movimento e colocá-lo na esfera criminal.

Há uma diferença terminológica entre a palavra utilizada pelo Movimento e a utilizada pelos seus adversários. O MST denomina sua ação de *ocupação* e afirma que a mesma é ato constitucionalmente assegurado⁷ com fim de pressionar o Governo à realização da

⁷ Art. 184, da Constituição Federal de 1988, que prevê que a terra improdutiva deve ser desapropriada para fins de reforma agrária.

reforma agrária. Segundo Stédile, “não existe nada mais legítimo e legal neste país que uma ocupação em terra improdutiva”⁸.

Para demonstrar o recurso midiático dominante utilizado, importa aqui trazer o artigo publicado na Folha de São Paulo, no dia 28 de Setembro de 1986, que coloca a caminhada para ocupação da fazenda Annoni, como invasão e esbulho possessório, ambos tipificados no Código Penal brasileiro.

NO RS, SEM-TERRA INICIAM AMANHÃ TENTATIVA DE POSSE

As cerca de 1.600 famílias de colonos sem terra acampadas na fazenda Annoni, no município de Sarandi (a 330 km a noroeste de Porto Alegre-RS), iniciam amanhã o deslocamento até Cruz Alta (368 km a noroeste da Capital), de onde saem para **tentar invadir e tomar posse** de dez áreas localizadas em cinco municípios gaúchos. O governador Jair Soares (PFL) determinou à Polícia Militar do Rio Grande do Sul que **impeça as invasões** (grifos nossos, Folha de São Paulo, 28 de Setembro de 1986).

Uma outra referência que aqui se traz é a reportagem igualmente da Folha de São Paulo, veiculada no dia 10 de Março de 2006, retratando a ocupação da fazenda da Aracruz Celulose, em protesto ao chamado deserto verde.

INVASÃO FOI BARBÁRIE, DIZ EMPRESA

O prejuízo causado pela depredação do horto florestal da Aracruz Celulose na manhã de anteontem por mulheres ligadas à Via Campesina, em Barra do Ribeiro (RS), pode chegar a milhões de dólares, disse a empresa.

Preocupado, o governo gaúcho tentava evitar a perda de um investimento de US\$ 1,2 bilhão mostrando agilidade nas investigações. O governador interino, Antônio Hohfeldt (PMDB), anunciou que **seis dos 37 ônibus que conduziram os invasores** já tiveram as placas identificadas.

Nota da Aracruz apontou "perda de aproximadamente 1 milhão de mudas prontas para plantio e 4 milhões de mudas revolvidas. **O laboratório teve suas instalações totalmente destruídas**, especialmente sementes e pesquisas". A destruição do laboratório causou prejuízos de US\$ 400 mil e "representa perda ainda não determinada em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares, decorrente da perda de materiais genéticos que levaram cerca de 15 anos para serem produzidos".

O secretário de Desenvolvimento, Luís Roberto Ponte, disse que "se a sociedade não repudiar esse ato, isso será mortal para as negociações com os investidores".

O diretor operacional da Aracruz, Walter Lidio Nunes, disse que não há intenção de cancelar investimentos: "**Esse ato de barbárie é alienígena ao ambiente do Rio Grande do Sul**. Vamos manter nossos estudos no Estado".

O PT gaúcho chamou a ação de "equivocada". O ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) condenou a invasão: "**As imagens mostram cenas de inaceitável violência e ferem a consciência democrática de todos os brasileiros**". E disse: "**É inaceitável substituir o argumento pela destruição violenta e a troca de ideias pela intolerância**".

⁸ Entrevista concedida a Suzana Angélica Paim de Figueiredo (in Strozake, 2000, p. 461)

Representantes da CNBB também criticaram a invasão. "Foi uma ação lastimável, um equívoco", disse o bispo de lales (SP), D. Demétrio Valentini. Para D. Aldo Di Cillo Pagotto, arcebispo da Paraíba, "foi um ato execrável e abominável". A ação, porém, foi elogiada por D. Tomás Balduino, presidente da CPT, que a classificou de "altamente positiva" (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 10 de Março de 2006).

A Via Campesina, é uma organização internacional de camponeses, a qual o MST é parceiro. Nesta ação, as mulheres ligadas à via campesina internacional, congregando, o MST, que aqui interessa, ocuparam a Aracruz Celulose, para fins de protesto, como acima afirmado, tendo sido retratada como invasão, violência e intolerância. Não somente, mas juntou a esta imagem a posição de entidades que historicamente são favoráveis ao Movimento, como o PT e a CNBB, conclamando, inclusive à sociedade para repudiar a ação.

Assim, podemos observar quais as opções linguísticas recorrentemente utilizada pela mídia hegemônica, no sentido de reforçar a desqualificação do Movimento para deslegitimá-lo, sob diversas vertentes e argumentos, do crime à intolerância, do radicalismo à impaciência.

5.2. “DISCURSO DESLEGITIMADOR” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”

Aqui, poder-se-á analisar o cruzamento dos dados referentes à sub-categoria “discurso deslegitimador” com as políticas públicas, oficiais e não-oficiais, negativas ou positivas, para além de, neste contexto, relacionar com a imagem do poder estatal, Executivo e Judiciário.

Da análise da tabela 10, podemos verificar que nenhuma codificação foi feita na relação entre as reportagens que atribuem responsabilidade ao Movimento com a imagem do Poder Judiciário. Resultando nenhuma igualmente, aí já se incluindo o Poder Executivo, no que se refere às reportagens que tenham mencionado o apoio do Governo aos latifundiários, nem com aqueles que classificam como desordem as ações do Movimento.

Tabela 10 - “Discurso Deslegitimador” x “Imagem do Poder Estatal”

Cruzamento			Discurso Deslegitimador	
			Desqualificadores luta - ato	Voz polícia - Governo - fazendeiros
Imagem do Poder Estatal	Governo	Negativa	3	2

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.
Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Podemos encontrar apenas cinco codificações, todas referentes ao Poder Executivo, referenciando a uma imagem negativa deste Poder, como podemos verificar na matéria publicada no jornal O Globo, no dia 11 de Agosto de 1991, na qual acusa os colonos assentados de venderem as terras que foram objeto de desapropriação para a reforma agrária, mas apontam o Governo como o responsável por esta situação, tendo em vista a falta de apoio para se continuar assentado, posto que não basta o acesso à terra.

PROBLEMAS LEVAM À VENDA TERRENOS

A falta de apoio do governo (atraso na concessão de crédito) e a descontinuidade dos projetos de reforma agrária (demora da demarcação e drenagem) são os principais fatores que fazem com que 30 por cento dos beneficiários de assentamentos vendam seus lotes. Desse total, segundo o Superintendente Regional do Incra, Altamir Pettersen, metade repassa o terreno a pessoas que se enquadram nas exigências do Incra e dão continuidade à reforma agrária. Os outros 15 por cento são comprados por comerciantes ou profissionais que não necessitam da área para viver (O Globo, de 11 de Agosto de 1991).

Como mencionado, poucas codificações surgiram deste cruzamento, o que demonstra que a imagem negativa recai mormente sobre o MST, diferentemente do que acontece quando o discurso cruzado diz respeito às reportagens que validam as ações do Movimento, que tendem a carregar uma imagem negativa mais presente dos poderes públicos, como se verificará na seção 7.5.3.

Situação diversa da anterior, podemos verificar na tabela 11, que trata dos discursos deslegitimadores em relação às políticas públicas de entes não estatais, que reforçam a ideia de responsabilização, na medida em que a maior parte das codificações recaem sobre as políticas desfavoráveis, não se observando quaisquer codificações mencionando o MST como tendo práticas de desordem.

Tabela 11 – “Discurso Deslegitimador” x “Políticas Públicas Não Oficiais”

Cruzamento		Políticas Públicas Não-oficiais	
		Desfavoráveis	Favoráveis
Discurso Deslegitimador	Apoio governo aos latifundiários	1	-
	Desqualificadores luta - ato	9	4
	Voz polícia - Governo - fazendeiros	-	1

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.
Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Assim, cabe destacar a matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 14 de Março de 2006, intitulada “Movimento das Mulheres Camponesas recebeu ajuda de ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário”, referente à ocupação pelas trabalhadoras rurais à Aracruz Celulose, em repúdio ao deserto verde.

Uma passeata reuniu cerca de mil pessoas ontem em Guaíba (região metropolitana de Porto Alegre), onde fica a fábrica para a qual era remetida a produção de Barra do Ribeiro, para dar apoio à empresa Aracruz.

Os manifestantes, organizados por moradores, comerciantes e a prefeitura, pediram punição e mais proteção (Folha de São Paulo, de 14 de Março de 2006).

Na reportagem podemos observar nitidamente o cruzamento de ambas sub-categorias, visto que parcela da população de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi para as ruas manifestar contra a ocupação da empresa. Não há qualquer referência, na matéria, acerca do apoio internacional que o Movimento recebeu.

Nota-se, assim, que as matérias que intentam retirar o empoderamento das ações do movimento, tendem a mencionar práticas da sociedade civil que predominam pelo viés desfavorável ao Movimento.

Na tabela 12, tratamos do cruzamento das sub-categorias “Discurso Deslegitimador” e a “Políticas Públicas Negativas Induzidas”, por meio da qual podemos verificar que os Poderes Judiciário e Legislativo contaram com menos codificações em relação ao Poder Executivo.

Tabela 12 - “Discurso Deslegitimador” x “Políticas Públicas Negativas Induzidas”.

Cruzamento		Políticas Públicas Negativas Induzidas		
		Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo
Discurso Deslegitimador	Apoio governo latifundiários	1	-	-
	Desqualificadores luta – ato	16	13	5
	mst desordem	1	-	-
	Voz polícia - Governo - fazendeiros	5	3	1

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Nas reportagens que trazem um discurso desqualificador do ato ou do Movimento, as codificações se tornam mais evidentes em todos os poderes públicos. Assim, retoma-se a reportagem já mencionada, trazendo outros trechos, que para esta seção importam,

publicada na Revista Veja, no dia 03 de Abril de 2002, com o título “Os sem-limite atacam de novo⁹”.

OS SEM-LIMITE ATACAM DE NOVO

NA AÇÃO MAIS ESPETACULAR E AGRESSIVA DE SUA HISTÓRIA, O MST INVADE A FAZENDA DE FHC

Com dezoito anos de vida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já fez de tudo. Em nome do socialismo, promoveu saques, invasões de delegacias, prédios públicos e agências bancárias. Fez reféns, foi vítima de um massacre brutal, em que morreram dezenove sem terra, comandou os maiores protestos recentes em Brasília e até ocupou gabinete de ministro. Movimento político que manipula massas empobrecidas, o MST ostenta em sua cúpula uma salada ideológica anacrônica que consegue compatibilizar maoístas, guevaristas, marxistas, fidelistas e até representantes de correntes políticas moderadas. No fim da semana passada, o MST se superou, promovendo a mais surpreendente ação de sua história. Cerca de 250 integrantes do movimento invadiram a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique, a Córrego da Ponte, no município de Buritis, em Minas Gerais. Lá, os sem terra permaneceram 22 horas, arrasaram a despensa e a adega, danificaram colheitadoras e tratores, mataram galinhas e perus, mexeram em papéis privados. No auge do deboche, deitaram-se na cama do presidente e abriram o guarda-roupa da primeira-dama. Jamais o Brasil, em períodos democráticos, assistira a uma agressão tão escarnecida à ordem constitucional. E jamais se vira desafio tão abusado e torpe à autoridade de um presidente da República.

Logo após a invasão, iniciada na manhã do sábado 23, estabeleceu-se uma falsa discussão segundo a qual muitas fazendas e muitos fazendeiros já passaram pela mesma situação e, no entanto, o Exército e a Polícia federal não tiveram atuação destacada em sua defesa, como aconteceu no caso da fazenda presidencial – resultando na prisão de dezesseis líderes do MST. **É uma discussão falsa porque a propriedade, da família de Fernando Henrique, carrega um inevitável simbolismo, pois é impossível dissociá-la da figura presidencial. Invadir a fazenda do presidente representa uma agressão à autoridade do presidente e, por extensão, à ordem constitucional que ele representa.**

(...)

Foi de longe a ação mais repudiada do MST – e só existiu devido à sua própria desorientação. Criado em 1984, o movimento começou invadindo fazendas improdutivas, sob o lema “Ocupar, resistir e produzir”. Nessa altura, a atuação do grupo favoreceu o avanço da reforma agrária.

(...)

Contemplados com a terra, os integrantes do MST costumam abandonar as assembleias políticas e iniciar a vida de microagricultores. Isso acontece com a maioria, mas não com os militantes vitalícios da bandeira vermelha. **Entre os dezesseis militantes presos na semana passada na fazenda de Fernando Henrique, a maioria era assentada em lotes agrários. Simplesmente abandonaram suas roças na entressafra para ir à fazenda Córrego da Ponte promover sua manifestação política de ataque pessoal ao presidente da República.**

(...)

Quando o governo proibiu a desapropriação de fazendas que tivessem sido previamente ocupadas por sem terra, o MST mudou novamente de tática. Passou a priorizar as grandes marchas, as passeatas e os protestos.

(...)

Além de seu aspecto agrário, a invasão produziu uma guerra política. Numa linguagem destemperada que se tem caracterizado como marca dos tucanos envolvidos na campanha do presidencial José Serra, o secretário geral da presidência da república, Arthur Virgílio, chamou os sem terra de “bandidos, celerados, proxenetas da reforma agrária e gigolôs da miséria alheia”. (grifos nossos, Revista Veja, 03 de Abril de 2002).

⁹ Esta reportagem já foi utilizada para comprovação do que se afirma na seção 7.3.1, quando estava se analisando o cruzamento das sub-categorias “Aparelhamento partidário/sindical” x “discurso responsabilizador” e “orientação do discurso”. Entretanto, a mesma matéria jornalística está servindo para comprovações diversas e sendo ressaltados aspectos e discursos que não o foram na seção anterior acima citada.

A matéria coloca a ação do Movimento de uma forma extremamente negativa, associando ao crime, à baderna, acusando a militância de atentar contra o Estado Democrático de Direito, além de afirmar textualmente que o MST perdeu sua razão de ser, posto que passou a adotar medidas que, na sua lógica dominante, não se relacionam com a reforma agrária.

Menciona ainda política pública implementada pelo então Presidente Fernando Henrique, que se trata da Medida Provisória n.º 2183-56/2001, à Lei n.º 8.629, de 25/02/93, que proíbe a vistoria de fazendas ocupadas, impossibilitando, assim, sua desapropriação, em caso de ocupação prévia da fazenda. Obviamente, aqui a intenção do Movimento não era a desapropriação da fazenda dos filhos do presidente da República, mas sim como forma de pressão política, lembrando que a medida legal surgiu por conta dos boatos que giravam, um ano antes, em torno da ocupação da referida fazenda.

A tabela 13, abaixo, demonstra a relação entre os discursos Deslegitimadores e as políticas públicas positivas induzidas, que já a partida se verifica ter obtido menos codificações, tendo por base a tabela 12, acima examinada, não vindo a receber nenhuma referência, no que tange aos itens de apoio do governo aos latifundiários, bem como quando coadunam a imagem do Movimento à desordem, naquelas reportagens que deslegitimam o Movimento em consonância com as políticas públicas positivas de nenhum dos órgãos estatais.

Tabela 13 – “Discursos Deslegitimadores” x “Políticas Públicas Positivas Induzidas”.

Cruzamento		Políticas Públicas Positivas Induzidas		
		Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo
Discursos Deslegitimadores	Desqualificadores luta - ato	4	2	2
	Voz polícia - Governo - fazendeiros	2	1	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Os discursos que desqualificam o Movimento são aqueles que receberam maiores codificações durante o percurso das análises, em relação a todos os poderes públicos, restando, apesar, demonstrada alguma forma de política pública positiva induzida pelo ato praticado pelo MST.

Podemos trazer, assim, a reportagem veiculada no jornal O Globo, no dia 26 de Março de 2002, na qual se pode verificar que, não obstante a reportagem coloque a questão do terrorismo e colocar em questão a reforma agrária pelo uso da “violência” por parte do Movimento, condena publicamente o uso do Exército para a desocupação, bem como a humilhação a que foram os líderes submetidos.

MARCO AURÉLIO CRITICA A AÇÃO DA PF

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, condenou ontem a ação da Polícia Federal durante a prisão dos líderes do MST na fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique, em Buritis (MG). O ministro classificou como uma violência descabida e injustificável o fato de os sem-terra terem sido algemados e colocados com os rostos virados para o chão. (...)

Para Marco Aurélio, a invasão foi um ato simbólico. (...)

O ministro discordou ainda das declarações do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que classificou a invasão da fazenda como um ato terrorista. "Não vejo como ato de terrorismo, mas foi um ato falho. Pode-se imaginar a invasão da fazenda como um ato simbólico para chamar atenção para o movimento". (...)

Para o ministro, a ação comandada pelo MST não é benéfica à reforma agrária: "esse tipo de coisa é contra a reforma agrária. Na realidade, é uma ação com conotação política, aliás uma ação política violenta, que não pode ser permitida" (O Globo, de 26 de Março de 2002).

Entretanto, podemos observar, no confronto entre as tabelas 12 e 13, que predominam as políticas públicas negativas, quando a matéria deslegitima o Movimento, referendando esta situação e o agravamento desta. Não basta aos meios de comunicação fazer uma associação negativa da imagem do Movimento e de suas ações, mas intenta demonstrar, igualmente, que o próprio Estado toma medidas contrárias a estas ações, merecendo manterem-se na posição de incivis a quais são relegados, segundo a visão dominante.

Chomsky (1989, p. 11) afirma que uns entendem democracia como sendo a organização de esforços tendentes aos chamados “especiais interesses” daqueles que compõem as minorias. Assim, Estado democrático é aquele que atende aos anseios dos trabalhadores urbanos e rurais, das mulheres, das crianças, dos aposentados, dos indígenas etc¹⁰.

A construção de uma nova democracia passa pela democratização dos processos atuais de democracia. É por isso que devemos ter atenção às palavras de Santos (2007a, p. 45), que afirma que precisamos reinventar a democracia, caminhando para a

¹⁰ O autor cita que, na década de 80, o partido democrata, nos EUA, chegou a ser acusado de negligenciar os interesses nacionais (devendo estes serem entendidos como sendo os interesses das grandes corporações, instituições financeiras e outros) na medida em que prometia atender aos interesses das minorias.

interculturalidade, assim como o Estado com viés plurinacional. Para reinventar a democracia, precisamos reinventar o Estado, mais democrático, no sentido de uma ampla participação popular e uma democratização dos meios de comunicação.

6. DO DISCURSO LEGITIMADOR

Conforme já havíamos mencionado acima, quando da análise da sub-categoria isoladamente, verificamos que a Folha de São Paulo é o meio de comunicação que mais explicita os motivos que levam o MST à luta ou que garante que o mesmo ou aqueles que a eles são aliados ou simpatizantes, manifestem suas opiniões. Nesta seção, analisaremos o cruzamento da sub-categoria em tela, para aprofundar a questão e melhor observá-la.

A categoria “discursos legitimadores – luta” reuniu notícias por meio das quais foi possível observar discursos que vieram a referendar os motivos da resistência do Movimento, bem como aqueles que de algum modo permitiram que o Movimento ou entidades congêneres tivessem voz e possibilitando afirmar seu lado na história.

Gráfico 11, "Discurso Legitimador" x anos e mídia

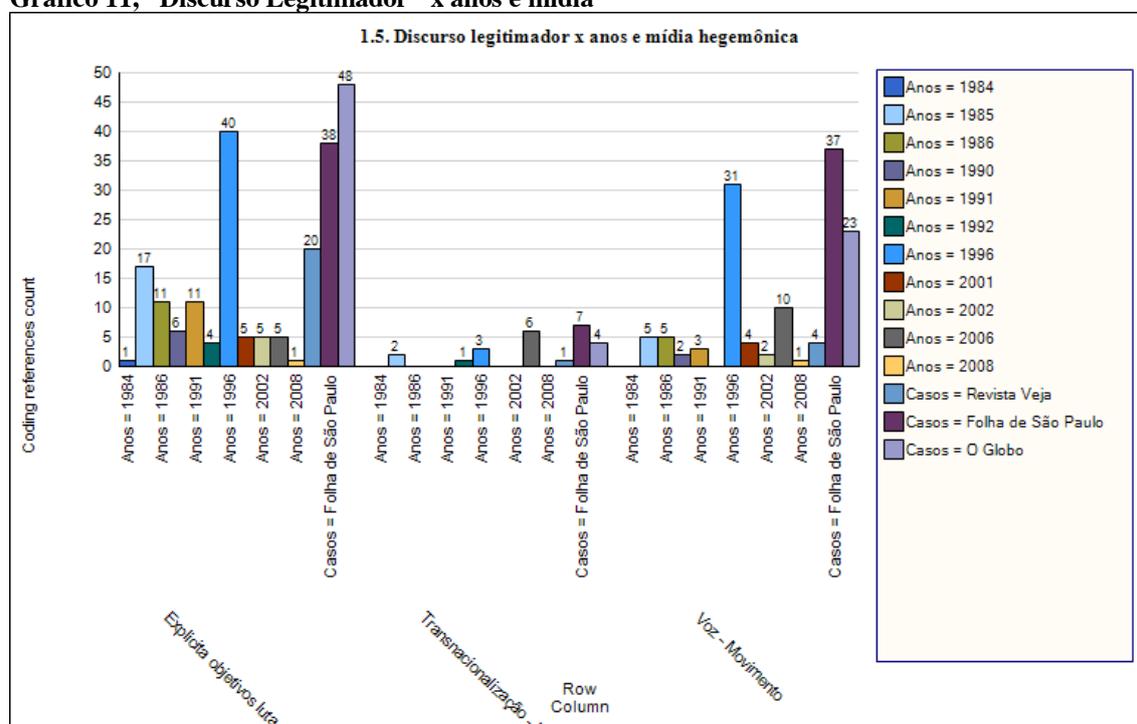


Gráfico originado por meio dos dados compilados no *software* NVivo.

Num total de 82 reportagens da Folha de São Paulo, os objetivos ou a ação do MST foram aclamados, sendo 75 no jornal O Globo e 25 na Revista Veja, tendo seu pico, mais uma vez, no ano de 1996, por ocasião do massacre de Eldorado. O item mais presente nas reportagens foi aquele que expôs os objetivos do Movimento e da luta, como podemos observar na reportagem publicada pelo jornal O Globo no dia 06 de Maio de 1990, sob a rubrica “Ronda Alta, onde a União fez milagres”.

A falência em massa de pequenos agricultores levou os assentados de Nova Ronda Alta a buscarem uma **alternativa de produção que garantisse sua sobrevivência no campo. Foi assim que se tornaram pioneiros, no Rio Grande Do Sul, da exploração comunitária da terra.** Dessa forma, conseguiram não apenas superar as dificuldades comuns de todos os assentamentos, como hoje gozam também de um padrão de vida invejável.

A ajuda governamental que eles receberam para isso foi muito pouca. Apenas alimentos, no início, e cerca de 300,00 cruzados por família em três parcelas, que eles aplicaram integralmente na compra de equipamentos agrícolas. Também alguma ajuda das Igrejas Católica e Luterana. O resto eles conseguiram ficando mais algum tempo nas barracas, para reinvestirem todo lucro da produção coletiva na terra para plantio.

Agora, com Plano Collor, segundo os assentados os quilos da carne de porco que vendiam a 62 CR\$ (com uma margem de lucro de 25 %) baixou para 40 CR\$, “enquanto o consumidor continua pagando o mesmo preço no supermercado”, ironiza Laurindo.

-Com uma área tão pequena, eles conseguem fazer milagres- observa o engenheiro agrônomo Pedro Bavaresco, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), órgão independente que presta assessoria técnica a doze assentamentos no Estado (grifos nossos, O Globo, 06 de Maio de 1990).

Nesta notícia, pode-se observar que o assentamento Ronda Alta conseguiu prosperar, apesar da falta de apoio governamental, por meio da cooperativa. Na verdade, é justamente por esta razão que o Movimento não apenas pleiteia o acesso à terra, sendo necessário também o suporte creditício. Assim sendo, nada há de milagres, mas consequência da luta e do trabalho dos agricultores.

Não podemos analisar esta sub-categoria, assim como as demais, sem cruzá-las com outras, para se verificar, mais pormenorizadamente, de qual modo a mídia hegemônica legitima o Movimento ou seus atos, bem como analisar se essa legitimação efetivamente ocorre.

6.1. “DISCURSO LEGITIMADOR” X “ORIENTAÇÃO DE DISCURSO”

Por meio da Tabela 14, podemos logo verificar que, das reportagens que se incluíram nas codificações referentes à temática, e tomando por base o cruzamento feito, a

orientação de discurso desqualificador predomina. São sessenta e duas codificações desqualificadoras, vinte e duas neutras e vinte e sete positivas.

Tabela 14 - “Discurso Legitimador” x “Orientação de discurso”

Cruzamento		Orientação Do Discurso		
		Desqualificadores	Neutro	Positivos
Discurso Legitimador	Explícita objetivos luta - ato	26	12	18
	Transnacionalização - luta	6	2	1
	Voz - Movimento	30	8	8

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Podemos igualmente abstrair, no tocante aos discursos legitimadores, nos quais a reportagem vem a justificar o ato ou mesmo os objetivos da luta do Movimento, ainda assim a orientação de discurso que impera é a desqualificadora do MST ou de seus militantes. Assim podemos verificar por meio do artigo publicado na Revista Veja no dia 17 de Abril de 1991, intitulada “Tragédia Permanente”, informando acerca de uma ocupação ocorrida na Fazenda São Pedro, no Rio Grande do Sul.

TRAGÉDIA PERMANENTE

UM CONFRONTO ENTRE AGRICULTORES GAÚCHOS E A POLÍCIA DEIXA UM MORTO E **EXPÕE UMA DISPUTA QUE DURA DOIS ANOS**

Em Agosto do ano passado, 850 famílias de sem terra do Rio Grande do Sul foram personagens de um dos mais violentos conflitos por questões agrárias no Brasil – a degola de um policial militar com uma foice durante uma manifestação no centro de Porto Alegre. Alojadas em barracas cobertas por plásticos pretos, onde guardam poucos móveis e utensílios domésticos, elas estavam vivendo desde então numa fazenda do Incra, em Bagé, a 393 quilômetros de Porto Alegre. **Sem água, luz elétrica ou escolas oficiais para as crianças, os sem terra aguardavam que o Incra destinasse uma área onde todas as famílias pudessem ser assentadas.** Na semana passada, oito meses depois da tragédia em Porto Alegre, os agricultores viveram outra cena de violência.

Na sexta-feira, dia 5, o grupo decidiu invadir a fazenda São Pedro, uma área de 575 hectares em frente ao acampamento de Bagé. Na segunda, o plano foi colocado em prática. Passava um pouco das 8 horas da noite quando **um grupo de 3000 pessoas pegou facões, foices e enxadas e iniciou a caminhada de 200 metros até a fazenda. No meio do caminho, o grupo cruzou com uma patrulha da polícia militar e os primeiros tiros começaram a ser disparados sem que ninguém saiba dizer quem começou.**

(...)

A viatura da polícia saiu em disparada na direção da fazenda, perseguida pelos sem terra a pé. Acantonados na fazenda e com a ajuda do fazendeiro Antônio Carlos Caggiano Netto, os policiais receberam a tiros a multidão de sem terra que se aproximava. Na confusão que se formou, o agricultor Neuroní Antônio Pinheiro Rodrigues, de 23 anos, recebeu um tiro na cabeça e morreu na hora. Logo em seguida, em menor número e com a iminência de ficarem sem munição, os policiais se renderam com uma bandeira branca agitada por um soldado empoleirado no telhado da casa da fazenda.

Reféns no banheiro – **“O governo prometeu começar a distribuir terras para o assentamento das famílias até Fevereiro e não cumpriu”,** afirma Neodi Cavalheiro dos Santos, de 27 anos, um dos coordenadores do movimento dos sem terra. A jornada de violência continuou até o dia

seguinte. **Os agricultores transformaram todas as pessoas em reféns, prenderam-nas num quarto e depois num banheiro.** Eram vinte ao todo, entre fazendeiros, empregados e policiais. (...)

O desfecho trágico da invasão de segunda-feira não foi uma fatalidade, mas o resultado previsível da displicência e da incúria com que a questão agrária vem sendo tratada no Rio Grande do Sul. Esse grupo de agricultores do Rio Grande do Sul, que representa mais da metade das 1400 famílias de sem terra do Estado, se formou há dois anos e, desde então, já invadiu três fazendas diferentes e promoveu duas grandes manifestações públicas que deixaram dois mortos e dezenas de feridos. Sempre que um conflito como o de Bagé estoura, os sem terra ouvem promessa de que em breve serão com terra. Passado o enterro da vítima, o caso acaba no esquecimento e se faz de conta que o problema não existe.

(...) Nessa jornada, os sem terra de Bagé já percorreram mais de 2000 quilômetros a pé, com suas barracas e pertences nas costas. Quando se trata de fazer manifestações em Porto Alegre, quem paga a conta são os movimentos dos sem terra, muitos deles financiados pela Igreja. Se deixam a fazenda invadida, é o Inbra. (...)

Em Bagé, por exemplo, os 3000 agricultores estavam alojados desde Novembro em barracas uma do lado da outra, distribuídas por 1183 hectares. Plantam cereais e verduras e dão aulas às crianças em prédios improvisados e dividem-se em núcleos para cuidar da saúde, alimentação, higiene e religião (grifos nossos, Revista Veja, de 17 de Abril de 1991).

A reportagem inicia-se fazendo alusão ao confronto dos sem-terra com a Brigada Militar no Centro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no qual resultou na degola de um policial militar, cerca de um ano antes (vide trechos referentes à reportagem “A jornada das Foices”). Ao mesmo tempo em que justifica o porquê de os militantes estarem manifestando, bem como a precária situação a qual são expostos, ainda assim reforçam a imagem desqualificadora e utilizam-se deste recurso linguístico para desmontar os motivos e a má condição experimentada, sem se falar na longa espera por definições e soluções para suas necessidades.

Assim, por um lado demonstra a situação dos sem-terra, mas por outro reforça a imagem de violência, de irresponsabilidade, de uso de armas e de vários antecedentes de crimes, nem mesmo mencionando, em momento algum, nem em reportagens posteriores, acerca da sem-terra Elenir Nunes dos Santos, que fora baleada pelo mesmo policial, posteriormente morto.

6.2. “DISCURSO LEGITIMADOR” X “DISCURSO DESLEGITIMADOR”

Neste item, iremos demonstrar como o discurso legitimador é sobrepujado por outros que vem a prejudicar a imagem ou fazer associações negativas ao Movimento ou a seus militantes.

Tabela 15 - “Discurso Legitimador” x “Discurso Deslegitimador”

Cruzamentos		Discurso Legitimador		
		Explícita objetivos luta - ato	Transnacionalização - luta	Voz - Movimento
Discurso Deslegitimador	Apoio governo aos latifundiários	-	1	-
	Desqualificadores luta - ato	19	4	25
	Voz polícia - Governo - fazendeiros	4	2	4

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Da análise da tabela 15, podemos verificar que nas reportagens em que se menciona a transnacionalização da luta, ainda assim a mesma referencia o apoio do governo aos proprietários de terras. Nas reportagens em que se garante voz ao Movimento e/ou naquelas em que os objetivos são explicitados, o discurso predominante é o de desqualificar as ações e o Movimento em si, apesar de no decorrer da matéria constar pontos legitimadores.

O artigo publicado na Folha de São Paulo, no dia 22 de Maio de 1996, intitulada “Governador do PA e INCRA acusam MST por massacre”, sintetiza aquela em que garante que o Movimento se manifeste, mas ela própria rebate seus argumentos:

GOVERNADOR DO PA E INCRA ACUSAM MST POR MASSACRE

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o governo paraense defendem a tese de que **o massacre poderia ter sido evitado caso o MST não fosse "intransigente" e tivesse aceito, três meses antes do conflito, seus programas conjuntos de assentamento de 1.780 famílias, no leste do Pará**, até o final do ano.

Foram quatro rodadas de negociações do governo com o MST, sempre lideradas pelo ex-presidente do Incra Francisco Graziano. Em todas elas, as lideranças do MST alegavam que não iriam para a fazenda Tuerê porque lá havia foco de malária e só se chega na fazenda a pé ou de avião.

O documento previa a reconstrução de 80 quilômetros de estradas para viabilizar o acesso das famílias e o escoamento da produção. **As famílias estão acampadas em Curionópolis, município que de Janeiro a Março deste ano registrou 586 casos de malária, contra 374 casos em Novo Repartimento, onde fica a fazenda Tuerê, segundo a Secretaria de Saúde do Pará.**

"Nós não podemos mais ficar calados. O MST queria o confronto e necessitava ter uma vítima. Teve 19 vítimas por sua intransigência e objetivos ideológicos", disse Ronaldo Barata, presidente do Iterpa (Instituto de Terras do Pará).

Outro lado

O principal líder dos sem-terra da região, Onacílio Barros, disse que o governo federal queria "acabar" com a organização do MST ao propor a transferência das famílias. Segundo ele, a intenção era "esconder os sem-terra organizados da sociedade" em uma fazenda distante –a Tuerê (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 22 de Maio de 1996).

Apesar de apresentar a posição do Movimento (diz-se isso, porque a maioria não o faz), conforme se verifica nas passagens acima demarcadas, apresentam réplicas às manifestações do Movimento, que aqui, no caso, era mostrar à população, que a reclamação deles era infundada, posto que não queria se deslocar alegando ser a área foco de malária, quando, na verdade, onde estavam acampados já se tinham registrados muito mais casos da doença, pretendendo, assim, justificar que realmente o massacre, no caso em tela, ocorreu por intransigência do Movimento, já que sua motivação era infundada.

6.3 “DISCURSO LEGITIMADOR” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”

Nesta seção, trataremos do cruzamento dos dados referentes à sub-categoria “discursos legitimadores” com as políticas públicas, oficiais e não-oficiais, negativas ou positivas, para além de, neste contexto, relacionar com a imagem do poder estatal, Executivo e Judiciário.

Iniciando por este último cruzamento, depreendemos por meio da Tabela 16 que nas reportagens em que constam discursos legitimadores da luta do MST, são de menor peso aquelas codificações surgidas nas sub-categorias referentes à imagem positiva do Poder Executivo (total de três) e do Poder Judiciário (apenas uma).

Tabela 16 - “Discurso Legitimador” x “Imagem Poder Estatal”

Cruzamentos			Discurso Legitimador		
			Explícita objetivos luta - ato	Transnacionalização - luta	Voz - Movimento
Imagem do Poder Estatal	Governo	Negativa	11	1	3
		Positivo	3	-	-
	Judiciário	Negativa	4	-	3
		Positiva	1	-	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

A maior parte das codificações (onze) resultaram do cruzamento entre os discursos que legitimam os motivos do Movimento, mas que apresentam uma imagem negativa do Poder Executivo, conforme podemos verificar na reportagem publicada no dia 21 de Maio de 1986, pela Revista Veja, trazendo notícia sobre o assassinato do Padre Josimo:

BRAÇO PARAMILITAR – Na semana passada, o governo demonstrou que, se possui leis e disposição para enquadrar, por exemplo, operários que fazem greve por aumento de salário, até agora foi incapaz de tomar uma atitude diante de fazendeiros que organizam quadrilhas para assassinar padres e líderes camponeses (Revista Veja, 21 de Maio de 1986).

Neste momento de poucos anos de vida do MST, as reportagens, apesar de desqualificarem, em regra, os trabalhadores rurais, ainda trazia nota sobre a predisposição dos latifundiários em se armar contra a mobilização dos obreiros, apesar de colocar a questão na esfera da defesa de suas terras. Mas ainda assim se falava na violência no campo praticada pelos fazendeiros.

No recorte acima, podemos verificar como a reportagem explana sobre a violência sofrida pelos trabalhadores rurais e por aqueles que estão ao seu lado na luta, como foi o caso do Padre Josimo, mas vem trazendo uma imagem negativa do Estado, como aquele que reprime aqueles que lutam por seus direitos, mas deixa impune fazendeiros que se associam para matar.

Apesar de menor quantitativamente, ainda foram encontradas resultantes no cruzamento entre esta imagem estatal negativa e a questão da transnacionalização da luta (uma) ou com as reportagens que garantem voz ao Movimento (três).

Quanto à imagem do Judiciário, podemos fazer as seguintes observações. Quanto ao item referente à transnacionalização do Movimento, não houve qualquer codificação acerca da imagem do Poder Judiciário. Em relação às reportagens cruzadas, podemos observar que houve três codificações referentes às matérias que garantiam voz ao Movimento e que representava a imagem do Poder Judiciário de forma negativa, como é o caso do artigo publicado na Folha de São Paulo, no dia 30 de Abril de 1996, intitulada “Diolinda pede saída de Jobim”:

DIOLINDA PEDE SAÍDA DE JOBIM

A líder dos sem-terra Diolinda Alves de Souza pediu anteontem a demissão do ministro da Justiça, Nelson Jobim. **"Queremos a saída imediata do ministro Jobim. Ele é incompetente"**, disse ao desembarcar no aeroporto de Belém.

"Ele é incapaz para estar no ministério. Não conseguiu conduzir as investigações de Corumbiara e não vai conseguir aqui", disse.

Diolinda, em entrevista à Agência Folha, criticou a criação do Ministério da Reforma Agrária. "Não vai dar em nada. O governo tem que investir no Incra e criar condições para uma verdadeira reforma agrária", disse ela.

José Rainha Jr., também líder dos sem-terra, disse ontem em Fortaleza (CE) que aproveita a visita ao Brasil de Danielle Mitterrand para denunciar internacionalmente os "absurdos" que estão acontecendo, segundo ele, na apuração do massacre.

Rainha citou como exemplo de "distorções" na apuração do massacre o fato de o relatório feito pelo Ministério da Justiça indicar que foram os sem-terra que atacaram primeiro (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 30 de Abril de 1996).

Nesta reportagem, garante-se voz aos trabalhadores rurais, a quem é permitido se pronunciar e explicitar as razões de sua existência, para além de reforçar negativamente a imagem do Poder Judiciário.

Tivemos apenas uma codificação para a relação orientação de discurso e imagem do Poder Judiciário, de modo positivo, conforme podemos analisar por meio da matéria publicada na Folha de São Paulo no dia 19 de Abril de 1996, com o título “Fato envergonha, diz Sepúlveda”:

FATO ENVERGONHA, DIZ SEPÚLVEDA

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Sepúlveda Pertence, condenou ontem o conflito fundiário ocorrido no Pará.

"É preciso fazer surgir dessa vergonha a esperança de que se afirme a decisão política de dar verdadeira prioridade à reforma agrária", afirmou.

É a primeira vez que Pertence se posiciona publicamente em favor da reforma agrária.

"Os brasileiros comprometidos com os direitos humanos, além de consternados por todas as mortes, estão envergonhados com a brutalidade do fato", disse.

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), em nota oficial, também condenou o confronto.

"É preciso conscientizar o governo da implementação da reforma no campo, objetivando reduzir os conflitos e conter a mão armada de prepotência que, às vezes, está sendo utilizada a pretexto de se impor a lei", diz anota.

O Fórum Nacional contra a Violência no campo se reuniu ontem na sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e emitiu uma nota em que pede a imediata prisão preventiva dos policiais que participaram da ação contra os sem-terra (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 19 de Abril de 1996).

Nota-se como as mortes ocorridas em razão do massacre de Eldorado, fizeram com que o presidente do STF se posicionasse favoravelmente à reforma agrária e, como informa a reportagem, pela primeira vez, exigindo, ainda, que o governo federal tome medidas em prol da matéria a fim de resolver o conflito no campo.

Verifiquemos, a seguir, como se dá a relação entre os discursos legitimadores e as políticas públicas não-oficiais, que se traduzem em entidades não estatais, que promovam, solidarizem ou não com o Movimento.

Tabela 17 – “Discurso legitimador” x “políticas públicas não oficiais”

Cruzamento		Políticas Públicas Não Oficiais	
		Desfavoráveis	Favoráveis
Discurso Legitimador	Explicita objetivos luta - ato	2	18
	Transnacionalização – luta	1	4
	Voz – Movimento	1	4

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Podemos observar, por meio da tabela 17, que poucas são as codificações desfavoráveis mencionadas nas reportagens que de algum modo possuem um discurso legitimador do Movimento relacionadas às entidades não estatais. A maior parte, relaciona favoravelmente com os objetivos do MST, como podemos verificar da análise da matéria divulgada no jornal O Globo, no dia 03 de Outubro de 1986, na qual se aponta os motivos da luta do Movimento e ainda relaciona, positivamente, o apoio da CPT aos lavradores sem-terra.

DANTE NÃO PODE ACEITAR EXIGÊNCIA DE DESAPROPRIAR COLONOS GAÚCHOS

Em Porto Alegre, o Governador Jair Soares, reunido com a comissão de Deputados estaduais que esteve na véspera na Fazenda Annoni, formalizou uma proposta aos acampados: os lavradores desistem de ocupar as fazendas em processo de desapropriação e o estado retira as tropas da Brigada Militar que cercam a fazenda. As outras reivindicações dos colonos foram satisfeitas: o Governo do estado enviou 130 toneladas de alimentos e vai enviar remédio para os colonos.

Os colonos impedidos de sair da Fazenda Annoni, no município de Sarandi, foram ontem até as proximidades de uma barreira da Brigada Militar e queimaram dois bonecos de pano simbolizando os Ministros Paulo Brossard e Dante de Oliveira. Os soldados se maniveram à distância, ouvindo os acampados, cujo líder Laudelino Spiovesan disse: “Eles vivem queimando os colonos, hoje os colonos resolvem queimar eles”.

Se pudessem caminhar até o município de Cruz Alta e lá ocupar as terras já desapropriadas, **os acampados na Fazenda Annoni teriam o apoio do bispo da Diocese, Dom Jacó Hilgert. Explica o bispo de Cruz Alta que concorda com a ocupação das fazendas desapropriadas porque “há uma diferença entre ocupar e invadir”. Por isso, Dom Jacó não admite que os colonos “sejam acusados de invasões, de serem violentos ou de estarem armados”. O bispo criticou as medidas repressivas de cerco da Fazenda Annoni:**

_ Os políticos que vivem falando bonito na televisão, como o Ministro Paulo Brossard, deviam passar uns dias no acampamento com os lavradores. Porque são os únicos com coragem de ficar ao lado dos colonos, os frades e padres são acusados por esses políticos de incitamento à desordem (grifos nossos, O Globo, de 03 de Outubro de 1986).

Na tabela 18, podemos observar as codificações efetuadas nas reportagens que, apesar de em seu conteúdo estarem presentes discursos que legitimam a luta, constam também com informações acerca de políticas públicas negativas que foram geradas por ocasião das ações do Movimento.

Verificamos não ter havido qualquer codificação nas reportagens que mencionaram a atuação em aliança transnacional do MST em termos de políticas públicas negativas, nem mesmo quando a notícia trouxe a opinião/manifestação do Movimento, relativamente ao Poder Legislativo.

Tabela 18 - “Discurso Legitimador” x “Políticas Públicas Negativas Induzidas”

Cruzamento		Políticas Públicas Negativas Induzidas		
		Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo
Discurso Legitimador	Explicita objetivos luta – ato	8	5	2
	Voz – Movimento	4	4	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

O Poder Executivo, seguido do Judiciário, é aquele que mais políticas públicas negativas implementa, apesar de relacionar a reportagem com apresentar um discurso legitimador, explicitando os motivos pelos quais o Movimento está mobilizado. É o caso da matéria veiculada no jornal O Globo em 19 de Julho de 1985:

AGRICULTORES TEMEM FOME SE ASSENTAMENTO NÃO SAIR LOGO

Ou o governo toma providências imediatas para reassentar cerca de duas mil famílias (oito mil pessoas) acampadas nos municípios de Marmeleiro, Salto do Lontra e Chopinzinho, na região sudoeste do Paraná, ou terá que arcar com as consequências sociais da fome entre os colonos.

Segundo o líder, Seno – eles decidiram fornecer somente o primeiro nome, alegando medidas de segurança -, os agricultores acampados necessitam de reassentamento imediato para iniciar o plantio de safra de verão já no começo de Agosto (O Globo, de 19 de Julho de 1985).

A reportagem trata da situação em que os acampados se encontram pela omissão do Governo em não efetuar o reassentamento dos colonos na área do Sudoeste do Paraná, caracterizando a falta de implementação desta política pública como a causa para a situação de fome que seriam colocados os sem-terra.

Para ilustrar a situação do Poder Judiciário, trazemos abaixo a matéria publicada na Folha de São Paulo, em 24 de Junho de 2008, por ocasião da tentativa do Ministério Público do Rio Grande do Sul em tentar extinguir o Movimento. A reportagem informa a posição do MST quanto a este fato, mas fica clara a posição do Poder Judiciário contrária aos trabalhadores justamente em razão de suas ações:

TEXTO QUE PEDE 'DISSOLUÇÃO' DO MOVIMENTO SERVE DE BASE PARA 8 AÇÕES CONTRA SEM-TERRA

'Não há como dissolver o que não existe do ponto de vista legal', diz advogado do movimento sobre o fato de o MST não ter um CNPJ

O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul aprovou relatório que pede a "dissolução" do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e já serviu de base para oito ações judiciais contra sem-terra, que incluem proibição de marchas e autorização de despejos e deslocamento de acampamentos.

"Voto no sentido de designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade", afirma o promotor Gilberto Thums, em relatório obtido pela Folha e aprovado por unanimidade pelo conselho no final de 2007.

Os promotores, além de mirar na intervenção de escolas ligadas ao movimento, buscam agora um mecanismo jurídico para apresentar à Justiça o pedido de dissolução do MST. As ações atuais têm o apoio também do governo gaúcho, segundo os sem-terra.

"Nós conseguimos, com a ajuda da Polícia Militar, identificar todos [os militantes do MST]", disse o promotor Thums, que completou: "Quem invadir, quem depredar, quem praticar atos de vandalismo e de sabotagem vai ser preso, pois já estará identificado como integrante desse movimento. Vamos mover processo criminal contra eles".

Para o MST, trata-se da ofensiva jurídica mais dura de sua história. Como contra-ataque, o movimento promete denunciar a ação dos promotores em organismos internacionais, como ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Criado em 1984, o MST não existe juridicamente, portanto não é simples a tarefa de extingui-lo. Numa estratégia de blindagem, justamente contra ações como a do Ministério Público, não há um CNPJ para ser anulado nem presidente para ser preso ou processado.

Para o MST, em termos de "repressão" à sua atuação, a iniciativa dos promotores só fica atrás do massacre de Eldorado do Carajás, quando, em abril de 1996, 19 sem-terra morreram em ação de desobstrução de rodovia pela PM paraense.

"Não há como dissolver o que não existe do ponto de vista legal. Numa hipótese doida, o que eles [promotores] poderiam fazer é [pedir à Justiça] a decisão de proibir todos de se reunirem como MST. A única possibilidade seria essa", disse **Juvelino Stronzake, advogado do movimento.**

"Se retiramos o massacre de Eldorado do Carajás, esse é o fato mais marcante da história do movimento. É significativo por ser instância do Estado tentando limitar a organização popular. Só tivemos situações como essa, de proibir marchas, na ditadura", **completou.**

A ideia do Ministério Público do Rio Grande do Sul é chegar ao ponto de proibir qualquer órgão do Estado de negociar contratos e convênios, com o movimento (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 24 de Junho de 2008).

Por último, analisamos, por meio da tabela 19, as codificações efetuadas pelo cruzamento das sub-categorias "discurso legitimador" e "políticas públicas positivas induzidas".

Tabela 19 - "discurso legitimador" x "políticas públicas positivas induzidas".

Cruzamento		Políticas Públicas Positivas Induzidas		
		Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo
Discurso Legitimador	Explícita objetivos luta - ato	10	5	3
	Voz - Movimento	4	-	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Do mesmo modo que o cruzamento anterior, observamos aqui não ter havido qualquer referência cruzada nas matérias que mencionaram a atuação em aliança transnacional do MST e nem mesmo quando as possíveis atuações dos Poderes Judiciário e Legislativo.

As políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo, mencionadas nas reportagens que explicitam as razões do Movimento são mais elevadas que as dos outros Poderes.

Para ilustrar, trazemos o artigo publicado no Globo, no dia 11 de Abril de 1985, no qual o então Ministro da Reforma Agrária, chama em seu gabinete o presidente de um dos partidos que congrega grande número de proprietários rurais ou que defendam seus interesses, para sensibilizar em torno da temática, buscando apoio à aprovação no Congresso nacional quanto ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA).

RIBEIRO PROCURA NO CONGRESSO APOIO PARA A REFORMA GRÁRIA

Após conversar com o Ministro, em seu gabinete no Senado, o Presidente do PFL, afirmou que a reforma agrária tem que ser acelerada, embora o processo de sua realização não seja de curto prazo. Ele não acredita que haja dificuldade em se obter o apoio do Congresso, embora existam muitos parlamentares latifundiários.

- Todos os que estão aqui têm que, necessariamente, se comportar como homens públicos, não olhando o interesse pessoal, e sim o bem comum. E o problema da terra é um bem comum – observou (O Globo, de 11 de Abril de 1985).

Se confrontarmos as duas tabelas 18 e 19, resultando na tabela 20, a seguir, podemos observar que as políticas positivas induzidas são superiores, mesmo que discretamente, nos Poderes Executivo e Legislativo, evidenciando-se o contrário quando se refere ao Poder Judiciário.

Tabela 20 – cruzamento entre as tabelas 18 e 19

	Executivo	Judiciário	Legislativo
Políticas Públicas Negativas Induzidas	12	9	2
Políticas Públicas Positivas Induzidas	14	5	3

Tabela resultante da compilação das tabelas 18 e 19, elaboradas pelo NVivo.

Podemos concluir que essa diferença ocorre, tendo em vista os membros dos Poderes Executivo e Legislativo dependerem de voto para permanecerem ou mais tarde voltarem ao poder, o que não acontece com os membros do Judiciário, posto que o ingresso se dá por concurso público, ficando menos evidenciada a pressão popular, na medida em que

se toma por base, nestes cruzamentos de dados, medidas públicas tomadas ou a serem implementadas em razão da atividade do Movimento.

7. COMO OS JORNALISTAS VÊM O MST: ANALISANDO AS ENTREVISTAS

Esta seção serve para verificar a imagem que o MST possui junto aos jornalistas. Como já informado, responderam à entrevista um repórter de cada veículo de comunicação, aqui importando os da Revista Veja e dos jornais O Globo e Folha de São Paulo. A forma de apresentação será a colocação das perguntas e respostas de cada um dos jornalistas relativas ao tema, com posteriores comentários.

7.1. JORNALISTA EVANDRO ÉBOLI - JORNAL O GLOBO

O Sr. Evandro Éboli nasceu no Rio de Janeiro, em 1963, viveu em cidades de pequeno, médio e grande porte. Atualmente é repórter da sucursal de Brasília e tem como uma de suas atribuições, cobrir matérias acerca do MST, conhecendo, desta maneira, o Movimento. Portanto, seu contato é profissional, já tendo, inclusive, oportunidade de estar presente em alguns acampamentos ao longo do país.

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece o Movimento dos Sem-Terra? Conhece sua história e objetivos?

Evandro Éboli (EE): Resposta: Sim, conheço.

(CR) Já esteve em alguma ocupação ou assentamento?

(EE) Resposta: Em vários, em diversos pontos do país.

(CR) Qual imagem o Sr. tem do MST, enquanto movimento organizado, de sua liderança e de seus membros?

(EE) Resposta: É um movimento que começou pequeno, conquistou adesões e ganhou espaço na mídia. Considero um movimento com reivindicações legítimas e que conseguiu, no atual governo, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um salto nas suas atribuições originais. Dirigentes do MST, hoje, ocupam cargos no governo, especificamente em direções do Incra, órgão responsável pela reforma agrária, que cuida dos assentamentos e do repasse de verbas para a área. A liderança do MST é astuta e soube, durante todos esses anos, dar visibilidade ao movimento.

(CR) Como o Sr. vê o MST retratado na mídia convencional, em geral e especificamente no Globo?

(EE) Resposta: Depende do veículo. Por exemplo, os grandes jornais de São Paulo - um estado agrícola, com grandes propriedades rurais, onde o MST atua fortemente - tratam de maneira diferente. Dá mais espaço para o movimento, para a política de reforma agrária e ações do governo nessa área. O meu jornal, O Globo, que é do Rio de Janeiro e, ainda que também seja da grande imprensa e de circulação nacional, nem sempre concede o mesmo espaço.

(CR) Podemos verificar algumas fases nos meios de comunicação quanto ao MST. No início das atividades oficiais do MST, a questão girava mais em torno da reforma agrária e da violência dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais, que até este momento, não são pela mídia identificados enquanto movimento social. Num segundo momento, os meios de comunicação mudam o foco de incidência atingindo os trabalhadores rurais, já organizados, com um discurso mais forte e contrário aos mesmos, salvo nos episódios dos grandes massacres, como Corumbiara (dissidência do MST) e Eldorado de Carajás (MST). Por qual razão há esta mudança de discurso e, em alguns momentos, uma suavização?

(EE) Resposta: Atribuo essa distinção de tratamento aos vários estágios pelo qual passou o MST. De fato, a violência dos fazendeiros - que contratam milícias armadas para atacar e expulsar quem ocupava terra - foi, durante um período, muito criticada pela imprensa e ganhou bom espaço. Ocorre que o número de invasões no Brasil é muito alto. Por um tempo, predominou esse tipo de ação no noticiário. Diria que, hoje, o tema esfriou. O MST, nos últimos meses, ou até nos últimos dois anos, desapareceu da mídia, ainda que ocupações de terra ocorrem todos meses. Neste momento, em volume menor. Reduziram invasões, como reduziram ações violentas dos fazendeiros. Mas o assunto da reforma agrária está sempre na mídia. Por exemplo, neste exato momento, há uma polêmica instalada no país sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos divulgado pelo presidente Lula. Por uma tradição de apoio do Partido dos Trabalhadores (do presidente) aos sem-terra, o governo atende satisfatoriamente o movimento. Neste programa, foi incluído a necessidade de uma audiência pública, envolvendo invasores, fazendeiros, Ministério Público e Judiciário, antes da concessão de medida liminar para retirar os sem-terra de uma área invadida. Antes, o juiz concedia a liminar e os sem-terra eram retirados de qualquer maneira. O setor do agronegócio e ruralistas estão furiosos com este artigo do programa.

O entrevistado retrata o Movimento de modo positivo, considerando que os objetivos são legítimos, tendo o MST conquistado espaço nos meios de comunicação e que soube se expandir e conquistar visibilidade. Assim, verificamos que, apesar de a prática neoliberal ser a de invisibilidade de certos setores sociais, conseguiu o Movimento, ultrapassar a linha abissal e se fazer presente nos órgãos de comunicação social dominante, colocando a questão da reforma agrária na agenda política.

O jornalista coloca ainda a associação do MST com o PT, vinculando sua imagem e afirmando que os membros do Movimento conseguiram, no governo Lula, e como já apontado acima, ocupar cargos em entidades públicas, o que suscita o favorecimento das políticas públicas, bem como a implementação do novo Programa Nacional de Direitos Humanos, apesar da insatisfação dos latifundiários. Entretanto, não a faz de modo negativo, mas natural da aliança política da sempre afirmada relação.

No quarto trecho da entrevista, o jornalista reconhece a tendência do jornal, posto que afirma depender do veículo e do local onde está sediado, mas aduz no sentido do número de matérias sob a temática, e não propriamente quanto ao conteúdo. A pergunta cingiu-se quanto à forma de apresentação do Movimento, mas a resposta, primeiramente afirmou que o modo como cada veículo trata do assunto é diferente, mas ao esclarecer,

aponta para o espaço na mídia, informando que no caso do jornal O Globo, por estar sediado no Rio de Janeiro, um Estado com pouco peso agrícola, o número de reportagens é mais reduzido em relação aos jornais de São Paulo, segundo o jornalista.

Entretanto, como se verificou por meio dos gráficos 4, 5 e 6, do capítulo 6, ao menos em relação aos anos selecionados para observação, foram a Revista Veja e o jornal O Globo os veículos que mais tiveram o MST em pauta, o que nos leva à conclusão que não se trata efetivamente do jornal estar ou não sediado em um local com mais tradição agrícola ou não, apesar de este fator não poder ser desconsiderado, mas sim, e possivelmente, em atenção aos interesses editoriais.

Quando questionado sobre a diferença de discurso encontrado na mídia convencional, o jornalista reconhece que a mesma ocorre e a identifica com o papel de vítima ou não dos trabalhadores rurais. Afirmo que no início do Movimento, os fazendeiros, como já relatamos exaustivamente neste trabalho, formaram milícias para atacar os sem-terra que porventura ocupassem as fazendas e que esta situação fora criticada pela mídia convencional.

Entretanto, conforme podemos analisar e constatar neste capítulo, não foi desta maneira que a mídia dominante retratou a situação, na maior parte das vezes. As milícias eram noticiadas, sim, mas não raras vezes mencionando os latifundiários em uma posição de defesa, onde as ocupações eram vistas como ataques.

O jornalista informa, ainda, que o fato de realizarem imensas “invasões”, fez com que prejudicasse a imagem do Movimento e o mesmo passasse de vítima a algoz e, segundo o entrevistado, a natureza das reportagens ganharam um viés negativo, mas que, após, diminuíram as matérias sobre as ocupações, apesar de as mesmas continuarem a existir, mas não de forma tão intensa.

Entretanto, por meio das análises deste capítulo, verificamos que, mesmo quando os sem-terra foram vítimas de milícias armadas ou de massacres, ainda assim as reportagens predominaram em um discurso de responsabilização dos mesmos pelas violências sofridas.

Interessante observar como o jornalista, quando menciona o surgimento das atividades do Movimento e a violência praticada pelos fazendeiros, denomina as ações por ocupação. Entretanto, quando afirma que as mesmas aumentaram de volume, passa a designá-las por invasão. Esse é um dado importante, na medida em que o jornalista é quem produz a reportagem e está interiorizado que, se forem menos intensas e os trabalhadores vitimizados, trata-se de ocupação; caso contrário, é invasão mesmo. O recurso linguístico muda dependendo da situação apresentada.

7.2. JORNALISTA EDUARDO SCOLESE – FOLHA DE SÃO PAULO

O jornalista Eduardo Scolese nasceu em São Paulo, em 1975, tendo sempre morado na área urbana. Atualmente é repórter da sucursal de Brasília da Folha de São Paulo, sendo, inclusive autor de livros sobre o MST¹¹.

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece o Movimento dos Sem-Terra? Conhece sua história e objetivos?

Eduardo Scolese (ES): Sim, como jornalista, estudo bastante esse tema.

(CR): Já esteve em alguma ocupação ou assentamento?

(ES): Sim, em diferentes locais do país.

(CR): Qual imagem o Sr. tem do MST, enquanto movimento organizado, de sua liderança e de seus membros?

(ES): Um movimento que colocou o tema da reforma agrária na mídia e nas discussões políticas, em geral. Por conta do MST, esse tema tornou-se obrigatório em cadernos de campanhas eleitorais. Cresceu muito a partir de meados dos anos 90. Essa quantidade veio acompanhada de ações violentas, o que compromete a aceitação do movimento na sociedade.

(CR): Como o Sr. vê o MST retratado na mídia convencional, em geral e especificamente na Folha de São Paulo?

(ES): O MST tem bastante espaço nessa mídia, numa prova de que sua importante política é reconhecida. Mas, por outro lado, é basicamente tratado de forma negativa (invasões, destruição de lavouras, bloqueio de estradas). Na Folha, a visão é obviamente crítica a esse tipo de ação, mas o MST tem sempre espaço para apresentar suas ideias e versões dos fatos. Apesar dessas críticas, é reconhecido como um importante ator político nacional.

(CR): Podemos verificar algumas fases nos meios de comunicação quanto ao MST. No início das atividades oficiais do MST, a questão girava mais em torno da reforma agrária e da violência dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais, que até este momento, não são pela mídia identificados enquanto movimento social. Num segundo momento, os meios de comunicação mudam o foco de incidência atingindo os trabalhadores rurais, já organizados, com um discurso mais forte e contrário aos mesmos, salvo nos episódios dos grandes massacres, como Corumbiara (dissidência do MST) e Eldorado de Carajás (MST). Por qual razão há esta mudança de discurso e, em alguns momentos, uma suavização?

¹¹ SCOLESE, Eduardo (2005). A Reforma Agrária. São Paulo. PubliFolha e SCOLESE, Eduardo (2008). Pioneiros do MST. São Paulo. Ed. Record.

(ES): Essa “suavização” ocorre quando o movimento aparece como vítima, em casos de assassinatos, por exemplo. O discurso mais forte vem a reboque de ações polêmicas do movimento, como invasões de áreas produtivas e bloqueios de estradas. Essa mudança de foco ocorre também diante do crescimento do movimento (quando a qualidade ficou comprometida diante da quantidade).

Conhece o MST, igualmente pela sua atuação profissional e afirma estudar bastante a temática, tendo conhecido acampamentos e assentamentos do MST em variados Estados do Brasil. Assim, como o entrevistado anterior, o Sr. Eduardo Scolese reconhece a importância da atuação do Movimento, como tendo sido extremamente positiva para colocar em pauta a questão da reforma agrária, verificando, igualmente, seu crescimento ao longo dos anos. Entretanto, associa sua imagem a manifestações violentas, mencionando, inclusive, que tal fato e conduta retira o apoio que a sociedade poderia dar ao Movimento e em torno da temática relacionada aos objetivos do mesmo.

Quando questionado acerca da forma de representação do MST na mídia convencional e, especificamente, na Folha de São Paulo, o entrevistado mencionou apenas o veículo no qual trabalha e reconhece que a apresentação do Movimento é feita de forma negativa, mas aponta a própria organização como responsável, posto que coloca a Folha como crítica ao modo de atuação do Movimento. Assevera haver bastante espaço no jornal em questão, afirmação este em consonância com a experiência do jornalista do próprio MST.

Com relação à diferença de discurso, no mesmo sentido do entrevistado do jornal O Globo, aqui se aponta a questão no sentido da vitimização dos sem-terra, advindo, daí, um discurso, por parte da mídia hegemônica, mais suave, mencionando, igualmente, que o MST passou a radicalizar suas ações, na medida em que passou a realizar inúmeras ações, que não foram bem-vistas pelos meios de comunicação convencionais.

Desta forma concluímos que efetivamente aqueles que são invisibilizados devem permanecer desta maneira, dentro do pensamento hegemônico. Quanto mais contestam e lutam, mais aparecem e a visibilidade dos excluídos é algo não desejado pelos interesses dominantes, que acabam por utilizar todos os seus recursos para desqualificá-los. Se se tornam visíveis, não podem ser em boa conta e, neste campo, a mídia exerce influente papel.

7.3. JORNALISTA DIEGO ESCOSTEGUY – REVISTA VEJA

O jornalista Diego Escosteguy nasceu em Brasília, em 1982, tendo sempre residido em área urbana. É repórter da sucursal da Revista Veja no Distrito Federal e conhece o MST por meio da mídia e pelas fontes que possui, em razão do seu trabalho jornalístico. O entrevistado nunca esteve em nenhum acampamento nem assentamento. Seu conhecimento acerca do Movimento é totalmente indireto.

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece o Movimento dos Sem-Terra? Conhece sua história e objetivos?

Diego Escosteguy (DE): Conheço somente pelo o que leio na mídia e pelo o que converso com as fontes que mantêm contato com seus líderes, ou que são prejudicadas pelas ações da entidade. Naturalmente, tanto a história do MST quanto seus objetivos me são familiares.

(CR): Já esteve em alguma ocupação ou assentamento?

(DE): Não.

(CR): Qual imagem o Sr. tem do MST, enquanto movimento organizado, de sua liderança e de seus membros?

(DE): Parece-me um movimento que surgiu da organização legítima do lumpen-proletariado agrário e que, com o tempo e as consequentes mudanças políticas do Brasil, deixou de lutar apenas pela obtenção de terras para se transformar, sobretudo, numa entidade maoísta com fins político-ideológicos – ou seja, obter o poder central por meio de uma eventual revolução marxista. O discurso e as ações de sua liderança stalinista demonstram isso. Seus membros, contudo, são, em sua maioria, camponeses pobres e alienados, que seguem ordens para obter terras ou dinheiro.

(CR): Como o Sr. vê o MST retratado na mídia convencional, em geral e especificamente na Revista Veja?

(DE): Prefiro declinar de responder sobre a posição editorial da Revista Veja. Creio, no entanto, que a imprensa cobre as atividades do MST sob a inescapável lente ideológica da burguesia, centrando-se tão-somente nas ações ilegais do movimento, que, pelos valores de uma democracia liberal, merecem críticas. Não poderia ser diferente: os veículos de comunicação pertencem a empresas privadas, que se sentem ameaçadas por um grupo que desafia a propriedade privada dos meios de produção. Esse manto ideológico verifica-se não só na cobertura das ações violentas do MST como, especialmente, na ausência de cobertura das demais faces do movimento – a educação dos camponeses, os programas de aumento de produtividade das pequenas propriedades. Trata-se de um choque inevitável.

(CR): Podemos verificar algumas fases nos meios de comunicação quanto ao MST. No início das atividades oficiais do MST, a questão girava mais em torno da reforma agrária e da violência dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais, que até este momento, não são pela mídia identificados enquanto movimento social. Num segundo momento, os meios de comunicação mudam o foco de incidência atingindo os trabalhadores rurais, já organizados, com um discurso mais forte e contrário aos mesmos, salvo nos episódios dos grandes massacres, como Corumbiara (dissidência do MST) e Eldorado de Carajás (MST). Por qual razão há esta mudança de discurso e, em alguns momentos, uma suavização?

(DE): Em parte, essa pergunta está respondida no parágrafo anterior. A mudança de discurso opera-se a partir do momento no qual o MST passa a agir ilegalmente, invadindo violentamente propriedades produtivas. Quando essa fronteira foi ultrapassada, todas as atividades do movimento tornaram-se conspiradas, mesmo que se encaixassem nos limites da lei. A suavização ocorre apenas nos episódios em que os camponeses do movimento foram vítimas de ações violentas. Nesses casos, a empatia com o sofrimento deles transcende a visão ideológica da burguesia.

Assim, a imagem que o entrevistado possui do Movimento é aquela que se transmite hegemonicamente, fazendo uma análise extremamente negativa, coincidindo com aquela que é identificada pelos meios de comunicação dominante, possuindo um discurso de violência, de cooptação política, sendo seus militantes meras marionetes nas mãos de pessoas que pretendem a revolução, sendo aqui a identificação ideológica posta num sentido pejorativo e prejudicial. Coloca igualmente, de forma hegemônica, a ideia de que o MST não possui mais o interesse inicial de luta pela reforma agrária posto que, em sua visão, luta pela tomada de poder.

O entrevistado recusou-se a responder como o mesmo entendia a forma de representação do MST na Revista Veja, na qual trabalha. Em relação à mídia em geral, o mesmo declara que a imprensa retrata do Movimento sob interesses ideológicos dominantes, mas ao mesmo tempo responsabiliza o Movimento, na medida em que aduz sobre a ilegalidade das ações praticadas pelos sem-terra, colocando a questão, inclusivamente, sob o viés da afronta ao Estado Democrático de Direito.

Como os demais, o entrevistado afirma que a mídia hegemônica tende a amenizar a retórica e o recurso linguístico sobre os sem-terra quando os mesmos aparecem nos fatos como vítimas, seja de fazendeiros, seja da polícia, mas ressalta que o discurso desqualificar advém da própria conduta ilegal do Movimento. O discurso suaviza-se por questões humanitárias, mas não ideológicas, pois, neste setor, não se ressentem em apresentar uma imagem de bandidos a quem luta por seus direitos.

7.4. CONFRONTANDO AS ENTREVISTAS

Por meio das entrevistas percebemos logo a diferença entre aqueles profissionais que tiveram algum tipo de contato direto com o Movimento daquele que não o conhece diretamente, como é o caso do último entrevistado aqui trazido. A visão deste identifica-se com a imagem construída pela mídia hegemônica e traz em si toda a carga desqualificadora já exaustivamente analisada nas seções anteriores.

Ainda assim, somente um entrevistado não colocou a atuação do Movimento de forma negativa, em termos de violência de suas ações, ao tratar da forma como vê

pessoalmente o Movimento, sendo a imagem mais forte e marcante que se tem quase sempre presente nas reportagens veiculadas nos meios de comunicação sob análise. Entretanto, quando questionados acerca dos meios de comunicação, todos identificaram haver uma alteração de discurso e reconheceram que os veículos atendem à interesses dominantes, mas que o discurso desqualificador é puramente imputado ao Movimento, por suas ações realizadas.

8. O PERFIL DO MST PARA A MÍDIA HEGEMÔNICA

Como nos foi possível perceber por meio dos gráficos 1 e 2, o MST manteve-se constantemente como pauta nos meios de comunicação hegemônicos. Por razões óbvias, até mesmo por estar o Movimento em seu início e com ações ainda não tão contundentes quanto ao volume, posto que ocupações já existiam mesmo antes do seu surgimento oficial, o ano de 1984 apresentou poucas reportagens, mas as mesmas, em sua maioria, quando mencionava o campo, referia-se não ao trabalhador, mas ao grande empresário rural, que com suas técnicas absorvem o capital e geram riquezas, como verificamos na reportagem publicada na Revista Veja de 11 de Abril de 1984, intitulada “A União faz o lucro – Com técnicas modernas e agressividade nas vendas, as cooperativas agrícolas estão mudando o interior do país e gerando fortunas”:

Nove segundos depois de anunciada no placar eletrônico da Bolsa de Mercadorias de Chicago, a maior do mundo, uma boa notícia chega via satélite ao escritório de Oceano de Carvalho, gerente de comercialização da Cooperativa dos cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, a Cocamar, no norte do Paraná: fora registrada uma alta de 10 centavos de dólar no preço de um lote de soja para entrega em Maio. Recebida a informação, Carvalho retoma com animação ainda maior as negociações que mantinha com um corretor internacional, e logo se chega a um final feliz.

Terminada a conversa, ele conseguiu um preço melhor para as 5000 toneladas de soja envolvidas na transação e, assim, adicionara algumas centenas de dólares ao balanço da Cocamar.

A cena, frequentemente reprisada nas últimas semanas, tornou-se virtualmente uma rotina no cotidiano de Carvalho. “Este é meu principal instrumento de trabalho”, dizia ele na semana passada, apontando para o terminal de computador que liga o seu escritório aos principais centros do mundo (Revista Veja, de 11 de Abril de 1984).

Essa situação não se refere ao trabalhador rural expoliado do seu direito de terra para viver. É também homem do campo que não encontra respaldo político e nem social para seus anseios. Para a população, parece que não há problemas no campo, nem conflitos, nem morte, não se fazendo necessária a reforma agrária, que nem mesmo era ponto de pauta, antes das investidas e pressões populares, como são as do MST.

Em 1985, passamos de três reportagens para 47, tendo maior número de publicações no jornal O Globo, onde começaram a mencionar o Movimento, mas ainda tratavam os militantes como lavradores e posseiros, tendo, às vezes, um caráter meramente informativo, como foi a publicação na Folha de São Paulo no dia 1º de Fevereiro de 1985, na qual noticiava a realização do 1º Congresso do Movimento, destinando pequeno espaço no canto inferior esquerdo do jornal. Pode-se concluir, assim, que o MST ainda não apresentava grande perigo às elites dominantes e, deste modo, pequena nota foi dispensada, sem grandes alardes.

Em 1985, a política agrícola do governo Sarney, acabou movimentando bastante os latifundiários, que se viram acuados e atingidos com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), criando, igualmente, nos trabalhadores uma forte expectativa de que a reforma agrária seria implementada e de forma inclusiva.

Conflitos mais acirrados não faltaram neste período, inclusivamente com os fazendeiros armando-se violentamente contra os trabalhadores rurais que passaram a ocupar as terras improdutivas. Neste momento, a impunidade ficou estampada nos meios de comunicação, posto que, como verificamos, não havia qualquer tipo de censura por esta situação estar ocorrendo. Ao contrário, foi marcada pela grande imprensa como uma forma de defesa dos latifundiários de suas propriedades.

Como resultado das pressões dos grandes fazendeiros, o Governo, adotando posicionamentos e políticas públicas negativas, passou a declarar, sendo informado na mídia, que a reforma agrária pretendida seria nos moldes capitalistas. Em outras palavras, sem alterar a estrutura fundiária arcaica e pós-colonialista existente no país.

Neste momento, a mídia ainda possui uma orientação do discurso, em termos linguísticos positivos, posto que denomina os sem-terra por agricultores, mencionam as dificuldades experimentadas e intitulam as ações como ocupações, até Julho de 1985, mas já começam a conduzir a imagem do MST e de seus militantes inserta no discurso deslegitimador, apresentando, em Setembro do mesmo ano, já a primeira reportagem, dentro dos anos analisados, que menciona o termo *invasão* para identificar a ação do Movimento.

O discurso de que a reforma agrária não é tão importante, é evidenciada na reportagem da Revista Veja, de 30 de Janeiro de 1985, quando menciona que a população entende que a reforma agrária não é tão importante quanto a proteção ao meio ambiente.

SUGESTÕES PARA LIBERDADE
PESQUISA DIRIGIDA POR AFONSO ARINOS SUGERE UM CAMINHO PARA A
CONSTITUINTE: TIRAR O PODER DE QUEM TEM DEMAIS E DAR O PODER A QUEM
O TEVE DE MENOS

Se os entrevistados fossem chamados a definir os objetivos do Estado considerariam mais importante prezevar, por lei, o meio ambiente (85,2% de citações) do que promover uma reforma agrária (58,6%). (Revista Veja, de 30 de Janeiro de 1985).

Claro que o meio ambiente é de suma importância, mas assim colocado, faz-se crer que o Governo não precisa realizar a reforma agrária. Lembremos que esta pesquisa surge em um momento em que os latifundiários estão a todo o custo pressionando o Poder Executivo para a não realização da reforma agrária, que acabam por conseguir.

No ano de 1986, verificamos um decréscimo nas reportagens vinculadas ao MST, passando ao número de trinta e seis, predominantemente publicadas pelo jornal O Globo e Revista Veja, com forte vinculação da imagem do Movimento ao PT e à CPT, mas ainda utilizando termos referentes aos militantes por lavradores e colonos, mas já associando as ações à invasão, sendo poucas as que se referiam à ocupação. Em contraposição, a imagem dos latifundiários é de homens de sucesso e de civismo, promovendo prosperidade no campo, enquanto a dos sem-terra é associada, cada vez mais, ao crime e à desordem.

Em 1990, já no início de um novo Governo, liderado por Fernando Collor de Mello, as matérias diminuem para vinte e duas, subindo para trinta em 1991 e voltando a cair em 1992, com apenas cinco, cabendo ressaltar que a atenção dos meios de comunicação hegemônicos, neste último ano, estavam voltadas à grande crise institucional e governamental, que resultou no *impeachment* do presidente da República.

Durante estes anos, algumas experiências exitosas obtiveram espaço na mídia, como o sucesso de alguns assentamentos, como foi o caso de Ronda Alta e Annoni, bem como das cooperativas, ressaltando que os sem-terra conseguiam produzir, mesmo sem grandes recursos e financiamentos por parte do governo. Os termos invasores e terra

invadida, para adjetivar, respectivamente, os sem-terra e as atividades do Movimento, já estavam estabelecidas. O forte cerco repressivo do Poder Judiciário, neste período, que passou a judicializar a luta não se refletiu com a mesma força nos meios de comunicação hegemônicos, o que nos leva a crer que o Poder Judiciário veio substituir o Poder Executivo nas ações repressoras e de políticas públicas negativas. Notou-se, assim, uma relação direta entre as políticas públicas positivas por parte do Governo no aumento das medidas repressoras do Judiciário.

O ano de 1996 foi palco do massacre de Eldorado, rendendo na mídia um aumento exponencial do número de reportagens, que atingiu a marca de cento e setenta e três. Como já verificado no decorrer deste capítulo, a forma de denominar os sem-terra voltou a ser mais compatível, intitulando-os por lavradores, trabalhadores, diminuindo aquelas que rotulavam como invasores. Isso deu-se por comoção em razão da chacina dos trabalhadores. Entretanto, o discurso mais marcante nas reportagens observadas neste período foi o desqualificador, na medida em que não raras vezes atribuíram responsabilidade pelas mortes ao próprio Movimento, não só com a imagem de violência, no sentido de que foram os mesmos que a provocaram, como também com a ideia de intolerância e radicalismo, na medida em que não esperaram pelas negociações.

Em 2002, com a ocupação da fazenda dos filhos de Fernando Henrique, então presidente da República, o discurso de atentado à democracia e ao Estado Democrático de Direito, que já existia em menor escala, torna-se mais veemente nas vinte e sete reportagens publicadas, para além da forte vinculação da imagem ao crime e termos linguísticos depreciativos aos sem-terra e ao Movimento em geral. Forte foi o retorno do termo invasores e a inclusão de um novo, que é a de terrorista. O MST passou a ser “inimigo” do Estado.

Cabe ressaltar que no ano anterior à esta ocupação, apenas em razão de rumores desta ação, o então presidente editou medida provisória, posteriormente lei, que proibia a vistoria, por dois anos, para fins de reforma agrária em terra que fosse ocupada. Com a implementação desta política pública negativa, o MST modificou suas estratégias. Não encerrou com as ocupações, mas passou a priorizar outras atividades, como jornadas, marchas, bloqueios de estrada, com fim de movimentar a máquina estatal no cumprimento de seu dever constitucional de implementação da reforma agrária.

Em 2006, já a presidência sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, e com a ocupação da Aracruz Celulose, as vinte e três matérias intensificaram a imagem de criminosos perigosos, atentadores ao Estado Democrático de Direito. Passaram a condução explícita dos rótulos criminais, inclusive com afirmações de crime internacional, na medida em que a ação foi praticada pelo MST e a Via Campesina. O associativismo transnacional passou a ser grave problema para a elite, que viu o Movimento ganhar forma internacional.

Desta maneira, não restou outra hipótese aos grandes interesses que, mais uma vez recorrer à via repressora do Poder Judiciário, desta vez com forte ofensiva, na medida em que o Ministério Público do Rio Grande do Sul, estado no qual a ocupação da Aracruz ocorreu, dois anos antes, intentou diversas ações objetivando a extinção do Movimento. Mais uma vez, observou-se que, no momento em que o Poder Judiciário bate com força sua clave, os meios de comunicação ficam mais silentes, conforme percebemos com base em apenas três reportagens que tratavam desta investida jurídica.

Tantas foram as pressões advindas de diversos setores sociais, que o Ministério Público resolveu voltar atrás em sua decisão de alcançar o fim do Movimento, mas, ainda assim, conseguiu implementar ações que prejudicaram e desestabilizaram o Movimento, ao menos naquele Estado, com o fechamento de escolas e a posterior penalização dos pais pelas crianças em idade escolar não estarem recebendo instrução.

Todo o exposto, leva-nos a retomar Eric Hobsbawm (1995) que aduz que as mudanças ocorridas no século XX (no período compreendido entre o século XIX ao fim do colonialismo europeu e início do imperialismo americano e bombas atômicas) foram tão rápidas e radicais, que tornaram todo o resto do século de pouca importância. No Brasil, podemos notar o oposto, onde muita coisa não se modifica, como a má distribuição e forte concentração de terra, desde o século XVI, a par de, recentemente, a economia brasileira estar se desenvolvendo exponencialmente. O autor afirma que os pobres são identificados como sendo as classes perigosas. Deste modo, podemos afirmar que o MST é visto, conforme verificamos por meio das matérias jornalísticas aqui trazidas à colação, como sendo integrante do rol de grupos perigosos, na tradução das elites.

Como ressaltado acima e no decorrer deste capítulo, por meio das reportagens analisadas, podemos verificar o uso recorrente de expressões pejorativas ao MST. Uma delas é a substituição do termo *ocupação* por *invasão*. Entretanto, há enorme diferença semântica entre os mesmos. O primeiro se refere à questões políticas e sociais e como tais devem ser resolvidas; já o uso da palavra *invasão* transmuda todo o sentido e leva o grupo à infringência da lei, remetendo a uma questão policial. Esse é o termo preferido e eleito pelos meios de comunicação hegemônicos.

A ocupação é um ato de pressão, de protesto contra o não uso social da terra e pela demora por parte dos Governos na consecução da reforma agrária. São atos de resistência, em resposta às reminiscências coloniais. No dizer de Fernandes (1999, p. 17) “são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra, de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e de uma sociedade justa”.

Ocupar a terra, para o sem-terra reflete uma conquista e garante uma sensação de poder àqueles que sempre se viram em situação de abandono social, constituindo uma das místicas do Movimento, com todo o simbolismo que o ato confere, com a afixação da bandeira no terreno e a construção das barracas de lona preta. Já a utilização do termo *invasão* é utilizado por aqueles a quem interessa a manutenção do *status quo*, importando a viragem semântica, posto que necessário desconstruir e deslegitimar este ato, ligando sua representação ao crime, vez que ultrapassa a imagem do romper a cerca do latifúndio. Significa, na verdade, um cruzar a fronteira abissal que separa os dois mundos de exclusão e inclusão.

Foi observada a diferença de termo empregado quando mencionava ocupação para o início do movimento e invasão, quando menciona que o MST passou a adotar medidas mais intensivas de luta, sendo este dado importante por ser o jornalista quem produz a notícia. Importante igualmente registrar que o MST possui em sua gênese forte influência dos sindicatos e em especial da CPT, construindo um forte sentimento de organização e cuidado na escolha das palavras, fazendo com que o próprio Movimento passasse a utilizar o termo *ocupação* para referenciar uma de suas atividades, em contraposição à *invasão*.

A opção por um ou outro discurso difere em relação ao grupo social e demarca, nitidamente, sua posição ideológica. Assim, temos o entendimento de Rodrigues (2006, p. 162) que ressalta que

para alguns grupos de agricultores, de operários e de pessoas trabalhadoras assalariadas, “ocupar” fere a lei, o direito à propriedade da terra; já para os latifundiários, a grande mídia e os fazendeiros, “ocupar” é invasão/invasão porque fere o seu direito histórico de classe. Ambos são contra, mas as filiações históricas são distintas.

O autor acima citado (Rodrigues, 2006, p. 153) indaga, nesta medida, como pode o Estado repreender as ocupações, quando na verdade as legitima, na medida em que acaba por realizar a reforma agrária por pressão do Movimento ao realizar a ocupação. Esse pensamento é interessante, posto que, conforme vimos por meio das matérias jornalísticas observadas, realmente o Poder Executivo é o mais sensível à implementação das políticas públicas quando provocado.

Conforme nos mostra Mendes (2005, p. 102), há uma relação entre o tipo de Estado e as formas de protesto e ações coletivas implementadas pelos movimentos sociais. Entretanto, esta visão, segundo Mendes, na esteira do pensamento de Santos (1995, p. 117), é reducionista e não satisfaz ao entendimento da questão ao nível macro, na medida em que deixa de analisar outras forças, como a mídia. Neste sentido, Mendes nos dá a pedra de toque:

os jornalistas, intervêm no sistema complexo de interações dos movimentos sociais, definindo o acesso ao espaço público e, mais importante, a forma como as ações que se desenrolam nesse espaço são enquadradas. A seletividade e a construção jornalística dos acontecimentos definem a ressonância ou não das ações de protesto com as expectativas dos públicos. Os relatos dos jornalistas, de crítica ou endosso das ações empreendidas, dão aos participantes os recursos para a produção das lógicas de justificação das ações de protesto e aos públicos os quadros de interpretação das mesmas.

Assim, para se ultrapassar a simplicidade da visão estatal como fundamento básico para a intensidade e qualidade das ações coletivas, necessário se faz ir além e passar a entender os movimentos sociais “como formas complementares de participação cívica e política em relação às formas mais institucionalizadas de actuação” (Mendes, 2005, p. 103). Assim, as ações coletivas e de protesto dos movimentos sociais podem e devem ser vistos como modos democráticos de participação na sociedade.

Por meio de todos os dados, concluímos que o Brasil sofre de dois grandes males, conjugados entre si: a violência e a corrupção. E não raras vezes, estes dois problemas endêmicos levam a um terceiro: a impunidade. É um círculo vicioso, posto que o ilícito

leva à violência ou à corrupção e esta gera impunidade, que perpetua a ilicitude e a própria violência. Segundo Losano “somente o ‘bom juiz’ pode romper com esta cadeia” (2006, p. 47). Um cidadão comum, ao se folhear qualquer jornal, percebe que a estrutura violência/corrupção permanece presente no cotidiano brasileiro. Nesta medida, quando a própria magistratura se revela como irresponsável, é o cidadão que se ressentido: ou sofre o abuso ou recorre à força.

O Estado, para Max Weber (2003), é aquele que poderia praticar a violência legitimada no interior da sociedade, de modo exclusivo, por meio do direito penal. Deste modo, qualquer tipo de violência particular é ilegítima. Entretanto, atualmente não se verifica a violência (simbólica ou não) legitimada e aceita por todos somente por conta do Estado, posto que há várias instituições que possuem este papel de forma autorizada, por meio da impunidade. No caso da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, causada por fazendeiros e polícia, é caso gritante e, não raras vezes, impune.

A violência no campo, segundo Santos (1992, p. 141) “representa uma forma de exercício do poder local utilizada pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe”. Essa violência visa mesmo a eliminar o adversário, consciente de sua impunidade. É assim, que Santos (1992, p. 142) afirma que

O objetivo estratégico dessas ações violentas consiste não apenas em expulsar os camponeses posseiros de terras onde tem morada habitual e trabalho regular, mas fundamentalmente em tentar solapar as possibilidades da organização social e política das populações rurais que protestam. Configura-se assim enquanto uma tecnologia de poder no campo, uma violência política de caráter seletivo, na qual os alvos são personagens capazes de protagonizar ou mediar ações coletivas, de cujas técnicas fazem parte as ameaças, as intimidações e mesmo as mortes anunciadas, ao nível local ou até pela imprensa. A quase absoluta impunidade dos executores e mandantes vem a revelar a violência como forma de dominação, com a conivência, senão participação, do aparelho policial civil e militar. Conivência que também se faz sentir no Poder Judiciário.

Conforme traz Adorno (1994, p. 102), “não há mais espaço para inocência. A nostalgia de uma cidade sem crimes perdeu-se no tempo”. E o que dizer do campo, com suas passagens bucólicas e largos espaços para emboscadas que só quem conhece a geografia local pode bem aproveitar. O campo sempre foi palco de enorme violência, como se pode verificar nas reportagens trazidas à baila sobre a clara e nítida violência dos fazendeiros contra os colonos, sem qualquer pudor e temor da lei. A forma encontrada pelo Governo para amenizar os ânimos no campo é com leis mais severas.

O MST e demais movimentos agrários brasileiros lutam contra as políticas agrárias que sempre acabam por favorecer e manter as estruturas fundiárias concentradas e dominantes. Assim, com base em todo o exposto até o momento, por meio dos dados analisados, exaustivamente, neste capítulo, e, em resposta ao primeiro objetivo desta Tese, verificamos, como cada um dos discursos reinantes e que constroem a imagem do Movimento e de seus membros são veiculados, consubstancia-se essencialmente em um perfil negativo, onde se coloca o MST e os trabalhadores rurais que nele são insertos como massa de manobra de sindicatos e partidos políticos, que utilizam a bandeira da reforma agrária para fins eleitoreiros, bem como uma representação de que os mesmos estão associados ao crime (objeto do próximo capítulo), à radicalidade, à violência, justificando as agressões dos latifundiários, que na verdade agem em defesa própria e de suas propriedades, para além de muitas vezes repetir-se a ideia de que os sem-terra o são por vontade própria, tendo em vista que a luta é reiteradas vezes desqualificada, com apoio linguístico negativo, dando azo a crença de que a própria reforma agrária não é necessária e de que a luta do Movimento não se justifica, para além de violarem a ordem pública, o Estado Democrático de Direito e a própria democracia.

Chegamos à conclusão, igualmente, de que os poderes públicos, nomeadamente Executivo, respondem mais positivamente em termos de políticas públicas implementadas, quando são provocados por meio das atividades do Movimento, para além de ser noticiado o apoio que o Movimento recebe dos entes não estatais, quando as matérias falam mais favoravelmente do MST.

O que o Estado, na figura do Poder Judiciário, oferece de resposta aos excluídos é o sistema carcerário. É a pena de prisão que é imposta aqueles que lutam por seus interesses, por seus direitos, e que por esta razão são rotulados como perigosos. Conforme Adorno (1994, p. 117) “o conceito de periculosidade contém não poucas limitações, mal escondendo propósitos ideológicos em teses lombrosianas a respeito da criminalidade nata”. Impunidade para os que *tem* e criminalização para os que são *sem*. Essa é a marca de nossa sociedade. Por esta razão, passemos à análise dos dados referentes à criminalização, objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 08 – O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DO MST PELA MÍDIA.

1. DOS DISCURSOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO.

Devemos lembrar que a sub-categoria aqui tratada, encontra-se no organograma 1 do capítulo 7, mas que aqui se retomará, sem as demais sub-categorias, pormenorizando e apresentando a mesma, que foi intitulada “Criminalização”, ressaltando que as suas derivadas não possuem qualquer tipo de hierarquia, sendo apresentada do modo abaixo, por simples questão de imagem e enquadramento.

Organograma 01



Passemos, então, à descrição da sub-categoria que será analisada neste capítulo, bem como suas variantes, informando, desde já que as mesmas, a exemplo da metodologia adotada no capítulo anterior, igualmente serão cruzadas com outras sub-categorias, a fim de que a temática seja devidamente analisada.

1. CRIMINALIZAÇÃO

Nesta sub-categoria pretende-se observar discursos que criminalizem o Movimento, assim como os militantes, rotulando suas condutas e imagens, tipificadas e enquadrando-as como sendo delito, e que, nesta medida, reforcem o estigma desviante da luta contra-hegemônica, ou ainda discursos nos quais os fazendeiros aparecem como

sendo vítimas do Movimento. Suas sub-categorias vão explicitar as várias formas de criminalização, na forma acima descrita.

1.1. Fazendeiros – defesa

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais os latifundiários apareçam como sendo aqueles em que estão se defendendo de uma agressão por parte do MST ou de seus integrantes.

1.2. Governo – fomentador crime

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que indiquem que o Governo fomenta os supostos crimes praticados pelo MST.

1.3. Governo – polícia – promoção ordem

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas por meio das quais o discurso reinante seja aquele em que a polícia ou o governo apareça como agente de contenção e repressão contra aqueles que são tidos como os promotores da desordem pública.

1.4. MST – promoção desordem

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que criminalizem tanto o movimento quanto os militantes, demonstrando uma imagem na qual os mesmos causem problemas, criem desordem e caos, mas não se refere ao cometimento de crimes em espécie.

1.3.5. Trabalhadores – crimes

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que rotulem o MST ou seus integrantes como sendo criminosos, aqui referindo-se, especificamente ao etiquetamento da prática de crimes, considerando que as ações não foram julgadas e portanto violando a presunção constitucional de inocência¹.

Relembra-se aqui que, ao se falar em criminalização do MST, está-se indo além da esfera jurídico-penal, na linha do que já foi inicialmente esclarecido quanto à criminalização primária e secundária. Interessa aqui o controle social informal, que

¹ A Constituição Federal da República Federativa do Brasil foi promulgada em 05 de Outubro de 1988 e, em seu artigo 5º, LVII, prevê que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”;

perpetua a criminalização dos movimentos sociais e que se poderia indicar uma *criminalização terciária*, e nesta medida a Mídia cumpre muito bem este papel, pois potencializa o sentimento de medo, de temor, contra aqueles que sofrem a exclusão social, reproduzindo práticas e discurso de exclusão, contruindo, ainda, um imaginário do caos promovendo as maiores formas de repressão contra aqueles que teoricamente romperam o contrato social.

Uma parte integrante da globalização é a progressiva separação e exclusão, evidenciando-se uma gradual ruptura de comunicação entre as elites territoriais cada vez mais globais e o restante da população, que se vê privada desta mobilidade. Bauman analisa, ainda, dentro desta perspectiva, “a tendência atual de se criminalizar casos que não se adequam à norma idealizada” (Bauman, 1999, p. 11). Dentro desta idéia, o espaço-tempo global torna-se mais um espaço de luta política, pois há os dois grupos de globalização, que se encontram no espaço político global. De um lado, a globalização hegemônica, de cima para baixo; de outro, a globalização contra-hegemônica, de baixo para cima, ou ainda denominada globalização de resistência (Chase-Dunn, 2005, p. 53) e devemos perceber que o desenvolvimento de ambas tem relação direta com os novos meios de comunicação (tecnologias).

Associada a toda construção representativa da imagem do MST e de seus militantes, há a idéia de crime, que pela sua importância e individualização, resolveu-se analisar em capítulo próprio, tendo por base o organograma 01, apresentado neste capítulo, bem como os descritos no capítulo 7, aos quais se faz referência, tendo em vista que a sub-categoria neste capítulo observada será, também, em relação àqueles. Assim como as sub-categorias apresentadas no capítulo anterior, igualmente dividiu-se a mesma por temas que foram sendo apresentados, facilitando nossa observação, que se deu de modo mais pormenorizado.

Assim, a tabela 1, dá-nos oportunidade de verificar a forma como as reportagens que criminalizavam o Movimento se desenvolveram ao longo dos anos e em relação às mídias hegemônicas.

Tabela 1 - Discurso da criminalização por anos e mídia hegemônica.

Anos	Discurso da Criminalização	
	1985	19
1986	19	
1990	4	
1991	20	
1996	29	
2002	20	
2006	25	
2008	4	
Veículos	Revista Veja	13
	Folha de São Paulo	54
	O Globo	65

Tabela obtida a partir do programa NVivo.

De início, podemos verificar que não houve qualquer registro desta temática no ano de 1984, quando do surgimento do Movimento e ainda não possuindo âmbito nacional, correspondendo, portanto, a práticas e lutas localizadas, em especial no Sul do Brasil, igualmente não havendo no ano de 1992, que, como já salientado anteriormente, foi o ano em que o ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello, sofreu processo de cassação de seu mandato, tendo, ainda, o ano de 2008, poucas codificações atribuídas à temática, apesar de relacionar-se às matérias que mencionavam a intenção do Ministério Público gaúcho em extinguir o Movimento.

A partir destes períodos e observando os anos isoladamente, posto que em razão de acontecimentos pontuais, verificamos que o ano de 1996, foi aquele que mais codificações foram registradas, totalizando vinte e quatro. Interessante observar como o discurso é pautado, na medida em que ocorreu em Abril o massacre de Eldorado dos Carajás. Há, neste período, uma sensibilização maior, com exposição dos objetivos do Movimento, bem como do sofrimento a eles impingidos, mas ainda assim o discurso da criminalização não cede, dando azo à afirmação de que “bandido bom é bandido morto²”.

Em 2002, em razão da ocupação da fazenda dos filhos do Fernando Henrique, foram registradas dezessete codificações, sendo vinte e três, em 2006, quando da ocupação da fazenda da Aracruz Celulose e apenas 04 em 2008.

² Esse era um bordão utilizado pelo ex-deputado Sivuca, ex-policial integrante da antiga Scuderie Le Cocq, uma das organizações de policiais que “caçavam” criminosos para exterminá-los, na década de 80.

A Folha de São Paulo e o jornal O Globo apresentam praticamente o mesmo número de codificações quando o assunto é rotular o MST de criminoso. São, respectivamente, sessenta e quatro e sessenta e cinco codificações, sendo realizadas treze em relação à Revista Veja. O que é aqui importante registrar, desde já, é que a criminalização dos movimentos sociais se dá de forma intensa, mas não possui um perfil linear no decorrer dos anos.

Podemos, ainda, apresentar estes dados agrupando em relação aos períodos históricos, posto que fácil visualizar que caminho trilhava o Governo, observando como reagia a mídia, em termos de criminalização do MST. Assim, vejamos a tabela 2, abaixo, que será apresentada obedecendo a ordem decrescente de codificações:

Tabela 2 - Demonstrativo liderança Poder Executivo, períodos, codificações e análise.

Governo	Período	Codificações	Análise
Fernando Henrique Cardoso	1996 e 2002	49	Nestes anos, podemos observar que são aqueles que mais referências à criminalização foram encontradas.
José Sarney (Nova República)	Década de 80 (1985- 1986)	38	Neste período, recém acabado os anos duros do período militar, fez com que, de início, em relação à reforma agrária, houvesse promessas e confusões acerca da possibilidade de implementação da mesma, logo sendo desfeito o “mal-entendido”, na medida em que declarada que a reforma agrária que se tratava era a nos moldes capitalistas. Aqui o sem-terra ainda não era visto efetivamente como criminoso, posto que o Movimento ainda não assustava as elites. O número de codificações referem-se em especial a representação de defesa por parte dos latifundiários às ocupações existentes, mas mais marcadamente à possibilidade de reforma agrária a ser implementada pelo Governo.
Luiz Inácio Lula da Silva	2006 e 2008	29	Em especial no ano de 2008, foram poucas as matérias que trataram especificamente da tentativa de extinção do MST por parte do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Entretanto, e comparativamente ao ano do massacre de Eldorado, o ano de 2006 apresentou fortes codificações em relação ao processo de criminalização no caso Aracruz Celulose.
Fernando Collor de Mello	Década de 90 (1990-1991)	24	O fato de este período estar em último lugar, reforça a conclusão de que, paralelamente à afirmação dos movimentos sociais em geral que afirmam que este período houve uma forte criminalização dos mesmos, esta situação não se fez sentir nos meios de comunicação hegemônicos, o que nos leva à crença de que a questão foi acirrada no campo judicial.

Tabela criada a partir da geração da tabela 1 acima.

Há para certos grupos sociais formas de inclusão, mas unicamente nas esferas do fascismo social. Para estes, muitas das vezes, a única forma de contato com o Estado, é por meio da polícia e da repressão. Estes grupos, se aparecem na mídia, são nas páginas policiais ou, como é o caso do MST, apresentado como caso de polícia. Não podemos nos esquecer que a indústria do medo também é rentável, pois vende milhões e milhões em carros blindados, em intercomunicadores e sistemas de vigilância, em gradeamentos para moradias e edifícios entre outros.

Concluimos, portanto, que há uma certa relação entre os interesses governamentais e a linha ideológica do governo que está no poder, bem como os interesses dos grandes grupos, posto que ligado aos meios de comunicação de massa, com os temas tratados na mídia hegemônica. Não entendemos ser tanto uma falta de interesse na questão, como poderiam levantar a hipótese, posto que como nos foi possível observar, a criminalização do MST ou de seus militantes nos meios de comunicação hegemônicos não se deu de forma linear.

Foram inseridas nesta sub-categoria todas as reportagens que de alguma maneira vinculasse a imagem do MST ou de seus militantes ao crime de qualquer natureza, à desordem, à baderna, inclusive aquelas que mencionem o ato da ocupação como sendo invasão de terra, posto que esta encontra-se tipificada no Código Penal, diferentemente da ocupação, que se traduz em uma ação política.

A matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 22 de Abril de 2006, sob o título “Promotoria denunciará Stédile e mais 36 no RS”, traz-nos exemplo da forma como assim se retrata o Movimento, cujo trecho segue abaixo, fazendo indicações textuais ao cometimento de crimes, mas ainda na fase de instauração de processo:

PROMOTORIA DENUNCIARÁ STEDILE E MAIS 36 NO RS

O Ministério Público vai denunciar na próxima segunda-feira os 36 sem-terra indiciados pela polícia em razão da invasão e depredação, em Março, do Horto Florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS). Entre os denunciados, está o líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stédile.

A denúncia será feita pelo promotor Daniel Indrusiak, que **enquadra a maioria dos líderes nos crimes de lavagem de dinheiro, dano qualificado, furto, cárcere privado e formação de quadrilha.**

Deve ser pedida a quebra de sigilo bancário de três entidades ligadas à Via Campesina: Associação Nacional das Mulheres Camponesas, Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. **Segundo o Ministério Público, essas entidades conseguem recursos econômicos e os usam ilegalmente.**

(...)

Dezoito indiciados foram acusados pela polícia de participação no planejamento da invasão, incluindo Stedile (grifos nossos, Folha de São Paulo, 22 de Abril de 2006).

Vejamos como as variantes da sub-categoria “Criminalização” são apresentadas e desenvolvidas no decorrer dos anos analisados, sendo apresentados gráficos que ilustraram a questão, iniciando pela variante que se refere aos latifundiários como sendo aqueles que se defendem da violência ou do crime imputado aos sem-terra, sendo a Folha de São Paulo, o veículo que mais se utiliza este argumento.

Tabela 3 – Latifundiários - defesa x anos e mídia

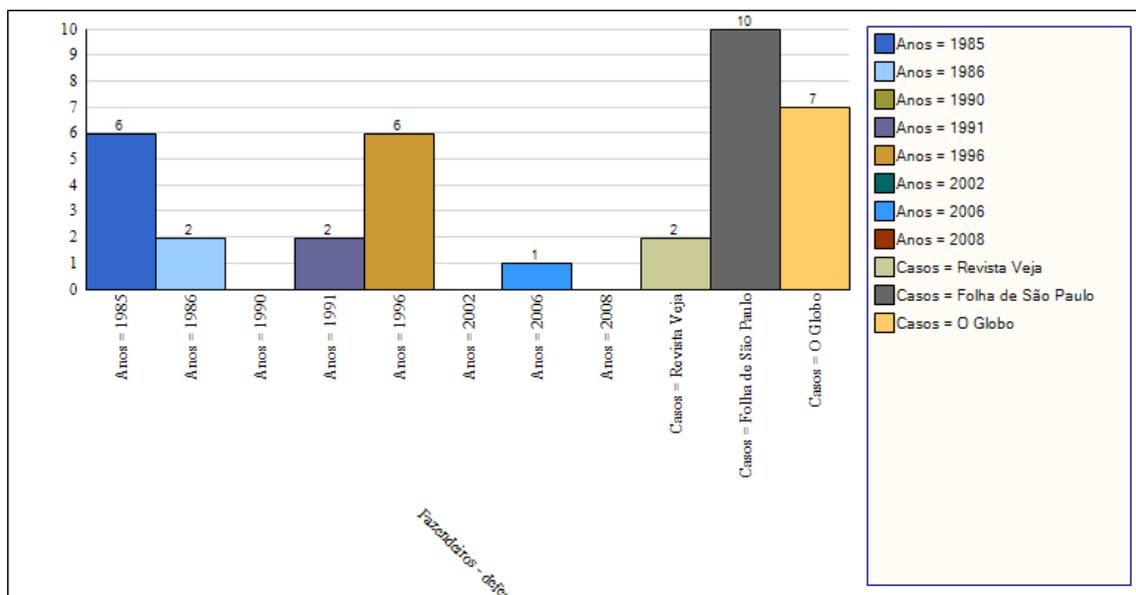


Tabela obtida a partir do programa NVivo.

Podemos observar que nos anos de 1990, 2002 e 2008 não foram encontradas quaisquer codificações que tenham associado a ideia de defesa aos latifundiários, concepção esta já inserta, majoritariamente, nos anos de 1985 e 1996, lembrando que em 1985, o Movimento ainda estava incipiente e, como já afirmado, apesar de a mídia hegemônica, como vimos no capítulo 7, ainda não rotular os sem-terra de invasores, mas utilizar termos positivos e neutros, ainda assim deixava claro que as ocupações eram mal vistas pelos fazendeiros que estavam prontos para atacar (no sentido da orientação do discurso dos meios de comunicação hegemônicos, *defender*) caso os trabalhadores rurais entrassem no imóvel, seja por via das ocupações, seja pela via estatal, com a

implementação da temerosa reforma agrária, que assombrava os latifundiários no início da Nova República.

Os latifundiários armam-se contra os trabalhadores e isso não é de agora, conforme já podemos verificar. Já vem de muito tempo. No campo, armas de fogo; nas bancadas, armas políticas, legislativas e judiciais. Segundo dados da CPMI da Terra, os ruralistas utilizam suas entidades de classe para financiar a luta contra os camponeses.

“Na última década (1995-2005), essas organizações receberam R\$1,052 bilhão dos cofres públicos, seja por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória fixada em lei. No mesmo período, foram transferidos R\$ 41,7 milhões à Associação Nacional das Cooperativas do Brasil (ANCA), Confederação Nacional das Cooperativas do Brasil (CONCRAB) e Instituto Técnico de capacitação e Pesquisa da reforma Agrária (ITERRA). Esses dados revelam que as organizações ruralistas receberam 25 vezes mais recursos do governo do que as entidades ligadas aos trabalhadores.” (Melo, 2006, p. 26).

O ano de 1996 é sempre interessantemente marcado neste trabalho, posto que não foram raras as vezes nas quais os trabalhadores rurais sem-terra, apesar de brutalmente mortos e feridos, surgiram na mídia hegemônica como os provocadores e os responsáveis pelo ocorrido. Esta noção aparece em diversos momentos ao se analisar os dados, mas referentemente ao ano de 1996, cria espécie, na medida em que os sem-terra foram executados. Neste caso, aparecem como sendo os fazendeiros a se defenderem das investidas dos sem-terra.

Andrade (2003) trabalha com o processo de construção social dos conflitos agrários, decorrentes de uma *macroestrutura da desigualdade*, conforme identifica, traduzido como conflitos criminais, sofrendo, assim, penalização os ditos “invasores”, conforme rótulo concedido pelo poder hegemônico, bem como o próprio MST, sendo atribuído a este a autoria intelectual da criminalidade praticada pelo grupo. Em suma, vitimiza-se o proprietário da terra.

A autora traz em sua obra a descontextualização e despolitização dos conflitos com o conseqüente esvaziamento de sua historicidade e imunização da violência estrutural, afirmando que este processo provoca a duplicação da violência contra os *invasores* e da imunidade a favor dos proprietários *vitimados*, havendo, pois, uma íntima relação entre o controle penal e a estrutura social. Neste sentido, a Mídia, falada, televisiva e escrita,

tem um papel preponderante na divulgação do discurso dominante sobre a violência no meio rural, pois são formadores de opiniões.

Tabela 4. Governo como fomentador de crimes x anos e mídia

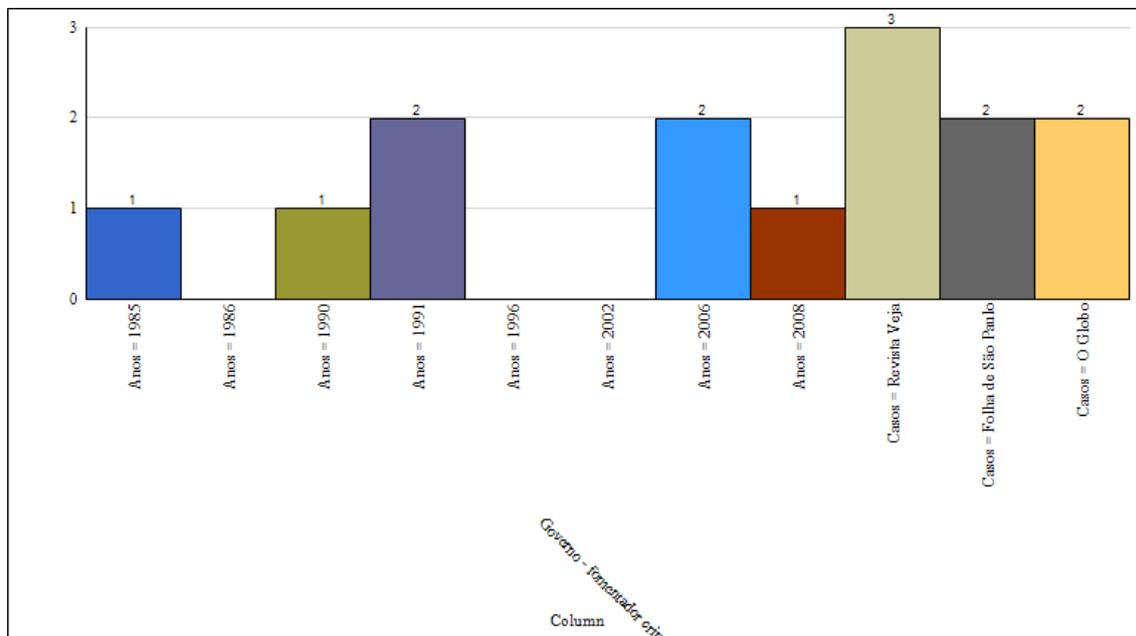


Tabela obtida a partir do programa NVivo.

Nesta tabela 4, podemos verificar como é a Revista Veja aquela que mais apresenta o Governo como sendo aquele que fomenta os crimes aos quais os meios de comunicação tendem associar a imagem dos sem-terra, mas não sendo muito diferente dos outros veículos, na medida em que a diferença de codificação é de apenas uma. Entretanto, não se trata de uma variante muito comum, visto que são apenas sete no total, não existindo nos anos de 1986, 1996 e 2002.

Melo (2006, p. 58) coloca os três poderes da República como os principais agentes causadores no agravamento da situação agrária, afirmando que o Poder Executivo, nada faz de efetivo no sentido da reforma agrária; que o Poder Legislativo não conseguiu retirar os entraves legais. Muito pelo contrário, por meio da pressão da bancada ruralista acaba mesmo por colocar mais obstáculos, com o uso da máquina legislativa; e, por fim, o Poder Judiciário, que responde com morosidade nas causas de desapropriação que venha a beneficiar os trabalhadores e em contrapartida, age celeremente nos processos de interesse dos latifundiários, como nos casos de reintegração de posse. Sem falar na

cobertura legal aos mandantes e executores dos homicídios praticados contra os trabalhadores rurais.

Tabela 5- Governo/Polícia - promoção da ordem x anos e mídia

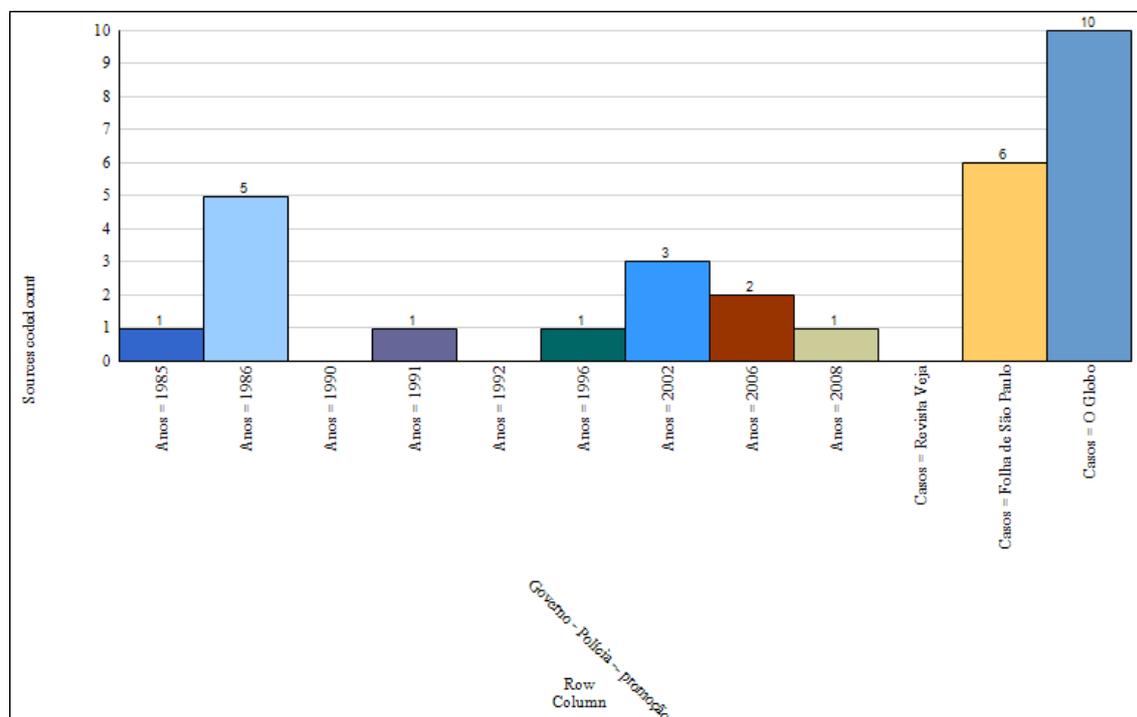


Tabela obtida a partir do programa NVivo.

Verificamos, pela tabela 5, que a Revista Veja não apresenta o processo de criminalização sob este viés, demonstrando que o Estado e/ou a polícia agem para promover a “ordem” no “caos” atribuído ao MST. Os anos de 1990 e 1992 igualmente não apresentam codificações.

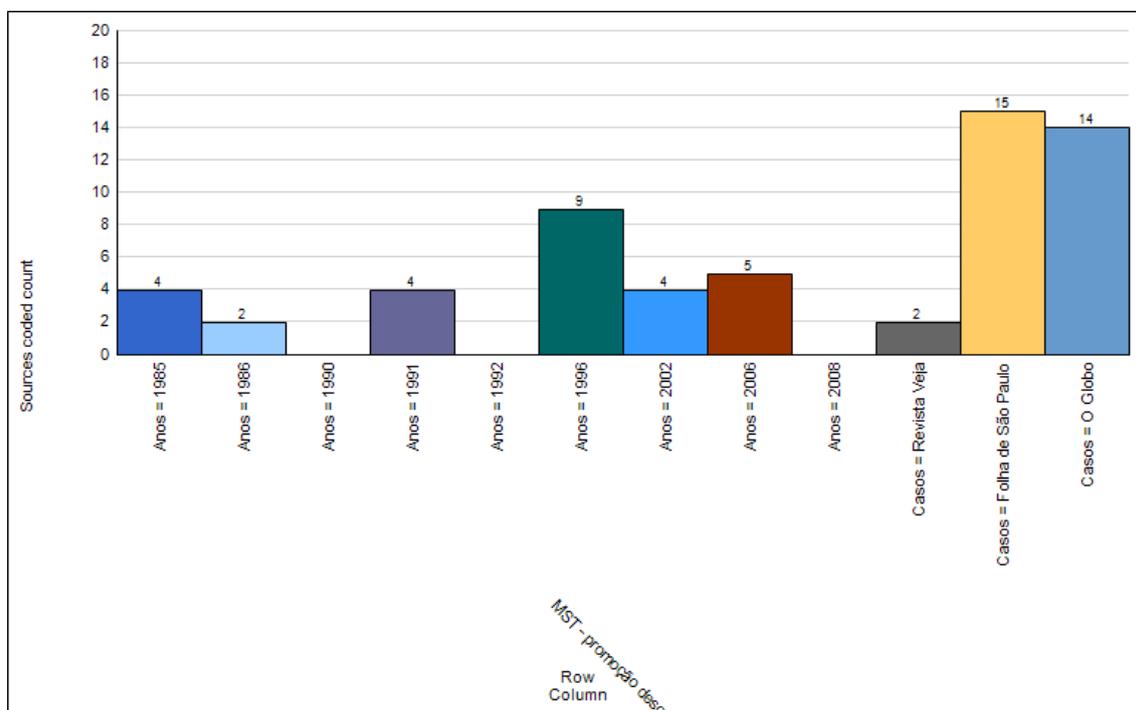
É o jornal O Globo que aparece como sendo o veículo comunicacional que mais traz esta imagem de ordem, tendo sido mais presente nos anos de 1986, ainda no início de vida do Movimento. O ano de 2002 aparece como em segundo lugar nas codificações, cabendo lembrar, que o mesmo se deve à ocupação da fazenda dos filhos do então presidente da República.

Ao lado da estrutura social que se caracteriza pela desigual distribuição da propriedade, tanto rural quanto urbana, e do poder, há uma ideologia penal, construída pelo discurso

oficial, que dá suporte ao próprio sistema penal. Essa ideologia dominante segue os seguintes princípios, segundo Andrade (2003, p. 19):

- a) Princípio do bem e do mal: *o fato punível representa um dano à sociedade e o delinqüente é um elemento negativo e disfuncional do sistema social, onde a sociedade é o bem e o desviante é o mal.*
- b) Princípio da culpabilidade: O delinqüente atua conscientemente contra valores e normas sociais, sendo o fato punível a expressão desta atitude interior reprovável.
- c) Princípio da legitimidade: O Estado está legitimado a reprimir a criminalidade, em razão do *ius puniendi*.
- d) Princípio da legalidade: O Estado deve obedecer aos limites da lei e garantia dos direitos humanos.
- e) Princípio da igualdade: A reação social se aplica a todos os autores de delitos de modo igual.
- f) Princípio do interesse social e do delito natural: Os bens jurídicos protegidos pelo direito penal são os de interesse de todos os membros da sociedade.
- g) Princípio do fim ou da prevenção: A pena tem por finalidade, além da punição do delito, a prevenção do crime, tanto geral quanto especial³.

Tabela 6- MST como promotor da desordem x anos e mídia



³ Por prevenção geral entende-se a capacidade de intimidar a todos os membros da sociedade, para que não venham a delinqüir, enquanto a prevenção especial traduz-se na ressocialização do indivíduo, para que o mesmo não venha a cometer novos crimes.

Tabela obtida a partir do programa NVivo.

Observamos que esta temática já se fez mais constante nas reportagens da mídia hegemônica, surgindo um total de trinta e uma codificações, sendo mais constantes na Folha de São Paulo. O número foi inexpressivo em relação à Revista Veja, com apenas duas codificações e inexistente nos anos de 1990, 1992 e 2008.

Mais uma vez, o ano de 1996 surpreende com a maior parte das codificações, o que reforça a ideia de que os sem-terra, mesmo vitimados e chacinados, são ainda rotulados com a pecha de promotores da desordem. Na sequência, encontramos o ano de 2006, havendo fortes referências por conta da ocupação da fazenda da Aracruz Celulose.

Tabela 7- Trabalhadores -crimes x anos e mídia

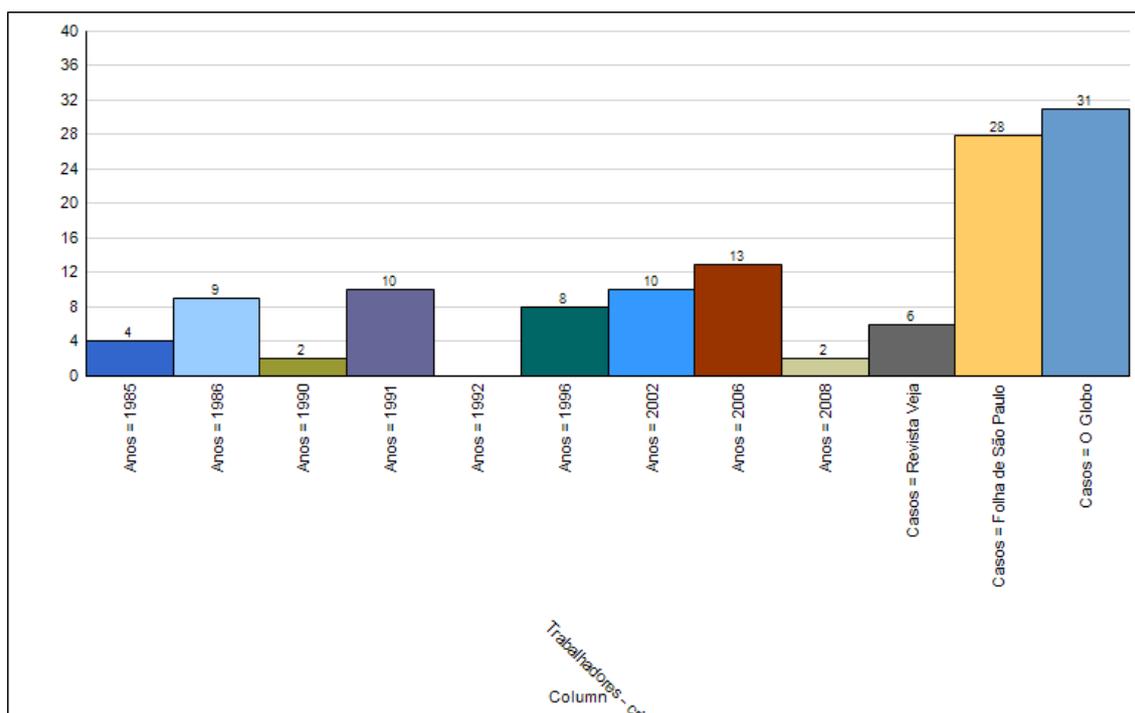


Tabela obtida a partir do programa NVivo.

Apenas no ano de 1992 esta temática não esteve presente nos meios de comunicação dominantes. Foram sessenta e cinco codificações realizadas nas reportagens por imputarem aos sem-terra, número este bastante expressivo e contundente, sendo a Folha de São Paulo o veículo de comunicação que mais utiliza deste recurso.

O ano de 2006 foi aquele que mais codificações obtiveram por conta da ocupação da Aracruz Celulose, quando os meios de comunicação dominantes acabaram por relacionar diretamente a imagem dos sem-terra ao cometimento de diversos crimes, inclusive de terrorismo e atentados à democracia, inviabilizando o investimento dos grandes capitais no Brasil, conforme a visão hegemônica.

Quem primeiro usou o termo “terrorista” para (des) qualificar o MST foi o ex- Ministro Raul Jungmann. Ex-militante político na época da ditadura militar, conhece bem o peso das palavras, quando na ocasião, ser rotulado de subversivo, constituía grave ofensa ao Estado. Hoje, o rótulo mudou, especialmente após o 11 de Setembro. No mundo pós queda do Muro de Berlim e derrubada das torres gêmeas, ser classificado como terrorista faz tremer o mundo.

Uma vez realizada estas observações, em termos gerais, passemos à análise dos cruzamentos das demais sub-categorias em relação à temática aqui tratada, que nos fornecerão a possibilidade de visualizá-la de modo mais pormenorizado.

2. DO “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “DISCURSO DA VIOLÊNCIA”.

Nesta seção, faremos o cruzamento da sub-categoria relativa à violência em relação ao discurso empreendido acerca do fenômeno da criminalização, podendo-se verificar, a partida, que foram encontradas muito mais reportagens que atribuem responsabilidade à violência agrária (noventa e três) do que noticiado sobre aqueles que a sofrem (vinte e sete codificações).

Tomando por base as matérias que veiculavam a imagem de criminosos imputada ao MST, os números praticamente se equivalem, visto que registramos onze codificações em relação à violência sofrida pelos fazendeiros ou pela polícia, sendo dezesseis em relação aos trabalhadores rurais.

Já quanto aos discursos que cuidam da imposição de responsabilidade em face da violência no campo em relação à representação de crime, obtivemos sete codificações em relação ao Governo, quatro para os fazendeiros ou seus funcionários, três para a

polícia (cabendo registrar que aqui se contabilizaram as mortes dos trabalhadores rurais por conta do massacre de Eldorado) e setenta e nove para os sem-terra.

Tabela 8 - "Discurso da Criminalização" x "Discurso da Violência

Cruzamento			Discurso da Criminalização				
			Fazendeiros - defesa	Governo - fomentador crime	Governo - Polícia - promoção da ordem	MST - promoção desordem	Trabalhadores - crimes
Discurso da Violência	Contra	Fazendeiros/ polícia	2	1	1	2	5
		Trabalhadores	6	1	1	1	7
	Resposta bilização	Governo	1	2	-	-	4
		Jagunços	2	-	-	-	2
		Polícia	-	-	-	2	1
		Trabalhadores	15	4	8	17	35

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Bastariam estes números para se verificar como o discurso da violência e, em consequência, a de criminosos contumazes, recai fortemente sobre os trabalhadores rurais, que são um dos clientes preferenciais do sistema penal. Para aqueles que são excluídos do contrato social, para aqueles em que a presença do Estado só se faz por meio da prisão, o processo de criminalização fica patente e evidenciado.

Várias foram as formas encontradas na mídia que favorecem o processo de criminalização e apontam o MST ou seus militantes como criminosos. Em algumas reportagens verificamos que a mesma apresenta os trabalhadores como algozes dos fazendeiros, que vem se defender, noutras o Governo surge como o fomentador de crimes, ou ainda este, juntamente com a polícia, vem conter a desordem causada pelo Movimento, ou ainda aponta, textualmente, os trabalhadores como praticantes de crimes, nas mais diversas tipologias criminais.

Vejam a reportagem publicada na Folha de São Paulo, em 10 de Maio de 1996, que trata da fala de um fazendeiro no Pará, que assume que pagou, assim como outros latifundiários, para executarem os sem-terra:

Um fazendeiro do leste do Pará disse à Agência Folha que contribuiu em dinheiro para o pagamento de propina à Polícia Militar para matar trabalhadores sem terra em Eldorado do Carajás (PA).

O fazendeiro só concordou em falar desde que seu nome não fosse divulgado, e a conversa não fosse gravada, por temer que possa correr risco de vida.

Ele disse que "pessoas estão sendo mortas" para evitar que digam a verdade. Ele chegou a marcar uma audiência com o juiz de Marabá, Francisco Chagas, onde prestaria depoimento ontem, mas acabou não comparecendo.

Segundo ele, a coleta de dinheiro entre fazendeiros para pagar a PM "realmente aconteceu". "Só não entendo por que fizeram tudo isso e só mataram 19, e não uns cem de uma vez", disse.

Ele disse que **"essa era a única maneira que os fazendeiros tinham de se defender da ameaça dos invasores"**. **"Nós iríamos recorrer a quem? Não temos a quem recorrer"**, disse. Ele não disse quanto pagou ou quanto foi arrecadado. "Foi muito mais que R\$ 100 mil. **Os fazendeiros daqui sempre pagaram à PM por proteção, alguns até mensalmente"**, disse. (grifos nossos, Folha de São Paulo, em 10 de Maio de 1996).

A matéria coloca o pagamento aos policiais como forma de proteção. Afinal, a polícia protege a sociedade contra os bandidos e o que são os trabalhadores rurais além de criminosos, na visão dominante? Essa é a imagem que resta. E a pergunta que surge? Quem protege os trabalhadores rurais? Quando sofrem violências por parte dos latifundiários, ou mesmo do Estado, omissos, essas ações ficam-se impunes. São eles quem não tem a quem recorrer, pois o Judiciário, via de regra, atende aos reclamos dos latifundiários, que preferem a justiça pelas próprias mãos. Entretanto, legítima defesa não tem mira e os sem-terra são alvo fácil nesta batalha.

Uma outra codificação encontrada no cruzamento da sub-categoria que responsabiliza o Movimento pela violência em relação à promoção da desordem, pode ser verificada por meio da matéria publicada no jornal O Globo, no dia 01 de Abril de 2006, quando as trabalhadoras rurais ligadas à Via Campesina, em associação com as mulheres do MST, ocuparam a fazenda da Aracruz Celulose.

“O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO ENCONTRA-SE SITIADO”

Empresários e entidades do setor de agronegócio e celulose que desenvolvem pesquisas de biotecnologia cobraram ontem do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências contra invasões de sem-terra em suas unidades de produção.

(...)

Os empresários disseram estar apreensivos e indignados com as ações e ameaças do MST e outros grupos contra unidades de pesquisa do agronegócio.

(...)

Todos têm o direito de expressar suas opiniões, mas há grupos que vêm burlando a lei. Estão prejudicando empresas que investem no país, gerando riquezas e pagando impostos, - disse o presidente no Brasil da multinacional Monsanto, Rick Greubel. A Monsanto não reabriu unidade destruída pelo MST.

(...)

É uma pena vermos estes movimentos, com os quais até simpatizamos, extrapolarem as ações. O governo tem que nos dar garantias. A Constituição está aí e o direito à propriedade é sagrado. As empresas pagam imposto, geram empregos - disse Lovatelli (O Globo, de 01 de Abril de 2006).

Na reportagem, há a afirmação de que o MST promove a desordem, colocando as empresas do agronegócio como vítimas do mesmo, como “animais acuados” por gente

que não respeita as leis. Chegam a mencionar que assim as empresas não mais investirão e quem sairá perdendo é o país e, por consequência, todo o povo, já que são eles quem geram riquezas. Afirmam que os trabalhadores rurais violam o direito à propriedade, posto que sagrado, mas esquecem de dizer que sagrado é o direito à vida, e este é sistematicamente violado pelo Estado e latifundiários.

Em outra reportagem, igualmente do jornal O Globo, veiculada em 06 de Março de 1996, pouco mais de um mês antes do massacre de Eldorado, já se era previsto o confronto, tanto que a matéria trazia por título “Conflito agrário em ebulição no sul do Pará”:

CONFLITO AGRÁRIO EM EBULIÇÃO NO SUL DO PARÁ

MST INVADE TERRA CONSIDERADA PRODUTIVA, FAZENDEIROS SE ARMAM E POLÍCIA SE PREPARA PARA CONFRONTO

A Polícia no Pará teme a explosão de um conflito agrário de graves proporções no município de Eldorado dos Carajás, no Sul do Estado, onde, por iniciativa do Movimento dos Sem-Terra, cerca de três mil famílias invadiram ontem de madrugada a Fazenda Macaxeira, considerada produtiva. Foi uma das maiores ocupações realizadas pelo MST no Governo Fernando Henrique Cardoso, **ignorando o fato de a propriedade ser considerada produtiva** pelo Incra, os donos contrataram seguranças para reagir á invasão, anunciada pelo MST desde setembro. A direção do MST no Pará assegurou que os invasores estão preparados para reagir contra qualquer tentativa de desocupação da área.

“Temos cerca de mil homens armados, muitos com espingardas de caça e outros com foices e facões, todas armas de trabalhador. Recebemos a informação de que eles contrataram 330 pistoleiros, mas posso garantir que temos como resistir. Por motivo de segurança, estamos numa área de mata fechada” -disse ontem Jorge Neri, da direção estadual do MST do Pará e da coordenação nacional do movimento.

(...)

“Não estamos preocupados se o Incra considera a fazenda produtiva ou não. Para o MST não interessa. A gente quer que as famílias sejam assentadas, aqui ou em qualquer outra área. Mas o Incra terá de mostrar que comprou ou desapropriou terras no Estado”, disse Neri (grifos nossos, O Globo, de 06 de Março de 1996).

O artigo menciona *invasão*, que como já afirmado, encontra-se tipificado no Código Penal brasileiro⁴, já apontando, assim, a conduta criminosa. Entretanto vai além, na

⁴ A invasão normalmente é tipificada na conduta de esbulho possessório, previsto no artigo 161, §1º, inciso II, do Decreto-Lei 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, com as alterações previstas na Lei n.º 7.209, de 11 de Julho de 1984, com a seguinte redação: **Alteração de limites.** Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem: (...) **Esbulho possessório.** II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório. § 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada. § 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

medida em que afirma que a terra era considerada produtiva... e repete isso mais de uma vez. Entretanto, tal fato não era verdade, tendo em vista que a propriedade já tinha sido declarada improdutiva e apta à reforma agrária, tanto é que posteriormente, e por conta do massacre, a mesma foi desapropriada, onde, atualmente, encontra-se o assentamento 17 de Abril. Se foi desapropriada, é sinal contundente de que a mesma era realmente improdutiva, mas o Estado esperou uma chacina para efetivar a desapropriação.

Afirma ainda que os trabalhadores estavam armados, como sempre mencionando os instrumentos de trabalho. Menciona possuir espingardas, mas lembremos a reportagem publicada em 18 de Julho de 1985, no jornal O Globo, que menciona que é normal no campo posse de armas. Recordemos que, nesta época, os fazendeiros impunemente afirmavam que iriam atirar contra os sem-terra, mulheres, homens ou crianças, sem se importarem em ser noticiado, repetidas vezes, que os latifundiários estavam se armando e formando milícias. É normal para quem então? Somente os latifundiários são quem as pode possuir para se “defender” das “invasões”?

Não resta dúvidas, aqui, que a mídia hegemônica aponta a violência no campo como reforço ao processo de criminalização engendrado contra os sem-terra, mesmo quando a reportagem menciona a violência que os mesmos sofrem. Deste modo, criam a ideia de que se sofrem violência, mas são os mesmos que as provocam de algum modo, acabam recaindo na máxima jurídica de que ninguém pode alegar em sua defesa a própria torpeza. Esta é a lógica dominante aplicada.

3. “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “DISCURSO RESPONSABILIZADOR”.

Trataremos, neste momento, do cruzamento dos discursos da criminalização em relação aos discursos responsabilizadores, que se traduz na Tabela 09.

Tabela 9 - "Discurso da criminalização" x "Discurso Responsabilizador "

Cruzamento		Discurso Responsabilizador		
		Desqualificadores luta/ato	MST desordem	Voz polícia - Governo - fazendeiros
Discurso da Criminalização	Fazendeiros/defesa	17	-	11
	Governo - fomentador crime	7	-	-
	Governo - Polícia -- promoção da ordem	14	1	4
	MST - promoção desordem	24	2	9

	Trabalhadores - crimes	53	1	19
--	------------------------	----	---	----

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Apenas uma codificação surgiu quando verificamos as fontes obtidas por meio da reportagem na qual se verificou o apoio dado aos latifundiários pelo Governo, relacionando a matéria com a imposição de crimes aos sem-terra. A matéria em questão, publicada na Revista Veja, na Edição 1965, de 19 de Julho de 2006, trata da ocupação da fazenda da Aracruz Celulose, em 2006, e indica que por conta das ações “criminosas” do Movimento, o país pode vir a perder em termos de investimentos de empresas multinacionais, como é o caso da própria Aracruz e outras do mesmo porte.

A RIQUEZA ROUBADA

A criminalidade aparece como um dos principais fatores que limitam a entrada de recursos externos no setor produtivo da economia, na forma de novas empresas e instalações. Essa é a conclusão de pesquisas feitas pelo Banco Mundial e pela Câmara Americana de Comércio. **Crimes elevam diretamente o custo da operação das empresas. (...) Mas não é apenas a violência dos criminosos do PCC ou das quadrilhas de roubo de cargas que afasta os investimentos. Tome-se a agressão representada pelas invasões do MST e seus congêneres.** Em Março, o Movimento de Mulheres Camponesas invadiu um centro de pesquisas da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul e destruiu aproximadamente 1 milhão de mudas de eucalipto. **Minutos de vandalismo das sem terra arrasaram com a pesquisa de anos a fio que vinha sendo feita em espécies mais produtivas. Outros alvos recorrentes dos sem terra são as produtoras de sementes Monsanto e Syngenta, ambas multinacionais.** Em Março, manifestantes que se dizem sem terra invadiram um centro de pesquisas da Syngenta no Paraná. **Como resultado, a empresa ameaça reduzir os investimentos no país. São notícias lastimáveis num país que investe pouco em pesquisa tecnológica.** (grifos nossos, Revista Veja, na Edição 1965, de 19 de Julho de 2006).

O artigo compara as ações do MST com facções criminosas como o PCC (Primeiro Comando da Capital) e quadrilhas de roubo de cargas, mencionando que todos estes “crimes” afastam as empresas de virem a investir no Brasil, colocando a falta de investimento do próprio Governo nestes setores como justificativa de substituição pelas empresas multinacionais, a quem os órgãos governamentais dão todo o apoio financeiro e fiscal.

As reportagens onde o discurso da responsabilização, sob o viés da desqualificação do Movimento, foram aquelas que mais codificações foram encontradas, perfazendo um total de 116. Destas, cinquenta e três apontam os trabalhadores rurais como criminosos. Para ilustrar, segue a matéria publicada no jornal O Globo, em 10 de Outubro de 1986, na qual tratava da ocupação da fazenda Annoni.

COLONOS DA ANNONI ASSINAM TRÉGUA COM A BRIGADA

Na verdade, embora não tenha havido qualquer incidente a lamentar, ontem a situação não estava boa para os colonos. Tanto o Comandante da Brigada Militar, Coronel Nilso Narvaz, como o Secretário de Segurança, Antônio Carlos Melo, alertaram para o fato de a **decisão de impedir a caminhada era irreversível, uma vez que o objetivo dela era “um ato criminoso”, que é como classificam a anunciada ocupação de fazendas desapropriadas para reforma agrária em Cruz Alta.**

O Secretário Antônio Carlos Melo informou que **estava sendo estudada até a possibilidade de uma abertura de inquérito, para posterior transformação em processo de incitamento, contra o colono que liderava a caminhada, Francisco Brancher.** A possibilidade vinha sendo estudada com base em entrevistas dadas por Brancher do que ele chama de ocupar e as autoridades do Governo chamam de invadir as fazendas (grifos nossos, O Globo, em 10 de Outubro de 1986).

O artigo coloca a própria caminhada como ato criminoso, visto que com fim de realizar a ocupação. A associação das atividades ao crime, tem clara intenção de desqualificar o Movimento, posto que nenhum “cidadão de bem” se solidariza com criminosos, nomeadamente dentro do discurso da lei e ordem. Como se observa, a reportagem era ainda do início da vida do MST, portanto, as tentativas de criminalização pelo Judiciário ainda estavam sendo estudadas apesar de já concretizadas pela mídia.

Outro caso em que se verifica bem a criminalização é a matéria publicada no jornal O Globo, de 02 de Abril de 2002, referente à ocupação da fazenda dos filhos do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

JUIZ MANDA SOLTAR SEM-TERRA LÍDER DE INVASÃO

Os 16 militantes do MST presos há nove dias por Henrique Cardoso, em Buritis, Minas Gerais, foram soltos ontem por determinação do juiz Marcos Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal de Brasília. Eles vão responder em liberdade às acusações de formação de quadrilha, invasão de propriedade, furto, violação de domicílio, cárcere privado e descumprimento de mandato judicial.

(...)

O Palácio do Planalto não comentou a decisão do juiz, mas a liberação dos líderes da invasão da fazenda não agradou. Para o governo, a prisão era uma punição exemplar (O Globo, de 02 de Abril de 2002).

A matéria acima trata da liberação dos dezesseis líderes que estiveram presentes na ocupação, noticiando o rol de crimes a que estariam sendo processados, afirmando, ainda, que para o Governo, personificado na figura do dono da fazenda ocupada, as prisões representavam um elemento exemplar, posto que lembrava aos demais militantes do Movimento como o governo trata aquele que luta pelos seus direitos: depois de algemados, portanto detidos, jogados na lama de cara no chão.

Nesta seção percebemos como a mídia hegemônica engendra um discurso que criminaliza o Movimento e impõe responsabilidade ao mesmo, em grande medida, desqualificando os atos praticados pelo Movimento, reforçando a ideia de crime e de desordem.

4. "DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO" X "DISCURSO LEGITIMADOR".

Observou-se, nesta seção, por meio da tabela 10, os discursos que cuidam de criminalizar o Movimento, apesar de em seu conteúdo haver discursos que legitimam o mesmo.

Tabela 10 - "Discurso da criminalização" x "Discurso Legitimador"

Cruzamento		Discurso da Criminalização				
		Fazendeiros - defesa	Governo - fomentador crime	Governo - Policia promoção da ordem	MST - promoção desordem	Trabalhadores - crimes
Discurso Legitimador	Explicita objetivos luta - ato	2	2	2	4	13
	Transnacionalização - luta	-	-	-	-	5
	Voz - Movimento	1	-	3	5	18

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Verificamos, a partida, que registramos apenas cinco codificações acerca das matérias que tratavam da associação transnacional do MST, recaindo todas na esfera da imputação de crimes aos trabalhadores rurais, nomeadamente, por conta da ocupação da Aracruz Celulose, como é o caso ilustrado abaixo, publicado na Folha de São Paulo, no dia 09 de Março de 2006.

MULHERES DEPREDAM FÁBRICA DE CELULOSE NO RS

Cerca de 2.000 militantes da Via Campesina invadiram Aracruz em protesto pelo monocultivo de eucaliptos.

Um grupo de 2.000 militantes da Via Campesina, na maioria mulheres, **invadiu na manhã de ontem e danificou instalações do horto florestal da Aracruz Celulose**, em Barra do Ribeiro (56 km de Porto Alegre). A depredação durou meia hora.

O objetivo, segundo manifesto divulgado pela entidade, era denunciar as "conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos".

A ação foi liderada pelo Movimento das Mulheres Camponesas e procurou marcar, além da condenação ao que chama de "latifúndio verde", o Dia Internacional da Mulher.

Em outros sete Estados _AL, MA, MT, PA, PE, RO e SE_ ocorreram caminhadas e atos públicos de mulheres trabalhadoras rurais.

De acordo com a gerência da fábrica da Aracruz, em Guaíba, a produção está comprometida. Laboratórios foram destruídos e pesquisas de até 20 anos, sobre cruzamentos genéticos e seleção de espécies, foram perdidas.

(...)

"Desertos verdes"

"Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina", afirmaram as mulheres, em manifesto da Via Campesina, organização internacional da qual faz parte o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outras entidades.

"Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana", diz o texto.

"Não conseguimos entender como um governo que quer acabar com a fome patrocina o deserto verde em vez de investir na Reforma Agrária e na Agricultura Camponesa."

O manifesto do grupo lembra ainda o Dia Internacional da Mulher: "Neste 8 de Março, nos solidarizamos com as mulheres camponesas e com as trabalhadoras urbanas de todo o mundo, que sofrem com as várias formas de violência impostas por esta sociedade capitalista e patriarcal" (grifos nossos, Folha de São Paulo, de 09 de Março de 2006).

Nesta matéria fica patente como a reportagem explicita os motivos da ocupação, que aqui era a denúncia contra o deserto verde, mas coloca a ação em termos de *invasão* e *deprecação*, que são crimes previstos no Código Penal brasileiro⁵.

Mais uma vez, observamos como as reportagens em que se verificam que há o rótulo de criminosos aos trabalhadores rurais são as mais codificadas. Foram trinta e seis. Desta maneira, trazemos mais um exemplo das mesmas em que ao mesmo tempo explicitam os motivos do Movimento. É o caso da matéria publicada no jornal O Globo, em 21 de Abril de 2006, um mês após a ocupação da Aracruz Celulose.

TENSÃO NO CAMPO: AO TODO, 37 PESSOAS SÃO ALVO NO PROCESSO QUE APURA DESTRUIÇÃO DE LABORATÓRIO NO RIO GRANDE DO SUL.

⁵ **Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.** Art. 202 - Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embarçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa e **Dano.** Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Ambos artigos legais são do Código Penal.

João Pedro Stédile está entre os incriminados por formação de quadrilha armada, furto e lavagem de dinheiro.

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, e dezenas de outros denunciados pelo ataque ao laboratório e aos viveiros da Aracruz Celulose, em Março último, na cidade de Barra do Ribeiro (RS), serão denunciados segunda-feira por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro recebido do exterior. A decisão é do promotor de Barra do Ribeiro Daniel Indrusiak.

(...)

Houve a formação de uma quadrilha que utilizou sua articulação para a captação desses recursos no exterior e sua aplicação no ataque. As entidades se valiam da quadrilha para captar e ocultar a procedência desses recursos, que foram usados na execução de crimes captar e ocultar a procedência desses recursos, que foram usados na execução de crimes.

(...)

MST anuncia formação de dois acampamentos. Enquanto isso o MST anunciou em Porto Alegre que ontem iniciou a formação de mais dois acampamentos.

(...) Quase diariamente partem desses acampamentos ataques à fazenda, incluindo incêndio em depósitos de madeira, destruição de cercas, morte que animais e construção de barracos dentro de sua área (grifos nossos, O Globo, em 21 de Abril de 2006).

Nesta reportagem, podemos notar como o rótulo de criminosos se faz presente e bastante marcante. O indiciamento de um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile, dá-se por conta de declarações do mesmo a favor da ocupação realizada pelas mulheres da Via Campesina, sendo o MST e o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) movimentos integrantes daquele. Engrossa a discussão e o processo de criminalização com as teses de formação de quadrilha⁶ e lavagem de dinheiro⁷, tendo em vista que, na visão dominante e que se pretende transmitir, é a de que os trabalhadores se associam não para lutar por seus direitos, mas para cometer crimes e ainda por cima recebendo dinheiro público para tal intento.

Assim, concluímos que o processo de criminalização ocorre mesmo naquelas matérias que legitimam o Movimento, seja explicitando a luta, mencionando a transnacionalização da mesma ou ainda garantindo voz ao MST. Nota-se, assim, que os meios de comunicação hegemônicos, na mesma medida em que dá por um lado, retira por outro, e com fortes argumentos que desqualificam e levam a imagem do grupo social à marginalidade.

⁶ **Quadrilha ou bando.** Art. 288, do Código Penal - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de um a três anos. Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

⁷ O crime de lavagem de dinheiro está previsto na Lei n.º 9613, de 03 de Março de 1998.

5. “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”

Por meio da tabela 11, podemos observar o discurso da criminalização em paralelo com as orientações dos discursos utilizadas pelos meios de comunicação dominante, já se afirmando que não encontramos quaisquer referências à utilização de discurso neutro e nem positivo.

Tabela 11 - "Discurso da Criminalização" x " Orientação do Discurso "

Cruzamento		Orientação do Discurso
		Desqualificadores
Discurso da Criminalização	Fazendeiros - defesa	17
	Governo - fomentador crime	8
	Governo - Polícia - promoção da ordem	14
	MST - promoção desordem	29
	Trabalhadores – crimes	66

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Todas codificações foram inseridas na variante desqualificadora, com a estrondosa marca de cento e trinta e quatro, no total. Dentre estes, catorze dizem respeito à forma como o Governo ou a polícia promovem a ordem contra as invasões praticadas pelo MST, crime imputado recorrentemente. Assim, podemos verificar pela reportagem do jornal O Globo, veiculado em 27 de Setembro de 1986:

POLÍCIA USARÁ FORÇA CONTRA OCUPAÇÕES

O Comandante da Brigada Militar, Coronel Nilson Narvaz, advertiu ontem que, se necessário, usará a força para impedir a ocupação das terras desapropriadas para a reforma agrária no estado. **Disse não restar alternativa a não ser o cumprimento da lei diante das ameaças de invasão feitas pelos trabalhadores sem terra acampados na fazenda Annoni.**

O Coronel destacou que sua determinação é de que o uso da força seja evitado.

Já o advogado Nestor Hein, consultor jurídico da federação da Agricultura (Farsul), acusou seu colega Jaques Alfonsin, do comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, de estar “fomentando atos manifestamente ilegais”.

Para o Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Agostino Veit, “mais uma vez o problema social vira caso de polícia, o que é lamentável” (O Globo, de 27 de Setembro de 1986).

A matéria diz respeito à ocupação da fazenda Annoni, onde a polícia aqui intervêm para conter a “invasão”, termos este invariavelmente utilizado pela mídia para mencionar a ocupação. O discurso da lei e ordem está aqui materializado nesta reportagem.

Outro artigo que evidencia o mesmo fato, publicado pelo mesmo veículo, no dia 28 de Setembro de 1986, afirmava que os ruralistas estavam prontos para se defenderem das alegadas “invasões”, chegando a afirmar que não poupariam mulheres e nem crianças, certos de que a impunidade os garantem, apesar de a reportagem mencionar que a segurança da propriedade seria feita pela Brigada Militar.

RURALISTAS NO SUL ENTRAM EM VIGILIA CONTRA INVASÕES

Os ruralistas das regiões com áreas destinadas a desapropriações no Rio Grande do Sul entraram ontem em “vigília permanente”, diante das anunciadas invasões que 900 famílias de colonos da Fazenda Annoni tentarão promover ao longo da caminhada que iniciam amanhã.

A orientação é para que os produtores se mantenham em estado de alerta mas evitem o confronto, deixando a segurança das propriedades a cargo da Brigada.

O Secretário de Segurança, Antônio Carlos Mello, depois de já haver afirmado que as forças policiais evitarão as invasões, informou também que poderá impedir até mesmo a caminhada.

Presidente do Sindicato Rural de Carazinho, Vali Albrecht, disse que os fazendeiros estão armados e fez uma advertência aos agricultores para que se entrem nas propriedades, que não o façam com mulheres e crianças, porque o confronto será inevitável e haverá risco de mortes.

Também o Presidente da Comissão para Assuntos Fundiários do Sindicato Rural de Cruz Alta, Carlos Alberto Feccin, disse que teme pelo enfrentamento e pediu **o enquadramento criminal daqueles que classifica como incitadores à violência ou responsáveis pelo que ocorre no campo** (grifos nossos, O Globo, 28 de Setembro de 1986).

A impunidade é regra dentro do sistema penal, que promove uma seleção desigual, tendo como referência a imagem estereotipada da criminalidade e do criminoso, bem como o nível social do indivíduo. Os membros das camadas superiores conseguem impor ao sistema *uma quase total impunidade das próprias condutas criminosas*, devendo-se ressaltar que são estes quem, em regra, cometem crimes que causam maior dano à sociedade. Assim, são os pobres que constituem o sistema penal, não por terem mais tendência à delinquência, como hegemonicamente se faz crer, mas sim por serem constantemente rotulados como criminosos (Andrade, 2003).

A forma mais utilizada para desqualificar os sem-terra é imputá-los o cometimento de crimes, lembrando que cabe ao Poder Judiciário ditar quem comete ou não crime,

segundo o devido processo legal, e mesmo assim, só podemos lançar um indivíduo no rol dos culpados quando há sentença penal condenatória transitada em julgado, caso contrário há violação ao princípio constitucional de presunção de inocência. Esta transgressão por parte dos meios de comunicação hegemônicos reforça seu papel como agente de controle social informal que, conforme Salieta Molina (2002, p. 134), “tratam de condicionar o indivíduo, de discipliná-lo através de um largo e sutil processo”, que deve ser desvendado inclusivamente para o intento de atenuar a seletividade do direito penal, na medida em que mais facilmente passasse a identificá-la.

6. “DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO” X “POLÍTICAS PÚBLICAS”

Nesta seção, serão observados os discursos da criminalização em contraposição à imagem estatal, bem como as políticas públicas positivas e negativas engendradas por força das atividades do Movimento.

Iniciaremos pelo cruzamento dos dados dos discursos criminalizatórios com a imagem estatal, que abrange o Poder Executivo e o Judiciário, conforme pode-se observar por meio da tabela 12.

Tabela 12 - "Discurso da criminalização" x "Imagem do Poder Estatal".

Cruzamento			Discurso da Criminalização			
			Fazendeiros - defesa	Governo - fomentador crime	MST - promoção desordem	Trabalhadores - crimes
Imagem do Poder Estatal	Governo	Negativa	1	1	1	2
		Positiva	-	-	1	1
	Judiciário	Positiva	1	-	-	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Poucas são as codificações a estas sub-categorias, mas ainda assim grandes ilações podem ser realizadas, na medida em que observamos que nenhuma codificação foi obtida ao se relevar o processo de criminalização em confronto com a imagem negativa do Judiciário, bem como não encontramos correspondência na vertente “Governo/Polícia – promoção da ordem”. Entretanto, a reportagem, publicada na Folha de São Paulo, em 30 de Março de 2002, evidenciou a questão, tratando de modo

positivo o Judiciário, em matéria que apresentou as ações dos latifundiários como sendo defesa contra os trabalhadores rurais.

GASTOS COM ENVIO DE TROPAS PARA PROTEGER FAZENDA DOS FILHOS DE FHC EM BURITIS ESTÃO SENDO QUESTIONADOS NA JUSTIÇA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) transferiu para a Justiça Federal no Mato Grosso do Sul a responsabilidade por julgar ação popular contra o envio de tropas militares para a fazenda Córrego da Ponte, dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em julho de 2000. O autor da ação, o escritor Célio Evangelista Ferreira, de Campo Grande (MS), pede que FHC seja condenado a ressarcir aos cofres públicos os gastos com o envio da força militar para a fazenda, no município de Buritis (MG).

Na época, cerca de 320 soldados do Exército foram deslocados para a área por causa de ameaça de invasão da fazenda por membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), chegou a dar um ultimato ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que retirasse as tropas do Exército da fazenda. Itamar também insinuou a possibilidade de haver conflito entre a Polícia Militar sob seu comando e as Forças Armadas. "Se acontecer alguma morte, será responsabilidade do presidente", afirmou na época.

O governador mineiro havia sido informado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência sobre a possibilidade da invasão, mas não tomou qualquer medida policial para evitá-la porque, segundo ele, o serviço de informações da Polícia Militar de Minas Gerais apostava que isso não aconteceria.

Despesa

O gasto teria sido de R\$ 5.194,77 apenas com o deslocamento das tropas militares. Não estariam incluídas aí as despesas com pessoal da Polícia Federal, também enviado ao local. Além de FHC, são réus na ação três ministros, o procurador-geral da União, Walter Barletta, Jovelino Mineiro e os três filhos de Fernando Henrique Cardoso.

O processo regressará à 1ª Vara Federal em Campo Grande, onde tramitou inicialmente antes de ser remetido à 10ª Vara Federal em Belo Horizonte.

O foro especial para processos contra o presidente da República, no Supremo Tribunal Federal, só existe nos casos de processos criminais. Essa é uma ação cível, motivo pelo qual pode tramitar na Justiça comum.

Havia dúvida jurídica sobre o foro competente: onde mora o autor da ação ou no Estado em que o fato ocorreu. Ala seção do STJ, composta por dez ministros, considerou que o primeiro critério deveria prevalecer em relação ao segundo.

Esse não é o primeiro desdobramento jurídico dessa questão. Logo após a operação militar, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a interpelação de FHC para que ele confirmasse, por exemplo, o objetivo do envio das tropas.

As respostas do presidente foram obtidas e remetidas para Itamar e deveriam servir para a preparação de uma ação.

Em contrapartida, o governador de Minas foi denunciado pelo Ministério Público Federal ao STJ por crime contra a honra do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, em críticas à operação militar, sobre a qual não teria sido previamente informado. Na entrevista, o governador teria dito que Cardoso "agiu com má-fé" no episódio da

proteção à fazenda e o teria chamado de "mentiroso" (grifos nossos, Folha de São Paulo, em 30 de Março de 2001).

Nesta matéria, o latifundiário em questão era o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e coloca não só o Poder Judiciário de uma forma positiva, na medida em que seu excesso estaria em proteger a fazenda de sua família utilizando o Exército brasileiro, tendo sido posteriormente condenado a ressarcir aos cofres públicos o valor da despesa. O artigo igualmente, e pela mesma razão, coloca em maus lençóis a imagem do Poder Executivo.

A tabela 13 trata do cruzamento entre o “discurso criminalizador” e as políticas públicas, oficiais e não oficiais, já verificando, a partida, não existir qualquer codificação em relação às matérias que colocavam as ações dos fazendeiros como defesa contra os sem-terra.

Tabela 13 - "Discurso da Criminalização" x "políticas públicas oficiais e não-oficiais".

Cruzamento		Discurso da Criminalização			
		Governo - fomentador crime	Governo - Polícia - promoção da ordem	MST - promoção desordem	Trabalhadores - crimes
Políticas Públicas Não Oficiais	Desfavoráveis	1	1	-	5
	Favoráveis	-	2	1	4
Políticas Públicas Negativas Induzidas	Poder Executivo	3	5	2	10
	Poder Judiciário	1	3	2	10
	Poder Legislativo	-	1	1	-
Políticas Públicas Positivas Induzidas	Poder Executivo	1	-	1	2
	Poder Judiciário	-	1	-	1
	Poder Legislativo	-	-	-	-

Tabela originada a partir da compilação dos dados no *software* NVivo.

Os anos que constam com o travessão (-) indicam que não foram encontradas correspondências nos dados coletados.

Verificamos, também, que as matérias que criminalizam o MST, em grande medida também apontam políticas públicas negativas, sendo codificadas trinta e oito reportagens, enquanto em relação às positivas foram apenas seis.

Com relação às políticas públicas não oficiais, obtivemos o mesmo número de codificações em relação às codificações, totalizando sete seja quanto às favoráveis quanto às desfavoráveis. Assim, apontando como uma política pública não oficial desfavorável ao Movimento, sob o enfoque do processo de criminalização, podemos

citar a reportagem publicada na Folha de São Paulo, no dia 10 de Março de 2006, referente à ocupação da Aracruz Celulose.

INVASÃO FOI BARBÁRIE, DIZ EMPRESA
(...)

O PT gaúcho chamou a ação de "equivocada". O ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) condenou a invasão: "As imagens mostram cenas de inaceitável violência e ferem a consciência democrática de todos os brasileiros". E disse: "É inaceitável substituir o argumento pela destruição violenta e a troca de idéias pela intolerância".

Representantes da CNBB também criticaram a invasão. "Foi uma ação lastimável, um equívoco", disse o bispo de Lales (SP), D. Demétrio Valentini. Para D. Aldo Di Cillo Pagotto, arcebispo da Paraíba, "foi um ato execrável e abominável" (Folha de São Paulo, de 10 de Março de 2006).

A reportagem traz a posição de entidades normalmente com a imagem associada ao MST, colocando-se contrários à ação implementada de ocupação da empresa multinacional, com o fim de denunciar o deserto verde provocado pela plantação de eucaliptos, bem como contra os cultivos transgênicos.

Podemos verificar, ainda analisando acerca das políticas públicas não oficiais, em termos de apoio ao Movimento, a próxima notícia aqui trazida à colação, veiculada no dia 04 de Outubro de 1986, no jornal O Globo:

BRIGADA BLOQUEIA ESTRADA OUTRA VEZ E IMPEDE MARCHA DE COLONOS

A "procissão das ferramentas", formada por um grupo de 500 lavradores carregando foices e enxadas, terminou na barreira policial montada a 1 km do acampamento, com 400 soldados fortemente armados.

Antes, porém, promoveram um ato religioso na estrada do Pontão, onde deixaram a cruz de madeira que pretendiam levar para Natalino, em protesto contra a proibição de circularem livremente.

Em Porto Alegre, o Secretário de Segurança, Antônio Mello, disse que a caminhada foi proibida porque poderia ser uma desculpa para os colonos saírem e invadirem áreas em processo de desapropriação.

O arcebispo D. Cláudio Colling e mais cinco Bispos gaúchos divulgaram nota de apoio aos colonos e negando que a Igreja tenha aconselhado ou estimulado a ocupação de fazendas (grifos nossos, O Globo, 04 de Outubro de 1986).

Aqui apontavam os instrumentos de trabalho como ferramentas e não como armas, mas isso até por conta de estar associando a imagem dos trabalhadores com a religiosa, devido ao apoio dos bispos da região. Entretanto, esta mesma reportagem serve de análise para as políticas públicas oficiais negativas, perpetradas pelo Poder Executivo, na medida em que utilizaram a polícia para bloquear a caminhada realizada pelos sem-

terra, sob a desculpa que poderia vir a resultar na consumação de crime, tendo em vista que as ocupações são assim entendidas (“Em Porto Alegre, o Secretário de Segurança, Antônio Mello, disse que a caminhada foi proibida porque poderia ser uma desculpa para os colonos saírem e invadirem áreas em processo de desapropriação”).

Desta maneira, fica claro como o processo de criminalização é forte instrumento utilizado pelos grupos hegemônicos, na medida em que se engessam ações em suas origens, bem como políticas públicas negativas são implementadas por força de um grupo reivindicar seus direitos.

Como já mencionado no primeiro capítulo, Gellner (2001, p. 100) afirmava que, nas sociedades agrárias, a religião era forte elemento identitário e que, posteriormente esta função passou a ser designada pelo Estado. Tendo em vista a grande crise enfrentada, será por esta razão que setores da Igreja passaram a apoiar as comunidades agrárias em luta? Isto é, na falta do Estado, a Igreja retorna e agora como ativista social!

Assim, já analisando a questão da política pública negativa, implementada pelos poderes estatais, vejamos a reportagem publicada no jornal O Globo, em 28 de Março de 2002, que trata da ocupação da fazenda dos filhos do Fernando Henrique.

LÍDERES DE INVASÃO PERDERÃO LOTES DE TERRA QUE RECEBERAM DO GOVERNO

O governo resolveu endurecer contra o MST e decidiu excluir do programa de reforma agrária os 16 sem-terra presos depois da invasão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique, em Buritit, (MG). Dez deles foram excluídos ontem e serão expulsos de três assentamentos em Minas Gerais. Os outros seis ainda não foram excluídos.

(...)

Os dez excluídos, segundo o ministro, já tinham recebido lotes que custaram em média R\$ 25.600 cada e haviam recebido duas parcelas de R\$ 1.080 para custeio da produção, de um total de R\$ 12 mil. Eles não serão obrigados a devolver o que receberam porque deixarão o assentamento e as benfeitorias para outros assentados.

(...)

Jungmann afirmou que o MST tem desprezo pela ordem institucional e que esses assentados expulsos do programa de reforma agrária vivem melhor do que a média dos trabalhadores brasileiros. O líder José Rainha, segundo ele, mora numa casa de três quartos, com carro na garagem, TV, videocassete e o conforto que todo brasileiro merece (grifos nossos, O Globo, de 28 de Março de 2002).

A reportagem aponta uma política pública negativa derivada da ação praticada pelo MST em rol da reforma agrária. Coloca a questão sob o viés de afronta à ordem legal e institucional, afirmando que, na verdade, os militantes do Movimento, em especial sua

liderança, nem mesmo sem-terra é e vive com o “conforto que todo brasileiro merece”, como se um indivíduo que compõe a classe média brasileira realmente tivesse o bem-estar social pleno.

Na esteira desta matéria, podemos mencionar outro discurso recorrente no interior deste processo de criminalização, que é a ideia de afronta à ordem constitucional e ao Estado Democrático de Direito. Assim, podemos depreender da matéria publicada no jornal O Globo, no dia 10 de Março de 2006:

O MST E A LEI

O MST há muito que deixou de lado a luta pela reforma agrária para se dedicar a uma causa que, pelos altos riscos envolvidos, acena com uma farta colheita de dividendos políticos: **a de testar a elasticidade das leis brasileira, o pulso ou a falta de pulso das autoridades, e a paciência da sociedade com a litania de suas reivindicações que, justas em tese e na retórica dos palanques, na prática só têm servido para acobertar ações dos mais insensato e estéril aventureirismo.**

O Globo, no dia 10 de Março de 2006

No Brasil e em qualquer parte, a democracia está em perigo quando a audácia dos desordeiros conta com a leniência e a hesitação dos responsáveis pela manutenção da ordem e pelo cumprimento da lei. Aqui, os desmandos dos militantes atingiram tal ordem de irresponsabilidade que hoje a democracia brasileira não tem inimigos mais obstinados e desleais do que o MST e similares como a Via Campesina (grifos nossos, O Globo, no dia 10 de Março de 2006).

Assim, o MST e seus membros são apontados não só como criminosos comuns, mas como violadores da ordem constitucional e merecedores de nada menos que a imposição da lei de segurança nacional, resquício claro da ditadura militar experimentada no Brasil por longos vinte anos.

Como resposta positiva às pressões promovidas pelos trabalhadores rurais, apesar da matéria indicar a ação do Movimento como crime, por conta da descrição da atividade como invasão, podemos observar a reportagem publicada no jornal O Globo, no dia 07 de Outubro de 1986, referente à fazenda Annoni, onde um dos líderes aponta as conquistas obtidas como sendo êxito dos sem-terra.

COLONOS DA ANNONI ESPERAM ATÉ SEXTA

PORTO ALEGRE - Os lavradores acampados há quase um ano na fazenda Annoni anunciaram ontem que se até a próxima sexta-feira, 10, o Governo não der uma solução para seu assentamento, irão invadir novas áreas, mesmo diante da formação de barreiras policiais. Eles pretendem reunir 30 mil pessoas para garantir a caminhada.

Ao anunciar a disposição de fazer a marcha, um dos líderes dos lavradores, Jovino Rodrigues, disse que há avanços na reforma agrária, creditando isso às pressões dos colonos (grifos nossos, O Globo, no dia 07 de Outubro de 1986).

Verificamos como nas matérias jornalísticas onde o processo de criminalização se faz presente, a tendência é a associação negativa da imagem do poder estatal, em especial do Poder Executivo, bem como a menção à políticas públicas negativas, que vem a causar mais danos ou agravar a situação dos sem-terra.

A atuação policial também está em causa e é a marca mais próxima e primeiro contato dos colonos com o Estado. A má aparelhagem e condições técnicas, a má formação dos policiais e seus baixos salários, conferem aos mesmos uma má atuação e prestação de seus serviços no tocante à forma como agem na solução dos conflitos agrários, restando maus tratos e mortes injustificadas. Não digo prisões ilegais e ilegítimas, porque estas constituem a própria forma e de acordo com o sistema impingido. É como nos afirma Adorno (1994, p. 122) ao tratar da Polícia Militar, informando que a mesma, “no exercício de suas funções constitucionais, apela para o autoritarismo no trato com o cidadão comum, agride direitos fundamentais consagrados em convenções internacionais, instaura práticas arbitrárias ao arrepio dos interditos legais”.

Adorno (1994, p. 121) se refere especificamente à área urbana, mas a situação não difere no campo, pois as políticas criminais e judiciais são as mesmas, formulando respostas desta natureza aos problemas sociais existentes. Assim, o autor nos coloca que

“não obstante as mudanças nos padrões emergentes de criminalidade urbana violenta, as políticas de segurança e justiça criminal, formuladas e implementadas pelos governos democráticos, não se diferenciam grosso modo daquelas adotadas pelo regime autoritário”.

Para proteger aqueles pertencentes à sociedade civil íntima e estranha, o Estado age de forma retributiva para com aqueles que pertencem à sociedade civil incivil. Adorno (1994, p. 122) chega a falar em direito ao privilégio, na medida em que somente alguns contam com a proteção estatal do direito à segurança.

Na verdade, aqueles a quem resta o sistema penal como contato estatal, são os que mais necessitam de proteção. São os postos de lado pelas políticas públicas positivas e de bem-estar ao mesmo tempo que são os clientes preferenciais do sistema penal.

7. ROMPER AS LINHAS ABISSAIS DÁ CADEIA

O Estado brasileiro reforça a exclusão vivenciada por setores sociais marginalizados e nesta medida deve ser reinventado, assim como a democracia e as noções de cidadania que lhe são subjacentes. O Brasil não sofre a crise do estado-providência, pois este nunca foi experimentado. É um Estado fraco, na medida em que não atende às necessidades essenciais de sua população, sendo mais voltado para atendimento/solução das necessidades/problemas dos membros da sociedade civil íntima. Desta forma, os movimentos sociais, como o MST, ocupam este espaço deixado pelo Estado, seja pela implementação de alternativas ao seu grupo social seja pela luta política, reivindicatória de garantia por parte do Governo.

Santos (2001, p. 158) nos esclarece que o próprio Banco Mundial, em relatório divulgado em 1997, demonstra a preocupação com um Estado que seja fraco o bastante e incapaz de regular a economia, tarefa que a instituição entende caber ao Estado, para além do fomento à economia de mercado. Assim, o próprio projeto neoliberal necessita de um Estado forte, mas obviamente não interessam as questões relativas à transformação social, que foram despolitizadas, o que reforça os vários campos de miséria que os excluídos são destinatários.

Nos países que conseguem algum desenvolvimento econômico, a globalização neoliberal se dá às custas do aumento das desigualdades sociais. São muitos pagando as contas de poucos. Para aqueles que são invisibilizados, mas mantêm-se quietos e silentes, o Estado, que é ausente, nada faz. São mesmo mortos civis. Aqueles que se indignam e lutam contra esta situação, mostrando que existem, o que lhes resta de contato com o Estado é por meio da repressão.

No campo, a situação é ainda mais grave se pensarmos que em termos de técnicas cada vez mais aprimoradas, com a implantação das diretrizes do agronegócio, havendo cada vez mais necessidade de menos mão-de-obra, que é substituída pela intensa mecanização. Se cada vez mais se precisa menos de trabalhadores rurais e cada vez

mais os grandes latifundiários expandem suas áreas, o que restará àqueles para além da prisão? Na medida em que são cada vez mais invisibilizados, cada vez mais tornam-se “sem-rosto”, contrapor à imposição das grades penitenciárias traduz-se numa necessidade de reconhecimento, interno e externo, de sua identidade e colocação no mundo.

Se pensarmos o processo de criminalização dos movimentos sociais dentro da concepção da teoria estrutural-funcionalista do desvio, propugnada por E. Durkheim, poderemos compreender que o MST possui representações que não se encontram em conformidade com a realidade sócio-econômica dominante do país e nesta medida deve sofrer controle e ser rotulada de desviante. Quanto maior é a pressão da conduta tida como desviante, maior é o controle por parte de importantes órgãos, mas não só estes, de controle social, qual seja o sistema penal e a mídia. Se a conduta passa a ser desvio e se o desvio é crime, mais facilmente se elimina o “inimigo”, pois há uma reação social subjacente à suposta desordem social imposta pelo grupo desviante⁸.

À par desta teoria, pode-se brevemente associar à teoria do *labeling approach*, onde se pode verificar um processo binário entre o controle social formal e o informal, do qual decorre o *etiquetamento*, que nos será caro observar a seguir, relacionando com a questão da mídia.

A notícia constrói a realidade social e o primeiro elemento para construí-la é o poder, que opera com base em grandes princípios de disciplinação, ela passa a produzir como efeito fundamental a dicotomia entre os bons e os maus. Se uma notícia não argumenta, explicitamente, quem são estes bons e quem são estes maus, ela traz em si, ao associar-se ao poder, que seleciona e classifica, o que vai ser publicado, noções coletivas de público e de privado que, se por um lado, ocultam realidades, por outro, as revelam em sua materialidade.

⁸ É importante a consideração de que tal constatação não se verifica se observarmos o processo de criminalização do movimento social a partir das categorias de Robert Merton, posto que de acordo com sua teoria, o que engendra a criminalidade é uma desproporção entre os fins culturalmente válidos e os meios legítimos para alcançá-los, ou seja, condutas que desrespeitem os meios institucionais e aceitos pelo controle social como tal para atingir os fins culturalmente desejáveis seriam criminosas, devendo-se ter em mente que as concepções de Merton são em nível individual e as considerações que se faz do MST obviamente são coletivas. Entretanto, não se alongará muito com estas teorias por excederem os limites deste trabalho, apesar de fascinantes.

A dicotomia bom/mau gera o estereótipo, que se traduz na consolidação de noções de pertencimento e identidade. Se a norma é ser branco, homem, bonito, inteligente, cristão, de boa classe social e proprietário de bens, os maus serão os que se desviam deste padrão. Aqui, uma das funções do estereótipo é recortar e redefinir a sociedade em termos de oposições e diferenças de forma a permitir que se desenvolva o medo, ampliando-se o sentimento de insegurança e os discursos que criminalizam e penalizam aqueles que não se encaixam nas normas padrões estabelecidas, onde se incluem todos aqueles que lutam por seus direitos e que são considerados como desviantes – são os que subvertem a lei e a ordem.

Desta forma, verifica-se haver uma especial vinculação entre a mídia e a criminalização. Tal vinculação levou Zaffaroni a incluir, em seu rol de agências do sistema penal, as “agências de comunicação social”. Conforme Nilo Batista (2002, p. 12), o compromisso da imprensa com o empreendimento neoliberal é a chave de compreensão dessa especial vinculação mídia-criminalização, incondicionalmente legitimante. O novo credo criminológico da mídia tem seu núcleo irradiador na própria idéia de pena: antes de mais nada, crêem na pena como rito sagrado de solução de conflitos.

Enquanto o MST atua por meio das ocupações, o Estado se lança contra o movimento utilizando-se do controle penal para deslegitimá-lo. É a deslegitimação pela criminalização, tendo este processo dois enfoques, um pelo sistema penal, na qual a conduta dos integrantes do MST, especialmente de seus líderes, são tipificadas criminalmente, e outro, que é a construção de uma opinião pública, que se dá pela Mídia, um dos elos da criminalização do Movimento, havendo, assim, uma interação entre o controle penal formal e informal.

Segundo Goffman (2000, p. 102), “a pessoa que infringe uma regra é um transgressor; a sua infração é um delito. O que infringe continuamente as regras é um desviante”, trazendo uma relação antagônica e contraditória entre o indivíduo (deficiente/anormal) e a sociedade (normal). O estigma que certos indivíduos e grupos carregam são marcas que lhes são exteriores (Goffman, 1982, p. 22).

Andrade (2003) afirma que o sistema penal tem uma eficácia invertida, latente, significando que as funções que declara ter, como a proteção de bens jurídicos e a garantia da segurança pública e jurídica, são meramente simbólicas, pois, na prática, sua finalidade é o contrário do que promete em seu discurso oficial, pois *contribui para reproduzir as relações desiguais de propriedade e poder*, construindo a criminalidade de forma seletiva (95% da população carcerária é pobre) e, assim, reproduz as desigualdades sociais, abrangendo classe, gênero, raça. Afirma ainda que é a circulação da ideologia dominante através do sistema, impregnada nos seus operadores e no senso comum, perpetua a ilusão da segurança por ele fornecida, justificando socialmente a importância de sua existência e ocultando suas reais e invertidas funções.

Rotula-se o excluído, o diferente, como perigoso e, portanto, criminoso, sendo, importante reprimi-los em nome da segurança pública. Identificam os conflitos agrários como decorrentes da violência individual dos ditos invasores, saqueadores e suas lideranças, buscando-se assim declarar guerra contra o violento comportamento dos “invasores” levando à justificação do combate repressivo em defesa da sociedade e da propriedade. Reproduz-se o discurso ideológico dominante que polariza entre o bem (latifundiários vitimados) e o mal (cruéis “invasores”).

A Mídia, com seu discurso e representações, alia-se a uma ideologia dominante que não se interessa pela reforma agrária e que não quer que a mesma ocorra. Aqueles que somente conhecem o MST por meio dos meios de comunicação, e em razão da sua imagem de credibilidade e “ditadores de leis e normas”, passam a crer que o Movimento é formado realmente por criminosos e baderneiros que não tem outra intenção que não a violação ao Estado Democrático de Direito. Dificilmente, far-se-á, por meio de notícias que impõem estes símbolos e estigmas, a idéia de um movimento que luta pela vida; que se há radicalidade ela é uma opção em resposta à ausência de políticas públicas que solucionem exclusões.

A questão agrária, ao mesmo tempo em que é despolitizada, torna-se caso de polícia. Para que se justifique a guerra, necessário se faz alimentar a sensação de insegurança, cabendo aqui aos meios de comunicação este papel de mantenedor do medo, constituindo-se a mais poderosa agência de controle social informal (Andrade, 2003).

Alessandro Baratta (1999) afirma que as pesquisas que relacionam imagem da criminalidade e alarme social demonstram que o medo do crime está mais associado às imagens do que ao crime em concreto. Assim, a Mídia vai orientando seletivamente a atenção do público, padronizando e mitificando a insegurança como *modus operandi* de manutenção da lei e da ordem, realizando sua função política como elemento do poder imerso no jogo de poderes e interesses. Neste sentido, não é mais tão importante o que é comunicado, mas sim o modo como se transmite e o que a informação significa para o receptor. Entretanto, a comunicação também deve ser estudada como um espaço de luta no qual se pode superar a realidade.

Elizabeth Rondelli (1997, p. 153) indica haver nos meios de comunicação construções de imagens sobre o Outro, tentando reproduzir imagens positivas e normalizadoras da ordem. Todo aquele que “sair do *script*”, é diferente, sendo, por consequência, demonizado, justificando todo ato de violência contra ele praticado. No dizer de Rondelli, “esse Outro é apresentado, pela Mídia, como uma imagem símbolo de uma diferença que se quer eliminar em prol de uma visão da ordem”. O diferente serve para demonstrar, *a contrario sensu*, os traços constitutivos de uma identidade social normatizada.

Nilo Batista (2002, p. 272) esclarece que a ligação entre a mídia e o sistema penal é uma importante característica dos sistemas penais do capitalismo tardio, sem, contudo, pretender afirmar que a “legitimação do sistema penal pela imprensa seja algo exclusivo da conjuntura econômica e política que vivemos”, havendo dados novos, devendo a referida vinculação mídia – sistema penal ser procurada nas condições sociais dessa transição econômica.

Deve-se ficar claro que o sistema penal realiza o processo de criminalização e estigmatização em consonância com um sistema maior, que insere o controle social informal, como já afirmado. O sistema penal constrói um conceito de criminalidade vinculado à violência individual. Desta forma, Andrade (2003) ainda argumenta que a violência de grupo e a institucional são consideradas apenas em relação a ações de seus

membros isoladamente considerados, ignorando-se o contexto do conflito social que elas expressam.

Neste sentido, é muito importante atentar para as palavras que são utilizadas nos textos midiáticos, pois carregam em si um forte significado e com conotações muito particulares, que contribuem na criação de estereótipos que se articulam às relações de dominação entre os diferentes grupos sociais.

Temos que ter em mente que a opção por uma linguagem e uma forma de se transmitir a notícia é também em si um espaço de luta e carrega em si uma ideologia fortemente marcada, seja pela manutenção da hegemonia como pela resistência à esta. Neste sentido, Mendes (2004, p. 153) afirma que

Os media constituem um poderoso aparato ideológico. (...) Esta função ideológica é complexa e contraditória. Os textos (num sentido amplo) dos media tanto contribuem para o controlo e a reprodução social como operam como mercadorias culturais, entretêm as pessoas, mantêm as pessoas política e socialmente informadas, são artefactos culturais e reflectem as mudanças nos valores e nas identidades.

Normalmente, as pessoas conhecem o MST por meio dos noticiários, televisivos e impressos e, assim, o vínculo entre eles é mesmo mediático e transmitido por este canal. Os leitores passam a ter conhecimento sobre as atuações do MST simplesmente pelas manchetes nos jornais, pois o assunto, tendo em vista não lhes afetarem diretamente, não lhes interessa. Passam a conhecer as representações sociais trazidas e assim “conhecem” estes atores sociais, o que torna os traços confusos e abre um fosso entre os grupos sociais (os que pertencem ao Movimento e os que não). Assim, tratar uma ocupação como *invasão* não é por acaso e nem mesmo inocente escolha de palavra, pois *invasão* é um termo extremamente negativo, e ninguém pode se aliar afetivamente a pessoas que invadem terras alheias, que usurpam o que não lhes pertence como é a idéia que se quer passar. A mídia hegemônica faz uso de uma gramática hegemônica.

Respondendo ao segundo objetivo específicos desta tese, que giraram em torno de se perceber e observar a forma como a mídia hegemônica permeia o processo de criminalização do Movimento, ficaram claros, por meio da análise exaustiva dos dados obtidos, os diversos discursos utilizados pelos meios de comunicação dominante para engendrar o que aqui chamamos de *criminalização terciária*, insertos na ideia de controle social informal.

Mais uma vez, parafraseando Santos (2007), para quem está deste lado da linha ou se está de acordo com a lei ou contrária a ela e normalmente aqueles que estão daquele lado de lá, dificilmente são vistos pelos de cá como dentro da lei e ordem, para utilizar-me de uma expressão hegemônica e estigmatizante. Criminalizar a prática do MST, assim como outro movimento social, constitui nítida violação do direito de liberdade, de manifestação, de organização e, inclusive, de resistência.

Pertencentes os trabalhadores rurais à denominada sociedade civil incivil, no dizer de Santos (2009; , 2003), e como já afirmado no capítulo primeiro desta tese, temos por consequência a exclusão dos mesmos do contrato social. Nesta medida, a luta entre as linhas abissais se dá de forma intensa, posto que os sem-terra lutam por seus direitos enquanto cidadãos. Entretanto, hegemonicamente não são vistos como tal e o contato estatal acaba se fazendo pelo braço forte da repressão penal.

Sob o olhar dominante, passam de sem-terra a sem-nada, só lhes sendo atribuído o direito à submissão, ao silêncio e à cova rasa, único pedaço de terra que efetivamente lhes é garantido na luta pela vida. Entretanto, não é assim que os trabalhadores rurais se sentem e se identificam. Seguem lutando e as armas que possuem são as mesmas que lhes enfrentam. Assim, analisar-se-á o próximo capítulo, referente à mídia alternativa, instrumento igualmente de luta do Movimento.

Ao fazer o uso político do espaço, os protagonistas sociais estão rompendo com uma ordem hegemônica calcada no direito da propriedade, no direito de ir e vir. Romper com essa ordem os transforma, segundo a lógica e o discurso hegemônico em desordeiros, baderneiros, criminosos. Daí emerge o discurso de criminalização dos movimentos sociais, pois colocam como horizonte outras ordens sócio-espaciais que põem em risco a existência da ordem hegemônica estabelecida.

CAPÍTULO 9 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEM-TERRA

1. APRESENTANDO AS SUB-CATEGORIAS

Podemos identificar três esferas, três espaços de controle que se embatem com o MST e sua luta: a polícia, o Poder Judiciário e a Mídia, sendo este aspecto que interessa aqui neste trabalho investigativo. Se a Mídia é identificada com o poder e poder implica em dominação, aos movimentos sociais é aconselhável que busquem alternativas emancipadoras. Neste sentido, temos uma mídia contra-hegemônica que se materializa, no Brasil, na Caros Amigos, no Brasil de Fato, na Revista Sem-Terra, no Jornal Sem-Terra e outros, todas com editorial de esquerda, sendo as duas últimas de publicação do próprio MST.

Faz parte da existência dos grandes movimentos sociais e partidos políticos possuírem canais de comunicação entre seus membros e os de fora. Com o MST não é diferente. Ter seu canal comunicativo, aqui se trata da Revista e do Jornal Sem Terra exige que o movimento implemente uma série de requisitos, como ter uma equipe de redação, ter um jornalista responsável pelas edições, distribuição, revisores, ilustradores e uma série de outras necessidades que são inerentes à atividade. Neste sentido afirma Rodrigues (2006, p. 66) que

Com o advento da Revolução Francesa e posteriormente o do marxismo, o panfleto, o boletim, o cartaz, o comunicado, e, em especial, o jornal, tornaram-se não apenas instrumentos discursivos de diálogo, de debate, de informação, de formação política, de luta, de reivindicação, mas, sobretudo, instrumentos de formação ideológica de classe, de grupos, de movimentos populares. Eles, de forma geral, se constituem de propostas de reivindicações básicas de grupos ou de categorias, e, dependendo da constituição político-ideológica, transformam-se em instrumento de proposta de mudança social, de convocação (categorias, explorados, marginalizados, grupos minoritários), de debate político, de crítica social.

Nestes meios comunicacionais, vemos que o discurso se modifica e imagens tidas em outros lugares como associadas ao banditismo, nestas se transmudam para heróis nacionalistas. A palavra invasão cede lugar à ocupação, que tem cunho político e não mais de esbulho como a outra. Passa agora a estar associada à luta pela terra e reforma agrária, ao esbulho ao homem (e não à terra). Esta forma de mídia é a própria resistência dentro deste setor.

A luta dos movimentos sociais agrários vem conseguindo, romper com a esfera pós-colonialista existente no país. Nesta medida, a busca pelo reconhecimento social pode fazer emergir dois sentimentos positivos deste processo, quais sejam a honra e o orgulho. A honra social diz respeito a “uma hierarquia social baseada na reputação e nas opiniões dos outros [que] induz a procura da ‘boa identidade’ e o tentar seguir modelos recomendáveis” (Mendes, 2003, p. 21). Nesta concepção, poderíamos ver a identidade social marcada coletivamente por esta honra, e o orgulho que lhe é correlato, na medida em que se tornam merecedores de fazer parte de um grupo.

Apesar dos efeitos de distanciamento espaço/tempo, o MST conseguiu se (re)territorializar em nível nacional, em cada estado brasileiro. Em cada caminhada, em cada ocupação, em cada assentamento, em cada superação, sedimentam-se também as memórias, as histórias, que reforçam a mística do Movimento e envolve seus membros.

Da mesma forma que verificamos os fenômenos advindos da globalização, podemos perceber os localismos e as suas diversas manifestações em nível cultural, étnico, econômico, político e diversas fontes de diversidade e de identidade que lutam para sobreviver face à homogeneização reinante. O atuar local, pensando e agindo no global, é a grande referência de transformação. Dentro deste raciocínio, o uso da informação e sua difusão é importantíssimo elemento. Entretanto, os meios de comunicação precisam se democratizar para caber nos projetos populares.

Dos discursos que constroem a imagem dos trabalhadores rurais apresentada nos meios hegemônicos de comunicação já tratamos nos capítulos anteriores. Neste capítulo analisar-se-á a forma como o MST e seus membros se auto-representam nos meios de comunicação que possuem, nomeadamente o Jornal Sem-Terra.

Tendo em vista as codificações apresentadas em razão das reportagens publicadas na Revista Sem-Terra serem em número pouco expressivo, optou-se por não apresentá-las nas tabelas aqui desenvolvidas, mas sem nos eximir de comentá-las, em termos numéricos e empíricos.

Para explicarmos esta razão, oportuno se faz apresentar, ainda que brevemente, o desenvolvimento de ambos veículos comunicacionais do MST:

a) Como afirmado no capítulo 4, o Jornal Sem-Terra surgiu há 25 anos atrás, tendo edição mensal, com editorial do próprio Movimento. O Jornal Sem Terra, antes de ter este formato, vinha em forma de Boletim e denominava-se, Boletim dos Sem Terra, com primeira publicação em 15 de Maio de 1981, até o número 35, pois o número subsequente, em Julho de 1984, já era Jornal.

Essa alteração demonstra uma modificação interna no Movimento, que já se mostrava mais sólido, mais organizado e com maior alcance. Se o Boletim tinha alcance regional, o Jornal passa a ter no âmbito nacional e internacional.

Sua primeira tiragem foi de setecentos exemplares e trazia na capa a “Carta dos Colonos Acampados de Ronda Alta”. Tinha por público-alvo lideranças sindicais, religiosos, parlamentares e entidades civis, objetivando informar a luta camponesa e articular uma rede de solidariedade.

Em 1984, conforme descrito em seu editorial de abertura, tornou-se de circulação nacional, e, já alguns anos antes, passou a ser objeto de avaliação dos próprios lavradores quanto à elaboração do editorial do Jornal.

O Boletim Informativo era inicialmente editado pela CPT e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Pastoral Universitária do Rio Grande do Sul. Quando passou a Jornal, a publicação ficou a cargo do MST (primeiramente pela Regional do Rio Grande do Sul) e depois pela ANCA – Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas, em São Paulo. Rodrigues (2006, pp. 77-97) faz uma interessante análise sobre a representação gráfica do Boletim Sem Terra durante sua existência antes de se transformar em Jornal.

Foi durante o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais, em Janeiro de 1984, que os mesmos decidiram transformar o Boletim em Jornal, de âmbito nacional. Contavam com os trabalhadores para discussão das matérias a ser veiculadas e com a divulgação, pelos mesmos, do Jornal, que deveria chegar nos recantos mais difíceis e distantes do país.

Desde o Boletim, o conteúdo do Jornal varia entre informações, debates, denúncias, orientações ideológicas e posicionamentos para formação política, tendo como público-alvo, em especial, a militância do MST, mas também alcançando também simpatizantes do Movimento.

Sua distribuição é feita nos acampamentos, assentamentos, eventos variados que o MST promove ou participa, bem como venda por assinatura. Rodrigues (2006, pp. 69-70), entretanto, em visita aos acampamentos de “Nova Conquista” e “União da Vitória”, ambos em São Paulo, verificou algumas questões que aqui se traz. No primeiro acampamento, o autor observou que a circulação e o uso do Jornal Sem Terra é pouco promovido, concluindo que tal fato se dê pelo pouco tempo de existência do acampamento, que até aquela data possuía apenas sete meses. Já o acampamento “União da Vitória” promovia bastante o Jornal e os acampados lhe davam grande importância, para além de contrapô-lo à mídia convencional, cumprindo esclarecer que se trata de um acampamento com anos de espera pela desapropriação. Analisando estes dados da pesquisa do autor, juntamente com a declaração espontânea da funcionária do MST, mencionada no capítulo metodológico, que a mesma dizia para si mesma que o Jornal estava ali (no balcão) e ninguém lia, podemos concluir que o uso ou não deste instrumento pelos leitores, que são os próprios militantes em sua maioria, liga-se à liderança que possui o acampamento/ assentamento, que dará ou não a importância, bem como a forma de utilização do mesmo.

b) A Revista Sem-Terra tem um perfil completamente diferente do Jornal e as matérias têm normalmente o seguinte esquema: entrevista, política, reportagem internacional, o próprio MST, cultura, resenhas, humor, sendo de publicação bimestral.

Sua primeira edição data de 1997, podendo ser adquirida por meio de assinaturas, em algumas bancas e atividades com a participação do MST, tendo como público-alvo prioritário aqueles que estão fora do Movimento, como os chamados amigos do MST, para além dos moradores (sem-terra ou não) das grandes cidades. Sua tiragem atual é cerca de 8 mil exemplares e as matérias são selecionadas e escritas pelo setor de comunicação do MST, pela coordenação do movimento e por amigos (convidados) do MST.

Segundo o próprio Movimento, ambas publicações periódicas, contribuem para a democratização dos meios de comunicação, “ao apresentar as vozes que não costumam falar nos meios ‘convencionais’ de comunicação e publicar notícias e temas em uma perspectiva diferente da linha do pensamento único imposto pelos meios de comunicação de massa empresariais”¹, visando público interno e externo. Entretanto, a Revista Sem-Terra foi criada pelo Movimento tentando alcançar público da cidade, leitor de classe média (de esquerda), que se pode verificar pelo próprio tipo de impressão e de matérias que são tratadas na mesma, visando, portanto, alargar o campo de atuação e demonstrar que o Movimento não é fechado em si e que possui condições de ultrapassar suas próprias fronteiras.

Conclui-se que a falta de expressividade da Revista Sem-Terra em relação aos fatos e anos analisados neste trabalho investigativo, dá-se por dois motivos: o primeiro já foi aventado e liga-se à data de surgimento de cada veículo comunicacional, sendo o Jornal Sem-Terra anterior à Revista. Como os períodos selecionados, deram-se em razão de determinados acontecimentos mais marcantes na história do MST, para fins desta tese, por si só explica, em parte, as baixas codificações.

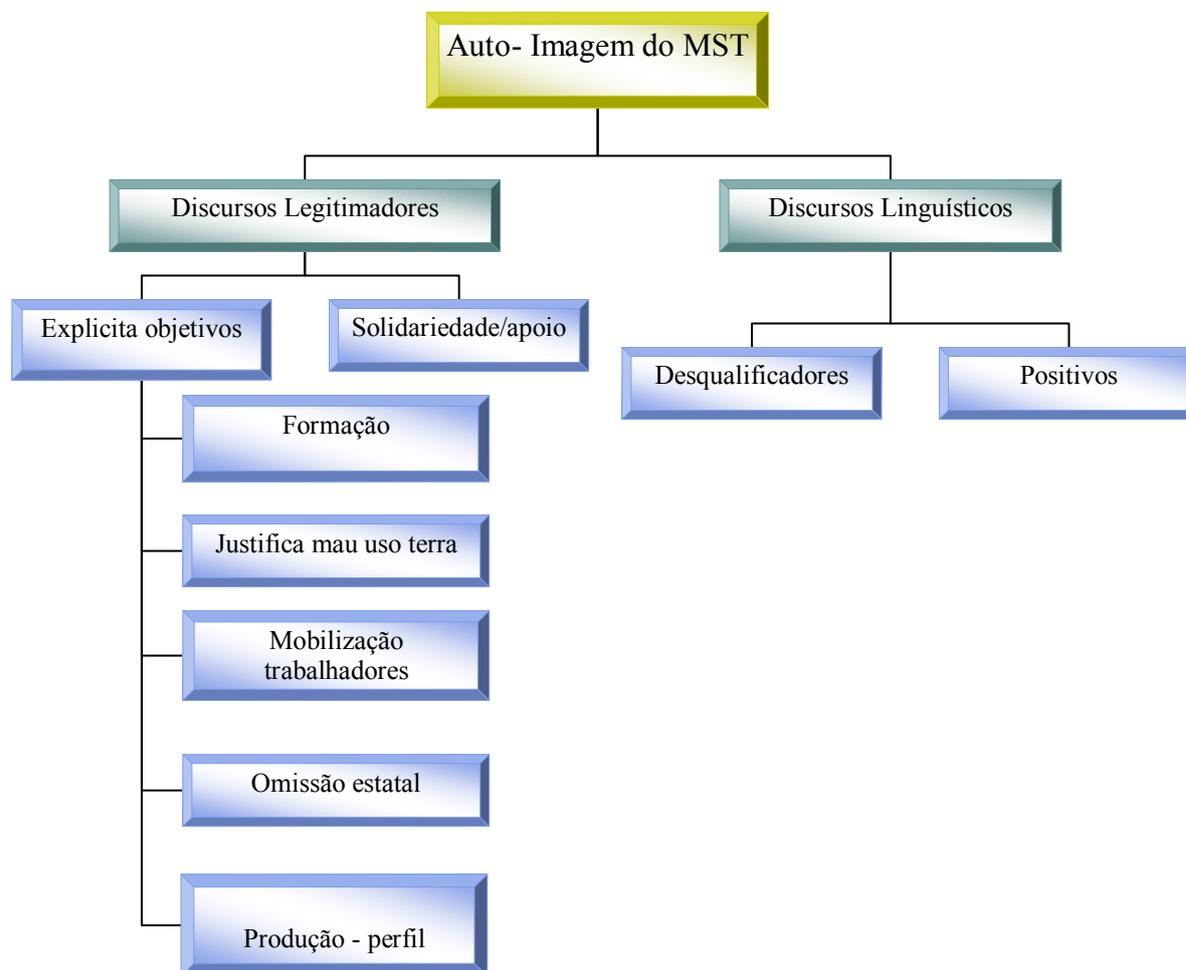
Diz-se em parte, porque o segundo motivo liga-se à própria estrutura de ambos veículos, tendo em vista que o Jornal é mais informativo, acerca das ações do Movimento em cada Estado e internacionalmente, enquanto a Revista tem outra temática, para além da informação. Busca também a formação, o estudo, o entretenimento, tendo diferente forma de apresentação, inclusive. Assim, poucas foram as matérias que diziam respeito aos acontecimentos observados.

Seguindo a mesma linha metodológica aplicada aos capítulos 7 e 8, iremos aqui apresentar as categorias que foram observadas para responder ao terceiro objetivo específico desta tese, que se relaciona justamente à análise das estratégias comunicacionais de auto-representação do MST na mídia contra-hegemônica. Assim, a categoria e suas sub-divisões ficaram assim delimitadas, informando que o organograma

¹ Informação obtida no site <http://www.mst.org.br/node/6960>, em 19 de Junho de 2010.

não foi elaborado de modo hierarquizado, sendo assim apresentado por questões de formatação do mesmo:

Organograma 3



3. AUTO-IMAGEM DO MST – DISCURSOS IDENTITÁRIOS DO MST

Pretende demonstrar, por meio das reportagens contidas no Jornal Sem Terra e na Revista Sem Terra, o modo como o MST se vê e se descreve. Para tanto, criou-se duas sub-categorias e derivadas de uma delas para facilitar a observação dos motivos.

3.1. DISCURSOS LEGITIMADORES – LUTA

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que incluam aqueles discursos que de uma forma ou de outra legitimam a luta do Movimento. Para tanto, criou-se outras cinco

sub-categorias, objetivando verificar os motivos que levam ao Movimento, de alguma maneira, justificar a luta e/ou o ato praticado.

3.1.1. Explícita objetivos – luta

Pretende incluir todas as reportagens veiculadas que tratem de validar a ação do Movimento, bem como a causa em si, levando-se em conta alguns critérios para sua explicitação de objetivos.

3.1.1.1. Formação

Por meio deste item, intenta as reportagens que demonstram a necessidade e importância da formação dos quadros do Movimento e do militante.

3.1.1.2. Justifica mau uso terra

Neste item constam todas as reportagens que justificam os atos e objetivos do Movimento indicando o mau uso da terra por parte dos latifundiários, seja pela terra ser improdutiva, seja porque utiliza-se de trabalho escravo.

3.1.1.3. Mobilização trabalhadores

Constam todas as reportagens que justificam os atos e objetivos do Movimento demonstrando que os trabalhadores devem se unir e só assim obterão resultados.

3.1.1.4. Omissão estatal

Neste item constam todas as reportagens que fundamentam os atos e objetivos do Movimento indicando como causa a omissão do governo ou ainda a ajuda estatal aos latifundiários apenas.

3.1.1.5. Produção – Perfil

Neste item constam todas as reportagens que ratificam os atos e objetivos do Movimento indicando a produção que se obtém com o bom uso da terra, bem como a própria imagem, o perfil, do trabalhador rural.

3.1.2. Solidariedade – apoio

Esta sub-categoria pretende incluir todas as reportagens veiculadas que incluam aqueles discursos que de alguma maneira solidarizem com o Movimento, não possuindo quaisquer derivadas, posto que desnecessárias à questão a ser analisada.

3.2. ORIENTAÇÃO DO DISCURSO

Esta sub-categoria pretende incluir todas as reportagens veiculadas que incluam discursos que demonstrem desqualificar a imagem do Movimento ou, que pelo contrário, tragam uma representação positiva do MST ou dos trabalhadores rurais.

3.2.1. Desqualificadores

Esta sub-categoria pretende incluir todas as reportagens veiculadas que incluam discursos que demonstrem desqualificar a imagem do Movimento.

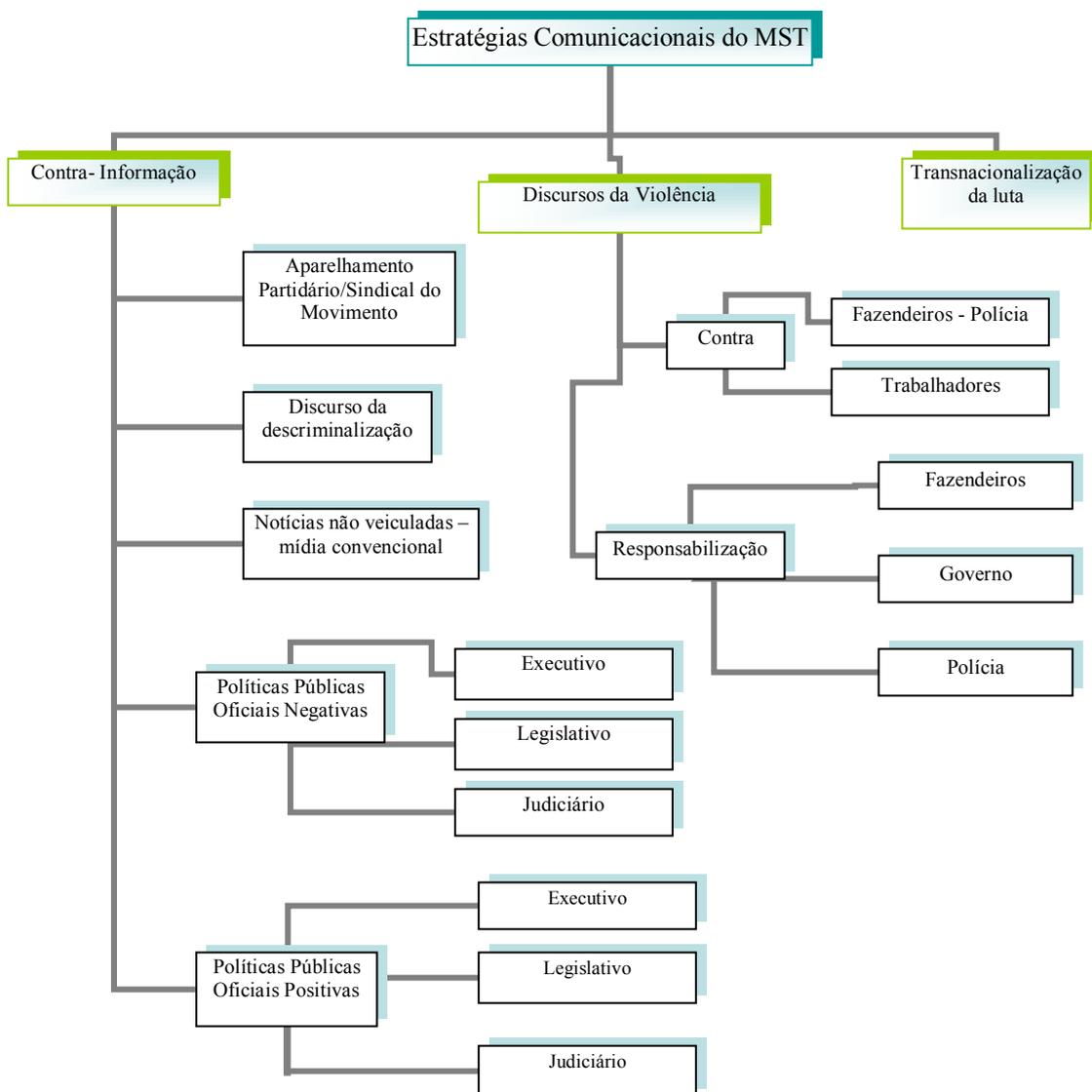
3.2.2. Positivos

Esta sub-categoria pretende incluir todas as reportagens veiculadas que incluam discursos que tragam indicadores positivos quanto ao MST ou aos militantes ou ainda em relação à luta, aos seus objetivos.

O organograma a seguir diz respeito a outro ramo da árvore de categorias, que servirão de apoio às análises que serão feitas neste capítulo, no intuito de se verificar, por meio das reportagens, a auto-imagem que o Movimento possui, para além dos trabalhadores sem-terra.

Esta mesma árvore, servirá igualmente para as análises do próximo capítulo. Entretanto, como aqui já se farão cruzamentos de dados com base na próxima árvore, por esta razão preferiu-se apresentá-la neste momento, sendo observadas as sub-categorias do “discurso da violência”, “transnacionalização”, “aparelhamento partidário/sindical”:

Organograma 4



4. ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DO MST

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens contidas no Jornal Sem Terra e na Revista Sem Terra, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos e como é o discurso destes canais comunicativos.

4.1. CONTRA-INFORMAÇÃO

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos.

4.1.1. Aparelhamento Partidário – Movimento

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos acerca do aparelhamento partidário ou sindical do Movimento.

4.1.2. Discurso descriminalização

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos, nomeadamente acerca da criminalização.

4.1.3. Notícias Não Veiculadas - Mídia Convencional

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, nomeadamente se veiculam notícias que não foram transmitidas pela mídia dominante.

4.1.4. Políticas Públicas Oficiais Negativas

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens contidas, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos, nomeadamente acerca das políticas públicas negativas aos objetivos do Movimento, provenientes dos Poderes Públicos.

4.1.5. Políticas Públicas Oficiais Positivas

Esta categoria pretende demonstrar, por meio das reportagens contidas no Jornal Sem Terra e na Revista Sem Terra, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, verificando se os mesmos contra-argumentam as notícias veiculadas nos meios hegemônicos, nomeadamente acerca das políticas públicas positivas aos objetivos do Movimento, provenientes dos Poderes Públicos.

4.2. DISCURSOS – VIOLÊNCIA

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida ou praticada por algum dos atores sociais.

4.2.1. Contra fazendeiros – Polícia

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida contra os fazendeiros, funcionários dos mesmos ou a polícia.

4.2.2. Contra trabalhadores

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida contra os trabalhadores.

4.2.3. Responsabilização - Fazendeiros

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida pelos latifundiários.

4.2.4. Responsabilização - Governo

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida pelo governo, de forma indireta.

4.2.5. Responsabilização - Polícia

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam quando a violência é exercida pela polícia.

4.3. TRANSNACIONALIZAÇÃO DA LUTA

Esta sub-categoria pretende verificar, por meio das reportagens, o modo como o MST utiliza ambos veículos comunicacionais, observando o discurso que utilizam ao colocar a necessidade de que a luta seja em associação a outros movimentos sociais, nacionais ou internacionais, não possuindo quaisquer derivadas, posto que desnecessárias à questão a ser analisada.

Estabelecidas as categorias e suas variantes, procederemos à análise das mesmas, seguindo a mesma metodologia dos capítulos anteriores, qual seja a observação de cada uma delas em geral, aprofundando o estudo com os devidos e pertinentes cruzamentos.

Desde já salienta-se que cinco sub-categorias serão analisadas neste capítulo, posto que interessam para que obtenhamos o resultado que responderá ao nosso terceiro objetivo, sendo, pois, os discursos legitimadores, a orientação do discurso, ambos constantes do organograma 3, o aparelhamento partidário/sindical do Movimento, o discurso da violência e a transnacionalização (todos estabelecidos no organograma 4, com exceção da sub-categoria “Contra-informação”, salvo o aparelhamento, que será analisada no capítulo 10).

2. DOS DISCURSOS LEGITIMADORES

Por meio da tabela 1, podemos verificar, inicialmente, os discursos legitimadores da luta em razão dos anos selecionados para observação nesta tese, para além dos meios de comunicação contra-hegemônicos, que são aqui a Revista Sem-Terra e o Jornal Sem-Terra:

Tabela 1 - Discursos legitimadores x anos e meio de comunicação

Discursos Legitimadores da Luta					
Explicita Objetivos da luta					Solidariedade - apoio
Formação	Justifica mau uso terra	Mobilização	Omissão	Produção -	

		latifundiários	trabalhadores	estatal	Perfil	
1984	-	6	3	6	8	4
1985	-	-	2	1	4	3
1990	2	2	8	2	4	5
1991	4	1	3	-	4	1
1992	1	1	5	4	-	1
1996	-	1	1	1	2	1
2002	-	-	4	3	1	6
2006	1	2	7	-	7	2
2008	-	2	1	3	3	1
Jornal Sem-Terra	8	14	32	18	30	22

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo. As células apresentadas com travessão (-) indicam que não obtivemos dados.

Foram obtidas cento e vinte e quatro codificações quanto à esta temática nas reportagens analisadas provenientes do Jornal Sem-Terra², sendo o ano de 1984 aquele que mais codificações obteve, seguido de 1990. Nenhuma codificação foi efetivada no ano de 1986 e poucas foram as em 1996, tendo havido, neste ano, por conta do massacre de Eldorado dos Carajás, uma publicação especial.

Os assuntos mais tratados nos meios de comunicação do MST são as questões relativas à produção e o perfil do trabalhador rural, para além da importância da mobilização e da luta dos mesmos em prol de seus objetivos. A formação dos militantes só passou a ser notícia a partir de 1990. No quesito “mobilização”, podemos trazer a reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, em Maio de 1992:

AS CONQUISTAS DA LUTA

Avanço maior em nossa luta demonstramos quando conseguimos desenvolver, num mesmo estado e ao mesmo tempo, diversas formas de lutas. Assim, não foram poucos os estados que conseguiram fazer ocupações de terras, de órgãos públicos, caminhadas e atos políticos durante o desenvolvimento da Jornada. Rompemos assim, a nível de estado, um isolamento que a burguesia procura nos manter a todo custo.

(...)

Diante dessa incapacidade e da decisão política de não fazer a reforma agrária, cresce junto aos trabalhadores rurais a certeza de que as ocupações deverão continuar e cada vez em número maior.

Engana-se o que pensa que o latifúndio estará protegido pela ineficiência do governo ou pela subserviência de um outro juiz. Para os trabalhadores, a reforma agrária é uma necessidade e é irreversível (Jornal Sem-Terra, de Maio de 1992).

Na matéria, fica demonstrado aos trabalhadores rurais como o Movimento, organizado, consegue romper estruturas e tornarem-se visíveis por meio de suas ações e resistência

² Quanto à Revista Sem-Terra, foram apenas dez codificações, que se menciona apenas por informação e para demonstrar a enorme defasagem, pelos motivos já expostos.

ao isolacionismo, justificando que o êxito indica o caminho correto, para além de evocar a força da união.

Um dos elementos que legitimam a luta e constroem a imagem do MST como um todo é o mau uso da terra por parte dos latifundiários, tendo como exemplo de notícia que justifica a luta dos trabalhadores publicada no Jornal Sem Terra, em circulação em Julho de 1984, ainda no início do Movimento e do próprio Jornal.

DONO DE 30% DO SERGIPE

O novo presidente do PDS, senador Alberto Franco, é um fiel representante dos grupos minoritários que exploram o povo trabalhador. Ele possui nada menos que 30% das terras de todo o estado de Sergipe, um dos mais pobres do país, onde as pessoas morrem de fome ou assassinadas em conflitos de terra.

Sobre Alberto Franco, escreveu o jornalista Tarso de Castro da Folha de São Paulo: "Não que ele seja apenas dono da terra. Ele é dono também de qualquer ser humano que pisar em suas propriedades e controla também todos os meios de comunicação" (Jornal Sem-Terra, Julho de 1984).

Nesta reportagem, justifica-se os objetivos dos sem-terra e reforça-se a identidade de povo trabalhador explorado por um pequeno grupo, representado aqui pela figura do presidente do Partido Democrático Social, partido público, de cariz de direita, onde coloca-se a posição de latifundiário do mesmo, acentuando a desigualdade social, na medida em que ele possui cerca de 30% de terras em um dos estados brasileiros mais pobres. A reportagem apresenta motivos ao leitor sem-terra para buscar seus direitos e ficar atento à posição social e política do senador em questão.

Se a classe operária não foi o sujeito monumental da emancipação pós-capitalista, foi sem dúvida o agente das transformações progressistas (emancipatórias, neste sentido) no interior do capitalismo (Santos, 1991, p. 147). Nesta medida, o MST constrói sua imagem a partir do fortalecimento dos laços entre os sem-terra, bem como alianças exteriores, publicando reportagens que indicam os motivos da luta dos trabalhadores rurais e fomentam a organização e o sucesso dos empreendimentos agrícolas promovidos pelos mesmos.

3. DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO

A tabela 2 dá-nos a oportunidade de visualizarmos a segunda sub-categoria que aqui nos

interessa, acerca da auto-imagem do MST, que trata do discurso linguístico, tendo sido igualmente organizado por ano e por mídia alternativa.

Tabela 2 - discurso linguístico x anos e meio de comunicação

anos	DISCURSOS LINGUÍSTICOS
	Positivos
1984	7
1985	2
1990	4
1991	2
1992	2
1996	2
2002	3
2006	4
2008	5
Jornal Sem-Terra	26

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

Como era de se esperar, os discursos desqualificadores aparecem uma única vez no Jornal Sem-Terra e assim foi por ter um pronunciamento de um agricultor, em 1984, que usava o termo *invasão*, como a frente se verá, expressão esta posteriormente excluída do vocábulo político dos sem-terra.

Foram realizadas 26 codificações com base em um discurso linguístico positivo, identificadas no Jornal Sem-Terra. Um exemplo que aqui se pode trazer acerca dos discursos linguísticos positivo é a reportagem publicada no Jornal do Movimento, de Julho de 1984, na qual retrata o sucesso das explorações agrícolas realizadas pelos sem-terra em uma área ocupada, mesmo sem qualquer tipo de auxílio por conta do Estado:

NA ANNONI, UM ANO DE RESISTÊNCIA

A produção agrícola dos 2.200 hectares já cultivados nesse período é a prova que essas famílias estão dando de sua vontade de possuir a terra para trabalhar e viver.

A prioridade foi para a produção de alimentos e somente de milho, na primeira safra, foram colhidas em torno de 53 mil sacas; 11 mil sacas de feijão e 2 mil sacas de soja. O arroz produziu pouco mais de 2 mil sacas, além de 130 toneladas de mandioca.

Nos últimos meses os trabalhadores rurais trataram de devolver a semente do milho e feijão que os sindicatos e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná lhes emprestaram na época do plantio. A produção foi comercializada e com o dinheiro as famílias adquiriram a semente das culturas de inverno e melhoraram um pouco as precárias moradias para se protegerem do frio. Mesmo com todos os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura no local, os ocupantes da Fazenda Annoni estão organizados e preocupados em aperfeiçoar o sistema comunitário nos sete grupos formados na área (Jornal Sem-Terra, Julho de 1984).

Apresenta-se aqui uma matéria publicada na Revista Sem-Terra, de Novembro-Dezembro de 1991, que incentivava os sem-terra a continuar na luta, que serve de contraponto e reforço das ideias de valorização por meio da gramática dos sem-terra:

PROFISSIONALIZAR A NOSSA PRÁTICA

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra este ano de 1991 foi muito importante, pois conseguimos cumprir com nossas metas estabelecidas no encontro nacional. Realizamos três jornadas de luta, organizamos núcleos, criamos cooperativas, avançamos na educação e formação de mais militantes, comemoramos os 10 anos do jornal Sem Terra e ganhamos o prêmio nobel alternativo que reconhece internacionalmente que nossa luta é justa e nos motiva para continuar.

É importante destacar que estas atividades só foram realizadas porque houve empenho e dedicação de todos os companheiros na realização desde a mais simples à mais complexa tarefa

Na reportagem acima, podemos observar como a imagem é construída no coletivo e como as conquistas obtidas são de todos e por causa de todos, para além de afirmar a condição de justiça da luta implementada, sustentada pela obtenção de um prêmio Nobel alternativo.

A mídia, segundo Gialdino (2003, p. 103), constitui a maior fonte de compreensões de versões do mundo e da vida social na cultura ocidental e representa seletivamente atores sociais, ações, fatos e situações de certa sociedade. Se a notícia é a narração de conflitos, segundo apreendemos em toda a obra de Chaparro (2001), quando é o povo organizado quem produz o conflito, os mesmos precisam ser captados, compreendidos e narrados, segundo o autor (Chaparro, 2001, p. 53). Entretanto, os modos como as ações vêm a ser representadas induzem a diversas interpretações. Neste sentido, afirma Gialdino (2003, p. 103) que

el estudio de la manera en la que los medios de prensa categorizan a los sujetos y a su acción social, determinan a los sujetos activos y pasivos de la misma, explican los procesos y les atribuyen causas y/o significados, es de fundamental importancia en razón de que esos medios elaboran estructuras de conocimiento que, como otras, incluyen secuencias de acción estereotipadas, roles, definición de responsabilidades, de culpas, de derechos y de obligaciones”.

É muito importante atentar para as palavras que são utilizadas nos textos midiáticos, pois carregam em si um forte significado e com conotações muito particulares, que contribuem na criação de estereótipos que se articulam às relações de dominação entre os diferentes grupos sociais.

Os movimentos sociais desempenham importante papel, num duelo entre a identidade da sociedade em si e das identidades coletivas e individuais de cada membro do

Movimento; é o reconhecimento social da diferença, no qual se reconhece e se identifica pela ação. Segundo Cabo, é a ação coletiva que irá formatar a identidade do Movimento e que facilitará o desenvolvimento da própria ação durante o tempo. Neste sentido, a autora afirma que

“Indispensável, em todo este processo, é a capacidade do actor colectivo de se diferenciar do resto do mundo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por ele, através da definição do “nós” do movimento e dos “outros, aqueles contra quem a acção é dirigida. Trata-se, no entanto, de um processo complicado e muito frágil, porque o “outro” é cada vez mais plural e globalizado e o “nós” é confrontado com a desterritorialização” (Cabo, 2008, p. 09).

Cada trabalhador rural considerado individualmente, muito dificilmente conseguiria se fazer valer. Já inserido em um Movimento, aqui o MST, conseguem alcançar melhor seus objetivos, exercendo pressão política. Não é só o *ser político*, mas também um saber ser político e se reconhecer como tal, o que, conseqüentemente leva à organização e mobilização.

A formação da identidade promove base para o processo político de uma organização comunitária (Fontes, 1994, p. 102). A vida nos acampamentos e/ou nos assentamentos amplia a solidariedade social e reforça os laços e sentimento de pertença, para além de facilitar a realização de espaços públicos, pois, não raras vezes, os locais de lazer, de trabalho, de decisões, são compartilhados, o que estreita o espírito em comum. Para que se reforce a identidade, natural que se fixe a diferença do outro e o reconhecimento de si próprio.

4. DO APARELHAMENTO SINDICAL/PARTIDÁRIO DO MOVIMENTO

Já tratamos desta temática anteriormente, mas agora exporemos a visão do Movimento acerca desta questão, verificando como o mesmo se posiciona, observando, à partida, o modo como foi apresentada durante os anos, o que podemos verificar por meio da tabela 3, abaixo

Tabela 3 - Aparelhamento Sindical/Partidário do Movimento x anos e meios de comunicação

<i>anos</i>	Aparelhamento Partidário – Movimento
1984	3
1990	1
1996	2
Jornal Sem-Terra	6

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

A Revista Sem-Terra, nos anos observados, não tratou da temática em momento algum. De qualquer modo, foram apenas seis codificações realizadas e todas extraídas do Jornal Sem-Terra, mas mesmo assim, não observamos referências à temática nos anos de 1985 e 1986, 1991 e 1992, 2001, 2006 e 2008.

Como já afirmado, o MST sempre teve forte apoio de setores progressistas da CPT, bem como de sindicatos, sendo inclusive, estas influências, essenciais à sua formação. Entretanto, no início de sua existência, cada vez mais o Movimento, apesar de presente nos sindicatos, pôs-se de um modo independente e reafirmando sua autonomia em relação aos sindicatos. É o que podemos depreender da reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, de Setembro de 1984:

MOVIMENTO DOS SEM TERRA NÃO FAZ PARALELISMO SINDICAL

O Movimento Dos Sem terra procura se organizar em núcleos nas comunidades do interior dos municípios e forma comissões municipais dos sem terra, dentro dos sindicatos, mas independentes das diretorias. A maioria dos agricultores sem terra é associada ao sindicato, e existe um a orientação do movimento para que todo sem terra se associe ao sindicato.

(...)

É um movimento de trabalhadores rurais dentro do sindicalismo, mas que organiza os que são atingidos pelo problema. (...) Assim, no Movimento dos Sem Terra, não adiantaria fazer um movimento com quem não precisa de terra.

(...)

O nosso Movimento dos Sem Terra é um movimento de trabalhadores dentro do movimento sindical, organizado pelos próprios sem-terra para, através da luta sindical, conquistar um pedaço de terra.

(...)

Quem ataca o Movimento dos Sem Terra ou é porque não conhece direito ao movimento ou é porque tem outros interesses! Quem vai contra o Movimento dos Sem Terra é contra a nossa organização e não quer deixar os sem terra se organizarem (grifos nossos, Jornal Sem-Terra, Setembro de 1984).

A matéria deixa clara a reafirmação da identidade sem-terra com plena autonomia de seus membros, mas sem negar sua base sindical, até pelo fato de serem suporte nas diretrizes sindicais que o Movimento tomou corpo, aliado ao forte apoio missionário.

O MST representa-se como autónomo em relação aos sindicatos e partidos políticos, mas ressalta a necessidade de alianças e entendimentos com os setores progressistas da sociedade, inclusivamente pela sua base formativa, que sofreu forte influência da Igreja e dos sindicatos rurais.

5. DO DISCURSO DA VIOLÊNCIA

Nesta seção, trataremos da sub-categoria “discurso da violência”, tentando demonstrar como a mesma se deu em razão dos anos e da mídia alternativa do MST, qual seja o Jornal Sem-Terra, observando, a princípio, que nenhuma codificação foi realizada ao se tratar de qualquer tipo de violência contra fazendeiros ou a polícia. O mesmo acontece em relação às reportagens que responsabilizem os trabalhadores rurais pela violência praticada em qualquer instância.

Assim, podendo depreender que esta questão, seja os fazendeiros/polícia sofrendo violência, seja os trabalhadores a praticando, não é de forma alguma noticiada, não existindo, portanto, para o Movimento a violência posta desta maneira. Podemos concluir que é deste modo por seguir o MST uma linha contrária à violência, inclusive atribuindo aos chamados “desvios de conduta em ocupações, que não representam a linha do movimento. Em geral, eles têm acontecido por causa da infiltração dos inimigos da Reforma Agrária, seja dos latifundiários ou da polícia”³.

Tabela 4 - Discurso da Violência x anos e meios de comunicação

	Contra	Responsabilização		
	Trabalhadores	Fazendeiros	Governo	Polícia
1984	2	1	1	-
1992	-	-	1	-
1996	2	1	2	-
2002	4	-	1	2
2008	1	-	2	-
Jornal Sem-Terra	8	2	5	2

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

As células apresentadas com travessão (-) indicam que não obtivemos dados.

Com exceção dos anos de 1985, 1986, 1990, 1991 e 2006, o Jornal Sem-Terra tratou da questão da violência, sendo possível realizar dezessete codificações. O ano de 2002 foi aquele que mais codificações foram obtidas (sete), seguidas das cinco no ano de 1996.

³ Informação obtida no site <http://economiasocialistads.blogspot.com/2009/10/nota-do-mst-sobre-as-mentiras-da-midia.html>, com acesso em 29 de Junho de 2010.

Interessante é a reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, em Junho de 1996, que trata do massacre de Eldorado e da insegurança que sentem os trabalhadores rurais em razão da impunidade reinante no campo.

AUMENTA A VIOLÊNCIA E CONTINUA A IMPUNIDADE NO CAMPO

De um lado, os massacres mostraram que crimes contra os trabalhadores continuam não sendo punidos, liberando os latifundiários para novas ações criminosas. Do outro lado, geram uma insegurança muito grande às famílias acampadas que, ao menor sinal de perigo, reagem de forma instintiva para preservarem suas vidas (Jornal Sem-Terra, Julho de 1996).

Na matéria, menciona-se a violência sofrida pelos trabalhadores rurais, bem como a sensação da impunidade angariada pelos latifundiários, trazendo enorme sentimento de insegurança pelos sem-terra. Aqui são os sem-terra que se colocam em defesa contra a brutalidade dos fazendeiros.

Enfim, as ocupações coletivas implementadas pelo MST não atentam à democracia e nem ao Estado de Direito, posto que são ações que integram e são admitidas justamente pelo fato de pertencermos a um Estado democrático. Entretanto, associado ao termo vemos outro: o de Direito. É nesta medida que os adversários do Movimento afirmam que as ocupações são ilegais, denominando-as de *invasão*, *esbulho possessório* e rotulando seus membros de vândalos, de criminosos e outros substantivos que nos leva a crer que a diferença não é apenas terminológica, mas também ideológica, posto que associam a prática democrática ao crime e à ilegalidade.

O MST, com sua prática política, consegue efetivar uma dupla ocupação: a do território e a da mídia, fornecendo, segundo Mendonça (2007, p. 57),

“uma resposta política extremamente viável (porque capaz de incorporar a lógica da desterritorialidade do espaço liso) ao processo global (e desigual) de administração dos espaços e do fluxo daquelas pessoas até então vítimas de uma inclusão perversa, como vimos: a serem obrigados a habitar o espaço liso das favelas, da migração ilegal e contínua e da integração injusta ao trabalho (sub)assalariado em condições desumanas”.

O mesmo instrumento tecnológico e midiático utilizado pelos investidores mundiais para aplicação no mercado, por exemplo, é também utilizado pelos vários movimentos sociais organizados pelo mundo, como os ambientalistas, o MST, os zapatistas entre outros. Assim, a lógica apresentada pela mídia hegemônica, de que os latifundiários devem se defender das ações dos sem-terra, aqui é invertida e são os sem-terra que

surtem como vítimas e que agem em defesa de suas vidas e integridade física, para além da defesa da própria condição de cidadão.

6. DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA LUTA

As ações do MST são locais porque ocorrem em pontos específicos, em localidades, mas alcançam também outras escalas, nacionais e internacionais, porque visam alterações no quadro social nacional e em aliança com outros movimentos que transcendem a esfera geográfica do país, visando a inclusão e concretização de seu estatuto de cidadão e, nesta medida, empenhando esforços em sair da esfera de cidadania imperfeita ou da não cidadania que lhes é oferecida.

Conforme nos transmite Houtart (2001, pp. 97-98), as alternativas ainda estão sendo percorridas, de forma coletiva e permanente, por meio da utopia, considerando ela própria uma das alternativas, que tem uma dimensão ética e base plural, devendo situar-se em um contexto pós-capitalista e, a longo prazo, abandonar a condição utópica e galgar a realidade. Para isso se realizar, segundo o autor, o agir coletivo é imperioso.

É nesta medida que esta sub-categoria pretende avaliar o discurso da transnacionalização durante o tempo analisado e em razão da mídia alternativa, por meio da tabela 5, objetivando observar o modo como o Movimento retrata a necessidade de que sejam realizadas alianças com outros movimentos sociais, nacionais ou internacionais.

Tabela 5 - Transnacionalização x anos e meios de comunicação

Anos	TRANSNACIONALIZAÇÃO - LUTA
1985	2
1990	3
1992	2
2002	4
2006	7
2008	4
Jornal Sem-Terra	18

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

Essa temática encontra bastante eco nas reportagens pelo Jornal Sem-Terra, sendo realizadas dezoito codificações. O ano de 2006 foi o que mais codificações foram

realizadas, até pelo fato de a ocupação na Aracruz Celulose ter sido implementada em associação com a Via Campesina e com o Movimento de Mulheres Camponesas.

Desta maneira, vale demonstrar por meio da reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, em Abril de 2006, a forma como o Movimento trata a matéria.

CAMPONESES PLANTAM ÁRVORES NATIVAS EM PARQUE DE AGROECOLÓGICA

A Via Campesina e o governo do Paraná plantaram 2 mil mudas de árvores nativas em 29 de março, no Parque de Agroecologia Newton Freire Maia, em pinhais, região metropolitana de Curitiba.

A cerimônia se tornou um ato em apoio as 2 mil mulheres da Via Campesina, que fizeram a ação no horto florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, no Dia Internacional das Mulheres. “A ação das mulheres camponesas no horto-florestal da Aracruz é positiva porque não omite e despertou a sociedade para o problema da padronização das culturas voltada exclusivamente para exportação para a produção de papel (Jornal Sem-Terra, Abril de 2006).

A matéria assume um discurso completamente diverso do divulgado na mídia convencional, visto que exalta a ação implementada pelas mulheres na fazenda da Aracruz Celulose, demonstrando a positividade e o êxito da atividade, ressaltando, ainda, o pleno apoio que o mesmo recebe, inclusive do governo, o que respalda a ação e coloca os trabalhadores com ânimo de estarem no caminho certo.

Sem adentrar na temática, posto que não é o objetivo do presente trabalho, esta ocupação foi extremamente emblemática para o Movimento, por duas razões: Em primeiro lugar por ter sido realizada em associação de movimentos sociais em luta, colocando-se em prática a transnacionalização da luta, consubstanciada pela Via Campesina, que tem como membros tanto o MST quanto o MMC; em segundo lugar, por ter sido praticada por mulheres em luta, mulheres estas que se encontram em uma situação de maior opressão, tanto pelo viés da exploração capitalista quanto pelo fato de ser mulher⁴.

Para estas mulheres em luta, o dia 08 de Março é uma data em que as mesmas assumem um papel preponderante e de “comando”, criando-se, inclusive, uma mística em torno do dia. A ocupação da Aracruz Celulose foi não apenas uma demonstração do poder das

⁴ Segundo Lourdes Vicente, membro do Setor de Gênero do Movimento, em entrevista ao próprio MST, para publicação no site, no dia 25 de Agosto de 2006, a mesma afirma que os papéis sociais são reproduzidos dentro dos acampamentos e assentamentos, mas, ainda assim, considera que a situação da mulher dentro do MST é ainda melhor do que a de outras mulheres camponesas, na medida em que “as Sem-Terra têm chance de se reconhecerem como oprimidas e de construir uma identidade com a discussão de seu papel social”. <http://www.mst.org.br/node/2964>, com acesso em 20 de Junho de 2010.

mulheres, em especial organizadas e em luta, deixando não só a marca de uma resistência a um modelo económico que se pretende romper (contestação e protesto ao deserto verde), como uma exibição de solidariedade aos indígenas, expoliados de suas terras no Espírito Santo, outro Estado brasileiro, por conta da invasão (termo aqui utilizado com todo o apoio ideológico) por parte da Aracruz Celulose, com forte cunho pós-colonialista.

A transnacionalização da luta é a ampliação da solidariedade entre movimentos sociais unidos em prol de um objetivo comum, que é a transformação social para alcançar a inclusão e saírem da condição de não cidadãos. O que no início era a reivindicação pela terra, passou a ser também pela permanência na terra e modificação da própria estrutura societária. Assim como o sistema neoliberal acirra, afinam-se também as reivindicações, que se ampliam, em conteúdo e em qualidade.

Responder à globalização hegemônica é necessário alianças contra-hegemônicas organizadas e em luta na busca de uma cidadania participativa e capaz de alterar as correlações de força.

7. DO CRUZAMENTO DOS DADOS

Nesta seção, iremos lançar nosso olhar sobre o cruzamento dos dados, levando em conta as sub-categorias dispostas acima, verificando de uma forma mais apurada cada uma destas temáticas, objetivando encontrar o perfil do sem-terra construído por meio de seus meios de comunicação alternativos, nomeadamente a Revista e o Jornal Sem-Terra.

7.1. “DISCURSOS LEGITIMADORES” X “ORIENTAÇÃO DO DISCURSO”

Como já afirmado, os discursos legitimadores são aqueles que, sob variadas formas, tratam do MST, enquanto agente coletivo, e dos militantes do mesmo, enquanto agentes individuais, fomentando as razões da luta e a motivação para continuação da luta. Já a outra sub-categoria que aqui se cruza, verifica-se a orientação do discurso utilizado para tanto. Sendo assim, passemos a tabela 6.

Tabela 6 - Discursos legitimadores x Orientação do discurso.

		Orientação do Discurso		
		Cruzamento	Desqualificadores	Positivos
Discursos Legitimadores	<i>Explícita objetivos - luta</i>	Formação	-	3
		Justifica mau uso terra latifundiários	-	6
		Mobilização trabalhadores	1	16
		Omissão estatal	.	3
		Produção - Perfil	1	18
		<i>Solidariedade - apoio</i>	-	9

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

As células apresentadas com travessão (-) indicam que não obtivemos dados.

Verificamos que o discurso linguístico recorrente, ao se legitimar a luta, é o positivo, sendo realizadas cinquenta e cinco codificações, para apenas duas negativas, ambas abstraídas da mesma matéria jornalística, sob enfoques diferentes. Desta maneira, antes de comentarmos outras situações observadas, importante trazermos a reportagem, demonstrando as razões deste recurso linguístico negativo. Assim, verifiquemos o artigo publicado no Jornal Sem-Terra, em Julho de 1984, ainda no início das atividades dos trabalhadores rurais enquanto MST.

MASTRO COORDENA OCUPAÇÃO EM SÃO MIGUEL

Cerca de 61 famílias de agricultores sem terra ocuparam no início de Junho uma área de 70 alqueires no município de São Miguel do Iguacu, a 100 quilômetros de Cascavel, oeste do Paraná. **“Resolvemos invadir a propriedade porque tínhamos que o INCRA colocasse no local famílias de colonos de outras regiões conflitadas, deixando-nos mais uma vez para escanteio”**, justificaram os trabalhadores.

A FOICE COME

“Exigimos soluções definitivas ou então a foice come no mato. Tanto a roçada quanto as plantações serão coletivas. Estamos decididos a tudo para ter o direito sagrado de ter a terra para trabalhar. Somos todos companheiros e estamos unidos por uma mesma causa. Não é possível aguentar mais tanta miséria enquanto milhares de alqueires improdutivos se encontram nas mãos de poucos sem que o governo tome providências para amenizar a triste situação fundiária do País”.

APOIO

Caso mais concreto é de Alberto Quandt, 36 anos, 4 filhos, desapropriado pela Usina e reassentado num área de 4 alqueires. Desde o início da invasão, Quandt vem ajudando como pode, inclusive repartindo o que produz em sua propriedade. **“São todos companheiros que necessitam da terra para nela trabalhar. Acho totalmente certo o que fizeram. É assim mesmo que muitos sem terra deveriam agir. O que não podemos é morrer com a foice e o machado na mão esperando solução do céu”**, diz ele.

No distrito de Santa Rosa, cujo nome originou pela influência dos colonos colonizadores migrantes de Santa Rosa (Rio Grande), **a maioria absoluta do povoado tem se colocado favorável à ocupação.**

CORRIDA AO PIC-OCUI

A notícia da invasão do Projeto Pic-Ocui pelos membros do MASTRO animou milhares de sem terra não organizados e que se encontram jogados trabalhando de agregados na região.

Bastante eufórico com a iniciativa que jamais acreditaria que um agricultor poderia tomar, o mineiro José Carlos Correia, 65 anos, 8 filhos, bóia-fria, residente na Periferia de São Miguel do Iguacú, conta que **um dia depois da invasão "peguei meus trens e corri para o local e vi que a terra não dá para todo mundo mesmo. Mas tive um exemplo e aprendi que somente a união dos pobres pode trazer resultados positivos. Nós, menos favorecidos, não temos nada senão a vontade de juntar as forças para uma mesma caminhada"**, comenta referindo ao MASTRO (grifos nossos, Jornal Sem-Terra, Julho de 1984).

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO – está no berço da formação do MST, tendo surgido como resistência à construção de uma barragem usineira no oeste paranaense, trazendo a notícia fortes elementos que motivam o sem-terra a ingressar ou permanecer na luta como a importância da mobilização e da união dos trabalhadores, inclusive em termos de produção, justificando-a pelo sofrimento experimentado, demonstrando, ainda, que o Movimento possui apoio de quem está de fora, tendo ou não passado por semelhante situação.

O que coloca esta reportagem como tendo um discurso desqualificador, é por ter em si, tendo em vista o mesmo critério utilizado nas matérias dos meios de comunicação hegemônicos, a termo *invasão*. Como já afirmado, esta expressão traz em si um cunho extremamente negativo e que se associa à ideia de violência e de crime, sendo por esta razão mormente utilizado pelas vias dominantes de comunicação.

Verifica-se então, que a utilização de uma terminologia politicamente mais adequada foi sendo construída com o tempo, tanto que atualmente não surge mais nas conversações dos movimentos sociais agrários o recurso à palavra *invasão*, substituída por *ocupação*, que carrega em si uma marca política-ideológica-emancipatória.

Como já afirmado em outros momentos, notou-se que o Movimento apreendeu uma nova gramática, por força de sua base formativa, que traz em si uma opção no sentido afirmado acima e que referenda toda a sua luta. A utilização das palavras constitui expressões e campo de luta, demarcando seu espaço.

Os elementos que mais codificações obtiveram, com uso de uma orientação do discurso positiva, foram a produção/perfil (dezoito) e mobilização dos trabalhadores (dezesesseis). Um exemplo do primeiro pode ser demonstrado por meio da matéria publicada no Jornal Sem-Terra, em Setembro de 1984, que ressalta a grande produção coletiva que alcançaram, em especial com a justificativa de que a fazenda encontrava-se anteriormente improdutiva, o que arrazoava não só o bom motivo da ação como também o êxito da mesma, que transformou em vida o que antes era nada. O sucesso não se limita à produção agro-pecuária, mas também em termos educacionais, posto que coloca as crianças com escolas, visto que não (ou mal) oferecidas pelo Estado.

PRODUÇÃO

Neste ano em que ficaram na Fazenda Annoni, os agricultores plantaram e colheram, compraram animais e juntaram sementes. (...)

Quase 500 crianças frequentam as 10 escolas construídas pelos agricultores, com professores pagos por eles.

(...)

Prova de que a fazenda estava abandonada foi o fato de o próprio INCRA classificá-la como área para fins de regularização fundiária.

(...)

Foram produzidas 53 mil sacas de milho, 11 mil sacas de feijão, duas mil sacas de soja, duas mil sacas de arroz e 130 toneladas de mandioca (Jornal Sem-Terra, Julho de 1984).

Outra reportagem interessante, que demonstra de modo positivo a construção do perfil do trabalhador rural inserido no MST é a matéria veiculada no Jornal Sem-Terra em Maio de 1991, que tratava da mística que o Movimento utiliza em cada ação/atividade que realiza.

A MÍSTICA NOS NÚCLEOS

Desde o surgimento do MST, sempre mantivemos a preocupação em desenvolver uma mística própria que contribuísse com nossa organização para avançarmos cada vez mais na luta pela terra, na realização da reforma agrária e chegar juntamente com toda sociedade ao socialismo.

1 – O QUE ENTENDEMOS POR MÍSTICA

A mística deve ser entendida como sendo um conjunto de motivações que sentimos e que se sintonizam com nossa prática, impulsionando nossa luta para a frente.

(...)

A mística pode ser definida então, como o gosto, o sabor que sentimos quando participamos das atividades do MST garantindo a confiança na sua organização, na massa e no futuro.

2 – A FONTE DA MÍSTICA

Como a mística, para ser desenvolvida, necessita de elementos novos de forma permanente, a fonte principal da mística é a prática de cada um dentro do MST. Os militares devem ser criativos.

(...)

Para desenvolver a mística é necessário aproveitar todos os momentos e atividades e dispor de

muita criatividade como:

a) Abertura de reuniões - No início de cada reunião deve-se reservar um espaço para fazer o aquecimento da reunião. Pode ser-se utilizar a bandeira, o Jornal Sem Terra, o manual dos núcleos, uma carta do coordenador estadual do setor dos núcleos, ferramentas de trabalho, algum produto produzido no assentamento e outros, depende apenas da criatividade dos militantes.

b) Encerramento de reuniões - para o encerramento como na abertura, pode-se utilizar os símbolos, homenagear lideranças, premiar os mais destacados nas tarefas da semana, comemorar aniversários de participantes do núcleo;

c) Manifestações e assembléias - Quando os companheiros do núcleo participam de manifestações com a massa, é importante que cada um leve bandeira, faixa, cartazes, ferramentas de trabalho e outros símbolos para dar mais vida às manifestações.

d) Palavras de ordem - As palavras de ordem têm como objetivo resumir um sentimento e transmiti-lo em forma gritada em poucas palavras, juntamente com todos os participantes.

e) Forma de organizar - A maneira como nos colocamos para participar de qualquer ato, constitui-se numa forma de organizar-se e de postar-se para assistir ao ato. (...)

Nas ocupações e assentamentos é possível todos os dias hastear a bandeira, cantar o hino, colocar-se em fila e desenvolvermos novas formas de participação.

f) Comportamento pessoal - todo militante deve estar relacionado com sua organização, portanto, quando alguém olhar para o militante, deve ver nele o que é aquela organização.

g) Cuidados pessoais - todo militante deve ter orgulho de sua saúde, de seu corpo, de seu vestuário e zelar por isso. Quanto mais cuidado tivermos com o ser do militante, mais condições terá ele em desenvolver suas atividades. A mística se manifesta em tudo o que está relacionado com o coletivo.

3 – O QUE SUSTENTA A MÍSTICA

A mística para ter continuidade necessita que a organização tenha perspectivas estratégicas, ou seja, a organização tem que ter visão de futuro e disposição de atingir alguns objetivos a longo prazo. (...) A política e a mística andam intimadamente ligadas (Jornal Sem-Terra, em Maio de 1991).

A mística constitui em um conjunto de ações simbólicas que vão corporificar a imagem do militante e do próprio MST. É uma forte expressão de sua identidade, que reflete o prazer em ser do Movimento e de estar naquela luta coletiva, sendo este elemento, o coletivo, importante fator. A mística promove a imagem e garante auto-estima. Itenciona “mexer” com os ânimos e os brios do militante, fazendo com que o mesmo sinta-se importante, posto que compõe o coletivo.

Cada elemento é importante, cada gesto, ação, comportamento, ressaltando, ainda, a criatividade de cada um, visto que não existe um padrão, na medida em que consta na reportagem são sugestões para místicas.

Importante para a construção da identidade toda esta relação com a mística, posto que o próprio militante é o MST. É neste sentido que a matéria se coloca, na medida em que

qualquer pessoa, ao olhar para um membro do Movimento, tem que enxergar o próprio Movimento.

Segundo Grzybowisk (1991, p. 60), é por meio dos movimentos sociais, que os trabalhadores rurais conseguem romper a cerca do isolamento geográfico, social e cultural, para além de buscar alianças, estratégias e ingressar na esfera da solidariedade, sem falar no reconhecimento de seus adversários. Entretanto, o MST afirma em seu lema: “Reforma agrária, uma luta de todos”. Interessante notar que a supressão do verbo na frase, na qual implicitamente se afirma que a luta é de todos. Em tese sim, ela é, por que a todos atingem, mas infelizmente não interessa a todos. É uma luta que deveria ser de todos, mas que na verdade acaba sendo mesmo daqueles que são diretamente atingidos com o processo de exclusão da terra.

Parei aqui... rever este último parágrafo

7.2. “DISCURSOS LEGITIMADORES X DISCURSOS DA VIOLÊNCIA”.

Por meio da tabela 7, podemos analisar os discursos legitimadores em razão dos discursos da violência, este sob duas perspectivas, a daqueles que sofrem e as daqueles a quem a violência é imputada.

Tabela 7 - Discurso legitimador x discurso da violência

Discurso Legitimador	Cruzamento	Discurso da Violência	
		<i>Contra</i>	<i>Responsabilidade</i>
		Trabalhadores	Governo
<i>Explicita Objetivos da luta</i>	Justifica mau uso terra latifundiário	2	1
	Mobilização trabalhador	2	1
	Omissão estatal	2	3
	Produção - Perfil	1	1
	<i>Solidariedade - apoio</i>	-	1

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo. As células apresentadas com travessão (-) indicam que não obtivemos dados.

Assim como não se encontra codificações à violência praticada contra latifundiários ou à polícia, também não há quando o assunto é violência praticada pelos trabalhadores rurais. Isso já se tinha verificado quando da análise do item 9.5 neste capítulo. Entretanto, neste cruzamento, igualmente nada se verificou de violência pela polícia,

apesar de ter ocorrido o massacre de Eldorado em 1996. O que acontece é que, quanto a este último, nenhuma reportagem foi encontrada na relação desta sub-categoria com a dos discursos legitimadores. Quanto à responsabilidade da violência atribuída aos fazendeiros, apenas uma codificação surgiu.

Também não se encontrou qualquer codificação no cruzamento dos dados da violência com os discursos legitimadores em relação à explicitação de seus objetivos, nem mesmo quanto à temática da formação, o que nos demonstra que o MST não pretende ser nem enfatizar a posição do trabalhador enquanto agente de luta violento.

A imagem construída aqui é que os trabalhadores não são violentos, nem a pregam, mas a sofrem diuturnamente, sendo este fator lembrado constantemente nas variadas reportagens analisadas.

As maiores codificações, em que está presente o discurso da legitimação da luta, centram na temática de violência praticada contra os trabalhadores e naquelas em que a responsabilização pela violência recai sobre o Governo. Assim, podemos verificar a matéria veiculada no Jornal Sem-Terra, de Julho de 1996, que tratou do massacre de Eldorado.

OS COMPROMISSOS DO GOVERNO COM O MST NO PARÁ

O governo e o Inca só funcionam quando o povo organizado pressiona.

(...)

O que está acontecendo no Pará é um dos mais claros.

Nossos companheiros acamparam em 2 mil famílias à beira da estrada sem ocupar a fazenda, desde Outubro de 1995. Pressionaram o governo para desapropriar a fazenda Macaxeira, que todo mundo na região sabe ser improdutivo em seus 42 mil hectares.

O Inca fez vistoria e descaradamente alegou que eram “produtivas” e que, portanto, não poderia desapropriar. O MST denunciou a manipulação e alertou para possível corrupção de funcionários do Inca.

Não adiantou. Tivemos que ocupar a fazenda Macaxeira. Foi inútil. Iniciamos uma caminhada de 150 km, da fazenda até Marabá e, no meio dela, ocorreu a tragédia do massacre de 19 companheiros. Só assim o Inca reconheceu publicamente que a Macaxeira era realmente improdutivo e demitiu o delegado do Inca de Marabá, como corrupto. Foi um sacrifício muito grande para desmascarar as mentiras do Inca local.

(...)

Esperamos que não seja necessário novos massacres para que o governo realmente cumpra o que assina. Estaremos ansiosos, aguardando os prazos acordados. Nossa paciência é histórica (Jornal Sem-Terra, em Julho de 1996).

O artigo trata da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, demonstrado como os trabalhadores precisam reunir esforços pela luta em comum, sendo interessante observar como, para o MST, o coletivo é quem tem força e as expressões são sempre no plural (“nossos companheiros”...). Assim, não foram só os dezenove que foram mortos e as dezenas de sem-terra que sofreram violência. Foi todo o Movimento.

Justificam aquela ação, circunscrita numa caminhada para o confronto fatal, com base em argumentos de que o Estado não cumpre suas promessas, inclusive por esquemas de corrupção nos órgãos locais, responsáveis pela vistoria das fazendas. Se a polícia agiu daquela maneira, o fez por conta do Estado que nada faz.

Uma outra reportagem que aqui se apresenta é a publicada no Jornal Sem-Terra, de Setembro de 1984, que mencionava a questão do medo, dos temores de toda a população brasileira e, em especial, do homem do campo, que se encontram lançados à própria sorte.

A LEI DO GATILHO

Vivemos num país onde a violência passou a fazer parte do dia-a-dia. Convivemos com a violência do medo, da fome, do desemprego, dos salários aviltantes, da grilagem dos pistoleiros, das mortes e da desordem institucional.

(...)

Falta uma política agrária e os lavradores estão desassistidos quanto aos meios de comunicação e transporte, à saúde, a educação, aos preços justos e à distribuição de lotes de terras.

(...)

A violência do latifundiário tem apoio de expressivas figuras da República.

(...)

Atrás da frágil vitrine do «progresso» e do «desenvolvimento», existe até o trabalho escravo nas fazendas (Jornal Sem-Terra, Setembro de 1984).

Menciona-se a exclusão sofrida em todos os setores sociais, inclusive aludindo ao trabalho escravo existente em não raras fazendas, apontando a proteção que os latifundiários recebem, garantindo-lhes impunidade. Tudo isso, todo este sentimento envolto, faz com que o sem-terra se sinta convicto da justiça e clareza da luta e dos objetivos pelos quais luta.

7.3. “DISCURSOS LEGITIMADORES X “TRANSNACIONALIZAÇÃO”.

Por meio da tabela 8, podemos verificar como a mídia alternativa do MST trata das reportagens que legitimam a luta do Movimento, bem como lidam com a questão da

transnacionalização.

Tabela 8 - Discurso legitimador x Transnacionalização

DISCURSOS LEGITIMADORES – LUTA	Cruzamento		TRANSNACIONALIZAÇÃO - LUTA
	<i>Explícita objetivos da luta</i>	Formação	
Justifica mau uso terra latifundiários			5
Mobilização trabalhadores			15
Omissão estatal			1
Produção – Perfil			10
	<i>Solidariedade – apoio</i>		9

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

As matérias que cuidam de legitimar o Movimento, incentivando a mobilização dos trabalhadores para a consecução de seus objetivos, são aquelas que igualmente mais tratam da transnacionalização da luta, que se refere ao esclarecimento da necessidade ou ressalta a importância de haver a associação do Movimento com outros, seja em nível nacional ou internacional.

Desde a sua formação que o MST intenciona congrega os trabalhadores rurais sem-terra de todo o Brasil, mas não só. Já no início, salientava a participação de trabalhadores rurais de outros países, urgência que se fazia pela troca de experiências e estreitamento de laços de apoio. É o que podemos verificar no Jornal Sem-Terra de Fevereiro de 1985:

OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS

Reunir num único local quase 1.500 agricultores sem terra de um país tão grande como o Brasil é uma façanha para ninguém botar defeito. Mas quando se consegue isso e, ainda mais, unificar a luta de todos os sem terra pela Reforma Agrária, é algo extraordinário. Por isso, a Executiva Nacional do Movimento Sem Terra concluiu que o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atingiu todos os seus objetivos.

Alguém pode perguntar que objetivos são esses. A própria Executiva Nacional responde: a) unificar e ampliar o Movimento em todos os Estados. b) estimular a articulação da luta pela terra; c) chamar a atenção do povo e da sociedade em geral para dizer que o Movimento existe e vamos lutar pela terra, custe o que custar; d) denunciar a crescente violência no campo; e) fazer uma grande confraternização entre os sem terra. Tudo isso foi alcançado e, se alguém duvidar, que fale com um lavrador que foi ao congresso.

(...)

Poderíamos falar de muitas coisas belas que assistimos em Curitiba. Como a participação das mulheres. (...) Todas elas trouxeram um grito de coragem, e de que cada gota de sangue derramada pelos seus companheiros mortos na luta pela terra brotarão milhares de novos companheiros dispostos a seguir em frente.

Poderíamos falar também do carinho e do apoio recebido pelos companheiros lavradores do Peru, Equador, México, Bolívia. Foi muito importante a presença dessa gente, por que pudemos trocar experiências e, sobretudo, fortalecer nossos laços de amizade e de

solidariedade para enfrentarmos juntos nossos inimigos comuns: o FMI, a política norte-americana e os latifundiários.

(...)

Vamos concluir com o que disse o companheiro Osvaldo, do Rio de Janeiro, no discurso de encerramento do congresso: “ Na volta aos nossos locais de luta, vamos agora ampliar e qualificar nossa organização, tendo como ideal a certeza de que a Reforma Agrária será obra dos próprios trabalhadores. Na lei ou na marra!” (grifos nossos, Jornal Sem-Terra, Fevereiro de 1985).

Fica claro nesta matéria como o Movimento, ao mesmo tempo que ressalta os êxitos do Congresso realizado, que neste momento tinha sido o primeiro (até a elaboração desta tese já foram cinco), igualmente coloca a importância da unificação da luta nacional e reforço da mesma em nível internacional, posto que lutando contra os mesmos modelos opressores e de dominação. São, portanto, eventos que ocorrem de cinco em cinco anos e neles não se fazem eleições, servindo para confraternização, que fortalece a identidade dos participantes, e estudo dos trabalhadores rurais-militantes.

Não são poucas as passagens em que se menciona a globalização da luta. O massacre de Eldorado dos Carajás trouxe uma marca emblemática a todos os sem-terra do mundo. Assim, vejamos a reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, de Maio de 2002, que teve como título “Julgamento em Carajás: Farsa e Impunidade”:

SEM TERRAS LUTAM CONTRA MODELO ECONÔMICO E PELA REFORMA AGRÁRIA⁵

Desde de 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar, em Eldorado dos Carajás, camponeses e camponesas de várias partes do mundo realizam manifestações em 17 de Abril, Dia Internacional de Luta Camponesa.

(...)

O MST promoveu a mobilização nacional *Mártires de Carajás* contra o modelo econômico e pela Reforma Agrária.

(...)

A LUTA É INTERNACIONAL

O caráter internacionalista da luta foi realçado em alguns locais. Em 17 de Abril, mais de mil pessoas realizaram um grande ato em Foz do Iguaçu pela passagem do Dia Internacional da Luta pela Terra, contra a Alca e pela paz no Oriente Médio

(...)

Houve a troca de bandeiras do MST e da Palestina, simbolizando a solidariedade com este povo e em seguida, um tribunal popular condenou o imperialismo norte-americano pela fome no mundo e aos ataques de Israel sobre o povo palestino.

(...)

GLOBALIZANDO A LUTA

Em todos os cantos do mundo, as organizações camponesas participaram de uma série de atividades em comemoração ao Dia Internacional de Luta Camponesa, 17 de abril.

A Via Campesina preparou uma pauta com demandas e propostas que dizem respeito aos direitos e liberdades dos camponeses e camponesas do mundo.

(...)

Na Holanda, várias ações contra os transgênicos foram realizadas sob o lema *A resistência é fértil*.

⁵ Os abaixo-indicados foram os sub-títulos da matéria.

(...)

Na Espanha, diversas cidades foram palco de ações.

(...)

Na Ásia foram feitas mobilizações de massas, como por exemplo, na Índia, sob a responsabilidade da KRSS⁶.

(...)

No Paquistão, os movimentos de direitos populares realizaram mobilizações contra a repressão por parte dos militares.

(...)

Em El Salvador, a Aliança Democrática Camponesa realizou seminário sobre a Reforma Agrária (Jornal Sem-Terra, Maio de 1992).

Por conta do massacre, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, instituiu a data de 17 de Abril, por meio da Lei n.º 10.469, como sendo o dia nacional da luta pela reforma agrária. Assim, lutar pela reforma agrária passou a ser lei! Nesta data, estavam reunidas no México, algumas organizações camponesas de 67 países vinculadas à Via Campesina, ocasião em que declararam, em nível internacional, a data como sendo o “dia internacional da luta camponesa”, também chamado de “dia mundial da luta pela reforma agrária e justiça no campo”, quando grande parte dos movimentos sociais agrários, ao redor do mundo, implementam ações coletivas, pressionando o poder público em prol de seus objetivos.

Incentivar o associativismo, nacional e internacional, não só é relevante aos movimentos sociais, posto que aprimoram suas ações, posto que o adversário é comum e igualmente globalizado, mas também reforça a identidade e insere cada trabalhador, que isolado sofria, num contexto maior, e que o torna visível, dando-lhe sentimento de que não está sozinho e de que juntos são mais fortes, abrindo maiores possibilidades à conquistas.

Há reportagens como a que abaixo trazemos, publicada na Revista Sem-Terra, em Abril/Maio de 2008, que menciona a questão da ocupação da Aracruz Celulose, não só motivam a luta, pela opressão vivida, como também ressaltam a importância da ação implementada em uma atividade que mobilizou mulheres não só do MST, mas também do MMC e da Via Campesina, demonstrando que a ação, cada vez mais, dá-se em conjunto em todas as esferas do sistema-mundo:

É PRECISO ROMPER A CULTURA DE SUBMISSÃO DAS MULHERES”

A mulher Sem Terra é duplamente oprimida: pela exploração do capital e por ser mulher. Não enfrenta somente as privações sobre o seu próprio corpo impostas pela sociedade capitalista

⁶ O KRSS é um forte sindicato existente na Índia.

machista, mas também a dura caminhada pela sobrevivência na luta pela terra que lhes pertence e que é hoje devastada pela ambição produtivista imposta pelo capitalismo. Tendo esta consciência, milhares de militantes da Via Campesina – organização internacional da qual o MST faz parte – realizaram ações em todo o país no último 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

(...)

Toda luta que marca hoje o 8 de Março, como um Dia Internacional das Mulheres, é o reflexo da luta das mulheres. Porém, não é de qualquer mulher. É das mulheres de classe trabalhadora, das socialistas, das mulheres vermelhas, que ao longo da história se indignaram e foram capazes de fazer luta de resistência, de participar dos processos, seja de luta armada, seja nos processos de insurreição, seja nas lutas silenciosas, que não aparecem nos livros (Revista Sem-Terra, Abril/Maio de 2008).

Assim, nesta matéria, o MST define não só a estrutura capitalista e a motivação pela qual a combatem, como também traçam o perfil da trabalhadora sem-terra, descrevendo-a como uma mulher de luta, que busca um outro mundo, uma mulher histórica e globalizada.

7.4. “DISCURSOS LEGITIMADORES X “DO APARELHAMENTO”.

Nesta seção, iremos verificar o discurso do aparelhamento do Movimento nas reportagens que legitimam os atos do mesmo, atentos aos dados obtidos por meio da tabela 9.

Tabela 9 - "Discurso legitimadores" x "Aparelhamento"

Discursos legitimadores	Explícita Objetivos Da Luta	Cruzamento	Aparelhamento Partidário - Movimento
		Mobilização trabalhadores	1
		Omissão estatal	1
		Produção - Perfil	1
		Solidariedade - apoio	2

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

Não encontramos quaisquer codificações referentes aos discursos legitimadores, que explicitam a luta pelos elementos da formação e nem pela justificação do mau uso da terra por parte dos latifundiários.

Quando menciona a questão da mobilização dos trabalhadores, a problemática do aparelhamento é apontado no Jornal Sem-Terra publicado em Julho de 1984, como necessidade de afirmação de autonomia:

REGIONAL AVALIA SITUAÇÃO NOS ESTADOS

Uma demorada avaliação das recentes ocupações de terras ocorridas no país; a necessidade de ampliar e fortalecer o movimento dando-lhe mais representatividade, foram algumas das principais preocupações da Comissão de Lavradores da Regional Sul dos Sem Terra, reunida de 2 a 5 de Junho, no Centro de Treinamento da Secretaria de Agricultura, em Curitiba, Paraná.

O próprio relatório final do encontro destaca esta preocupação: **“O movimento deve firmar-se na opinião pública como uma organização própria autónoma, que tem apoio do sindicalismo, da Igreja e amplos setores da sociedade, mas que é controlado e dirigido por nós, trabalhadores sem-terra”**.

Para reforçar esta decisão, a comissão decidiu dar a seguinte orientação: “O movimento deve assumir claramente todas as iniciativas que partam de suas bases na luta pela posse da terra, desfazendo informações confusas, muitas vezes veiculadas por alguns órgãos da grande imprensa, intencionalmente” (grifos nossos, Jornal Sem-Terra, Julho de 1984).

Diferentemente das notícias veiculadas na mídia hegemônica, podemos verificar que o MST afirma ser um movimento autónomo aos sindicatos, apesar de estar intimamente imbricado, até por raízes históricas, mencionando, inclusive, que a forma colocada na mídia hegemônica deve ser desmistificada.

7.5. “DISCURSO DA VIOLÊNCIA” X “DO DISCURSO LINGUÍSTICO”.

Pretendemos, por meio da tabela 10, analisar algumas das reportagens que trabalharam o discurso da violência, observando o recurso linguístico para tanto utilizado.

Tabela 10 - "Discurso da violência" x "Orientação do Discurso "

DISCURSO OS - VIOLÊNCIA	ORIENTAÇÃO DO DISCURSO		
	Cruzamento		Positivos
	Contra		
A		Trabalhadores	3
		Fazendeiros	1
	Responsabilização	Governo	3

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do software NVivo.

Não encontramos qualquer cruzamento entre o discurso da violência e recurso linguístico desqualificador, sendo oportuno mencionar, mais uma vez, que nenhuma notícia foi codificada nos itens “violência contra fazendeiros ou polícia” e nem mesmo “violência por responsabilização dos trabalhadores rurais”.

Ainda com base na tabela 10, notamos que o discurso predominante é aquele em que trata da violência praticada contra os trabalhadores rurais, com apoio em um recurso

linguístico favorável aos sem-terra, responsabilizando o governo pelos conflitos agrários, por sua omissão na questão da reforma agrária.

Assim, podemos observar a reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, de Junho-Julho de 1992, sob um conflito ocorrido na Praça Matriz, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, durante o governo Collor, que resultou na morte de um policial militar, publicado na Revista Veja, como sendo a degola do soldado, resultando na prisão de um trabalhador rural de nome Otávio Amaral.

“VAMOS CONTINUAR LUTANDO. CADEIA NÃO É FEITA PARA QUEM TEM O SONHO DE TRANSFORMAR A SOCIEDADE” ÓTAVIO AMARAL”

NOTA DO MST

Nós lavradores não entendemos este negócio que a burguesia chama de justiça. O que vimos em Porto Alegre foi o julgamento do preconceito contra nós. Um julgamento de classe. O julgamento da reforma agrária, do MST e de todos os que lutam pela justiça no campo.

(...)

Se querem condenar os que “de alguma forma contribuíram”, a lista é grande. O governador Guazelli, seu secretário da Agricultura, o Ministro Cabrera, o presidente do Inca. Eles prometem terra e não cumpriram (Jornal Sem-Terra, Junho-Julho de 1992).

A reportagem menciona o trabalhador de forma coletiva. O julgamento foi de Otávio Amaral, um sem-terra, mas é assumido como sendo de grupo, julgamento de todo o MST, de todo o trabalhador sem-terra e de sua luta como um todo. O discurso da unidade dos trabalhadores, do conjunto, é muito forte e recorrentemente utilizado.

Outra que verificamos é a imputação da violência à polícia e o Judiciário, a par da ocupação da Aracruz Celulose, publicada na Revista Sem-Terra em Agosto-Setembro de 2008:

ESTADO DE EXCEÇÃO, REGRA DE ESTADO

Em Janeiro deste ano, um encontro do Movimento Sem Terra foi interrompido pela ação de milhares de policiais militares. Em Março, trabalhadoras da Via Campesina foram detidas por um dia e meio, feridas, sem alimento e sem direito a advogados. A imprensa foi retirada da área e revista na mesma ocasião. As ações de buscas e apreensão ou de despejos em acampamentos se tornaram verdadeiros campos de concentração: homens, mulheres e crianças são separados, mantidos em posições humilhantes sobre a mira de fuzis, identificados e isolados sem alimentação. Ao mesmo tempo, oito trabalhadores rurais são indiciados com base na lei de Segurança Nacional como “terroristas”. O crime: ocupação de terras improdutivas (Revista Sem-Terra, Agosto-Setembro de 2008).

É informada a situação das mulheres, detidas e agredidas, sem seus direitos constitucionais assegurados, bem como a imposição da Lei de Segurança Nacional aos

trabalhadores rurais, resquício claro da ditadura militar vivida no Brasil, onde fica marcado igualmente o registro quanto à violência sofrida pelos sem-terra.

Fica claro que quando o MST menciona a violência, apenas interessa a sofrida pelos seus membros, apresentando, de forma positiva, os trabalhadores rurais, o que reforça o perfil de vítima e a sensação de que devem não só permanecer na luta, mas angariar novos adeptos.

7.6. “DA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO” X “TRANSNACIONALIZAÇÃO”

A questão da transnacionalização da luta em paralelo com o discurso linguístico pode ser analisado por meio da tabela 11, abaixo, verificando, à partida, que nenhum recurso desqualificador foi utilizado ao se tratar da matéria referente à importância das alianças entre movimentos e entidades.

Tabela 11 - "Orientação de Discurso " x "Transnacionalização"

<i>Cruzamento</i>		TRANSNACIONALIZAÇÃO - LUTA
ORIENTAÇÃO DE DISCURSO	<i>Positivo</i>	10

Fonte: Tabela criada a partir do cruzamento dos dados por meio do *software* NVivo.

A matéria publicada no Jornal Sem-Terra, em Março de 2006, versando sobre a ocupação da Aracruz Celulose, dá-nos o tom da temática aqui tratada:

EM PORTO ALEGRE ATIVIDADES DISCUTEM REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

EM FÓRUM PARALELO À CONFERÊNCIA OFICIAL DA FAO, VIA CAMPESINA DEFENDE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA.

De um lado, sociedade civil, representantes dos movimentos sociais e de organizações não governamentais. De outro, os governantes e membros da FAO (Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Em debate, as concepções de Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Esse foi o cenário que se constituiu em Porto Alegre (RS) entre os dias 6 e 10 de Março. Enquanto que para participar do evento oficial, a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, era preciso ter credencial, ser revistado e ainda portar um pequeno broche de acesso, o Fórum Terra, Território e Dignidade abrigava a todos: quilombolas, pescadores, trabalhadores rurais, indígenas e mulheres.

(...)

MULHERES PROTESTAM CONTRA O DESERTO VERDE

“Somos Mulheres Camponesas, filhas desta terra brasileira, que há mais de 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de

grandes grupos capitalistas. O Brasil está longe de ser uma nação livre e soberana”, diz o Manifesto das Mulheres Camponesas da Via Campesina.

Na madrugada do 8 de Março, entre 5h e 6h da manhã, as mulheres do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocuparam área protegidas por um lenço lilás, com a inscrição “não ao deserto verde”, para colocar em debate o papel nocivo das florestas homogêneas de eucalipto e do modelo do agronegócio. A ação marcou o Dia Internacional das Mulheres como um momento de luta política e interferiu no debate dos delegados de 81 países participantes da conferência oficial.

(...)

“Poderíamos ficar orgulhosos porque é um norueguês que tem êxito no exterior e ganha muito dinheiro. Mas não. Não estamos orgulhosos”, diz Ingeborg Tangeraas, ativista norueguesa da organização NBS (*Norwegian Farmers and Smallholders Union*). Segundo ela, a população da Noruega é contra a atuação da Aracruz no Brasil, principalmente depois que tratores da Aracruz Celulose destruíram duas aldeias indígenas Tupinikim e Guarani no Espírito Santo, em Janeiro.

(...)

Ivane Tonin, da integrante da coordenação do MST, e Luci Piovesan, integrante da coordenação (Movimento de Mulheres Camponesas), leram o Manifesto das Mulheres Camponesas na reunião oficial da FAO e foram aplaudidas de pé por todos os presentes (Jornal Sem-Terra, Março de 2006).

O discurso do sucesso e da solidariedade, nacional e internacional, é muito marcante nas reportagens da mídia alternativa do Movimento. A notícia diferencia os dois tipos de reunião, colocando a dos movimentos sociais como sendo mais democrática e livre, sendo esta a imagem que se constrói em contraposição à fechada e burocrática estrutura dos encontros oficiais, como a que acontecia em paralelo, a cargo da ONU.

Notícia acerca da ação coletiva transnacional consubstanciada na ocupação da Aracruz Celulose, colocando-a como forte e eficaz a ponto de interferir e alterar a programação da Conferência da ONU, bem como coloca o argumento da ativista norueguesa que afirma que a população da Noruega, como um todo, é contrária à atuação da empresa no Brasil.

A luta transnacionalizada sempre foi importante para o MST, ganhando cada vez mais força, na medida em que se torna concreta, em que a solidariedade e o apoio que o Movimento recebe passa para ações e realizações positivas, na busca de um ideal comum, que é a alteração de paradigma social e maior inclusão daqueles que são invisibilizados.

8. A VISÃO DO JORNALISTA DO MST

Verificaremos, neste momento, a imagem que o MST possui junto ao jornalista responsável pelas edições do Jornal e Revista Sem-Terra, Igor Felipe. A forma de

apresentação será a colocação das perguntas e respostas do jornalista relativas ao tema, com posteriores comentários.

Inicialmente, tratávamos da questão dos movimentos sociais agrários no Brasil e a agregação aos mesmos, desenrolando-se da seguinte maneira a entrevista:

Igor Felipe (IF): Tem mais de cem no Brasil hoje

Cristiane Reis (CR): São muitos...

(IF): E cada vez mais vem se expandindo os números de movimentos.

(CR): exatamente, e é normal.

(IF): reflexo da conjugação da terra, da expulsão dos pequenos camponeses.

(CR): e reflexo do próprio do MST.

(IF): também, como exemplo, né?

(CR): exatamente, é aquela história que estávamos falando dos partidos também se adequam aos movimentos, nem sempre as pessoas se ligam... A luta é uma só mas tem certas posturas e linhas ideológicas que...

(IF): exatamente e formas de organização, às vezes

(CR): formas de organização também e métodos...

(IF): isso é que analisa mais...

(CR): que a gente se identifica mais, né?

(IF): linhas ideológicas, atrelamento ou não a partidos e a questão de formas de organização.

(CR): pois é.

(IF): e é natural não é?

(CR): é absolutamente natural.

(IF): Claro que não queremos obter o monopólio, quanto mais tiver... O ruim é se tiver conflitos entre essas organizações, mas no fato de haver muitas organizações a gente acha importante.

Se muitos são os movimentos sociais agrários, mais ainda são os trabalhadores rurais sem-terra em luta, que, segundo o jornalista, se mobilizam e se unem por reflexo da conjuntura que lhes são impostas, de opressão e de exclusão, vindo a se associar por vários fatores que condicionam a escolha de qual Movimento ingressar, como o perfil ideológico, aparelhamento partidário ou não, para além das formas de organização e dos métodos de ação.

Haver número expressivo de movimentos rurais não é o problema, posto que todos lutam pela mesma razão, considerando a maior dificuldade quando há conflitos entre os mesmos.

Cristiane Reis (CR): Antes de entrar para esse setor, você já participava do movimento?

Igor Felipe (IF): não, eu entrei no setor de comunicação. Eu sou jornalista e eu me formei e vim para o Movimento. Participava de movimento estudantil, tinha uma militância política e aí eu me formei e vim para o Movimento.

(CR): E foi mesmo por afinidade, não é?

(IF): Sim.

(CR): Mas agora...

(IF): Diferente do Ney, que é acampado, assentado... sou um militante que vem da cidade, eu sou sem-terra com militância na cidade.

Questionado sobre a sua participação no Movimento, anterior à sua atuação no setor da comunicação, o entrevistado informou que ingressou nas fileiras do Movimento diretamente para a área de comunicação social, tendo uma bagagem política-ideológica anterior, com passado de militância em movimento estudantil. Sua adesão ao Movimento deu-se por razões profissionais-ideológicas.

Importantíssima é a declaração posterior, posto que se compara com o Ney Strozake, referindo-se a um dos advogados do Movimento, filho de agricultores, que já participou de acampamentos e ocupações, já foi assentado e foi o primeiro sem-terra com doutoramento em Direito. O entrevistado, Sr. Igor, afirma-se igualmente como sem-terra e esta é a chave essencial desta questão aqui colocada. É um sem-terra com militância na cidade, mas é um sem-terra.

Quem faz parte do Movimento, de uma forma ou de outra, é também sem-terra, constituindo esta expressão em si uma das místicas, posto que o *ser* sem-terra, o *sentir-se* sem-terra garante incorporação, unidade e reconhecimento de grupo, indo além do não ter terra. Nesta medida, não precisa ter nascido e crescido no campo, estar lutando por terra para si ou sua família. Basta a afinidade com o *ser* sem-terra, afinal, como afirma o próprio Movimento, a luta pela reforma agrária é de todos!

Na sequência, ainda para definirmos o perfil do sem-terra, na visão do jornalista responsável pela mídia do próprio Movimento, trazemos, abaixo, mais um trecho da entrevista:

Cristiane Reis (CR): Como é que vocês vêem o apoio da população ao Movimento?

Igor Felipe (IF): O Movimento só existe porque tem apoio do povo.

(CR): sempre local...

(IF): *Local e também nas grandes periferias. A gente é muito respeitado. A gente diz que o MST é como Cuba, que é aquilo que Frei Betto diz, que Cuba é odiada pelos ricos, a classe média olha e diz “é, eles conseguiram certos avanços, mas não é a melhor forma” e é amada pelos pobres. O MST é assim. Os ricos odeiam o MST, pior método, tem nenhum sentido a reforma agrária. Para classe média, a reforma agrária é importante, mas a ocupação terra não é o melhor método. Os pobres têm orgulho de ver os pobres lutando, se organizando e obtendo conquistas no campo. Claro que não é homogêneo, tem gente que vê a Globo, mas há uma identificação de classes.*

(CR): *Nas grandes cidades é mais difícil...*

(IF): *Nas grandes cidades até que, quando a gente faz um trabalho, quando é convidado, tem um respeito muito grande ...*

(CR): *quando é convidado?*

(IF): *quando é convidado para fazer atividades, palestras na periferia*

(CR): *mas aí não é pelo público que vai lá assistir?*

(IF): *Não, mas aí o público é...*

(CR): *heterogêneo*

(IF): *É.. é heterogêneo, assim não é... para você ver. Depois que a gente fez a ação contra a Vale, a Vale ficou assustada e ela pediu uma pesquisa de opinião para o Ibope sobre o MST. Não sei se você chegou a ver...*

(CR): *não*

(IF): *Essa pesquisa deu que o MST tem o apoio de 49% da população. Agora você imagina, um Movimento que não tem meios de comunicação de massa...*

(CR): *você tem essa pesquisa?*

(IF): *Tenho. Não tem meios de comunicação de massa, é execrado pelos meios de comunicação de massa, que faz uma campanha contra o MST, ter mais de 40% do apoio da sociedade. A gente achou uma enormidade. Desde então, a Vale mudou seu discurso em relação a nós, porque viram que nesse momento a gente tinha legitimidade da sociedade.*

(CR): *a Globo não acompanhou né?? Mas... (risos)*

(IF): *A Globo até que...*

(CR): *Deu uma esfriada né? (risos). Talvez por isso passaram a invisibilizar, “olha, não vamos atacar, mas vamos silenciar”...*

(IF): *Essa é a estratégia eu acho. Não vamos dizer as coisas boas, que podem parecer boas. Mas eu acho assim, eu acho que tem um apoio muito grande para a realização da reforma agrária. O MST, que é esse movimento, é muito combativo, tem uma campanha muito grande, mas a gente acha que tem apoio popular. Não é homogêneo, é heterogêneo, tem diversos níveis de apoio, mas a grande questão, principalmente no interior, é que o movimento só sobrevive por conta dos apoios, porque para está num acampamento a sociedade está mandando comida, manda roupa, dá apoio material ao movimento. E nas grandes cidades, de fato, não é igual ao interior que a gente tem um contato mais próximo, mas dentro das grandes cidades a gente acha que tem um bom apoio. Mesmo que não seja um apoio “ah, eu apoio o MST, eu sou do MST”, mas quando vê o MST fazendo os protestos tem uma identificação.*

(CR): *Há uma simpatia...*

(IF): *Há uma simpatia, porque a gente é muito recebido quando vai fazer uma atividade nas grandes cidades, nas grandes metrópoles, nas grandes periferias. A grande questão, hoje, é que o movimento faz um trabalho de base nas periferias. Periferias de pequenas e médias cidades, porque é um novo público que tem um potencial. É gente que está desempregada, vítima de violência, que não tem moradia e que muitas vezes saiu da terra, foi para a cidade e não teve oportunidade. Então a gente é obrigado a dialogar com esse público também. Essa é a nova realidade do movimento e para fazer isso tem que fazer o trabalho popular, dialogar, explicar o que é MST, porque o MST faz relações...*

(CR): *Como é que você vê o êxito dessas articulações, de todos estes setores? Você vê funcionar? Apesar de haver uma luta em comum, cada setor tem a sua visão e questão. Como é que há essa articulação? Com é que é feito isso?*

(IF): *Nós estamos abertos com um projeto para o país, acho que o Brasil é um país sem rumo hoje, ele anda desgovernado e os interesses que regem a economia não são os interesses do povo, são os interesses das grandes empresas transnacionais que passaram a ser pólo hegemônico da economia dentro do liberalismo e os bancos. São as grandes empresas transnacionais e os bancos que dirigem a economia do Brasil, de todo país com o neoliberalismo. Então o que nós estamos querendo é ter um projeto, um programa mínimo que esteja em defesa da educação, da saúde, que consiga reunir todos.*

(CR): *Mas dentro da mesma Constituição ou para isso precisaria de uma nova Constituição?*

(IF): *Do país ou... não nem precisaria. Lutar até para cumprir a Constituição. Um projeto que tenha pautas democráticas nacionais e populares. Lutar para ter, de fato, um sistema democrático no Brasil, com participação popular, que não seja isso que a gente está vendo no Congresso Nacional. Lutar para resolver problemas sociais, saúde, educação, terra e resolver as questões nacionais, ter autonomia, soberania nacional, dirigir a nossa economia. Nossa proposta geral é essa.*

(CR): *mas as articulações conseguem bem ou mal serem feitas...*

(IF): *Sim, então a gente tenta criar lutas...*

(CR): *a classe trabalhadora ainda assim consegue...*

(IF): *ainda sim, a gente tenta. A gente vem fazendo um esforço de tentar aglutinar todos os setores da esquerda, setores organizados em torno dessa bandeira. Se a gente for discutir o governo, a gente se divide. A gente vem avançando... conseguimos fazer uma boa jornada de lutas há dois anos. Todas as organizações... vamos fazer uma jornada de lutas agora em Abril e agora em Agosto, vai ser do dia 10 a 14, vai ser unitária, de toda a esquerda contra a crise. Tem até uma reunião hoje à tarde nesse sentido.*

(CR): *e em termos internacionais?*

(IF): *Em termos internacionais estamos principalmente com a Via Campesina, que é uma liga de camponeses, que está em mais de 70 países, em 4 continentes. Tem a Alba também, Alba Movimentos. Na Via Campesina há um movimento no sentido de tentar analisar e ver problemas e proposta para a agricultura, porque o que a gente vê os nossos desafios, nossos obstáculos no Brasil são os mesmos que tem na Índia, na África, na Europa para os camponeses. Então em 97 surge a Via Campesina. Em 97 surge a Via campesina para acompanhar o movimento da entrada do capitalismo na agricultura. Então com a Alba, o Movimento tem uma articulação na América Latina, na luta, na construção de projeto, na luta em defesa dos povos, de soberania nacional. Fizemos um ato muito grande no Fórum Social Mundial, nós fizemos um ato muito bom da Alba Movimentos lá no Fórum Social Mundial, onde estava o Chavez, o Lupo, o Correia e o Evo tentando apoiar esses governos progressistas, mas muito mais do que isso, organizar o povo para defender as mudanças. Na nossa avaliação esses governos são um avanço muito grande, mas eles não conseguiram ainda processar mudanças estruturais nos seus países porque eles chegaram ao governo, mas eles ainda não conseguiram organizar o povo para mudar a cultura do Estado. Não basta chegar ao governo, é preciso ter um apoio popular que sustente essas mudanças, senão vai ficar no papel.*

Neste excerto, podemos observar a questão da identificação do Movimento com a população em geral, sendo afirmado, pelo jornalista, que o MST recebe apoio de grande setor da sociedade, em especial as populações carentes, que se identificam com o Movimento, nomeadamente aqueles que se inserem na sociedade civil incivil, já tratada nesta tese, para além de obter certa simpatia dos membros da sociedade civil estranha, que vem a reconhecer a importância da luta, apesar de não concordarem com os

métodos, atribuindo isso à formação da opinião por meio dos meios de comunicação hegemônicos.

Assim, como se verificam as matérias publicadas no Jornal Sem-Terra, bem como em algumas reportagens aqui trazidas publicadas na Revista Sem-Terra, fica clara a importância que se dá ao fato de o Movimento ter apoio da sociedade, como é o caso da pesquisa Ibope solicitada pela Vale do Rio Doce, empresa mineradora que um dia já pertenceu ao Brasil e hoje é privatizada, sendo uma multinacional. Como afirmou o jornalista, a Vale solicitou a pesquisa de opinião após uma atividade do MST contra a mesma e o resultado surpreendeu, na medida em que contou com quase 50% de apoio ao Movimento. Informações como estas, e que não são noticiadas na mídia, fazem com que os sem-terra tenham a certeza de que estão no caminho certo, de que encontram respaldo às suas ações e objetivos, dando-lhes força a continuar.

Esse apoio é de tão grande importância que vai além. Alcança a solidariedade, na medida em que muitas vezes, no interior, é a população local quem ajuda materialmente nos acampamentos, com envio de mantimentos e alimentos, atribuição que deveria vir do Estado, mas que sempre encontra a cooperação popular, apesar da omissão estatal.

Associado à ideia de *ser* sem-terra, a própria realidade das cidades impõe o retorno ou o ingresso na vida no campo, fazendo com que muitas pessoas, um dia camponesas ou não, se identifiquem com o Movimento, que luta por seus direitos e busca a saída da esfera da sociedade civil incivil a que foram lançados, às vezes, desde nascença.

Quando questionado acerca das alianças com demais movimentos sociais, para além dos rurais, o entrevistado coloca a questão do neoliberalismo e o quanto o país está nas mãos de diretrizes impostas por organizações transnacionais empresariais e financeiras, sendo necessário, para ultrapassar este modelo, a confluência dos interesses sociais normalmente excluídos, implementando uma luta geral que exija o cumprimento da própria Carta Magna.

Assim, devemos relembrar que as ações do cosmopolitismo subalterno não visam a tomada de poder, mas um novo mundo para se viver, devendo adaptar-se às realidades históricas e contextos sociais de cada país e somente assim poderão encontrar a via da

globalização contra-hegemônica, conforme nos ensina Santos (2003), buscando uma estratégia de “densa complexidade”, no dizer de Monereo (2001, p. 272), que tenha uma atuação nas diversas escalas, local, regional, nacional e internacional. Nesta oportunidade, o refrão do hino da Internacional Socialista, que, fundada em 1889, ao afirmar “Bem unidos façamos, Nesta luta final, Uma terra sem amos. A Internacional”, já demonstrava a necessidade de associação da luta transnacional, tanto que carregou em si o seu nome: Internacional.

Em termos internacionais, o MST também possui relações com a Via Campesina, a Alba Movimentos e a prova disso foi a ocupação do horto florestal da Aracruz Celulose, buscando pontos de interseções para unificação das lutas transnacionais. Essas ações, que cada vez mais se globalizam como forma de resistência, protestos, rebeliões e têm nos meios de comunicação grande inimigo e, ao mesmo tempo, grande aliado, posto que se passa a fazer visível a luta. É uma sociedade em rede e global que se depara com contraposições também em rede e global.

9. SOU SEM-TERRA

Num mundo globalizado que se pretendia formação de identidades homogêneas, acabou por produzir seu contrário que é o ressaltar de diferenças e as suas lutas por sobrevivência e reafirmação de seu espaço. Nesta relação bem imbricada, a descrença dos cidadãos nas instituições estatais geram um enorme desconforto e conflito em seu sistema interno, gerando revoltas, revoluções, resistências e mesmo violências urbanas e rurais, tudo isso provocado pela falta de expectativa e descrença nas instituições dos Estados-nação, que se encontram erodidas.

É a distância cada vez maior entre as expectativas e as experiências que nos traz à conta Boaventura Sousa Santos. Assim, podemos compreender a visão de Velho (2001, p. 109), na qual afirma que devemos deixar de ver a “globalização como um fundamento a se opor a outros e passar a vê-la mais como um recurso cultural acionável por diferentes agentes e em diferentes contextos”. Nesta medida, afirma Fidalgo (2007, p. 07), que uma identidade forte é aquela que resiste a qualquer circunstância adversa e que não se altera no decorrer das diferentes situações apresentadas, como a globalização

hegemônica, por exemplo, oferecendo, desta maneira, intensa resistência, muitas vezes silenciadas.

Se aquele que é invisibilizado começa a ter voz, mesmo que forçada e berrada, precisam de um rótulo. Já desde a ditadura militar no Brasil, os militantes políticos eram classificados e rotulados como terroristas⁷, assim como hoje ainda se verifica. Identifica-se o Outro, aquele que se tornou “inimigo do desenvolvimento” como terrorista e, portanto, merecedor de isolamento, exclusão e repressão. Para reverter, é necessária a participação em processos de mobilização social, não necessariamente revolucionário, tendo como campo de luta sua própria localidade, sem olvidar a globalidade. A marca de não ser mais colonizado é a exacerbação do “nosso”.

Um sujeito tem em si identidades, como a sua própria, isto é, aquela que ele se auto-define, bem como aquela de grupo, que é construída pelos membros de uma certa comunidade e que é necessária para que ele seja aceito igualmente como membro da mesma. A cada atuação em grupo, reunida em uma identidade coletiva, os membros dos movimentos sociais conseguem se localizar no espaço que antes os invisibilizava.

Há no Movimento um “processo pedagógico, de educação como formação ideológica, de um lado, e de agregação dos militantes por meio de trabalhos solidários e acampamentos familiares, de outro lado” (Comparato, 2003, p. 30). A atitude política em tudo que se relaciona ao MST, seja nos acampamentos, assentamentos e cooperativas, leva aos membros à noção de importância, de validade de sua existência, o que garante a permanência na luta, a solidariedade, o aumento de responsabilidade e sensação de liberdade. Há entre os assentados e os acampados uma forte solidariedade. Sementes e maquinarias cruzam de um campo para outro sem se importar quem é seu titular. Importa mais quem precisa. As comunidades camponesas relacionam-se com outras, o que amplia as relações sociais e econômicas.

Assim, a auto-imagem do Movimento está fulcrada basicamente no trabalhador em si, mas este não colocado de forma individual, mas sim coletiva. Ao falar de um, está

⁷ Esta temática foi discutida e apresentada no Colóquio Internacional, realizado nos dias 15 e 16 de Setembro de 2009, no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, denominado Memória, História E Justiça, por meio de narrativas, vídeos e músicas.

falando de todos. Ao acusar um está se acusando todo o grupo reivindicante. O trabalhador rural é aqui marcado pela união, pela certeza de que estão no caminho que os levará à consecução de seus objetivos, posto que os retira da invisibilidade e rompem a cerca do silêncio, ao retirar o véu que os obscurece.

Os trabalhadores rurais, assim, passam, por meio do Movimento, a se reconhecer como portadores de direitos e de deveres, como membros da sociedade, e por isso lutam pela sua inclusão. É o aprender a caminhar e a lutar, pois, como nos fala Gohn (1994, p. 19):

“Aprende-se através da participação a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elaboram-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. Isso tudo porque ocorre a identificação do processo de ocultamento das diferenças sociais existentes e, conseqüentemente, a identificação dos distintos interesses de classe presentes”.

Assim, podemos compreender, segundo Tejerina (2005, p. 84), que um dos aspectos mais importantes dos movimentos sociais é a idéia de identidade coletiva. A mística, já tratada anteriormente e como se pode observar por meio das reportagens neste capítulo trazida, para além de estratégia comunicacional, comporta-se, também, como forte elo de coesão e reafirmação da identidade coletiva dos seus membros.

As ações coletivas, que no seio do MST se traduzem, não só, mas também, pelas ocupações, desafiam as estruturas fortemente marcadas pelas formas de dominação capitalista, criam solidariedade entre seus membros, fortalecendo os laços e o reconhecimento dos sujeitos envolvidos.

Segundo Stédile (1999, p. 117), as ocupações constituem-se em uma das principais formas de “pressão das massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra”, cumprindo, assim, três funções políticas primordiais: permitir a territorialização do Movimento; garantir a visibilidade política da questão agrária e impor ao Estado o cumprimento das leis vigentes. As ocupações, segundo o autor (Stédile, 1999, p. 114), fazem com que os militantes

trabalhadores se unam em um objetivo comum, criando um “sentimento de comunidade, de aliança”.

Fernandes (1996, p. 283) apresenta três espaços advindos das ocupações praticadas pelo MST. O primeiro é o espaço comunicativo, no qual os integrantes do Movimento passam a se conhecer e a definir seus objetivos. O segundo constitui o espaço no qual passam a entender os motivos e interesses da transformação de suas realidades. No terceiro, denominado espaço interativo, tem-se início o processo de construção da subjetividade sem-terra. Sem-terra passa a ser mais do que aquele que não tem terra, mas aquele que luta em conjunto pela reforma agrária e outras questões que lhes são inerentes. Tal como a notícia jornalística se baseia nos conflitos (Chaparro, 2001), assim também se dá com a identidade coletiva, que nesta relação se estabelece e solidifica laços de solidariedade entre os intervenientes.

Em suas reportagens, não há espaço para discursos negativos sobre os trabalhadores, salvo, como já mencionado, no início do Movimento, quando, por raras vezes, ainda encontramos a expressão dominante “invasão” na fala de um trabalhador rural, transmutado, hoje recorrentemente, para o termo, politicamente adequado, “ocupação. Afirmar que o MST realiza ocupação e não invasão é uma estratégia política simbólica muito forte, assim como o seu reverso, utilizado pela mídia hegemônica também o é.

O MST declara sua autonomia em relação a sindicatos e a partidos políticos, mas com os mesmos mantém fortes ligações, até por sua concepção de alianças, fortalecimento de laços e união de esforços. A imagem fornecida nos meios de comunicação alternativa é neste sentido, diferenciando da mídia convencional que menciona como cooptação e o trabalhador como sendo massa de manobra. É reafirmada, constantemente, a autonomia do Movimento em relação aos sindicatos, partidos políticos e demais apoios da sociedade civil. O MST se impõe como movimento social popular e político, que luta pelo acesso e permanência na terra, mas pela inclusão dos seus membros na sua relação de intimidade com o Estado, pleiteando, assim, a própria transformação social.

Como afirma Stédile & Fernandes (1999, p. 35), se o MST buscasse apenas a luta pela terra, o mesmo já teria se extinguido, compreensão esta que, como vimos na contextualização, veio com o tempo, não se formando logo à partida com o surgimento

do Movimento. É reflexo de seu amadurecimento, como assim o é o entendimento da necessidade de se fortalecer alianças. A compreensão de uma identidade coletiva, política, nomeadamente estabelecendo confluências de luta, é um forte elemento do Movimento.

Essa associação com outros movimentos sociais não é limitada ao nível nacional, encontrando eco, também, na ordem internacional, transnacionalizando-se, assim, as ações, contatos, interesses e lutas. A transnacionalização é de extrema importância para a globalização de baixo para cima, a globalização contra-hegemônica, principalmente porque transnacional também é a globalização hegemônica. O sistema global deve ser compreendido em termos de práticas transnacionais, sendo nesta medida que alternativas à globalização hegemônica deve ser pensada.

Interessante observar, igualmente, e diferentemente da representação produzida nos meios de comunicação de massa, que o MST, em sua mídia própria, não coloca o trabalhador rural como autor de nenhum caso de violência e nem o latifundiário ou polícia como agente passivo da mesma. Os casos de violência tratados pelo Movimento são os que os trabalhadores ou seus simpatizantes e aliados sofrem.

Respondendo ao nosso terceiro objetivo, podemos afirmar que o MST, ou os trabalhadores rurais, estes entendidos coletivamente, possuem objetivos justos e justificados, que produzem quando possuem terra, sendo, ainda, vítimas contumazes de crimes e violências, seja praticada pela polícia ou pelos fazendeiros, por meio de seus mandatários, para além do próprio Estado, na forma omissiva. Ressaltam, igualmente, que tem apoio da população e são bem vistos socialmente, evidenciando sempre as alianças já existentes e a necessidade de se desenvolverem outras para ampliação da luta, que é comum, elemento este típico dos NMSs.

Conforme Garcia (2000, p. 71), o MST encontra-se incluído no rol dos *novos movimentos sociais*, asseverando, para tanto, que

Aqueles elementos fundamentais que caracterizariam os novos movimentos sociais, - e aos quais me referi anteriormente -, são facilmente encontráveis no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Pela simples leitura de seus documentos básicos, percebe-se a importância central da revalorização cultural e pessoal em sua organização, a qual se manifesta, dentre outros fatores, pela absoluta centralidade conferida pelo MST às práticas educacionais em seu movimento, envolvendo todos os seus militantes, tanto para a educação elementar formal de sua base em

acampamentos e assentamentos quanto para a formação política de seus quadros intermediários e/ou seus dirigentes.

(...)

Seus compromissos com a constituição de uma nova cultura política de base e de um projeto socialista e democrático também são evidentes em trechos como os arts. 8 a 12 de suas Normas Gerais, comumente apresentados pela imprensa ora como elementos caracterizadores do anacronismo do MST, ora de sua incompatibilidade com a democracia. (...)

Há nítida e assumidamente o objetivo de estimular a capacidade crítica, a participação ativa e a mobilização social permanente de seus integrantes, elementos típicos de uma ação política libertária.

Verificamos como o processo de identidade trazido pelo Movimento aos seus membros é de suma importância, pois só assim os (as) trabalhadores(as) sentem-se mais dispostos a lutar pela causa que não é só de um, mas sim de todos, transcendendo o próprio grupo e fortalecendo sua identidade, refletida nos meios de comunicação, que cada vez mais se solidificam como uma identidade coletiva combativa e inclusiva.

Deste modo, concordamos, em parte, com Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 18), para quem os sem terra não são apenas aqueles que não possuem terra, mas aqueles que buscam a terra, que estão em movimento e nossa consonância é em parte, posto que podemos claramente observar que sem-terra é todo aquele que conjuga com os ideais do Movimento, que assente com sua luta, esteja no campo ou na cidade.

CAPÍTULO 10 – O USO CONTRA-HEGEMÔNICO DA MÍDIA ALTERNATIVA PELO MST

1. METODOLOGIA DO CONFRONTO DOS CAPÍTULOS

Este capítulo pretende responder ao quarto objetivo específico desta tese, na qual se intenciona observar se a mídia alternativa do MST, nomeadamente o Jornal Sem-Terra, tendo em vista as razões já aventadas acerca da Revista Sem-Terra, rebatem as informações veiculadas na mídia convencional, quando desqualificadoras, acerca do Movimento e, se positivo, analisar como as combatem. Para tanto, iremos contrapor os capítulos empíricos anteriores, realizando cruzamentos dos dados coletados, verificando interseções entre os discursos da mídia hegemônica e da contra-hegemônica, bem como realizando novos cruzamentos e que o serão no decorrer deste capítulo.

Concluimos, anteriormente, que, ao analisar a representação transmitida do MST e/ou de seus militantes, apresentam perfil extremamente negativo, mesmo nas reportagens que de alguma maneira apontam aspectos positivos ou ainda que justificam a luta do Movimento, criando uma imagem de pessoas controladas por interesses outros que não o declarado, bem como rotulando-os de criminosos, radicais e violentos, que atentam contra o próprio Estado, bem como os poderes Executivo e Legislativo tenderem a responder mais positivamente às pressões do que o Poder Judiciário.

É forte o discurso da criminalização do MST por meio da mídia hegemônica, utilizando estratégias e discursos variados neste processo, como a associação direta ao cometimento de crimes em concreto, à desordem, este em contraposição com o Estado ou a polícia que estabilizam a ordem, ou, ainda, na posição de que os fazendeiros atuam na defesa de suas propriedades.

Ficou claro como o Movimento vê os militantes de forma coletiva, sendo muito importante a construção da identidade coletiva, da exaltação às conquistas e a demonstração de que a luta é justa. A marca da coletividade e da solidariedade são muito fortes nos membros do MST e são estes elementos que fortalecem os elos da identidade coletiva dos mesmos, marcando-se como movimento autônomo em relação a quaisquer

outros interesses que não seja relativo aos trabalhadores, bem como colocando-se, ao mesmo tempo em uma posição de vítima do sistema capitalista neoliberal, bem como guerreiros capazes de êxito, seja no espaço micro em relação à produção agrícola que se apresenta, atualmente, na forma da agroecologia, inserida em uma visão de desenvolvimento sustentável, frente ao predador agronegócio, como em nível macro, como agentes capazes de mudança de paradigma social.

As sub-categorias analisadas em relação à mídia hegemônica, igualmente serão na alternativa, buscando-se congruências e dissonâncias de discursos entre cada um dos tipos de mídia, lembrando que se considera os jornais O Globo, Folha de São Paulo e a Revista Veja como mídia hegemônica, e a Revista e o Jornal Sem-Terra como mídia contra-hegemônica.

Optou-se por contrapor os resultados anteriores de forma resumida, apresentando-se, de modo alargado, as novas sub-categorias, ainda não analisadas, que nos auxiliarão a responder o quarto objetivo deste trabalho investigativo.

Quanto às observações acerca do aparelhamento sindical e/ou partidário do Movimento, verificamos que a Revista Sem-Terra, nos anos observados, não tratou da questão do aparelhamento do Movimento, podendo, assim, de início, afirmar que a mesma não rebateu a imagem construída pela mídia hegemônica. Já o Jornal Sem-Terra o fez, ainda que de modo singelo, sendo-nos possível verificar alguns discursos encontrados no Jornal Sem-Terra, que nos demonstra que o MST constrói uma imagem de autonomia dos sindicatos rurais, não descartando a associação com os mesmos e outros setores sociais, mas na linha de apoio e solidariedade, pretendendo fortalecimentos de alianças para consolidação da luta na consecução dos objetivos pretendidos;

Apesar de marcar a autonomia, tendo em vista que a característica do Movimento é a de que o mesmo pertence e é formado e dirigido pelos trabalhadores rurais, ainda era possível verificar, no início de existência do Movimento, a inserção sindical do mesmo, inclusive disputando eleições sindicais.

Não encontramos qualquer codificação referente ao desfazimento da ideia de que o PT é um partido político que manipula os trabalhadores rurais e os utiliza como massa de manobra, de forma explícita. O que verificamos foram duas reportagens que, conforme identificado no item a) acima descrito, apresentaram uma tentativa de reafirmar a autonomia do Movimento em relação a partidos políticos.

Desta forma, verificamos que o MST, por meio de sua mídia, não rebate diretamente as acusações veiculadas na mídia acerca do aparelhamento sindical e/ou partidário pontualmente. O que fazem, mas em medida muito discreta, tendo em vista a diferença de codificações realizadas entre as duas mídias (dezesseis para a mídia convencional e seis para a alternativa), é uma afirmação constante de sua autonomia em relação aos sindicatos ou a partidos, apesar de, com relação a este último, ressaltarem igualmente a vocação para a escolha do PT como sendo um partido que vai para além do apoio ao Movimento, mas a indicação de que o mesmo possui boa votação, induzindo seus leitores, aqui os militantes e simpatizantes, a reconhecerem o PT como sendo o partido de eleição.

Mais do que replicar as informações apresentadas pela mídia hegemônica, em seus meios de comunicação, o Movimento pode utilizar o próprio recurso hegemônico dos meios de comunicação de massa e divulgar suas posições ou apresentar esclarecimentos à população em geral, como foi o caso da reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, na edição de Julho-Agosto de 1990, quando o MST convocou uma coletiva de imprensa para responder a certos fatos que, corriqueiramente, e ainda permanecendo sendo, são veiculados e transmitidos como consenso:

A LUTA CONTINUA

Lideranças do MST realizaram uma coletiva de imprensa para responder às mentiras das autoridades.

Porto Alegre (ST) – O MST foi à imprensa no dia 16 de Agosto esclarecer à sociedade sobre as acusações que vem sofrendo. Falaram três dirigentes do Movimento, Antônio Mattes, Sebastião Sales e Darci Maschio. Eles criticaram os governos estadual e federal pela não implementação da reforma agrária e por promover massacres de lavradores sem terra.

“Não fazemos ocupações só em tempo de eleições, como foi acusado. Ocupamos sempre que o governo deixa de cumprir o que promete e não desapropria terras para assentar os acampados existentes no estado.

(...)

Não somos agitadores, somos pessoas que têm direito e querem trabalhar.

(...)

A polícia disse que as nossas ferramentas de trabalho são armas. E o aparato de armas usado

contra nós? As ferramentas usamos para trabalhar, mas também para evitar massacres maiores.

(...)

Alegam que recebemos ajuda da esquerda, do PT. Toda pessoa que queira colaborar com dinheiro será bem-vinda. Se o presidente dos Estados Unidos mandar alguns dólares, seriam muito bem aplicados na luta pela reforma agrária (Jornal Sem-Terra, de Julho-Agosto de 1990).

Nesta coletiva de imprensa, rebateram a ideia de massa manipulada para fins eleitoreiros, justificam a conduta e os objetivos, retiram a imagem de desordem criada e de violência, para além de informar que a vinculação com o PT se dá ao nível da aliança, que é necessária, com este ou com qualquer setor social. Entretanto, esta mesma matéria deve ter ficado circunscrita ao Estado do Rio Grande do Sul, posto que nos jornais de circulação nacional, com o peso que tem O Globo e a Folha de São Paulo, nenhuma nota foi referenciada, assim como também não foi na Revista Veja.

Desta forma, reforça nosso entendimento de que o MST, por não possuir meios de comunicação de massa, podem aproveitar-se destas canais, para divulgar suas posições e versões dos fatos em contraposição aos veiculados na mídia hegemônica.

Ao analisarmos a mídia hegemônica, verificamos que recorrentes vezes a mesma trata da temática dos conflitos no campo, mas na mesma medida em que apontam para aqueles que mais a sofrem, responsabilizam este mesmo grupo social pela violência sofrida, como se fossem os responsáveis pelo que experimentam. Se sofrem violência, de qualquer sorte, é porque as procuram e as causam, eximindo de maiores responsabilizações outros agentes.

Já a posição do MST quanto à violência é sempre mencionada aquela que é sofrida pelos trabalhadores rurais, não se verificando, nos anos observados, qualquer tipo de menção a que a militância possa ter vindo a causar, sendo possível observar alguns pontos levantados acerca da violência no campo e imagens criadas a cerca da questão, retratando os trabalhadores como abandonados, sofrendo espoliações de toda a sorte, experiências estas típicas de quem se encontra no rol da sociedade civil incivil, para além de se apresentarem com medo e inseguros, por conta da impunidade que reina no campo, onde os latifundiários, dificilmente são punidos.

Em razão da impunidade que possuem como garantia para o cometimento de arbitrariedades, os sem-terra colocam-se em posição de defesa. Volta-se ao discurso da

legítima defesa, mas agora por parte dos trabalhadores rurais, apresentando-se como vítimas do próprio Estado, que ao invés de resolver a questão da reforma agrária, sob o viés político que o tema é, busca resolver pela via do braço forte do direito penal.

Em algumas passagens podemos identificar justificativas das ações, como sendo a versão dos sem-terra para certos acontecimentos, apontando também para a seletividade do direito penal, resvalando, ainda sob a temática da impunidade daqueles, que para o MST, são os verdadeiros criminosos e fomentadores da desordem.

Verificamos, com base no confronto dos elementos acima, que a imagem da violência veiculada nos meios de comunicação do MST em nada se iguala na mídia convencional. Os parâmetros são outros e opostos.

A mídia dominante não exclui que os trabalhadores rurais sofrem violência, até porque os extermínios não permitem, mas apontam os mesmos como causadores da própria situação vivida. Na outra ponta, o MST não se vê sob esta ótica, sendo sempre as vítimas das mais variadas formas de barbaridades e abandonos, onde a impunidade está sempre presente.

O que salta aos olhos, entretanto, é que, apesar de o MST se colocar na posição passiva nos conflitos agrários, as codificações encontradas nos períodos examinados foram muito baixas (vinte codificações) em relação às da mídia hegemônica, onde encontramos 259 referências. Isso demonstra que o MST trata da temática e aponta outro caminho, mas não o faz de forma veemente e “agressiva”, na mesma medida em que a apresentada pela mídia convencional.

Nas reportagens da mídia hegemônica analisadas que tratam da violência em relação à imagem do poder estatal, foi-nos possível observar que quando as matérias tratam da violência sofrida pelos trabalhadores, a imagem do Governo e do Poder Judiciário ficam prejudicadas, reforçadas por aqueles artigos jornalísticos que tratam de recair a responsabilização pelos conflitos agrários ao Governo.

Observamos, também, que quando a violência recai sobre os trabalhadores rurais, mais políticas públicas negativas são implementadas por parte do Poder Executivo, assim

como em relação ao Poder Judiciário, este é mais acionado quando a responsabilização refere-se aos trabalhadores rurais, apesar de todos os poderes implementarem políticas públicas negativas.

Em termos de políticas públicas positivas, podemos observar que as três esferas de poder se movimentam positivamente quando os sem-terra sofrem algum tipo de violência, cabendo notar que as políticas públicas positivas são as mais promovidas em relação às negativas, haja visto o número de codificações encontradas (respectivamente, vinte e dezesseis).

Já o MST, descarta, em suas reportagens, quaisquer políticas públicas positivas, o que nos leva a crer que as mesmas foram desconsideradas pelo Movimento, quando as reportagens tratam de casos de violência, sempre sofridas pelos trabalhadores rurais. Assim, para o MST não são as violências sofridas pelos trabalhadores que movem os poderes públicos à atuação para melhoria de suas situações, mas entretanto, essas mesmas violências sofridas são capazes de fomentar políticas públicas negativas, que venham a agravar a posição social dos sem-terra, seja por meio de impunidades, seja por perseguições políticas, acirramento de legislações que dificultem a reforma agrária, entre outras medidas.

Como já afirmado, o discurso hegemônico da criminalização do MST veio, ao longo dos anos, ganhando mais força e estando cada vez mais presente nas reportagens, sendo várias as estratégias para se associar os militantes ao crime, lembrando, aqui, não estamos utilizando um conceito jurídico de crime.

Neste momento, analisaremos como o MST tenta rebater esta questão, relativa ao processo de criminalização, por meio da sub-categoria “Discursos da descriminalização”, que intenta verificar os argumentos levantados pelos meios de comunicação do MST no combate ao discurso hegemônico da criminalização.

Verificamos que as reportagens foram a partir do ano de 1990 e não houve codificação indexada para os anos de 1991 e 2002. Foram, no total, onze codificações durante os anos observados (04 em relação à Revista Sem-Terra e 7 ao Jornal Sem-Terra), sendo

cinco apenas no ano de 2008, tendo em vista a ofensiva do Ministério Público do Rio Grande do Sul em dissolver o Movimento naquele Estado. Assim, observamos que, para além de não replicarem diretamente as acusações feitas nos meios de comunicação hegemônico, apresentam a temática de uma forma extremamente menos expressiva. Vejamos a reportagem da Revista Sem-Terra, de Agosto-Setembro de 2008:

O PAPEL DA JUSTIÇA NA LUTA PELA TERRA É FAZER REFORMA AGRÁRIA

O MST sofre uma verdadeira ofensiva de forças políticas conservadoras no Rio Grande do Sul. Não só querem impedir a divisão da terra, como determina a Constituição, mas também criminalizar os que lutam pela Reforma Agrária e proibir a continuidade do Movimento. A orquestração dessas forças ficou mais evidente quando veio a público a ata do Conselho Superior do Ministério Público Gaúcho, em que os promotores votam pela promoção de uma “ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”. Por trás dessa decisão e de outras liminares para prisões contra trabalhadores sem-terra está a defesa de poderosos interesses de grupos econômicos ligados a latifundiários e transnacionais, que estão se instalando no RS para controlar a agricultura.

(...)

Em Abril de 2008, o Conselho voltou a se reunir e (...) alguém lá desconfiou que tinham ido longe demais e retificaram a ata, tirando a parte da dissolução. Isso não impediu o ajuizamento de quatro ações civis públicas.

(...)

O que fundamenta essas ações civis públicas, cujas iniciais chegam a ter mais de 900 páginas, são fotos retiradas dos acampamentos de atos alegadamente criminosos feito pelo MST. Mas o mais surpreendente é que em apenas uma das ações se refere a nomes de pessoas. É o “Movimento” em geral.

(...)

Quando os Sem Terra se defendem, tomando iniciativa de alguma proteção judicial, a gente sabe a morosidade que o Judiciário tem conosco. No entanto, nenhuma dessas liminares contra o MST ultrapassou uma semana.

(...)

Na verdade, repete-se nessas ações um velho conflito que acontece em todas as ações que são movidas contra o MST: existe um conflito de interpretação dos fatos e da lei no Judiciário em que de 90% a 95% dos juizes se filiam aquele paradigma hermenêutico, privatista e patrimonialista em que a propriedade privada é um direito que tem que ser preservado e sempre julgam contra nós. E há uma minoria muito ativa e com sensibilidade social que está partindo para a chamada “constitucionalização” desses conflitos.

(...)

O Judiciário, a polícia, a administração pública se preocupam muito com a violência social, mesmo com aquela que é legítima, ou seja, aquela que defende a dignidade da pessoa humana. Mas não alcança a injustiça social. Então, eles só atuam nos efeitos, nunca conseguem chegar à causa. Eles mal sabem que serve de tampa para uma situação de completo apodrecimento das relações sociais, de ódio de classe. Eles têm que tomar o pobre inexistente para que os pensantes e as pessoas bem postas na vida possam “viver tranquilas”. Em nome de uma ordem, preservam uma desordem institucionalizada.

(...)

É urgente pensar em outras formas de solução para os problemas humanos, para que o Judiciário não sirva de calibragem em que o capitalismo mantém a pressão social. O capitalismo calibra isso. Uma ocupação de terra para um Estado neoliberal como nosso, se for visto isoladamente, para eles é muito bom.” Estão aí reivindicando, estão protestando”. Quando isso é feito massivamente, como o MST faz, aí é diferente porque toca na estrutura do sistema como um todo. O que o Judiciário faz? Ele garante tréguas entre as classes, mas não a paz, porque nunca obtém justiça, e a paz é fruto da justiça (Revista Sem-Terra, Agosto-Setembro de 2008).

A reportagem menciona a criminalização sofrida pelo Movimento e a ofensiva do Ministério Público do Rio Grande do Sul como sendo em atenção a interesses económicos dos próprios latifundiários e de empresas transnacionais, mencionando, inclusive a morosidade do Judiciário quando os assuntos em pauta são a favor do MST.

Como vimos, o MST constrói uma identidade coletiva dos trabalhadores rurais, reforçando a ideia de unidade, de integração e de que a luta é de todos. Entretanto, nesta matéria aqui trazida à baila, podemos verificar como uma das reclamações ao documento ministerial é o fato de as ações civis públicas referirem-se ao Movimento como um todo, chamando atenção para o fato de em apenas uma haver referências a pessoa, individualmente. Essa constatação causa espécie e vai de encontro ao preconizado pela organização.

Outra reportagem é a publicada no Jornal Sem-Terra, de Setembro de 1992, na qual se verifica como o ataque ao discurso da criminalização dá-se por uma contestação ao modelo do Poder Judiciário, que entendem parciais e tendentes à manutenção do *status quo*.

**FORA COLLOR.
REFORMA AGRÁRIA JÁ**

Além das prisões dos trabalhadores, protegendo os interesses dos latifundiários e da burguesia agro-industrial, o Judiciário criminaliza a luta pela reforma agrária. Ao tentar se organizar, os trabalhadores são acusados de formar quadrilhas, como na época da ditadura militar.

O que o Judiciário precisa compreender é que acima da lei que resguarda os interesses de uma minoria abastada, está a lei pela sobrevivência e vida digna de milhões de famílias. Da mesma forma que os cassetetes dos militares não impediram a luta pela democratização, não será através de “lei” que as forças conservadoras irão barrar a luta dos trabalhadores por um país socialmente justo e democrático (Jornal Sem-Terra, Setembro de 1992).

Nesta reportagem, menciona-se a criminalização a partir do Judiciário, afirmando que tentam impedir o Movimento de atuar sob o império da lei. Conforme observado, o discurso da descriminalização não atinge todo o processo de criminalização sofrido pelo MST, posto que cinge o referido processo à esfera judicial, que é apenas um dos braços do controle social, desconsiderando os demais, tão eficazes quanto.

Notamos que o discurso da descriminalização não é tão forte como deveria ser, posto que a ofensiva midiática, além de estar inserida em meios de comunicação hegemónicos

de massa, ainda primam por apontar e acusar o Movimento pelo cometimento de uma série de crimes, aos quais o MST não menciona pontualmente e nem aproveita o espaço que possui para tanto.

Em outra reportagem publicada no Jornal Sem-Terra, de Julho de 2008, por conta das ações impetradas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, podemos verificar que há acusação do Poder Executivo, que intenta proteger os interesses do grande capital, desviando o Ministério Público das suas reais finalidades, qual seja a proteção dos menos favorecidos.

“MOBILIZAÇÕES VÃO CONTINUAR NO RS”

A aliança com empresas de capital financeiro é outra característica do governo de Yeda. “A Aracruz Celulose foi uma das maiores financiadoras da campanha da governadora, pois liberou aproximadamente R\$ 500 mil”. O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul – que por obrigação constitucional deve ser defensor do “regime democrático e dos interesses sociais e individuais” - aprovou um relatório no final do ano passado que pede a “dissolução” do MST, com a declaração de sua ilegalidade. Atualmente, serve de base para oito ações judiciais contra os sem terra. (...)

Depois da sociedade manifestar repúdio à iniciativa, o MP declarou que a ata havia sido modificada, com a supressão da parte que sugere a eliminação do Movimento.

(...)

O MP tem a responsabilidade de defender e proteger os excluídos, além de combater as injustiças. Mas não está fazendo isso. Pelo contrário: O MP está sendo usado para defender aqueles que historicamente oprimiram os trabalhadores do nosso país (Jornal Sem-Terra, de Julho de 2008).

Relembramos que a maioria das matérias jornalísticas da mídia hegemônica que criminalizam o Movimento, quando assumem também a temática das políticas públicas, mencionam aquelas que tem um efeito negativo sobre o MST ou seus militantes. Já com relação aos meios de comunicação do Movimento, notamos que o MST relaciona as notícias que tratam de descriminalizar o Movimento em relação às políticas públicas implementadas pelos poderes públicos sempre de um modo negativo, demonstrando situações que agravam a conjuntura dos sem-terra, recaindo sobre o Poder Judiciário as mais fortes responsabilizações neste processo.

A matéria publicada no Jornal Sem-Terra, em Junho de 1996, menciona a questão da impunidade que os latifundiários gozam como sendo uma das maiores causas para os conflitos agrários, de inteira responsabilidade do Poder Judiciário.

BRASIL: AUMENTA A VIOLÊNCIA NO CAMPO
IMPUNIDADE É UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS
A RESPONSABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

No entender de D. Orlando Dotti, presidente da CPT, embora a sociedade brasileira desta vez esteja coesa sobre a necessidade de realização de uma verdadeira Reforma Agrária, a causa do aumento dos casos de violência no campo “é a impunidade”, e neste caso, para D. Orlando, a responsabilidade é do Poder Judiciário brasileiro “rápido para dar liminar de despejo em favor dos fazendeiros e moroso entender as demandas dos trabalhadores rurais”.

Demonstram como o Poder Judiciário age de maneira diversa dependendo em que pólo da demanda estejam os trabalhadores rurais.

A criminalização secundária é aquela que podemos verificar nos bancos do Poder Judiciário; é a criminalização jurídica, que se verifica por meio de processos penais, intentando a busca de uma condenação por parte do Autor da ação. É esta que preocupa o MST, é esta que o Movimento exterioriza em seus meios de comunicação, não tratando, efetivamente de um outro processo de criminalização, que é o que nesta tese buscou-se: o processo de criminalização *lato sensu*, por meio da mídia hegemônica.

Quando as reportagens mencionam a violência, lembrando que o MST não trata da violência eventualmente sofrida pelos latifundiários, capatazes ou polícia, não existindo tal situação para os sem-terra, verificamos que poucas foram as codificações acerca de um discurso descriminalizador, o que se entende, tendo em vista que o objetivo era ressaltar a violência sofrida pelos trabalhadores rurais e apontar responsáveis, sendo o Poder Executivo o principal.

A matéria publicada Revista Sem-Terra, de Agosto-Setembro de 2008, menciona a como o Poder Executivo, por meio da ordem emanada aos agentes policiais criminalizam os trabalhadores, sendo reforçado pelas liminares do Poder Judiciário, que transformam os acampamentos em verdadeiros campos de guerra, punindo e criminalizando aquele que luta pela terra.

ESTADO DE EXCEÇÃO, REGRA DE ESTADO.

Em Janeiro deste ano, um encontro do Movimento Sem Terra foi interrompido pela ação de milhares de policiais militares. Em Março, trabalhadoras da Via Campesina foram detidas por um dia e meio, feridas, sem alimento e sem direito a advogados. A imprensa foi retirada da área e revista na mesma ocasião. As ações de buscas e apreensão ou de despejos em acampamentos se tornaram verdadeiros campos de concentração: homens, mulheres e crianças são separados, mantidos em posições humilhantes sobre a mira de fuzis, identificados e isolados sem alimentação. Ao mesmo tempo, oito trabalhadores rurais são indicados com base na lei de Segurança Nacional como “terroristas”. O crime: ocupação de terras improdutivas (Revista Sem-Terra, Agosto-Setembro de 2008).

Nos anos observados, e nem mesmo no ano de 1990, quando ocorreu a coletiva de imprensa, não encontramos qualquer nota que seja nos veículos comunicacionais dominantes. Na coletiva, as lideranças colocaram-se como vítimas do sistema que os desqualifica e oprime, negando as acusações feitas acerca de atuações com fins eleitoreiros e portes de armas.

O processo de criminalização é fortemente marcado nos meios de comunicação hegemônicos. Entretanto, o MST, inserido em um discurso de descriminalização, apresenta uma forma menos expressiva, tanto em termos numéricos quanto qualitativamente observada. Como já afirmado, o processo de criminalização que sofrem os movimentos sociais ultrapassam as barreiras do Poder Judiciário, mas o MST cinge-se ao mesmo, imputando-lhe responsabilidade pelas impunidades e não alcança outros setores dentro deste processo, insertos em agências de controle social informal.

Quanto à questão da transnacionalização da luta, verificamos que, para a mídia hegemônica, a mesma é inscrita sob um recurso linguístico desqualificador, apontando negativamente a imagem do Poder Executivo. Quanto às políticas públicas não oficiais, as mesmas são consideradas de modo positivo, mas não são sequer consideradas em termos de políticas públicas negativas e positivas induzidas.

A temática da transnacionalização surgiu primeiramente no ano de 1985, sendo novamente mencionada apenas em 1992, verificando-se também em 1996 e 2006, totalizando onze codificações apenas, número inferior ao encontrado nas matérias do Movimento, mencionando a participação de movimentos sociais estrangeiros, seja em atividades, como foi o caso da ocupação da Aracruz Celulose, seja nos congressos do Movimento, para troca de experiências e apoio.

Fez-se presente, também, o discurso da solidariedade de entidades, nacionais ou estrangeiras, com a luta do MST ou pelas violências experimentadas, tratando, ainda, de alianças do MST com movimentos sociais urbanos, ampliando a luta para todos os setores nacionais, considerando como perigo à sociedade brasileira, tratando a transnacionalização como associações de movimentos para cometer crimes. Na medida em que a transnacionalização da luta passou a ser um grande problema para os interesses econômicos, assim, passou a ser mais atacada e associada ao crime

organizado.

Já o MST tratou, assim como os meios de comunicação hegemônicos, pela primeira vez da matéria em 1985, referente ao Congresso dos Sem-Terra, igualmente em relação ao ano em que se encontrou mais codificações, que também foi em 2006.

Quanto aos cruzamentos, observamos que as matérias relacionam mais a transnacionalização quando mencionam a importância da mobilização dos trabalhadores e com relação aos artigos que tratam da produção agrícola e do perfil dos trabalhadores rurais, para além, e obviamente, daquelas que mencionam a solidariedade e o apoio ao Movimento.

A orientação do discurso utilizada nas reportagens é sempre a positiva, tendo em vista a importância que o Movimento dá à esta temática, entendendo como premente a associação do MST com outros movimentos sociais, nacionais ou estrangeiros.

A questão da transnacionalização na mídia do MST aparece em um número expressivo de dezoito codificações, contra onze dos meios de comunicação de massa. Diferem não só em números, mas também em conteúdo, posto que, enquanto para estes a associação é apresentada como algo negativo e que a sociedade deve ficar atenta ao perigo, numa indicação de organização criminoso em expansão, para os meios de comunicação do Movimento, as alianças, nacionais e internacionais, são essenciais e devem ser perseguidas para ampliação da luta e melhor obtenção de experiências e resultados.

Podemos verificar algumas reportagens que tratavam da transnacionalização em relação a algumas matérias que não foram publicadas na mídia hegemônica, encontrando-se dez codificações.

Aqui são colocados alguns elementos que não foram à mídia convencional, quanto à associação do Movimento, como a necessidade de integração da luta dos povos latino-americanos e a importância da troca de experiências, como se verifica na reportagem do Jornal Sem-Terra de Abril-Maio de 1990, onde reafirmam que as causas do isolamento é estratégia hegemônica que deve ser rompida:

FORTALECER A UNIDADE ENTRE OS POVOS LATINO-AMERICANOS

Novamente se enfatizou sobre a urgente necessidade de articulação entre as organizações revolucionárias da América Latina; nossa falta de integração na militância; a falta de uma consciência classista em nível continental, assim como a falta de intercâmbio de experiências, não é uma situação casual. Pelo contrário. Essa situação surge de uma política predeterminada, elaborada pela burguesia internacional, pelo imperialismo. Diante dessa situação se eleva nossa vontade de dar passos em vistas de ações conjuntas contra as ações isoladas que acabam fazendo o jogo do imperialismo, sedento de dividir e vencer.

(...)

Ante estes fatos é preciso mais agressividade da nossa parte; trabalhar com nossas bases, entre nossos países.

(...)

A derrota do sandinismo também é culpa nossa, também é resultado de nossa falta de articulação, da falta de crítica. Consideramos que a responsabilidade de seguir adiante era somente da Nicarágua. Hoje, tomamos consciência que a responsabilidade era conjunta e que as conseqüências desta derrota não são apenas da Nicarágua (Jornal Sem-Terra, Abril-Maio de 1990).

Reforça a ideia de que a luta é de todos, de todos os povos, contra as opressões provenientes da globalização hegemônica, que devem ser combatidas com ações transnacionais. A ocupação da Aracruz Celulose, em 2006 foi o exemplo e a tradução desta prática contra-hegemônica global.

A questão da transnacionalização na mídia hegemônica sofreu uma mudança, posto que no início, o que revelava apenas interesse de outros movimentos sociais, limitando-se a mencionar a participação em Congressos ou ainda a solidariedade em razão de fatos mais drásticos que vitimizaram os trabalhadores rurais, depois da demonstração da força combativa da união transnacional, tão apelada nos meios de comunicação alternativos do Movimento, passou a ser criminalizada, associando aos grandes grupos criminosos em organização, chamados também, de facções criminosas.

A estratégia dominante, contra aqueles que estão fazendo com que as linhas abissais sofram abalos, são imediatamente rotulados de criminosos, onde a mão forte do Estado penal impera e reprime. Esse estratagema conhecido e torna-se muito claro nas reportagens que observamos.

2. NOTÍCIAS NÃO VEICULADAS NA MÍDIA HEGEMÔNICA

Aproveitando a última matéria trazida acima, nesta seção apresentaremos algumas notícias que não foram veiculadas nos meios de comunicação de massa ou, pelo menos não o foram com o sentido veiculado no Jornal Sem-Terra.

Tabela 1 - Notícias não veiculadas na mídia convencional x anos e mídia

Anos	Notícias Não Veiculadas - Mídia Convencional
1984	11
1985	5
1990	9
1991	3
1992	2
1996	2
2002	3
2006	6
2008	2
Jornal Sem-Terra	41

Tabela desenvolvida a partir da compilação dos dados no programa NVivo.

Tendo em vista a Revista Sem-Terra, por todas as razões já aventadas, só possuir duas referências, que consideramos extremamente inexpressiva, tendo em vista as quarenta e uma referentes ao Jornal Sem-Terra, optamos por não demonstrá-la na tabela 1, acima, que apresenta a questão.

Cabe, igualmente, informar que, referente ao ano de 1986, não encontramos quaisquer tipos de codificações quanto a esta sub-categoria. Entretanto, num total de quarenta e uma codificações podemos perceber que o ano de 1984 foi aquele que mais codificações foram encontradas (onze), entendendo que assim o foi, posto que o MST ainda não era presente na mídia convencional, como mais tarde tornou-se. Em segundo lugar, podemos verificar o ano de 1990, com nove codificações.

Vejamos a matéria publicada no Jornal Sem-Terra de Julho de 1984, ainda no início do Movimento, cabendo chamar a atenção para o fato de que este tipo de matéria não faz parte do rol de artigos veiculados na mídia hegemônica.

INVESTIMENTO EM TERRA GRILADA

Recentemente, Dom José Gomes denunciou irregularidades no Fundo de Investimentos do Nordeste, que concedeu mais de 300 milhões de dólares a 158 latifúndios nordestinos. Aqui, ele explica as denúncias e fala dos projetos agrícolas do Governo: “O problema da falta de recursos que o Governo alega para não beneficiar os pequenos produtores deve ser analisado ao pegarmos o exemplo dos projetos agrícolas no Nordeste. Em seis projetos em desenvolvimento na região foram aplicados mais de 700 milhões de dólares. Mesmo assim, em 90 anos de problemas de seca no Nordeste foram aplicados menos recursos do que em Itaipu. Então, 30 milhões de pessoas, que é a população nordestina, merecem menos atenção do Governo do que uma hidrelétrica?”

Recursos existem, o problema é que são mal orientados - propositadamente - e sofrem uma série de irregularidades, Em muitos projetos existe até mesmo superposição de atividades. É uma coisa irracional que facilita o desvio de recursos para os interesses políticos dos homens do Governo. Se gasta rios de dinheiro e a população continua morrendo aos poucos.

Vejamos o caso do FINOR, que é o Fundo de Investimento do Nordeste. São 158 latifúndios que receberam mais de 300 milhões de dólares. Segundo relatórios oficiais (...), existem várias irregularidades, inclusive quanto à existência de algumas destas supostas propriedades. Existe a hipótese de que dinheiro foi recebido mas não foi aplicado nos projetos. Além disso, muitos dos projetos financiados estão localizados em áreas griladas, portanto, irregulares.

É um problema social muito sério, que atinge pequenos posseiros e lavradores que habitam nestas regiões e são expulsos pelos projetos. São áreas de tensão social. Num dos documentos que analisa o projeto FINOR, na página 27 diz: que dos 18 projetos aprovados em 1983 apenas dois possuíam código de cadastro geral do INCRA referente à pessoa jurídica. O documento sugere que a SUDENE passe a exigir negativa da condição da terra, pois sabe-se que existem projetos implantados em áreas de suposta grilagem. Por exemplo, nos municípios de Barra, na Bahia, Pio IX, no Piauí, Quixadá e Papucaia, no Ceará e Coroatá, no Maranhão, centenas de lavradores estão na luta pela posse da terra e há 44 projetos do FINOR em implantação.

Portanto, dinheiro existe, tanto que o próprio Banco Mundial, analisando a atuação dos órgãos governamentais no Nordeste, fez críticas e ao mesmo tempo propôs um projeto, depois incorporado ao Projeto Nordeste, (chamado também de Nordestão), que atenderá a dois milhões de famílias de pequenos agricultores nordestinos carentes, num total de 12 bilhões de dólares. O Banco Mundial entra com 35% e outros bancos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o restante (Jornal de Sem-Terra, Julho de 1984).

Nesta reportagem notamos que o discurso do Movimento, embasado em um de seus aliados, qual seja a CPT, ataca o Poder Executivo, demonstrando que o mesmo beneficia os grandes “proprietários” de terra em detrimento da população, optando por grandes investimentos a serviço do capital. Informa, indiretamente, que o Movimento está correto em lutar, posto que necessitam pressionar o Governo à uma atuação positiva a favor dos camponeses.

Já mencionamos em outras seções, inclusive demonstrando por meio de reportagens, a forma veiculada pelos meios de comunicação do MST quanto à mobilização dos trabalhadores, que unidos podem alcançar êxitos, não obstante a omissão estatal, verificado igualmente neste artigo acima trazido à colação.

Em corroboração a esta ideia de unidade e de que juntos obtém resultados, podemos verificar, na reportagem a seguir, veiculada no Jornal Sem-Terra de Setembro de 1984, como o MST contrapõe a imagem, reinante na mídia convencional, de que apenas os latifúndios são importantes para o desenvolvimento do país. Ao contrário desta imagem dominante, demonstram que os pequenos produtores conseguem não só suprir as reservas de mercado, interno e externo, como também garantir empregos à população rural, ao contrário do agronegócio, que, por sua intensa mecanização, leva os camponeses ao êxodo rural, para além de promoverem, em regra, monoculturas e voltadas à exportação:

A FORÇA DOS PEQUENOS

Os dados do próprio Governo Federal mostram que a maior parte dos alimentos são produzidos nos minifúndios. Segundo as informações da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, os pequenos proprietários rurais ocupam somente um quinto da área agrícola do País e no entanto produzem 70 por cento dos produtos destinados ao mercado interno (alimentação) e 56 por cento da produção destinada a exportação. Isto apesar de receberem somente um terço dos financiamentos oficiais.

(...)

Além de grandes produtores de alimentos e de animais, os pequenos proprietários empregam mais gente.

(...)

Segundo os dados do próprio governo, o baixo emprego da mão-de-obra nos latifúndios é que determina baixa produtividade das grandes propriedades.

(...)

Esses dados, todos do governo federal, desmentem a falsa ideia de que os minifúndios são improdutivos e responsáveis apenas por uma pequena produção de alimentos destinados à subsistência dos próprios minifundiários. E por outro lado, esses mesmos dados vêm comprovar, uma vez mais, que a concentração de terras em mãos de poucos, além de injusta, em nada contribui para a produção de alimentos (Jornal Sem-Terra, Setembro de 1984).

No mesmo sentido, podemos observar a reportagem do Jornal Sem-Terra, de Fevereiro de 1991:

GRUPOS ECONÔMICOS SÃO OS MAIORES PROPRIETÁRIOS DE TERRA (JOÃO PEDRO STÉDILE)

LATIFÚNDIOS EMPRESARIAIS

Vê-se que os 46 grupos controlam 22 milhões de hectares de terra, o que equivale ao tamanho do Estado do Rio Grande do Sul. E muito maior que vários estados brasileiros. E que nessa imensidão de terra são utilizadas para produção 3.779.248 ha, o que significa apenas 17% da área total.

(...)

Desses 3,7 milhões de hectares, cerca de 1.109.919 são destinados à pecuária onde são criados 824.205 cabeças de boi. Representando uma lotação média de apenas 0,74 cabeças de gado/por ha, um índice de produtividade ridículo. Em qualquer minifúndio do país, os pequenos agricultores conseguem criar de 3 a 5 cabeças de boi por hectares.

Comenta-se que a grande propriedade tem uma função social, porque emprega muita gente. No entanto, pela tabela vê-se que são empregados apenas 63.552 pessoas, o que representa um trabalhador para cada 348 hectares de terra (Jornal Sem-Terra, de Fevereiro de 1991).

Ainda em Setembro de 1984, podemos notar como o Movimento faz denúncias acerca de situações que, por sua natureza, jamais fazem parte da mídia convencional, posto que atinge diretamente interesses económicos preservados por estes mesmos canais comunicacionais e pelos entes públicos, que deveriam reprimir este tipo de situação:

NA FAZENDA DA VOLKSWAGEN LAVRADORES SÃO ESCRAVOS

Uma das denúncias mais graves do padre Ricardo Rezende é a de que a Volkswagen escraviza agricultores sem terra em sua fazenda de 139 mil hectares, no município de Santana do Araguaia, no sudoeste do Pará.

(...)

No ano passado, o padre Ricardo Rezende esteve na Fazenda da Volkswagen, acompanhado por parlamentares e sindicalistas. Ele constatou o sistema de escravidão usado pela empresa e pediu rigoroso inquérito sobre o assunto, mas, ao que parece, a Volkswagen é protegida pelas autoridades. Tanto assim, que a empresa foi beneficiada com um financiamento de 90 por cento de seu investimento, ao se instalar na região, em 1973, como estímulo à sua "vocação rural" (Jornal Sem-Terra, Setembro de 1984).

Em artigo publicado no Jornal Sem-Terra, de Fevereiro de 1985, podemos observar como o MST rejeita a instrumentalização legal oriunda ainda da ditadura militar, informando que a mesma não passa de instrumento de controle e não serve aos fins da reforma agrária, bem como ressalta a noção de que apenas com união e com pressão é que os trabalhadores conseguem alcanç ar seus objetivos:

O ESTATUTO DA TERRA: UM INSTRUMENTO LEGAL

O Estatuto da Terra prevê instrumentos legais e institucionais para a desapropriação de terra. Mas seu objetivo não é a Reforma agrária. Na verdade, a solução do Governo que tomou o poder em 1964, para o problema da terra, é a colonização.

(...)

Na verdade, em quase 80% dos casos, o Estatuto foi usado em áreas de tensão social. Isto quer dizer que, além de desapropriar para construir barragens ou demarcar áreas de colonização do Norte, o Governo utilizou o Estatuto, quando não conseguia mais evitar os conflitos de grileiros e latifundiários contra o movimento dos trabalhadores sem terra. (...) Ficou claro que o trabalhador só consegue terra com muita luta (Jornal Sem-Terra, de Fevereiro de 1985).

Outra matéria, neste mesmo sentido, de que somente a pressão faz com que as políticas públicas positivas sejam implementadas,   publicada no Jornal Sem-Terra de Julho-Agosto de 1990, sempre com atenção ao discurso coletivo, onde o *nós*   pronome recorrente:

JORNADA DE LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS

A política econ mica do governo Collor está levando a diversas categorias de trabalhadores rurais a uma situação de miséria cada vez maior.

(...)

O Movimento Sem Terra deu prazo de 60 dias para o governo Collor atender às reivindicações entregues dia 10 de Maio, ao final de seu II Congresso. Até o momento nenhuma resposta foi dada aos Sem Terra, a não ser a repressão e o silêncio.

ARRANCAR DO GOVERNO RESPOSTAS CONCRETAS

Nós, trabalhadores rurais, também vamos dar a nossa resposta. Por isso é que o departamento rural CUT e o MST convocam todos os trabalhadores rurais para que no mês do trabalhador rural (Julho), façam as mobilizações, com ações fortes para que possamos ter conquistas concretas.”

CARÁCTER DA MOBILIZAÇÃO

“Queremos tirar o carácter de lutas localizadas, porque as decisões sobre política agrícola, reforma agrária, política salarial, são tomadas em nível nacional.

RADICALIZAR AS AÇÕES

Para arrancarmos do governo respostas concretas e não apenas mais promessas, os trabalhadores têm de sustentar estas negociações com pressão. Não adianta mais só fazer protesto na frente da porta do banco. Tem de ocupar o banco. Se for trancar a estrada, tem de ficar lá até que as reivindicações sejam atendidas (Jornal Sem-Terra, Julho-Agosto, de 1990).

A reportagem, publicada no Jornal Sem-Terra de Janeiro-Fevereiro de 1996, exemplifica-nos acerca da omissão estatal e da repressão por conta do Poder Judiciário:

NÃO PODEMOS ESPERAR PELO GOVERNO

a) O GOVERNO FHC

O INCRA está sem comando desde Novembro de 1995, quando caiu Francisco Graziano, em função do caso de corrupção do SIVAN.

(...)

Em diversos estados, o MST não teve sequer com quem negociar ou conversar.

Para satisfazer o seu ego ou simplesmente enganar a opinião pública, o governo continua mentindo, dizendo que assentou 42 mil famílias durante 1995. Nós fizemos o levantamento, estado por estado, e apenas 12 mil famílias tiveram realmente acesso à terra, em função de desapropriação ou medidas do Governo FHC.

(...)

A incompetência e a má vontade do governo, demonstrada publicamente nos últimos meses, significou para os fazendeiros e forças reacionárias um sinal de que a Reforma Agrária não avançaria mais. Com isso o poder judicial voltou a atuar vergonhosamente contra a lei e a favor dos latifundiários em diversos estados. Seja emperrando desapropriações, seja determinando prisões de companheiros nossos (Jornal Sem-Terra, Janeiro-Fevereiro de 1996).

Por meio da formação, que é dada nos assentamentos, congressos, mas também por meio do veículo de comunicação impresso, conseguem demonstrar o que não se veicula na mídia dominante, como as razões de luta do Movimento, a forma como devem implementá-la e a base teórica para tanto, fornecendo-lhes saberes para os trabalhadores, que os tornam seres pensantes, que nos leva a crer que há toda uma estratégia para que os sem-terra não sejam apenas lavradores, mas agentes políticos e capazes de levar seu pedaço de terra ao efetivo sucesso, em comparação com as grandes empresas detentoras de terra:

A FORMAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

O capitalismo exclui a grande maioria da população do aproveitamento dos frutos da produção.

Também impede que se tenha acesso à informação. Tenta determinar que as pessoas sejam o que a classe dominante planeja através da escola, dos meios de comunicação, das leis etc. Para alcançar estes objetivos, a burguesia aperfeiçoou durante centenas de anos seus métodos de controle sobre o povo, principalmente sobre a classe trabalhadora. Para ganhar a simpatia, a adesão da população, procura sempre criar uma imagem positiva, simpática, como na propaganda comercial, criando armadilhas psicológicas para convencer possíveis consumidores dos produtos. O que não mostra é que quase metade da população brasileira vive na miséria, fazendo quando muito uma refeição por dia.

(...)

É importante levar em conta o estágio de desenvolvimento do assentamento, os diferentes aspectos que influem em cada lugar. Por isso neste planejar a formação, ter em conta, com antecedência, qual a origem de cada assentado, que tipo de trabalho desenvolvia antes da ocupação, se trabalhava coletivo ou individual, qual o desenvolvimento econômico que já se alcançou, analisar a situação atual do assentamento.

(...)

A formação precisa ajudar a resolver os problemas e dificuldades que existem nos assentamentos. (...) A formação visa também a multiplicação de quadros para desenvolverem um trabalho político e prático dentro do assentamento e fora dele. (...) Pelas necessidades já apontadas nos diversos encontros e discussões nos estados a formação nos assentamentos deve priorizar as seguintes áreas de conhecimento:

- b) Economia;
- c) Administração e contabilidade;
- d) Tecnologia;
- e) Moral (Jornal Sem-Terra, Abril-Maio de 1990).

A política agrícola descrita e apresentada nos meios de comunicação hegemônicos são postas de forma consensual e geral, como se fosse o atendimento aos interesses de toda a população rural. O MST, em reportagem do Jornal Sem-Terra, de Abril-Maio de 1990, aponta que o interesse que se contempla é o dos latifundiários e, mais uma vez, a questão não alcança os trabalhadores rurais:

A POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO COLLOR

A política agrícola defendida pelo novo ministro da agricultura nada tem em comum com as reivindicações dos pequenos agricultores. O discurso e os planos do ministro Cabrera estão em perfeita sintonia com a proposta da lei agrícola dos grandes empresários que estão em tramitação no Congresso.

(...)

Essa política de fortalecimento da grande produção agropecuária serve para aumentar a pressão econômica sobre a terra, concentrar sua propriedade e, conseqüentemente, acelerar a expulsão dos pequenos agricultores (Jornal Sem-Terra, Abril-Maio de 1990).

Apesar de os meios de comunicação dominantes afirmarem que o MST não possui apoio da população local, onde atuam, o MST traz notícia contrária, não informada na mídia hegemônica, nem mesmo como contra-ponto. Assim, podemos verificar a matéria publicada no Jornal Sem-Terra de Março-Abril de 2002:

SOCIEDADE PRESTA SOLIDARIEDADE ÀS FAMÍLIAS DE BURITIS

Apesar das dificuldades, o MST mantém o apoio e a solidariedade da sociedade.

(...)

A Rádio Independente FM realizou uma pesquisa com seus ouvintes perguntando qual o resultado efetivo da invasão da fazenda de FHC. 40% dos ouvintes acreditam que a ação mostrou a força do MST e 13% acreditam que a ocupação despertou a sociedade para o MST. Para 28% a ação afetou a imagem da Reforma Agrária e apenas 18% acham que a ação criou problema para o MST.

Além deste resultado, o MST recebeu inúmeras manifestações de apoio de outros movimento, entidades, setores da igreja e inclusive pronunciamentos de parlamentares do PT no Senado e na Câmara Federal.

AS LIÇÕES DE BURITIS

A primeira delas é que, ao negociar com este governo, observe-se quem são os seus negociadores. Estes têm realmente poder para fechar acordo?

(...)

Uma lição final para todos nós: um governo que pede para esquecer o que escreveu, não terá nenhum pudor de esquecer o que acordou¹ (Março-Abril de 2002).

Quando da ocupação da fazenda da Aracruz Celulose, em 2006, pelas trabalhadoras rurais sem-terra, numa manifestação em aliança internacional, a mídia hegemônica apontou o lado da destruição e do crime associado à atividade, mas em momento algum informaram, em seus veículos de massa, outra ação destas mesmas mulheres, que em associação com o governo do Estado do Paraná, plantaram árvores nativas em um parque florestal, em apoio às trabalhadoras que participaram do primeiro evento:

CAMPONESES PLANTAM ÁRVORES NATIVAS EM PARQUE DE AGROECOLÓGICA.

A Via Campesina e o governo do Paraná plantaram 2 mil mudas de árvores nativas em 29 de Março, no Parque de Agroecologia Newton Freire Maia, em Pinhais, região metropolitana de Curitiba.

A cerimônia se tornou um ato em apoio às 2 mil mulheres da Via Campesina, que fizeram a ação no horto florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, no Dia Internacional das Mulheres. “A ação das mulheres camponesas no horto-florestal da Aracruz é positiva porque não omissa e despertou a sociedade para o problema da padronização das culturas voltada exclusivamente para exportação para a produção de papel” (Jornal Sem-Terra, Abril de 2006).

Conforme informação constante no site do MST², o então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião (PMDB), que participou do evento, ressaltando a importância da denúncia frente ao agronegócio destrutivo ao meio-ambiente, aduzindo que

“A ação das mulheres camponesas no horto-florestal da Aracruz é positiva porque não é omissa e despertou a sociedade para o problema da padronização das culturas no Brasil, das monoculturas voltada exclusivamente para exportação para a produção de papel. O pior é a omissão frente a isso. Se existe uma idéia e uma consciência, ela tem que ser exercida”.

A ação contou com o apoio, também, do secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Ribeiro Capobianco, para quem a Via Campesina

¹ Esta colocação final refere-se a uma fala atribuída ao então presidente Fernando Henrique Cardoso que, no início de seu Governo, mandou que se esquecesse tudo aquilo que ele havia escrito (como sociólogo). Entretanto, esta frase imputada a Fernando Henrique é rebatida pelo próprio que nega autoria.

² <http://www.mst.org.br/jornal/261/destaque>, com acesso em 28 de Junho de 2010.

demonstra o compromisso com o meio-ambiente e a biodiversidade, afirmando que “as ações [como a das mulheres na Aracruz] que visam chamar a atenção da sociedade para a necessidade da coexistência de sistemas de produção são importantes. Qualquer ação que coloque isso em debate tem de ser destacada e valorizada”. Mais uma vez, utilizaram o recurso da ocupação como “linguagem” compreendida pelo sistema neoliberal, conforme entendimento do teólogo Leonardo Boff, segundo informação constante no site do Movimento.

Por meio das reportagens, conseguimos demonstrar como o MST, em diversas matérias, aponta para situações não mencionadas ou exploradas de modo diverso nos meios de comunicação hegemônicos.

Quanto às políticas públicas negativas ao Movimento, observando a tabela 2, abaixo, podemos verificar como o MST relaciona a questão, dentre as notícias não veiculadas na mídia hegemônica, cabendo ainda informar que não encontramos quaisquer codificações referentes às políticas públicas positivas.

Tabela 2 - Notícias não veiculadas mídia convencional x políticas públicas negativas

	Políticas Públicas Oficiais Negativas		
	Executivo	Judiciário	Legislativo
Notícias Não Veiculadas Mídia Convencional	10	5	3

Tabela desenvolvida a partir da compilação dos dados no programa NVivo.

Verificamos que na maioria das reportagens, o Poder Executivo é aquele que, segundo o MST, promove mais políticas públicas contrárias ao Movimento, como é o caso da reportagem publicada em Setembro de 1984, no Jornal Sem-Terra:

LAVRADORES REVOLTADOS COM INDEFINIÇÃO DO GOVERNO

A demora do governo do Mato Grosso do Sul em reassentar as famílias expulsas da Fazenda Santa Idalina em Ivinhema, já está causando mortes e graves problemas de saúde entre os lavradores. Eles estão há três meses acampados na «Cidade de Lona», uma área de quatro hectares cedida pela Igreja na Vila São Pedro, município de Dourados.

No acampamento existe um surto de meningite encefálica.

(...)

Os lavradores deram um prazo de 10 dias para uma solução caso contrário, eles farão uma barricada na estrada de acesso ao município de Anastácio, a 600 quilômetros de Dourados (Jornal Sem-Terra, de Setembro de 1984).

Na verdade, é um grande ciclo vicioso, na medida em que o Estado lança os sem-terra à própria sorte, adiando a solução dos problemas sociais com promessas incumpridas e os

trabalhadores, cansados de esperar, pressionam com ações coletivas que são respondidas com mais retaliações e repressões, mas também com avanços.

Para o MST, as conquistas que obtiveram advém de sua luta, de suas ações coletivas, da pressão popular. O Estado, por meio de seus três poderes, não é reconhecido pelo Movimento como agente capaz, por desinteresse, de promover a reforma agrária e a transformação social, sendo necessário o enfrentamento e a união de todos.

3. AS ENTREVISTAS: SOBRE A MÍDIA DO MST

Nesta seção apresentaremos trechos das entrevistas concedidas pelos jornalistas da mídia hegemônica e contra-hegemônica, a fim de corroborar com a compreensão e resposta ao quarto objetivo da tese, verificando como os profissionais vêem os meios de comunicação do Movimento, no sentido de se dar respostas aos argumentos dominantes.

3.1. JORNALISTA EVANDRO ÉBOLI - JORNAL O GLOBO

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece os meios comunicacionais do próprio MST (Jornal Sem-Terra e Revista Sem-Terra)?

Evandro Éboli (EE): Resposta: Conheço sim.

(CR): Como o Sr. vê estes instrumentos?

(EE): Resposta: Vejo como veículo oficial de um movimento social importante. Claro, um órgão que defende a causa do MST e, como é da democracia e da liberdade de imprensa, tem sua opinião própria e parcial, o que é natural, do movimento.

(CR): Caso o Sr. não os conheça qual idéia faz deles

(EE): Resposta prejudicada.

(CR): Entende que o MST utiliza seus meios a favor de seus objetivos?

(EE): Resposta: Sim, é natural que assim o faça. Faz a defesa do que acredita o MST.

(CR): Entende que há na mídia convencional espaço para o MST demonstrar seus objetivos?

(EE): Entendo que sim. Os ideólogos do MST, parlamentares que o defendem e intelectuais que o apoiam manifestam suas opiniões, em artigos, nos jornais. Talvez não na frequência que gostariam.

O entrevistado conhece os meios de comunicação do MST, lembrando que declarou conhecer o Movimento diretamente, já tendo estado presente em acampamentos e assentamentos.

Considera que a mídia do MST é importante, posto que representa o próprio movimento

social, mas coloca seus veículos comunicacionais como parciais e de mera opinião, desconsiderando o aspecto informativo. Assim, não os comparando na mesma medida dos meios de comunicação hegemônicos.

Devemos lembrar que na entrevista, já analisada no capítulo 7, o entrevistado mencionava que nos últimos dois anos o MST teve seu espaço reduzido na mídia, apesar de ainda haver ocupações, devendo-se ao fato de estas ações passarem a ser normalizadas e quase admitidas, coadunando com a interpretação do próprio responsável pelo setor de comunicação do Movimento.

O número de ocupações, de certa forma, reduziu, em especial após a medida provisória de Fernando Henrique, que depois foi integrada na Lei n.º 8.629/93, que, por conta dos rumores da ocupação de sua fazenda, em 1991, proibia que terras ocupadas fossem objeto de vistoria com fins de reforma agrária por um período de dois anos, a princípio. Desta maneira, o MST adotou outras medidas de visibilidade, como as marchas, bloqueios de estradas, jornadas entre outras. Entretanto, como assegurar que a violência dos fazendeiros contra os sem-terra diminuiu? Não é por que o tema não aparece na mídia que ele não existe. Na verdade, esta é a grande estratégia: silenciar, omitir... desta maneira deixa-se de falar e portanto não mais existe o problema.

3.2. JORNALISTA EDUARDO SCOLESE – FOLHA DE SÃO PAULO

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece os meios comunicacionais do próprio MST (Jornal Sem-Terra e Revista Sem-Terra)?

Eduardo Scolese (ES): Com certeza. Como jornalista responsável por essa cobertura na Folha, assino tanto o jornal como a revista dos sem-terra. Preciso estar atualizado.

(CR): Como o Sr. vê estes instrumentos?

(ES): Importantes para que a sociedade interessada tenha acesso ao ponto de vista do movimento, concordando ou não com ele.

(CR): Caso o Sr. não os conheça, qual idéia faz deles?

(ES): (resposta prejudicada)

(CR): Entende que o MST utiliza seus meios a favor de seus objetivos?

(ES): Sem dúvida. O jornal e a revista são “panfletos” do movimento.

(CR): Entende que há na mídia convencional espaço para o MST demonstrar seus objetivos?

(ES): Depende da mídia. Nas TVs isso é mais complicado. Há mais espaço para isso nos jornais. Na Folha, por exemplo, o MST é sempre ouvido sobre diferentes temas. Seus líderes têm sempre espaço para a publicação de artigos, por exemplo, além de longas entrevistas.

O entrevistado, assim como o anterior, conhece o Movimento diretamente, sendo o mesmo, inclusive, assinante dos veículos de comunicação do Movimento, considerando-os importantes para que a sociedade conheça sua versão, suas posições, apesar de considerá-las meros “panfletos”.

É interessante aqui observar como o entrevistado coloca a necessidade de a *sociedade interessada*, trazida aqui por aquela a quem o assunto da reforma agrária e conflitos no campo afeta, conhecer o Movimento através destes veículos próprios. A partir dos argumentos apresentado pelo jornalista, podemos fazer algumas considerações:

a) o jornalista igualmente não concebe o meio de comunicação do MST como sendo da mesma natureza da mídia convencional, qual seja a informação, na medida em que é visto como mera opinião, pois considera-os como “panfletos’ do Movimento”. Se panfleto é uma forma de divulgação de ideias próprias e posicionamentos, no caso, políticos, chegamos à conclusão de que, para o entrevistado, a mídia alternativa do MST não compreende um verdadeiro meio de comunicação, na medida em que não contempla uma das funções do jornalismo, qual seja a “informação pura”.

b) por outro lado, podemos aferir que não é por meio da mídia hegemônica que a sociedade irá conhecer efetivamente o Movimento, posto que necessário recorrer à fonte primária: o próprio MST.

c) se é preciso dirigir-se à fonte, a própria mídia hegemônica não possui dados concretos acerca da temática que trata o MST ou mesmo dos fatos nos quais estão envolvidos os trabalhadores rurais.

Deste modo, conclui-se que a visão da mídia alternativa por parte do entrevistado é a de não ser uma verdadeira mídia e de que só parcela da população se interessa efetivamente pelo Movimento, devendo esta recorrer aos meios de comunicação próprios do MST para conhecer sua posição política-ideológica.

3.3. JORNALISTA DIEGO ESCOSTEGUY – REVISTA VEJA

Cristiane Reis (CR): O Sr. conhece os meios comunicacionais do próprio MST (Jornal Sem-Terra, Revista Sem-Terra)?

Diego Escosteguy (DE): Apenas o site e o Twitter.

(CR): Como o Sr. vê estes instrumentos?

(DE): Creio que são subutilizados.

(CR): Caso o Sr. não os conheça qual idéia faz deles?

(DE): (entrevistado não respondeu).

(CR): Entende que o MST utiliza seus meios a favor de seus objetivos?

(DE): Raramente.

(CR): Entende que há na mídia convencional espaço para o MST demonstrar seus objetivos?

(DE): Não. Para a imprensa de uma democracia liberal, os objetivos do MST são ilegais e, portanto, não merecem espaço.

O jornalista entrevistado não conhece diretamente o MST, mas apenas de fonte indireta, posto que informa-se por meio da mídia e por fontes que possuem contatos com a liderança do Movimento. O mesmo nunca esteve em um acampamento ou mesmo assentamento e não conhece os meios de comunicação do MST neste trabalho investigativo abordados, quais sejam o Jornal e a Revista Sem-Terra. Apenas menciona o *site* e o *twitter*.

Tendo em vista o não conhecimento dos meios de comunicação analisados, o entrevistado compreende as mídias eletrônicas que ele conhece como subutilizadas e não aproveitadas a favor dos objetivos do MST, não respondendo acerca da ideia que faz sobre a mídia impressa do Movimento, mas compreende que a mídia hegemônica atende a interesses financeiros aos quais pertencem, publicando reportagens dá forma que interessa ao seu olhar e interesse ideológico.

Confirma ainda que os meios de comunicação dominantes tendem a silenciar outras atividades do MST, para além das ocupações, jornadas e marchas, posto que apenas estas, marcadas sob a mácula de violentas e criminosas interessam aos grupos hegemônicos aos quais respondem e devem proteger das ameaças deste grupo de invisibilizados, de sem-terra, que lutam e anseiam para ser “com-rosto”. Desta maneira, omitem importantes faces do Movimento, como a produção exitosa, como a educação nos assentamentos, onde a escola regular não chega.

É importante verificar como o entrevistado ressalta que as atividades política do Movimento são carregadas com um cariz criminal, posto que descritas como ilegais, destacando o fato de os meios de comunicação hegemônicos tenderem a omitir outras atividades do Movimento, como as apontadas neste capítulo, quando analisamos a subcategoria “notícias não veiculadas na mídia convencional”.

Questões importantes, como a educação, o sucesso dos assentamentos e suas cooperativas, são invisibilizadas pela mídia dominante, posto que não as interessa noticiar, reforçando, apenas, a ideia de crime e barbárie. Aquelas facetas não interessam para informar, pois não convém mostrar à sociedade, não apenas à interessada, que o MST tem um outro rosto que não é aquele retratado em seus veículos comunicação convencionais, que não são bandidos, mas sim pessoas que nem mesmo são consideradas cidadãos. São sem-terra, sem-nada.

3.4. JORNALISTA IGOR FELIPPE – JORNAL SEM-TERRA

Cristiane Reis (CR): (...) Como vocês vêem as estratégias comunicacionais da mídia hegemônica? O Globo, a Folha de São Paulo? Como vocês vêem a forma que o MST é retratado?

Igor Felipe (IF): (silêncio) acho que antes de tudo, a gente faz a leitura que esses meios de comunicação, são meios de comunicação que são a voz da classe dominante, porque no Brasil a gente tem um sistema de comunicação muito concentrado, diferente de outros países, como na Europa, que a esquerda tem meios de comunicação que conquista faixa da sociedade e que tem leitores, não só impresso, mas até na televisão, até meios públicos que cumprem em papel civilizatório, social... No Brasil a gente não tem isso. No Brasil, a gente tem sete famílias que controlam os grandes meios de comunicação, tanto impresso, rádio e televisão. No Rio de Janeiro é o um caso violento, né? Porque tem um grupo só que domina tudo. Então a gente não tem ilusões referentes à grande imprensa, ela é porta-voz da classe dominante e hoje tem um elemento que se no passado os meios de comunicação eram porta-vozes por afinidade, pela posição política da classe dominante, do grande capital, hoje o grande capital está entrando nos meios de comunicação. Então a Veja foi comprada por um grupo da África do Sul e por um outro grupo (entrevistado não lembrou o nome) e por outro grupo que participou do holocausto, depois eu vejo essa informação direitinho. A Folha de São Paulo tem uma parte que é da Portugal Telecom, então a gente percebe que agora o grande capital está dentro deste meios, não é só porta-voz, é parte constituinte. Sendo o MST, um movimento dos trabalhadores rurais, que luta por uma... tem uma luta que é pela reforma agrária que os países desenvolvidos realizaram, que nem é uma luta radical, uma coisa radical, revolucionária, socialista, é uma bandeira democrática popular, só que a classe dominante brasileira nunca quis, nunca teve interesse em fazer a reforma agrária, neste sentido tanto por posicionamento político, tanto agora por essa afinidade financeira os meios de comunicação sempre se colocaram contra ao MST, ainda no Brasil que não tem uma tradição da organização dos pobres, dos trabalhadores. Então os trabalhadores em movimento, em luta, isso sempre foi um grande perigo para classe dominante, então desde o começo do movimento ele foi estigmatizado, atacado, só que o movimento ganhou uma dimensão maior a nível nacional depois do Massacre de Eldorado de Carajás em 1996, então ali é um marco na história do movimento. Em 1997, quando faz a marcha em Brasília, que foi uma marcha que teve um impacto político muito grande, foi o

principal ato contra o governo do Fernando Henrique, contra o neoliberalismo, o movimento ganhou uma projeção enorme, então a partir desse momento o interesse da imprensa cresce (silêncio) e acaba que em todo esse período foi usada várias formas de atacar o MST. Primeiro dizendo que o MST era um movimento que não queria reforma agrária, queria uma transformação política, queria revolução, tentavam descolar um movimento de uma luta, de uma bandeira que era considerada legítima na sociedade. Pesquisa de opinião nesse período quando o Movimento estoura, colocava que a população apoiava a reforma agrária, apoiava a ocupação de latifúndio, então para conseguir descaracterizar o movimento uma das formas era descolar da bandeira da reforma agrária. Segundo, foram feitas críticas muito grande aos métodos, de que o MST é autoritário, que usa massa de manobra, que é uma forma de tentar descolar as lutas do MST da base social do MST, ou seja, essa base social não representa essa luta, nem esse pensamento, nem essa bandeira (silêncio) ... acho que em geral foram esses grandes temas que surgiram para atacar o MST. Hoje, a questão está ainda mais complexa porque com o avanço do capitalismo no campo e o desenvolvimento dos agronegócio, grandes empresas transnacionais da agricultura fizeram associação com os latifundiários capitalistas brasileiros para desenvolver um modelo de produção agrícola baseada em grandes fazendas, grande uso de agrotóxicos voltado ao mercado externo, aí a gente coloca soja, eucalipto, agora a cana, tem outros commodities, a própria pecuária. Nesse contexto, a reforma agrária ganha uma outra dimensão, que não é mais você fazer com que os trabalhadores se apropriem de áreas improdutivas, mas você vai fazer que os trabalhadores façam uma disputa de modelo de agricultura. Então hoje, o MST e a Via Campesina lutam por um novo modelo de agricultura baseado na produção de alimentos, de pequenas e médias propriedades, por um modelo de produção que seja agroecológico, enquanto, o agronegócio são grandes fazendas, alta mecanização, produção ligada ao mercado externo com safras vendidas na bolsa de valores. Então é essa a política que a gente tem hoje e isso reflete nos meios de comunicação. Então a gente tem uma assessoria de imprensa que tem que ter trabalho de atender a imprensa e principalmente de monitorar a imprensa e tentar analisar qual o discurso dela contra a gente. Então a imprensa atualmente, ela ataca o MST em duas frentes. Primeiro atacando a reforma agrária. Qual é a primeira tese da imprensa? Com o desenvolvimento do agronegócio não é mais necessária a reforma agrária. Essa é a primeira tese. Depois desenvolve a tese de que se não é mais necessária a reforma agrária, não faz mais sentido ter o MST. Segunda tese, que o agronegócio resolveu o problema do campo, porque que ele é moderno, é produtivo, produz para o mercado externo, garante o modelo econômico, sustenta a política econômica. Terceiro, que a reforma agrária não traz resultados... só que todos os assentamentos que foram criados nesses últimos 25 anos, que é cerca de 900.000 famílias assentadas, que isso não conseguiu resolver o problema da pobreza no campo, que os assentados desmatam, que os assentados usam trabalho infantil, então eles se utilizam dessas teses para deslegitimar a reforma agrária....

(CR): o que a gente houve muito falar também são as vendas daqueles lotes...

(IF): que eles vendem os lotes, tem essa tese também, isso na verdade não tem estatística de tão pouco... então coloca que a reforma agrária não resolve os problemas, nesse contexto não tem mais sentido a reforma agrária e eles atacam a reforma agrária e o atacam o MST. Aí hoje, eles colocam a tese que o MST não tem mais razão de existir, se a questão da reforma agrária já foi resolvida, que o MST é um movimento político que tem outros interesses que não é a reforma agrária, por isso ele se mantém vivo, que o MST segue as suas atividades não para realizar a reforma agrária mas para conseguir recursos do governo, para manter a sua estrutura que é uma máquina burocrática. Tentam atacar a gente também em relação ao governo Lula, mas aí tem uma diferença que é interessante, alguns nos tratam como amigos do Governo Lula, de pelegos, dirigidos pelo governo do PT, e outros nos tratam como inimigos do Governo Lula, mas dessa forma ele nos descaracterizam e acabam com a nossa autonomia e dessa forma eles nos isolam. Então o Globo, geralmente, é mas dessa que a gente é amigo do governo, um pouco de cada. A Folha é mais amiga do governo, o Estadão é mais... não inimigo, o Estadão tem a terceira tese que eu acho que é o do globo atualmente, de que o MST é a vanguarda radical da revolução socialista. Têm essas três... então, a gente aparece nos jornais dependendo do tema que se trata. Então são essas as teses que eles utilizam para atacar o MST atualmente. Isso todos os jornais seguem, isso de certa forma é síntese de todos os temas que eles vêm tratando. Dos jornais, o pior jornal hoje é O Globo, se um dia foi o Estadão, hoje é o Globo.

O entrevistado coloca a mídia dominante como sendo aquela que responde e atende às necessidades e interesses dos grupos económicos que a controla. No Brasil há imensa concentração dos meios de comunicação e é vista pelo Movimento como “porta-voz” da classe económica dominante. É interessante observar a colocação feita ao aduzir que antes esta posição de “porta-voz” era por afinidade de interesses, enquanto hoje é a própria representação, na medida em que a grande imprensa é dominada e controlada por grupos económicos transnacionais.

O jornalista do MST vai na contra-mão dos argumentos dos jornalistas dos meios de comunicação convencionais, na medida em que defende, como era de se esperar, a luta do Movimento, asseverando que a mesma não é radical, mas sim democrática e por estar inserta em um Estado Democrático.

Enquanto os profissionais da mídia de massa afirmam que o MST era um movimento, a princípio, simpático em seus objetivos, mas que depois, no decorrer do tempo, abraçou o radicalismo, a violência e o crime, o entrevistado aqui ressalta que, na verdade, a imagem é assim representada, posto que a elite rejeita a organização dos excluídos, e atacam o movimento sob vários argumentos, nomeadamente a descaracterização da luta da reforma agrária, insinuando que o Movimento intenciona a transformação social e mudança de coalização de forças. Não que isso não seja verdade, posto que está descrito em seus objetivos, mas a reforma agrária passa por estas questões e é a luta primeira do Movimento.

Outro argumento usado pela mídia hegemónica, segundo o entrevistado, para atacar o Movimento, argumento este constatado em nossos dados, que nesta tese foram analisados, gira em torno dos métodos, utilizando os trabalhadores como massa de manobra, na medida em que são pessoas, em regra, não esclarecidas e, não raras vezes, iletrados, intencionando, assim, desqualificar a própria militância.

Importante também é a distinção feita pelo entrevistado acerca do agronegócio, de grande interesse às empresas agrícolas transnacionais, em relação ao conceito de agroecologia, atual carro-chefe dos movimentos sociais transnacionais. Entretanto, o entrevistado menciona que esta ideia de contra-hegemônica de novo tipo de forma de

agricultura, para fazer frente à agro-indústria, reflete nos meios de comunicação. Entretanto, apesar de sua importância, durante os anos analisados, não se verificou quaisquer tipos de reportagem acerca desta matéria.

Afirma ainda que a estratégia da mídia, ao exaltar o agronegócio, é levar à crença de que este tipo de modelo é suficiente e o melhor ao desenvolvimento agrário do país, não sendo mais necessária a reforma agrária. Nesta lógica, se a mesma não é mais precisa, o próprio MST não tem mais razão de existir e que o Movimento só permanece no cenário político como prova de que sua essência não é mesmo a reforma agrária e os dados relativos ao sucesso dos assentamentos e das cooperativas, bem como o modelo alternativo de agroecologia, são estrategicamente omitidos pela mídia convencional.

O entrevistado coloca como sendo uma das tarefas do setor da comunicação o monitoramento da imprensa e verificar qual o discurso da mídia hegemônica contra o MST. O que se pode verificar aqui, com base nesta entrevista e em todos os dados analisados, é que o setor de comunicação do Movimento está bem conectado com o que acontece à sua volta, com o que dizem e quais estratégias subliminares, ocultas, mas não chegam a uma realização e um enfrentamento de combate aos argumentos levantados na mídia convencional.

(CR): Agora, como é que você vê as estratégias de comunicação do movimento nessa questão toda? Como é que vocês respondem a isso dentro dos meios de comunicação? Porque eu acho que a Revista e o Jornal Sem Terra são mais para esses três alvos, então como é que vocês conseguem atingir e dar resposta a essa imagem que é criada?

(IF): É que a estratégia de comunicação do MST não está só nos meios, a gente avalia que as ações do MST, os trabalhos nas comunidades, o trabalho popular, trabalho de base, as conversas que o movimento faz na base com a sociedade, tanto com aqueles que estão acampados como com os amigos, com as entidades que a gente articula, que pede apoio para fazer as ações, para fazer as ocupações, isso é comunicação também, isso faz parte da comunicação do MST. Esse trabalho eu acho que é mais efetivo.

(CR): Mas é um grupo mais restrito...

(IF): Sim, mas é extremamente popular

(CR): Minha história é assim: “porque você se interessou pelo MST?” Sempre tive interesse em questões sociais amplas, a questão agrária é uma delas. Apesar de eu nunca ter sido do campo, me interessa. Só que o meu vizinho que nunca ouviu falar do MST, vai se basear na manchete. Ele não vai nem se dar ao trabalho de ler, e se ler vai comprovar o que está lá em cima na manchete, então ele vai reproduzir aquele discurso que querem que ele repita.

(IF): Claro... Mas a gente não tem uma estratégia de comunicação de massa, contra a rede Globo a gente ainda não tem condições, o que a gente vem tentando, nessa parte, é primeiro ter os nossos instrumentos, que a gente mantém com muita dificuldade, o Jornal Sem Terra é mais voltado para base, para a militância do MST, a Revista Sem Terra ela é mais para fora, mais para sociedade, para cidade. É interessante que os meios de comunicação do MST nascem a

partir de uma conclusão de um debate político no MST. O Jornal do MST nasce antes do MST. O Jornal é de 81, o MST nasce formalmente em 84, a Revista e a página em 97, a partir da deliberação do III Congresso Nacional do MST. A deliberação do jornal do MST era “reforma agrária uma luta de todos”, essa era uma palavra de ordem, ou seja, a avaliação era que não é possível a gente conseguir a reforma agrária só falando dos camponeses, é necessário que tenha o apoio das pessoas da cidade, então o movimento teve que se abrir, até pelo momento político, o movimento se torna público. Então nasce a página do MST e a Revista Sem Terra em 97, que tem o objetivo de conversar com a sociedade. Dialogar com a sociedade. Claro que elas são muito limitadas e até porque a estratégia de comunicação do MST ela tem entrar no contexto da situação da classe trabalhadora e a gente vive, desde 89, um descenso muito grande da classe trabalhadora, descenso ideológico de uma crise ideológica nas qual as grandes questões da esquerda, ideológica de projeto estão muito rebaixadas... estou falando de prática política, uma crise da prática na qual boa parte da esquerda se envolveu na luta institucional e deixou de lado luta social do trabalho de base e uma crise de comunicação na qual a classe trabalhadora abre mão de construir os seus meios e passam a acreditar de que é possível avançar utilizando os meios de comunicação da classe dominante. O MST segue achando que nós temos que ter nossos meios de comunicação, mas não só nosso do MST, se nós achamos que só vamos conseguir a reforma agrária não só com os trabalhadores do campo mas com o apoio da classe trabalhadora, então é preciso ter meios da classe trabalhadora. Então o movimento junto com outros movimentos funda em 2002, 2003 o Jornal do Brasil de Fato, que era um jornal que pretendia ser um jornal de massa, um jornal para concorrer com a Folha de São Paulo, com Estadão, com O Globo. Era para ser um instrumento da esquerda, organizada, um novo ascenso que poderia ser criado em torno do governo Lula. Só que não veio esse novo ascenso, a esquerda se dividiu e esse meio de comunicação persiste, mas hoje acaba sendo voltado mais para os militantes sociais do que para faixas maiores da população. Então um desses instrumentos é o Brasil de Fato, que a gente aposta, investimos, damos peso, prioridade, nos esforçamos para fazer que sustente e cresça esse meio, que tenha um editorial amplo, que está o MST, PCdoB, PCB, a Conlutas, está o PT. Que seja algo, não uma organização que tem uma luta ou outra, mas que seja algo que incorpore a questão da classe trabalhadora. Só que nesse contexto a gente tem dificuldade, a gente tem papel estratégico. Nós apostamos também numa agência de rádio, que chama rádio MCNP, que produz notícias de rádio para rádio comerciais e comunitárias pela internet, enviam o boletim a cada 2 ou 3 dias, que tem uma entrada boa. O rádio é um dos principais meios de comunicação do povo. Dentro do Brasil de Fato, nós temos, e esse é mais de massa, é o Brasil de Fato especial, que esse a gente faz de tema específico, a gente vai fazer um da crise econômica agora. A gente vai tiragem de um milhão e vai distribuir de graça, então esse a gente vai ter um impacto maior.

(CR): e vocês distribuem onde?

(IF): Aí a gente distribui em metro, em área de circulação popular.

(CR): e tem boa aceitação?

(IF): Sim, porque o jornal é muito melhor que o panfleto. O jornal tem uma aceitação maior. A gente fez uma do petróleo, que a gente está panfletando no dia 31, que tem uma boa aceitação. Um jornal bonito, vistoso e é muito melhor que você receber um papel e lê. O jornal tem uma linguagem jornalística, não é panfletário, então tem uma aceitação muito boa. Então a partir destes especiais que a gente tenta construir o jornal. De certa forma, o jornal semanal ele é muito mais uma manutenção para os nossos assinantes e para os militantes sociais. Agora, a gente alcança maiores faixas da população com o jornal especial. A gente faz em média uns 5 por ano, de alta tirada. Às vezes, a gente faz alguns mais regionais, para os Estados. Fizemos um sobre o Nordeste agora, fizemos um sobre Jackson Lago, quando ele estava tentando se manter no governo do Estado contra as manobras do Sarney, vamos fazer agora um sobre o Pará. Então, tem tanto esses nacionais de um milhão, quanto alguns que tem uma tiragem que é mais focalizado que deu um impacto grande, esse sim tem impacto grande na luta, tem maior projeção. Então esses são os nossos instrumentos. Agora, a gente está investido no audiovisual. Claro que a gente não tem uma televisão, mas a gente vem produzindo vídeos. A nossa ideia é produzir vídeos sobre todos os temas. Temos produzido vídeos sobre a questão agrária.

(CR): E divulgam aonde?

(IF): a gente manda para as TVs comunitárias, a gente deixa na internet, envia para amigos. Nós temos bons contatos com a TV educativa do Paraná, temos bons contatos com a TV Brasil.

Tentamos através dessas relações difundir, mas em primeiro lugar a gente vai se apropriando dessas técnicas e agora é o grande desafio da distribuição. Então já fizemos um vídeo sobre o nosso Congresso, que foi em 2007, e agora fizemos um vídeo sobre a empresa Syngenta, que matou um trabalhador rural nosso numa ocupação. Foi uma empresa de segurança privada que invadiu, a gente tinha ocupado a área deles, para você vê o absurdo, eles tinham uma área de experimento a um 1km do Parque Nacional da Foz do Iguaçu, isso é ilegal, você pode ter a 10km, que é considerado pela UNESCO, Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Eles tinham a menos de 1km, não pagaram a multa do Ibama, não cumpriam a lei e produziam um tipo de transgênicos que não tinha sido autorizado pela SPNB. Fizemos uma ocupação com uma denúncia muito grande, com a vitória ideológica nossa. Isso, você vai ver nos telejornais das grandes imprensas... Só que nessa ocupação morreu um companheiro nosso. A gente teve apoio do Governo do Paraná, só que a gente ocupava, saía, ocupava, saía, por conta da justiça que dizia para a gente sair e a gente sai. Nós também não tínhamos interesse ali em entrar em conflito, o governo tinha que fazer o despejo. Não tínhamos interesse em entrar em conflito com o governo, o governo estava apoiando nossa luta. Na terceira vez que a gente ocupou, a empresa mandou uma empresa de segurança, foi uma tentativa de massacre. A gente fez um vídeo sobre isso. Colocamos na internet, mandamos para o exterior, teve um impacto muito grande. Então, essa é outra área que a gente está apostando, no médio prazo, que pode nos render frutos nessa comunicação de massa.

Quando questionado sob a forma como o MST, por meio do Jornal e Revista Sem-Terra rebatem às imagens criadas na mídia hegemônica, o mesmo ressaltou que não são apenas estes veículos que fazem a comunicação do Movimento, sendo esta de espectro largo e, na visão do jornalista, de um modo muito mais eficaz.

Tudo que o Movimento faz e por onde atua são consideradas estratégias comunicacionais, sendo esta quase no estilo “propaganda boca-a-boca”, entretanto, esta vem a atingir um rol de pessoas mais localizado, mais setorizado e quase que sem contradições com os próprios ideais do MST, reconhecendo, que na verdade, não possuem condições de contraposição efetiva aos meios de comunicação hegemônicos, posto que não são de massa, por isso esta estratégia localizada.

A nova técnica que estão incorporando às suas estratégias comunicacionais é a produção de vídeos, que vão apreendendo de outros veículos comunicacionais, como as TVs e rádios comunitárias, tendo por exemplo a citada TV Paraná, cumprindo esclarecer que se trata de uma emissora de TV e rádio, com programação educativa, transmitida, inclusive, para canais comunitários da cidade do Paraná, o que demonstra interesse real pelas redes populares de comunicação.

Conforme foi verificado por pesquisa eletrônica, a TV educativa do Paraná possui boa relação com o MST, apresentando, inclusive programas com debates progressistas e de linha ideológica de esquerda, como o Programa Projeto Popular, que é produzido,

elaborado e conduzido por movimentos sociais, que discutiu, em 20 de Novembro de 2009, a questão da criminalização do Movimento, sendo semanalmente apresentado um tema de interesse da sociedade³, para além de em Abril de 2009 ter colocado no ar no programa “Brasil Nação”, um debate sobre a questão dos abusos da mídia contra a sociedade brasileira⁴, chegando a falar na existência de um “partido midiático”, ou como afirmado no programa, “partido da imprensa golpista”, expressão cunhada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim.

Chama-nos atenção o fato de o governo do Paraná estar ligado ao MST, em ações positivas e promotoras da luta do Movimento, como vimos, por exemplo, não só com o apoio da emissora estatal, a TV educativa do Paraná, como também a plantação conjunta com as mulheres do Movimento de árvores do Estado, no ano em que o novo Governador, Roberto Requião (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), tinha sido reeleito, nem mesmo podendo-se aventar causas eleitoreiras, posto que as eleições tinham se concluído no final do ano anterior. Desde Abril de 2010, Orlando Pessuti, também do PMDB, assumiu o cargo, tendo em vista a descompatibilização de Requião.

Todos estes meios são estratégias de comunicação da própria classe trabalhadora, em alternativa à mídia convencional. É neste sentido que o entrevistado aduz que os meios de comunicação do MST estão relacionados à própria situação da classe trabalhadora, que, segundo o mesmo, desde 1989, entrou em crise de prática política. Neste sentido, o entrevistado não concorda com o avanço a partir dos meios de comunicação hegemónicos. Entendemos que não é possível realmente, desde que de modo exclusivo, e concordamos com a visão da necessidade de se possuir meios de comunicação próprios alternativos, sendo estes, inclusive, amplos, alcançando todos os setores oprimidos e que necessitam de uma nova emancipação social.

³ Informação obtida no site do MST <http://www.mst.org.br/node/8631>, com acesso em 25 de Junho de 2010.

⁴ Participaram do debate os jornalistas Luiz Carlos Azenha (ex- correspondente da Globo e atual repórter da Rede Record e editor do blog Vi o Mundo), Leandro Fortes (repórter da Revista Carta Capital) e Alípio Freire (ex-correspondente internacional da Folha de São Paulo e atualmente é membro do Conselho Editorial do Jornal Brasil de Fato e da editora Expressão Popular) participaram do debate.

No sentido do jornalista, já que a reforma agrária é uma luta de todos, igualmente devem ser as estratégias comunicacionais, constatação esta que concordamos, mas não verificamos empiricamente no que se refere aos meios de comunicação do MST. Entretanto, em Janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial, foi lançado o jornal Brasil de Fato, que neste trabalho investigativo não foi observado, tendo em vista ser um jornal que reúne diversos movimentos sociais. Este jornal, de publicação semanal de circulação nacional, possui linha editorial de esquerda e popular:

Com uma proposta editorial que rompesse com o eixo Rio- São Paulo-Brasília da mídia empresarial, elaborado em uma linguagem simples, acessível, composta majoritariamente de reportagens, informativo e analítico, com a união de profissionalismo/militância, competência/compromisso social, beleza/luta, subsidiando o debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da esquerda, daqueles que buscam profundas mudanças sociais em nosso país (Brasil De Fato)

Foi criado para ser uma alternativa aos meios de comunicação dominantes, pretendendo ser uma mídia de massa, mas o mesmo não ocorreu e acabou sendo voltado aos militantes dos movimentos sociais, mas ainda é distribuído em áreas de grande circulação de pessoas, bem como pode ser adquirido por assinatura.

O entrevistado distingue o jornal do panfleto, sendo este apenas uma folha onde constam opiniões sob algum tema. O jornal, referindo-se ao Brasil de Fato, pretende-se não panfletário, discurso este já mais presente no Jornal Sem-Terra.

Quando o entrevistado mencionou a pesquisa de opinião solicitada ao Ibope, instituto de opinião, por conta de uma ação realizada pelo Movimento em protesto contra a Vale do Rio Doce, foram surpreendidos com o resultado que alcançou uma margem de 49% de apoio da população, resultando uma alteração de discurso da companhia mineradora e do jornal O Globo, que apostou no silêncio. Retoma-se este ponto da entrevista, que já constou no capítulo 9, para seguir adiante, com os argumentos do entrevistado, que compreende que o trabalho de base que fazem é de extrema eficácia, posto que conscientiza a população.

(CR): conscientização, não é?

(IF): Então, tem essa dimensão também. Esse trabalho, de fato, parece ser focalizado, mas tem uma parte muito grande, porque, geralmente, essas pessoas são reprodutoras. Então, por exemplo, o nosso jornal, o Brasil de Fato, tem uma tiragem de 5 mil exemplares, mas são pessoas reprodutoras, são professores, são estudantes, que têm um alcance muito maior do que aquilo que você vê. E o trabalho de base também é assim. É família, aí é a família na escola, no trabalho, que isso acaba tendo uma nova dimensão. Essa investida do Globo é muito

interessante, a gente ficou super feliz, porque se a gente tiver um resultado muito ruim do MST, a gente pode bater muita mais forte neles. Quando eles viram que 70% apoiam a proposta de reforma agrária do MST, é impressionante. E a gente vê como os jornais impressos não tem um impacto geral, porque eles sabem que quem lê o jornal é muito pouca gente. O jornal que tem maior tiragem é a Folha, tem 300 mil tiragem por dia. Se juntar a Folha com 300 mil, o Globo que é quase 300mil, O Estadão é 250, aí vai pegar o estado de Minas, o Zero Hora, não dá 2 milhões... isso os grandes jornais. Claro que o jornal tem a capacidade de influenciar, são formadores de opinião, que repercute na TV e no rádio, mas eles em si também tem um papel reprodutor.

(...)

Agora sobre a estratégia de comunicação do MST, esses são os nossos instrumentos. A estratégia do movimento é casada com a estratégia política do movimento. A gente precisa de uma reorganização da esquerda, de um novo trabalho para a classe trabalhadora para conseguir a partir disso ter meios de comunicação de papel de massa. A gente não vai ter um sistema de comunicação de massa no momento em que a classe trabalhadora está em descenso. Isso não depende só do MST ou só da Via Campesina, mas a gente vem fazendo um esforço político de criar fóruns, espaços e bandeiras unitárias da classe trabalhadora, essa é a grande questão. Enquanto a gente não conseguir rearticular a classe trabalhadora, organizar a classe trabalhadora, fazendo trabalho político-ideológico com a classe trabalhadora, e conseguir ter lutas e bandeiras que sejam amplas e que consigam agregar diversos setores da sociedade, a gente não vai conseguir ter uma estratégia de comunicação de massa. Então, a nossa estratégia de comunicação acaba sendo uma estratégia política. A gente sabe que no atual contexto, a gente está em um momento de defensiva. Nós do MST e da classe estamos num momento defensivo. Nós estamos lutando para manter nossos direitos. Nós estamos lutando contra a reforma trabalhista, contra a reforma previdenciária, pela reforma agrária, pela manutenção dos nossos assentamentos, pela sobrevivência dos nossos assentamentos, os estudantes lutando para manter a universidade pública. Então é um momento muito de resistência. A gente precisa de um novo momento para avançar. Estamos fazendo diversos fóruns, diversas articulações, mas aí é uma limitação da conjuntura política e da própria divisão da esquerda hoje. Hoje nós temos 3 blocos na esquerda brasileira. Temos o bloco, que o próprio governo, tem um bloco que é de oposição ao governo e tem o nosso o bloco, que a gente acha que o principal, que deve guiar nossa posição política, não é a institucionalidade, o que o governo faz ou deixa de fazer, mas as nossas propostas e as nossas bandeiras. Muito mais importante o que o governo deixa de fazer é a gente ter um projeto que unifique toda a esquerda e que tenha a capacidade de colocar em movimento a classe trabalhadora, novas lutas, marchas e debates, como foi na década de 80. A gente olha a década como foi, a bandeira da democracia conseguiu unir todas as forças de esquerda, forças de centro, arrastou até de centro-direita, porque era uma bandeira muito forte. (batidas na mesa) Um momento de lutas, de greves, formação do MST, formação CUT, criação do PT, greves de diversas categorias, ocupação de terra, participação dos estudantes, que estavam lutando pela democracia mas haviam muito mais do que a luta pela democracia, mas trazia muito mais... traziam um projeto e esse projeto foi derrotado em 89. Então o impacto de 89 até hoje, desde então a classe trabalhadora vem em um descenso, crise ideológica, crise política, crise de prática, que não superamos ainda. Esperamos que a crise econômica mundial seja um start para a gente se reorganizar e conseguir avançar, porque os impactos sobre os trabalhadores serão muito ruins. Então a nossa estratégia de comunicação acaba sendo uma estratégia política. A gente só vai avançar se a gente conseguir organizar o povo, articular as entidades, fazer lutas sociais em defesa da educação, da saúde, da moradia, da terra, do petróleo, da comunicação. São essas lutas articuladas em torno de um projeto e em torno de um meio de comunicação. Nós esperávamos, todo o Brasil de fato, que o governo Lula ia acirrar a luta de classes, que ele ia tomar atitudes progressistas e aqueles que votaram nele iam para rua para defender o governo dele e as mudanças e não iam aceitar um argumento de se estar contra o governo. E esse meio de comunicação, desses que estavam na luta em defesa do governo, seria o Brasil de Fato. Só que não veio nada disso, não veio as mudanças, não veio ascenso e a gente faz o esforço com as entidades para manter o jornal. Acabou mudando de caráter, um jornal para militantes sociais.

O jornalista entende que a divulgação pessoa-a-pessoa é tão ou mais eficaz que os meios de comunicação, tendo em vista a capacidade de reprodução das informações,

afirmando até que o poderio da mídia de grande porte não alcança toda a sociedade, portanto, o trabalho de base que efetuam, bem como com parcela da sociedade que é reprodutora e formadora de opinião, consegue fazer frente à imagem dominante que é difundida. Entretanto, convém aos movimentos sociais não desmerecer a importância da população leitora dos meios de comunicação hegemônicos, como verificamos no trecho da reportagem acima transcrito. Apesar de se concordar que, em termos proporcionais de população brasileira, o número indicado pelo entrevistado como sendo o público-leitor da mídia convencional, ainda assim esta população é de extrema relevância, na medida em que constitui, em regra, reprodutores de conteúdos, formando assim opiniões e as reproduzindo socialmente, por norma, inseridas na linha ideológica dominante.

A estratégia de comunicação do Movimento tem direta relação com as estratégias político-ideológicas, entendendo que somente conseguiram ter um meio de comunicação de massa quando a classe trabalhadora como um todo, e não somente a camponesa, estiver suficientemente organizada a ponto de produzir uma alteração nas forças sociais, segundo o entusiasmado entrevistado, apostando, ainda, que a própria crise mundial poderá vir a ser um mote para reorganização da esquerda. Neste sentido, é interessante observar como desde o III Congresso, quando o MST percebeu que a luta era de todos, passou-se a dar atenção não só à questão da reforma agrária, mas todas as outras, que dizem respeito a todo brasileiro, como saúde, educação, moradia, trabalho, petróleo e a própria comunicação.

(CR): Você falou que uma das críticas que o MST sofre e que sofria no início, era não querer a reforma agrária e sim a transformação social ...

(IF): mas assim, essa parte mais histórica eu não domino tanto porque eu não vivi, mas eu acho que no começo do movimento tinha um grande questionamento em relação ao método de luta, isso ainda segue hoje, mas no começo fazendo ocupação de terra, ainda sob a ditadura militar, era uma ato mesmo muito grande, então eu acho que isso é o principal que a imprensa criticava e claro que no interior do país, os meios de comunicação pequenos... que o movimento não tinha uma dimensão nacional, então era uma cobertura mais regional e os meios de comunicação pequenos eram “casados” com os latifundiários, e geralmente eram mesmo a visão deles nos jornais. Então esse era a principal forma de atacar o MST.

(CR): as decisões judiciais também... nas comunidades pequenas...

(IF): é... os juízes...

(CR): ... a gente vê uma diferença gritante, quando é primeira instância e as reforma que vem do tribunal superior.

(IF): então eu acho que até 96, essa era a grande... o método de luta era o que mais assustava

(CR): *ainda é, não é?*

(IF): *ainda é, mas a ocupação de terra hoje não tem o espaço que se tinha. O movimento faz 200...*

(CR): *mas aí eles continuam com aquele velho discurso de...*

(IF): *mas a ocupação de terra de certa forma ganhou... virou um costume, é algo que a gente até discute que vem perdendo a própria eficácia porque é algo que de certa forma foi incorporado e virou algo...*

(CR): *Banalizou...*

(IF): *... algo admitido, por mais que seja combatido mas é algo admitido. O que pega mais para gente, e aí vem a nova... e essa é umas das teses que eu estava esquecendo, com essa mudança da organização da agricultura não basta mais o MST ocupar terra improdutiva, é preciso lutar contra esse novo modelo agrícola das empresas transnacionais, então a gente vem fazendo protesto contra a Cargill, contra a Bunge, contra a Vale, contra grandes empresas que estão dominando os nossos recursos naturais. A Via Campesina tem protestos contra as barragem que é o (nome não entendi) que puxa, então hoje o que se diz... nesse contexto, que a reforma agrária está resolvida, que o MST perdeu o rumo, essa é a grande tese hoje. Então a tese que o MST perdeu o rumo e está atacando qualquer empresa indiscriminadamente porque é contra o capitalismo e não apontam as contradições que existem nesse processo, então essa é uma das grandes teses que existe hoje, eu já tinha falado de outras, mas essa é fundamental e isso é que dá um impacto muito maior, é que vem a contradição, hoje o MST faz ocupação de terra que não é em região tradicionalmente em conflito, como o Pontal do Paranapanema, Pernambuco, não tem um grande impacto. O MST faz muito mais ocupação agora no que no governo do Fernando Henrique, só que hoje você não vê mais o MST colado nos jornais, isso não rende mais, agora quando o MST faz uma luta contra o agronegócio toma uma dimensão muito maior, então se você analisar os jornais vai encontrar muito mais matéria, com muito maior dimensão em ações contra o agronegócio, principalmente o nosso jornal do dia 8 de Março, que é uma jornada do dia das mulheres, que as mulheres da via campesina e do MST organizam... que é a principal jornada hoje do MST, não é mais o Abril pelos jornais... não é mais a jornada de Abril... não que a gente não faça ação... tem protesto, tem jornada em mais de 15 Estados, em geral, mas o impacto da jornada de Março é muito maior.*

(CR): *na mídia?*

(IF): *: muito maior...*

(CR): *Porque você acha que perdeu tanto impacto os outros protestos e as outras marchas?*

(IF): *: Como a gente fez um protesto que tem um caráter de fato radicalizado, os outros já não tem mais esse... é algo muito corriqueiro pra...*

(CR): *Até esse cair na rotina?*

(IF): *: Até esse cair na rotina, porque a primeira aposta a gente fez contra o agronegócio teve um impacto muito grande... isso é interessante você investigar, que foi 8 de Março de 2006. Esse foi um marco, foi a primeira ação que a gente fez e ela teve um impacto, a gente foi massacrado...*

(CR): *Foi na Aracruz...*

(IF): *: a gente foi massacrado... Hoje já vem entrando de certa forma... é engraçado isso, de certa forma isso vem entrando na pauta política... esses protestos já tem um nível de compreensão...*

(CR): *alcançam um ápice e depois...*

(IF): *É... e depois como é algo que continua acontecendo não tem o impacto que teve o primeiro. E tem contradições. É bom que isso seja aceitável, não aceitável mas que entre no... porque é não é fácil organizar. Agora o problema ao contrário, de passar a ignorar isso é que acontece, os protestos, e a tática das grandes empresas geralmente é ignorar... A Monsanto tem esta tática... qualquer protesto eles abafam, não dizem nada. Quando a gente fez uma ação contra a Monsanto no ano passado, a gente fez um trabalho de comunicação forte, e teve que a gente fazer... coletar imagem, tirar foto e mandar para os meios de comunicação, deles não*

terem como silenciar, apareceu imagem nossa no Jornal Nacional, em todos os jornais aparecerem uma imagem que a gente fez das mulheres fazendo protesto e destruindo os produtos transgênicos, que era ilegal.

(CR): Agora, quando os meios de comunicação, como Globo, a Folha de São Paulo vão ao evento...

(IF): Só uma coisa, tem uma outra contradição, como a imprensa não cobre as ocupações de terra parece que elas não existem e se elas não existem então de fato o MST perdeu o rumo, porque ele não ocupa mais terra, não luta pela reforma agrária e só faz essas coisas com as grandes empresas, então é assim que vai se formando o pensamento, dessa forma que eles vão construindo.

(CR): Quando há algum evento que é noticiado, no caso em razão da Aracruz, eles também entrevistam vocês, ouvem o lado de vocês?

(IF): depende do caso, geralmente entrevistam, porque agora é tanto pela a estratégia da própria imprensa quanto por uma questão do jornalismo né? a gente não pode ser maniqueísta, alguma situações eles nem nos entrevistam, por exemplo ações na qual a fonte da notícia é empresa, esses, como no caso da Vale por exemplo, isso tem uma tese que eles não entrevistam, o Globo quase nunca nos entrevista, O Globo está com uma linha da Veja, e não é só contra ao MST, é contra a qualquer organização de trabalhadores. Fizeram uma matéria contra a Petrobrás domingo, você deve ter visto, que uma matéria muito filha da mãe. A Petrobrás tem 22 diretores que são sindicalistas, qual o problema? Ou seja, só porque você sindicalista só pode estar fora do mercado, se você é sindicalista você não pode, então o Globo não é só em relação a nós... o Globo está com uma linha e aí há uma mudança da organização da Globo, em torno de 2005, no segundo governo do Lula, pouco antes da eleição, a Globo foi para derrotar o Lula e houve um alinhamento político-ideológico de todos os meios Globo, da CBN ao Jornal O globo e da TV Globo e sede de jornais que tem no Rio, como o Extra, mas esse aí tem ideologia nenhuma mais. Eles fizeram o alinhamento das filiadas, então a gente tinha muita abertura na CBN, mas hoje em dia é mais difícil. Então a partir desse processo, eles tem uma linha político-ideológica muito mais dura contra qualquer lance dos trabalhadores. Aconteceu uma atividade muito boa do MST esses dias e eles não divulgaram nada... ah! A gente fez uma jornada em defesa da educação, agora dia 8 de Julho, então a gente fez protestos em todo país em defesa da educação, ocupamos 15 INCRA, fizemos protestos em defesa do programa chamado PRONERA, Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, que o governo tinha cortado 50 por cento e a gente fez o protesto para retomar o orçamento e é uma causa boa que o MST lute pela educação, O Globo deu nada, o Estadão deu uma página e Folha deu uma nota, O Globo ignorou, então esse tipo de a pauta, ainda mais a luta agrária, eles ignoram, mas agora, quando o MST faz uma ação contra qualquer empresa aí é página três, foto na capa...

(CR): e mesmo assim sem ouvir vocês

(IF): : em geral quando a gente é fonte da notícia, eles são obrigados a nos ouvir. Porque quando a gente faz uma ação dessa, que é uma ação de desobediência civil, a gente pauta, a gente divulga o que a gente fez, por que a gente está fazendo e quem tem que se explicar é a empresa. A gente está conseguindo, nesse sentido, um bom trabalho. Então a gente é a fonte primeira, então eles nos ouvem.

(CR): Então vocês também utilizam a mídia hegemônica para poder desvisibilizar, quer dizer tornar visível as ações.

(IF): : Claro! Claro! No caso das grandes empresas a gente faz protestos que é denúncia contra as ilegalidades, problemas e contradições que a empresa nos impõe, então é necessário que a sociedade tenha conhecimento, então a gente tem interesse que todos saibam e sabemos que, infelizmente, os meios de comunicação que comunicam para a maioria da sociedade são esses grandes meios, principalmente a televisão. Na televisão a cobertura é mais difícil, a cobertura é mais conservadora.

(CR): ainda mais que o jornal impresso?

(IF): : Mas o jornal impresso a gente tem relação, a gente tem boa relação com alguns jornais impressos, que nos entrevistam. Na Folha e no Estadão nos entrevistam. Não podemos reclamar que não nos entrevistam, usam muito as nossas notas. O Globo é o mais complicado, mas mesmo assim eles nos entrevistam, na maioria dos casos eles nos dão voz, mesmo que seja

pequenininha, seja manipulada, descontextualizada, mas até por uma cobrança pelo bom jornalismo, eles são obrigados a dar o outro lado mesmo que seja de forma manipulada e sem devido espaço.

(CR): É porque quando não dá faz parte da estratégia, não é?! Tornar ainda invisível, tornar mais invisível. É aquele negócio: se não fala, não existe.

(IF): : Então eles até falam com a gente, até para manter a credibilidade e legitimar aquela matéria, não por um desejo de fazer um bom jornalismo. Nas escolas de jornalismo, nas faculdades se aprende que tem que entrevistar os dois lados, mas O Globo tem matéria que não tem nem que é o jornalista que escreve a matéria, não tem nem repórter. Uma jornalista nossa, da folha de imprensa, trabalhou comigo, fez um trabalho sobre O Globo, era sobre a cobertura da Globo sobre as ações do MST contra a Vale e ela tem matérias do Globo que você vê que é o release da Vale. A Globo tem uma relação muito próxima com a Vale. De certa forma, elas representam as grandes empresas nacionais, a Vale, a Globo. Tem a questão econômica de anúncios, a questão ideológica de defender a privatização da Vale até hoje, defender esse modelo de exportação de minério, então a consonância da Vale com a Globo é brutal. A partir da luta conta a Vale, o Globo endureceu em qualquer coisa contra nós... então se a gente faz uma luta pela a educação, eles não dão espaço.

Segundo Gilmar Mauro⁵, membro da coordenação nacional do MST, não são as ocupações de terra que incomoda o grupo dominante e hegemônico, mas sim, na verdade, o poder contra-hegemônico que estas ações têm em si imbutidas:

(...) eles batem no Movimento Sem Terra porque é um grupo de gente, de povo, de pobre organizado e pobre organizado é um perigo para a elite brasileira. Eles têm nojo, ojeriza, de pobre organizado e vão combater sempre. O dia que o editorial do Estadão falar bem de nós, nós vamos ter que reavaliar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, pois certamente estaremos no caminho errado. Não dá para esperar aplauso de quem é dono dos meios de comunicação, ao mesmo tempo é dono do poder econômico do país.

Assim, até 1996, era o método de luta que causava espanto e temor aos setores hegemônicos, escasseando o espaço que estas ações ocuparam na mídia hegemônica, posto que virou costume. Nesta medida, o responsável pelo setor de comunicação do MST entende ter havido novo e forte interesse, dando maior cobertura às ações do Movimento, quando este mudou o alvo de terras improdutivas para colocar-se contra o novo modelo agrícola das empresas transnacionais, atingindo forte no coração do sistema neoliberal, resultando em uma concepção hegemônica de perda de rumo por parte do Movimento, sendo esta situação comprovada pelos resultados obtidos e tabelas demonstrativas trazidas neste trabalho.

Uma estratégia da mídia hegemônica, que enfraquece a própria luta, é o silêncio. Nada transmitir acerca das ações dos movimentos sociais isola-os e mantém a invisibilidade a

⁵ Em seminário realizado no dia 26 de junho de 2002, promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em comemoração pelo Dia Internacional Das Nações Unidas De Luta Contra A Tortura.

qual desejam sair. Conclui-se, assim, que aos movimentos sociais, apesar de possuir sua própria mídia, convém e é importante que utilizem os próprios canais hegemônicos de comunicação para atingir parcela da população que, em regra, não atingem.

4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SEUS INTERESSES

No final do século passado, os meios de comunicação de massa tornaram-se importantes instrumentos na produção de uma nova coesão social, na medida em que “lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais, que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais tem de si mesmos e dos outros” (Alexandre, 2001, p. 116).

Neste início de século XXI, os meios de comunicação de massa informam cada vez mais e em uma velocidade cada vez maior, não se alterando, entretanto, na sua característica instrumentalizadora de representação social. Deste modo, o que se passa em um país é noticiado em outro quase na mesma velocidade em que acontece naquele local e é transmitido, na mídia hegemônica, na forma que convém aos grandes interesses nos diversos setores, económicos, políticos, sociais, culturais etc.

Para produzir audiência, normalmente são as más notícias, como catástrofes, conflitos, acordos ilícitos entre outros, que são interessantes e se aproximam mais do aspecto entretenimento e do esquema de vencedores e vencidos. A imagem negativa daqueles que não interessam socialmente é a mais utilizada, procurando destruí-los, pois estas imagens são mais facilmente retidas e capazes de influenciar a opinião pública (Castells, 2003, p. 452) e no campo da política, a difamação é um importante instrumento de dominação.

De acordo com Alexandre (2001, pp. 114-115), os meios de comunicação de massa constituem aspectos positivos e negativos. Resolveu-se aqui elencar ambos aspectos apresentados pelo autor para melhor visualização e crítica.

<i>Aspectos positivos</i>	<i>Aspectos negativos</i>
1. Democrática, pois liberta o homem na medida em que proporciona oportunidades, destruindo as antigas barreiras de classe, tradição e gosto, misturando e confundindo tudo, dissolvendo as	1. É extremamente conformista, isto é, encoraja uma visão passiva e acrítica da sociedade;

distinções culturais;	
2. Proporciona diversão para as massas cansadas que compõem a força de trabalho;	2. Valoriza, em demasia, a informação da atualidade, entorpecendo a consciência histórica;
3. Divulgam os atos de corrupção;	3. Difunde uma cultura homogênea, destruindo as características culturais de cada grupo etário;
4. Proporcionam cultura para milhões de pessoas, permitindo ao homem médio dispor de uma riqueza de informações, nunca antes vista, divulgando obras culturais a preços muito baixos.	4. É conservadora, pelo fato de trabalhar somente o que já foi assimilado, seguindo apenas as leis do mercado;
XX	5. A fim de não poupar esforço para o entendimento das mensagens, nivela superficialmente a sua produção.

Quadro baseado em Alexandre (2001).

Os aspectos positivos elencados pelo autor são justamente os que se vê como homogeneizadores e aniquiladores da diversidade cultural (exceptuando o item 03), para além de (de)formadores de opinião, na medida em que impõem uma forma de pensar unilateral e de dominação hegemônica. Os meios de comunicação tendem a engendrar uma forte alienação e uma ideia de que só o que é ali transmitido e da forma como é veiculado, é que é real, correta e justa.

Os principais meios de comunicação pertencem a grupos empresariais, cada vez mais concentrados e globalmente organizados, “embora sejam, ao mesmo tempo, altamente diversificados e orientados para mercados segmentados” (Castells, 2003, p. 442). Os meios de comunicação sobrevivem da publicidade e para que essa seja satisfeita é necessário um bom índice de audiência, que se alcança, principalmente, com a credibilidade que passa, sendo esta, por sua vez, obtida pelo grau de imparcialidade⁶ (política) que transmite. O que se argumenta é que na verdade não há imparcialidade, mas sim aparência de imparcialidade, o que é muito diferente!

Toda forma de linguagem carrega em si um forte apelo emocional e cognitivo. Apesar de Alexandre (2001, p. 120) afirmar que “a objetividade da linguagem jornalística ou científica apresenta-se com uma roupagem de distância, ou em termos emocionais, de imparcialidade”, na verdade não é exatamente isso que verificamos por meio de nossa base material de análise.

⁶ O campo da imparcialidade atinge os jornalistas, no tocante à sua legitimidade e respeito que transmitem, pois apenas relatam os fatos e não emitem opiniões.

Zorrinho (2001, p. 46) afirma que com a globalização, as classes sociais parecem ter se dicotomizado: são apenas os incluídos e os excluídos e, em termos de informação, afirma que “por um lado teremos os manipuladores da informação e, por outro, os manipulados e lateralmente os excluídos”, afirmando, entretanto, que estas posições podem variar entre si, isto é, o manipulado também pode manipular. Nesta sociedade em que a informação tem grande valor, já não tem poder quem tem apenas conhecimento, mas quem sabe criar, quem saiba “disseminar dados e padrões de leitura que gerem valor e induzam comportamentos e atitudes” (op. cit., p. 46)⁷.

Os meios de comunicação dominantes acabam por utilizar uma linguagem de guerra e uma linguagem criminal que vem a “contaminar” a informação, abandonando seu traço meramente informativo para definir e enquadrar identidades, que antes deveriam ser de cidadãos na luta por seus direitos e eficácia constitucional, para tornarem-se, por mágica esférica, em bandidos, terroristas e promotores do fim da democracia e Estado de Direito. É neste sentido que Ayala (1985, p. 54) nos informa que “a notícia, tal como o anúncio, procura exercer influência sobre o ânimo do leitor e, neste sentido, a notícia é “de algum modo tendenciosa” e manifesta a antiga vocação da imprensa como veículo de opinião”.

Nesta medida, ao analisarmos a mídia alternativa do Movimento, verificamos que o mesmo, consubstanciado no Jornal Sem-Terra, não chega a oferecer uma resistência, no sentido de rebater as informações desqualificadoras apontadas nos meios de comunicação hegemônicos. Tendo em vista os objetivos abstratos dos meios de comunicação próprios do MST, isto é, que se destina ao público interno e externo, e numa relação com a construção identitária, podemos dizer que ambos os lados constroem uma imagem do movimento a partir do local que ocupam.

⁷ Esta afirmação, obviamente, não rechaça nem exclui outras formas de poder, como a econômica, a força, o carisma entre outras. Afirma Zorrinho (2001, pp. 46-47) que passamos a ter os incluídos, como sendo aquele grupo que detém o poder comunicacional e manipula os dados, gerando valores, assim como também o são o que ele chama de classe média informacional, na medida em que “accede aos dados, trabalham sobre eles, mas não determinam padrões. Age sobre o mundo que lhes é transmitido pronto a consumir e com livro de instruções”; já os excluídos são aqueles “consumidores passivos da informação, entretidos por um mundo virtual que lhes cria a ilusão de fuga, enquanto servem o sistema pelo abandono ou pela prestação de serviços complementares e de suporte”. Entretanto, entendemos que esta visão não reflete, da forma como está disposta, a capacidade contra-hegemônica deste potencial informacional que está também à disposição do que se poderia chamar pseudo-incluídos e dos excluídos.

Podemos observar, neste capítulo, algumas matérias jornalísticas não divulgadas na mídia hegemônica, aproveitando assim, o MST, seu espaço comunicacional para apresentar a seu público-alvo algumas questões, como a grilagem de terra e o investimento que os “proprietários” destas terras recebem, o sucesso das produções nos assentamentos, a vitória da mobilização dos camponeses e o apoio que o Movimento recebe da população.

Reportagens que demonstram a necessidade de os trabalhadores rurais unirem-se e de que juntos conseguem fazer frente às políticas e investidas de dominação do agronegócio são uma constante nos meios de comunicação impresso do MST e questões como estas não possuem interesse nenhum em serem veiculadas na mídia hegemônica, aliada à agro-indústria e aos interesses financeiros.

Para se responder ao quarto objetivo desta tese, podemos afirmar que o MST não rebate, via de regra, as informações desqualificadoras apresentadas na mídia hegemônica. Deste modo afirmado, passemos agora às razões que nos levaram a este entendimento, com base em todos os dados até o momento observados:

1. Os meios de comunicação hegemônicos e alternativos possuem alcance diferente, posto que os primeiros são de massa, possuindo largo espectro de leitores, enquanto a mídia do MST não possui esta abrangência, sendo restrito à sua militância ou poucos mais assinantes que de algum modo interessam-se pelo tema. Como vimos, o MST entende que só possuirá um meio de comunicação de massa na medida em que a própria classe trabalhadora estiver unida o bastante para assim conseguirem ampliar a mídia alternativa e alcançar número largo de leitores, estando caminhando neste sentido;
2. Os jornais O Globo e a Folha de São Paulo tratam dos principais acontecimentos diários, enquanto a Revista Veja, tem circulação semanal, abrangendo os mais relevantes casos da semana. Assim, as matérias veiculadas na mídia hegemônica são pontuais, para além de acusar e desqualificar o MST em eventos que se ligam a fatos cotidianos. Os membros do MST não aparecem nos noticiários hegemônicos como heróis. Antes pelo contrário, mas, ao aparecerem mostram

- seus rostos invisíveis até então, fazem-se conhecidos e colocam as questões de luta na agenda nacional e internacional;
3. O Jornal Sem-Terra, tem publicação mensal e cobre os principais acontecimentos para o próprio Movimento, e não acompanha as manifestações e posições divulgadas nos meios de comunicação dominante. Assim, o que se nota é que o MST, raras vezes, consegue rebater as informações constantes naquela mídia, posto que seus argumentos tendem à generalidade e aos fatos marcantes para o próprio Movimento;
 4. A temática tratada na mídia hegemônica é apresentada pelo MST sob um outro olhar e com uma outra versão, posto que não são pontuais e raramente se destinam aos mesmos fatos, salvo aqueles mais específicos, como o massacre de Eldorado, a ocupação da fazenda do presidente da República, da Aracruz Celulose e da tentativa de extinção do Movimento pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.
 5. O MST entende como veículos comunicacionais não só seus meios impressos, mas todos os modos de veiculação de informação, inclusivamente as palestras proferidas, os trabalhos de base e todos aqueles que entendem como sendo agentes de reprodução e formação de opiniões.

Os jornalistas da mídia hegemônica tendem a compreender os meios de comunicação do Movimento não no sentido informacional, mas apenas de reprodução de sua posição político-ideológica, não possuindo as características necessárias ao cumprimento efetivo das funções do jornalismo.

Assim, entendemos que a mídia alternativa do MST não se interessa efetivamente em rebater as representações apresentadas na mídia hegemônica, posto que primam por uma outra vocação em seus meios de comunicação alternativos e com público-alvo restrito. O MST necessita ampliar seus posicionamentos, afirmado assim por se compreender que a mídia hegemônica igualmente divulga posicionamentos e versões dos fatos, para setores “desinteressados” da sociedade, para contrapor ao termo utilizado pelo jornalista da Folha de São Paulo, “sociedade interessada”.

Discordamos de Simonetti (2007, p. 128) quando afirma que o sucesso dos sem-terra deve-se à sua estratégia comunicacional, cingindo a autora ao Jornal Sem-Terra. Nossos

dados levaram-nos à conclusão de que este veículo de comunicação não é devidamente utilizado para esclarecimentos da população em geral, sendo mesmo instrumento do próprio Movimento e dos amigos. Não rebatem as informações e versões constantes na mídia hegemônica, em especial por não ser um meio de comunicação de massa, lembrando que estamos nos referindo ao Jornal e Revista Sem-Terra, posto que como argumenta o responsável pelo setor de comunicação do Movimento, as estratégias comunicacionais do MST vão muito além destes veículos, apesar de se entender que ainda assim, não conseguem o alcance dos meios de comunicação de massa dominantes. Desta forma, entende-se que o MST consegue sua visibilidade maior mesmo através da mídia hegemônica, que apesar de, em regra, desqualificá-los, ainda assim retiram o véu da obscuridade a que o sistema neoliberal pretendia impor-lhes.

Compreendemos e concordamos com o entendimento do MST de que necessário se faz a unificação da classe trabalhadora, como sendo um dos elementos essenciais à uma formação de meios de comunicação alternativos que se façam dominantes. Neste sentido, retomamos a concepção de formação de uma globalização cooperativa (Arruda, 2000), fortalecendo os vários potenciais inseridos nos grupos sociais contra-hegemônicos, sendo capaz de mobilizar uma nova cidadania global, mais ativa e participativa.

Que a mídia padroniza comportamentos e dissimula fatos, isso já se sabe, mas não se pode esperar que toda a sociedade seja receptora acrítica de toda esta ingerência social. Tanto é que a sociedade civil, tomando a forma de movimentos sociais, vem fazer frente demonstrar uma “outra” verdade àquela publicizada. O que interessa aos movimentos sociais é sair da obscuridade e se fazer notar. Os meios de comunicação, mesmo hegemônicos, também respondem a esta necessidade, por mais que desvirtuam e torçam a realidade da forma como lhes convém. Se os processos globalizatórios pretendem invisibilizar certos grupos sociais, os meios de comunicação primam por desqualificar aqueles que pretendem submergir à obscuridade. De qualquer modo, a mídia torna-se mais um canal pelo qual conseguem os movimentos sociais aparecer e assim pressionar ainda mais os poderes políticos em prol de seus interesses, ampliando a esfera de democracia participativa, tão necessária aos fins pretendidos.

As mudanças sociais são produzidas não apenas por grupos majoritários, mas também pelos minoritários. Nesta medida, é que, apesar de os meios de comunicação convencionais serem hegemônicos e atenderem a estes interesses, e transmitirem para o público em geral, e como dito acima, conhecedor do Movimento pelas manchetes, ainda assim há imbutido nesta panorâmica um potencial a ser utilizado pelos movimentos sociais.

Comparato (2003, p. 64) ainda reconhece a habilidade da liderança do MST em fazer com que seu espaço seja alcançado na Mídia. Afirma o autor que

O MST sempre organiza manifestações de massa, sejam elas marchas, acampamentos ou ocupações, pois, como afirmam seus líderes, essas são a melhor maneira de evitar a repressão aos manifestantes. O mais importante, contudo, é que cada passo sempre leva em conta o apelo jornalístico, pois os estrategistas do MST sabem muito bem que um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo modo que montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo, ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias, garante presença no noticiário da televisão e nos jornais. A ocupação de prédios públicos ou a concentração de militantes em frente à fazenda da família do Presidente da República, por sua vez, garante um lugar de destaque na imprensa, enquanto durar a mobilização.

Que a opinião pública é formada pela informação manipulada, já se sabe, mas ao Movimento convém, neste sentido, introduzir novas mensagens nos meios de comunicação convencionais e ampliar seu sistema alternativo de mídia, que escapem ao controle dos meios de comunicação hegemônicos. Para isso, um processo é instaurado, pois para se romper com o poder hegemônico, necessário se faz um contra-poder, o da resistência. Assim, ao se pleitear a desapropriação de uma área improdutivo, por exemplo, não basta ao MST se fazer aparecer e ir aos meios de comunicação, requerendo este direito constitucional. Precisam agir e por isso implementam as ocupações, o que não raras vezes leva às ações judiciais, despejos e participação dos policiais para o intento, gerando violência⁸, que tem um efeito contraditório: por um lado garante cobertura midiática, sedenta por sangue e espetáculo ao nível medieval; por outro, afasta o apoio popular sobre a causa (tendo em vista a forma como a notícia é veiculada).

Segundo este entendimento, com o qual concordamos, não é só a mídia alternativa que é contra-hegemônica, mas os meios de comunicação convencionais também, pois trazem

⁸ Um movimento antiglobalização denominado Black Block, entende que a violência faz parte da luta e é até uma forma de demonstrar à sociedade que existem diversas formas de ação e elas devem coexistir (Castells, 2003, p. 189).

em si esta dialética. O MST, ao praticar qualquer ação, sabe que a mídia convencional irá criminalizá-lo, na esteira do conceito inicialmente delineado, e desqualificá-lo, mas aposta nesta via também como meio de garantir visibilidade e ocupação do espaço público. Por meio de suas ações, garante visibilidade e torna-se um sem-terra “com-rosto”, saindo do campo de isolamento a que são hegemonicamente lançados, o que reforça a ideia de que a comunicação social é um importante espaço público de luta e enfrentamento, para assim alargar a cidadania e o próprio Estado democrático.

CONCLUSÃO

Nosso trabalho investigativo objetivou demonstrar a relação da mídia e os movimentos sociais, buscando-se como unidade de análise o MST, tentando verificar as formas de representação do Movimento na mídia hegemônica e de auto-representação nos meios de comunicação alternativos, visando, ainda, analisar o alcance da mídia contra-hegemônica e se os meios de comunicação, em geral, possuem, em si, um potencial emancipatório.

A temática tratada perpassou pela ideia de criminalização dos movimentos sociais, sendo um dos elementos mais marcantes da mídia hegemônica, constituído e considerado, nesta investigação, como uma das agências de controle social informal. Para tanto, esclareceu-se que o conceito de criminalização que aqui se tinha em foco ultrapassa as fronteiras do Poder Judiciário.

As sociedades modernas sempre se viram guiadas pelas regras do contrato social¹. Acontece que este também se encontra em crise, e justamente esta, no entender de Santos (2003, p. 13), vem reforçar a idéia de que nos encontramos em um período de transição paradigmática em que as formas de fascismo social vão cada vez mais ganhando novo formato e abarcando um número cada vez maior de pessoas. Nesta medida, o contato com o Estado é por meio do repressivo controle social, tão sentido pelo Movimento nos braços do Poder Judiciário. Entretanto, outras instâncias exercem forte controle social e reforçam a estrutura oficial.

O Estado é cada vez mais importante em nosso tempo, tanto que é em relação ao mesmo que verificamos o grau de cidadania que o indivíduo ou o grupo social possui, na esteira do pensamento de Santos (2006; , 2009; , 2003; , 2000, p. 20 e ss.) acerca dos três tipos

¹ Santos (1999; , 2003, p. 13 e ss) afirma que o contrato social é assente em três pressupostos, atualmente em crise: *regime geral de valores* (é o que sustenta aquilo que se conhece como sociedade, que faz com que possamos chamá-la como tal, pois baseia-se na idéia de bem comum e vontade geral. A questão é que ambas idéias encontram-se em cheque); *sistema comum de medidas* (tem o dinheiro e a mercadoria como exemplos maiores, mas vai além incidindo também numa interrelação de escalas, onde uma pequena situação cotidiana pode alcançar resultados desproporcionais e imprevisíveis); *tempo-espaço privilegiado* (o Estado Nacional deixa de possuir o primado do tempo-espaço que passa a ter que dividi-los com outros tempo-espaços globais e locais, especialmente, tomando grande importância, o tempo-espaço do cyber-espaço, e o tempo-espaço da questão ecológica, indígena e da biodiversidade, que Santos respectivamente chama de tempo-instante e tempo-glacial).

de sociedade civil. Em todo este trabalho investigativo, demonstramos como certos setores sociais pertencem à sociedade civil incivil, grau maior de afastamento do Estado, no qual o MST se insere, constituindo, assim, seus membros, não só a imagem de trabalhadores rurais sem-terra, mas também de “sem-nada”. E por serem assim inseridos nesta esfera de fascismo social, passam a fazer parte do grupo de perigosos e marginalizados, para o bloco hegemônico.

Enquanto ainda tivermos uma forma de Estado que só é democrática no nome e não em sua essência, que não garanta a todos os ideais e promessas de cidadania, o confronto entre os setores subalternos, o Estado e demais atores sociais detentores de poder serão marcantes e presentes e a repressão será o único ponto de contato com o Estado, insistindo os meios de comunicação hegemônicos em perpetuar contra aqueles primeiramente indicados.

Importante é observar que aqueles grupos sociais que foram rechaçados do contrato social e afastados do contato com o Estado, podem propugnar por maiores relações com um novo Estado, espaço de luta e realização dos direitos humanos, que promova políticas democráticas de alta intensidade. É inserido neste quadro que convém aos movimentos sociais procurar se estabelecerem, incluindo na agenda política questões necessárias a este debate e promover políticas públicas neste sentido, de modo a alterar o *status quo*.

O processo dominante de globalização gera um aumento das expectativas sociais, no sentido da realização dos desejos e necessidades do indivíduo/coletividade, mas a realidade oferece o contrário: um distanciamento cada vez maior e devemos compreender o Estado como uma das fontes propulsoras desta diminuição de frustrações, sendo um dos motores da transformação e, neste sentido, deve ser impulsionado quando omissos e não cumpridor de seu papel, por meio de uma cidadania ativa e democraticamente informada, com a qual se desenvolverá atividades cosmopolitas, por meio de uma globalização cooperativa. Neste sentido, não podemos olvidar da necessidade de se aliar globalmente na base de uma sociedade civil global², aduzindo Gómez (2000, p. 72) que

² Gómez (2000) afirma que a sociedade civil global, apropriando-se de termo utilizado por Falk (1994), se traduz pelos movimentos sociais transnacionais. Já, segundo Ignacio Ramonet, em conferência proferida

já há um início de materialização de uma cidadania ativa global na emergência e na expansão de redes de atividades transnacionais, concebidas como projetos e realidades preliminares, abrangendo uma diversidade de movimentos sociais transnacionais, associações ou grupos de cidadãos, organizações não governamentais etc. (por exemplo, Anistia Internacional, Greenpeace, Médecins sans Frontières, movimentos de mulheres, ambientalistas, de defesa dos direitos humanos). Tal ativismo transnacional, ao construir espaços institucionais rudimentares de ação e lealdade desenvolvidos em e através dos Estados, produz novas orientações com relação à identidade e à comunidade política que estão na base de uma ‘sociedade civil global’ em gestação. É dessa sociedade civil global que, de fato, surgem iniciativas que buscam tornar responsáveis os Estados e o sistema internacional de Estados por suas ações e omissões.

Inserto no processo de globalização hegemônica, as culturas, pensamentos, ideias, indivíduos e grupos sociais, que não pertencem ao rol da sociedade civil íntima, tendem a ser invisibilizados, para dar aparência de não existência. Entretanto, não passa de aparência, posto que emergem e duelam para se sobressair e avançar no círculo de intimidade com o Estado.

Sabendo-se que a distância é um produto social e sua extensão depende da velocidade com que pode ser vencida, todos os outros fatores socialmente produzidos de constituição, separação e manutenção de identidades coletivas parecem ser cada vez menos efeitos secundários dessa velocidade. Por esta razão, Bauman (1999) assinala que a “*realidade das fronteiras*” é um fenômeno estratificado de classe o que permite às elites se identificarem mais com elas mesmas para além-fronteiras do que com o resto da população a que pertencem, criando, assim, uma cultura toda própria e singular³. Há hoje a imposição de uma cultura⁴ e interesses gerais, ocidentalizada, que vem sendo objeto também de resistência na corrente contrária à homogeneização⁵.

O efeito da luta no interior da globalização hegemônica é, segundo Wood (2001, p. 113) “limitar o conflito de classe às unidades individuais de produção, descentralizando e

durante a EXPO 98, em Lisboa, “os novos poderes da sociedade emergente são as organizações transnacionais não-governamentais de espectro global e as máfias”.

³ Entende-se que esta identificação para além-fronteiras tratada por Bauman, liga-se à ideia de interesses; é uma identificação por afinidade de interesses e objetivos, e não no âmbito do papel da nação e nacionalismo descritos no capítulo 01 desta tese.

⁴ Aqui, identifica Santos (2001, p. 54), que os Estados-nação possuem papel duplo, pois externamente promovem a diversidade cultural, o reconhecimento da cultura nacional, mas, internamente, é o responsável pelo abafamento das culturas locais, utilizando-se dos mais variados meios para isso, através *do poder de polícia, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social*.

⁵ Na contra-mão da onda homogênea, criou-se, em 2006, no Rio de Janeiro, Brasil, o Fórum Cultural Mundial (FCM), à semelhança do Fórum Social Mundial (FSM), com objetivo de refletir e discutir a cultura, com foco central na manutenção da diversidade cultural. O FCM é composto por organizações não-governamentais e governamentais, instituições nacionais e internacionais, além de gestores, artistas, intelectuais e agentes culturais de todo o mundo e se reunirá a cada dois anos.

localizando a luta”. Esse entendimento, na forma como hegemonicamente se fez parecer, é limitado. Entretanto, a própria globalização traz em si a possibilidade de transposição deste quadro, inclusive pela parceria dos movimentos sociais com aquele que predominantemente também se fez crer que estava superado: o Estado. Certo é que a luta pode e também deve ser local, mas não encerra aqui seu potencial.

Com uma nova forma de Estado, sob o viés contra-hegemônico e com a democracia participativa implementada, teremos uma ampliação do espaço público, igualmente mais democrático, garantindo empoderamento aos grupos excluídos socialmente. Como várias são as formas de opressão e dominação, variadas também são as estratégias de resistência e emancipação, que, apesar de múltiplas acabam e devem se comunicar entre si para levar o projeto de baixo para cima para frente e de modo global, sendo necessário, conforme nos ensina Santos (2006; , 2000, p. 27) , por meio de uma teoria da tradução, que consiga traduzir todas as formas de luta e aspirações.

Um grupo de não-cidadãos, quando organizados, passa de sem-voz a alguma voz, mesmo que esta seja vocalizada e direcionada, segundo os grandes interesses, para o crime, como forma de desqualificá-la. Isso o empoderamento garante: de uma forma ou de outra se fazer ouvir e poder gritar “eu existo também!”.

Em termos de defesa de direitos e interesses, várias são as facetas das identidades individuais que, para lutar pela sua integração social, normalmente engendram identidades coletivas. A formação da identidade promove base para o processo político de uma organização comunitária (Fontes, 1994, p. 102), como ocorre com o MST. A vida nos acampamentos e/ou nos assentamentos amplia a solidariedade social e reforça os laços e sentimento de pertença, para além de facilitar a realização de espaços públicos, pois, não raras vezes, os locais de lazer, de trabalho, de decisões, são compartilhados, o que estreita o espírito em comum. Para que se reforce a identidade, natural que se fixe a diferença do outro e o reconhecimento de si próprio.

Construímos a imagem do Outro, tendo a nós como referência. Nesta medida, tudo o que se faz diferente ou com interesses não comuns em relação aos hegemônicos são e devem ser obscurecidos e o são por meio de estereótipos e rótulos. Assim, a noção de cidadania deve ser reafirmada e precisada, para além da subjetividade. O indivíduo

coletivamente instituído e organizado pode buscar valores fundamentais insertos na democracia participativa, que se alicerçam e buscam alargar o círculo de cidadãos visíveis. No reforço de todos os entendimentos aqui esposados, podemos compreender o que nos transmite Carvalho (2001, p. 449), ao afirmar que aos diversos grupos sociais dominados, dentro deste processo de globalização, cabem adotar uma política moderna de identidade, buscando apoio e ligações regionais, para assim fortalecer suas lutas, não descartando, entretanto, a possibilidade de certa violência, num grau tolerado, em nome de se preservar a integridade das tradições.

Os movimentos sociais contribuem para o processo democrático, não só na utilização do espaço público e colocação de questões na ordem do dia, como também na construção de uma cidadania ativa e participativa. Participar da vida política (aqui não restrita à partidária/representativa) é um exercício de cidadania que os movimentos sociais sabem bem utilizar, e devem utilizar os canais necessários para serem ouvidos.

Com suas ações, o MST consegue abrir seu espaço e mostrar ao mundo os problemas existentes no campo, que não são objeto de atenção dos poderes públicos em geral e que poderiam vir a ser alvo de políticas públicas positivas, como aduz Laureano (2008, p. 78), “que pode ser a forma mais democrática de erradicação da pobreza e da marginalização de milhões de brasileiros, nos moldes próprios do art. 3º da Constituição da República (Brasil, 1988)⁶”.

Como vimos, os meios de comunicação podem ser uma das vias de disputa política no espaço público, abrindo caminho para ampliações de agendas políticas que satisfaçam e ampliem o rol de cidadãos. Embatem as informações publicadas na mídia hegemônica e na alternativa, sofrendo esta com sua escassez de recursos para uma promoção ampliada de sua visão de mundo.

⁶ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nesta medida, no Brasil, e chamando novamente à interveniência da religião nas questões sociais, podemos afirmar que a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) apoia a democratização dos meios de comunicação, propugnando pela criação de um Concílio Nacional de Comunicação⁷, posto que, no caso das emissoras de TV, estas estão na mãos de apenas cinco grandes redes de comunicação e que se comportam, segundo Vicente (2006, p. 12), “como instrumentos operacionais da globalização, divulgam um certo discurso que acaba se tornando hegemônico em função da identidade existente entre as empresas comunicativas e as práticas provenientes da ideologia neoliberal”.

Alguns autores (Cardoso, 2006; Murdock, 1992) entendem que os meios de comunicação contribuem para o alargamento do espectro de cidadania⁸, inclusive como instrumento prático no exercício da mesma, sob os seguintes aspectos, tanto em nível individual quanto coletivo: garantem conhecimento aos direitos dos cidadãos; fornece maior informação acerca de debates e questões públicas; abre oportunidade aos cidadãos de se expressarem e proporem alternativas às questões apresentadas; e ainda apresentam um leque de representações que, de acordo com cada indivíduo, podem vir a ser aceitas ou rejeitadas. Dentro desta ideia de que os meios de comunicação contribuem para a cidadania, Cardoso (2006, p. 404) argumenta que se pode falar em direitos comunicativos, que seria o direito de ouvir e de se fazer ouvir.

Aplicando o termo utilizado pela American Library Association - ALA 2004 acerca da literacia, Cardoso (2006, p. 401) chama de *literacia informacional* o “conjunto de capacidades requeridas aos indivíduos no sentido de reconhecerem quando uma informação é necessária e de possuírem a capacidade de a localizar, avaliar e utilizar eficientemente”. Entretanto, entende o autor que o homem literato tem plena capacidade de utilizar as informações. Concordamos que sim, mas entendemos que o autor não reconhece os valores e a bagagem pessoal que cada indivíduo carrega e que faz com que a informação seja recepcionada de modo diverso. Não alongaremos esta questão, por tratar-se de opinião pública, que não é objeto deste trabalho, mas não podemos olvidar e nem nos furtar à colocação de que as pessoas que não são diretamente afetadas às

⁷ A comunicação chegou a ser tema, em 1989, de campanha propagada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁸ Esta visão não é unânime, na medida em que alguns autores vêem os meios de comunicação como redutores da cidadania.

questões agrárias nem tem em si uma visão progressista da vida que a faz olhar para além de seu próprio círculo, acabam por se ater apenas ao que a mídia hegemónica noticia. Aqueles que só acompanham pelo noticiário, que estão afastados da terra, não vêem esta luta como sua também e não raras vezes param já na manchete da reportagem, sentindo-se bem informado ao ler que “*invadiram certa fazenda no interior de certo Estado*”. Isso não lhes diz respeito diretamente e se satisfazem em pensar que o Brasil é mesmo assim, que devemos ter penas mais severas.

Ao observamos as matérias jornalísticas da mídia hegemónica, conseguimos, por meio de diversas categorias e variantes, estabelecer o perfil que o MST possui junto aos meios de comunicação hegemónicos, claramente se verificando a forma como esta mídia representa o Movimento:

1. A orientação predominante do discurso utilizado é a desqualificadora, em todos os anos observados, inclusive naquele em que ocorreu o assassinato de dezenove sem-terras no Pará, quando mais fortemente foi impingido este tipo de discurso. A desqualificação predomina nas linhas orientadoras do discurso constante nas reportagens divulgadas na mídia hegemónica e que foram aumentando no passar dos anos. Observou-se, assim, que no início do Movimento, ainda não se utilizavam termos como criminosos, baderneiros ou invasores relativamente aos trabalhadores rurais, que ainda eram denominados por lavradores, colonos ou expressões congêneres;
2. Essa desqualificação assume variadas vertentes, na medida em que circula por diversas formas, como a associação da imagem do Movimento aos sindicatos e partidos políticos, ligação esta assumindo um carácter negativo, posto que intenciona induzir a crença de que os sem-terra não lutam por seus próprios interesses, trazendo a ideia de que são massa de manobra apenas, com intenções eleitoreiras. Essa tática é interessante na medida em que quer reduzir o próprio objetivo do MST. Se os objetivos pelos quais lutam não são deles, e a luta pela reforma agrária é somente bandeira política, o próprio Movimento social não precisa existir e nem mesmo a reforma agrária.

Afirmar que o partido político, nomeadamente o PT, é complacente com o Movimento, igualmente tem em si uma estratégia, na medida em que a mídia

hegemónica acaba por atingir dois objetivos: a desqualificação do MST e a do PT, ambos opositores aos interesses hegemónicos, este enquanto partido político que alega, historicamente, ser um dos representantes da classe trabalhadora, e aquele enquanto movimento social que luta por seus interesses, para fazer-se integrante do contrato social do qual é excluído.

Ao se relacionar a imagem do MST com partidos políticos e/ou sindicatos em relação às políticas públicas, podemos perceber que, em termos de políticas públicas não oficiais, que se referem aos apoios ou não da sociedade civil ao Movimento, encontrou-se paridade nas codificações, o mesmo acontecendo em relação às políticas públicas oficiais positivas e negativas. Entretanto, em relação a estas, foi-nos possível notar que o Poder Legislativo não foi apontado em nenhuma delas, desaparecendo, igualmente, o Judiciário, quando o assunto é política positiva em relação ao Movimento. O Poder Executivo é o órgão público que lidera quanto à associação da imagem com o MST, sendo um pouco mais aparente nas políticas públicas positivas.

3. O discurso da violência é outro fator importante nas estratégias da mídia hegemónica. Do mesmo modo em que nas reportagens analisadas constaram mais a violência impetrada contra os trabalhadores rurais, foi observado que são os sem-terra os mais responsabilizados pela violência no campo. Assim, não só são vítima, mas também, ou a provocam, sendo verdugos de si mesmos, ou a causam, deliberadamente. O ponto mais alto, de ambas situações, foi o emblemático ano de 1996 e o discurso reinante é o de o Movimento ser violento, radical e armado, lembrando que buscam marcar a ideia de que as ferramentas de trabalho são armas impróprias.

Mesmo nas matérias em que demonstram a violência que é praticada contra os sem-terra assumem um caráter, predominantemente, desqualificador da luta, utilizando uma orientação no discurso igualmente negativa e pejorativa.

Quando o assunto é a violência, a imagem estatal fica abalada, restando majoritariamente negativa, tanto em relação ao Poder Executivo, em relação à omissão na realização da reforma agrária, quanto ao Judiciário, sob o viés da impunidade. Em relação às políticas públicas, foi nos possível observar como,

em regra, o Poder Legislativo fica excluído de qualquer tipo de referência ou, quando se dá é mínima, mas contundentes, como foi o caso da medida provisória editada por Fernando Henrique, já com status de lei, para a proibição da vistoria em terras outrora ocupadas.

É o Poder Executivo aquele que mais políticas públicas negativas implementa contrárias à reforma agrária e é o Poder Judiciário que abre os braços da repressão penal contra os sem-terra, rotulados como violentos. Mais marcante período de impunidade dos latifundiários foi na Nova República (período analisado de 84 a 86), no qual os mesmos eram veementes em ressaltar que estavam formando milícias fortemente armadas para se defenderem das ocupações. Este período foi interessante, na medida em que não só a impunidade foi evidente, mas o discurso midiático suavizado, tendo em vista que se trazia a ideia de defesa por parte dos fazendeiros. Ao mesmo tempo que se mostrava o absurdo desta situação, a mesma era matizada e acobertada já com elementos jurídicos de legítima defesa.

Entretanto, foi observado que as políticas públicas positivas são mais frequentes, em termos gerais, do que as negativas, em especial naquelas em que atribuem responsabilidade aos fazendeiros ou seus mandatários. Assim, foi-nos possível averiguar que quando os trabalhadores rurais sem-terra sofrem violência o Poder Executivo responde positivamente em termos de políticas públicas, não se observando quaisquer referências ao Poder Legislativo e poucas em relação ao Poder Judiciário.

Assim, entende-se que o órgão público mais sensível às pressões políticas, em termos de reforma agrária, é mesmo o Poder Executivo, sendo a este, constitucionalmente, a quem compete a implantação da reforma agrária no Brasil. Fica patente, também, como o Poder Judiciário é mesmo utilizado em termos repressores, posto que para este órgão, verificou-se o maior número de políticas públicas negativas. O Poder menos afetado nesta temática é o Poder Legislativo.

4. O discurso deslegitimador, que é aquele que pretende retirar o empoderamento da luta do Movimento, igualmente teve forte representação inserta, nomeadamente, na vertente desqualificadora, mais uma vez, com forte predominância no ano de 1996, tanto em termos de atividades quanto em relação à opção linguística utilizada nas reportagens.

Nota-se, assim, que os sem-terra são por várias frentes punibilizados, tomando como exemplo o ano do massacre, quando os mesmos foram não só são chacinados, como também responsabilizados, em regra, pelas situações adversas a quais são impingidos, seja associando sua imagem à violência, à intolerância, à precipitação, à impaciência, à desordem e ao crime.

Em termos de imagem do poder estatal, o Poder Executivo possui uma imagem negativa nas matérias em que se desqualifica o Movimento, mormente aduzindo que as práticas negativas do MST advém de uma falta de política pública positiva por conta do Estado. Entretanto, percebendo que as codificações foram em pouca escala, numericamente falando, e tendo em vista os demais resultados apreendidos e observados, podemos concluir que a imagem negativa mais forte recai mesmo sobre os sem-terra.

Em relação às políticas públicas não oficiais, que se referem ao apoio e solidariedade ou não de esferas da sociedade civil, notamos que o discurso acentuado, ao se deslegitimar as atividades do Movimento, é associar a ações que respaldem este efeito negativo, posto que predominantemente fazem alusão, nas reportagens, a conteúdos ou práticas desfavoráveis às do MST.

Quanto às políticas públicas oficiais, observamos que, nas reportagens em que predominam o discurso deslegitimador do Movimento, tendem a mencionar mais as políticas públicas que acirram a situação penosa dos sem-terra, em todos os níveis estatais.

5. Em algumas reportagens, foi-nos possível observar um discurso que legitimava as ações do Movimento e estas não ficaram em número não tão reduzidos em relação aos discursos deslegitimadores, tendo em vista ambas sub-categorias em seus aspectos gerais, sem considerar as variantes.

Entretanto, ao pormenorizarmos a questão, verificamos que, apesar de em algumas reportagens, serem ressaltados pontos positivos em relação ao Movimento, como a explicitação de seus objetivos, a questão da transnacionalização da luta ou ainda garantir voz ao MST, a orientação do discurso, bem como as situações apresentadas nas matérias jornalísticas tenderam, predominantemente, à desqualificação deste grupo social.

Naqueles artigos que legitimaram o MST ou suas ações, tiveram, majoritariamente, a imagem do Poder Executivo apresentada de forma negativa, assim como a do Poder Judiciário. Como já verificado por meio dos dados coletados e analisados, no período de surgimento do MST, a mídia hegemónica, apesar de expor a situação como defesa da propriedade, ainda assim mencionava as violências e chacinas praticadas pelos proprietários rurais contra os sem-terra ou seus aliados. Neste período, ainda podíamos encontrar reportagens que criticavam tanto o Governo quanto o Judiciário pelas omissões no campo e pela impunidade reinante. Entretanto, a maior parte das reportagens que apresentaram uma imagem negativa dos poderes públicos foram publicadas em 1996.

A que atribuía uma imagem positiva ao Poder Executivo foi no início do Movimento, no período da Nova República, nos momentos anteriores à pressão dos latifundiários para que a reforma agrária não ocorresse, tendo sido forte o *lobby* a ponto de conseguirem que a mesma fosse declaradamente elaborada nos moldes capitalistas, isto é, sem alteração da estrutura de concentração fundiária.

Em relação às políticas públicas não oficiais, que são aquelas que atuam ou não a favor do Movimento, nas matérias que havia um discurso legitimador, observou-se que, majoritariamente, as ações da sociedade civil foram apresentadas de modo favorável ao Movimento.

Na relação entre as políticas públicas oficiais, mais uma vez observamos que o Poder Legislativo pouco se afeta, seja em termos positivos ou negativos. Quanto ao Poder Judiciário, igualmente verificou-se que tendem assumir políticas

públicas negativas, que aqui se encerram em termos de repressão ao Movimento. Já o Poder Executivo, novamente, foi aquele órgão que mais codificações apresentaram, sendo quase igual em termos de codificações.

Nesta medida, podemos confirmar que o Poder Executivo é o mais sensível dos órgãos estatais, que tanto são criticados por suas omissões quanto acabam por realizar melhorias sociais, quando pressionado.

6. Os jornalistas possuem diferentes visões acerca do Movimento e de seus militantes.

Dos três jornalistas entrevistados, com vínculo com a mídia hegemônica, dois deles conhecem de perto o Movimento, entendendo ambos a importância do Movimento, na medida em que conseguiram colocar, por meio de suas ações, a questão da reforma agrária na agenda política, sendo que um deles dois possui uma visão positiva acerca do grupo social reivindicante, enquanto o outro aduz que o Movimento é radical e isso leva a falta de apoio da população. O terceiro, justamente aquele que não conhece o Movimento de perto, mas apenas de forma indireta, por contatos com fontes e ainda por noticiário, possui um discurso consonante com o da mídia convencional, no sentido de cooptação, radicalismo, violência e mesmo afronta ao Estado Democrática de Direito.

Quanto à temática do aparelhamento, os três consideram haver uma forte relação entre o Movimento e o PT, estando alguns integrantes daquele nos quadros dos órgãos públicos federais, por conta de a liderança do país ser do PT. Um deles, mais uma vez referindo-se àquele que não conhece o MST diretamente, entende que os objetivos do Movimento não são efetivamente os dos trabalhadores rurais, que não passam de joguetes nas mãos daqueles que os manipula.

Apontam para o fato de possuir mais ou menos matérias acerca do Movimento, dependendo de onde seja o jornal, estando ou não próximo às áreas de interesses, no caso se mais rural ou urbano. Entretanto, por meio dos dados analisados, não é isso que se verificou, razão pela qual concluímos que é mais o interesse do editorial de cada veículo comunicacional que passa a temática a ser ponto de pauta.

Os meios de comunicação são vistos pelos jornalistas como sendo uma agência imparcial, que transmite a notícia como ela realmente é. Entretanto, notamos como mesmo quando os sem-terra surgem na notícia como vítimas, ainda assim são retratados como os fomentadores da própria situação penosa. Entendem que o MST é representado de forma negativa na mídia por sua inteira responsabilidade, na medida em que suas ações levam a este modo de representação negativo e, quando o discurso é suavizado, o é por questões humanitárias, mas não ideológicas.

Por todo o exposto, podemos apontar o perfil do Movimento para a mídia hegemônica, como possuindo uma conotação negativa, mesmo quando as reportagens ressaltavam algum aspecto positivo da luta, ainda assim, as notas e orientações do discurso tenderam fortemente à desqualificação, inclusivamente quando os sem-terra apresentavam-se como vítimas de conflitos, engendrando-se a imagem de que os mesmos eram os responsáveis pelas situações adversas. Assim, em resumo, a imagem preferencial do MST e de seus militantes é a depreciadora, associando-se a imagem, de forma negativa, a partidos políticos e/ou sindicatos, para assim desqualificar a própria razão de ser do Movimento, fomentando a crença de ser um grupo de radicais, violentos, intolerantes, desordeiros e violadores da paz social e das leis vigentes, para além do próprio Estado Democrático de Direito e que, desta maneira, não possuem apoio popular para uma causa falida e sem sentido.

Ainda inserto na análise acerca da construção do perfil do MST na mídia hegemônica, inscreve-se a ideia de criminalização dos movimentos sociais, conceito este que ultrapassa o cerco do Poder Judiciário, alargando seu espectro para as esferas das agências de controle social informal, das quais os meios de comunicação estão inseridos.

Como já conhecido, o MST surgiu em 1984, enquanto movimento organizado, nacionalizando-se no ano seguinte, no momento da realização do I Congresso Nacional dos Sem-Terra. Neste primeiro ano de vida do Movimento, não encontramos quaisquer referências em reportagens que induzissem ou reforçassem o processo de criminalização, já se fazendo presente a partir de 1985. Verificamos, portanto, que o processo de criminalização não se dá de modo linear e nem mesmo progressivo,

dependendo mais do fato que se encontra em pauta e da necessidade de fomentar esta imagem relativamente ao MST, atendendo a interesses políticos e das elites, proprietárias das redes de comunicação convencionais.

Conforme observamos, os discursos que compõem o processo de criminalização do MST, dá-se por cinco esferas, nas quais constatamos que aquelas que encerram o Movimento ou os trabalhadores dentro de uma imagem estigmatizante e rotulante de suas atividades, traduzidas por comportamentos desviantes, verificando que as mais fortes e constantes imagens foram aquelas que associavam as ações do MST à desordem, desrespeito às leis e ao Estado, bem como o cometimento de crimes em espécie, tipificados do Código Penal, cometidos efetivamente ou não, até por que já constantes nos meios de comunicação como sendo definitivo e não raras vezes sequer tinha havido processo judicial, muito menos condenação penal, única instância que pode concluir ou não pelo cometimento de crimes a algum indivíduo. Clara é, neste sentido, a criminalização que os movimentos sociais, aqui nomeadamente o MST, sofre por outras instâncias que não a judicial.

Nesta medida, concluímos que o processo de criminalização engendrado pela mídia hegemónica ao MST dá-se da seguinte maneira:

1. De um modo geral, a mídia hegemónica trata da violência agrária, tanto sofrida pelos fazendeiros como pelos trabalhadores rurais. Entretanto, em termos de responsabilização pela mesma violência, a mesma recai sistematicamente contra os sem-terra, tanto impondo a imagem de que os fazendeiros agem em defesa contra os militantes, como na esfera de que os mesmos promovem a desordem e cometem crimes;
2. No mesmo sentido podemos verificar nas reportagens que já tratavam de responsabilizar o Movimento, sendo forte o discurso desqualificador da luta ou da própria atividade empreendida, rotulando veementemente de criminosos os sem-terra, apresentando rol de crimes possivelmente praticados;
3. Mesmo nas matérias em que explicitam e legitimam o Movimento e até garantem voz ao mesmo, ainda assim há forte associação dos trabalhadores rurais ao crime, evidenciando-se a esfera de controle social informal que os meios de comunicação dominantes impõem e fomentam;

4. Quando a mídia hegemónica engrossa a criminalização a que é impingida o Movimento, faz sempre utilizando-se de opções linguísticas desqualificadoras, tendo sido encontrado número expressivo de codificações neste sentido, recaindo sobremaneira sobre a imputação de crimes aos trabalhadores rurais;
5. A imagem do Poder estatal, nas reportagens nas quais o processo de criminalização é evidenciado, tende a apresentar o Poder Executivo de modo negativo, no sentido de indicar que qualquer tentativa de política pública positiva em prol da reforma agrária é estar em consonância e aliado a malfeitores;
6. Em termos de políticas públicas não oficiais, que são aquelas nas quais a sociedade civil organizada demonstra ou não o apoio ao Movimento, possuem o mesmo peso, tanto nas questões desfavoráveis quanto nas favoráveis;
7. Observamos que quando o processo de criminalização está presente, os meios de comunicação hegemónicos tendem a apresentar as políticas públicas negativas, que agravam a luta, em especial levadas a cabo pelo Poder Executivo.

As reportagens na mídia hegemónica são fortemente marcadas pela intertextualidade, que é uma forma de marcar um discurso sem que o veículo comunicacional se relacione com o mesmo diretamente, na medida em que são falas e opiniões de outros (discurso indireto). Entretanto, esta estratégia demarca uma posição ideológica do canal comunicativo, visto que se apropria destas palavras, que são de outrem, sem querer demonstrar que são suas, escamoteando seus reais interesses.

Fica claro que a mídia hegemónica, inserta no rol de agências de controle social informal, criminaliza o MST, seus militantes e sua luta. Àqueles que se encontram na esfera do fascismo social, insertos no perímetro da sociedade civil incivil, o único contato com o Estado, é mesmo por meio do sistema penal, cumprindo os meios de comunicação hegemónicos seu papel, não só de manutenção do *status quo*, mas também de identificador daqueles a quem o Poder Judiciário, no âmbito penal, recrutará seus clientes, sendo, nesta medida, a mais importante agência de controle social informal.

Andrade (2003, p. 10) defende que o controle penal constitui empecilho na luta pela construção da cidadania dos Sem Terra, posto que se verifica em consequência deste

controle o aumento da exclusão e da violência. Afirma ainda, com propriedade, que a questão agrária ultrapassa o âmbito das relações capital x trabalho, sendo essencial despolitizar o discurso sobre a reforma agrária para que se dê cabo da concretização da mesma, posto que, no seu dizer, trata-se de “condição *sine qua non* de resgate da dívida social e da própria estabilização das relações sociais”, sugerindo que se socialize um contra-discurso ideológico, utilizando-se da mesma Mídia que ajuda a rotular o Movimento de criminoso, quanto dos demais mecanismos de controle social informal, além de se apropriar do potencial simbólico contido no discurso legal e dogmático, buscando uma interpretação da lei penal, processual penal e penitenciária, à luz da Constituição, criando um processo ao qual denominou de *compensação da seletividade*, que teria por “escopo minimizar o impacto da criminalização exercida sobre os Sem-Terra, quanto maximizar o alcance da criminalização sobre as a graves e constantes violações de direitos humanos que contra eles se consumam na impunidade” (Andrade, 2003, p. 12).

Num momento de mais ferocidade do projeto neoliberal, o MST surge como um elemento desafiador e coloca, não raras vezes, em xeque, a política dominante, colocando-se, ainda, segundo Rodrigues (2006, p. 17), na vanguarda política e no reverso da previsão estampada no Manifesto Comunista, de que eram os trabalhadores urbanos os elementos capazes de mudança. Não que não sejam, mas os trabalhadores rurais se colocaram na frente da luta, ainda mais em um momento em que se percebe uma maior cooptação e obscurecimento dos sindicatos. A força revolucionária e capaz de mudança não são só os trabalhadores rurais e nem só os urbanos, mas a força toda integrada e unida. Neste sentido, o MST, hegemonicamente considerado, constitui grupo que, para além de desconhecido, torna-se extremamente perigoso e merecedor de nada menos que eliminação. Eldorado de Carajás foi forte exemplo do que se faz com “terroristas”.

O Movimento, com seus meios de comunicação próprios, igualmente forma seu perfil, a sua identidade, que aqui é coletiva, fomentando o orgulho e a honra de ser sem-terra. É dentro deste raciocínio que nos apoiamos em Mendes (2003, p. 27), para quem a “busca do reconhecimento, da honra, é contínua, procurando o indivíduos redes de reconhecimento mútuo”. É assim que os sujeitos vão se reunir, engendrando histórias, crenças e idéias comuns, que nos foi possível verificar, no caso do MST, por meio da

análise de categorias e sub-categorias, bem como pelo cruzamento de variantes. Assim, podemos estabelecer o perfil do MST com base em seus veículos comunicacionais:

1. O MST, com relação a um discurso legitimador de sua luta, a faz mais fortemente em reportagens que explicitam os objetivos da luta, nomeadamente ressaltando a importância da mobilização dos trabalhadores, bem como o aspecto da produção agrícola e o perfil do sem-terra. As matérias que mencionam o apoio e a solidariedade que o Movimento angaria também se fazem presente de modo contundente. A orientação do discurso é predominantemente positiva, tanto para explicitação dos motivos da luta quanto nas reportagens que apontam para a necessidade de apoio e solidariedade entre movimentos sociais;
2. Quanto à orientação do discurso das reportagens veiculadas pela mídia do Movimento, encontramos apenas uma referência a um discurso desqualificador, surgido ainda no início do Movimento e mesmo assim por ser um pronunciamento de um trabalhador rural, ainda sem o devido ensinamento apreendido da base eclesial e sindical com relação ao uso político do uso das palavras. Assim, a predominância do discurso é positivo, exatamente no sentido de que a identidade coletiva do MST se dá também pela linguagem, por isso a construção e a busca de uma gramática própria, que represente o Movimento como um todo e não só os militantes, posto que demonstrou-se a importância do coletivo para este grupo social;
3. O MST apresenta-se como autônomo em relação à Igreja, sindicatos e partidos políticos, apesar de fomentar as alianças com todos os setores progressistas da sociedade;
4. O MST não se apresenta como responsável por nenhum tipo de violência praticada contra latifundiários e/ou polícia. Violência, para o Movimento, é apenas a que o mesmo sofre, tanto diretamente por ação dos fazendeiros e polícia, quanto indiretamente, por ação do próprio modelo capitalista e neoliberal, responsabilizando, em maior número, o próprio Governo. A orientação do discurso adotada nas reportagens é favorável aos sem-terra;
5. A transnacionalização da luta e a premência de realizar alianças, rurais e urbanas, nacionais e internacionais, sempre foi ressaltada pelo MST, tornando-se

mais visível a partir da ocupação da Aracruz Celulose, por meio de um discurso positivo;

6. O entrevistado, responsável pelo setor de comunicação do Movimento, apresenta-se como sem-terra da cidade, sendo este um dado de extrema relevância para nosso trabalho investigativo, na medida em que fica clara a formação da identidade deste grupo social. Nesta medida, não necessariamente, para ser sem-terra, necessita ser um indivíduo que esteja no campo, pleiteando seu pedaço de terra, bastando, para a interiorização da identidade, a comunhão com os ideais do Movimento.

O MST entende receber apoio de grande parte da população brasileira e do exterior, sendo este dado de enorme importância ao Movimento, pois não se sentem sozinhos na caminhada, que como mesmo afirmam: a luta é de todos!

O trabalhador sem-terra para o MST não é um ente individual, mas possui uma identidade coletiva, que é fomentada e valorizada, havendo fortes elementos de solidariedade e de apoio entre os membros em relação ao próprio Movimento e entre este e demais movimentos sociais, nacionais e internacionais. É, pois, um movimento aberto, no reforço do entendimento de Caldart (2001, p. 211) e Laureano (2008, pp. 84-93), na medida em que é um movimento popular e, portanto, aberto a todos que dele pretendam participar. O lema do Movimento do III Congresso, “Reforma agrária, uma luta de todos”, faz com que não só outros membros da sociedade se identifiquem com a luta, mas como os trabalhadores rurais ampliem suas reivindicações de modo coincidente com os setores excluídos da sociedade.

Enquanto a mídia retrata os sem-terra como violentos e fazendeiros em situação de defesa contra os mesmos, ressaltando que a violência que os trabalhadores sofrem são causadas por eles próprios, seja por intolerância, impaciência ou radicalidade ideológica, o MST afirma que são eles as vítimas do sistema e que se encontram em situação de penúria, de abandono social e de miséria, sofrendo agressões e extermínios, que restam sempre impunes, posto que a justiça penal não foi erigida para protegê-los, mas para prendê-los. O sistema penal acaba sendo eficaz para isolar os pobres e mantê-los longes de bens, que só servem para aqueles que pertencem à sociedade civil íntima e, muito pouco, à estranha.

Construção do orgulho e do sentimento de pertença dos membros do MST advém também do próprio processo de exclusão identitária e social vivenciado. Lutam pelo reconhecimento de seus direitos, tanto a nível local como nacional. E sua atuação chamou atenção em todo território nacional quanto no âmbito internacional, visto que até prêmios internacionais logrou⁹, para além de ter sido objeto de campanha liderada por Noam Chomsky, tendo resultado na remessa de uma carta ao ex-presidente Fernando Henrique¹⁰.

Durante todos os anos observados, foi-nos possível verificar como os discursos sofreram alterações com o passar dos anos. Como já afirmado, percebemos como a forma de adjetivar as ações e os próprios sem-terra modificaram-se, notando-se que, no início das atividades, as mesmas eram apontadas como sendo ocupações e o militante apresentado como o trabalhador, agricultor, colono entre outras formas, assumindo caráter de invasão e invasores quando as ações passaram a ser mais intensas e mais frequentes, tornando a linha abissal cada vez mais móvel e visível. Desta forma, nota-se como o discurso igualmente altera-se em razão de interesses de grupos, lembrando que encontramos uma reportagem do próprio Movimento na qual um sem-terra mencionava sua atividade de invasão. Esse foi o único registro encontrado, posto que, como já ressaltado, a opção linguística não é mero acaso, para nenhum dos lados, mas forte expressão político-ideológica.

As opções linguísticas que orientam o discurso do Movimento relacionam-se diretamente com o fortalecimento da identidade coletiva que propugnam para o alcance do objetivo maior do Movimento, que passa pela reforma agrária até atingir a alteração do *status quo* social. O MST assume uma nova gramática, que se consolidou no tempo,

⁹ A UNICEF e comissões internacionais de Direitos Humanos, conforme notícia Amaral (2000, p. 38) premiou o MST, enquanto movimento social, para além de vários assentamentos ligados ao Movimento igualmente serem premiados tanto por entidades brasileiras quanto de outros países.

¹⁰ Segundo nos notícia Martins (2007, p. 22) em relação à mobilização liderada por N. Choamsky, devendo-se ressaltar que se optou por copiar o trecho mencionado pela autora na íntegra, tendo em vista que não se pode verificar *n loco*, tendo em vista que o site informes pertence ao Partido dos Trabalhadores – PT, e não mais tem esta nota no ar. Assim esclarecido, transcreve-se, *n verbis*, a informação trazida pela autora referenciada: “O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora, um grave problema no Brasil, como é sabido, devido à grande concentração de riquezas que convive com uma imensa pobreza. (...)”. Disponível no site <http://www.informes.org.br/notas/mst-noam.htm>. Já a nota seguinte trazida pela autora, foi possível constatar, no qual Chomsky, em 2003, ao destacar a importância dos movimentos sociais, afirma que o MST é um dos de maior sucesso existentes no mundo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45267.shtml>.

moldado com base em sua identidade coletiva construída, havendo total imbricação entre o discurso do MST, apreendido em sua formação, com a dos sem-terra, que verbalizam em uníssono.

O não querer atrelar-se a um sindicato, ou ser o Movimento uma estrutura sindical, vem da fragilidade destas entidades, no sentido de estarem atadas ao estado pela lei que os regulamenta. Declaram-se como autónomos em relação aos entes que os apoiam desde seu momento embrionário e aos que no percurso se solidarizam, demonstrando, ainda, haver pela justiça em seus objetivos, pelas mais variadas razões, aventadas no decurso deste trabalho, fomentando a mobilização e união dos trabalhadores cada vez mais intensa.

A imagem construída socialmente acerca do MST e com o apoio da Mídia, é, em grande parte, desqualificadora, mas ainda assim, os membros do Movimento sentem orgulho de participar do mesmo e saber que estão caminhando para uma vida melhor, pelo menos resta a esperança de chegar finalmente à “terra prometida”.

Diferentemente do MST, que retrata sua imagem de forma independente, ressaltando alianças, a mídia hegemónica coloca a questão do aparelhamento de uma forma negativa, como sendo a manipulação dos trabalhadores rurais por entidades, sejam sindicatos, sejam partidos políticos, tomando os sem-terra como massa de manobra para atender fins que não são daqueles que lutam, que carregam as bandeiras, e o fazem para desqualificar o Movimento e induzir à crença de que a própria reforma agrária não tem mais razão de ser, na medida em que não são realmente seus objetivos que lá estão em causa.

Entretanto, verificamos que o MST não rebate as informações transmitidas pelos meios de comunicação hegemónicos, tendo em vista que seus recursos próprios não são de massa, atingindo apenas parcela da população, enquanto a mídia hegemónica atinge uma parcela que, além de maior numericamente, representa ou está presente nos centros de decisão. O MST possui um discurso voltado nomeadamente para seu próprio público, militantes e simpatizantes, mesmo com a compreensão alargada de estratégias comunicacionais adotada pelo MST.

Correia (2004, p. 03) aduz que sem os meios de comunicação, as decisões democráticas não passariam de utopia, apesar de não raras vezes, serem eles próprios “obstáculos reais às possibilidades dessa mesma deliberação”. Outrossim, reconhece também a força da sociedade civil sobre os processos decisórios, mas afirma que “os sinais e impulsos enviados são por vezes demasiado fracos para redirecionarem os processos de decisão no sistema político”. Na verdade, é este o enfrentamento do MST, na medida em que desafia esta lógica e consegue promover a discussão e incluir seus direitos na agenda política, apesar e por esta mesma razão, objeto de tamanha repressão e desqualificação.

Fidalgo (2007, p. 01) afirma que são os meios de comunicação que nos determina e posiciona no mundo, para além de nos informar. “O que conta na sociedade mediatizada em que vivemos é aparecer nos órgãos de comunicação. Quanto mais se aparecer tanto melhor. E isso independentemente de ser sob uma perspectiva positiva ou negativa”, afirma o autor. É nesta medida, e pela falta de amplitude dos meios de comunicação alternativos do MST, que compreendemos que sua aparição na mídia dominante seja de extrema valia para o próprio Movimento. É como afirma o dito popular no Brasil. “Falem mal, mas falem de mim”.

Um fato não divulgado nos meios de comunicação equivale a sua não existência ou não chega a produzir o efeito pretendido. Assim, as ações implementadas pelo MST, mesmo não sendo divulgadas de forma positiva e com seu real sentido, ainda assim fazem valer sua existência e dá rosto àqueles que não são nada para o regime neoliberal, que tanto tenta escondê-los.

O MST já verificou na prática que as negociações com o Governo, sem as ocupações, passeatas e atos públicos realizadas para pressionar, não chegam a lugar algum¹¹; ou seja, sem radicalizar nada têm conquistado. No dizer de Fernandes, se as autoridades públicas agem de alguma forma no caminho da reforma agrária o fazem por pressão, em razão das atividades de luta dos movimentos sociais:

¹¹ Garcia (2000) traz o exemplo dos trabalhadores de Sumaré, próximo a Campinas, São Paulo, “que realizaram várias ocupações de áreas entre novembro de 1983 e abril de 1988. Centenas de famílias sem terra, organizadas em quatro diferentes grupos, mantiveram, em graus diferenciados, negociações com o governo estadual paulista, somente atingindo seus objetivos de assentamento, ao menos parcialmente, após a realização de ocupações, grandes passeatas e atos públicos” (Garcia, 2000, p. 80).

“A política de assentamentos do governo federal e de alguns governos estaduais é apenas uma resposta às ações dos sem-terra. Essa política não existiria sem as ocupações. Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária”. (Fernandes, 2000, p. 07).

As ocupações tornaram-se um dos meios de se ter acesso à terra, efetivando, muitas das vezes, o consequente assentamento. É, sim, uma maneira de se fazer reforma agrária, de baixo para cima, posto que conseguiram incluir a questão na agenda política. A reforma agrária acontece no Brasil, pode-se dizer, por pressão popular, por estas investidas dos trabalhadores rurais em associação, por essas ações coletivas, unidos para além de suas classes e grupos, pela luta de um bem maior e comum.

As primeiras ocupações realizadas pelo MST eram informadas aos principais meios de comunicação de massa, mas o espaço atribuído era muito pequeno, sendo esse quadro modificado a partir da década de 90, quando tomou grande proporção. Segundo Fernandes, foi “a partir da ocupação do Pontal de Paranapanema, da novela O Rei do Gado, do massacre de Corumbiara, do massacre de Eldorado dos Carajás e da Marcha, foi que o MST passou a ser conhecido nacionalmente” (2000, p. 23).

As ocupações coletivas converteram-se em uma forma diferente de reivindicação social ou, como afirma Comparato (2003, p. 24), numa nova forma de atuação política. E esta estratégia é que proporcionou ao Movimento conseguir colocar a reforma agrária na pauta do Governo¹² e assim conseguir a implementação dos assentamentos. A exposição do MST na mídia, mesmo convencional, favorece que o governo não possa ignorá-lo nem tão pouco reprimi-lo francamente.

Segundo Caldart (2004, p. 169), as ocupações possuem também efeito pedagógico, na medida em que os militantes aprendem com a “rebeldia organizada” que são agentes de seus próprios destinos, desafiando a morte certa e prematura, ainda em vida. Aprendem ainda com a formação de uma consciência de classe, mudando sua atitude perante às autoridades a quem reivindicam seus direitos, já não olhando mais para cima, mas de

¹² Foi durante o Governo Itamar Franco que o MST foi recebido pela primeira vez pela Presidência da República.

igual para igual. Num terceiro aspecto de aprendizado, a autora afirma que os sem-terra, com a ocupação, “retomam simbolicamente o direito à vida que começaram a perder quando da terra foram arrancados” (idem 2004, p. 173).

Para o membro do MST, com a ocupação ele passa a ser acampado e isso lhe confere um *status*, um orgulho pela conquista, que se concretizará no momento final, com o assentamento. E este possui ainda maior força identitária na medida em que marca a inversão da lógica jurídico-capitalista, na medida em que o sem-terra já não o é mais, sendo mesmo dono da terra. Aquele que era sem-terra, agora é proprietário de sua terra e esta certeza, este orgulho e esta conquista, faz crer a todos do Movimento que as ocupações, força-mãe dos atos subsequentes, devem continuar.

A sociedade contemporânea vive sob a crise da esfera pública e seu principal problema é que nesta sociedade o espaço público encontra-se espremido, principalmente como efeito dos meios de comunicação de massa (Fairclough, 2006, p. 44). Ao realizar suas ações de ocupações de terras e prédios públicos, bloqueios de estradas entre outras estratégias, o MST é noticiado na mídia, mas ao mesmo tempo que se dá a notícia de forma negativa, também garantem para si a necessária visibilidade, garantindo um espaço contra-hegemônico dentro do meio de comunicação convencional e hegemônico.

Com a globalização, os meios de comunicação assumiram um papel de descentralizar a informação, tornando visível, de algum modo, o que antes era invisível. Neste sentido afirma Thompson (1995, p. 215), que “desde o advento da imprensa e especialmente da mídia eletrônica, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada”.

A mídia expõe negativamente o MST, mas ainda assim, um dos objetivos do MST se cumpriu: ser notícia, pois nesta medida ganha visibilidade, apesar de não conseguir dominar e controlar o conteúdo negativo que a imagem construída traz sobre si. Assim, mais importante do que noticiar os objetivos de luta, passou-se a centralizar o indivíduo (criminoso e desviante, segundo a lógica dominante).

A incapacidade do Movimento em controlar os efeitos perversos de sua visibilidade fez inclusive com que o mesmo escrevesse, em seu site¹³, no dia 14 de Maio de 2004, um manifesto contra os meios de comunicação, afirmando que

“Todos acompanharam pela imprensa nossa Jornada de Lutas, que acabou sendo, involuntariamente, batizada de abril vermelho (...).

Porque fizemos essa jornada? Por um motivo óbvio, o papel do MST como movimento social é seguir paciente e permanentemente organizando os pobres do campo, para que se mobilizem por seus direitos. Sem mobilização social não há e nunca houve nenhuma conquista ou mudança, nem no Brasil e nem em toda a história da humanidade.

O que nos choca é o comportamento da chamada "grande imprensa brasileira". Transformou nossa Jornada em coisa de outro mundo. Mas nós entendemos esta posição. No Brasil cerca de 80% de todas as notícias são monopolizadas por apenas sete grandes grupos. Estes grupos defendem, a todo custo, os privilégios econômicos e políticos de uma minoria da sociedade brasileira. Há várias teses e estudos no país que demonstram como a grande imprensa se comporta como um partido político da classe dominante, fazendo luta ideológica para hegemonizar a sociedade com suas idéias”.

Os meios de comunicação hegemônicos se comportam como sendo os únicos capazes de narrar os fatos com imparcialidade e veracidade, desperdiçando a experiência apreendida nos movimentos sociais e em suas estratégias comunicacionais, ressaltando que tudo que está fora da compreensão hegemônica não existe e deve ser desacreditado. Nesta medida, o que necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas (Santos, 2007, p. 20), crendo, assim, não só na ampliação futura dos canais comunicativos do MST, alcançando espectro maior da população, como também no próprio uso contra-hegemônico da mídia dominante, na medida em que se torna notícia e se faz visível, posto que “todas as ações do MST tem alta dosagem de interesse jornalístico”, sendo o espaço que obtém na mídia decorrência natural deste processo. Neste sentido, as ações coletivas implementadas pelo Movimento, ao conseguir seu espaço nos meios de comunicação dominante, atribuem à própria ação forte elemento de sucesso.

O MST, ao ser exposto na mídia como é, ganha visibilidade e passa a existir dentro deste mundo de excluídos e invisibilizados, correndo o risco de ser demonizado, conforme critica Martins (2000, p. 20). Na medida em que se desinvisibiliza, passa a inserir a reforma agrária dentro da agenda política, que de outra maneira igualmente seria invisibilizada. Nesta relação, passa o Movimento, segundo Mendonça (2007, p. 66), a obrigar a imprensa a explicitar seu trabalho de interpretação do mundo,

¹³ <http://www.mst.org.br/node/2904>, acessado em 10 de Novembro de 2009.

usualmente dissimulado em efeitos de verdade. Com isso, o movimento consegue converter sua queda discursiva em uma conquista política.

Quando a mídia hegemônica silencia, ela acaba isolando o Movimento. É nesta medida que ocupar o espaço midiático dominante é importante estratégia de desinvisibilização e de mostrar à sociedade a luta do Movimento, apesar de nela constar com fortes elementos desqualificadores. Ainda assim, conseguem sair da esfera do invisível que a globalização hegemônica tende a lançar.

Os movimentos sociais contra-hegemônicos, em grande medida, marcam presença nos meios de comunicação e utilizam-se dos mesmos como forma de divulgação e visibilidade, mesmo que sejam retratados pela mídia hegemônica de forma negativa, como é o caso do MST. Ao criar o espetáculo, chamam atenção da mídia e, por consequência da população, colocando suas reivindicações em pauta de discussões, ganhando, assim, força reivindicativa junto aos Governos.

Cabe à União Federal¹⁴ a realização da reforma agrária, mas a mesma não é de forma alguma implementada, em sua plenitude, pois alteraria profundamente a estrutura agrária latifundiária e voltada à atenção ao grande capital. Assim, graças à estratégia de luta dos movimentos sociais agrários, por meio das ocupações, os assentamentos rurais ingressaram no cenário político. Nesta medida, também, o Poder Executivo, aqui referindo-se à União, é o órgão mais sensível às pressões do MST. Deste modo, é importante que as notícias dos meios de comunicação hegemônicos, apesar de negativas, façam transparecer os conflitos. MST não age para ter sua ação divulgada, mas ela é essencial, posto que se a mídia hegemônica silenciar acerca dos fatos referentes ao Movimento, o tema deixa de existir e se não existe conflito, não há problema e se não há problema, o Estado não age.

Na medida em que a emancipação social é o “conjunto de aspirações e práticas, dirigidas a aumentar a discrepância entre experiências e expectativas” (Santos, 2009, p.

¹⁴ Artigo 184 da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

30), colocando em xeque o *status quo* e o “sucesso das lutas emancipatórias mede-se pela nova relação política entre experiências e expectativas” (Santos, 2009, p. 31), podemos compreender que os meios de comunicação, tanto hegemônicos como contra-hegemônicos, por meio da luta que neste campo se trava, são também emancipatórios, na medida em que tendem a aumentar as expectativas em relação às experiências. E os movimentos sociais, aqui tratando-se do MST, utilizam-se destas duas vias comunicacionais, que se compreende emancipatórias.

É assim que compreendemos que “a comunicação é vital para o sucesso da luta” (Chaparro, 2001, pp. 54-57), aqui referindo-se tanto à hegemônica quanto à contra-hegemônica¹⁵, sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2007, pp. 28-38), remetendo-nos ao entendimento da ecologia dos saberes, sendo importante a utilização deste campo de luta midiático para o real sucesso dos movimentos sociais, pois retira-se o véu para tornar-se e mostrar-se efetivamente existente e ativo.

Como nos ensina Santos (2007, p. 54), é preciso reinventar as possibilidades emancipatórias e reconhecer que os meios de comunicação são espaços importantes, tendo em vista seu preponderante papel social, ressaltando, como se pôde depreender no curso deste trabalho, que não só a mídia alternativa pode ser emancipatória, em especial se ampliar sua difusão (grande problema enfrentado pelas mídias alternativas) e se rebater as informações negativamente apresentadas na mídia hegemônica. Mas também esta pode ser emancipatória, na medida em que se “fabrica” nela o espaço que não conseguem em seus próprios meios comunicacionais. Nesta medida, amplia-se o espaço público e campo de luta, garantindo-se um uso contra-hegemônico dentro do pensamento e campo hegemônicos.

¹⁵ Onde a mídia hegemônica concebe o saber como verdade e a mídia contra-hegemônica produz um saber popular, compreendido apenas como opinião e divulgação de ideias, não reproduzindo a realidade, papel apenas da primeira, sendo, pois, possível por meio de uma tradução, impondo uma nova forma de relacionar conhecimentos (Santos, 2007, p. 40).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Adorno, Sérgio. (1994). Violência, Controlo Social e Cidadania: Dilemas na Administração da Justiça Criminal no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 41, 101-127.
- Adorno, T. & Horkheimer, Max. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Adorno, T. In Cohn, Gabriel. Comunicação E Indústria Cultural. (1977). “*A indústria cultural*”. São Paulo: ed. T. A. Queiroz.
- Aguiar, Roberto A. R. De. (2007). Alteridade e rede no direito. *Revista Jurídica - Brasília*, 8(82), 09-32.
- Alexandre, Marcos. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 06(17), 111-125.
- Alexy, Robert. (2001). *Teoria da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy.
- Almeida, Frederico De & Sinhoretto, Jacqueline. (2006). A judicialização dos conflitos agrários: legalidade, formalidade e política. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais* (Vol. 62, pp. 280-334). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Almeida, Maria Isabel Mendes (2001). Sociedade brasileira e Organização da Subjetividade. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Amado, João Da Silva. (2000). A técnica de análise de conteúdo.
- Amado, João Da Silva. (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Amaral, Marina. (2000). Publicações e Prêmios - MST *Especial Caros Amigos*, p. 38.
- Amin, Samir. (2001). Capitalismo, Imperialismo e Mundialização. In José Seoane & Emilio Taddei (Ed.), *Resistências mundiais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Amin, Samir. (2001). *El hegemonismo de los Estados Unidos y el Desvanecimiento del proyecto Europeo*. Madri: El Viejo Topo.
- Anderson, Benedict. (2005). *Cominidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Andrade, Maria Antônia Alonso. (1999). *Cultura política, identidade e representações sociais*. Recife: Massangana.
- Andrade, Vera Regina Pereira. (1995). Do Paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista CCJ*, nº 30(ano 16), 24-36.
- Andrade, Vera Regina Pereira. (2003). A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. . In *Introdução Crítica ao Estudo do Sistema Penal*. Florianópolis: Editora Diploma Legal.
- Antunes, Ricardo. (1980). *O que é sindicalismo?* (3ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Arato Andrew & Cohen, Jean. (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Arbex, Jr. (1999). Mídia, mentira e ditadura. *Revista Caros Amigos*, pp. 18-19.
- Arendt, Hannah (1985). *Essai sur la révolution* (tradução francesa por M. Chrestien, Trans.). Paris: Gallimard.

- Arruda, Marcos. *Cartas a Lula: Um outro Brasil é possível.*: Editora: ERNESTO REICHMANN DIST. DE LIVROS LTDA.
- Arruda, M. & Boff, Leonardo (2000). *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Rio de Janeiro: ed. Vozes.
- Atton, Chris. (2001). *Approaching Alternative Media: Theory and Methodology*. Scotland: Napier University.
- Avritzer, Leonardo & Costa, Sergio. (2004). Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 47(4), 703-728.
- Ayala, Francisco. (1985). *La Retórica des Periodismo y Otras Retóricas*. Madrid: Espasa-calpe.
- Azevedo, Fernando Antônio. (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Baldez, Miguel Lanzellotti. . (1997). *A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação da justiça* (Vol. ano 2, nº 3). Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia.
- Baldez, Miguel Lancellotti. . (2003). A luta pela terra urbana. In org Luis de Queiroz Ribeiro (Ed.), *Reforma urbana e questão democrática - promessas e desafios do estatuto da cidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Baratta, Alessandro. (1994). Filósofo de uma criminologia crítica. In *Mídia e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Faperj.
- Baratta, Alessandro. (1999). *Criminologia Crítica E A Crítica Da Criminologia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.
- Barilli, Renato. (1987). *Retórica*. Lisboa: Editorial Presença.
- Barlelt, Dawid Danilo. (1997). O Cerco Discursivo de Canudos: Interdiscursos sobre Antônio Conselheiro e os conselheiristas antes da Guerra. *Revista Cadernos do CEAS, número especial Canudos*, 37-46.
- Barretto, Nelson Ramos *Reforma agrária: o mito e a realidade*: Artpress.
- Batista, Nilo. (2002). Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In *Discursos sediciosos - crime, direito e sociedade* (Vol. Ano 7, n.º 12 pp. p. 271 e seguintes.). Rio de Janeiro.
- Batista, Vera Malaguti. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan.
- Bauman, Zygmunt. (1998). *O mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Zygmunt. (1999). *Globalização - As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Zygmunt. (2000). Social Uses of Law and Order. In *Criminology and Social Theory* (pp. 23-45). Oxford: Oxford University Press.
- Bauman, Zygmunt. (2007). *A vida fragmentada: Ensaio sobre a Moral Pós-Moderna* (Miguel Serras PEREIRA, Trans.). Lisboa: Relógio D'Águas.
- Beck, Ulrich. (1998). *Qué es la Globalización?* Barcelona: Paidós.
- Beck, Ulrich. (2002). O Estado Cosmopolita. Para uma teoria realista. Retrieved 29 de Maio 2009
- Beck, Ulrich. (2006). *La Europa cosmopolita: sociedad y politica en la segunda modernidad*. Barcelona: Paidós.
- Beck, Ulrich. (2006). *La Sociedad del Riesgo Global* (2ª ed.). Madrid: Siglo XXI.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, S. (1994). *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Stanford: Stanford University Press.

- Bello, Walden. (2001). 2000: O ano do protesto global contra a globalização. In José & Taddei Seoane, Emilio (Ed.), *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bello, Walden. (2001). Praga 2000: Para um mundo desglobalizado. In José & Taddei Seoane, Emilio (Ed.), *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bergalli, Roberto. (2005, jan/jun). Relaciones entre control social y globalización: Fordismo y disciplina. Post-fordismo y control punitivo. *Sociologias*, ano 7, 180-211.
- Bergamasco, Sonia Maria E Norder, Luiz Antonio C. . *O Que São Assentamentos Rurais*: Brasiliense.
- Berman, Marshall. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (Ana Maria Ioriatti e Marcelo Macca Carlos Felipe Moisés, Trans.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Betto, Frei. (2008). Extinguir o MST ou o latifúndio improdutivo? [Electronic Version]. *América latina en movimiento - ALAI*. Retrieved 22 de Janeiro de 2010.
- Bobbio, Norberto. (1992). *A era dos direitos* (Carlos Nelson Coutinho, Trans.). Rio de Janeiro: Campus.
- Bonavides, Paulo. (1994). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros editores.
- Boni, Valdete & Quaresma, Silvia Jurema. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1 (3)), 68-80.
- Borges, Hermenegildo Ferreira. (2005). Espaço Público e retórica do jornalismo [Electronic Version]. http://www.ifl.pt/main/Portals/0/ifl/people/pdfs/Hborges_2.pdf, 12. Retrieved 29 de Dezembro de 2009.
- Boron, Atilio. (2000). *O vôo da Minerva. Mercado contra a democracia no capitalismo da virada do século*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- Boron, Atilio. (2001). A nova ordem imperial e como desmontá-la. In José Seoane e Emilio Taddei (Ed.), *Resistências Mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.
- Borradori, Giovanna. (2004). *Filosofia em Tempo de Terror - Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder simbólico*. São Paulo: Difel.
- Bourdieu, Pierre. (2001). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre. (2001). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Branco, Samuel Murgel. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo. : Moderna.
- Brandford, Sue E Rocha, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*: Casa Amarela.
- Brasil. (1950). Lei n.º 5040.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Retrieved from.
- Brasil De Fato, Jornal. (27 de Maio de 2010). <http://fopspr.files.wordpress.com/2010/04/apresentacao-do-jornal-brasil-de-fato1.pdf>.
- Brenneisen, Eliane. *Da Luta Pela Terra à Luta Pela Vida*: Annablume.
- Bretãs, Marcos Luiz. . (1997). *A guerra das ruas, povo e a polícia na cidade do Rio de Janeiro.*: Arquivo nacional.
- Brito, Carlos Ayres. (2003, 11 a 15 de novembro de 2002). *Propriedade da terra e dilemas da reforma agrária*. Paper presented at the XVIII Conferência Nacional dos Advogados. Cidadania, ética e Estado, Salvador.

- Brizola, Leonel. (1962). *Reforma Agrária No Rio Grande do Sul*.
- Burton, Graeme. (2005). *Media and society: critica perspectives*. England: Open University Press.
- Cabo, Ana Isabel. (2008). *Os novos movimentos sociais e os media: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caldart, Roseli Salete. (2001). O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos avançados - Scielo*, 15(43), 207-224.
- Caldart, Roseli Salete. (2004). *A pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão popular.
- Calhoun, Craig. (2001). Multiculturalismo e nacionalismo, ou por que sentir-se em casa não substitui o espaço público. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Callado, António. *Entre o Deus e a Vasilha: Ensaios Sobre a Reforma Agrária Brasileira -*: Nova Fronteira.
- Canaris, Claus-Wilhelm. (1982). *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito* (Trad. A. Menezes Cordeiro ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Canclini, Nestor. (1997). *Culturas Híbridas*. São Paulo: ed. Unesp.
- Cappello, Héctor Manuel. (2001). Efeitos da Globalização econômica sobre a identidade e o caráter das sociedades complexas. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Carcerária, Pastoral. (2007). *relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*: CNBB.
- Cardoso, Gustavo. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, Horácio Martins. (2002). A Emancipação do Movimento no Movimento de Emancipação Social Continuada (resposta a Zander Navarro). In Boaventura de Sousa (org.) SANTOS (Ed.), *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. (pp. 233-259. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, José Jorge. (2001). Globalização, Tradições, simultaneidade de presenças. In Cândido MENDES (Ed.), *PLuralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Castells, Manuel. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - O Fim do Milênio* (Vol. III). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - O Poder da Identidade* (Vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel & Himanen, Pekka. (2007). *A Sociedade da Informação e o Estado-Providência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, Cristina Maria De (2002). *Poder Judiciário paulista: imagem e competição por poder simbólico retratadas na mídia*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Cavalcanti, Mario Lima. (2005). O e-mail como ferramenta para fazer entrevistas [Electronic Version]. *Jornal da Imprensa*. Retrieved 18 de Fevereiro de 2010.
- Chalhoub, Sidney. (2002). *Cidade Febril - cortiços e epidemias na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chaparro, Manuel Carlos. (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra: Minerva.
- Chase-Dunn, Christopher & Gills, Barry. (2005). Waves of Globalization and Resistance in the Capitalist World-System. In Richard & ROBINSON APPELBAUM, William (Ed.), *Critical Globalization Studies* (pp. 45-65). Oxford: Oxford University Press.

- Chauí, Marilena De Souza. (1982). *O que é a ideologia* (9ª edição ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Chizzotti, Antonio. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(002), 221-236.
- Chomsky, Noam. (1989). *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*. New York: South and Press.
- Chomsky, Noam. (2000). Poder en el escenario global. *New Left Review*, Janeiro, 232-262.
- Chomsky, Noam. (2002). Understanding Power: The indispensable Chomsky. In Peter R. Mitchell and John Schoeffel (Ed.): The New Press.
- Chomsky, Noam. (2003). *Hegemony or survival: America's quest for global dominance*. New York: Metropolitan Books.
- Chonchol, Jacques. (1994). *Sistemas agrarios en America Latina: De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica Chile S.A.
- Cockburn, Alexander & Clair, Jeffrey. (2001). O novo movimento por que estamos lutando. In José & Taddei Seoane, Emílio (Ed.), *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cohn, Gabriel. (1977). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Coletti, Claudinei. (2003). *Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Comparato, Bruno Konder. (2003). *A Ação Política do MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Comparato, Fábio Konder. (2008, 07 de maio). A propriedade ou a vida. *Folha de São Paulo*.
- Correia, João Carlos. (2004). Novos desafios ético-políticos do espaço público mediterrâneo. Retrieved 29 de Dezembro, 2009
- Costa, Cristina; Rocha, Guida & Acúrcio, Mônica. (2005). A entrevista (pp. 23). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Cox, R. W. (2002). *The political economy of a plural world: Globalization and civilization*. New York: Routledge.
- Cpt, Comissão Pastoral Da Terra. (2010). Acompanhamento dos conflitos no campo: CPT.
- Cristo, Fernanda Trajano De. (2006). *O mito da segurança através do direito penal*. Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, Porto Alegre.
- Cruz, Lílian Rodrigues & Guareschi, Neuza Maria De Fátima. (2008). A Trajetória das Políticas Públicas Direcionadas à Infância: paralelos com o presente. *Mnemosine*, 4(1).
- Cunha, Euclides. (2002). *Os Sertões*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Cunha, Paulo Ribeiro. (2004). *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira.
- Damatta, Roberto. (2001). Globalização e identidade nacional: considerações a partir da experiência brasileira. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Debord, Guy. (2003). *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deleuze, Gilles. (1992). *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34.
- Deleuze, Gilles. (2003). *Empirismo e subjetividade*. São Paulo: 34.
- Derrida, Jacques. (2004). *Papel-máquina*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade.

- Downing, John D. H. (2002). *Mídia radical - rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac.
- Duarte, Madalena. (2004). *Novas e velhas formas de protesto: o potencial emancipatório da lei nas lutas dos novos movimentos sociais* (Vol. Julho). Coimbra: Oficina do CES.
- Duguit. (1975). *Las Transformaciones del derecho*. Buenos Aires.: Heliasta.
- Dworkin, Ronald. (1995). *Los derechos em serio* (2ª reimpresión ed.). Barcelona: Ariel.
- Eco, Umberto. (1990). *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva.
- Estanque, Elísio. (1999). Ação colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55(Novembro), 85 a 110.
- Esteves, João Pissarra. (2007). *A Ética da Comunicação e os Media Modernos* (3ª edição ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fachin, Luis Edson *Função Social da Posse e a Propriedade Contemporânea*: ed. Porto Alegre.
- Fairclough, Norman. (2000). *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited.
- Fairclough, Norman. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Fairclough, Norman. (2003). El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In Ruth; MEYER WODAK, Michel ((Ed.), *Métodos de análisis crítico del discurso* (pp. 179-203). Barcelona: Gedisa.
- Fairclough, Norman. (2006). *Analysing Discourse*. London and New York: Routledge.
- Fairclough, Norman & Chouliaraki, Lilie. (2005). *Discourse in Late Modernity*. London: Edinburgh University Press.
- Fares, Cláudia. (2001). Alguma coisa está fora da nova ordem mundial: a construção de uma identidade. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Fernandes, Adélia Barroso. (2000). A mídia e os fluxos comunicativos do espaço público. *Geraes - Revista de Comunicação Social da UFMG*, 51.
- Fernandes, António Teixeira. (2006). *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*: Cortez.
- Fernandes, Bernardo Mançano. (1996). A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra. In *In Revista De Cultura Vozes* (Editora Vozes ed., Vol. número 1, ano 90). Petrópolis.
- Fernandes, Bernardo Mançano. (1996). *MST: formação e territorialização*: Hucitec.
- Fernandes, Bernardo Mançano. (1999). *Contribuição ao estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST (1979-1999)*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fernandes, Bernardo Mançano. (2000). *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Fernandes, Bernardo Mançano & Ramalho, Cristiane Barbosa. (2001). Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Revista Trimestral Estudos Avançados*, Vol. 15(n.º 43).
- Ferrão, Brisa Lopez De Mello & Ribeiro, Ivan César. (2006). *Os juizes brasileiros favorecem a parte mais fraca?* Paper presented at the Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers, University of California.
- Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. (2007). Os direitos fundamentais implícitos e seu reflexo no sistema constitucional brasileiro. *Revista Jurídica - Brasília*, 8(82), 01-08.

- Ferreira, Gil Baptista. (2009). *Comunicação, Media e Identidade. Intersubjetividade e dinâmicas de reconhecimento nas sociedades modernas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ferreira, Pinto. (1994). *Curso de Direito Agrário: de acordo com a Lei n.º. 8629/93*. São Paulo: Saraiva.
- Fidalgo, António. (2007). A falácia da Visibilidade. Visibilidade e Identidade no tempo dos Média [Electronic Version]. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-falacia-visibilidade-2006.pdf>, 13. Retrieved 30 de Dezembro de 2009.
- Flacks, Dick. (2005). A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45-66.
- Fonseca, Claudia. (2002). *Os caminhos da adoção* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Fonseca, Isabel Costa Da. (2006). Estratégias de comunicação do MST para se inserir na esfera pública. *Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação, ano 1* (n. 1), 20.
- Fontes, Breno Augusto Souto-Maior. (1994). *Planeamento urbano, movimentos sociais e participação popular*. Paper presented at the III Congresso Internacional Luso-afro-brasileiro de ciências sociais, Universidade de Lisboa.
- Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder* (7ª edição ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1988). *Vigiar e Punir* (6ª ed. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel. (1999). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2003). *A verdade e as formas jurídicas* (3ª edição ed.). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Fraser, Nancy. (2007). Transnationalizing the Public Shere. *Theory Culture Society*, 24, 7-30.
- Freitas, Henrique, Janissek, Raquel & Moscarola, Jean. (2004). *Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web*. Paper presented at the CIBRAPEQ - Congresso Internacional de Pesquisa Qualitativa, Taubaté/SP.
- Freixo, Manuel João Vaz. (2006). *Teorias e modelos de comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Galvão, Andréia. (1999). As disputas pelo contrle do sindicalismo rural paulista. *Revista de Sociologia e Política*, 12, 157-160.
- Garcia, Angela Cora; Standlee, Alecea; Bechkoff, Jennifer & Cui, Yan. (2009). Ethnographic Approaches to the Internet and Computer-Mediated Communication. *Journal of Contemporary Ethnography*, 38(1), 53-85.
- Garcia, José Carlos. (2000). *De Sem-rostro a Cidadão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Gellner, Ernest. (2001). *Naciones y nacionalismo* (Javier Seto, Trans.). Madrid: Alianza Editorial.
- Gialdino, Irene Vasilachis De. (1997). *La Construcción de representaciones sociales. Discurso político y Prensa escrita*. Barcelona: Gedisa.
- Gialdino, Irene Vasilachis De. (2003). *Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales*. Barcelona: Gedisa.
- Giddens, Anthony. (1987). *Social Theory and modern society*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony. (1991). *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony. (2002). *O Mundo na Era da globalização* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, Anthony. (2005). *As Consequências da Modernidade* (Fernando Luís e Maria Manuela Rocha Machado, Trans. 4ª edição ed.). Oeiras: Celta Editora.

- Ginzburg, Carlo. (1990). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História* (Vol. 1ª reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras.
- Godoy, Claudio Luiz Bueno De (2007). *Função social do contrato: os novos princípios contratuais*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Góes, Laércio Torres. (2000). *Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web*. Paper presented at the IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador – BA.
- Goffman, Erving. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne, t. 2 : Les relations en public*. Paris: Minuit.
- Goffman, Erving. (1982). *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goffman, Erving. (1995). *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'água.
- Goffman, Erving. (2000). *O Homem e seus momentos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gohn, Maria Da Glória. (1994). *Movimentos sociais e Educação* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Gohn, Maria Da Glória. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, Maria Da Glória. (2000). *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, Orlando. (1989). *A função social da propriedade*. Coimbra.
- Gómez, José María. (2000). *Política e Democracia em Tempos de Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, Alfredo J. (2007). Gênese, crise e desafios da Teologia da Libertação [Electronic Version]. Retrieved 19 de Novembro de 2008.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. (2006). Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 139-169.
- Görgen, Sergio Antonio. *Marcha ao coração do latifúndio*: Vozes.
- Gowan, Peter. (2009). Crisis in the heartland: consequences of the New street System. *New Left Review*, 55(March-April), 05-29.
- Graciano, Chico. *O Carma da terra no Brasil*.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. London: Lawrence & Wishart.
- Gramsci, Antônio. (1988). *Os intelectuais e a organização da cultura* (6ª edição ed.). Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira.
- Gramsci, Antonio. (1989). *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grzybowisk, F. (1991). *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, Neuza Et. Alli. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA*, 7(1), 17 a 28.
- Guareschi, P. (1998). *Comunicação & poder. A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina* (11a ed ed.). Petrópolis: Vozes.
- Guerra Filho, Willis Santiago. (2001). *Teoria da ciência jurídica*. São Paulo: Saraiva.
- Guimarães, Alberto Passos *Quatro Séculos de Latifúndio*: Paz e terra.

- Guimarães, Lara Linhalis & Coutinho, Iluska. (2008). A representação do povo brasileiro no *Jornal Nacional*. *Contemporânea*, 06(01), 16.
- Habermas, Jürgen. (1984). La prétention de L'universalité de L'herméneutique. *Logique des Sciences Sociales e Autres Essais*.
- Habermas, Jürgen. (1997). *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (1997). *Droit et démocratie. Entre faits et normes* (Rainer Rochlitz et Christian Bouchindhomme, Trans.). Paris: Gallimard.
- Habermas, Jürgen. (1999). O Espaço Público - 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, ano VII(nº12), Rio de Janeiro.
- Habermas, Jürgen. (2002). *A crise de legitimação no capitalismo tardio* (Vamireh Chacon, Trans. 2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (2003). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, Stuart. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade* (Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro, Trans. 6ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, Stuart. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (Tomaz Tadeu & LOURO SILVA, Guacira Lopes, Trans.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Handler, Joel. (1993). Postmodernism, Protest and The New Social Movements. *Law and Society Review*, 26, 697-731.
- Heinrich, Ana Geni Dos Santos. (2006). *A comunicação no Poder Judiciário: um estudo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*. Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, Porto Alegre.
- Herkenhoff, João Batista. (2003, 11 a 15 de novembro de 2002). *O direito e os movimentos sociais*. Paper presented at the XVIII Conferência Nacional dos Advogados. Cidadania, ética e Estado, Salvador.
- Hobsbawm, Eric. (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991* (revisão técnica Maria Célia Paoli Marcos Santarrita, Trans.). São Paulo Companhia das Letras.
- Hobsbawm, Eric. (2002). *Bandidos*. Barcelona: Crítica.
- Hobsbawm, Eric. (1998). *Naciones y Nacionalismo desde 1780* (Jordi Beltran, Trans. 2ª edição ed.). Barcelona: Crítica.
- Hohlfeldt, Antônio. (2001). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: ed. Vozes.
- Horkheimer, Max; Adorno, Theodor. (1985). *Dialética do esclarecimento. : fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- Houtart, François. (2001). A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In José Seoane & Emilio Taddei (Ed.), *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Houtzager, Peter. (2005). In Boaventura de Sousa org.: Santos (Ed.), *Law and Globalization From Below: Towards a Cosmopolitan Legality*. New York: Cambridge UP.
- Hunt, Alan. (1990). Rights and social movements: Counter-hegemonic Strategies. *Journal of Law and Society*, 17, 309-328.
- Ianni, Otávio (Org.). (1997). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Ilgenfritz, Iara. (2003). As drogas e o novo perfil das mulheres prisioneiras no Estado do Rio de Janeiro. Retrieved 04 de Abril de 2007
- Jovchelovitch, Sandra. (2000). *Representações sociais e esferas públicas*. Petrópolis: Vozes.

- Justiça, Ministério Da. (2010). *Síntese de dados estatísticos da DGRS relativos aos centros educativos*. Retrieved. from.
- Katz, Hagai. (2006). Gramsci, Hegemony and Global Civil Society Networks. *Voluntas*, 14(07), 332-347.
- Kellner, Douglas. (2001). *A cultura das mídias - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC.
- Kirchheimer, Rusche &. (1999). *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.
- Laclau, Ernesto. (2001). Universalismo, Particularismo e a Questão da Identidade. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Lagazzi-Rodrigues, Suzy. (1998). A discussão do sujeito no movimento do discurso (pp. 124): Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP - SP.
- Laïdi, Zaki. (1997). *La mondialisation ou la radicalisation de l'incertitude*. Paris: Études.
- Larenz, Karl. (1983). *Metodologia da Ciência da Direito* (Trad. José Lamego, Trans. Vol. 2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lash, Scott. (1999). Crítica da Informação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54(Junho), 13-30.
- Laureano, Delze Dos Santos. (2008). *O MST e a Constituição. Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lima, Ruy Cirne. (1954). *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Porto Alegre: Editora Sulinas.
- Litvin, Juliana Krause. (2006). *Violência Criminal e a Manchete de Jornal: Desvelando a (Des) Informação*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Lopes, José Rogério & Melo, José Luiz Bica. (2008). Democracia, desigualdades e direitos desterritorializados: um esboço da questão. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, 44(1), 5-12.
- López, Calera Nicolás. (2004). Morreu o uso alternativo do direito ? In Amilton Bueno de Carvalho & Salo de Carvalho (Ed.), *Direito alternativo brasileiro e pensamento jurídico europeu* (pp. 31). Rio de Janeiro: Lumen Iuris.
- Losano, Mario G. (2006). *Función social de la propiedad y latifundios ocupados. Los Sin Tierra de Brasil*. Madrid: Instituto de derechos humanos Bartolomé de las casas - Universidad Carlos III de Madrid.
- Maccalóz, Salette. (2002). *O Poder Judiciário, os meios de comunicação e a opinião pública*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris.
- Macedo, Lurdes. (2005). Educação e Literacia para os media na promoção da cidadania. 4º SOPCOM, *Universidade do Minho*, 333-343.
- Maia, Antônio Cavalcanti. (1999). Notas sobre Direito, Argumentação e Democracia. In Margarida Maria Iacombe (organizadora) Camargo (Ed.), *1988-1998. Uma década de Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Renovar.
- Maníglia, Elisabete. (2002). Direito Agrário e Cidadania - Construindo a Democracia no Campo. *Revista de Estudos Jurídicos da Unesp*.
- Mann, Chris & Stewart, Fiona. (2001). Internet Interviewing. In Jaber & HOLSTEIN GUBRIUM, James (Ed.), *Hanbook os interview research: context & method*. California: Sage Publications, Inc.
- Marés, Carlos Frederico. (2003). *A função social da terra*. Porto Alegre: Fabris.

- Marques, Marta Inez Medeiros. (2006). Relação Estado e MST: algumas fases e faces. *Lutas & Resistências, 1*, 184-196.
- Marratzu, Priamo. (2007). Nacionalismo e homogeneidade cultural: a importância dos media [Electronic Version].
- Martinez, Paulo. . *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* . São Paulo.: Moderna.
- Martins, Daniele Comin. . (2007). A criminalização dos movimentos sociais e a luta por terras do MST no interior do Paraná - o caso de quedas do Iguazu. *Revista Ciências Sociais Aplicadas - Em Revista, 07(11)*, 15-50.
- Martins, Heloisa Helena T. De Souza. (2004). Metodologia da Pesquisa Qualitativa. *Educação e Política, 30(2)*, 289-200.
- Martins, José De Souza. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Martins, José De Souza. (1986). *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, José De Souza. (1994). *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, José De Souza. (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp.
- Martins, José De Souza. (2003). *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich. (2000). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes.
- Mattelard, Armand. (1994). *A Invenção da Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mccann, Michael W. (2006). Legal Mobilization and Social Reform Movements: Notes on Theory and its Application. In Michael W. MCCANN (Ed.), *Law and Social Movements* (pp. 3-33). Burlington: Ashgate Publishing Company.
- Melo, João Alfredo Telles. (2006). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Editora Senado Federal.
- Melo Neto, Francisco De Paulo De & Frões, Cesar. (2002). *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Melucci, Alberto. (2001). *A Invenção do Presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas* (Maria C. A. Bomfim, Trans.). Petrópolis: Vozes.
- Mendes, Cândido. (2001). Desenvolvimento, Modernização, Globalização: a construção contemporânea da subjetividade. In Cândido & SOARES MENDES, Luis Eduardo (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Mendes, Gilmar. (2008). Discurso de Posse no STF. <http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/posseGM.pdf>. Retrieved 26.05, 2008
- Mendes, José Manuel De Oliveira. (2003). *Do Ressentimento ao Reconhecimento. Vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Mendes, José Manuel De Oliveira. (2004). Media, públicos e cidadania: algumas notas breves. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 70*, 147-158.
- Mendes, José Manuel De Oliveira. (2005). Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais, 72*, 99-127.
- Mendonça, Kleber Santos. (2007). *Ruínas discursivas. A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade*. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Meyer, Thoman & Hinchman, Lew. (2002). *Media Democracy: How the Media Colonize Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Molina, Antonio García-Pablos De & Gomes, Luiz Flávio. (2002). *Criminologia* (Vol. 4ª edição). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

- Monereo, Manuel. (2001). De Porto Alegre a Porto Alegre: o surgimento do novo sujeito político. In José & Taddei Seoane, Emílio (Ed.), *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moreira, Jardim. (2006). In Associação para a gestão do fórum social português 2003 (Ed.), *Um outro mundo é possível... mas não será fácil!* Lisboa Edições Colibri.
- Moreno Toscano, Alexandra. (1996). *Turbulência Política: causas y razones del 94*. México: Oceano.
- Morissama, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST: Expressão popular*.
- Moscovici, Serge. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Mouffe, Chantal. (2001). Identidade democrática e política pluralista. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Mst. (II). n.º 28. *BOLETIM SEM TERRA, Out. de 1982*, 08.
- Mst, Concrab -. (1998). Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*, 05.
- Mst, Movimento Dos Sem-Terra -. (1985). Documento final do primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, *I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. Curitiba: MST.
- Mst, Movimento Dos Sem-Terra -. (1996). *A Reforma Agrária E A Sociedade Brasileira*. São Paulo: MST.
- Murdock, Graham. (1992). Citizens, consumers and public culture. In Michael Skovmand & Kim Christian Schroder (Ed.), *Media cultures: Reappraising Transnational Media* (pp. 17 a 40). New York: Routledge.
- Nagaraj, D.R. (2001). O Hindu ansioso e o fazendeiro zangado: notas sobre a cultura e a política de duas reações à globalização na Índia. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Nascimento, Mariangela. (2005). Reflexões acerca do espaço público em Hannah Arendt. *Revista Ética & Filosofia Política*, 8(1).
- Navarro, Zander. (2002). Mobilização sem Emancipação - As Lutas sociais dos Sem-Terra no Brasil. In Boaventura de Sousa Santos (org.) (Ed.), *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista* (pp. 189-232). Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nicolaci-Da-Costa, Ana Maria; Romao-Dias, Daniela & Di Luccio, Flávia. (2009). Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS) [Electronic Version]. *Psicol. Reflex. Crit.*, 22. Retrieved 12 fev. 2010.
- Oliveira, Francisco Mesquita. (2007, 29 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2007). *Cultura Política e Construção de Identidades Coletivas de Sujeitos Sociais*. Paper presented at the XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, UFPE, RECIFE (PE).
- Oliveira, Márcio S.B.S. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 180-186.
- Operária, Voz. (1998). AMI - Acordo Multilateral de Investimentos [Electronic Version]. *Boletim Debate e Construção*, ANO 1. Retrieved 17.06.2009.
- Palacios, Guillermo. (1993). Campesinato e Historiografia no Brasil - comentários sobre algumas obras notáveis. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 35, 1-72.
- Palmer, Richard. (1989). *Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- Paoli, Maria Célia. (1991). Movimentos sociais, cidadania e espaço público: perspectivas brasileiras para os Anos 90. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 115-133.

- Passetti, Edson. (1999). Crianças carentes e políticas públicas. In M DEL PRIORE (Ed.), *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Pedrosa, Cleide Emília Faye. (2006). Análise Crítica do Discurso. Uma proposta para a análise crítica da linguagem. *Círculo Fluminense de Estudos Filosóficos e Linguísticos*.
- Pena, Feilpe. (2005). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Perelman, Chaïm. (1997). Direito, Moral e Filosofia. . *Direito e Teoria da Argumentação. Cadernos Pet-Jur, Trad. por Ricardo R. Almeida., III(1, 2ª edição), 20 - 48*.
- Pinto, Alessandro Nepomuceno. (1992). *Da possibilidade de contrariar a lei: um breve estudo sobre a Desobediência Civil e o Movimento dos Sem-Terra*: [s.l.:s.n].
- Pinto, João Batista Moreira. (2003). *Direito e novos movimentos sociais*. São Paulo: Acadêmica.
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Popper, Karl. (1991). *La Connaissance Objective* (Jean Jacques Rosset, Trans.). Paris: Aubier.
- Prado Junior, Caio Prado. (1981). *História Econômica do Brasil*. Brasília: Brasiliense.
- Pringle, Mia K. (1983). *A Criança*. Lisboa: Instituto de Estudos e Acção Familiar.
- Puig, Santiago Mir. (2005). Límites del normativismo en derecho penal. *Revista Eletrónica de Ciencia Penal y Criminologia(07-18)*, 18:11 - 18:24.
- Quijano, Anibal. (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In *La Colonialidad del Saber - eurocentrismo y ciencias sociales -perspectivas latinoamericanas* (Vol. Edgardo LANDER (compilador)). Buenos Aires: Clacso/Unesco.
- Quinney, Richard. (2002). *Critique of legal order: crime control in capitalist society*. Boston: Little Brown.
- Quintães, Mariana Trotta Dallalana. (set. 2006). Varas Agrárias: qual a potencialidade da proposta? *Lutas & Resistências, v.1*, p.121-130.
- Ramiro, Patrícia Alves. (2006). *versões da reforma agrária: a mídia e o MST numa ocupação de terra no Pontal*. Paper presented at the Estado, meios de comunicação e movimentos sociais, Brasil.
- Ramonet, Ignácio. (2000). *Propagandas silenciosas - Massas, televisão, cinema*. POorto: Campo das Letras.
- Ramonet, Ignácio. (2001). Le nouveau siècle commence à Porto Alegre. *Le Monde Diplomatique*.
- Ramonet, Ignácio. (2002). *Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema*. Petrópolis: Vozes.
- Ramonet, Ignácio. (2003). *Guerras do século XXI. Novos temores, novas ameaças*. Petrópolis: VozeS.
- Ramonet, Ignácio. (2008, 08 de outubro de 2008). Crise financeira: o fim de uma era. A crise do século. *Financial Times*.
- Rau, Virgínia. (2000). *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Presença.
- Reck, Jair. (2005). A Consciência política dos cooperados do MST: O caso da COOPAC - Campo Verde - MT (pp. 243): Faculdade de Educação/UNICAMP.
- Reis, Cristiane De Souza. (17 dez. 2004). Breve análise sobre a ação afirmativa [Electronic Version]. *Jus Navigandi*, a. 9, .
- Reis, Cristiane De Souza. (28/02/2005). O MST e a busca pela efetividade da Constituição Federal por meio da desobediência civil [Electronic Version]. *Âmbito Jurídico*, 20. Retrieved Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=818.

- Reis, Cristiane De Souza. (28/02/2005). Por Trás Dos Bastidores Da Mídia [Electronic Version], Nº 20. Retrieved http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?link=revista_artigos_leitura&artigo_id=819.
- Reis, Cristiane De Souza. (30/06/2006). O olhar por trás das lentes: As estratégias de dominação Subliminares [Electronic Version]. *Revista Âmbito Jurídico*, Nº 30. Retrieved http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=1084.
- Reis, Cristiane De Souza. (prelo 2008). O Papel Da Mídia Como Agência de Controle Penal:Um Caso De Polícia.
- Reis, Cristiane De Souza. (Dezembro de 2004). Por Trás Dos Bastidores Da Mídia [Electronic Version]. *Revista Eletrônica Contemporânea, Conexões Transdisciplinares*, ano II. Retrieved Disponível em: <http://www2.uerj.br/~fcs/temporanea/n3/conexbastidores03.htm>.
- República, Presidência Da. (1997). *Reforma agrária: compromisso de todos*. Retrieved from.
- Resende, Marcelo. (2005). La Política Destructiva del Banco Mundial para la Reforma Agraria en el Brasil [Electronic Version]. *Deuda Ecológica*, <http://www.deudaecologica.org/Deuda-en-agricultura/La-Politica-Destructiva-del-Banco-Mundial-para-la-Reforma-Agraria-en-el-Brasil.html>. Retrieved 19 de Dezembro de 2009.
- Resende, Marcelo & Mendonça, Maria Luísa. (2004). A contra-reforma agrária do Banco Mundial. *Revista Caros Amigos*.
- Ribeiro, Darcy. (2003). *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Robertson, Roland. (1995). Glocalization: Time-space and Homogeneity- heterogeneity. In M. Featherstone et al (Ed.), *Global Modernities* (pp. 25-44). London: Sage.
- Robertson, Roland. (2001). Valores e Globalização: Comunitarismo e Globalidade. In Cândido & SOARES Mendes, Luis Eduardo (Ed.), *Pluralismo cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Rocha, Álvaro Filipe Oxley (2008). Judiciário, mídia e cidadania. In *Constituição, sistemas sociais e hermenêutica*. Rio Grande do Sul: Livraria do advogado.
- Rodrigues, Marlon Leal. (2006). *MST: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas - São Paulo.
- Romão, Lucília Maria Sousa & Tfouni, Leda Verdiani. (2002). Vejam caros amigos: O litígio no discurso jornalístico [Electronic Version]. *Revista de Ciência Política*. Retrieved 13.05.2008.
- Rondelli, Elizabeth. (1997). Mídia e Violência: Ação Testemunhal, Práticas Discursivas, Sentidos Sociais e Alteridade. *Comunicação & Política*, 4(3), 141-160.
- Rorty, Richard. (2001). Justiça como Lealdade Expandida. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Rosenfield, Denis Lerrer. *Democracia ameaçada: O MST, o teológico-político e a liberdade: Topbooks*.
- Rosoff, Stephen M. (2007). The Role of the Mass Media in the Enron Fraud: Cause or Cure? In *International Handbook of White-Collar and Corporate Crime* (pp. 513-523). California: Springer.
- Ruivo, Fernando. (1999). Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 173-179.

- Rupert, M. (1993). Alienation, capitalism and the inter-state system. In S. Gill (Ed.), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations* (pp. 67-92). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sadek, Maria Tereza. (1995). *O Judiciário em debate*. São Paulo: Editora Sumaré.
- Sader, Emir. (2001). Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In José & Taddei Seoane, Emílio (Ed.), *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Salim, Alexandre Aranal De (2007). *Direito penal do inimigo: análise de um paradigma contemporâneo de política criminal*. Pontifícia Universidade Católica - PUC, Porto Alegre.
- Santiago, Mariana Ribeiro. (2006). *O princípio da função social do contrato*. (2ª edição. ed.). Curitiba: Juruá Editora.
- Santin, Giovane. (2006). *Mídia e criminalidade: uma leitura interdisciplinar a partir de Theodor Adorno*. Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, Rio Grande do Sul.
- Santos, Antonio Jeová. (2004). *Função social do contrato* (2ª edição ed.). São Paulo: Editora Método.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1988). Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegomenos a uma concepção pós-moderna do Direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(24), 139-172.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1991). Subjetividade, Cidadania e Emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 135-191.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1995). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1995). Subjetividade, cidadania e emancipação. In *Pelas Mãos de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1995). *Toward a new common sense*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura De Sousa. (1999). *Reinventar la democracia*. Madrid Sequitur.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001). As Lições de Génova: <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/026.php>.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001). A formação dos magistrados em Portugal. Que renovação? : Observatório Permanente da Justiça (OPJ/CES).
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001, 19 de Abril). Formação dos Magistrados: Renovação? *Visão*.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001). Los Nuevos Movimientos Sociales. *OSAL, CLACSO, 05*.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001). Os processos de Globalização. In Boaventura de Sousa (org.) SANTOS (Ed.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (3ª ed., Vol. 1). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2005). *Law and Globalization From Below: Towards a Cosmopolitan Legality*. New York: Cambridge University Press.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2005). *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2006). *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). A Discourse on the Sciences. In Boaventura de Sousa SANTOS (Ed.), *Cognitive justice in a global world: prudent knowledges for a decent life* (pp. 13-49). Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). La Globalización, los Estados-Nación y el Campo Jurídico: da le Diáspora a la Ecumene Jurídica. In Boaventura de Sousa SANTOS (Ed.), *Sociología Jurídica Crítica: Para un Nuevo Sentido Comun en el Derecho*. Madrid: Trotta.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). La Reinención del Estado y el Estado Plurinacional. *OSAL, CLACSO, VIII(22)*, 25-46.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais(78)*, 3-46.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (Mouzar Benedito, Trans.). São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2008). If God were a human rights activist: human rights and the challenge of political theologies. *Law social justice and global development*, 2(1).
- Santos, Boaventura De Sousa. (2009). *Para uma Teoria Pós-colonial do Risco*. Paper presented at the Conference Name|. Retrieved Access Date|. from URL|.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2009). *Sociología Jurídica Crítica*. Madrid: Editorial Trotta.
- Santos, Boaventura De Sousa. (Março de 2009). Consensos problemáticos. *Visão*.
- Santos, Boaventura De Sousa (Org.). (2003). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.
- Santos, Boaventura Sousa. (2000). *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência (Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática)* (Vol. Volume 1, 2ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa. (2001). Direito e Democracia: a reforma global da justiça. In Boaventura de Sousa; PUREZA SANTOS, José Manuel & FERREIRA, António Casimiro (Ed.), *A teia global: movimentos sociais e instituições* (Vol. 04, pp. 125-174). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa. (2005). *O Forum Social Mundial. Manual de uso*. Porto Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa. (2005). *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português*.
- Santos, Boaventura Sousa. (2007). *Por uma revolução democrática do direito e da justiça*. Rio de Janeiro: Cortez.
- Santos, Boaventura Sousa De. (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Carmen Lúcia Diniz Dos. (2005). *Imprensa, Judiciário e Criminalização do MST*: Rio de Janeiro: Ucam
- Santos, Hélia. (2006). A responsabilidade social e educativa dos mass media. *O Cabo dos Trabalhos(01)*.
- Santos, José Vicente Tavares. (1985). Política de Colonização Agrícola e o Protesto Camponês. *Ensaios FEE - Porto Alegre*, 6(2), 127-140.
- Santos, José Vicente Tavares. (1992). Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 131- 147.

- Santos, Maria Aparecida Dos (1990).
- Sarlet, Ingo Wolfgang. (2006). *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. (4ª edição ed.). Porto Alegre: Editora Livraria do advogado.
- Schattschneider, E. E. (1975). *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Hinsdale: Dryden Press.
- Scolese, Eduardo. (2005). *A reforma agrária*: editora publifolha.
- Scott, James C. (1990). *Domination and the arts of resistance: Hidden Transcript*s. New Haven: Yale University Press.
- Seoane, José & Taddei, Emílio. (2001). De Seattle a Porto Alegre - passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In José & Taddei Seoane, Emílio (Ed.), *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Silva, Augusto Santos (1994). *Identidades sociais: continuidade e mudança*. Paper presented at the III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Silva, A. S. (2002). Acampados no “Carlos Mariguela”: um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema - SP: PUC-SP.
- Silva, Emerson Neves Da *Formação e Ideário do MST*: Unisinos.
- Silva Filho, José Carlos Moreira. (2007). *A criminalização dos movimentos sociais*. Paper presented at the Jornadas de estudos Criminológicos, Rio Grande do Sul.
- Silva, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio(efeito da lei de 1850)*: ed. Unicamp.
- Simonetti, Mirian Claudia Lourenção. (2007). A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. *Revista Nera*, 10(11).
- Sklair, Leslie. (2005). Generic Globalization, Capitalist Globalization and Beyond: A Framework for Critical Globalization Studies. In Richard & ROBINSON APPELBAUM, William (Ed.), *Critical Globalization Studies* (pp. 55-65). Oxford: Oxford University Press.
- Smith, Roberto. (1990). *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, co-edição MCT/CNPq.
- Soares, Luis Eduardo. (2001). Globalização como deslocamento de relações intraculturais. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Sodero, Fernando Pereira. (1990). *Esboço Histórico da Formação do Direito Agrário no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular e FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- Sodré, Muniz. (2000). *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes.
- Sousa Junior, José Geraldo De (Org.). (2002). *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Brasília: UnB.
- Souza, Eduardo Ferreira De *Do silêncio à satanização: o discurso da Veja e o MST*: Annablume.
- Stake, Robert E. (2007). *A arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stédile, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano. (1999). *Brava gente - A Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- Strazzacappa, Cristina. *A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna.
- Strozake, Juvelino (Coord.) *Questão Agrária e Justiça* Ed. Porto Alegre.
- Strozake, Juvelino (Coord.). (2002). *Questões agrárias. Julgados comentados e pareceres*. São Paulo: Método.
- Strozake, Juvelino José (Org.). (2000). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Tamayo, Juan José. (1994). *Presente y futuro de la teología de la liberación*. Madrid: San Pablo.
- Tanajura, Grace Virginia Ribeiro De Magalhães *Função social da propriedade rural - com destaque para a terra no Brasil contemporâneo*: LTR editora.
- Tarrow, Sidney. (1994). *El poder en movimiento. Los movimientos sociales. La acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial.
- Taylor, P. J., Watts, M., E Johnston, R. J. . (2002). Geography/Globalization. In P. J. Taylor R. J. Johnston, e M. Watts (Ed.), *Geographies of Global Change: Remapping the World* (pp. 1-18). Malden, MA: Blackwell.
- Tejerina, Benjamín. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97.
- Thomaz Junior, Antonio. (1998). O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, 15(Universidad de Barcelona).
- Thompson, John. (1995). *Ideologia e Cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Patrópolis: Vozes.
- Touraine, Alan. (1995). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Trabalhista., Partido Democrático. (1962). IGRA - Leonel Brizola
- Tramontani Ramos, Tatiana. (2003). A Geografia dos Conflitos Sociais da América Latina e Caribe. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO*.
- Trevisan, Salvador M. (2003). *O que é rural? O que é urbano? E a educação?* Paper presented at the Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Bahia, Ilhéus.
- Vala, Jorge. (1994). *Identidade, estruturas cognitivas e transformações sociais*. Paper presented at the III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Dinâmicas multiculturais: novas faces, novos olhares.
- Valente, F.L.S. (1997). Do Combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação Adequada. *R. Nutr. PUCCAMP*, jan./jun., 20-36.
- Valente, F.L.S. (2002). Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito à alimentação adequada. In *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas* (pp. p. 40-43.). São Paulo: Cortez Editora.
- Varejão, Marcela. (2003). Le sentenze sull'occupazione delle terra in Brasile dal 1985 al 2003. *Sociologia del diritto*, xxx(n. 3), 139-171.
- Varela, Laura Beck. (2005). *Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um Estudo de História do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Velho, Gilberto. (1994). *Estado, mercado e democracia no contexto de uma nova ordem internacional: uma visão antropológica*. Paper presented at the III Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Velho, Otávio. (1992). *Antropologia e a questão da representação*. Rio de Janeiro: UFRJ.

- Velho, Otávio. (2001). Globalização: Objeto, Perspectiva, Horizonte. In Cândido MENDES (Ed.), *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Vianna, Luiz Werneck Et Alli. (1999). *Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Vicente, Maximiliano. (2006). *Comunicação e manipulação da concentração midiática*.
- Viehweg, Theodor. (1979). *Tópica e Jurisprudência* (Vol. 1). Brasília: Coleção Pensamento Jurídico Contemporâneo
- Vieira, Oscar Vilhena. (1997). *A Constituição como reserva de justiça*. São Paulo: Lua Nova.
- Volkmer, Ingrid. (1999). *News in the Global Sphere: a Study os CNN and its impact on Global Communication*. Luton: Luton University Press.
- Volkmer, Ingrid. (2003). The Global network society and global public sphere. *Journal of Development*, 46.
- Volpi, M. (2002). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez.
- Wacquant, Loïc. (2005). *Punir os pobres*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Wagner, Peter. (1994). *A Sociology of Modernity: Liberty and Discipline*: Routledge.
- Wallerstein, Immanuel. (2004). *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos: Un análisis de sistemas-mundo*. Madrid: Akal Ediciones.
- Wallerstein, Immanuel. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Warren, Ilse Scherer. (1999). *Cidadania sem fronteira: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Weber, Max. . . (2003). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.
- Wodak, Ruth. (2003). De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In Michel MEYER (Ed.), *Métodos de Análisis Crítico del Discurso* (pp. 17-34). Barcelona: Gedisa.
- Wolf, Mauro. (2003). *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wood, Ellen Meiksins. (2001). Trabalho, classe e estado no capitalismo global (Emir Sader, Trans.). In José Seoane & Emilio Taddei (Ed.), *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Yee, Zung Che. *Perícias Indenizatórias e de Desapropriações - Aspectos Processuais e Casos Práticos* Juruá.
- Zaffaroni, Eugenio Raúl. (1991). *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro Revan.
- Zaffaroni, Eugenio Raúl. (1995). *Poder Judiciário: Crise, acertos e desacertos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Zibechi, Raúl. (2003). Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. *Revista do OSAL*, 09.
- Zorrinho, Carlos. (2001). *Ordem, Caos e Utopia*. Lisboa: Editorial Presença.

ANEXO 01 - Ocupações – 1987 a 2001 (segundo CPT)

Ano	Número total de ocupações, segundo a CPT	Número total de famílias envolvidas, segundo a CPT	Número de ocupações ligadas ao MST	Porcentagem das ocupações do MST sobre o N° total de ocupações	N° de “invasões” de terras segundo o governo
1987	67	11.772			
1988	72	9.986			
1989	80	16.030			
1990	49	8.234			
1991	77	14.720			
1992	81	15.538			
1993	89	19.092			
1994	119	20.516			
1995	146	30.476			
1996	398	63.080	176	44%	397
1997	463	58.266	173	38%	502
1998	599	76.482	132	22%	446
1999	593	78.258			455
2000	393	64.497	190	48%	226
2001	194	26.120	82	42%	157

Para os quadros em branco, não há dados disponíveis.

Fontes: Setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Cadernos Conflitos no Campo, 1987-2001.

Dataluta: Banco de dados da luta pela terra, 1999 (apud Bernardo Mançano Fernandes, 2000: 261).

INCRA [Instituto de Colonização e Reforma Agrária]/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ANEXO 02 - Acampamentos - 1990 a 2005¹

Ano	Acampamentos	Famílias
2005	778	127.872
2004	661	114.776
2003	633	117.482
2002	526	67.298
2001	585	75.334
2000	555	73.066
1999	538	69.804
1998	388	62.864
1997	281	52.276
1996	250	42.682
1995	101	31.619
1994	125	24.590
1993	214	40.109
1992	149	20.596
1991	78	9.203
1990	119	12.805

¹ Importante determinar aqui os períodos governamentais e os respectivos presidentes: 1985/1990 (Governo Sarney), 1990/1992 (Governo Collor), 1992/1995, (Governo Itamar Franco), 1995 a 1998, (Governo Fernando Henrique Cardoso – 1º mandato), 1999 a 2002 (Governo Fernando Henrique Cardoso – 2º mandato), 2003 a 2006 (Governo Luiz Inácio Lula da Silva– 1º mandato), 2007 e 2008 (Governo Luiz Inácio Lula da Silva– 2º mandato).

Anexo 03 - Prisões – 1989 a 2005

UF	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC																	
AL	22										01			01		01	12
AM																	
AP																	
BA	22	03		06	31	06				16	02		16	10			
CE		02	02							12							
ES	20	05	10	55		08											
GO				02			17	03	139	68	03		12		04		
MA	05	08	02	24	18	02	02			02			04	02			
MG	08	15								31			02	17	15		
MS			12	82	41					14	12		06		03		
MT										01	01			08			
PA			07			03				43	18		126	24	23		03
PB	03					03				11			01	08	08	02	
PE		01		05	35			06	01	99	91	34	04	04	01	21	
PI		04								05							
PR	04	01	254		12	07			30	85	66	128	14	03	05	03	01
RJ																	
RN																	
RO																04	
RS																05	
SC																	06
SP																03	07
Total	84	39	287	174	137	29	19	09	170	387	194	162	185	76	64	39	29

Para os quadros em branco, não há dados disponíveis.
 Fontes: Setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).
 INCRA [Instituto de Colonização e Reforma Agrária]/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Tabela 13 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	5	3385							1
GO	24	3874				2		2	
MS	27	3842	2	1					67
MT	53	18088	4	13	17	21			9
Subtotal:	109	29189	6	14	17	23	0	2	77
Nordeste									
AL	54	17645	1			1		3	2
BA	48	44175	1	1	1	10	5	23	
CE	20	19235		1					1
MA	112	38627	1	1		17		7	48
PB	13	10800	1	7		3		2	
PE	37	15571			2			15	41
PI	30	8891				3			
RN	4	1600							
SE	2	325							
Subtotal:	320	156869	4	10	3	34	5	50	92
Norte									
AC	9	2843	1						
AM	33	24525			1	18		3	4
AP	58	8955							
PA	266	131744	8	24		50	1	51	52
RO	31	50689	2	2		3	1	11	4
RR	6	6236	1	1		8		1	2
TO	54	5601		1		2		6	1
Subtotal:	457	230593	12	28	1	81	2	72	63
Sudeste									
ES	13	2567						36	1
MG	49	26688	1	5		1			2
RJ	18	81140	1	1	1	3		11	1
SP	125	54945		1	3				30
Subtotal:	205	165340	2	7	4	4	0	47	34
Sul									
PR	59	25712		3	2				
RS	21	12683	1				64	33	11
SC	13	7623				1			
Subtotal:	93	46018	1	3	2	1	64	33	11
Total:	1184	628009	25	62	27	143	71	204	277

ANEXO 5

“AOS COMPANHEIROS SEM TERRA DO BRASIL

Nós, trabalhadores sem terra vindos de 16 estados de diversas regiões do País, reunidos em Goiânia, queremos endereçar este comunicado, transmitindo o objetivo deste encontro, bem como da importância do mesmo.

Queremos ainda fazer de perto um convite a todos, para que entrem na luta pela CONQUISTA E DEFESA DA TERRA e dos direitos que são negados para nós.

Este valioso encontro teve como objetivos: a) avaliar as lutas e a caminhada de nossos movimentos; b) colocar em comum todos os pontos positivos e negativos; c) avaliar como estamos resistindo, que resultados conseguimos e d) encontrar meios de continuar e reforçar nossas lutas.

Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida.

Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros nossos que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já se teve por todo País com os movimentos. Muitos irmãos nossos, depois de muita luta, venceram, conquistando o chão que lhes pertence e seus direitos. Não esquecemos ainda, que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos inimigos.

Verificamos que em todas as regiões do País existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas. Lamentamos outra vez em dizer que esses problemas são resolvidos com repressão policial, e a corda quebra sempre do lado mais fraco.

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários. Se nós não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional; se não sentarmos juntos para analisar as nossas lutas, para confrontar com esta realidade que hoje escraviza os fracos, se não fizermos isso, nunca iremos nos libertar desta vida de explorados e de verdadeira escravidão.

Vivemos num mundo sem finalidade humana. Mundo que é fabricado por todo um sistema injusto, implantado em nosso País. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os grandes poderosos, o poder e a riqueza nas mãos desta minoria, revelam claramente este fato que na nossa maneira de pensar é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. O sistema prega violência e total desrespeito aos direitos fundamentais de cada pessoa. Este mundo, cuja finalidade não é o homem, que é mantido pelo sistema implantado, é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade, como: a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violência.

Alertamos, ainda, a todos os companheiros, da importância de uma participação conscientes nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. Convidamos para que pensem e para que não deixem se enganar pelas falsas promessas de pessoas que têm interesse pelo povo só na hora do voto.

Queremos, através desta carta, nos solidarizar com os canavieiros em greve no estado de Pernambuco e com todos os companheiros de todo o País, que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos a todos os companheiros para que se unam pelos nossos direitos.

Ao encerrar, queremos em poucas palavras agradecer a todos que estão assumindo a causa do trabalhador. Um abraço a todos.

Goiânia, 26 de Setembro de 1982.

Seguem as assinaturas dos representantes dos 16 estados¹”

¹ (Mst, p. 08 Boletim Sem Terra)

ANEXO 6¹

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro;
2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados;
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas;
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos;
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.;
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país;
7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto da Lei já aprovado no Senado;
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário;
9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo;
10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região;
11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno;
12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa;
13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global;
14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade;
15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora;
16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo;
17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados;
18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de Cuba, Haiti, Iraque E Palestina.

¹ Informações retiradas do sítio <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>, acesso em 21 de Junho de 2007.

ANEXO 7

Acórdão proferido pelo Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, da 6ª Turma do STJ (HC n.º 5574/SP – 97.0010236-0)

“Movimento popular visando implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o Patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático.

(...)

A Constituição da República dedica o Capítulo III do Título VII à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária. Configura, portanto, obrigação do Estado. Correspondentemente, direito público, subjetivo de exigência de sua concretização.

No amplo arco dos Direitos de Cidadania, situa-se o direito de reivindicar a realização dos princípios e normas constitucionais.

A Carta política não é mero conjunto de intenções. De um lado, expressa o perfil político da sociedade e, de outro, gera direitos.

É, pois, direito reclamar a implantação da reforma agrária. Legítima a pressão aos órgãos competentes para que aconteça, manifeste-se historicamente.

Reivindicar por reivindicar, insista-se, é direito. O Estado não pode impedi-lo. O modus faciendi, sem dúvida, também é relevante. Urge, contudo, não olvidar o princípio da proporcionalidade – tão ao gosto dos doutrinadores alemães.

A postulação da reforma agrária, manifestei em Habeas Corpus anterior, não pode ser confundida, identificada com esbulho possessório, ou a alteração de limites. Não se volta para usurpar a propriedade alheia. A finalidade é outra. Ajusta-se ao Direito. Sabido, dispensa prova, por notório, que o Estado, há anos, vem remetendo a implantação da reforma agrária.

Os conflitos resultantes, evidente, precisam ser dimensionados na devida expressão. Insista-se. Não se está diante de crimes contra o Patrimônio. Indispensável a sensibilidade do magistrado para não colocar, no mesmo diapasão, situações jurídicas distintas.

(...)

Tenho o entendimento, e este Tribunal já o proclamou, não é de confundir-se ataque ao direito de patrimônio com o direito de reclamar a eficácia e efetivação de direitos, cujo programa está colocado na Constituição. Isso não é crime; é expressão do direito de cidadania”.

Que futuro você prefere?

Agricultura Camponesa

5 empregos para cada 1 hectare
28-10 propriedades com 20 hectares
100% da produção para a mesa do
trabalhador brasileiro

Biodiversidade



Deserto verde

Aracruz Celulose

1 emprego para cada 185 hectares
1 empresa com 56,2 mil hectares
97% da produção de 2004 para exportação

ANEXO 9



¹ Foto extraída do site <http://www.cese.org.br/admin/fckupload/images/progresso-funai.JPG>, com acesso em 22 de Janeiro de 2010.

ANEXO 10

Entrevista do promotor de justiça do Rio Grande do Sul, Gilberto Thums, concedida à Terra Magazine, publicada no site em 24 de Junho de 2008 (<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2969059-EI6578,00.html>, acessado em 22 de Janeiro de 2010), que causou imensa polémica e ações de solidariedade ao Movimento.

Terra Magazine - O relatório do Ministério Público prevê a dissolução do Movimento dos Sem Terra?

Gilberto Thums - Uma proposta é essa. Existe um conjunto de ações que estão sendo desencadeadas. Foi constatado através de um levantamento que o Ministério Público fez, de que o objetivo do movimento não é a luta pela conquista da terra. O Ministério Público considera hoje o MST um movimento político. Tanto é verdade que eles não fazem nenhuma questão de querer título de propriedade sobre lotes onde estão os assentamentos. Porque para o MST ninguém pode ser proprietário de terra, pois a terra é de todos. Quem consegue o título de propriedade tem que vender o lote para continuar no movimento.

E quais são os objetivos?

Aqui no Rio Grande do Sul eles escolheram territórios estratégicos para ocupação. Um deles, por exemplo, fica em Nova Santa Rita. É um local estratégico. Uma granja que faz divisa com o pólo petroquímico, por onde passa um duto da refinaria (Alberto) Pasqualini e quatro linhas de redes de alta tensão que abastecem dois terços do estado do Rio Grande do Sul. Ali eles também têm acesso ao rio Guaíba. É o melhor lugar que o movimento poderia conseguir para paralisar o Estado. Para o Ministério Público o MST é um braço de guerrilha da Via Campesina. Eles não têm personalidade jurídica e se valem dessa ilegalidade e clandestinidade em que vivem para praticar os atos de vandalismo e destruição. É nítido para qualquer órgão de inteligência no mundo civilizado que tinha um processo de formação de guerrilha. Este movimento busca atentar contra o Estado Democrático de Direito, essa é a verdade.

Em que fase estão as ações do Ministério Público?

A ação ainda não foi ajuizada. O primeiro passo foi a remoção de acampamentos. O segundo passo, a inibição de marchas em locais estratégicos. Um próximo passo, que estamos juntando material para isso, é declarar ilegal o movimento. Somos a favor da luta pela terra. Tudo que é movimento pacífico o Ministério Público apóia. Agora, este movimento perdeu o controle, está além dos limites que se aceitam num Estado Democrático de Direito. Em nenhum lugar do mundo esse movimento seria aceito com essa conformação em que está hoje. Eles se empenham hoje em atos de sabotagem contra instituições, contra as estruturas estatais. Isso não é tolerado em nenhum país civilizado do mundo. Nem na Rússia! (...) A ação principal ainda não foi apresentada. Ela está na fase do levantamento de documentos. Como alguns documentos nos estão sendo sonegados pelas autoridades, nós estamos tentando consegui-los por outros meios.

Não há terra improdutiva no estado?

Não tem. Há um assentamento de terras que foram dadas pela União e pelo estado do Rio Grande do Sul, e dentro dele existe um acampamento. Isso é um absurdo. Inclusive, é ilegal. Sobrevoando a região se vê umas 100 casinhas que foram construídas, mas não plantaram um pé de alface. Ou seja, eles não tornam a terra produtiva, pelo contrário, eles apenas ocupam o espaço físico e abandonam para manter a ocupação territorial e continuam acampados em outras frentes.

Como haveria de fato a dissolução do movimento, já que o MST possui representatividade nacional?

Nós (o Ministério Público estadual) não temos poderes para interferir em outros estados, mas aqui nós vamos iniciar um processo de revés contra eles.

Como?

Nós podemos proibir o poder público de negociar com o movimento, pois vamos entendê-los como sendo uma organização criminosa, porque os objetivos não são lutas pacíficas. Qualquer pessoa que faz o que eles fazem estaria na cadeia. Se nós prendemos um ladrãozinho aí que furta um celular nós o metemos por dois anos na cadeia; se eles depredam e fazem tudo o que querem e não acontece nada, então alguma coisa está errada.

O fato de o movimento não possuir um CNPJ dificulta a ação do Ministério Público?

Nenhuma ação indenizatória pode ser feita. Toda a ação que envolve desocupações é feita mediante identificação de cada um. Vamos partir para a responsabilização individual. Isso para efeitos penais, porque para efeitos civis não podemos fazer nada. São um movimento que aproveitam uma máscara de pele de ovelha, mas por trás, na verdade está um leão feroz. Nosso objetivo é mostrar às claras qual é o objetivo desse movimento.

Por outro lado, a defesa do MST diz ter o apoio do governo gaúcho...

Eles podem ter até o apoio do presidente da República. Nós estamos lutando pelo império da lei. O Ministério Público não está preocupado com as autoridades que apóiam o movimento. Nós estamos usando a Constituição Federal em defesa do Estado Democrático de Direito. A sociedade brasileira está de saco cheio com este movimento, com esta bandeira. Os objetivos estão esgotados. A técnica de atuação é molestar a população. Tivemos um supermercado depredado. A que título? O que o supermercado tem a ver com a ideologia deles? Nada. Por que não invadem o Palácio do Governo então? Qualquer cidadão que entrar num supermercado e pegar um objeto vai preso. Como é que essa gente pode entrar, depredar, invadir, subtrair e não acontece nada? Isso é uma subversão da ordem pública. As coisas se complicaram muito é pela forma de atuação.